

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE GEOGRAFIA HUMANA

ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES
CENTRE DE RECHERCHES HISTORIQUES

LARISSA ALVES DE LIRA

Pierre Monbeig e a formação da geografia brasileira

**Uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão dos valores literários,
“tentação à ação” e sistematização do método (1925-1957)**

Versão corrigida

São Paulo, Paris, 2017

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE GEOGRAFIA HUMANA

ÉCOLE DES HAUTES ÉTUDES EN SCIENCES SOCIALES
CENTRE DE RECHERCHES HISTORIQUES

LARISSA ALVES DE LIRA

Pierre Monbeig e a formação da geografia brasileira

**Uma ciência no contexto do capitalismo tardio. Erosão dos valores literários,
“tentação à ação” e sistematização do método (1925-1957)**

Orientadores: Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP)

Prof^a Dr^a Marie-Vic Ozouf-Marignier (EHESS)

Tese de doutoramento desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (USP) sob orientação do Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto e no Centre de Recherches Historiques da École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS) sob orientação da Prof^a Dr^a Marie-Vic Ozouf-Marignier, nos quadros de um convênio de dupla titulação entre a USP e a EHESS, com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP, no Brasil e no exterior, para obtenção do título de Doutor em Geografia na USP e na EHESS.

Versão corrigida e completa em português

São Paulo, Paris, 2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L768p Lira, Larissa Alves de
Pierre Monbeig e a formação da geografia
brasileira: uma ciência no contexto do capitalismo
tardio. Erosão dos valores literários, "tentação à ação"
e sistematização do método (1925-1957) / Larissa
Alves de Lira ; orientador Manoel Fernandes de Sousa
Neto. - São Paulo, 2017.
418 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Geografia. 2. Geografia Humana. 3. Geografia
brasileira. 4. Geografia francesa. 5. História da
Geografia. I. Sousa Neto, Manoel Fernandes de,
orient. II. Título.

Esta tese foi dirigida por Manoel Fernandes de Sousa Neto, da USP, cuja capacidade e intimidade com meu trabalho, comigo e com o meu processo de formação, contribuíram para a sua realização, em termos intelectuais e institucionais. Meu mestre e amigo, obrigada. Por Marie-Claire Robic, do EHGO/Paris 1, a quem agradeço profundamente a dedicação, a leitura sempre cuidadosa, e os conselhos de inteligência ímpar. Igualmente, foi dirigida por Marie-Vic Ozouf-Margnier, da EHESS, cuja generosidade e gentileza no trato comigo e a leitura incansável ao longo do percurso, resultaram em conselhos que sempre reorganizavam o meu raciocínio e estilo. Presto aqui uma singela homenagem aos meus três diretores.

Para a meus avós: Antonio e Maria; João e Aliete.

“O saudoso Albert Demangeon resumiu em três fases o que ele chamava ‘os benefícios da geografia’: a geografia localiza, a geografia descreve, a geografia compara. Estas três fases são também as três fases do método geográfico. Com a ajuda de uma boa cartografia, já em preparo, e dos aparelhos estatísticos e históricos, que devem ser melhorados e postos à disposição cômoda dos que os utilizam, a primeira fase, a da localização, poderá ser terminada. Com um pessoal cuidadosamente formado, a segunda fase, já começada, será continuada. A terceira fase a das conclusões, somente então poderá se abrir. Será aquela que, tudo faz crer, virá num futuro próximo: a era do desenvolvimento da geografia no Brasil.” (MONBEIG, 1949, p. 492).

Resumo

Esta tese tem como objetivo investigar a emergência de uma escola brasileira de Geografia cujas bases foram lançadas pelo geógrafo francês Pierre Monbeig. Seus anos de formação na Sorbonne, os anos em que viveu no Brasil, até os anos em que publicou suas principais contribuições sobre este país (1925-1957) demarcam o período do processo de formação da geografia brasileira sob sua liderança, visto como um percurso ao mesmo tempo material e simbólico. Uma geo-história dos saberes, que tem como eixos de análise as esferas das lentes, da circulação e das rupturas, foi o método mobilizado para apreender uma trajetória que é atingida por movimentos profundos da constituição das ciências, bem como em conjunturas de eclipsam as longas tendências na primeira metade do século XX. Tais movimentos de longa duração são aqui caracterizados como a erosão dos valores literários, que dominaram as ciências francesas em fins do século XIX; a tentação à ação e ao engajamento, numa forma tendencial que caminha para uma crescente aplicação das ciências; e uma progressiva explicitação dos métodos científicos. Face à conjuntura e a determinismos específicos do Brasil, da formação do Estado nacional, da crise das oligarquias e do avanço do capitalismo tardio, as respostas a estas tendências, de uma ciência em contexto de recuperação de suas heranças, mas também de deslocamento, são singulares, e as transformações que a geografia de Pierre Monbeig vai sofrer nesse espaço são institucionais, teóricas e temporalmente específicas. Assim Monbeig elabora raciocínios que, sem negar as heranças e as tensões latentes, estão permeados por resultados diretos em torno da compreensão dos processos geográficos da modernização e da lógica espacial de subdesenvolvimento dos territórios em processo de colonização, e, indiretos, em torno de uma teoria geográfica adaptada às condições do capitalismo brasileiro, que nós denominados como géo-histórica do capitalismo periférico, com base em raciocínios sistêmicos. Por fim, será necessário ressaltar que tais contribuições epistemológicas, se não se anunciaram como uma ruptura às heranças da vertente da geografia francesa que ele adota, constituem, para as ciências humanas, uma fortuna crítica da Geografia desenvolvida no Brasil, pouco reconhecida nos debates historiográficos.

Palavras chaves:

Pierre Monbeig, geo-história dos saberes, formação da geografia brasileira, capitalismo tardio, geo-história do capitalismo periférico, leitura geográfica do subdesenvolvimento.

Résumé

Cette thèse a pour objectif la recherche de l'émergence d'une école brésilienne de Géographie, dont les bases ont été posées par le géographe français Pierre Monbeig. Ses années de formation à la Sorbonne, les années qu'il a vécues au Brésil, jusqu'aux années où il a publié ses principales contributions sur ce pays (1925-1957), délimitent la période du processus de formation de la géographie brésilienne sous sa direction, vue comme un parcours à la fois matériel et symbolique. Une géo-histoire des savoirs, qui prend pour axes d'analyse les sphères des lenteurs, de la circulation et des ruptures, est la méthode qui a été employée pour appréhender une trajectoire tracée par de profonds mouvements de la constitution des sciences, ainsi que les conjonctures qui éclipsent les longues tendances de la première moitié du XX^{ème} siècle. Ces mouvements de longue durée sont ici caractérisés, tels que l'érosion des valeurs littéraires, qui ont dominé les sciences françaises à la fin du XIX^{ème} siècle ; la tentation de l'action et de l'engagement, d'une façon tendancielle qui se dirige vers une croissante application des sciences ; et une progressive explicitation des méthodes scientifiques. Face à la conjoncture et aux déterminismes spécifiques au Brésil, à la formation de l'État national, à la crise des oligarchies et à l'avancée du capitalisme tardif, les réponses à ces tendances, d'une science dans un contexte de récupération de son héritage, mais aussi de déplacement, sont singulières, et les transformations que la géographie de Pierre Monbeig va subir dans cet espace sont institutionnelles, théoriques et temporellement spécifiques. Ainsi, Monbeig élabore des raisonnements qui, sans nier les héritages et les tensions latentes, sont traversés par des résultats directs autour de la compréhension des processus géographiques de la modernisation et de la logique spatiale de sous-développement des territoires en cours de colonisation, et indirects autour d'une théorie géographique adaptée aux conditions du capitalisme brésilien, que nous appelons géo-historique du capitalisme périphérique sur la base de raisonnements systémiques. Enfin, il faudra souligner que de telles contributions épistémologiques, si elles ne se sont pas annoncées comme en rupture avec les héritages du versant de la géographie française qu'il adopte, constituent, pour les sciences humaines, une fortune critique pour la Géographie développée au Brésil, peu reconnue dans les débats historiographiques.

Mots-clés :

Pierre Monbeig, géo-histoire des savoirs, formation de la géographie brésilienne, capitalisme tardif, géo-histoire du capitalisme périphérique, lecture géographique du sous-développement.

Abstract

This thesis aims at investigating the emergence of a Brazilian school of Geography whose foundation was built by the French geographer Pierre Monbeig. His years studying at Sorbonne, his years spent in Brazil, and even the year in which he published his first contributions on this country (1925-1957) define the period in which Brazilian geography came to be, under his leadership; this was, at the same time, a material and a symbolic process. This research used a geohistory of knowledge that analyses the spheres of slowness, circulation, and ruptures to study a trajectory that is influenced by deep movements of the constitution of the sciences, as well as circumstances of the sciences that eclipse the long-lasting tendencies in the first half of the twentieth century. These long-lasting movements are characterized here as: erosion of literary values, which dominated French sciences in the end of the nineteenth century; temptation to action and engagement, in the form of a tendency towards a growing application of sciences; and a progressive clarification of the scientific method. In face of the situation and of Brazil-specific determinisms, the formation of the national State, the crises of oligarchies, and the advancement of late capitalism, the answers of a science in context of recovering its inheritances, but also of displacement, to these trends are singular and the transformations that Pierre Monbeig's geography goes through in this space are institutional, theoretical and temporally specific to that time. Thereby, Monbeig elaborates reasonings that, without denying latent heritage and tension, are direct results of understanding geographical processes of modernization and of the spacial logic of underdevelopment in territories in process of colonization, and by indirect results of a geographical theory adapted to the conditions of Brazilian capitalism, which we denominate a geohistory of the peripheral capitalism based on systemic reasoning. Finally, it is important to point out that these epistemological contributions were not announced as a break with the French geography the author adopts; they constitute, to the humanities, a critical source of information for Geography as it was developed in Brazil, which gets little recognition in historiographic debates.

Keywords:

Pierre Monbeig, geohistory of knowledge, formation of Brazilian geography, late capitalism, geohistory of peripheral capitalism, geographical reading of underdevelopment.



Foto 1 Pierre Monbeig. Fonte: *Cartilha de Comemoração de 70 anos dos estudos de Geografia- FFLCH- USP.* Org: *Cátedra Pierre Monbeig*

Sumário

Introdução	16
Capítulo 1: Pierre Monbeig e as seduções de uma jovem ciência: engajamentos e transições da Geografia (1925-1929)	34
1. O impacto da primeira guerra: a atualização da Geografia e a ocupação dos postos de ensino pela “geração do fogo”	37
2. A Geografia ministrada nos liceus na época dos estudos secundários de Pierre Monbeig: uma geografia patriótica?	40
3. As origens e as influências familiares: um espírito engajado em uníssono às tendências da geografia	44
4. O ingresso na Universidade e as diferentes dinâmicas institucionais do curso de História e de Geografia: um parto de independência e o começo do distanciamento das disciplinas literárias	51
5. As estratégias de reprodução do saber. O instituto de Geografia e o espírito de coesão dos discípulos de Vidal	57
6. O ensino universitário de geografia na Sorbonne aborda os problemas do mundo contemporâneo	63
7. As excursões e a rede de amigos: atributos essenciais de um método geográfico ainda “invisível”, bem como da vida social motivadora	66
8. Uma iniciação ao “invisível” e a apologia caráter prático desses estudos. A Geografia Humana na vanguarda das transições?	72
9. A geografia influenciava novas proposições historiográficas na Sorbonne. Henri Hauser, a história econômica e a ação do homem sobre o meio	76
10. As apropriações metodológicas de Pierre Monbeig a partir de seu trabalho sobre os efeitos da metropolização parisiense (1929)	78
Capítulo 2: Um geógrafo face à mundialização: os problemas globais de uma Geografia em busca de liderança (1930-1935)	92
1. As ebulições políticas da Espanha e a adesão a uma ideologia socialista: o olhar sobre os problemas e soluções mundiais	95
2. A geografia após a crise de 1929 e a necessidade de contribuir na recuperação da economia mundial: a França na liderança do bloco latino	99

3. A participação de Pierre Monbeig e da geografia francesa na política cultural da França na década de 1930: uma Geografia à altura do controle de suas áreas de influência	101
4. O papel de de Martonne, da União Geográfica Internacional e do Congresso Internacional de Paris de 1931 na internacionalização da Geografia francesa	105
5. O significado da Geografia Universal entre a comunidade de geógrafos: “um panorama da história e da geografia mundiais”	113
6. A abertura da geografia universitária francesa ao mundo: uma vocação internacionalista	115
7. Duas Baleares. As consequências metodológicas do contexto de confronto. As ilhas espanholas como terreno de controvérsia sobre o papel dos fenômenos mundiais	117
8. Geografia Humana das ilhas Baleares: a valorização dos espaços mundiais e o a repetição das formas de colonização de novas terras. Uma geo-história em face da mundialização	128
9. A leitura geográfica de Albert Demangeon sobre a economia internacional e o mercado mundial	138
 Capítulo 3: Os planos de Pierre Monbeig para o Brasil: as raízes francesas na organização da geografia brasileira (1935-1940)	 144
1. A aventura de vir para o Brasil, aumentar os rendimentos e continuar a escrever a tese sobre as ilhas Baleares. Depois, o advento da guerra civil espanhola, o apego ao país e a reorientação do tema	147
2. Fortalecer a influência cultural francesa no Brasil	150
3. Desenvolver a docência e a pesquisa no Brasil em condições de trabalho julgadas adequadas	157
4. Contribuir na organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras	167
5. Estabelecer os pontos de partida do ensino e da pesquisa dos alunos: estimular a leitura dos clássicos da geografia e a confecção de monografias regionais brasileiras. Uma primeira postura normativa do ensino do método	178
6. Dar continuidade às atividades da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)	181
7. Contribuir com a organização do Conselho Nacional de Geografia (CNG) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	188

Capítulo 4: O projeto de pesquisa nas franjas pioneiras e seus espaços de referência (1935-1940): uma primeira “ressignificação” do Brasil	192
1. O diagnóstico das lacunas do pensamento geográfico brasileiro: as negações de Monbeig quanto à literatura brasileira	195
2. O Mediterrâneo como espaço de referência em escala global	199
3. O apoio sobre uma teoria geral da colonização e o congresso de Amsterdã de 1938	210
4. Gênero de vida, mobilidade e mercado nas franjas pioneiras: um estudo comparado em escala regional. Pierre Monbeig contra o imperialismo	212
5. O papel da Seção de Geografia e História da USP e da AGB na formulação da problemática das franjas pioneiras em escala local. As incorporações de Monbeig da literatura brasileira e francesa desenvolvida no Brasil	219
6. O anúncio da nova problemática de tese de Pierre Monbeig	225
Capítulo 5: Como um jovem professor francês adquire legitimidade no Brasil? A crescente normatividade das proposições nos interstícios da autoridade (1937-1946)	232
1. A adaptação do discurso da geografia francesa ao contexto de formação do Estado brasileiro: a precoce orientação, no Brasil, dos estudos regionais às demandas do desenvolvimento e do crescimento econômico	237
2. Uma postura política crítica sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A geografia regional podia dotar-se de um discurso crítico do qual partilhavam alguns dos pares de Monbeig	242
3. Construindo alianças em diversos ambientes políticos: Pierre Monbeig, um liberal?	246
4. Pierre Monbeig, a Seção de Geografia, a AGB e a imprensa. Construindo a legitimidade e um público para geografia	247
5. O carisma, as amizades e a rede de relações	254
6. Pierre Monbeig instalou uma ordem institucional: concepção e práticas de ensino no contexto de ascensão do papel dos cidadãos nas democracias	256
7. Os manuais de Pierre Monbeig: uma atitude normativa do ensino do método geográfico e as primeiras inovações metodológicas- a seletividade do uso dos princípios geográficos, a articulação das lógicas sincrônicas ao meio natural e a precedência da situação em relação ao sítio.	260

8. O impacto do ensino de Monbeig sobre a produção intelectual de seus alunos de graduação: a sistematização pedagógica do método e a primeira modelização do ciclo regional e urbano no Brasil	266
9. A postura normativa e uma divisão de trabalho entre Pierre Monbeig e seus alunos de tese: a disposição espacial dos processos de colonização no Brasil	275
10. O papel de Pierre Monbeig na nacionalização da geografia paulista	286
11. Alguns impactos posteriores à liderança da geografia francesa no Brasil: a formação de uma escola antes de 1956?	288
Capítulo 6: O Brasil e as proposições metodológicas de Pierre Monbeig (1940-1957): uma geo-história do capitalismo periférico e a leitura geográfica do subdesenvolvimento	292
1. Pierre Monbeig e a geo-história	297
2. As etapas do método de Pierre Monbeig	301
2.1.Primeira etapa. A análise da situação, a larga história territorial brasileira, a situação do Brasil na economia mundo	301
2.2.Segunda etapa. Um levantamento dos diversos enquadramentos regionais	302
2.3.Terceira etapa. Encontrar as interações das relações sincrônicas, das articulações e dos desequilíbrios regionais	306
2.4. Quarta etapa. À dimensão sincrônica segue a dimensão diacrônica: evolução, ciclos e conjunturas	309
2.5.Quinta etapa. Por fim, a análise sociológica: os modos de pensar impulsionam a colonização	313
3. A contribuição metodológica de Pierre Monbeig concebida a partir dos estudos brasileiros: a geo-história do capitalismo periférico e a lógica de suas estruturas causais	316
4. Uma leitura geográfica do subdesenvolvimento brasileiro: uma geografia voltada às demandas práticas e à superação das dificuldades nacionais	323
5. As condições geográficas para o processo de desenvolvimento do Brasil: uma visão cada vez mais engajada	328

Capítulo 7: A resistência da expressividade literária e as particularidades do avanço do capitalismo no Brasil (1938- 1953)	340
1. Adoção de um modelo expositivo singular. Uma comparação dos sumários das monografias regionais	346
2. O glossário da versão francesa de 1952: o apego ao vocabulário vernacular e às irredutibilidades da realidade brasileira	348
3. As características físicas do meio: as possibilidades dos caminhos e do calendário agrícola	353
4. As fontes e a invisibilidade do paradigma e dos modelos	362
5. A descrição das paisagens em uma geografia do movimento. Como captar a velocidade das transformações?	365
5.1. Um recurso literário. A metáfora da franja pioneira: ordem, desordem e avanços de guerra	366
5.2. As etapas do avanço da franja pioneira: uma narrativa “cinematográfica” com foco nos personagens	368
6. As imagens, a valorização da variação escalar e do concreto	372
Considerações finais	377
Fontes selecionadas	381
Bibliografia	385
Anexos	410
Agradecimentos	417

Listas:

Mapas:

Mapa 1: Esboço mostrando grosseiramente as divisões e subdivisões de São Paulo.	223
Mapa 2: O tamanho da propriedade em São Paulo	224
Mapa 3: A situação de São Paulo	265
Mapa 4: “Peuplement et voies ferrées”	354
Mapa 5 : “Relief de la frange pionnière paulista”	373
Mapa 6 : “Carte agricole”	374

Gráficos :

Gráfico 1: Escalas e lugares de interesse de Pierre Monbeig. Anotações produzidas entre 1935 e 1953.	201
Gráfico 2: Espaços de publicações de Pierre Monbeig. Editoras, jornais e revistas (1929-1953)	245
Gráfico 3: Classificações dos trabalhos brasileiros nas seções dos congressos internacionais (1938-1956).	289

Tabelas:

Tabela 1: Monografias não metropolitanas/monografias metropolitanas	117
Tabela 2: Conferências realizadas por Pierre Monbeig (1935-1953)	276
Tabela 3: Calendário das atividades agrícolas, segundo Pierre Monbeig, de acordo com a variação sazonal e a geografia. Oposição e complementariedade entre as culturas.	358
Tabela 4: Análise da ordem de exposição das monografias regionais através dos sumários.	411

Figuras:

Figura 1: exemplo de estrutura causal em Pierre Monbeig (1929), situação I-vida tradicional	86
Figura 2: Exemplo de estrutura causal em Pierre Monbeig (1929), situação II-estímulos da modernidade.	87

Figura 3: Exemplo de estrutura causal em Pierre Monbeig (1932), situação histórica I.	132
Figura 4: Exemplo de estrutura causal em Pierre Monbeig (1932) - situação histórica II.	133
Figura 5: Capa do número de lançamento da revista Geografia	185
Figura 6: As trocas intelectuais de Pierre Monbeig com outros estudiosos através dos convites da AGB e da FFCL	249
Figura 7: Os colegas de trabalho mais próximos de Pierre Monbeig	250
Figura 8: Os patrões e superiores de Pierre Monbeig	250
Figura 9: As amizades entre os professores e as afinidades políticas de Pierre Monbeig	251
Figura 10: Os sócios da AGB entre 1935-1940	251
Figura 11: Os sócios da AGB entre 1941-1943	252
Figura 12: Os alunos de Pierre Monbeig na FFCL entre 1936-1939	252
Figura 13: Os alunos de Pierre Monbeig na FFCL entre 1940-1942.	253
Figura 14: Os alunos de Pierre Monbeig na FFCL entre 1943-1946.	253
Figura 15: Estrutura causal de tipo cíclica	320
Fotos:	
Foto 1: Pierre Monbeig	8
Foto 2: A família de Pierre Monbeig. Seus pais e seu irmão.	49
Foto 3: Pierre Monbeig quando criança	50
Foto 4: Pierre Monbeig e seus colegas no Instituto de Geografia	71
Foto 5: Professores e alunos na ocasião de um trabalho de campo	72
Foto 6: Os alunos da turma de 1930 da Casa Velásquez	104
Foto 7: Os alunos da turma de 1931 da Casa Velásquez	104
Foto 8: De Martonne no Brasil	187
Foto 9: Trabalho de campo	187
Foto 10: Avenida São João	366
Foto 11: Avenida São João anos depois	366

Foto 12: “Planche VII” 372

Fotos 13, 14, 15 e 16: “Types d’Habitation” 375

Introdução

A transformação que o pensamento geográfico francês sofre no Brasil é uma questão recorrente entre aqueles que querem compreender a formação da geografia brasileira. Justifica-se, pois a Geografia acadêmica desenvolvida no Brasil teve como um dos seus principais pioneiros um geógrafo francês enviado a este país, no seio de uma missão universitária, um ano após a fundação da Universidade de São Paulo em 1934. Este cientista, Pierre Monbeig (1908-1987), formou-se em meio aos cursos de renomados mestres de Geografia da Sorbonne, Albert Demangeon (1872-1940) e Emmanuel De Martonne (1873-1955), discípulos diretos de Vidal de la Blache¹ (1845-1918), e veio ao Brasil ainda muito jovem, com 27 anos. A narrativa desta tese é tecida no processo de constituição da geografia brasileira e da geografia francesa, entabulada na primeira metade do *longo* século XX, nos marcos de uma história intelectual de circulação dos saberes no interior do espaço Atlântico.

Assim, nós intentamos considerar o possível surgimento de uma tradição geográfica brasileira. Julgamos que uma *geo-história intelectual*, arraigada nas suposições de que movimentos profundos e superficiais tocam a constituição da ciência, com *permanências, rupturas e circulações*, pode contribuir com uma melhor compreensão do processo de trocas intelectuais na escala do mundo. Nosso pressuposto é que as ideias científicas são formadas em meio a determinismos geográficos, históricos e sociológicos, por resistências e lentidões estruturais, sob uma camada de dinamismo. A perspectiva da circulação global possibilita raciocínios comparados. A geo-história é um método e uma filosofia da história.

A tese aqui defendida é que o geógrafo francês Pierre Monbeig lançou as bases para uma posterior consolidação de uma tradição brasileira de geografia e que este foi um processo ao mesmo tempo material e simbólico. A participação em instituições recém criadas permitiu o exercício de uma geografia de padrão global, mas sob as marcas do espaço brasileiro. Mas a consolidação de uma “geografia brasileira” não se deu antes de 1956. A constituição intelectual do método geográfico pertinente ao território brasileiro foi um processo histórico, permeado por progressivas aquisições simbólicas e materiais.

¹ Vidal de la Blache faz parte de uma geração de geógrafos que não passou por um ensino universitário em Geografia e foi levado, segundo Andrews, para esta disciplina segundo os jogos do contexto. Com efeito, ele se tornará chefe incontestável da escola geográfica francesa (ANDREWS, 1986).

Há, assim, um período de consolidação da geografia brasileira nos marcos do longo século XX, e sob a marca de características particulares e espaciais do Brasil. O Brasil é um espaço científico específico no conjunto da comunidade internacional.

Nesse rastro, a formação da geografia brasileira deve ser vista como uma resposta particular às antigas tensões que assolam o conjunto das ciências. Surgiu no interior do processo de erosão dos valores literários, rumo a uma ciência mais planificadora e mais consciente de seu método. Sob os pilares de uma geo-história, pretendemos demonstrar que a atuação de Pierre Monbeig na formação da geografia brasileira está conectada com os movimentos e tendências de uma ciência mundializada, numa aliança com a França, mas participando paralelamente nos debates do mundo. A construção simbólica e material da geografia no Brasil não se encetou numa torre de marfim e sua formação pode ser vista como uma independência parcial no seio de uma ciência mundo. Ademais, sob a direção de Monbeig, os estudos brasileiros contribuíram por inovar os recursos cognitivos da epistemologia das ciências humanas.

A historiografia se bifurca em torno das temporalidades de transformação do pensamento francês frente ao *encontro* com o espaço brasileiro. O entendimento dos empréstimos neste espaço de trocas não foi debatido sem controvérsias. Há posições que tendem a ressaltar o caráter de ruptura em relação ao pensamento geográfico no qual Pierre Monbeig se formou, e que teria emergido sob sua pena depois de desembarcar nos Trópicos.

Monbeig, dotado de grande inteligência e grande mobilidade intelectual, procurou adaptar todo o seu pensamento ao Brasil, onde deveria atuar e formar novos quadros.(...) Ao estudar o nosso país abandona praticamente a utilização de categorias muito caras a Vidal de La Blache, como “gênero de vida” e utiliza a expressão classes sociais, pois os grupos humanos, em uma sociedade como a paulista da primeira metade do século XX, que ele estudou, estavam organizados em classes sociais e não gêneros de vida. (ANDRADE, 1994, p. 79)².

² Boa parte da historiografia brasileira sobre o trabalho de Pierre Monbeig tende a ressaltar este aspecto ruptural (e.g. SILVA, 2002). Acreditamos que esta postura visa a reforçar a intenção de construir um mito de fundação da geografia brasileira antes de 1946, quando Pierre Monbeig deixa o Brasil. Paulo Cesar da Costa Gomes partilha uma constatação similar: para ele, Pierre Monbeig fora capaz de adaptar-se ao contexto brasileiro de forma a abandonar parte significativa dos temas e dos modos de produção científica que constituíam o núcleo do pensamento geográfico francês: “Eles [refere-se à Monbeig e Bastide], que aqui chegaram cheios de diplomas, supostamente incorporando o melhor da cultura acadêmica francesa e encarregados fundamentalmente de reproduzi-la tal qual, como puderam se insurgir contra os métodos, conceitos e preceitos forjados pelos grandes mestres e pais fundadores de suas respectivas disciplinas, tais como E. Durkheim e Vidal de La Blache?” (GOMES, 2006, p. 223). Nesta tese iremos

Por outro lado, há aqueles que atenuam o discurso ruptural: “lembramos que Monbeig é um legítimo discípulo da Escola Francesa de Geografia. Ele é um vidaliano e como tal, procurará ver sempre como e de que forma os agrupamentos humanos se relacionarão com o meio natural.” (DANTAS, 2005, p. 66). Estas metamorfoses, contudo, não dizem respeito apenas ao Brasil. Elas elucidam conjuntamente o modo como a geografia francesa se constitui fora da França. Trata-se de abranger a possível formação dessas escolas no espaço Atlântico, envolvendo trocas, deslocamento de práticas e conceitos. É uma maneira de apoderar-se dessa dinâmica de formação numa trama urdida na circulação, em uma análise escalar, das hierarquias mundiais e dos jogos de poder das diferentes comunidades científicas.

- Definições e questões

A concepção de história intelectual adotada foi defendida por François Dosse como uma crítica à história tradicional das ideias. Para ele, as ideias, o contexto, as estratégias, as associações, as práticas, as sociabilidades, devem formar um conjunto. Acrescentaríamos ao fim da citação de Dosse que uma história intelectual pode ser feita nas temporalidades das longas, das conjunturas e das curtas durações.

(...) essa história intelectual tem por ambição, simplesmente, fazer soar numa mesma música o conjunto das obras, os autores e o contexto, fazendo-os ressoar no interior de uma abordagem que recusa o empobrecimento entre uma alternativa de uma história internalista das obras ou de uma aproximação externalista que privilegia isoladamente as redes de sociabilidade. A história intelectual deve dar conta das obras, dos percursos, dos itinerários (...).³ (DOSSE, 2013, p. 11).

Assim, os contextos históricos, geográficos e sociológicos, em que vivem os intelectuais, têm efeito sobre seus discursos. Para além dessas circunstâncias, a ideia de estudar a circulação dos saberes constitui baliza para uma outra concepção de ciência, que passamos a adotar.

Levando em conta a mobilidade dos conhecimentos naturais além de sua origem, sua divulgação e eventual universalização também se tonaram uma preocupação. Pesquisadores, através de estudos científicos, têm comprovado de forma convincente que

demonstrar que a autonomização da geografia brasileira em relação à geografia francesa não se dá antes de 1946 ou 1956.

³ “(...) cette histoire intellectuelle a simplement pour ambition de faire consonner ensemble les œuvres, les auteurs et le contexte qui les a vus naître dans une démarche qui récuse l'appauvrissante alternative entre une lecture internaliste des oeuvres et une approche externaliste privilégiant les seuls réseaux de sociabilité. L'histoire intellectuelle entend rendre compte des œuvres, parcours, itinéraires (...)” (DOSSE, 2013, p. 11). (DOSSE, 2013, p. 11).

proposições, artefatos e práticas científicas não são nem universais de forma inata (por conta de sua força epistemológica) nem forçadamente impostas a outros. Ao invés disso, elas se disseminam apenas através de processos complexos de acomodação e negociação, tão acidentais quanto aqueles envolvidos em sua produção (RAJ, 2007, p. 9)⁴.

Segundo esta definição, a ciência produz discursos, práticas e artefatos, essencialmente gerados ou ressignificados no local. A universalidade dos conceitos e rearranjos teóricos não são consequências exclusivas dos rigores do método, mas um processo de conquista espacial que implica em negociações e adaptações no percurso da circulação. Como nos diz Livingstone: “[...] internacionalismo em ciência, na medida em que realmente exista, deve ser considerado uma realização social, não a inevitável consequência de alguma essência científica inerente” (LIVINGSTONE, 2004, p. 89)⁵. A circulação das ideias e sua acomodação a diversos contextos é um passo necessário à construção do seu internacionalismo e objetivação em âmbito mundial.

Assim, o desvendamento do movimento de constituição do modo de produção das ideias em situações de determinismos geográficos, bem como de deslocamento, compreendida no interior do processo de internacionalização, contribui para revelar, de outra parte, a formação da escola brasileira universitária de geografia, cujos primórdios remontam aos anos de 1930, com a chegada dos professores franceses, e assim também o estudo da circulação explicita alguns processos de transformação da geografia francesa no começo do século XX. Segundo Charle, “o estudo da mobilidade dos professores e suas relações com o estrangeiro ainda não foi estudado sistematicamente”⁶ (Charle apud Suppo, 2000, p. 311).

Nesta tese, nós observaremos os contextos históricos, espaciais e sociológicos de produção das ideias, nos marcos de uma articulação entre a história intelectual e sua geografia. As afinidades dos personagens participantes de uma mesma geração, as controvérsias, as associações, as estratégias, entre outros aspectos, e como esses elementos ajudam a compreender as proposições, as análises dos discursos, e,

⁴ “Accounting for the mobility of natural knowledges beyond their site of origin- their spread and eventual universalization has accordingly become another concern. Scholars in science studies have convincingly shown that scientific propositions, artefacts and praticies are neither innately universal (because of their epistemological force) nor forcibly imposed on other. Rather, they disseminate only through complex processes of accomodation and negocitation, as contingent as those involved in their producing.”

⁵ “[...] internationalism in science, insofar as it really does exist, must be considered a social achievement, not the inevitable consequence of some inherent scientific essence” (LIVINGSTONE, 2004, p. 89).

⁶ “l'étude de la mobilité des professeurs et de leurs relations avec l'étranger n'a encore jamais été entreprise systématiquement”

principalmente, suas especificidades. Além disso, tomamos como pressuposto que as ideologias dos agentes, notadamente de Pierre Monbeig, implicam em diferentes disposições frente ao campo⁷, frente ao contexto sócio-espacial, frente às questões de longa duração e ao engajamento em relação à nação em foco, e mesmo frente à metodologia, e como ele compreendia como sendo o papel do intelectual.

Para além desses jogos de poder e de sociabilidade, nós sintetizamos a compreensão deste discurso metodológico através das **estruturas causais**, ordenadas de maneira particular de acordo com o enfrentamento da realidade que se quer explicar, sob a marca de algum determinismo geográfico, do campo e do contexto, que são basilares aos discursos. Como o método geográfico francês se transforma em contato com o Brasil? Qual a contribuição metodológica que o contato com a realidade brasileira ofereceu às ciências sociais?

A metodologia é um elemento essencial da identidade de uma tradição, por que é o cerne das disputas do campo científico, porque é o resultado dos discursos intelectuais. Nesse sentido, as estruturas e relações de causalidade, ou seja, o que vem primeiro, o que vem depois, o que se determina primeiro sobre outros processos, são nossas chaves de análise do ponto de vista da coerência interna das obras. Levamos em conta, de maneira semelhante, a análise da terminologia, da análise do estilo literário do discurso e da possível adoção de modelos. Assim, para Daniel Loi, a utilização de diferentes sistemas causais deslindam em variadas posturas metodológicas (LOI, 1982, 1985).

De acordo com este autor, as estruturas causais refletem: raciocínios deterministas ou possibilistas, ao se considerar o ponto de partida da estrutura (*“l’amont causal”*) em fenômenos naturais ou humanos (reverberando a dualidade da ciência geográfica no que toca à consideração do determinismo natural); a homogeneidade do espaço de referência, ao levar em consideração causas internas ou externas do espaço em questão (revelando a dualidade das considerações metodológicas em torno do isolamento e da circulação, bem como das diferenças de relações verticais e horizontais, internas e externas do meio em questão); raciocínios sincrônicos e diacrônicos, uma vez que podem se organizar em

⁷ Inspirados nessas ideias, nós verificamos que o mundo da ciência é um mundo social que possui suas especificidades. Dentro do campo, temos um espaço de lutas, de tomadas de posição, de formas de reconhecimento, recompensas, direito de entrada, relações entre os agentes, diferentes capitais científicos, uma hierarquia interna, capitais simbólicos, disputas em torno das lideranças e sistemas de seleção (BOURDIEU, 2001, p. 37). E as ações no interior do campo são determinadas por posições e disposições. É um campo de forças, um campo de lutas (BOURDIEU, 2001, p. 69): “os agentes se defrontam, (...) no interior deste jogo que é o campo, em uma luta por se fazer reconhecer uma maneira de conhecer (um objeto e um método) (...)” (BOURDIEU, 2001, p. 123).

linearidade, ou em ciclos (colocando em questão a dualidade das interações e das causas nas diferentes maneiras de se explicar a realidade) (LOI, 1982, 1985). Assim, as estruturas causais trazem importantes chaves de leitura para a compreensão das posturas metodológicas. Ao longo desta tese, criamos modelizações gráficas representando as estruturas causais utilizadas por Pierre Monbeig em momentos chave de sua carreira. Essas modelizações agem no sentido de aprofundar a compreensão das lógicas epistêmicas na Geografia. Pierre Monbeig utiliza três tipos de estrutura causal ao longo de sua carreira: o tipo simples, o tipo sintético e o tipo topográfico. Este último tipo, abordado em nossa tese. Sugerimos a verificação das representações gráficas dessas estruturas causais que se encontram nos anexos.

- Metodologia

Aceita uma outra concepção de ciência, a geo-história pode contribuir com a explicitação do processo de constituição dos saberes. Isso porque a geo-história resume os aportes de uma geografia *empírica* à escala do mundo (BRAUDEL, 2002 [1949]). A geo-história tanto situa a circulação no coração de suas análises, como as combina com uma concepção dialética dos tempos históricos, baseada na ideia de longa duração, conjunturas e acontecimentos (BRAUDEL, 1992). Nesta tese, a trajetória de Monbeig será confrontada com outros movimentos longos ou conjunturais da ciência francesa, brasileira e global. É através dessa articulação que podemos construir uma longa duração do processo de constituição dos saberes. A trajetória de Monbeig, atingida pelos aspectos de constituição de um escopo histórico, espacial e do campo, é tocada por movimentos de longa duração.

Uma precisão conceitual se faz necessária. Há neste livro uma dualidade em torno da geo-história. Ela é aqui entendida como um método e como um objeto. Um método que diz respeito às nossas próprias opções teóricas. E um objeto porque acreditamos que a sucessão de estudos levados à cabo por Pierre Monbeig está em uma linha de continuidade das reflexões de Vidal de la Blache sobre a relação entre o espaço-tempo (LIRA, 2013). Como método, nós estamos mais próximos de uma geo-história braudeliana, que considera temporalidades, mas também determinismos geográficos. Como objeto, a geo-história de Monbeig não descarta a importância do meio natural na configuração do território e da sociedade, mas suas conclusões estão mais associadas a uma combinação indissociável do espaço com o tempo, e a ação do meio natural age mais como forma resistente do que determinante. Ainda assim, ambas as formas de abordagens

implicam a consideração de características geográficas particulares do Brasil que atribuem características específicas à produção do conhecimento, para o historiador da ciência e para o geógrafo de campo.

- Determinismos e longas durações

Vazio, vastidão e abertura das fronteiras são os determinismos brasileiros que condicionam as temáticas, os jogos de negociação e de adaptação dos corpos teóricos da Geografia francesa no Brasil. Do ponto de vista de uma geo-história dos saberes, a explicação de um país sobre tais condicionantes pareceu ser uma missão de um geógrafo francês, no edifício epistemológico da geografia francesa. Continuando a alimentar uma curiosidade géo-histórica, caberia perguntar quais são as longas durações desse campo científico. Para além do determinismo brasileiro, três são as principais resistências que agem sobre a sua obra.

Temos, em primeiro lugar, um conflito intrínseco à própria cultura científica francesa. A datar do final do século XIX, há um antagonismo entre a sistematização das formulações teóricas na formação do cientista, advindas do olhar das ciências naturais sobre a realidade (e que tiveram origem nas renovações das ciências alemãs) e, de outro lado, a irredutibilidade com que a tradição literária francesa tendia a adornar as suas narrativas e que sugeriam pressupostos sobre descrições de situações totalmente ímpares. Este conflito, torna-se cada vez mais explícito no percurso da institucionalização das ciências sociais na França, no fim do século XIX (LEPENIES, 1996).

Explicações e descrições, sistematizações e narrativas, universalidade e particularidade, são as diversas faces dessa tensão e que foram por diversas vezes principais convidadas nos debates da historiografia da teoria da geografia. Outros valores científicos rondam ainda tais divisões: da parte dos cientistas influenciados pela renovação das ciências naturais, temos uma “obsessão pelo método”, “questões de classificação”, “terminologia precisa”, “ensino especializado”, “ganho em precisão e objetividade”, “doutrina”, “consciência metodológica” (LEPENIES, 1996). Da parte dos que se apoiam na irredutibilidade da realidade, notadamente os literatos, vemos a crítica à “ilusão do dogmatismo”, primando pela importância do “espírito francês”, da “retórica brilhante”, da “sensibilidade linguística”, do “estilo”. Com efeito, este jogo de forças faz parte da longa tradição da cultura científica francesa (LEPENIES, 1996).

A tensão entre formas de escritas lógicas e expressivas atingiram em cheio a Geografia (ROBIC, 1991, p. 53). Esta dualidade se explica pela posição que a disciplina ocupou no momento de sua institucionalização. Estava dividida entre o sucesso de público que as práticas geográficas anteriores haviam suscitado (por exemplo, a geografia de Elisée Reclus), uma inserção universitária ligada mais a uma disciplina literária (a História) e as práticas que suscitavam o gosto pela exploração, pelo interesse colonial e pelo planejamento das áreas colonizadas (ROBIC, 1991, p. 54). Isto conformou uma “epistemologia do misto, ou melhor, do entre dois, da passagem”⁸ (ROBIC, 1991, p. 54). A expressão “description raisonnée” condensa esta “stratégie de recherche” (ROBIC, 1991, p. 55), onde é incorporada a superioridade da explicação *junto com* a descrição, cujo próprio termo “geo-grafia”, chamava, etimologicamente, a valorizá-la (ROBIC, 1991, p. 55). Assim, a geografia se situou entre o “empirismo” e o “construtivismo”, a “descrição pura” e a “explicação” (ROBIC, 1991, p. 57). Com fraca apetência epistemológica, o paradigma se definiu como “método crítico” (ROBIC, 1991, p. 59). Vidal tenta estabelecer a geografia como uma espécie de passagem entre “o mundo da experiência e da razão científica” (ROBIC, 1991, p. 59)⁹. Não obstante, não estava tampouco ausente nas práticas dos geógrafos um certo apetite generalizador, de uma aplicação sistemática de um método, pois este se interpunha entre a ciência e o público, entre a experiência e a explicação, ajustando nessa zona do sensível a integração de um raciocínio mais abstrato sobre o conjunto da Terra (ROBIC, 1991, p. 65).

Todavia, e, no geral, as ciências vão se distanciando da literatura e dos valores que esta veicula e o cânone do saber vai migrando paulatinamente para uma maior sistematização do discurso e do uso aplicado do método (LEPENIES, 1996, p. 13). As ciências que têm aspirações mundiais, ensaiam a construção de sistemas de equivalências. O movimento de objetivação através da circulação é também um movimento tendente à sistematização do ensino e do uso do método. Mas o movimento não é linear e nem irreversível (LEPENIES, 1996, p. 13).

Uma segunda zona de conflito de longa duração avulta-se particularmente importante para os estudos mistos entre as ciências naturais e as sociedades. Trata-se da oposição entre o caráter prático, utilitário e engajado, tendente a uma divisão da *expertise* em especializações e técnicas, e o estudo total, desinteressado, visto do alto, que não se

⁸ “Épistémologie du mixte, ou mieux de l’entre-deux, du passage”

⁹ “le monde de l’expérience et celui de la raison scientifique”

mistura com as demandas da política. O século XX foi marcado pelo fim das utopias, pelo tecnicismo dos saberes e pelo favorecimento de uma cultura de *experts* (DOSSE, 2013).

Mas o exagero dessa concepção levou à derrocada de todo um projeto humano global e uma propensão ao domínio da sociedade por tais *experts* que, ao se fazerem evadir do controle democrático através do monopólio da informação, também deram margem a contornos excessivos. A técnica criou muito mal-estar. Dessa maneira, existiu uma tensão, também com avanços e recuos, entre um projeto desinteressado ou planejador, global ou fragmentado, totalitário ou democrático, de acordo com os ganhos ou recuos dessas duas perspectivas. Veremos que Pierre Monbeig também se posiciona de forma gradual no seio desse conflito, bem como o conjunto dos geógrafos.

Marie Claire Robic vai chamar este crescente pragmatismo do corpo de doutrina dos geógrafos de uma “tentação à ação” (ROBIC, 1996b). A autora nos auxilia em traçar diferentes situações em que eles se envolveram em questões práticas. Assim, uma primeira forma de engajamento dos geógrafos pode ser vista como uma transição a esta ciência desinteressada. Sendo a mais antiga, é também a mais aderente aos valores literários: trata-se de uma disciplina que veicula os valores nacionais “ancorada no sistema escolar, a geografia científica se reproduz em suas grandes linhas”¹⁰ ROBIC, 1996b, p. 28): uma ciência voltada ao ensino, configura-se já como uma forma de “engajamento” (ROBIC, 1996b, p. 37). Dessa situação, chega-se a outra, após a primeira guerra, que inaugura um “novo campo de práticas” (ROBIC, 1996b, p. 30), baseada na promulgação da lei *Cornudet*, “que torna obrigatória a confecção de planos de desenvolvimento, embelezamento e de extensão das cidades”¹¹ (ROBIC, 1996b, p. 30) e na criação do Instituto de História, de geografia e de economia urbana da cidade de Paris, no fim de 1916. Um terceiro tipo de prática, dessa feita após a crise de 1929, era o trabalho de alguns geógrafos, tanto do lado dos sindicatos como do lado dos patrões, em prol de uma “expansão econômica” (ROBIC, 1996b, p. 35). E 1935 é o ano que assinala essa virada: “uma evolução sensível da pesquisa universitária, quando surge um conjunto de instituições de pesquisa (...) pára-universitárias voltadas aos problemas contemporâneos”¹² (ROBIC, 1996b, p. 40), como, por exemplo, a fundação Rockefeller e a criação e o Conselho universitário de pesquisa social no interior da Universidade de

¹⁰ “ancrée dans le système scolaire, la géographie savante se reproduit dans ses grandes lignes (...)”

¹¹ “qui rend obligatoire la confection de ‘plans d’aménagement, d’embellissement et d’extension des villes”

¹² “ une évolution sensible de la recherche universitaire (...) lorsque ses développe un ensemble d’institutions de recherche (...) para-universitaire tournées vers les problèmes contemporains”

Paris (ROBIC, 1996b, p. 40). No interior deste conselho, atuou Albert Demangeon (primeiro diretor de tese de Pierre Monbeig) e “(...) neste quadro foram empreendidas as três grandes enquetes sobre o espaço rural francês(...)”¹³ (ROBIC, 1996b, p. 40). Demangeon está profundamente comprometido em encontrar soluções para a saída da crise agrícola instalada após a crise de 1929 (ROBIC, 1996b, p. 41). Esta ação começa a mudar o estatuto epistemológico da geografia, pois Demangeon concebe uma prática científica baseado em “enquête systématique” (ROBIC, 1996b, p. 41). Essa prática ladeia uma concepção de fazer a geografia servir à expansão econômica das nações. Ao mesmo tempo, a prática do uso de um método sistemático começa a erodir narrativas e descrições. Por fim, no período ao qual concerne a nossa pesquisa, incorporando a trajetória de Monbeig até 1957¹⁴, é um novo momento que produzirá grandes transformações epistemológicas. Sob o governo de Vichy, a ideia de uma *planificação territorial* finalmente se concretiza (ROBIC, 1996b, p. 43). Em 1941, é criada a *Délégation Générale à l’Équipement National* (DGEN) bem como o Ministério da Reconstrução e do Urbanismo, nos anos entre as duas guerras (ROBIC, 1996b, p. 43). Ganha espaço expressões como “organização do espaço”, “action d’aménagement”, “géographie active”, “géographie appliquée”. André Cholley, que será o último diretor da tese de Monbeig, após a morte de Demangeon, é o personagem chave dessa virada:

O Guia do Estudante de Geografia publicado em 1942 por Cholley é um excelente indicador das novas tensões que agitavam a geografia naquela década. Porém, não estando sistematizadas, suas proposições prejudicavam em muitos aspectos a geografia analítica. O Guia contém um conjunto de posições que colocam em causa o paradigma que orienta firmemente a geografia como uma disciplina antropocêntrica, ou seja, como uma ciência orientada pelas perspectivas de uma organização do planeta em benefício do homem. [grifos nossos] (ROBIC, 1996b, p. 45)¹⁵.

Por que, sob o nosso ponto de vista, esta tendência de colocar o homem no centro da produção do espaço enfraqueceu o estatuto misto da geografia e sua antiga tendência a reproduzir os valores da literatura? Vimos o quanto o discurso literário se apoiava na

¹³ “(...) dans ce cadre qu’ont été entreprises les trois grandes enquêtes sur l’espace rural français (...)”.

¹⁴ O ano de 1925 corresponde a entrada de Pierre Monbeig na Sorbonne. Em 1946 ele retorna do Brasil. Até 1957 ele vai condensar suas principais obras e artigos sobre o Brasil. Um pouco depois dessa data ele vai começar a se interessar pela Amazônia e pela América Latina.

¹⁵ “ Le Guide de l’étudiant en géographie publié en 1942 par Cholley est un excellent révélateur des tensions nouvelles qui agitent la géographie dans cette décennie. Or, sans être systématisés, ses propos sapent par plusieurs côtés la géographie annaliste. Le Guide recèle un ensemble de positions que remet en cause le paradigme en orientant fermement la géographie vers une discipline anthropocentrique, c’est-à-dire vers une science finalisée par les perspectives d’une organisation de la planète au profit de l’homme “

especificidade. A natureza era, para esses geógrafos, fonte de realidades irreduzíveis. Já o homem, principalmente, o homem econômico, que detém o capital, e o político, era cada vez mais um homem global fragilmente influenciado pelo gênero de vida. Ele reveste-se de uma ação sistematizadora e global no centro de sua ação. É uma ação padronizadora das paisagens.

Cholley defende assim uma finalização da disciplina que, em suas consequências extremas, rompe com as ambiguidades da geografia vidaliana, quebra o dualismo entre geografia física e geografia humana, que fora instituído no início do século nos *Annales de Géographie*, e retoma curiosamente a posição de um Dubois, defensor, contra a dupla geografia humana-geografia física, de uma ‘geografia’ sem epíteto. A crise do paradigma vidaliano se traduz então na adoção da posição contrária (ROBIC, 1996b, p. 46)¹⁶.

Pierre Monbeig vai sofrer efeitos progressivos desse longo movimento que rumo a uma crise do paradigma vidaliano? Essa é uma pergunta que também nos cabe responder ao longo desta tese, se estamos preocupados com as durações. Robic traz à cena “modelos de explicação das relações entre as sociedades e os meios ambientes” (ROBIC, 2001b, p. 86)¹⁷ que conviveram e mesmo rivalizaram no período que nos interessa. O terceiro movimento de longa duração é a explicitação de um paradigma metodológico. Os dois primeiros paradigmas esclarecidos por Robic são ainda paradigmas vidalianos. O terceiro, já se desloca dessa caracterização. Todos foram elaborados na primeira metade do século XX. Primeiro, “o modelo do ‘pays’ onde se restitui antes de qualquer coisa a engenhosidade infinita do homem e das sociedades, em uma visão ideográfica da abordagem geográfica, restitui a diversidade de adaptações entre o homem e o meio” (ROBIC, 2001b, pp. 86-87)¹⁸, o qual era difundido entre os vidalianos “ortodoxos”, entre as décadas de 1910-1930. Segundo, um outro modelo, que marca os primeiros textos de Jean Brunhes (1910), mas que enfraquece ao longo de sua carreira: “o outro, próximo do método experimental que o fascina [Brunhes], que visa à generalização das relações homem e meio a partir de casos-testemunhas” (ROBIC, 2001b, p. 87)¹⁹. O terceiro

¹⁶ Cholley prône donc une finalisation de la discipline, qui, dans ses conséquences extrêmes, rompt avec les ambiguïtés de la géographie vidalienne, brise le dualisme géographie physique-géographie humaine qui a été institué au début du siècle dans les annales de géographie, et retrouve curieusement la position d’un M. Dubois, partisan, contre le doublet géographie humaine-géographie physique, d’une ‘géographie’ sans épithète. La crise du paradigme vidalien se traduit alors par l’adoption de la position adverse”

¹⁷ “modèles d’explication des relations entre les sociétés et leur environnement”

¹⁸ “le modèle du ‘pays’ où l’on restitue avant tout l’ingéniosité infinie de l’homme et des sociétés, dans une version idiographique de la démarche géographique, celle qui restitue la diversité des adaptations hommes-milieu”

¹⁹ “l’autre, proche de la méthode expérimentale qui le fascine, qui vise à généraliser des relations hommes-milieu à partir de cas-témoins”

paradigma é percebido nos estudos de Etienne Julliard, antítese da experimentação dos vales isolados:

Antítese do vale, o cruzamento: substituindo o lugar de relações verticais da geografia clássica, que manifesta a relação natureza-cultura no interior do meio geográfico, há um lugar interligado, mutável, em uma relação horizontal com todos os outros lugares do mundo compondo o espaço geográfico [...] Ele também repensa o conceito de ‘meio’: invalida a causalidade natural, destacando o quanto o meio geográfico é ‘artificial’. [...] Ao fazê-lo, de maneira um pouco prometeica, Julliard coloca o homem no comando, revertendo a solução proposta por J. Brunhes e, com isso, o determinismo ambientalista que assombra as mentes de seus contemporâneos, tais como Le Lannou. (ROBIC, 2001b, p. 89)²⁰.

Assim, um terceiro movimento de profundezas é então o modo como a herança de Vidal de la Blache passa por processos de sistematização paradigmática, com posturas ortodoxas ou heterodoxas, ou até mesmo de sua recusa. Esses três elementos de longa duração se articulam de forma complementar no intuito de compreender o tipo de ciência que vai aos poucos se formatando no longo século XX, na longa duração, nas conjunturas, nas trajetórias individuais e na circulação dos discursos, das práticas e dos artefatos científicos. A transição de uma postura literária para uma postura modelar; de uma “ciência desinteressada” às diferentes formas de engajamento prático; do paradigma vidaliano à sua ruptura, podem expressar a maneira como os intelectuais entendem as novas realidades que pretendem estudar.

- Conjunturas e trajetória

No que toca às conjunturas, é preciso entender que elas aceleram os processos e revelam as fissuras das tensões de longa duração, favorecendo rupturas. A principal conjuntura diz respeito tanto a um esforço de difusão, propaganda e irradiação da geografia francesa, quanto ao surgimento de grupos de intelectuais brasileiros que se unem para contribuir com os processos de *renovação da ciência e formação de uma escola*, e a consecutiva tensão entre a *autonomia desses grupos frente à sociedade e o Estado*, principalmente em um contexto de capitalismo tardio, que os levaria a uma

²⁰ “Antithèse du val, le Carrefour: un lieu interconnecté, mouvant, en relation horizontale avec tous les autres lieux du monde formant l’espace géographique, se substituerait au lieu aux relations verticales de la géographie classique, qui manifeste le rapport nature-culture au sein du milieu géographique [...] Il repense aussi le concept de ‘milieu’: il invalide la causalité naturelle, en soulignant combien le milieu géographique est ‘artificiel’. [...] Ce faisant, de manière quelque peu prométhéenne, Julliard met l’homme aux commandes, renversant la solution de J. Brunhes et, avec elle, le déterminisme environnementaliste qui hante les consciences de ses contemporains, tel Le Lannou”

balbuciente mas precoce tendência à aplicação e à inserção em campo prático de intervenção. O capitalismo tardio é entendido por Mello como o momento retardatário em que o capitalismo encontra em terras latinas americanas condições “endógenas” para se reproduzir (MELLO, 1991, p. 31).

(...) a última década do século 19 e as três primeiras do século XX podem ser vistas como uma época de redefinição da identidade nacional (...). Uma redefinição pautada, é verdade, pelo pensamento de um grupo ínfimo da população. O ‘olhar para dentro’ desse grupo implicou, no entanto, a crítica a uma sociedade estruturada em torno de relações sociais escravocratas, ou seja, a rejeição do passado-presente, o que desafiava a elaboração de uma racionalidade que fundamentasse as propostas de valorização do nacional. Implicou, igualmente, no ‘olhar para fora’, a adoção de uma ‘razão classificatória’ que estabelecesse, ao mesmo tempo, a pertença do Brasil ao conjunto das nações ‘progressistas’, termo que designava na época os países industrializados e suas diferenças em relação às mesmas nações. Essa foi a porta de entrada para as ideologias científicas que dominaram o cenário intelectual da época, no sentido de estabelecer o divisor de águas entre o Brasil colonial e o Brasil ‘moderno’. (MACHADO, 2012, p. 310).

A obra e as práticas de Monbeig sofrem influência do contexto de formação do Estado brasileiro, da formação de um movimento de consolidação da identidade nacional do Brasil, que começa a se intensificar nas décadas de 20 e 30, do impacto que o capitalismo tardio vai ter nesses territórios e da urgência de participação de uma elite letrada aos discursos da modernização.

Tais debates não se davam num vazio geográfico. Foram alimentados pelo surto da expansão das vias de comunicações e de crescimento urbano, provocando questões concretas e práticas de gestão que exigiam novas ideias e saberes. A construção de estradas de ferro, a introdução na navegação regular por barcos a motor, a melhoria das comunicações com a Europa através da construção de cabos submarinos para a telegrafia, as obras de modernização dos portos, de pontes, de canais, indicam a intensificação das relações com o mercado internacional e o início do reordenamento interno do território. (MACHADO, 2012, p. 311).

Em contexto de capitalismo tardio, a história da geografia brasileira pode vislumbrar como este campo do conhecimento, em contato com a realidade concreta, contribuiu para acelerar a formação do Estado anteriormente à formação da nação - “invertendo o nexos tradicionalmente apontado entre identidade e território no mundo moderno” (MORAES, 2009, p.24). Genericamente, as ligações entre Nação-Território-Estado, surgidos após a Revolução Francesa, não se reproduziriam nos países coloniais,

mas sim uma construção inversa: Estado-Território-Nação. No Brasil, a intelectualidade colaborou com a *construção da nação e do Estado* (MORAES, 2009).

Todas essas conjunturas levam Pierre Monbeig a tomadas de posição frente às tensões de longa duração. A descoberta das novas paisagens do Brasil evoca recursos literários, mas a necessidade de contribuir com a formação do Estado, e a necessidade de uma compreensão crítica, chama a uma maior sistematização metodológica. De outro lado, as suas tristezas e mazelas solicitam dos intelectuais um direcionamento à ação, e um grupo deles não se eximiu das formas práticas de engajamento. Uma ciência com soluções particulares toma forma nos Trópicos.

- Organização da tese e fontes

Nesta tese, as tensões da longa duração, das conjunturas e das trajetórias perpassam todo o trabalho. As análises estão dispostas em três camadas e objetivamos articulá-las a todo tempo. Todavia, a temporalidade que guia o seccionamento da tese é a trajetória de Monbeig. No primeiro capítulo, denominado “Pierre Monbeig e as seduções de uma jovem ciência: engajamentos e transições da Geografia (1925-1929)”, nós discutimos a formação universitária de Pierre Monbeig, porque ele escolheu a geografia, e como tais opções refletem posicionamentos frente às tensões de longa duração. O segundo capítulo “Um geógrafo face à mundialização: os problemas globais de uma Geografia em busca de liderança (1930-1935)” discute como os estudos doutorais sobre a Espanha já estão inseridos na compreensão dos processos de modernização capitalista dos territórios e de irradiação da geografia francesa. O capítulo três “Os planos de Pierre Monbeig para o Brasil: as raízes francesas na organização da geografia brasileira (1935-1940)” demonstra que a construção de uma metodologia sob a marca do espaço brasileiro estava assentada sobre a organização institucional da geografia e que, nesse sentido, também as estratégias institucionais são circulantes e processuais. O capítulo 4, “O projeto de pesquisa nas franjas pioneiras e seus espaços de referência (1935-1940): uma primeira ‘ressignificação’²¹ do Brasil” trata de compreender como Pierre Monbeig formulou sua problemática de pesquisa em plena vanguarda do processo de atualização dos métodos e em problemáticas globais e comparadas. O quinto capítulo tem como título “Como um jovem professor francês adquire legitimidade no Brasil? A crescente

²¹ Usamos aqui este neologismo, “ressignificação”, pois acreditamos que ele melhor expressa uma situação de circulação das ideias. Não se trata de um novo significado das ideias em situação de circulação, mas dar nova qualidade a um discurso já existente.

normatividade das proposições nos interstícios da autoridade (1937-1946)” discute o processo de construção de autoridade de Pierre Monbeig no seio da Geografia Brasileira e como ele esboça compreensões sobre a formação da identidade e autonomia da escola brasileira de Geografia dando respostas específicas ao desenvolvimento das tendências de longa duração, em especial aquela que diz respeito à crescente normatividade do método e das doutrinas. No capítulo 6, “O Brasil e as proposições metodológicas de Pierre Monbeig (1940-1957): uma geo-história do capitalismo periférico e a leitura geográfica do subdesenvolvimento” e, enfim, o capítulo 7, “A resistência da expressividade literária e as particularidades do avanço do capitalismo no Brasil (1938- 1953)” que remete, em primeiro lugar, às rupturas frente ao método, em contato com o terreno brasileiro e seus principais frutos, notadamente, a elaboração da raciocínios sistêmicos que desse suporte a uma interpretação geográfica do subdesenvolvimento. Em um último momento, há um recuo das estratégias epistemológicas frente à manutenção da expressividade literária das descrições. Em

todos os capítulos tentaremos discutir essa mesma ordem de problemas em meio aos enigmas que surgem da evolução da própria trajetória intelectual. A formação da geografia brasileira se entrelaça com trajetória de intelectual de Monbeig, sendo esta atingida por movimentos de transformações conjunturais e por tensões de longa duração, em camadas mais profundas.

Nossa postura frente às fontes foi de um levantamento a princípio pouco seletivo de todo tipo, primárias ou secundárias. A progressiva elucidação da problemática de tese, com o auxílio da bibliografia secundária, deu ensejo ao processo de seleção e lapidação do conjunto de fontes. Contudo, o domínio do manejo das fontes não é simples, principalmente quando elas são abundantes. Foi bastante custoso selecioná-las e integrá-las em torno de uma problemática teórica e esperamos que este esforço tenha logrado algum resultado. A temática da contribuição de Pierre Monbeig à formatação disciplinar da Geografia brasileira foi induzida a partir da coleta abrangente do material reunido e como poderia ser melhor aproveitado. Na redação, não se fez diferenciação entre as fontes primárias e secundárias. Todas foram relacionadas em função da nossa argumentação.

|Realizamos pesquisas no Fundo Pierre Monbeig, situado no Instituto de estudos brasileiros, na biblioteca do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas da Universidade de São Paulo, nos arquivos da atual administração da Faculdade de Filosofia da USP, nos arquivos da reitoria da Sorbonne, nos arquivos do fundo Fernand Braudel no Institut de

France, no *Collège de France*, no acervo pessoal da família de Pierre Monbeig, nos Arquivos Diplomáticos do ministério das Relações exteriores da França, nos acervos de jornais da Biblioteca Mário de Andrade, nos arquivos da Associação dos Geógrafos Brasileiros, no Fundo Caio Prado Jr, situado no IEB, no Centro de Apoio à Pesquisa em História, nos Anuários, nos Boletins, jornais, revistas da época, entre outros.

- Um geógrafo francês nos Trópicos

Antes de adentrarmos no desenvolvimento da nossa demonstração, cabe traçar uma rápida nota biográfica de Pierre Monbeig. Nosso geógrafo nasceu em Marissel, em 1908, nos subúrbios de Beauvais no departamento de Oise, França (CLOUT, 2013, p. 54). Em 1928, obtém o diploma de estudos superiores (CLOUT, 2013, p. 55). Obtém a *Agrégation* com a idade de 21 anos (CLOUT, 2013, p. 56) e, logo depois, Albert Demangeon o estimula a começar uma tese de Geografia Humana sobre as ilhas Baleares (CLOUT, 2013, p. 56). Em 1930 e 1931, Monbeig frequentou os espaços da Casa Velásquez, na Espanha. Em 1935, fora convidado por Henri Hauser e George Dumas a ministrar aulas de Geografia e História no Brasil, na recém fundada Universidade de São Paulo, no seio de uma missão universitária francesa. Monbeig retorna do Brasil em 1946 e defende sua tese principal, *Pionniers et Planteurs de São Paulo* em 1950, obtendo o título de doutor na *Sorbonne*. Nesse mesmo ano, ele já exercia o cargo de professor de Geografia Colonial na Universidade de Strasbourg, quando passou a ser professor titular desta disciplina na mesma Universidade (ANDRADE, 1994, p. 75). Regressando a Paris em 1952, ele assume a cadeira de Geografia Econômica no *Conservatoire National de Arts et Métier*, onde lecionará por 9 anos. Em 1954, passa a ocupar o cargo de Diretor do *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine*, cargo essencialmente administrativo (ANDRADE, 1994, pp. 75-76). Então, em 1961, é nomeado professor de Geografia Humana na *Sorbonne* (ANDRADE, 1994, p. 75).

Tanto a Geografia francesa quanto a geografia brasileira, passaram, nas primeiras décadas do século XX, por transformações epistemológicas condizentes a um século que, sendo curto, *em termos de duração*, corroborando com a compreensão de um século breve, é, *ritmicamente*, bastante denso, com transformações inéditas ocorridas em muito pouco tempo. Por isso, Arrighi (1996) também pode falar de um século “longo”. A Revolução de 1917, a ascensão do fascismo, a primeira guerra mundial, a crise de 1929, o fim dos impérios, a segunda guerra mundial corroboram a percepção de Hobsbawm de que se tratava de um momento que caminhava de catástrofe em catástrofe (HOBSBAWM,

1995, p. 16). Mas era um mundo que caminhava a encontrar soluções de ordem mundial, e cuja conexão amarrava em laços de solidariedade povos que já não mais acreditavam em soluções fáceis: “pela primeira vez na história a Era do Ouro criara uma economia mundial única (...)”(HOBSBAWM, 1995, p. 19). A solidariedade econômica municiou a construção de uma ciência cada vez mais universal (HOBSBAWM, 1995, p. 506).

É por isso que o longo século XX é um século que vai eclipsar muitas tendências antigas, dentro das quais a Geografia participa, rompendo com a ideia comum de que a Geografia é uma ciência voltada para dentro (MACHADO, 2012) e demonstrando que uma geografia que vai se tornando gradativamente mais brasileira, participa também ela dos movimentos de ruptura e consolidação de uma economia mundial, bem como de uma ordem científica global²².

²² Nesta tese, será recorrente o uso dos adjetivos “mundial”, “global” e “internacional”. Com o auxílio de Chesnais, nós precisamos que o termo “global” surgiu no começo dos anos 80 nas escolas americanas de administração de empresas. Assim, para tratar do fenômeno da integração política, social e econômica, acompanhamos o autor na preferência pelo termo “mundial” (CHESNAIS, 1996). Mas nós utilizamos também o termo “global” para nos referirmos ao método, na linha do que pensava Fernand Braudel sobre a possibilidade de construir uma “história global” (BRAUDEL, 1992). O termo “internacional” não é utilizado como conceito.

Capítulo 1

Pierre Monbeig e as seduções de uma jovem ciência: engajamentos e transições da Geografia (1925-1929)

Em 1981, Claude Bataillon “reuniu” os geógrafos franceses em uma mesa imaginária onde “eles discutiram” sua formação geográfica (BATAILLON, 1981). Os resultados desse “encontro” de entrevistas feitas na verdade isoladamente, foram publicados em conjunto na revista *Hérodote*. Pouco antes disso, esta mesma revista acolhera um artigo que fora reconhecidamente crítico em relação aos fundamentos clássicos dessa disciplina²³. Todavia, mesmo entre os contemporâneos de Pierre Monbeig que reorientaram suas visões de mundo por outras tendências filosóficas - como Pierre George²⁴ ou Jean Dresch²⁵ - eles não deixavam de contemplar sua formação universitária permeada por aquisições decisivas. Tanto no que se refere ao aprendizado teórico e prático, como pela influência dos professores e da rede de amigos, a formação universitária tornou-se um patrimônio incontestado dos geógrafos formados nos meados das décadas de 1920 e 1930.

Compreender a formação acadêmica de maneira global, as escolhas de uma geração formada no contato e na fronteira entre disciplinas, geração esta que povoou postos importantes do campo geográfico, entre seus componentes, Pierre Monbeig, é um passo indispensável para avaliar os desdobramentos da tradição geográfica francesa no Brasil. Neste ponto de partida, se encerra a problemática não apenas da formação da geografia brasileira, mas do modo como a geografia francesa se constituiu fora da França.

O objetivo deste capítulo é desvendar os enigmas do ponto de partida da trajetória de Pierre Monbeig, como esta trajetória revela as longas tensões da geografia, e responder porque este jovem estudante, recém-saído do liceu, com pouca ou quase sem cultura acadêmica, de espírito aberto, engajado e atento às mudanças que agitavam o início do século XX, escolheu a História e a Geografia (nesse momento ministradas juntas) como

²³ Em 1979 Lacoste publicou o artigo “A bas Vidal... Viva Vidal!” em que a tênue linha da ruptura teórica aparece em todas as suas ambivalências.

²⁴ Nascido em 1909, Pierre George soma-se aos alunos de Geografia e História da Sorbonne em meados da década de 20. Sua formação é complementada por uma experiência militante no seio do Partido Comunista Francês, do qual se distanciará mais tarde (MANGAZOL, C; HAMELIN, L-D., 2008).

²⁵ Também na década de 20, J. Dresch foi aluno da *École Normale Supérieure*. Tendo feito uma tese no Marrocos, ele milita em organizações políticas de esquerda e integra o Partido socialista do Marrocos (TISSIER, 1996a, p. 370).

domínio de predileção de seus estudos no âmbito de sua graduação cursada na *Sorbonne* entre 1925²⁶ e 1928.

Cabe nos indagar quais foram as apropriações metodológicas essenciais desse período formador vivido por Monbeig em termos dos conflitos e das tensões de longa duração que incidem sobre a geografia francesa: a tendência à crescente sistematização do ensino e da aplicação de um método, a erosão dos valores literários ou sua resistência, a tendência à constituição de um novo campo de práticas planificadoras, a recuperação mais ou menos explícita de um paradigma vidaliano sistematizado, as relações de causalidade que são a expressão do uso do método. Como pano de fundo, esperamos abstrair da trajetória de Monbeig as transformações pelas quais passava a disciplina nesse momento (em suas diversas temporalidades) e quais foram os primeiros conteúdos, experiências e percepções que marcaram essa etapa de vida do jovem estudante e de alguns de seus colegas.

O caminho para a Geografia não gozava do maior prestígio no seio dos estudos literários da intelectualidade francesa (MEYNIER, 1969). Sua carga horária na *Sorbonne* totalizava 1/4 em relação aos estudos de História, e os desafios teóricos da consolidação da disciplina e do seu método estavam postos para professores e alunos (MEYNIER, 1969). Ademais, interpretações consolidadas dirigiram críticas veementes a geógrafos formados nesse período, argumentando que o excesso de rigor das monografias regionais teria contribuído ao enquistamento dos geógrafos em relação aos problemas do mundo contemporâneo (ARRAULT, 2007, p. 63). Paulo Cesar da Costa Gomes, geógrafo brasileiro, caracteriza o período como de uma atmosfera de formação “extremamente formalista e rígida” (GOMES, 2006, p. 223). Sendo esse o cenário, o que teria seduzido esses jovens estudantes?

Apesar da percepção de Gomes, a resposta que esboçamos para assimilar as escolhas de Pierre Monbeig nos *longos* caminhos traçados pela Geografia francesa situa-se em outra vertente: estudante inteligente, de origem familiar humilde, engajado e de espírito aberto, viu na Geografia um processo de *atualização teórica em marcha* que tinha como corolário a compreensão e atuação dos atores intelectuais na resolução dos problemas do mundo contemporâneo. As origens familiares de Monbeig também

²⁶ Há uma indefinição sobre a data exata da entrada de Pierre Monbeig na *Sorbonne*. Alguns autores dizem 1924, outros 1925. Adotamos 1925 porque seria mais lógico dada a sua data de formatura.

exercem influência para explicar o que estava insculpido na sua escolha pela Geografia e serão logo ponderadas. Esta etapa da formação de Monbeig é uma fotografia do estágio de desenvolvimento da geografia francesa, de seus conflitos e de suas transições.

Após a eclosão de uma consciência dos problemas de ordem global no seio da opinião pública, imediatamente após o fim da primeira guerra mundial, a geografia começa a se consolidar como uma *disciplina* que reorientava métodos recentemente formulados por Vidal de la Blache (cuja morte data de 1918) à compreensão da presente mundialização (ARRAULT, 2007). Sensíveis a tais mudanças, seus novos professores, tal como Emmanuel de Martonne²⁷ e Albert Demangeon²⁸, esforçavam-se por atualizar a Geografia em diversas frentes.

Na posição de catedráticos recentemente colocados na liderança do campo, eles abriam espaço e possibilidades para a transformação e criatividade dos alunos, abertos às influências de outras disciplinas e realizando proposições metodológicas em acordos mínimos, que deixavam possibilidades de escolha. Tal atualização se deu tanto numa frente teórica, prática, quanto institucional, uma vez que o Instituto de Geografia da *Sorbonne*, fundado em 1925, foi, em parte, inspirado no modelo alemão renovado, enquanto o curso de História mantinha perfis de formação erudita, menos aberto ao estudo das transformações contemporâneas (CHARLE, 1994).

Além disso, a convivência com os colegas, as excursões e a produção do saber, cujas lições eram incorporadas mais na prática do que em discussões de caráter teórico, atraíam personagens que aceitavam novos desafios militantes e profissionais. Por outro lado, dadas as seduções de uma jovem disciplina, as apropriações metodológicas do jovem Pierre Monbeig seguem modos de descoberta recentemente canonizados e, ainda que invisível no debate interno da disciplina, cada vez mais sistemático e repetitivo, com

²⁷ Emmanuel de Martonne nasceu em 1873. Ingressante na *École Normale* em 1892, após ser nomeado “caïman”, ou seja, supervisor para preparar alunos para a *Agrégation*, é nomeado em 1899 professor na Universidade de Rennes, onde passa seis anos ao mesmo tempo que se dedica à preparação de sua tese. Nomeado professor da Faculdade de Letras de Lyon em 1905, foi aceito na Sorbonne em 1909 (ALLIX, 1956).

²⁸ Nascido em 1872, Albert Demangeon foi um dos alunos de Vidal de la Blache na *École Normale*, ingressante em 1892, junto com Emmanuel de Martonne. Ele recebe a *Agrégation* em História e Geografia em 1895, a que se segue a carreira de professor secundário em diversos liceus no Norte da França e depois a carreira de professor Universitário em Lille. Defende sua tese sobre a *plaine picarde* em 1905, tese esta que foi considerada por seus contemporâneos como modelo de monografia regional da escola vidaliana. É nomeado mestre de conferência da Sorbonne em 1911 e se especializa progressivamente na Geografia Humana (TISSIER, 1996b, p. 347-348).

os aportes diretos dos seus professores da *Sorbonne*, representados por Lucien Gallois²⁹, Emmanuel De Martonne, Henri Hauser³⁰ e Albert Demangeon.

Nos atributos de sedução que esta jovem disciplina exerce sobre Pierre Monbeig, guardam-se as originalidades de sua articulação epistemológica. Além da renovação temática promovida pelos trabalhos de campo forçados pela guerra, a geografia dos liceus, na época de estudos de Monbeig, já não é mais uma ciência desinteressada, mas voltada para os interesses patrióticos dos estudos da economia. Na Universidade, uma disciplina engajada começa a se afastar de sua aliada principal, aliás, uma disciplina literária, a História, não sem sofrer retornos contundentes dos valores da literatura. Apesar da apologia ao caráter prático, conta-se ainda com uma invisibilidade do método, mas a Geografia Humana, a que Monbeig logo aderiu, encontrava-se na vanguarda das transformações e avanços da Geografia. Uma geografia com seus conflitos, transições e engajamentos sutis está em primeiro plano da fotografia tirada da Geografia oferecida à escolha de Pierre Monbeig.

Começamos então com a hipótese de que a atração do jovem Monbeig pela Geografia pode ter raízes um pouco anteriores ao seu ingresso na *Sorbonne*, se observada a conjuntura de renovação da geografia colegial e universitária que se instala após o fim do conflito bélico.

1. O impacto da primeira guerra: a atualização da Geografia e a ocupação dos postos de ensino pela “geração do fogo”

Durante a Primeira Guerra, os geógrafos universitários ganham maior espaço nos meios de comunicação, atuando como *experts* e respondendo a questões que emergem no seio da opinião pública (GINSBURGER, 2010, p. 708). Mesmo que a ciência francesa seja relativamente tímida neste movimento de constituição de uma *expertise mundial*, a guerra transformou o papel dos geógrafos na sociedade e, por consequência, o cotidiano de todos aqueles que se inserem no campo a partir de então.

²⁹ Tal como Vidal de la Blache, a quem ele tinha como mestre, Lucien Gallois fez parte da primeira geração que se orientou à Geografia a partir das aulas de Vidal de la Blache na École Normale. Como alguns outros alunos de Vidal, como Emmanuel de Martonne, Lucien Gallois tivera uma experiência como bolsista na Alemanha. Contudo, na França, esta geração passava por obstáculos no percurso de institucionalização da Geografia. Ele tivera que desenvolver uma tese de doutorado ainda sob direção de professores que entendiam a Geografia como ciência auxiliar da História, uma vez que Vidal de la Blache ainda não era doutor e não orientava teses. Gallois tivera ao lado de Vidal em uma série de importantes projetos editoriais, como os *Annales de Géographie* e a *Géographie Universelle*. Foi nomeado mestre de conferências na Sorbonne em 1894 (BLANCHARD, 1941).

³⁰ A trajetória de Henri Hauser será discutida posteriormente neste capítulo.

Dessa maneira, o ponto de partida do contexto geográfico em que vai se inserir Pierre Monbeig é o de uma disciplina que se posiciona como uma das vanguardas da *expertise* francesa. Se queremos graduar esses pontos de apoio da interpretação de um contexto epistemológico em que se insere Monbeig, caberia questionar como os estudos literários se encaixam nesse quadro. Mesmo havendo essa *expertise* em torno das questões internacionais, o contexto é também de forte nacionalismo, ressaltando o gênio e os interesses particulares dos franceses frente aos conflitos mundiais.

Na sequência de uma série de acordos de paz, muitos geógrafos tornarão públicas as suas experiências, bem como algumas de suas análises sobre as mudanças fronteiriças da Europa. Gallois, por exemplo, publica uma série de artigos fazendo o balanço das novas fronteiras, bem como sobre a partilha do Pacífico e da Conferência de Washington, entre 1921 e 1922 (GINSBURGER, 2010, p. 786). Demangeon lança, em 1920, um balanço de ordem ainda mais geral, “Le Déclin de l’Europe” (GINSBURGER, 2010, p. 786) e que terá grande impacto na opinião pública.

Esses geógrafos, depois de renovados os seus engajamentos e suas temáticas, serão solicitados, logo após o conflito, a ocupar postos do ensino. Segundo Ginsbourger (2010), eles tornaram-se pesquisadores e pensadores engajados, conhecedores de novos terrenos que se vislumbravam como laboratórios de geografia política recém descobertos, “contribuindo a mudar, mais ou menos profundamente, a natureza mesmo da disciplina” (GINSBURGER, 2010, p. 912)³¹. O balanço sobre as transformações da matéria geográfica nesse período posterior a primeira guerra é bastante amplo:

a descoberta de novas paisagens pelo turismo forçado dos anos de guerra, o retorno de um dinamismo sedutor com a instalação de novos mestres influentes, a atualidade da geografia como disciplina-chefe de um período marcado por **problemáticas fervorosas** de mudanças frontais e de tensões geopolíticas? A verdade é que a guerra (...) fornece, ao suscitar novas questões, um terreno fértil para o desenvolvimento de uma espécie de ‘geração de fogo’ tanto na geografia francesa quanto na alemã. (GINSBURGER, 2010, pp. 819-820)³².

³¹ “contribuant à changer, plus ou moins profondément, na nature même de la discipline “

³² “découverte de nouveaux paysages par le tourisme forcé des années de guerre, retour d’un dynamisme séduisant avec l’installation de nouveaux maîtres influents, actualité de la géographie comme discipline reine d’une période marquée par des problématiques brûlantes de changements frontaliers et de tensions géopolitiques ? Toujours est-il que la guerre (...) fournit, en faisant naître de nouvelles problématiques, le terreau du développement d’une sorte de ‘génération du feu’ dans la géographie française comme Allemande “

De forma semelhante, presenciavam-se novos discursos que divulgavam os interesses coletivos da nação francesa. Era preciso alçar a geografia francesa à altura da alemã. Um sentimento de união nacional frente ao adversário encontra em alguns geógrafos os seus porta-vozes. Albert Demangeon, muito próximo do movimento dos Annales, amigo de Lucien Febvre, exprime opiniões sobre os alemães que não frustraria este colega de trabalho. Há sentimentos nacionalistas partilhados entre diversos intelectuais. Demangeon escreve a Davis, geógrafo americano, em 5 de janeiro de 1919:

Tampouco posso aceitar (e muitos americanos aqui presentes também não poderiam) a sua opinião sobre as indenizações. Não se trata de fazer a Alemanha pagar uma indenização de guerra, fazê-la pagar as despesas da guerra; trata-se de fazê-la pagar por tudo o que ela destruiu sem necessidade militar, tudo o que ela saqueou e devastou. Temo que você fale destas coisas como um sábio distante da realidade. É preciso ter visto o estado em que os alemães deixaram os campos, as casas, as cidades, as fábricas, as minas, os monumentos na Bélgica e França: somos então obrigados a reconhecer que eles agiram como selvagens; eles devem reparar e restaurar o que destruíram. Do contrário, de nada nos serviria termos saído vitoriosos, se continuarmos arruinados (GINSBURGER, 2010, p. 756)³³.

Essa “geração do fogo” é uma geração mais nacionalista. Após a guerra, os geógrafos franceses não querem mais se sentir tributários diretos da ciência alemã. É um momento de intensa busca por autonomia. Quando Pierre Monbeig ingressar na *Sorbonne*, o cenário que ele vivenciará na Geografia é o de uma ciência cujo parto da independência está por se finalizar. Essa geração vai contribuir na renovação do discurso político, vai promover uma verdadeira invasão nos postos de professores universitários e secundários e vai ajudar a renovar a disciplina a partir de *problemáticas mais engajadas sobre os problemas do mundo* (GINSBURGER, 2010, p. 795). E, apesar de já terem incorporado grande parte dos benefícios do modelo alemão, participavam de um movimento de retorno ao enaltecimento do gênio francês.

Um dos personagens que também fora mobilizado na guerra, aos seus 36 anos, Fernand Maurette, terá um importante impacto na atração que a geografia exercerá sobre

³³ “Aussi je ne puis admettre (et beaucoup d'Américains, présents ici, ne peuvent admettre) votre opinion au sujet des indemnités. Il ne s'agit pas de faire payer à l'Allemagne une indemnité de guerre, de lui faire payer les frais de la guerre; mais il s'agit de lui faire payer tout ce qu'elle a détruit sans nécessité militaire, tout ce qu'elle a pillé et ravagé. Je crains que vous ne parliez de ces choses comme un savant éloigné de la réalité. Il faut avoir vu dans quel état les Allemands ont laissé, en Belgique et en France, les campagnes, les maisons, les villes, les usines, les mines, les monuments: alors on est obligé de reconnaître qu'ils ont agi comme des sauvages; il faut qu'ils réparent et qu'ils restaurent ce qu'ils ont détruit. Sinon, il ne nous servirait à rien d'avoir été vainqueurs si nous sommes ruinés.”

Pierre Monbeig. Maurette não apenas contribuirá no esforço de guerra, como sua especialização no campo da geografia econômica o situará como um importante *expert* nos meios governamentais franceses. Sua obra será utilizada por Monbeig nos seus primeiros cursos na Universidade de São Paulo, em 1936, o que nos leva a crer que o contato com a obra desse intelectual se dera durante os estudos universitários, ou até anteriormente.

Nascido em 1878, pai de família e de saúde frágil, ele não será enviado para o *front*, responsabilizando-se por tarefas de organização logística do conflito, a partir de 5 de agosto de 1914 (CARRUPT, 2015, p. 73). Ainda que sua participação na guerra seja relativa, não há dúvidas que o tema das matérias primas e dos mercados internacionais, aos quais ele se dedicava, alçavam-se à ordem do dia já desde, pelo menos, o começo da beligerância. Por tais utilidades, Maurette e seus colegas, impactaram de forma significativa na renovação das temáticas geográficas nos meios acadêmicos e secundários (CARRUPT, 2015, p. 74).

Os fenômenos econômicos modernos são os processos mais ativos de uma certa homogeneização do mundo, motivo pelo qual sua entrada no discurso geográfico começa a ser um princípio de renovação epistemológica. É por isso também que o último dos paradigmas, representado pelas palavras de Ettiéne Julliard (apresentado na introdução), coloca o homem no centro das relações geográficas. Assim, houve, após a primeira guerra, uma renovação das temáticas geográficas e dos campos de experiências vividos por estes geógrafos em torno da geografia econômica. Isto se deu tanto nas Universidades como nos colégios, um pouco antes de Monbeig ingressar na *Sorbonne*. A geografia que nasce sob a pena de Vidal de Blache apoiado em um discurso literário, chega no começo do século XX participando de um amplo debate de *expertise* mundial. Qual é o impacto dessas mudanças no ensino e no método da Geografia?

2. A Geografia ministrada nos liceus na época dos estudos secundários de Pierre Monbeig: uma geografia patriótica?

Outro elemento que pode ter proporcionado a atração exercida pela Geografia e pela História sobre Pierre Monbeig, ainda na época dos ensinos secundários, é o reflexo da atuação de Albert Demangeon nos ambientes da educação secundária. A partir de 1899, o futuro professor de Monbeig na *Sorbonne* tem uma atuação ativa junto à revista

pedagógica *Le Volume* (WOLFF, 2005, p. 149). Demangeon será responsável por divulgar uma concepção disciplinar patriótica e engajada.

Seus artigos são direcionados a professores de História e Geografia. Para os primeiros, Demangeon reproduz uma concepção de história bastante próxima daqueles que foram seus mestres da *Sorbonne* (Ernest Lavisse e Charles Seignobos), ressaltando uma história “acontecimental” em seus valores patrióticos, laicos e cívicos, no rastro da propaganda cultural da Terceira República, além de uma ode à colonização (WOLFF, 2005, p. 162).

Nos seus artigos especificamente geográficos, o que ressaltado é justamente o esforço de reformular a pedagogia do ensino: “Albert Demangeon insiste mais do que na História sobre as questões pedagógicas. Duas ideias vêm frequentemente [ao espírito]: em primeiro lugar a Geografia é uma ciência de reflexão e educação, e acessoriamente de memória” (WOLFF, 2005, p. 163)³⁴. Ao que se acrescenta que, além da crítica à pedagogia da memorização, ele insistia no papel do ensino concreto e pitoresco que pode o ensino de Geografia ter (WOLFF, 2005, p. 165). A primazia do discurso orientador é dada na indicação aos professores para encontrarem as raízes naturais dos fenômenos humanos (WOLFF, 2005, p. 169), no privilégio da escala regional que unificaria todos os ramos da geografia (física, humana e econômica) e, ao mesmo tempo, na potência transformadora da ação humana sobre o meio natural (WOLFF, 2005).

Com efeito, Albert Demangeon contribuiu para divulgar entre os professores uma versão atualizada do ensino geográfico, nos seus aspectos pedagógicos e políticos: “a preocupação com o pitoresco não deve levar ao esquecimento de questões mais elevadas. A criança que será o cidadão de amanhã não poderá ignorar os grandes fatos econômicos, as grandes descobertas que mudam a face do mundo”³⁵ (DEMANGEON apud WOLFF, 2005, p. 166). A geografia do momento se revela numa prematura elaboração de suas estratégias frente ao avanço da padronização econômica do mundo.

Os documentos primários também nos auxiliam a traçar um quadro das transformações do período. Duas principais reformas universitárias marcam o ensino secundário francês no começo do século XX: uma em 1902, e outra em 1925. Assim, no

³⁴“Albert Demangeon insiste plus qu’en histoire sur les questions pédagogiques. Deux idées reviennent fréquemment: d’abord la géographie est une discipline de réflexion et d’éducation, et accessoirement de mémoire”.

³⁵ “le souci du pittoresque ne doit pas faire oublier des préoccupations plus élevées. L’enfant qui sera citoyen demain ne peut ignorer les grands faits économiques, les grandes découvertes qui changent la face du monde”

momento em que Pierre Monbeig está frequentando o ensino secundário, provavelmente entre os anos de 1918 e 1924, a Reforma vigente é a de 1902. Outra série de circulares do ministério da Instrução Pública auxiliam os professores, entretimentos, a interpretar e fazer pequenas modificações nos desígnios desta Reforma.

Um decreto de 31 de maio de 1902, estabelece o programa do curso de Geografia e História para as 7 classes que os estudantes de 11 a 16 anos frequentam (e, após os 17 anos, quando a geografia e a história são inseridas também nas classes finais, em 1905). O sétimo ano, para alunos de 11 anos³⁶, trata da Geografia Geral, a América e a Austrália, com concentração sobre os conceitos da Geografia Física (Arrêté du 31 Mai 1902, B.A., n° 1522, 1902, t LXXI, p. 760).

No quinto ano, para alunos de 12 anos, o objetivo é introduzir as noções gerais da geografia física, da geografia política e da geografia econômica, bem como tratar da Ásia, da Insulíndia e da África. No quarto ano, os mesmos conceitos gerais são trabalhados, mas dessa feita no estudo da Europa, menos a França. Só no terceiro ano os estudos de geografia física, política e econômica se dirigem ao estudo da França e de suas colônias. No segundo ano, há uma retomada dos conceitos de geografia geral, contudo, mesclando-se os conceitos da geografia física com os da geografia política e econômica. Não tardemos mais a dizer que a tendência das reformas curriculares é acrescentar em tempo e em importância o papel da geografia econômica.

São quatro os grandes pontos do segundo ano em 1902 (para alunos de 15 anos). “1- A descoberta da Terra: O mundo conhecido dos antigos. As rotas comerciais e os grandes viajantes da Idade Média. A descoberta da América e do caminho marítimo para as Índias (...)” (Decreto de 31 de maio de 1902, B.A., n° 1522, 1902, t. LXXI, p. 760); “2- A Terra no universo: o sistema solar; a Terra no sistema solar; movimentos da Terra, a hipótese de Laplace, estudo breve das épocas geológicas” (Decreto de 31 de maio de 1902, B.A., n° 1522, 1902, t. LXXI, p. 760); “3- O homem: o lugar do homem na história da Terra; a população mundial atual; o número de homens; natalidade e mortalidade; distribuição; principais centros populacionais (...)” (Decreto de 31 de maio de 1902, B.A., n° 1522, 1902, t. LXXI, p. 760). Por fim, o conteúdo do ponto de geografia econômica parece realmente à altura de seu tempo: “O mundo econômico atual: meios e instrumentos de transporte; os grandes eixos ferroviários transcontinentais; as principais linhas de

³⁶ O sistema francês de contagem dos ciclos era decrescente.

navegação; os principais portos e os grandes países industriais e comerciais” (Decreto de 31 de maio de 1902, B.A., nº 1522, 1902, t. LXXI, p. 760)³⁷. No último ano, a França é finalmente abordada do ponto de vista físico, político e econômico.

Em 1905, o ministério da Instrução Pública publica uma segunda circular esclarecendo alguns pontos e acrescentando outros à reforma de 1902. Segundo o documento oficial, as mudanças sugeridas tratam de contemplar a demanda elaborada diretamente pelos professores para abordar com mais profundidade o tema das principais potências do mundo: “esta decisão responde ao voto emitido pelos professores de história dos nossos liceus e colégios” (B.A., nº 1684 et 1689, t. LXXVIII, p. 713. Circulaire du 28 juillet 1904, complétée par l’arrêté du 28 juillet 1905)³⁸.

A abordagem geopolítica dos interesses do Estado francês vai se tornando progressivamente mais econômica. Note-se que o tema da “colonização” já aparece, nesse momento, como o assunto de maior relevância nos estudos sobre o Brasil: “República da Argentina e do Brasil: geografia física e econômica: desenvolvimento da colonização”³⁹ (B.A., nº 1684 et 1689, t. LXXVIII, p. 713. Circulaire du 28 juillet 1904, complétée par l’arrêté du 28 juillet 1905).

Com ferramentas de comparação e compreensão dos processos, os avanços da Geografia acadêmica atingem cada vez mais as classes secundárias. A reforma universitária de 1925, ano em que Pierre Monbeig ingressa na *Sorbonne*, justifica-se pelos progressos metodológicos da Geografia acadêmica, que, na verdade, lançam os alunos, cada vez mais, ao coração dos problemas do mundo.

Um importante e longo documento é produzido em 1925 como *Instruções Relativas ao Ensino de História e Geografia*. No terceiro tópico, denominado “A Geografia moderna”, esboça a seguinte justificativa: “Poucas ciências passaram, sem nenhuma dúvida, por progressos tão significativas em nossa época como a Geografia. É

³⁷ “1- la découverte de la terre : le monde connu des anciens. Les routes de commerce et les grands voyageurs du moyen Âge. La découverte de l’Amérique et de la route maritime de l’Inde (...)” (arrêté du 31 mai 1902, B. A, nº 1522, 1902, t LXXI, p. 760). ; 2- “La terre dans l’univers: le système solaire; la terre dans le système solaire; mouvements de la terre, hypothèse de Laplace, coup d’oeil sur les époques géologiques” (arrêté du 31 mai 1902, B.A, nº 1522, 1902, t LXXI, p. 760) ; 3- “ L’homme : place de l’homme dans l’histoire de la Terre : la population actuelle du globe : nombre des hommes ; natalité et mortalité ; répartition ; principaux centres de peuplement (.)” (Arrêté du 31 Mai 1902, B.A, nº 1522, 1902, t LXXI, p. 760). Por fim, o conteúdo do ponto de geografia econômica parece realmente à altura de seu tempo: “le monde économique actuel : moyens et instruments de transport ; les grandes voies ferrées transcontinentales ; les grandes lignes de navigation ; les principaux ports et les principaux pays industriels et commerçants” (arrêté du 31 mai 1902, B. A, nº 1522, 1902, t LXXI, p. 760).

³⁸ “cette décision répond au voeu émis par les professeurs d’histoires de nos lycées et collèges”

³⁹ “République Argentine et Brésil : géographie physique et économique ; développement de la colonisation”

somente desde mais ou menos meio século que ela tomou verdadeira consciência de seu objeto e determinou um método (...)⁴⁰ [grifos nossos] (Instructions relatives à l'enseignement de l'histoire et de la géographie).

Como se vê, a adesão a uma Geografia patriótica voltada aos interesses geopolíticos franceses vai se tornando cada vez mais econômica, menos literária, mais planejadora e mais consciente de seu método. A Geografia secundária francesa é uma disciplina que se volta aos interesses políticos do Estado e isso também terá um peso nas escolhas de Monbeig. Para além do que foi apresentado, Pierre Monbeig também justifica sua entrada na Geografia com fundamento em um discurso político.

3- As origens e as influências familiares: um espírito engajado⁴¹ em uníssono às tendências da geografia

A escolha da Geografia e História não se dava exclusivamente por afinidades teóricas. As posturas políticas e a origem social se refletem nas posições ocupadas no campo (BOURDIEU, 1976). Pierre Monbeig tivera uma origem modesta. Filho de professores, sua mãe o estimulava a cursar a *licence* em inglês, enquanto o pai encorajava a opção pela História. Tendo recebido os ensinamentos primários em casa, ele cursara o ensino secundário no *Lycée Montaigne*, primeiramente, e no *Lycée Louis-le-Grand*, posteriormente, liceus estes bastante conceituados em Paris. A questão financeira pesou na sua escolha, vindo a priorizar a estabilidade que lhe proporcionaria a carreira de professor, seguindo a profissão dos pais.

No fundo, eu hesitei seriamente entre estudar Inglês ou História e Geografia. Via-me submetido a influências muito conflitantes, minha mãe insistia fortemente para que eu fizesse a licenciatura em Inglês, dizendo que os professores de História e Geografia não davam aulas particulares, enquanto que os anglicistas as ofereciam. Devo dizer que os

⁴⁰ "Peu de sciences ont sans doute fait plus de progrès à notre époque que la géographie. C'est seulement depuis environ un demi-siècle qu'elle a pris vraiment conscience de son objet et déterminé la méthode (...)"

⁴¹ Ao longo desta tese, vamos utilizar por diversas vezes o termo "engajado", referindo-se ao fato de que Pierre Monbeig tinha um espírito crítico e era dotado de uma visão progressista relativo à necessária condução política com vistas ao desenvolvimento das nações. Soma-se ao fato de que Pierre Monbeig era, ou tornou-se, convém afirmar, um geógrafo de esquerda! A ideia de engajamento visou evitar o termo "militante", mas não simplesmente atenuar suas posições políticas em torno de uma "visão crítica". Jean Dresch nos ajuda a melhor qualificar a postura política de Monbeig: "Pierre Monbeig était, comme je le suis, sensible à ces spectacles de pauvreté, si différents mais aussi fréquents d'un continent à l'autre. (...) il n'avait pas l'esprit d'un militant, mais elle était sans cesse exprimée par l'orientation, le choix des questions" (DRESCH, 1991, p. 50). Outras ações reforçarão nossa posição: Pierre Monbeig abandonará uma tese na Espanha por conta da instalação da ditadura de Franco, ele reflete seriamente em abandonar o Brasil para lutar na resistência durante a segunda guerra mundial, ao longo da guerra, matricula os filhos em um colégio inglês para não colaborar com o governo de Vichy, participa, em São Paulo, de uma série de eventos políticos, entre outras ações.

meus pais eram antigos professores de classes elementares da escola secundária. A vida nem sempre fora fácil para eles, e o aspecto financeiro da profissão contava muito. Meu pai me deixou mais livre, mas sua influência foi muito mais durável e sutil porque ele amava História. Numa época em que isso era permitido, embora ele não tivesse concluído a licenciatura, ele tinha obtido um Diploma de Estudos Superiores em História, mesmo sendo professor da turma de 7º ano do Liceu de Beauvais. Penso então que devo ter hesitado um pouco, mesmo sem perceber completamente. (MONBEIG in BATAILLON, 1991, p. 27-28)⁴².

Uma modesta família e uma orientação política voltada à preocupação dos problemas sociais atraíram Pierre Monbeig à História e à Geografia, bem como reforçaram sua tendência em aprofundar-se no seio da última. Tratava-se de uma disciplina cujo recrutamento era mais democrático, sem a exigência do Latim, o que possibilitava uma seleção social mais heterogênea e uma evolução na carreira menos exigente quanto às matérias escolásticas (CHARLE, 1994).

Eu acho que isso é devido principalmente ao fato que, quando somos jovens e nos interessamos pela Geografia e, especialmente, pela Geografia Econômica e Humana, fazemo-lo quase sempre porque nos sentimos atraídos por certas preocupações de caráter social. E reforçamos nossas convicções pelo próprio fato de começarmos a fazer Geografia. Fico sempre espantado ao encontrar colegas da Geografia Humana que são reacionários: eu não entendo. A seleção de estudantes de Geografia sempre foi mais democrática do que a de outras disciplinas, especialmente a de economistas, e até mesmo de historiadores. Talvez devêssemos olhar para Saint-Cloud e a Licença sem Latim. Mas mesmo no passado, mesmo quando eu era estudante, penso que os alunos que preferiam Geografia a História eram na maior parte das vezes de origem mais modesta e tinham no geral **uma opinião política situada muito mais à esquerda do que à direita. Eu acho que por conta de suas origens, de suas famílias, da vida de seus pais, tias, primos, de todos os seus laços, eles eram muito mais próximos do trabalho manual** [grifos nossos] (MONBEIG In BATAILLON, 1991, p. 33)⁴³.

⁴² "Au fond, j'ai eu une hésitation, très sérieuse, entre les études d'anglais et les études d'Histoire et géographie. J'étais en proie à des influences très contradictoires, ma mère me poussait vivement à faire une licence d'anglais, disant que les professeurs d'Histoire et géographie en donnent pas de leçons particulières, alors que les anglicistes en donnent. Il faut dire que mes parents étaient des instituteurs passés dans les classes élémentaires des Lycées. La vie n'avait pas été toujours très facile pour eux, et l'aspect financier de la profession comptait. Mon père me laissait beaucoup plus libre mais son influence en était beaucoup plus durable et subtile parce qu'il adorait l'histoire. En un temps où c'était permis, bien que n'étant pas licence, il avait fait un diplôme d'études supérieures d'Histoire, tout en étant professeur de classe de 7ème au Lycée de Beauvais. Alors, je pense que j'ai dû en hésiter un peu, sans biens m'en rendre compte".

⁴³ "Je crois que c'est dû essentiellement au fait où si l'on s'oriente vers la géographie, et surtout vers la géographie économique et humaine, quand on est jeune, c'est presque toujours parce qu'on est attiré par certaines préoccupations du type sociales. Et on se trouve renforcé dans ses convictions par le fait même qu'on a commencé à faire de la géographie. Je suis toujours très étonné de découvrir des collègues qui font de la géographie humaine et qui sont réactionnaires : je ne le comprends pas. Le recrutement des étudiants de géographie a toujours été plus

Na Universidade, Pierre Monbeig conheceu sua futura esposa, estudante de história, Juliette Janet. As relações familiares de Monbeig, principalmente aquelas travadas após este relacionamento, apontam para uma proximidade com intelectuais literários e científicos importantes de sua época.

A família de Juliette Janet lançava Monbeig no seio do mundo acadêmico, enquanto, sua própria família o fazia provavelmente lembrar da importância dos pequenos trabalhadores para a construção de seu país. Sua origem familiar remete à comuna de Luc-de-Béarn. Por volta de 1400, já há no cemitério da cidade a referência a este nome de família. Em 1818, nasce o primeiro, ou um dos primeiros, “Pierre Monbeig”. Ele irá morrer em 1885, tendo se casado com Françoise Marie, na própria cidade Luc-de-Béarn. Com este personagem começa a migração da família Monbeig para o Norte da França.

Ocorre que, ao servir no exército, ele sorteou um “mauvais-numéro” e foi obrigado a se alistar, quando passou a viver na Bourgogne. De origem humilde, era provavelmente cozinheiro chefe do exército, enquanto sua mulher era “femme de chambre”. Depois, ambos se mudaram e se instalaram em Montfort Le Maury, no centro da França.

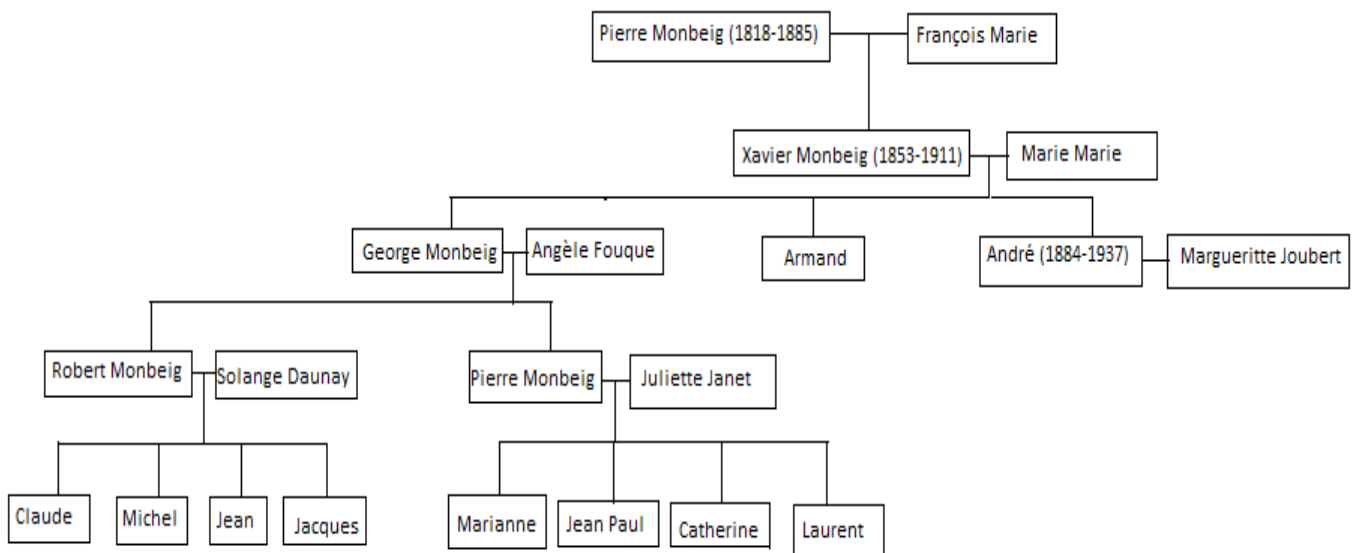
Lá, Pierre Monbeig, que veio a ser o bisavô do geógrafo, montou uma livraria e uma chapelaria. Também no centro da França, eles adquiriram uma velha casa que, mais tarde, se tornou uma “maison familiale”, ponto de encontro de toda a família. Ele e Françoise tiveram quatro filhos: Xavier Monbeig (1853-1911), que se casa com Marie Marie e mais três meninas. Depois, um dos filhos de Xavier e Marie, George Monbeig, casa-se com Angèle Fouque e serão os pais do futuro geógrafo.

Um servente do exército que se tornou livreiro, a trajetória do bisavô de Pierre Monbeig pode ter tido algum peso na sua inclinação aos estudos. Pierre Monbeig se destaca em uma família de origem modesta, ligada ao trabalho braçal, alguns em funções técnicas, como seu irmão Robert. Já a família Janet, de Juliette, esposa de Monbeig, se constituía predominantemente de trabalhadores intelectuais e profissionais liberais.

démocratique que celui des autres disciplines, particulièrement que celui des économistes, et même que celui des historiens. Peut-être il faudrait chercher du côté de Saint-Cloud et de la licence sans Latin. Mais même autrefois, même lorsque j'étais étudiant, je crois que les étudiants qui préféraient la géographie à l'Histoire étaient généralement d'une origine plus modeste et généralement d'opinion politique beaucoup plus marquée vers la gauche que vers la droite. Je crois que de par leur origine, de par leur famille, de par la vie de leurs parents, tantes, cousins, de par toutes leurs attaches, ils étaient beaucoup plus près du travail manuel”.

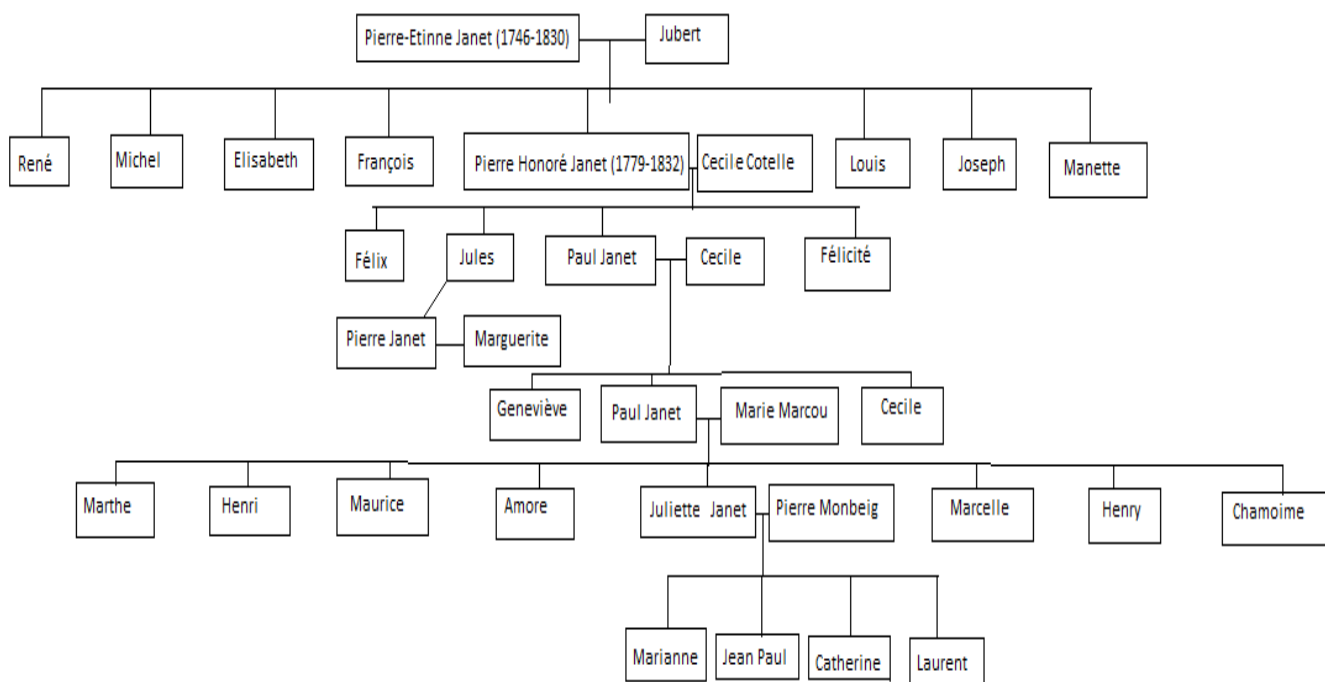
Um dos primeiros Janet, Pierre-Etienne Janet (1746-1830), dera início a uma longa descendência, da qual se destacara o célebre psiquiatra Pierre Janet. Este importante profissional liberal era primo do físico Paul Janet (1863-1937), que se casara com Marie Marcou (1862-1850) e tiveram oito filhos, dentre eles Juliette, esposa de Pierre Monbeig. A família Marcou também tinha enraizamento intelectual, tendo um dos seus membros ocupado a chefia do conservatório da França, onde professores e funcionários se dedicavam a reabilitar o patrimônio histórico.

Família Monbeig⁴⁴



⁴⁴ Fonte: arquivos familiares de Marianne Hano Monbeig, filha de Pierre Monbeig.

Família Janet⁴⁵



⁴⁵ Fonte: arquivos familiares de Marianne Hano Monbeig, filha de Pierre Monbeig.

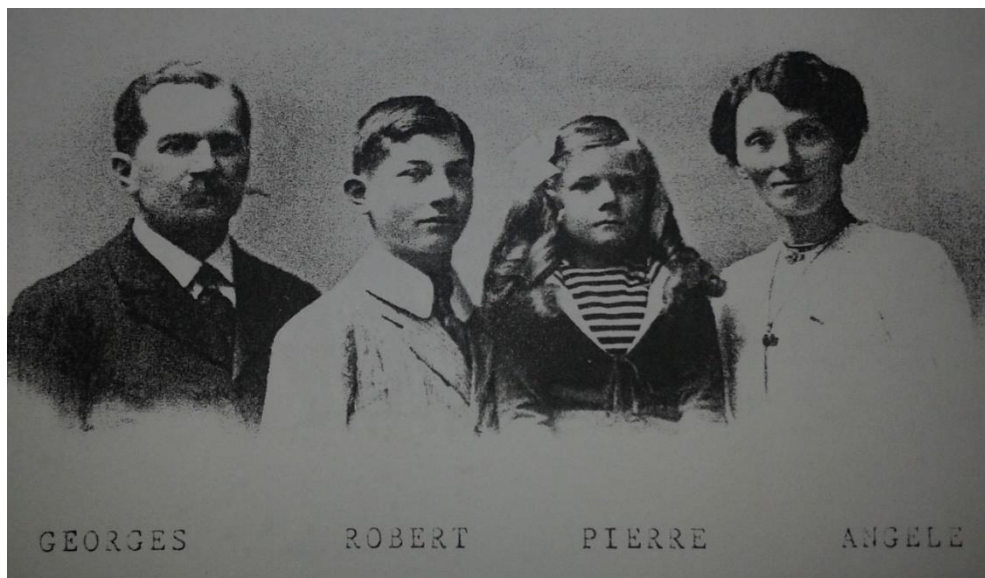


Foto 2. A família de Pierre Monbeig. Seus pais e seu irmão. Fonte: arquivos familiares de Marianne Hano Monbeig.



Foto 32 Pierre Monbeig quando criança. Marianne, filha de Pierre Monbeig, sublinha que ele tinha cabelos loiros, compridos e encaracolados. Fonte: arquivos familiares de Marianne Hano Monbeig.

Graças aos depoimentos de Pierre Monbeig, somos levados a crer na importância de sua origem familiar pela preferência por estudos engajados, que dessem visibilidade às preocupações sociais das classes menos favorecidas no seio do mundo moderno. Isto nos leva a inferir que Pierre Monbeig não apenas teria tomado conhecimento dos interesses do Estado francês no interior de uma geografia econômica das potências, como se observa no currículo do ensino secundário, como também ele teve grandes afinidades com os problemas da nação, e, notadamente, os relativos aos menos privilegiados.

Ao que parece, ele se aproximava de uma disciplina pelo viés da contribuição ativa aos mais desprovidos, devido às suas origens familiares. Em seguida, como já inferimos, as relações familiares a partir do casamento com Juliette, podem ter atraído ainda mais Pierre Monbeig aos estudos e à carreira acadêmica. Indo adiante, caberia aprofundar como sua orientação aos estudos de Geografia e o afastamento da História, uma vez no interior da Universidade, teria sido motivada por um amplo processo de renovação da Geografia e que se expressa em tomadas de posição frente aos desafios epistemológicos de disciplina. A postura frente a tais tensões é de alguma maneira uma das heranças de Monbeig e que marcará a sua carreira.

4- O ingresso na Universidade e as diferentes dinâmicas institucionais do curso de História e de Geografia: um parto de independência e começo do distanciamento das disciplinas literárias

A diferenciação do *métier* do geógrafo de outros grupos, notadamente dos historiadores, é característica marcante desse contexto, segundo Marie-Claire Robic (1996b). Além disso, a abertura de mercados específicos de uma geografia ainda que não “aplicada”, mas em rápido processo de autonomização, é da mesma maneira presente em seus traços iniciais (ROBIC, 1996b). No passado, os geógrafos universitários fizeram parte de um Comitê de estudos para preparar a França para as negociações de paz (TISSIER, 1996c). Já na década de 20, o período é marcado pela possibilidade de assessoria sobre as questões das reformas urbanas inseridas num processo de metropolização (ROBIC, 1996b).

Neste mesmo período, em 1925, Pierre Monbeig ingressa no curso de História e Geografia da *Sorbonne*. Nesse momento as duas disciplinas eram lecionadas

conjuntamente. Até então, a matéria geográfica era considerada como uma ciência auxiliar da História. Porém, pela diferença na estrutura organizativa das duas disciplinas aclara-se que a Geografia prepara, desde a fundação do Instituto de Geografia da *Sorbonne*, em 1925, um voo autônomo. Passando por um processo de consolidação das suas estruturas institucionais e por uma atualização de seus cânones de saber legitimamente aceitos, a Geografia se volta mais do que nunca à abordagem dos problemas contemporâneos.

Um dos temas de maior interesse entre professores e alunos era justamente, segundo Robic, o processo de emergência das grandes cidades. Diferentemente da História, a Geografia passa a representar uma cultura de explicação da modernidade. São essas novas possibilidades que despontam no cenário geográfico e que terão um peso importante nas escolhas de Pierre Monbeig, cujas razões aparecem quando ele compara a vocação dos dois ramos do ensino:

O que me chamou para a Geografia, mas que também poderia ter-me atraído para a História Contemporânea, **foi um certo gosto pelos problemas políticos, econômicos e sociais**; mas a **História Contemporânea** me atraía pouco da forma como ela era então ensinada, era ainda uma História diplomática; porém, havia um historiador que pendia para a Geografia sem perceber, que era Henri Hauser. Nessa época em que o efetivo era pequeno, a influência imediata dos professores sobre seus alunos era ainda maior, e Demangeon recomendou àqueles seus alunos que lhe pareciam mais interessados, provavelmente porque lhe faziam perguntas durante as excursões e viviam em torno dele, que fossem assistir às aulas de História Econômica de Henri Hauser. [grifos nossos] (MONBEIG in BATAILLON, 1981, p. 123)⁴⁶.

Esta nova proposta institucional e metodológica permitiu, na verdade, uma tentativa de inversão das forças em jogo. De uma ciência auxiliar, a Geografia começara a representar um ramo do conhecimento que poderia englobar os principais métodos da história, promovendo uma espécie de complementariedade entre as questões históricas e

⁴⁶ “Ce qui m'a attiré vers la géographie, mais aurait pu aussi m'attirer vers l'histoire contemporaine, c'est un certain goût pour les problèmes politiques, économiques et sociaux ; mais l'histoire contemporaine m'attirait peu étant donné la façon dont elle était alors enseignée, c'était encore l'histoire diplomatique ; par contre, il y avait un historien qui poussait vers la géographie sans s'en rendre compte, c'était Henri Hauser. À cette époque de faibles effectifs, les professeurs avaient davantage d'influence immédiate sur leurs élèves et Demangeon avait recommandé à ceux de ses élèves qu'il avait repérés, probablement parce qu'ils lui posaient des questions au cours des excursions et qu'ils tournaient autour de lui, d'aller suivre les enseignements d'histoire économique d'Henri Hauser.”

contemporâneas, entre os arquivos e o trabalho de campo, entre o método histórico e a capacidade de observação. De acordo com um colega de Monbeig, Pierre George:

A Geografia garantia a mim esta complementariedade, visto que na época era necessário utilizar os arquivos, e fazer em parte um trabalho de história, e de associá-lo a observação, ao tempo de fenômenos de longa duração que são as realidades naturais e os fenômenos de curta duração que são as realidades sociais. Apareceu a mim totalmente natural que, sem dar as costas à história, tornar-me geógrafo⁴⁷. (GEORGE In BATAILLON, 1981, p. 124)

Em contrapartida, o contexto intelectual de produção acadêmica que permeia o curso de História da *Sorbonne* é de crise do *métier* do historiador. A organização do curso de história não sofreu grandes alterações desde 1898 e os métodos encontravam-se relativamente inertes (CHARLE, 1994). A propensão das reestruturações universitárias dessa disciplina, foi, desde o século XIX, intensificar o peso dos processos avaliativos e acrescentar em número o recrutamento dos estudantes (GERARD, 1983, p. 81). As consequências de um engessamento institucional e de uma avaliação pedagógica rigorosa, de um método de difícil aplicação, vai lentamente formatando opiniões. Aparecem insatisfações que podem ter contribuído a orientar carreiras. Um aluno de história, Charle Péguy, deixa transparecer sua decepção:

Quando nossos mestres inventaram o método, quando o expuseram para nós, ficou subentendido que reservavam para si o direito de não segui-lo? A lei é feita para todos. Ficou entendido que nossos professores introduziram o método para que nós fôssemos forçados a segui-lo enquanto que eles não eram obrigados a fazê-lo. (PÉGUY, apud NOIRIEL, 2014, p. 10)⁴⁸.

Do outro lado, a fundação do Instituto de Geografia em 1925 permite que seus diretores se apoiem em modelos recentemente reformados (pensa-se aqui no exemplo que pode ter oferecido a Universidade de Strasbourg, que passara por importantes reformas após o domínio alemão). Assim, o Instituto de Geografia se situa num cruzamento dos

⁴⁷ “La géographie m’assurait cette complémentarité puisque à l’époque il fallait utiliser les archives et faire pour une part un travail d’histoire, et l’associer à une observation à la fois des phénomènes de longue durée que sont les réalités naturelles et des phénomènes de courte durée que sont les réalités sociales. Il m’est apparu tout naturel, sans tourner les dos à l’histoire, de devenir géographe”.

⁴⁸ “Quand nos maîtres ont inventé la méthode, quand ils l’ont introduite parmi nous, fut-il entendu qu’ils se réservaient, eux seuls, le droit de ne pas la suivre? La loi est faite pour tout le monde. Fût-il entendu que nos maîtres introduisaient la méthode pour que nous fussions forcés de la suivre et pour qu’eux ils ne fussent pas forcés de la suivre.”

modelos institucionais alemão e francês, e que são a expressão de modos diferentes de fazer ciência. Como a organização do instituto revela as suas profundas tensões?

Com o propósito de reagrupar intelectuais cujas trajetórias se desencontram no exercício magistral de suas cadeiras, o modelo de instituto permitia e estimulava o trabalho conjunto (FRIEDMAN, 1996, p. 97). Para além disso, as aulas eram previstas na forma de seminários, assemelhando-se aos trabalhos coletivos dos laboratórios e por onde se partilham experiências de atores cujos diálogos em níveis de pesquisa dessemelhantes desconstruem uma rígida concepção da hierarquia acadêmica. Trabalhos práticos eram privilegiados contrariamente aos atos de leituras e recursos oratórios. A faculdade de Letras é concebida como um centro de ensino de línguas modernas, desfavorecendo o ensino das línguas antigas ou orientais (FRIEDMAN, 1996, p. 96).

Também a organização dos prédios e dos materiais ambicionava uma *nova* estratégia de reprodução da ciência francesa: a reunião de obras provenientes de diversos países contribuía para a amplificação das zonas de influência dessa geografia. Ela ganhava, cada vez mais, a possibilidade de construir um discurso sobre o mundo, com a reunião de informações das suas diversas partes. Os discursos que reuniam essas considerações estavam em voga depois do ressurgimento das grandes crises mundiais. Eles faziam parte, portanto, de discursos sobre a modernidade.

A coleção cartográfica do Instituto de Geografia aumenta anualmente e, notadamente, a transferência das coleções reunidas na Faculdade de Letras constituíram um importante patrimônio (DE MARTONNE, 1929, p. 53). Os livros são repartidos em duas bibliotecas: um pequeno estabelecimento acessível aos estudantes conta com uma coleção de 437 volumes e 39 atlas. Uma segunda biblioteca é acessível aos professores, estudantes mais avançados e ao público estrangeiro (DE MARTONNE, 1929, pp. 53-54). No conjunto, o número de volumes ultrapassa 6000 de livros, 3722 brochuras, um milhar de obras duplicadas e há ainda obras doadas e não catalogadas (DE MARTONNE, 1929, p. 54). Além da expressiva coleção de cartas, originárias de serviços cartográficos de diferentes Estados “modernos”, que se reportam a diferentes regiões do mundo: “nossa coleção à grande escala compreende séries completas de quase todos os serviços geográficos dos Estados modernos (...)” (DE MARTONNE, 1929, p. 54-55)⁴⁹. A coleção

⁴⁹ “notre collection à grande échelle comprend des séries complètes de presque tous les services géographiques des États modernes (...)”.

era das mais atuais: quase 80% das compras de cartas de 1928 foram adquiridas no Serviço Geográfico do Exército, “graças à benevolência do general Bellot” e todas elas são utilizadas para “trabalhos práticos” (DE MARTONNE, 1929, p. 55)⁵⁰. O impacto da primeira guerra atinge também, como era de se esperar, a produção cartográfica. São 12 000 cartas em 1912, 33 200 em 1926 e 44 097 em 1928! A geografia da coleção manifesta a intenção de alçar Paris como um centro de pesquisas de alcance internacional: a França figura com uma coleção de 10 569 cartas, a Europa conta com 7 235, os Estados Unidos com 3 283 cartas e a África, por fim, com 1631 (DE MARTONNE, 1929, p. 55).

Os geógrafos que liderarão esse movimento de modernização da geografia, teórico, material, e institucional, são justamente os geógrafos que serão professores de Pierre Monbeig na *Sorbonne*: Emmanuel De Martonne e Albert Demangeon, que também contribuirão intensamente com a construção do Instituto.

Na ocasião de um intercâmbio na Alemanha, na condição de bolsista, Emmanuel de Martonne, futuro diretor do Instituto de Geografia no período em que Pierre Monbeig o frequentará, assimilara práticas de pesquisas que se verão futuramente integradas no contexto de renovação institucional, mas também científico, não sem salientar que a tradição literária francesa não pode ser dispensada, mas já sofrendo adaptações cada vez mais significativas.

Concentração de recursos técnicos, pedagógicos e bibliográficos no seio do mesmo instituto; seminários com a presença de pesquisadores em diversos níveis; trocas entre professores, pesquisadores e alunos no cotidiano dos institutos; predominância dos trabalhos práticos e importância das excursões (DE MARTONNE, 1898), são os elementos já destacados por De Martonne. Mesmo assim, as incorporações são mais complexas do que simples relações de influência.

Vê-se, pela preocupação com o lado prático, que o ensino de geografia alemão tende a oferecer aos estudantes não somente ideias, princípios gerais, mas sobretudo meios de trabalho, instrumentos de pesquisa científica pessoal. É um ensino voltado talvez menos para o passado e mais para o futuro, menos pela preocupação com o que adquiriram os estudantes e mais com o que resta a adquirir. Os estudantes são preparados não apenas no tipo de raciocínio geográfico, mas ainda, e sobretudo, na pesquisa dos fatos que servem de base a este raciocínio. Vê-se formarem-se espíritos práticos, mais do que perfis voltados ao método. Essas tendências são particularmente marcadas na escola de Viena e

⁵⁰ “grâce à bienveillance du général Bellot”

como elas são no geral opostas às tendências de nosso ensino, compreende-se facilmente qual o interesse que elas podem significar a um jovem francês. Predisposto por sua educação literária e filosófica a encarar os fatos do alto, a se ligar às ideias mais do que aos fatos que são origem dessa ideias, às grandes relações de causa e efeito que se entrelaçam nos fenômenos geográficos mais do que a esses fenômenos por eles mesmos, ele aprenderá o gosto pela pesquisa minuciosa, e os meios práticos, a alargar o campo de suas experiências, o que tem por consequência alargar o próprio campo de suas ideias. Ele poderá reunir as vantagens dessas duas formas de ver as coisas e de tipos de ensino completamente diferentes, e que podem se completar, para melhor dizer. (DE MARTONNE, 1898, p. 259)⁵¹.

Por tal citação, é notório que Emmanuel De Martonne concebe uma tradição geográfica francesa a meio caminho entre os estudos práticos e as grandes construções teóricas. As teorias seriam elaboradas com rigor empírico, narradas com expressividade literária e visão “do alto”. Já o modelo de ensino alemão é um modelo baseado na sistematização do uso e do ensino do método e de sua pronta aplicação na realidade. A abertura ao modelo alemão, bem como de um relativo afastamento da História, não sem a manutenção do “espírito francês”, fora prestigiosa e sinalizava a internacionalização e a modernização do ensino universitário de geografia, o que pode ter contribuído para a atração de Monbeig por esta disciplina. O instituto de Geografia se revestiu da articulação desses dois modelos de ciência diferentes e tornou-se um lugar preparado para acolher uma ciência moderna. Ele reproduzirá, assim, a estratégia epistemológica entre o vernacular e o científico, entre o desinteressado e o prático, mas já com tendências que apontavam para um maior distanciamento das formas literárias. E após a primeira guerra, o Instituto busca amalgamar estes dois modelos em um discurso de autonomia do seu próprio ensino nacional.

⁵¹ “On le voit, par ce souci du côté pratique, l’Enseignement géographique allemand tend à donner aux étudiants non seulement des idées, des principes généraux, mais surtout des moyens de travail, des instruments de recherche scientifique personnelle. C’est un enseignement tourné peut être moins vers le passé que vers l’avenir, moins préoccupé de ce qui est acquis que de ce qui reste à acquérir. On en veut préparer les élèves non seulement au raisonnement géographique, mais encore et surtout à la recherche des faits qui servent de base à ce raisonnement. On en veut faire des praticiens plutôt que des méthodologues. – Ces tendances sont particulièrement marquées dans l’École de Vienne et comme elles sont à peu près l’opposé des tendances de notre enseignement, on comprend quel peut-être l’intérêt pour le jeune géographe français. Predisposé par son éducation littéraire et philosophique à envisager les choses de haut, à s’attacher aux idées plus qu’aux faits d’où elles sortent, aux grands liens de cause et effet qui enchainent les phénomènes géographiques plutôt qu’à ces phénomènes eux-mêmes, il y apprendra le goût de la recherche minutieuse, et les moyens pratiques d’élargir le champ de son expérience, ce qui est par suite élargi le champ de ses idées. Il pourra réunir les avantages de deux genres d’esprit et d’enseignement tout différents, et qui se complètent pour ainsi dire”.

5- As estratégias de reprodução do saber. O instituto de Geografia e o espírito de coesão dos discípulos de Vidal

Contudo, as mudanças rumo à aplicação, ao planejamento e à consciência metodológica não ocorrem de um só golpe e a originalidade epistemológica da Geografia gerava na época um espírito de coesão. Prestígio institucional, inauguração de um prédio, nova estruturação organizativa, cursos de participação coletiva, compõem um ambiente de coesão da comunidade geográfica. A recente criação do Instituto e de suas cadeiras na *Sorbonne* nutre um ambiente de entusiasmo e renovação (BROC, 1983, p. 247). O projeto de construção do instituto começou a se esboçar um pouco antes da primeira guerra mundial, em 1913, pelo reitor Louis Liard. Mas só em 1925 o Instituto de Geografia pôde ocupar o espaço da rua Saint-Jacques (DE MARTONNE, 1927, p. 407)⁵².

O instituto era um lugar essencial de formação e representava uma vitória importante da concepção metodológica dos discípulos diretos de Vidal de la Blache. Pois seus antecedentes revelam as controvérsias teóricas que estavam embutidas na luta por institucionalização da Geografia. O projeto que precisara ser vencido fora o de Marcel Dubois, que propusera inclusive a criação de um laboratório na *Sorbonne* sob sua direção e que ocupava uma das mais antigas cadeiras, sendo sucessor do historiador A. Himly. Ele não priorizava um ensino associado às ciências naturais, ao contrário dos vidalianos (ROBIC, 2001a).

Desenvolvendo ‘a geografia colonial’, [cadeira] para a qual ele foi nomeado na Sorbonne, M. Dubois divergiu, contudo, em relação a seus camaradas ‘normaliens’ que se mantiveram próximos de Vidal de La Blache, Lucien Gallois, B. Auerbach, e ainda, Emmanuel De Martonne (...). A divergência concernia ao projeto, orientado por uns a uma disciplina da ação e por outros por uma ciência contemplativa (Robic, 1998; Soubeyran, 1998). Uma delas se dava em torno da relação [da geografia] com as ciências naturais: Dubois se recusa a uma aliança estreita com as ciências naturais, e, sobretudo, ao primado da geologia (ROBIC, 2001a, p. 83)⁵³.

⁵² A criação do instituto é ainda mais impressionante visto que o contexto nacional é de restrição do orçamento nacional à pesquisa após as destruições da primeira guerra. Ela só foi possível graças a uma doação privada (MEYNIER, 1969, p. 37).

⁵³ “En développant la ‘géographie coloniale’ pour laquelle il était nommé en Sorbonne, M. Dubois divergea cependant par rapport à ses camarades normaliens restés proches de Vidal de la Blache, les Lucien Gallois, B. Auerbach, puis Emmanuel de Marronne (...). La divergence concernait leur projet, orienté pour l’un vers une discipline de l’action et pour les autres vers une science plus contemplative (Robic, 1998 ; Soubeyran, 1998). L’un de leurs différends concerna les relations avec les sciences naturelles: Dubois se refusa à une alliance étroite avec les sciences naturelles et, surtout, au primat de la géologie”.

Olivier Soubeyran nos ajuda a contextualizar o quanto a geografia colonial se distingue do ponto de vista paradigmático da geografia vidaliana. A ação planificadora e a liberdade de ação do homem estão no centro dessa controvérsia:

O artigo [sobre ‘Le Dombes’ de Lucien Gallois] cristaliza em uma dezena de páginas, aquilo que se tornará exemplar no pensamento geográfico francês: o partido tomado pela geologia, pelo encadeamento determinista, linear, que desemboca, necessariamente, em uma relação entre o homem e o solo. Uma abordagem onde a regionalização dos espaços produzida pela história e pela política desnaturalizam o que a natureza havia unido. Uma visão, que se quer do alto e desinteressada, onde o que se descreve é o que é em relação ao que foi, onde os atos de ordenamento do território e da engenharia recente reparam essencialmente os erros do passado para reencontrar a harmonia que nos ditava a divisão natural (SOUBEYRAN, 1997, p. 115)⁵⁴.

Pelas citações de Robic e Soubeyran, outorga-se que a centralidade da ação humana articulava os paradigmas geográficos diferentemente. Uma geografia mais humanista era menos contemplativa e mais tendente à ação. *Era sobretudo a parte do naturalismo que evocava a contemplação e o discurso literário.* À vista disso, podemos modular a postura dos professores “vidalianos” frente à metodologia do ensino do método e às tentações da sua orientação prática. A Geografia vidaliana desponta no começo do século XX, sem excluir aqui as suas facetas institucionais, como uma ciência moderna, porém não em função do uso imediato dos interesses coloniais ou planificadores. Ainda que ecoando alguma simplificação (CLERC, no prelo), esta era a concepção dos vidalianos que, sem negar a geografia das colônias (CLERC, no prelo), não pendiam para uma ciência planificadora, e ancoravam parte de seus discursos especulativos na contemplação da natureza (SOUBEYRAIN, 1997).

Diante disso, corroborando com uma vitória da concepção geográfica dos discípulos de Vidal na orquestração do instituto, o esboço de seu projeto cumpria, entre outras funções, duas essenciais: a reunião dos materiais e um ambiente cujo projeto pedagógico era marcado pela união entre os estudos literários e os estudos naturalistas. Os valores literários resistiam na evolução da Geografia:

⁵⁴ “L’article cristallise en une dizaine de pages, ce qui deviendra exemplaire de la pensée géographique française : le parti pris géologique, l’enchaînement déterministe, linéaire, abouti, nécessaire, d’une relation entre l’homme et le sol. Une approche où les découpages de l’espace qui sont produits par l’histoire et la politique dénaturent ce que la nature avait uni. Une vision non planificatrice, qui se veut haute et désintéressée, où l’on décrit ce qui est par rapport à ce qui a été, où les actes d’aménagement et d’ingénierie récents réparent essentiellement les erreurs du passé pour retrouver l’harmonie que nous dictait la division naturelle”.

A retomada das negociações ocorreu no começo de 1920, sob a presidência de P. Appell, que se tornara reitor, e que reuniu uma nova comissão em abril. Ele lembrou as linhas diretivas do projeto: ‘a ideia dominante foi de fazerem cair os muros que separam as faculdades. No instituto de geografia, as Faculdades de Ciências e de Letras devem estarem juntas. Deve-se evitar uma divisão no ensino. As coleções serão de uso comum de todos os estudantes, restando, contudo, de propriedade da Faculdade que é por elas responsável (ROBIC, 2001a, p. 95.)⁵⁵.

Finalmente inaugurado⁵⁶, este novo estabelecimento agiu como um catalisador das atividades geográficas do período: excursões são organizadas amiúde pela associação de estudantes contando com a direção de professores (DE MARTONNE, 1929, p. 60). Diferentemente das outras disciplinas de Letras, o modelo do professor-pesquisador inscrito em trabalhos coletivos aparece na prática do trabalho de campo e proporciona a formação de estudantes num espírito corporativo de pesquisa. Alguns professores tornavam-se bastante próximos dos estudantes, outros cultivavam posturas mais distantes, mas todos exerciam inegável sedução sobre alguns deles, principalmente quando estavam no campo. Tal estrutura institucional favorecia a influência direta dos professores sobre os alunos:

Este gosto foi reforçado pelos professores do jovem Instituto de Geografia que abria suas portas em 1926, ou seja, De Martonne e Demangeon, meus camaradas do momento, J. Weulersse, P. Vilar, J. Bruhat, todos dotados de grande admiração por Demangeon, pois ele representava igualmente uma tradição normalista : uma maneira bastante formal de falar dos problemas da geografia humana, enquanto que De Martonne, ríspido, e também

⁵⁵ “La reprise des négociations se fit au début de 1920, sous la présidence de P. Appell, devenu recteur, qui réunit une nouvelle commission en avril. Il rappela les lignes directrices du projet: “L’idée dominante a été de faire tomber les murailles séparant les facultés. Dans l’Institut de géographie, les Facultés des Sciences et des lettres doivent être sur le même pied. [Ils] doivent éviter les doubles emplois dans les enseignements. Les collections seront en commun à l’usage de tous les étudiants, tout en restant la propriété de la Faculté qui est responsable”.

⁵⁶ Há que se falar, contudo, que a construção do instituto não são só flores. Tendo conseguido reunir uma série de laboratórios e instituições, a criação do Instituto sofre, todavia, uma perda parcial: o laboratório de Geografia Física não se transplanta a sede do Instituto (ROBIC, 2001a). Mesmo assim, acreditamos que a fundação do Instituto representa uma importante vitória que conferira legitimidade à concepção de ciência dos discípulos mais próximos de Vidal de la Blache. Emmanuel de Martonne posiciona-se frente a esta derrocada da concepção inicial do Instituto: “On peut regretter que l’enseignement de la géographie physique crée à la faculté des sciences par le géologue Ch. Vélain n’a pas été transféré dans les bâtiments de l’Institut de géographie. Cependant, le laboratoire de géologie appliquée, créée par le professeur Léon Bertrand et l’Institut de physique du globe créé par le professeur Charles Maurain, tous deux installés dans ces locaux. L’institut d’ethnographie, dont les cours s’adressent surtout aux explorateurs, missionnaires et administrateurs coloniaux, complète la série des enseignements qui, avec leurs collections ou laboratoires de recherche, a pris place dans l’Institut de géographie. Inutile d’insister sur la fécondité de pareils rapprochements” (DE MARTONNE, 1927, p. 410).

bastante ‘normalista’, não buscava arrancar sorrisos da jovem geração (DRESCH apud BATAILLON, 1981, p. 121)⁵⁷.

No instituto, do mesmo modo, está sediada a Associação dos Geógrafos Franceses (AGF), criada em 1920, responsável pela publicação de uma “Bibliographie géographique annuelle” (DE MARTONNE, 1927, p. 409). O que ressaltou do papel da Associação é a sua promoção a uma equalização dos conhecimentos geográficos num viés essencialmente *especializado*. Este é justamente o movimento que a constituição do Instituto parece estimular: um crescente processo de especialização da geografia, uma crescente consciência metodológica e um *relativo* processo de diferenciação do *métier* do geógrafo, em relação a outras disciplinas, notadamente as literárias:

Os membros desta associação, que reúne **unicamente especialistas**, são na maior parte antigos alunos da Sorbonne. É no anfiteatro do Instituto de Geografia que ocorrem as seções mensais e as discussões científicas [grifos nossos] (DE MARTONNE, 1927, p. 409)⁵⁸.

A AGF⁵⁹ tinha como objetivo promover o diálogo de “sábios” especialistas, segundo o seu estatuto. Nota-se que, prontamente, não se faz referência a “geógrafos”, mas evocam-se os “especialistas”. É esta transição que a Associação procura estimular. A sede da Associação localiza-se no mesmo prédio do Instituto de Geografia, o que contribuiu para a liderança dos geógrafos universitários em suas atividades. Os membros ativos (há uma diferença entre os ativos e os benfeitores) são demandados a produzir trabalhos geográficos. Há um controle teórico, conseqüentemente, da produção geográfica nacional. Os novos membros só podem ingressar com a aprovação dos antigos. Assim como se verificará no Brasil, a AGF será a promotora de uma Assembleia Geral, que reúne os geógrafos pelo menos uma vez ao ano (AGF, 1924, p. 4).

Mas voltemos ao Instituto de Geografia. O conselho de direção do instituto corrobora com a articulação de uma rede de reconhecimento da legitimidade da

⁵⁷ “Ce goût a été renforcé par les professeurs du jeune Institut de géographie qui ouvrait ses portes en 1926, c’est-à-dire de Martonne et Demangeon, mes camarades du moment, J. Weulersse, P. Vilar, J. Bruhat, avaient tous été pris d’une grande admiration pour Demangeon, car il représentait également la tradition normalienne : un art assez formel de parler de problèmes de géographie humaine alors que de Martonne, bourrou, et tout normalien qu’il fût, ne cherchait pas du tout à faire des sourires aux jeunes générations des normaliens”

⁵⁸ Les membres de cette Association, qui groupe uniquement des spécialistes, sont pour la plupart d’anciens élèves de la Sorbonne. C’est à l’amphithéâtre de l’institut de géographie qu’ils tiennent leurs séances mensuelles de discussions scientifiques”

⁵⁹ Abriremos aqui um parêntese para discorrer bem rapidamente sobre a Associação de geógrafos franceses. O modelo da AGF será muito importante para a futura Associação dos Geógrafos brasileiros, fundada em 1934 e que teve Pierre Monbeig a frente como presidente durante o período que ele esteve no Brasil.

Geografia, no interior de uma estratégia mista, entre o popular e o científico, entre as ciências práticas e literárias, entre o modelo de ensino alemão e o francês. Participam do conselho de direção o reitor (que é o seu presidente), chefes de diversos serviços do Estado, um representante do Museu de História Natural, do Serviço Geográfico do Exército, do Serviço de Estatística Geral, do “Office” nacional de meteorologia, da Escola Colonial, Escola de Ciências Políticas, etc (DE MARTONNE, 1927, p. 410). Privilegia-se, à vista disso, a interlocução com o Estado e as ciências vizinhas.

Com o Instituto, a geografia passa a dialogar com outras disciplinas de viés de aplicação. Ao se situar a meio caminho das vertentes aplicadas, a arquitetura da disciplina orienta-se a abordar o que era chamado de “interesses práticos”. A Geografia endossava de imediato sua vocação científica impulsionada pelo reconhecimento de sua utilidade para a solução de demandas de interesse público. Mas isto tendia, por outro lado, a enfraquecer os discursos baseados nos valores literários?

O número de estudantes que frequentam o Instituto entre 1925 e 1928 e que consomem esses discursos e expedientes de reprodução dos saberes é crescente⁶⁰. Somando-se a tais engenhos, a acumulação de legitimidade adquirida pelo Instituto delineia uma estratégia de internacionalização. Na ocasião do relatório de 1928, Emmanuel De Martonne veicula a pretensão do Instituto de Geografia de Paris de servir de sede para o secretariado e para as conferências do Congresso da União Geográfica Internacional que, em Cambridge, deliberara, em julho do ano anterior, a eleição de Paris como cidade acolhedora (DE MARTONNE, 1929, p. 71).

Ademais, um salto de qualidade na produção intelectual do período foi possível graças à centralização das estruturas institucionais. Segundo Emmanuel De Martonne (seu segundo diretor após Lucien Gallois), “esta interpretação delicada supõe não somente conhecimentos variados, como também um método. É evidente que é um centro universitário que este método poderá ser melhor definido, conservado pela tradição, melhorado e desenvolvido” (DE MARTONNE, 1927, p. 407)⁶¹.

⁶⁰ Em 1925, os alunos eram em 210, em 1927-1928, contava-se com 252 e 325 desde de Novembro de 1928. As salas de trabalhos práticos eram frequentadas por 220 estudantes em 1927-1928 e 302 desde de novembro de 1928 (DE MARTONNE, 1929, pp. 58-59). O recrutamento progressivo age na ramificação das estratégias de formação da escola e o domínio específico de técnicas contribuiu para o processo de criação de distinções pertinentes.

⁶¹ “cette interprétation délicate suppose non seulement des connaissances variées, mais une méthode. Et c’est évidemment dans un centre universitaire que cette méthode peut être mieux définie, conservé par la tradition, perfectionnée et développé”.

Assim, o instituto representava também um elemento de autonomia e estabilidade do pensamento geográfico francês, à medida que garantia que a transformação e a transmissão do método fossem cada vez mais conduzidas. As estratégias epistemológicas se mesclam, mas seguem a tendência à erosão da influência das Letras e a transparência dos procedimentos. Ao lado da tendência à abordagem dos problemas práticos, o funcionamento do instituto de geografia começa a promover também uma maior sistematização do ensino do método geográfico, o que enfraquece novamente o lado expressivo da balança. Até que ponto esta sistematização atingia o ensino universitário, depois de ponderado o seu ponto de partida literário, é algo que cativa nossa interpretação do período. Para o líder deste projeto, Emmanuel De Martonne, o rearranjo institucional cumpria um papel precípua no que se refere à reprodução de tradição geográfica francesa nesses moldes:

Se a formação de uma tradição e de um método importa mais em geografia do que em outra ciência, felizmente, o instituto de Geografia da Universidade de Paris aparece como um lugar onde se conservam as ideias que inspiraram o fundador da escola geográfica francesa [Vidal de la Blache]. (DE MARTONNE, 1927, p. 416)⁶².

Dessa maneira, ensejando algo mais do que uma concentração de recursos e técnicas, o processo de “profissionalização” em marcha pôde ser apreciado no interior da padronização do ensino e da equalização das competências. Precisamente, os movimentos se encontram no instituto de geografia. Uma ciência prática, mas não aplicada; volta-se aos interesses dos problemas do presente, mas não só; abre um campo para geógrafos profissionais, mas em nada absolutamente pragmáticos; uma especialização, mas sem renunciar às sínteses, uma maior sistematização do ensino do método, mas no interior da Faculdade de Letras. Esses movimentos de homogeneização implicavam iniciar estudantes em competências metodologicamente estruturadas e na difusão de um discurso epistemológico bastante original.

Assim, no interior de transformações profundas que emergem depois da primeira guerra, a marca dessa geração é a de um coletivo seguro de seus métodos. Os processos de profissionalização lançaram a geografia para a vanguarda da modernização. As trajetórias coletivas traduzem uma geração segura, com prestígio e com instâncias de

⁶² “Si la formation d’une tradition et d’une méthode importe en plusieurs géographies que dans aucune autre science, il est heureux que l’Institut de géographie de l’Université de Paris apparaisse comme le foyer où se conservent les idées qui ont inspiré le fondateur de l’école géographique française [Vidal de la Blache]. ”

financiamento e reprodução dos seus projetos, mesmo que ainda no interior de uma compreensão literária do mundo, mas também cada vez mais científica.

6- O ensino universitário de geografia na *Sorbonne* aborda os problemas do mundo contemporâneo

Passemos aos relatos do período de formação de Pierre Monbeig na *Sorbonne*. No ensino de geografia, um primeiro ciclo de estudos prolongava-se por dois a três anos e facultava o conhecimento de noções geográficas ditas “fundamentais”: um ensino de geografia física “geral”, ministrado por Emmanuel De Martonne, e um curso de geografia econômica (de dois anos), conduzido por Albert Demangeon. O curso era complementado por “exercícios práticos” e dispunha, ao final, de um certificado de “geografia geral” e outro de “geografia econômica” (DE MARTONNE, 1927, pp. 407-408).

Os termos da época são exemplares no que toca à concepção de Geografia do período. A parte física era responsável pela iniciação dos fundamentos. Já a parte “humana” orientava-se visivelmente à economia. Contudo, é a Geografia Física que tem primazia na formação dos estudantes, ramo da disciplina que sustentava o discurso naturalista e literário, conforme relata Meyner:

No ensino de graduação, o teste de dissertação principal tratava obrigatoriamente de um assunto de geografia física. Da mesma maneira, na análise de cartas, a geomorfologia era primordial, a análise humana vinha quase como uma consequência, de acordo com um semi determinismo⁶³ (MEYNIER in BATAILLON, 1981, p. 130-131).

Ao estudo da Geografia Física, seguia como consequência natural o estudo da Geografia Humana. Neste outro ramo do ensino, o testemunho de Pierre Vilar atesta como o processo de renovação institucional foi acompanhado pela atualização metodológica que se voltava aos desafios de compreensão dos problemas contemporâneos:

Mas é preciso dizer que até então as grandes questões que nós imaginávamos, de forma mais ou menos confusa, que dominariam nosso século, só tinham sido colocadas através das lições dos nossos mestres geógrafos: demografia, migrações, colonização, polos de desenvolvimento industrial e urbano, transformações nos modos de produção agrícola, desenvolvimento energético e, ainda mais próximas da história viva que nós sentíamos palpitar, as crises do mundo britânico, o futuro dos grandes espaços americanos, o

⁶³ “Dans l’enseignement de licence l’épreuve principale de dissertation portait obligatoirement sur la géographie physique. De même, dans l’analyse de carte la géomorphologie était primordiale, l’analyse humaine venait presque comme une conséquence, selon un démi-déterminisme”

despertar das massas na Ásia, a emergência dos planos soviéticos. (VILAR, 1962, p. 12)⁶⁴.

Após o período de iniciação aos fundamentos, os estudantes de geografia eram orientados ao curso de geografia regional, que unificava os estudos de geografia física e humana e que compreendia um estudo sobre a França. Depois, o aprofundamento dos estudos geográficos voltava-se para uma parte da Europa e, por fim, culminava com grandes extensões extra-européias (DE MARTONNE, 1927, pp. 407-408). O curso não era, isto posto, de caráter enciclopédico, nem localmente restrito. Pela sua estrutura, era acima de tudo a *parte metodológica* que importava exercitar: após um primeiro ciclo “fundamental”, mobilizavam-se recursos à compreensão regional em escalas diversificadas.

Os anos frequentados por Pierre Monbeig na condição de aluno do Instituto de Geografia contaram ainda com diversos temas: em 1925-1926, Lucien Gallois disserta sobre as relações entre geografia e topografia sem um foco espacial específico. Veremos que Lucien Gallois exerce um importante papel do ponto de vista da sistematização do ensino do método. Emmanuel De Martonne discorre sobre o tema da Ásia de monções (Índia, Indochina, China e Japão), enquanto o professor Albert Demangeon palestra sobre a Europa do Noroeste (Ilhas Britânicas, Países Baixos, Escandinávia).

O ano de 1926-1927 teve como foco a América do Norte, conteúdo ministrado pelo Professor Albert Demangeon, e um curso sobre a Europa Central, da parte de Emmanuel De Martonne (DE MARTONNE, 1927, pp. 407-408). Uma quarta cadeira, de geografia colonial, era assumida por Augustin Bernard que, em 1926-1927, pôs-se a expor a geografia da África do Norte (UNIVERSITÉ DE PARIS, 1927-1928, p. 116).

Observando-se o programa do curso de Geografia *Sorbonne* de 1925-1926, pode-se concluir que Emmanuel De Martonne aplica-se ao ensino das primeiras classes e aos princípios gerais da Geografia, enquanto a conferência de Albert Demangeon é reservada aos estudantes avançados sob condição de prévia solicitação (UNIVERSITÉ DE PARIS, 1925-1926, P. 107-108). Caberia à Geografia física o ensino dos princípios, era por este

⁶⁴ “Mais il faut bien dire que jusqu’alors les grandes questions dont nous devinions, plus ou moins confusément, qu’elles domineraient notre siècle, ne nous étaient guère posées qu’à travers les leçons de nos maîtres géographes : démographie, migrations, colonisations, pôles de développement industriels et urbains, transformations des modes de production agricole, progrès de l’énergétique et, plus proches encore de l’histoire vivante que nous sentions palpiter, crises du monde britannique, avenir des grands espaces américains, éveil des masses d’Asie, naissance des plans soviétiques”

ramo do ensino onde se reforçariam as posturas contemplativas e, mesmo que tendencialmente mais explícitas, ainda pouco herméticas naquele momento.

A atribuição de De Martonne como introdutor dos princípios da geografia é indicada, como tal, a partir do certificado de ‘Geografia Geral’ outorgado logo a pós a conclusão do curso. Efetivamente, data de 1909 a publicação do *Traité de Géographie Physique*, reeditada em 1925 – aliás, ano de fundação do Instituto - e que fortalece sua posição como um chefe de escola. Quanto ao programa de Albert Demangeon, verifica-se que é centrado no estudo de temáticas contemporâneas: como vimos, após o abalo da primeira guerra, a questão das matérias primas figura como tema incontornável. Importa salientar, do mesmo modo, que Albert Demangeon orienta seu curso para o problema das indústrias.

Ainda na fase de estudos de Monbeig, Marcel Dubois já não ocupa mais a cadeira de geografia colonial na *Sorbonne*. As aulas sobre a “Geografia e a Colonização” são oferecidas por Augustin Bernard e focam-se na África do Norte, restringindo o seu alcance. Como já abordamos, a liderança de Dubois fora marginalizada pelos vidalianos e que ele reforçava o papel do homem na condução dos processos, longe da influência do naturalismo. Reitera-se que a geografia das colônias traz à luz uma vertente aplicada, em que os vidalianos só se engajam, quiçá, na longa duração: segundo Pierre George, a geografia colonial de Dubois se constituía como uma “geografia aplicada da expansão europeia”⁶⁵. A aplicação não era, de fato, o projeto dos vidalianos (GEORGE apud ROBIC et all., 2006a, p. 156). Não se pode falar ainda em uma geografia vidaliana aplicada, que ainda era bastante ancorada na consideração de um determinismo geográfico.

Quanto ao programa de 1927-1928, mesmo se evadindo de uma produção enciclopédica do saber, pode-se concluir que o arranjo do curso de Geografia durante esse período não prescinde de se fazerem conhecer diversas partes do mundo, o que, como vimos, exerce uma espécie de sedução sobre o jovem Pierre Monbeig (UNIVERSITÉ DE PARIS, 1927-1928, P. 116).

A análise do período de formação de Pierre Monbeig no Instituto de Geografia da *Sorbonne*, no interior do curso de História e Geografia, não modifica essencialmente a periodização do desenvolvimento da disciplina no entre guerras traçada por Robic, mas

⁶⁵ “géographie appliquée de l'expansion européenne”.

ajuda a nuançá-la: “o potencial de renovação da disciplina contido nos anos quarenta, e as aspirações a um *aggiornamento* expresso de maneira multiforme, foi sem precedentes em relação ao período anterior” (ROBIC, 1996b, p. 27)⁶⁶. A organização do Instituto de Geografia e o ensino lá proferido parece antecipar esta conjuntura de renovação, à medida que contribuiu a acelerar uma onda de atualização da atitude científica do geógrafo e a profissionalização da geografia, ofereceu novas possibilidades de atuações, aumentando a atratividade da disciplina.

7- As excursões e a rede de amigos: atributos essenciais de um método geográfico ainda “invisível”, bem como da vida social motivadora

As excursões também exercem um papel essencial na formação dos geógrafos e na atração de alguns estudantes pelo curso. Elas cumprem diversas funções. Tais eventos contribuem para multiplicar os *exercícios* tipicamente geográficos: fazendo os estudantes ingressarem no campo sem a necessidade de um excesso de discussão epistemológica, seu exercício vai na direção, portanto, da *invisibilidade do paradigma*: “esta invisibilidade do paradigma será particularmente efetiva provavelmente nesta disciplina da primeira metade do século XX que ficou conhecida por sua frágil ‘apetência’ pela introspecção epistemológica” (ROBIC, 2006c, p. 153)⁶⁷.

Esta invisibilidade foi por muito tempo a marca da geografia francesa e, apesar de ter sofrido severas críticas no desenrolar da história contemporânea, corrobora, neste momento, com o argumento da flexibilidade da adoção metodológica adotada pelos professores de geografia no ensino deste olhar sobre o mundo. Não se pode falar em diretrizes francamente sistematizadas, nem de uma doutrina em nada flexível. Esta invisibilidade do paradigma, uma vez que era prioritariamente reproduzida pela Geografia física, não levaria a reforçar o estatuto descritivo da Geografia?

(...) uma formação na disciplina que se opera em geral não pela formulação de regras, em um discurso explícito e autonomizado, mas sobretudo pela instigação à prática de exercícios, que se tornam cada vez mais complexos, através dos quais o estudante é conduzido a partilhar o paradigma da comunidade científica que ele passa a pertencer.

⁶⁶ “les potentiels de rénovation de la discipline contenus par la période des années quarante et les aspirations à un *aggiornamento* exprimées alors de façon multiforme sont sans commune mesure avec ce qui précède”.

⁶⁷ “cette invisibilité du paradigme serait particulièrement effective probablement dans cette discipline du premier 20e siècle dont on connaît la faible ‘appétence’ pour l’ introspection épistémologique”.

Essa formação por impregnação produz a invisibilidade do paradigma por seus praticantes⁶⁸ (ROBIC, 2006c, p. 153).

E esta “invisibilidade” metodológica foi assinalada por Monbeig num momento de reviver e avaliar tais experiências:

As excursões de Geografia não eram jamais exclusivamente de Geografia Humana, mesmo aquelas conduzidas por Demangeon, pois, nestes tempos, um geógrafo humano podia ainda fazer geografia física sem dizer muitas bobagens. Elas consistiam em visitas de explorações agrícolas, análises de paisagens rurais, no terreno, visitas de usinas. Demangeon colocava questões para tentar nos treinar um pouco na arte das questões. Era essencialmente isso. Nem Demangeon, nem De Martonne se preocupavam em iniciar os estudantes na pesquisa. O gosto pela pesquisa vinha sozinho, e não era estimulado pelos professores. Mas quando se tratava de preparar o Diploma, aí era outra coisa, aí eles nos pegavam pela mão⁶⁹ (MONBEIG in BATAILLON, 1991, p. 28).

Outros estudantes da época, como Julien Gracq, também ressaltam a invisibilidade metodológica de uma ciência jovem, ainda aberta às influências de outras disciplinas e ao empréstimo de modelos. Toda a desvantagem das formas de produção intelectual flexível para uns⁷⁰ colocava desafios estimulantes para outros:

Quando eu penso nos meus anos de estudante, eu me regozijo da sorte que me fez escolher uma disciplina totalmente nova, quase no estado de nascimento, como era então a Geografia, enquanto meus camaradas se engajavam nos trilhos sem imprevistos e sem horizontes da epigrafia latina ou da arqueologia grega. O fundador, Vidal de la Blache, havia morrido há menos de doze anos. De Martonne, seu genro e sucessor, e Demangeon, estavam em pleno exercício: de fato, a geografia moderna, saída do nada desde menos de uma quarentena de anos, tinha praticamente a idade da psicanálise e da sociologia. Em

⁶⁸ “(...) une formation a la discipline qui s’opère en général non par la formulation de règles, dans un discours explicite et autonomisé, mais plutôt par l’instigation à la pratique d’exercices codifiée, progressivement complexifiés, au travers desquels l’étudiant est conduit à partager le paradigme de la communauté scientifique qu’il rejoint. Cette formation par imprégnation produit l’invisibilité du paradigme pour ses pratiquants”.

⁶⁹ “Les excursions de géographie n’étaient jamais exclusivement de Géographie humaine, même faites par Demangeon, car, dans ce temps-là, un géographe humain pouvait encore faire de la géographie physique sans dire trop de bêtises. Elles consistaient surtout dans des visites d’exploitations agricoles, en des analyses de paysages ruraux, sur le terrain, en visites d’usines. Demangeon posait des questions pour essayer de nous entraîner un petit peu à l’art de la question. C’était essentiellement ça. Ni Demangeon, ni de Martonne ne se préoccupaient d’initier leurs étudiants à la recherche. Le goût venait tout seul, et on n’était pas du tout poussé par les patrons. Mais quand on allait les voir pour préparer le diplôme, c’était autre chose ; là, ils nous prenaient en main”.

⁷⁰ Apesar das seduções dessa jovem ciência, alguns estudantes enveredaram para uma crítica filosófica de fundo. É o caso de Pierre Vilar. Ele relata uma percepção de que os fatores naturais perdiam cada vez mais a importância para descrever os processos sociais: “Dès 1931, à l’occasion du Congrès International de géographie, je fus amené à montrer comment, tout à l’opposé de ce qu’avaient trop rapidement avancé quelques géographes, le début de l’utilisation hydroélectrique des fleuves espagnols apparaissait presque comme un défi aux suggestions naturelles. Ce n’était pas le potentiel hydro-électrique pyrénéen qui avait déterminé, pour le noyau industriel catalan, l’élan du XXe siècle : c’est l’existence du noyau industriel catalan qui avait décidé – et presque dans des conditions d’improvisation, lors des pénuries énergétiques des années 1914-1917- de la construction des grandes centrales. (...) En un mot, tout revenait à l’histoire” (VILAR, 1962, p. 14).

parte alguma o cordão umbilical estava cortado, nem do lado da geologia, do lado da história, do lado da economia, da meteorologia, da agronomia e mesmo das ciências políticas, ela se alimentava sempre livremente ⁷¹ (GRACQ, 1992, p. 149).

As excursões são a chancela, dessa forma, de uma metodologia que valoriza o concreto, e cuja abstração pouco ambiciosa se caracteriza por expressões como “descrição explicativa”, “vue raisonnée”, ‘savoir regarder’ (ROBIC, 1996a, pp. 358-359) e que se integram sutilmente com o discurso vernacular. Na tentativa de se esquivar das simplificações, mas resguardando seus raros benefícios, pode-se dizer que o trabalho de campo era pedra angular da Geografia física. Ele dava sustentação às descrições e aos recursos de expressividade. É em tal ocasião que porventura se encontrará o cerne da reprodução dos valores literários. As excursões remetem a uma das mais caras heranças de Vidal de la Blache (ROBIC, 1996a, p. 362).

Mas se há no trabalho de campo uma reprodução das resistências à tendência da cientificidade das modelizações da ciência alemã renovada, a valorização do concreto era também sentida por alguns, como Pierre George, como uma possibilidade de ação, de recusa à alienação dos estudos clássicos e pela chance de viver e atuar no seio das realidades do momento:

Fui levado à História e à Geografia por um certo amor pelo concreto, um amor à realidade. Estava um pouco decepcionado com os chamados Estudos Clássicos, que eram estudos muito mais focados na gramática do que na cultura e civilização. A História e também a Geografia me davam a satisfação de atingir realidades tangíveis e de, finalmente, viver no meu tempo (GEORGE in BATAILLON, 1981, p. 124)⁷².

Com tais características, esta atividade também se vincula com o espírito crítico que observamos aflorar dos testemunhos de Monbeig: o contato com o terreno dá voz a personagens que não deixavam registros nos arquivos, como os camponeses de pequenas províncias (ROBIC, 1996a, p. 363), silenciados que estavam da história oficial. Para

⁷¹ “Quand je pense à mes années d’étudiant, je me réjouis de la chance qui me fit choisir une discipline toute jeune, et presque à l’état naissant, comme l’était alors la géographie, cependant que tant de mes camarades s’engageaient dans l’ornière sans imprévu et sans horizons de l’épigraphie latine ou de l’archéologie grecque. Le fondateur, Vidal de la Blache, était mort depuis douze ans à peine. De Martonne, son gendre et successeur, et Demangeon étaient en plein exercice ; en fait, la géographie moderne, sortie du néant depuis une quarantaine d’années à peine, avait l’âge à peu près de la psychanalyse et de la sociologie. Nulle part le cordon ombilical, n’était coupé ; de côté de la géologie, du côté de l’histoire, du côté de l’économie, de la météorologie, de l’agronomie, des sciences politiques même, elle s’alimentait toujours librement”.

⁷² “J’ai été conduit à l’histoire et à la géographie par un certain goût du concret, un certain goût de la réalité. J’ai été un peu déçu par ce qu’on appelait les études classiques, beaucoup plus grammairiennes que culturelles ou de civilisation. Histoire et aussi géographie, c’était la satisfaction de toucher des réalités concrètes, et finalement de vivre dans mon époque”.

alguns estudantes, além de ter se tornado um elemento decisivo, as excursões eram encaradas como uma ferramenta crítica da Geografia:

E então, recém-aprovado no concurso público da Agregação (1926) e alocado em La Rochelle, eu quis fazer como ele [Henri Cavailès]. Meu Deus, viajar ao longo da costa, ir às ilhas, falar com as pessoas de Charentes, tão diferentes deste gascão-landês que sou, atraiu-me muito mais do que permanecer trancado em uma biblioteca ou vasculhando arquivos. Foi assim que me tornei geógrafo (PAPY in BATAILLON, 1981, p. 127)⁷³.

Por outro lado, as excursões têm um papel talvez ainda mais sedutor: o contato social com os colegas! Pierre Monbeig não prescinde do contato com os “camaradas”, das reuniões e das trocas de experiências em ambientes livres das pressões acadêmicas e concorrência entre colegas no ato das pesquisas de arquivos.

Eu fora bastante seduzido, uma vez estando no Instituto de Geografia, pelas excursões, pelo contato com o terreno, com Demangeon e De Martonne. Provavelmente também pela satisfação de encontrar meus camaradas: para mim, isto teve importância. A satisfação de encontrar sempre uma mesma equipe de pessoas que se davam bem, que eram bastante diferentes um dos outros, era uma coisa agradável e, tomamos consciência disso depois, bastante frutífera.⁷⁴ (MONBEIG in BATAILLON, 1991, p. 27).

De acordo com Julien Graçq, as excursões estimulavam as trocas de experiências e informações, os estudantes podiam se evadir do terreno árido da quantificação e contribuía para uma formação sobretudo generalista. Esta postura encontra-se em pleno momento de transição e a invisibilidade do método sofrerá reveses futuros.

Ela [a geografia] não tinha entrado ainda no reino árido da medida e da quantidade: nas excursões interuniversitárias de final do ano, das quais grande parte dos catedráticos participava, um tato clínico, ainda quase artesanal, tinha total importância na troca de pontos de vista. Nenhuma especialização absoluta, na verdade, esta disciplina quase nova era ainda composta majoritariamente por generalistas [grifos nossos] (GRACQ, 1992, p. 149)⁷⁵.

⁷³ “Et puis, agrégé (1926) et nommé à La Rochelle, j’ai voulu faire comme lui [Henri Cavailès]. Ma foi, voyager au long de la côte, dans les îles, faire parler les bonnes gens des Charentes, si différents du Gascon landais que je suis, me séduisait davantage que de rester enfermé dans une bibliothèque ou de dépouiller des archives. Voilà comment je suis devenu géographe”.

⁷⁴ “J’avais été très séduit, une fois arrivé à l’Institut de géographie, par les excursions, par le contact avec le terrain avec Demangeon, de Martonne. Probablement aussi par la satisfaction de se trouver avec des camarades : pour moi, cela a joué. La satisfaction de trouver toujours une même équipe de gens qui s’entendaient bien, qui étaient assez différents les uns des autres était une chose extrêmement agréable et, on s’en rend compte après, très fructueuse”.

⁷⁵ “Elle [a geografia] n’était pas entrée dans le règne aride de la mesure et de la quantité : dans les excursions interuniversitaires de fin d’année, auxquelles une bonne partie des titulaires de chaire participaient, un tact de clinicien, encore presque artisanal, faisait toute la valeur des points de vue qui s’échangeaient. Pas de spécialisation absolue ; en fait cette discipline presque neuve ne comptait encore que des généralistes”.

Era essa geografia francesa que germinava da conjunção de dois modelos científicos no seio das especificidades do contexto e das tensões de longa duração do ambiente intelectual francês. Do lado da tendência a resistência dos valores literários, temos um período marcado pela invisibilidade do método, pela sua flexibilidade, pelo papel primordial da Geografia física na iniciação aos fundamentos, por uma disciplina contemplativa, mas com crescente vinculação aos interesses interventores do Estado, pelo gosto pelo trabalho de campo e pelo concreto.

Do lado do cientificismo, há um engajamento aos problemas humanos que estão no coração do mundo, de uma Geografia Humana nascente, um impulso à ação, uma renovação das temáticas, uma renovação dos métodos do ensino em direção a uma maior sistematização, uma renovação institucional inspirada no modelo alemão. Esses são os marcos do período de formação de Pierre Monbeig na *Sorbonne*.



Foto 4 Pierre Monbeig e seus colegas no Instituto de Geografia. Monbeig se encontra na terceira fila, de baixo para cima, o primeiro, da direita para a esquerda. Cedida gentilmente por Denis Wolf após ter sido encontrada nos arquivos de Albert Demangeon.



Foto 5 Professores e alunos na ocasião de um trabalho de campo. Pierre Monbeig é o primeiro aluno da esquerda para direita. Foto cedida gentilmente por Denis Wolf após ter sido encontrada nos arquivos de Albert Demangeon.

8- Uma iniciação ao “invisível” e a apologia do caráter prático desses estudos. A Geografia Humana na vanguarda das transições?

O curso sobre as noções elementares da Geografia, a tomar pela célebre publicação de Emmanuel De Martonne é bastante flexível⁷⁶. Marie Claire Robic também já demonstrou que a geografia do período não trabalha com noções reificadas, com procedimentos e conceitos explicitamente formulados, mas notadamente com modelos ora conscientes, ora inconscientes (ROBIC, 2006c). Segundo André Meynier, “os geógrafos, em geral, negligenciam completamente essas preocupações doutrinárias ou

⁷⁶ Robic salienta que esta exposição das noções gerais era difundida entre os estudantes de geografia: “Fait foi pour des générations d’étudiants le rappel historique établi par E. de Martonne en introduction à son ‘traité de géographie physique (1909) ” (ROBIC, 1996b, pp. 28-29).

filosófica”⁷⁷ mas eles organizam a metodologia em torno de “princípios” (MEYNIER, 1969, p. 45).

Com fraca apetência metodológica, de Martonne explicita o método pela negativa: a geografia não aspira o estabelecimento de um limite fixo em relação as outras ciências. Similarmente, não reivindica uma partilha específica da realidade concreta que separaria os domínios da geografia dos outros. Tampouco se empenha em aprofundar o ensino de modelos e conceitos que proporcionem uma visão *apriorística* da realidade: “querer definir uma ciência por princípios colocados a priori, querer atribuir um limite exato a seu campo de investigação é uma empresa sempre temerária” (DE MARTONNE, 1925, p. 3)⁷⁸. A expressão que recorrentemente se lançava mão era de “princípios de método”, aos quais de Martonne define principalmente três.

O princípio da extensão, onde os “exemplos são suficientes para mostrar sua significação: o botânico estuda os órgãos das plantas, suas condições de vida, sua posição na classificação; se ele busca determinar sua área de extensão, diria que ele faz geografia botânica”⁷⁹ (DE MARTONNE, 1925, p. 21); o princípio da geografia geral que “foi expressa com força por Ritter, e mais recentemente por Vidal de la Blache. Podemos formular assim: o estudo geográfico de um fenômeno supõe a preocupação constante com fenômenos análogos, que podem se mostrar em outros pontos do globo” (DE MARTONNE, 1925, p. 22)⁸⁰; e o princípio da causalidade que “não [pode] se contentar jamais com o exame de um fenômeno sem remontar às causas que determinam sua extensão e sem procurar suas consequências (...)”⁸¹ (DE MARTONNE, 1925, p. 22)⁸². Dos três princípios pode-se desdobrar um quarto, que é o princípio cartográfico, da localização e da comparação das cartas (DE MARTONNE, 1954, p. 19).

Assim, do ponto de vista do ensino do método, a Geografia, através da formulação de “princípios”, situa-se a meio caminho de traçar fronteiras com outras disciplinas, a

⁷⁷ “les géographes, en général, négligent complètement ces préoccupations doctrinales ou philosophiques”.

⁷⁸ “vouloir définir une science par des principes posés a priori, vouloir assigner des limites exactes à son champ d’investigations, est une entreprise toujours téméraire”.

⁷⁹ “exemples suffisent à en montrer la signification : le botaniste étudie les organes d’une plante, ses conditions de vie, sa position dans la classification ; s’il cherche à déterminer son aire d’extension, il dit qu’il fait la géographie botanique”.

⁸⁰ “a été exprimé avec force par Ritter, et plus récemment par Vidal de la Blache. On peut la formuler ainsi : l’étude géographique d’un phénomène suppose la préoccupation constante des phénomènes analogues, qui peuvent se montrer en d’autres points du globe”.

⁸¹ “ne jamais se contenter de l’examen d’un phénomène sans essayer de remonter aux causes qui déterminent son extension et sans rechercher ses conséquences (...)”.

⁸² Acreditamos que o princípio da causalidade se assemelha ao princípio da evolução dos fatos, evocando ao mesmo tempo uma perspectiva diacrônica e sincrônica.

meio caminho também da adoção de modelos e de uma miríade de conceitos, não abrindo mão de sua linguagem vernacular, não prescindindo da compreensão da totalidade e nem pretendendo a partilhá-la de forma arbitrária. Trata-se de um estatuto metodológico que ainda não abandonou os valores literários, ainda que caminhe para um certo distanciamento.

Contudo, do lado da Geografia Humana, a predominância do fator humano faz pender a balança epistemológica à propensão à ação. A contribuição de Albert Demangeon ao *Livret d'Étudiant* (1926) orienta-se no sentido de explicitar de forma entusiasta os problemas que as disciplinas escolásticas suscitaram na origem da derrota de 1870-1871. Um debate público teria eclodido pela atualização dos currículos, pela supressão do ensino das línguas mortas, como o grego e o latim, e a inclusão de disciplinas à altura da cultura contemporânea geral. A Geografia estaria em plena consonância com a ruptura com os estudos escolásticos:

Equivalia a ir muito longe no ardor da luta e a querer destruir disciplinas sem as quais dificilmente se concebe a verdadeira cultura. Mas a tendência era significativa: tratava-se de abandonar o estudo exclusivo do passado e voltar-se para o mundo moderno (DEMANGEON, 1926, p. 378)⁸³.

Disciplinas “modernas” são aquelas que se voltam para conhecimentos orientados à *resolução prática* de problemas contemporâneos. A estratégia de concentrar-se no estudo desses problemas está relacionada a uma divisão de tarefas entre a Geografia e a História, mas também, como chegamos a afirmar, numa reviravolta na correlação de forças entre a História e a Geografia. Albert Demangeon milita em favor do aumento da carga horária da Geografia no ensino secundário, em concorrência com a História! Ora, do lado da Geografia Humana, era justamente a “velha” História que repunha os valores literários.

Esta orientação de ideias leva algumas pessoas a se perguntarem se não seria o momento de revisar no ensino secundário a proporção de horas respectivamente atribuídas a algumas disciplinas e de fazer aumentar a parte dedicada à geografia. É uma preocupação da mesma natureza que parece responder ao desejo explicitado por uma associação de professores de história e geografia, de que o tempo consagrado à geografia seja igual ao

⁸³ “C’était pousser bien loin l’ardeur de la lutte et vouloir détruire des disciplines sans lesquelles on ne conçoit guère de vraie culture. Mais la tendance était significative : il s’agissait de renoncer à l’étude exclusive du passé et de se tourner davantage vers le monde moderne”.

tempo consagrado à história e que a história veja assim sua antiga servente sendo tratada de igual para igual.⁸⁴ [grifos nossos] (DEMANGEON, 1926, p. 382).

Segundo este geógrafo, tanto o objeto quanto a atitude científica do geógrafo são frutos de uma concepção “moderna” de mundo, ou seja, são originários de uma percepção retrospectiva dos problemas que afetam a Terra: “é ao mesmo tempo por seu objeto e por seu método que a geografia pode jogar no ensino com **um papel de forte cultura**” [grifos nossos] (DEMANGEON, 1926, p. 379)⁸⁵.

Isto porque, conforme Demangeon, o modo de produção do saber sistematizado na forma de princípios gerais, deve sua formulação a uma observação do mundo contemporâneo: “com um método próprio de **localização, descrição e comparação**, a Geografia faz surgir uma **fonte original de trabalho espiritual**”⁸⁶ [grifos nossos] (DEMANGEON, 1926, p. 379). *Após a primeira guerra, a solidariedade entre as diversas partes do mundo produz um olhar retrospectivo sobre as formas de interação geográficas.* Trata-se de uma definição claramente demarcada no domínio do empoderamento dos fenômenos humanos na remodelação das paisagens. São os homens, portanto, a fonte de uma padronização geográfica. Demangeon fala em cultura material global, uma imposição da unidade do mundo pelas conquistas da civilização, o isolamento das sociedades batido em cheio. Como já se viu no exemplo da antiga geografia colonial, é a autonomização da Geografia Humana que tende a desarticular a estratégia do misto:

Entrando na cabeça dos jovens, esta disciplina alimenta conceitos sem os quais não se pode dizer que há mente cultivada. Praticamente, **materialmente, a noção de unidade do mundo se impõe. O desenvolvimento e a vulgarização de certas conquistas da civilização transformaram o mundo em uma vasta sociedade onde ninguém pode trabalhar nem agir, nem pensar, nem viver isoladamente.** Antes, cada país era autossuficiente; trocava-se apenas alguns produtos de luxo. Hoje nós transportamos objetos elementares de um hemisfério a outro (...). (DEMANGEON, 1926, p. 385-386)⁸⁷.

⁸⁴ “Cette orientation des idées porte certaines personnes à se demander s’il n’y aurait pas lieu de réviser dans l’enseignement secondaire la proportion des heures respectivement accordées à certaines disciplines et de faire plus large la part de la géographie. C’est à une préoccupation de même nature que paraît répondre un vœu émis dans une association de professeurs d’histoire et de géographie, vœu qui demande que le temps consacré à la géographie soit égal au temps consacré à l’histoire e que l’histoire voie ainsi son ancienne servante traitée de paire à égale avec elle”.

⁸⁵ “c’est à la fois par son objet et par sa méthode que la géographie peut jouer dans l’enseignement le rôle d’une forte culture”.

⁸⁶ “par sa méthode propre de localisation, de description et de comparaison, elle fait surgir un source original de travail spirituel”.

⁸⁷ “Pénétrant dans le cerveau des jeunes gens, cette discipline y entretient des notions sans lesquelles on peut dire qu’il n’existe pas d’esprit cultivé. Pratiquement, matériellement, la notion de l’unité du globe s’impose à nous. Le développement et la vulgarisation de certaines conquêtes de la civilisation ont fait du monde une vaste société où

Demangeon concebe que, depois da primeira guerra, a integração do globo denota que os fluxos e as trocas presentes são fonte de maior dinamismo do que as heranças e permanências do passado (daí a importância dos princípios de localização, conexão, extensão, comparação e causalidade): “nós sabemos também que, se nós [os professores] os ensinamos [aos alunos] sobre esses fatos, nós fortalecemos neles a **noção do presente, do atual, inseparável da noção de movimento, de ação**” [grifos nossos] (DEMANGEON, 1926, p. 386)⁸⁸. Ele *começa* a tender, portanto, à uma geografia da ação, separada das posturas contemplativas do naturalismo e da influência da literatura.

Este contexto geopolítico terá um impacto teórico: é na projeção cuidadosa do presente sobre o passado que reside a força da Geografia Humana contemporânea, mesmo que os geógrafos sejam conduzidos a considerar a evidente descontinuidade das dinâmicas espaciais do presente, a visão da Geografia Humana orienta-se para uma observação global do mundo, em que as novas determinações do contexto têm influência sobre a atitude científica dos geógrafos.

9- A geografia influenciava novas proposições historiográficas na Sorbonne. Henri Hauser, a história econômica e a ação do homem sobre o meio

Pierre Monbeig consigna a sua filiação às ideias do historiador Henri Hauser: “Eu já citei o nome de Henri Hauser, com quem minha mulher fez o Diploma [DES] (...)” (MONBEIG in BATAILLON, 1991, p. 30)⁸⁹. A valer, o espírito renovador da Geografia atingia, neste estágio, amplas adesões à disciplina.

A atração de Henri Hauser pela Geografia o rodeava de atributos que justificavam a inspiração de Pierre Monbeig: o papel atual e prático que ele concebia como sendo o papel da ciência; o intelectual engajado, atuante nas questões de seu tempo; um cientista propositivo em torno das amarrações interdisciplinares entre a história e a geografia. Aos olhos de um jovem estudante, os predicados sedutores de Hauser não seriam frutos do prestígio da Geografia? Não teria sido a Geografia uma das correntes que influenciaram

personne ne peut ni travailler, ni agir, ni penser, ni vivre isolément. Jadis, chaque pays se suffisait à lui-même ; c'étaient seulement quelques produits de luxe qui s'échangeaient. Aujourd'hui nous transportons d'un hémisphère à l'autre les objets élémentaires (...).”

⁸⁸ “nous savons aussi que, si nous leur enseignons ces faits, nous fortifions en eux cette notion du présent, de l'actuel, inespérable de la notion de mouvement, d'action”

⁸⁹ “et en dehors de Demangeon, qui a compté dans votre formation? - Je vous ai déjà cité le nom d'Henri Hauser avec qui ma femme avait fait son diplôme (...).”

novas abordagens históricas? Quando Henri Hauser chega à *Sorbonne* como professor de História, sua bagagem geográfica não é desconhecida⁹⁰.

No que toca ao viés engajado de Henri Hauser, ele nunca escondeu sua inspiração nas ideias de Karl Marx, deu visibilidade histórica aos operários, esquecidos frequentemente pela corrente historiográfica dominante, foi fiel propagador dos valores da Terceira República e, entre 1916 e 1919, foi um conselheiro ativo de Etienne Clémentel, ministro do Comércio e da Indústria (DAVIS, 2006). No caso de suas relações com a Geografia, além de ter produzido diversos manuais geográficos para o Ensino Secundário, anunciou uma formulação interdisciplinar no artigo ‘la Géographie Humaine et l’histoire économique’ (1906), chegou a ocupar postos como professor desta disciplina⁹¹ (GERBOD, 2006, p. 35). Segundo nosso raciocínio, esta valorização da ação do homem surgida nos flertes com o marxismo pode ter ajudado, da mesma maneira, a contribuir com a erosão dos valores literários, desbalanceando a estratégia do misto.

Na atuação como conselheiro do ministro, a bagagem geográfica de Hauser teve um papel chave. Em 25 de Agosto de 1917, Clémentel enviara uma circular às câmaras de comércio com um projeto de redivisão da França em regiões econômicas. Como seu conselheiro, Henri Hauser apoiou-se nos trabalhos de Vidal de la Blache para pensar uma modernização econômica que não fizesse tábula rasa das identidades regionais. Era um chamamento a aventar uma regionalização “racional” do território francês - que desse vazão à simbologia de que uma vitória militar era também uma vitória econômica – mas em um sistema cujos laços regionais do homem ao solo fossem preservados, assente com a modernização industrial a toda marcha (VEITL, 2013, p. 184).

É na *Sorbonne*, dessa feita, que Pierre Monbeig tomará contato com este intelectual atuante. Professor de história impressionado pelas concepções de Vidal, ele

⁹⁰ Aliás, o prestígio que a escola dos Annales vai adquirir futuramente irá produzir histórias disciplinares que encobrem a origem relativamente dependente do modo que esta “escola” se liga à geografia vidaliana no processo de conquista dos espaços institucionais. Das várias fases pelas quais passou o relacionamento da geografia com a história, Marie-Vic Ozouf Marignier demonstrou que a história política, num primeiro momento, alçou a geografia, ainda que como ciência auxiliar, às suas cadeiras na Sorbonne. Por outro lado, uma vez que Vidal de la Blache ocupa a cadeira da École Normal no interior do curso da história com um ensino renovado de geografia, voltado a articulação desses estudos com as ciências naturais, vários dos eminentes historiadores e geógrafos foram seus alunos, entre eles Lucien Febvre, Marc Bloch, Henri Hauser. Mesmo Henri Berr sente-se influenciado pela “conjuntura geográfica” elaborando um programa de estudo baseado em monografias regionais (OZOUF-MARIGNIER, 1992). Isto também evoca, por outro lado, nosso argumento de que houve uma fissura entre um paradigma que colocava o homem no centro (como fazia a geografia colonial) e o paradigma que sofreu influência do naturalismo francês (a pensar, por exemplo, a importância que Buffon representou aos estudos de Vidal [LIRA, 2013]).

⁹¹ Hauser produziu uma série de trabalhos de Geografia, inclusive materiais didáticos. Segundo Paul Claval, a especificidade de Hauser no que toca à Geografia é que ele não incorpora o determinismo geográfico como cerne da explicação, mas insere esses fatores numa lógica de conjunto (CLAVAL, 2006).

vai “ceder à tentação” de pensar a ação do homem sobre o meio. Seu ensino dá mostras de como esta inspiração dera frutos. Hauser e Demangeon privilegiam questões de ordem filosófica que permitam articulações de problemáticas históricas com os problemas atuais e que já vislumbram uma atuação prática da Geografia Humana, cada vez mais influenciada pela economia.

10- As apropriações metodológicas de Pierre Monbeig a partir de seu trabalho sobre os efeitos da metropolização parisiense (1929)

Todavia, o movimento de erosão dos valores literários, do fortalecimento da intervenção prática e a crescente explicitação metodológica aflui igualmente aos recuos. Mesmo sob a influência de Demangeon e de Hauser, Pierre Monbeig não se desinteressa pelos valores imbuídos nos recursos literários, ainda nesta fase de estudante. Nas entrelinhas de suas opções, pode-se mesmo notar que era esta originalidade epistemológica que o atraía. Como a estratégia da associação do discurso vernacular ao discurso científico vai surgir em seus estudos?

No trabalho final apresentado na *Sorbonne*, Pierre Monbeig dedica-se aos efeitos da metropolização parisiense no *pays d’Yveline*. Para além do esforço de reconstrução após a primeira guerra, o contexto de intervenção nas questões urbanas também orienta carreiras (ROBIC, 1996b). A inclinação dos estudos finais de Monbeig não se distingue dessa renovação de interesse (ROBIC, 1996b). Com efeito, segundo Tissier, as transformações da aglomeração urbana parisiense eram terreno de estudos dos professores e alunos da *Sorbonne* nas primeiras décadas do século XX. A preferência por esta temática se consumava pela possibilidade de observar *in locu* as transformações da *banlieu* parisiense (TISSIER, 1992, p. 255).

Ao compor o retrato do quadro evolutivo da Geografia no entre guerras, Marie-Claire Robic (1996b) coadjuva com o posicionamento dos estudos da “banlieu” parisiense como uma problemática “pioneira” (em uníssimo à expressão de Tissier) visto que este estudo aparentava ter sido desenvolvido no rastro de uma “descontinuidade” da geografia na sua orientação “desinteressada”, mais propugnada pela geografia física, influenciada pelo naturalismo francês.

Seria uma descontinuidade, bem como uma tendência que começa a se fortalecer progressivamente: atentamos ao fato de que a Geografia Humana, nesse momento,

orientava-se aos problemas e às demandas práticas de mundo contemporâneo, às voltas com as tendências e padrões globais, como a questão da metropolização. No trabalho final de Monbeig, estas mesmas tendências vão ser ajustadas a uma pequena escala de trabalho: o estudo dos *pays*, mas sem abandonar os valores literários.

A escolha do tema de estudo entre 1919 e 1939 obedecia, segundo Broc, a uma “lei de proximidade”: os jovens geógrafos iniciavam seus trabalhos e suas teses de acordo com a proximidade das instituições aos seus terrenos de pesquisa (BROC, 1993, p. 237). Estudante de espírito engajado, o jovem Monbeig se associa desde suas primeiras experiências ao caráter prático que a geografia recentemente oferecia, ainda que levado pelas condições de proximidade.

Portanto, na ocasião do desenvolvimento do trabalho para obter o diploma de estudos superiores (DES), Pierre Monbeig escolhe um domínio de predileção: a Geografia Humana. Consoante o depoimento de Meynier, a especialização em Geografia Humana não era algo comum neste momento, o que nos sinaliza que a propensão de Monbeig a este ramo refletia com profundidade uma opção que se deixava atrair pelas seduções das questões contemporâneas, pelos seus engajamentos práticos, mesmo que ele elucidasse tais afinidades por quesitos bastante mundanos:

No momento do DES, quando era necessário escolher, minha escolha foi em direção à geografia humana. É evidente que Demangeon me atraía bastante, pela clareza de seu ensino, e também, sem dúvida, por uma certa afabilidade direcionada aos estudantes. Sem me desinteressar pela geografia física, que eu jamais perdi de vista, mas que eu não estava imediatamente apaixonado. Havia um obstáculo iminente, que era o fato que eu desenhava pavorosamente mal e, com de Martonne, era necessário desenhar.⁹² (MONBEIG apud BATAILLON, 1991, p. 27).

Por outro lado, o trabalho de Pierre Monbeig dilucida que ele era um estudante que se integrava com afinco às correntes que mobilizam os geógrafos acadêmicos do período, posicionando sua contribuição em um cruzamento de apropriações entre Vidal de la Blache, Lucien Gallois, Emmanuel de Martonne, Henri Hauser e Albert

⁹² “Au moment du DES, lorsqu’il a fallu choisir, mon choix s’est fait en direction de la géographie humaine. Il est évident que Demangeon attirait beaucoup, par la clarté de son enseignement, et aussi, sans aucun doute, par une certaine affabilité à l’égard des étudiants. Sans me désintéresser de la géographie physique, que je n’ai jamais perdue de vue, je n’étais pas immédiatement passionné. Il y avait un obstacle éminent, c’est que je dessinais effroyablement mal, et avec de Martonne, il fallait dessiner”.

Demangeon, e aderindo a uma atitude científica de recente consolidação e cujas lutas de legitimação haviam sido travadas há tempos muito próximos.

A escolha da questão metropolitana se localiza no cruzamento entre uma tomada de posição que exprimia as propensões pessoais, os atrativos do viés prático das questões contemporâneas e os debates epistemológicos cuja longa duração tocam pontos sensíveis da geografia do período. O estudo dos *pays* eram a expressão de acomodações pessoais e de conjunto, frente às antigas e às novas tradições da ciência francesa que alimentavam a geografia. E seu estudo está envolto no debate sobre a escala e o recorte regional apropriado para se levarem a cabo os estudos geográficos (OZOUF- MARIGNIER, ROBIC, 2008).

Os *pays* como região apropriada à Geografia rejeitam, em primeiro lugar, o recorte sobre as regiões *administrativas e históricas* (num momento em que o movimento regionalista e a reforma administrativa estão em pauta), mas não se situa rigidamente na adoção das regiões naturais *hidrográficas ou geológicas*, sem uma crítica metodológica e de erudição (OZOUF- MARIGNIER, ROBIC, 2008). Assim, estudo do *pays* também expressava, neste momento, a estratégia do misto, na sua expressão literária e científica.

Ocupando uma cadeira de geografia e topografia na *Sorbonne* desde 1904, tornando-se professor titular em 1909, e após ter sido nomeado um dos primeiros diretores do Instituto de Geografia, em 1927, Lucien Gallois deu a conhecer à comunidade de geógrafos a existência de mais justaposições do que divergências entre a unidade física dos *pays* e as nomenclaturas *populares vernaculares*, revelando a existência de *regiões geográficas* em grande escala, cuja justaposição das unidades geológicas, econômicas e de representação identitária dão provas da subsistência de uma região própria à Geografia. Por outro lado, tal debate revela uma determinada concepção de ciência (OZOUF- MARIGNIER, ROBIC, 2008):

“(...) Lucien Gallois participou de muitas das ‘batalhas’ através das quais se impôs uma Geografia com os traços da escola francesa. Ele se envolveu primeiramente nos debates do Congresso Internacional de Geografia de Paris em 1889 defendendo uma **Geografia estruturalmente mista**, pode-se dizer. De fato, o campo dos normalianos se uniu contra uma coalizão de educadores e militares defensores do ensino de uma Geografia local, baseada no estudo da Carta do Estado-Maior e em um determinismo geológico rigoroso. Esta postura mista se exprime nos votos que Dupuy, Camena d'Almeida, Gallois e o presidente da sessão, Vidal de la Blache, submeteram ao voto do comitê pedagógico: por uma Geografia combinando conhecimento local com uma visão geral do mundo, que

fosse vinculada às faculdades de Letras, mas que mantivesse uma relação ‘orgânica’ com os saberes ditos naturalistas, que mantivesse um estreito contato com a História, permanecendo no âmbito do concurso da Agregação de História e Geografia, em vez do estabelecimento de uma Agregação específica.” [grifos nossos] (OZOUF-MARIGNIER, ROBIC, 2008, p. xviii, xix)⁹³

Nas entrevistas do percurso de Gallois, emerge uma ciência delicada, mista, sutil, a meio caminho das tendências que atingem em cheio a Geografia, mas também, e, principalmente, outras ciências humanas, como a Sociologia (LEPENIES, 1996). No momento flagrante, a Geografia ainda resguardava cuidadosamente o seu papel de ciência totalizadora e contemplativa. Assim, o processo de descoberta orientado por Gallois objetiva colocar à prova um programa de pesquisa elaborado por Vidal de la Blache que propunha um exame crítico da sobreposição e concordância da toponímia aos fatos geológicos, ou de outras realidades físicas, aos fatos humanos e populares (OZOUF-MARIGNIER, ROBIC, 2008, p. xxix), o que está no centro da estratégia de legitimação da Geografia. Consoante Ozouf-Marignier e Marie-Claire Robic, “ ele se apóia sob um **método duplo**” [grifos nossos] (OZOUF- MARIGNIER, ROBIC, 2008, p. xxx)⁹⁴. Uma ciência mista, que seduz alguns jovens estudantes neófitos.

O primeiro material submetido à crítica são as fontes históricas: as toponímias e as delimitações devem ser datadas visando a provar que os nomes dos *pays* não remetem às origens imemoriais galo-romanas e rejeitando, assim, a prevalência do recorte regional puramente histórico (OZOUF- MARIGNIER, ROBIC, 2008, p. xxx). O segundo eixo do método trata-se de uma pesquisa de terrenos junto à população local, destinado a delimitar os limites territoriais do ponto de vista humano (OZOUF- MARIGNIER, ROBIC, 2008, xxxi). Por fim, o trabalho de campo avistava uma delicada observação de outros traços da fisionomia dos locais (topografia, paisagens, solos, modos de ocupação). Um último registro metodológico consistia na pesquisa de documentos cadastrais nas comunas. (OZOUF- MARIGNIER, ROBIC, 2008, p. xxxi).

⁹³ “(...) Lucien Gallois n’en a pas participé à plusieurs des ‘batailles’ par lesquelles la géographie s’est imposé selon les traits constitutifs de l’école française de géographie. Il s’est engagé d’abord dans les débats du Congrès international de géographie de Paris en 1889, pour défendre une géographie structurellement mixte, pourrait-on dire. En effet, le camp des normaliens y a fait bloc contre une coalition de pédagogues et de militaires défenseurs d’un enseignement de la géographie locale, fondé sur l’étude de la carte d’état-major et sur un déterminisme géologique strict. Cette posture mixte s’exprime dans les vœux que Dupuy, Camena d’Almeida, Gallois et le président de séance, Vidal de la Blache, ont contribué à faire voter par la commission pédagogique : pour une géographie combinant la connaissance locale avec une vue générale du monde, qui soit inscrit en facultés des lettres mais qui entretienne des relations ‘organiques’ avec les divers savoirs naturalistes, qui maintiennent un contact étroit avec l’histoire en restant dans le giron de l’agrégation d’histoire et de géographie plutôt que de constituer une agrégation spécialisée”.

⁹⁴ “il s’appuie sur une double méthode”.

Pierre Monbeig utiliza plenamente o método traçado por Gallois, o que o inscreveu na estratégia ao passo vernacular e científica. Como preâmbulo de seu trabalho, Monbeig anuncia a aproximação ao tema da metropolização de Yveline refletindo os passos por ele definidos: a documentação fora recolhida no verão de 1927 em trabalho de campo (observação e entrevista) e pesquisa de arquivos (MONBEIG, 1929, p. 384). Ademais, comunica-se em nota uma comparação de cartas, a análise estatística de censos e uma revisão bibliográfica de temário restrito (a região de Yvelines e suas extensões).

Corroborando com a ideia da invisibilidade do paradigma e do seu processo de descoberta, não há nenhum preâmbulo metodológico. Soma-se a isso que a vinculação da Geografia ao trabalho de campo e aos arquivos se relaciona de alguma maneira à concepção naturalista anunciada por Lucien Gallois. Por outro lado, no rastro de Albert Demangeon, a história se organiza sobretudo de maneira retrospectiva e tendente à compreensão dos problemas contemporâneos.

Portanto, nesta postura voltada ao trabalho de campo, guardam-se as opções intelectuais frente às tensões epistemológicas. Dessa maneira, Pierre Monbeig mobiliza os valores naturalistas canonizados por Lucien Gallois (e ministrados no Instituto de geografia) dentro de uma problemática formulada por Albert Demangeon. Os traços físicos revelados pela observação da paisagem, a comparação dos limites cartográficos, a crítica dos arquivos sobre a delimitação política, a aproximação ao saber vernacular estimulado por um espírito crítico, são mobilizados, como, igualmente, o treino do olhar geográfico orientado pelos princípios geográficos aos fenômenos globais, valorizados por Albert Demangeon.

Acorre-se a uma retrospectiva temporal para corroborar que Yveline progressivamente perde sua “personalidade” para tornar-se “banlieu” de Paris: “Mais uma vez, a região de Yveline mostra bem como tende a perder sua personalidade para ser apenas uma parte dos subúrbios parisienses.” (MONBEIG, 1929, p. 390)⁹⁵. A problemática do artigo de Pierre Monbeig sobre a metropolização parisiense assenta-se, portanto, sobre *o alcance da modernização dos espaços*, evocando uma descrição que evolui de situações tradicionais para situações modernas. Em outros termos, Monbeig observa o fenômeno da adaptação do homem ao solo que evolui para o fenômeno de

⁹⁵ “Par là encore, l’Yveline montre bien qu’elle tend à perdre sa personnalité pour n’être qu’une portion de la banlieu parisienne”.

circulação moderna. Nesse movimento, ele valoriza os princípios da extensão e da unidade em desfavor do princípio da causalidade, mas sem descartá-lo.

Assim, atraído plenamente por um tema moderno, o roteiro do método utilizado por Monbeig respalda-se na adoção desigual de princípios, somados aos procedimentos que visam a medir a unidade escalar dos fenômenos estudados. Nada de manuais ou doutrinas e o método ainda está a meio caminho de uma sistematização plena, bebendo muito ainda nos segredos intrínsecos das sugestões vidalianas.

As características específicas de uma primeira situação geográfica de Yveline pintam, pois, o primeiro quadro. O ponto de partida é uma vida tradicional. Monbeig interessa-se por uma *transição*, o que legitima que, por este tema, o programa de estudo de Vidal e de Gallois para os *pays*, mantém-se assaz atual.

A história desse *pays*, é particularizada pela conquista de terra da floresta. Uma economia de derrubada organiza o trabalho florestal bem como a criação de gado. Porém, ao lado dessas atividades, nas pequenas cidades, veem-se constituírem feiras e trabalhadores como “*sabotiers*”, “*charbonniers*”, “*treilageurs*” e “*cercliers*” povoam a paisagem. Tanto a atividade na floresta quanto a atividade nas cidades se alicerçam no trabalho familiar. A pequena propriedade era predominante (MONBEIG, 1929, p. 386-387). A dispersão do *habitat* é regra nas regiões de desmatamento a cujo cenário acrescenta-se a atividade da caça, praticada antigamente por herdeiros da nobreza.

Todavia, um outro processo geográfico torna-se perceptível. A observação direta aponta para uma recente reconfiguração da paisagem, na qual a transformação do tamanho da propriedade aparece como sinal mais claro: “os pequenos e o médios proprietários, são cada vez mais constrangidos a vender seus bens aos parisienses e aos donos dos castelos” (MONBEIG, 1929, p. 387)⁹⁶. Esta nova situação, por sua vez, é caracterizada pelos seguintes fatores: há, em primeiro lugar, a modernização do trabalho de exploração da floresta (MONBEIG, 1929, p. 385). Através da incorporação do maquinismo (‘a mão de obra local está em constante diminuição’) (MONBEIG, 1929, p. 385)⁹⁷, o trabalho familiar começa a desaparecer (‘desde o fim do século XIX, esses *métiers* familiares praticamente vão desaparecendo’) (MONBEIG, 1929, p. 385)⁹⁸.

⁹⁶ “(...) les petits et les moyens propriétaires, qui sont aussi moyens et petits cultivateurs, sont de plus en plus contraints de vendre leurs biens aux Parisiens et aux châtelains”.

⁹⁷ “la main-d’œuvre locale est en constante diminution”.

⁹⁸ “depuis la fin du XIXe siècles, ces *métiers* familiaux ont à peu près disparu”.

Dado que a propriedade tende a aumentar, as tecnologias, como os processos químicos de adubação, tendem a se propagar no conjunto da vida agrícola. Porém, a grande propriedade, explorada por grandes empresas, coabita na paisagem com a média propriedade, que se dedica à cultura de “*marâichère*”. Há um movimento, igualmente, de crescimento das empresas de produtos bovinos, que estimulam a grande criação de gado.

Esses processos são coroados por mutações na estrutura da população - o campo perde população para a cidade: “O desejo de habitar perto da estação de trem ou da estrada parece determinar este movimento”⁹⁹ (MONBEIG, 1929, pp. 387-388). A mão de obra é cada vez mais composta por elementos estrangeiros que migram de outras regiões da França e do Mediterrâneo. Um outro fluxo populacional se sobressai sob a lupas de Monbeig: a construção de casas de veraneios pelos parisienses nos antigos domínios de caça.

Uma mudança de conjunto das antigas características de Yveline em prol da concentração populacional e econômica parisiense implica uma transformação paisagística, cuja base é o ataque ao isolamento relativo e a composição de uma nova dependência regional. A especificidade dessas alterações é que elas se dão no quadro de uma “recentragem” na escala de uma rede de circulação internacional.

Sem embargo, não passa despercebida que esta nova centralização se articula igualmente na escala dos transportes globais, tendo Marignier e Robic acentuado a precocidade dessas intuições no conjunto textual vidaliano, e notadamente nas suas análises sobre a França de leste (OZOUF-MARIGNIER, ROBIC, 1995, p. 8). A escala de reorientação dos fluxos que partem de Paris para os mercados do Pacífico está subentendida pelo jovem Monbeig.

Mas, por outro lado, Pierre Monbeig continua a dar primazia aos condicionantes naturais no desenvolvimento da nova região econômica. Desta maneira, quando descreve a transição dessa região, duas principais ordens de causas estão em jogo: as condições naturais e a crescente abertura da região à vida de relações, através do adensamento da rede de transportes. Este encadeamento de causas implica a adoção de dois modelos causais lineares explicitados nas figuras 1 e 2.

⁹⁹ “Le désir d’habiter près de la gare ou de la route semble bien déterminer ce mouvement”.

Tanto na primeira situação geográfica vivida por Yveline como em uma segunda situação, o raciocínio de Monbeig cria *duas* séries causais que não se tocam: uma que deriva do quadro natural e, à vista disso, endógena à região; outra que deriva da proximidade de Paris, exógena. Ele cria duas séries paralelas. O determinismo é relativizado no cotejo dessas situações e as conexões territoriais e econômicas já ganham relevância. Em outros termos, não se pode falar da ausência do determinismo natural no raciocínio de Pierre Monbeig, nas suas primeiras produções. Ao contrário, a região por ele escolhida, Yveline, afigura-se ser enquadrada em um “*mauvais pays*”, o que evocava, na época, um importante debate sobre o determinismo natural.

Marie-Vic Ozouf-Marignier discorre que os “*mauvais pays*”, ou seja, regiões como mangues, florestas, zonas inférteis etc, formavam um “terreno” privilegiado dos geógrafos que tentaram colocar à prova a questão da adaptação do homem ao meio: “Os ‘*mauvais pays*’ mostram um gradiente máximo entre os dois polos da relação homem-natureza: constrangimento ou determinismo natural de um lado, liberdade humana e organização do espaço, de outro.”¹⁰⁰ (OZOUF-MARIGNIER, 2000b, p. 73).

Nesta dualidade, diferentes posturas fazem sobressair as profundezas das tensões epistemológicas da Geografia: um primeiro grupo de geógrafos (como Galloédec, A. Reinaud, C. Vallaux) constata um “progresso inexorável” e o determinismo natural é “radicalmente invalidado pela iniciativa humana”¹⁰¹ (OZOUF-MARIGNIER, 2000b, p. 80). Um segundo grupo (como A. Vacher, E. Chantriot, A. Demangeon), mais próximo do círculo estreito de Vidal, conclui por um “possibilismo relativo” e ressalta, algumas vezes, “as desvantagens irreduzíveis de um meio”¹⁰², mesmo que as formas de civilização e de cultura reponham a confiança em direção à intervenção humana (OZOUF-MARIGNIER, 2000b, p. 81). Pierre Monbeig vincula-se à corrente de reflexões do segundo grupo em que o determinismo natural convive com uma relativa autonomia das formas de intervenção humana.

¹⁰⁰ “les mauvais pays révèlent un gradient maximal entre les deux pôles de la relation homme-nature: contrainte ou déterminisme naturel d’une part, liberté humaine et aménagement de l’espace de l’autre.”

¹⁰¹ “radicalment invalide par l’initiative humaine”.

¹⁰² “les handicaps irréductibles du milieu”.

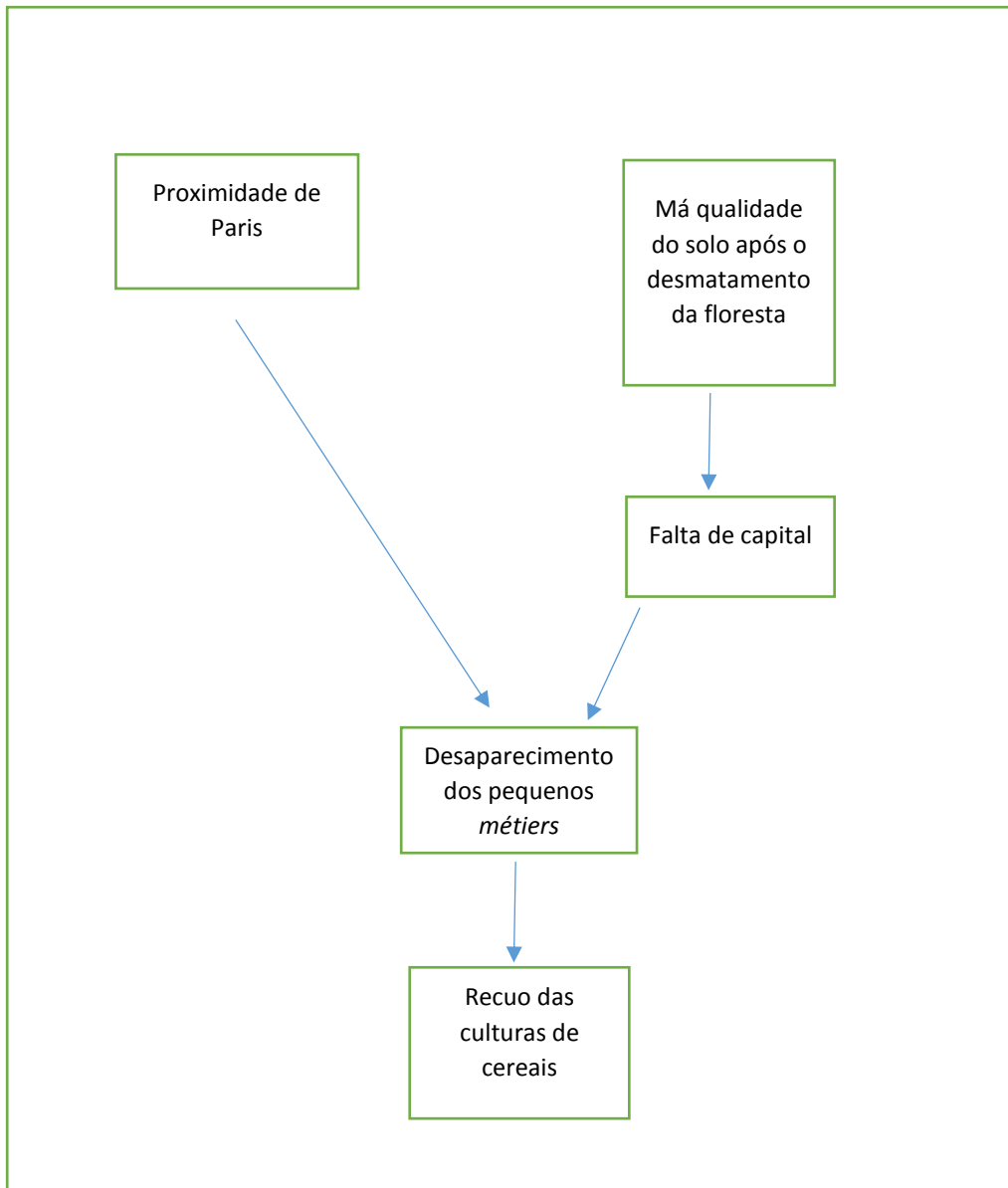


Figura 1 Exemplo de estrutura causal em Pierre Monbeig (1929), situação 1.- vida tradicional. Fonte: Monbeig, 1929. Org: Lira, 2016.

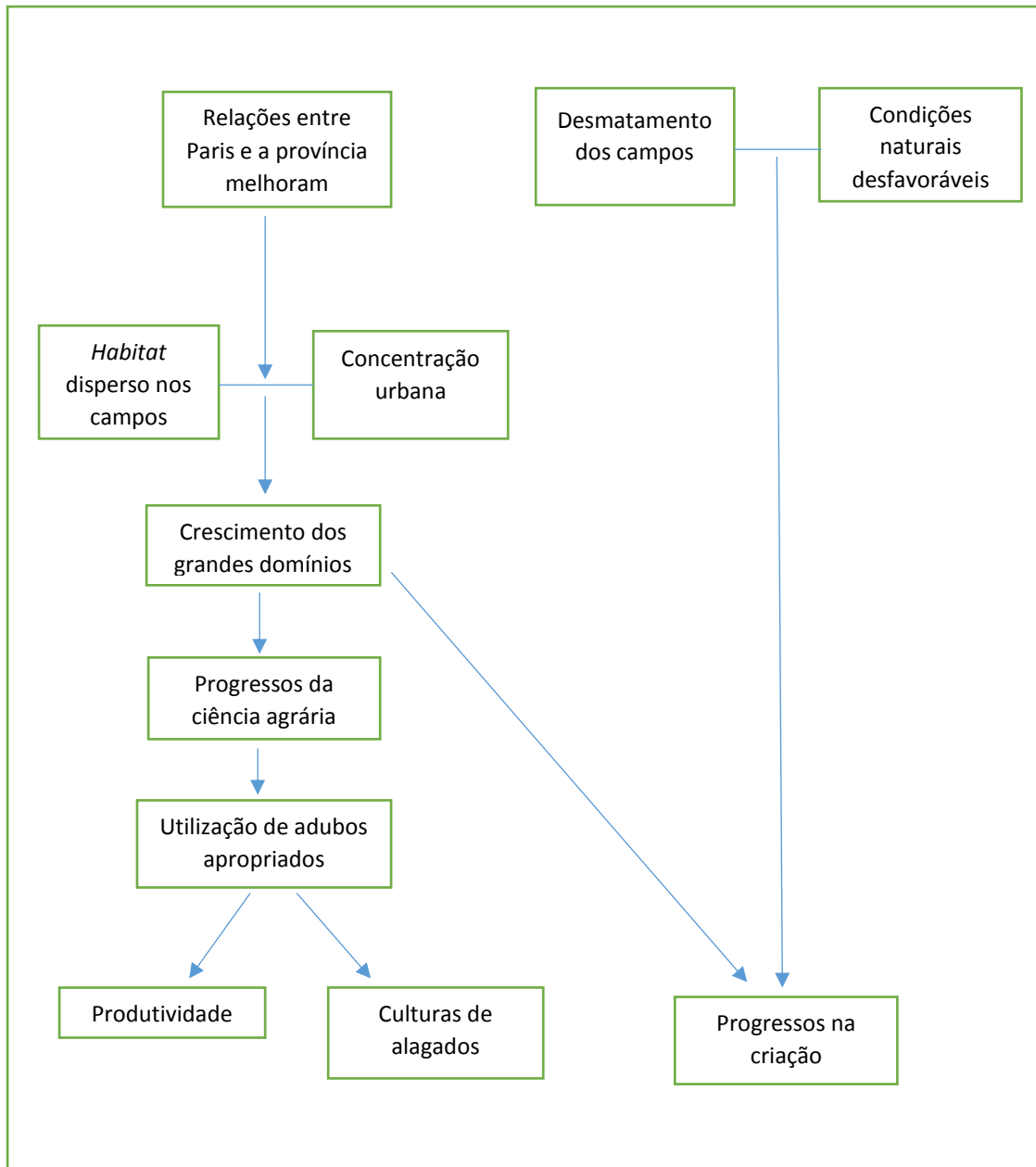


Figura 2 Exemplo de estrutura causal em Pierre Monbeig (1929), situação II- estímulos da modernidade. Fonte: Monbeig, 1929. Org: Lira, 2016.

O discurso geográfico de Pierre Monbeig, dessa maneira, articula-se com base em dois conjuntos de sintagmas, refletindo esta duplicidade metodológica frutificada no Instituto de Geografia: primeiro, temos a construção de uma personalidade da região – expressão, ademais, retirada do vocabulário de Vidal de la Blache. A “personalidade” dos espaços é entendida por Robic como um dispositivo “canônico” para demarcar, por uma série de nuances, a filiação consciente dos geógrafos franceses à literalidade da obra do mestre (ROBIC, 2003).

Uma primeira construção enunciativa, almeja, assim, a composição de uma personalidade geográfica. Seleccionamos alguns exemplos: região florestal, floresta, caça, “*plantas fourragères*”, cultura de cereais, gado, rotação trienal, pousio, “*culture maraîchère*”, feiras, castelos, turismo, desmatamento, “*hameaux*”, “*écarts*”, “*fermes*”, grande cultura, cultura média, pequena cultura, rotas, comunas, facilidade de transportes, via férrea, feiras, mercados. Com efeito: “é a presença da floresta que dá um aspecto **particular** a esta região próxima de Paris” [grifos nossos] (MONBEIG, 1929, p. 384)¹⁰³. Esta postura metodológica da valorização do concreto, como vimos, está inscrita na prática do trabalho de campo e na valorização da geografia influenciada pelo naturalismo e pelos valores da literatura.

De outro lado, no entanto, pretendemos argumentar que, nesse momento, os marcos da descrição dão sinais de incorporação de uma teoria geográfica com características de ordem econômica e mundial: ela se volta, então, aos aspectos econômicos e mobiliza um vocabulário mais abstrato, com maior densidade de teorização. Esta “teoria geográfica” é um dos resultados da atualização metodológica proporcionada pela “modernização” da realidade econômica.

Esta maior densidade de teorização implica a adoção inconsciente de um modelo, e começa a se esboçar a tentação, entre os geógrafos do período, de construir uma Geografia Humana Geral, cujos dados singulares possam ser sintetizados em tendências evolutivas e em considerações gerais. Portanto, a análise do primeiro trabalho de Pierre Monbeig dá mostras não apenas de que os geógrafos não estavam enquistados à abordagem intra-regional, como já defendera Arrault (2007), mas também de que a Geografia Humana do período estava voltada para a economia e não era tendencialmente ideográfica, estando em pleno momento de transição.

¹⁰³ “C’est la présence des bois que donne un aspect particulier à cette région toute proche de Paris”

O manuseio tácito de um modelo geo-histórico econômico também está implícito na atividade pedagógica e forja a possibilidade de construção de uma Geografia Humana Geral. Não seria nesse momento que esta balbuciante tentativa teria sido empreendida?

“As hesitações da Geografia Humana. Existe uma Geografia Humana geral? A Geografia Humana não desfruta então nem do mesmo prestígio nem do mesmo sucesso (...). Por quase cinquenta anos, nenhum autor conseguiu escrever um verdadeiro manual comparável ao manual de Geografia Física ‘de Martonne’. Sem esta base, o pesquisador iniciante tateia e cambaleia” (MEYNIER, 1969, pp. 65-66)¹⁰⁴.

No que diz respeito à mobilização de uma teoria geográfica, compreendemos como marcos a utilização de termos que se integram a uma determinada concepção geográfica e uma utilização *ainda inconsciente* de um modelo. São eles: condições naturais favoráveis e desfavoráveis, natureza do solo, modos de propriedade, povoamento, economia agrícola, maquinismo, pequena propriedade, grande propriedade, capitalistas¹⁰⁵, exploração do solo, cultura familiar, capitais, mão-de obra, recuo de culturas, população, *habitat*, dispersão das habitações, aglomerações, densidade, circulação, migração, camponeses, burgueses, capitalistas, condições gerais da vida moderna.

Inferese aqui a predominância de fatores econômicos no domínio explicativo, o que remete à contribuição de Demangeon e de Hauser. A mobilização inconsciente de um modelo econômico aparece a partir da proximidade descritiva para com outros geógrafos que, igualmente, leram ‘signos’ semelhantes na paisagem. Uma proximidade com Albert Demangeon se destaca:

“As próprias condições da economia agrícola podem conduzir os agricultores ora ao **agrupamento**, ora à **dispersão**. Dependendo de que ela [a economia agrícola] seja **escassa ou densa**, que disponha de **meios de trabalho** débeis ou potentes, uma população agrícola não exerce a mesma **tomada do solo**, e essa apropriação do *habitat* pode mudar

¹⁰⁴ “Les tâtonnements de la géographie humaine. Existe-t-il une géographie humaine générale ? La géographie humaine ne jouit alors ni du même prestige, ni du même succès (...). Pendant près de cinquante ans, aucun auteur n’a réussi à rédiger un véritable manuel comparable à ce qu’était le ‘de Martonne’ pour la géographie physique. Dépourvu de cette base, le chercheur débutant tâtonne et chancelle”.

¹⁰⁵ É importante reafirmar este conjunto léxico. Mais tarde, alguns autores terão a impressão que Pierre Monbeig não utiliza a palavra “capitalismo” em sua obra, o que ajudaria a evocar uma compreensão ingênua ou muito descritiva do processo de modernização do território brasileiro. Na verdade, Pierre Monbeig prefere utilizar “capitalistas” e já o faz em 1929. De toda maneira, o uso desse termo nos permite avaliar que Pierre Monbeig tinha plena consciência dos processos capitalistas envolvidos no fenômeno da metropolização e da colonização. Ora, Karl Marx também não utiliza o termo capitalista e ninguém poderia acusa-lo de não ter consciência desses processos econômicos!

de natureza dentro do mesmo país, se as **condições econômicas** mudarem.” [grifos nossos] (DEMANGEON, 1927, p. 18)¹⁰⁶.

Ambos os conjuntos semânticos, se associados numa duplicidade de objetivos, valem-se de raciocínios cognitivos diversos: se descrever a singularidade de uma região por artifícios literários e vernaculares é um primeiro alvo a partir de seus aspectos físicos, secundariamente, a compreensão das causas do processo de modernização manipula igualmente ponderações gerais. No interior da descrição do processo evolutivo há a utilização de um modelo econômico e geo-histórico. Quanto à geo-história, é inquestionável que ela teria sido uma contribuição precoce de Vidal de la Blache, que faz dialogarem situações que vão do tradicional e fechado, ao moderno e aberto, com características modelares, mas não o faz sem ressaltar o “abismo” entre essas duas formas de cultura:

De um lado, civilizações francamente autônomas; do outro, civilizações nas quais o meio não se distingue senão através das complicações de elementos heterogêneos. Parece que há um **abismo** entre esses rudimentos de cultura, expressão de meios locais, e esses resultados de progresso acumulados de que vivem as nossas civilizações superiores. Uns são tão exactamente declarados sobre os lugares onde se encontram, que não podemos transportá-los nem imaginá-los noutra parte; os outros são dotados da faculdade de se transmitir e de se espalhar [grifos nossos]. (VIDAL DE LA BLACHE, s/d, p. 261).

Afora a não explicitação textual de seus componentes teóricos, o olhar de Pierre Monbeig é treinado sob a fineza de um “espírito geográfico”, que sustenta a invisibilidade do método. Mas um modelo geo-histórico da evolução das sociedades está da mesma maneira *subentendido* e é aprofundado em seus traços singulares para o caso da região parisiense.

Por tudo isso, seus primeiros estudos não jogam Monbeig para o campo do raciocínio puramente ideográfico. Para nós, este estado transitório afigura-se como uma importante peculiaridade do período: se, de um lado, encontrar a “personalidade” regional se coloca como um objetivo de Monbeig, de outro, uma postura “comparativista” é adotada por alguns geógrafos nessa época. Albert Demangeon, segundo Robic, foi o iniciador da construção de questionários que guiassem os trabalhos de campo (ROBIC,

¹⁰⁶ “Les conditions mêmes de l’économie agricole peuvent conseiller aux paysans tantôt le groupement, tantôt la dispersion. Selon qu’elle est clairsemée ou dense, selon qu’elle dispose de moyens de travail faibles ou puissants, une population agricole n’exerce pas la même prise sur le sol, et cette prise de possession par l’habitat peut changer de nature au sein du même pays, si les conditions économiques ont changé”.

1996a, p. 382) o que, segundo a mesma autora, marcava, neste geógrafo, uma orientação comparativista da geografia. Assim, para Orain e Robic, Albert Demangeon e Emmanuel de Martonne, professores de Monbeig, adotam um estilo menos subjetivo, mais analítico, mais realista e relativamente reducionista em relação aos critérios de decodificação da paisagem, focando-se, por exemplo, na geomorfologia (ORAIN, 2000, ROBIC, 2003, 2006) e na economia.

Assim, a experiência propedêutica de Pierre Monbeig, expressa nesta primeira contribuição, não está muito mais situada no campo ideográfico do que nomotético. Logo, da mesma forma que as periodizações da história da Geografia podem ser matizadas sob novos olhares e outros objetos, também os encaixes pessoais de cada geógrafo aos “paradigmas” são muito variáveis.

Uma postura epistemológica que mescla características ideográficas e nomotéticas, entre a utilização dos recursos da literatura, do naturalismo, mas também da economia, e que se materializa pela adoção de um embrião de síntese entre um paradigma natural e econômico, reflete as novas problemáticas da Geografia Humana e se insere no esforço de construir, neste momento, uma generalidade para as suas conclusões e um modelo econômico geo-histórico. Uma antecipação do que seria o processo de atualização da Geografia para as questões econômicas contemporâneas, acrescida da invisibilidade da discussão metodológica, insere-se na apropriação que Pierre Monbeig faz de suas experiências formativas.

Em resumo, Pierre Monbeig está inserido em uma aventura de renovação que não se interrompeu com a morte de Vidal, em 1918. Pode-se até aferir que esta vaga de modernização teve seus desdobramentos acelerados durante a Primeira Guerra Mundial, mas nem por isso se vê aqui uma franca inflexão neste processo. A geografia que fotografamos está numa linha de continuidade que se origina em 1870, quando os franceses, depois da guerra franco-prussiana, tomam consciência das disputas imperialistas que giram em torno da modernização econômica e social e, portanto, da integração, às vezes dramática, do homem no seu mundo, e dos processos geográficos em escala mundial. Esses processos lançam a Geografia aos engajamentos, transformações e transições metodológicas.

Capítulo 2

Um geógrafo face à mundialização: os problemas globais de uma Geografia em busca de liderança (1930-1935)

Em 1911, o geógrafo Jean Brunhes, herdeiro da primeira geração de discípulos de Vidal de la Blache, escrevera o esboço de uma geografia humana das ilhas Baleares, publicado na *Revue des deux mondes*¹⁰⁷. Com a segurança que lhe conferia a idade, o artigo estava plantado sob os terrenos de uma trajetória consolidada, e, com beleza do estilo, referia-se a duas belas ilhas, Majorca e Minorca, em pleno século XX. Sua descrição mostrava ao mundo hábitos exóticos de gêneros de vida resistentes ao tempo em pleno século XX. Ele apreciava a tenacidade dos hábitos.

Já em 1932, dois anos após a morte de Jean Brunhes, o jovem geógrafo Pierre Monbeig, recém-formado na *Sorbonne*, publica um outro artigo sobre as ilhas Baleares, que é fruto de sua opção por construir uma tese de doutoramento¹⁰⁸. Palco de uma luta política colonialista, o texto de Monbeig mostrava o empenho dos governantes insulares em modernizar os mercados e as rotas, sanear planícies alagadas, inserir novas culturas, modernizar o emprego de técnicas agrícolas e exportar a produção em direção a Itália. Isso nos arredores do século XVIII. A oposição dos olhares de Pierre Monbeig e Jean Brunhes é flagrante, o que desnuda que, neste retrato da disciplina, a Geografia Humana era um campo de possibilidades em aberto.

O escopo deste capítulo consiste em compreender como o jovem estudante Pierre Monbeig, recém diplomado pela *Licence* e de posse recente da *Agrégation*¹⁰⁹ em História e Geografia, decidiu pelo caminho da pesquisa em Geografia Humana da Espanha, contribuindo com um movimento de internacionalização da geografia francesa. Nossa

¹⁰⁷ Nascido em 1869 e morto em 24 de agosto de 1930, Jean Brunhes opta pela Geografia em 1891, quando resolve fazer uma tese em Geografia sob a influência direta de Vidal de la Blache. Em 1892, obtém a *Agrégation* em História e Geografia. Hesitante em ingressar na Escola de Atenas, como fez Vidal, ele acaba por ingressar na *Foundation Thiers*, recém fundada e lá fica entre os anos de 1893 e 1896. Depois, ingressará como professor na *Université de Lille*. Nessa universidade, ele toma uma decisão corajosa, ao intitular seu curso de *Geografia Humana*, sendo a primeira vez que aparece o termo no meio acadêmico. (DELAMARRE, 1975, pp. 50-51).

¹⁰⁸ Posteriormente, Monbeig vai abandonar este tema de tese das ilhas para se dedicar às franjas pioneiras do estado de São Paulo.

¹⁰⁹ Pierre Monbeig adquire o diploma de agrégé em 1929, momento este que sempre recorda pois, além de ter conhecido a sua esposa, ele conquistou amizades duradouras (BURGEL, 1991, p. 43).

hipótese é que a expansão das temáticas de pesquisa para espaços alhures à França está circundada por um esforço geracional de consolidação da liderança de um grupo de pesquisadores e de sua internacionalização.

Com efeito, antes de Pierre Monbeig desembarcar no Brasil, a geografia francesa passara por etapas intermediárias de construção de seu poder de generalização, numa delicada tessitura com o alicerçamento de uma liderança internacional. O movimento de construção da generalização dos conceitos é também um movimento de força. Por outro lado, esta pretensão de liderança vai impulsionar novos equilíbrios às tensões de longa duração da ciência geográfica francesa. O movimento epistemológico de compreensão do mundo viajou no rastro de busca do papel de hegemonia de um grupo de geógrafos franceses no cenário geográfico internacional. Acompanhando esta problemática, voltamos a nos perguntar como continua o processo de construção da metodologia francesa.

Após a crise de 1929, a metodologia vidaliana se debate com fenômenos da mundialização. Qual é o impacto desse contexto no trabalho de Monbeig e de sua geração? Tal problemática envolve alguma controvérsia. Conhecido como o momento das monografias regionais da França, o período que vai de 1930 até os seus meados ficou marcado na memória de geógrafos de todo mundo sob o prisma de tais monografias. Estariam os geógrafos vidalianos enquistados à escala regional, distantes do contexto político, de costas ao processo de mundialização que se instala após a primeira guerra mundial, avessos à mobilização social?

A análise dos estudos de Monbeig e dos personagens envolvidos neste contexto contribui a desfazer o mito, para o qual Jean Baptiste Arrault já empreendera esforço de desconstrução: “ O mito (geográfico) ao qual nossa própria pesquisa se confronta tem relação com a ideia que os geógrafos franceses da primeira metade do século XX não souberam testemunhar as transformações do mundo, enquistados que estavam no problema da dissecação regional, sobretudo no que tange à França” (ARRAULT, 2007, p. 63)¹¹⁰. Concordando com Arrault, é um outro cenário que se desenha. O mesmo autor traça as principais características da consciência da interdependência global que assinala este período, a partir do qual ele define o conceito de “mundialização”:

¹¹⁰ “Le mythe (géographique) auquel notre propre recherche se confronte tiendrait à l’idée que les géographes français du premier XXe siècle n’ont pas su ou pas pu témoigner des transformations du monde, enkystés qu’ils étaient dans sa dissection régionale, et surtout dans celle de la France.”

(...) se nos contentamos a definir a ‘mundialização’ a partir de **critérios econômicos** tais como o comércio exterior ou os investimentos no estrangeiro. Mas se procuramos definir mais especificamente a mundialização como **um processo em que se coloca em relação e sobretudo em relação de dependência**, as diversas partes do mundo entre si, como uma dinâmica de **ruptura do isolamento**, não se pode ver a priori em que a internacionalização das economias produziria mais uma ‘mundialidade’ (dimensão mundial dos fenômenos) que uma crise econômica em escala mundial¹¹¹ [grifos nossos] (ARRAULT, 2007, p. 493-494).

A mundialização é alcançada sob dois prismas: o primeiro, a expansão das relações econômicas sobre o globo, remetendo a uma padronização dos processos econômicos estimulados pelo comércio exterior. Nesse sentido, a mundialização é o processo de avanço e *modernização das relações capitalistas sobre os territórios*. Um segundo prisma é o da interdependência a que esta economia cada vez mais internacionalizada submete os países que são seus partícipes e rompe com o paradigma geográfico que busca descrever a situação do isolamento, atributo de uma geografia influenciada pelo naturalismo.

Os estudos da mundialização substanciam paradigmas geográficos que se deslocam crescentemente dos valores da literatura, reforçam a tendência à ação e descortinam sua invisibilidade. Por outro lado, a elaboração de discursos sobre os fenômenos mundiais impulsiona a busca por liderança dessa geografia francesa no cenário científico internacional. Nesse sentido, a articulação da Geografia com uma diplomacia cultural¹¹² nascente pode ser vista como uma possibilidade de se traçar um outro horizonte histórico que permearia a geografia vidaliana, no qual a sua atuação internacional estaria em foco, concorrendo com outros programas científicos, oferecendo novos equilíbrios epistemológicos frente ao fenômeno da mundialização, e se consolidando como uma corrente de liderança no cenário geográfico e científico internacional.

Esse percurso de internacionalização vai robustecer, assim, o engajamento frente aos problemas globais, a redução dos recursos literários e a tendência de sistematização

¹¹¹ “(...) si l'on se contente de définir la mondialisation à partir de critères économiques tels que le commerce extérieur ou les investissements à l'étranger. Mais si l'on cherche à définir plus spécifiquement la mondialisation comme un processus de mise en relation et surtout de mise en dépendance des parties du monde entre elles, comme une dynamique de rupture d'isolement on ne voit pas a priori en quoi l'internationalisation des économies produirait plus de mondialité (dimension mondiale des phénomènes) qu'une crise économique d'échelle mondiale”.

¹¹² A diplomacia cultural é entendida como o conjunto de organismos diplomáticos organizados pelo governo francês para expandir a influência de seus produtos culturais, como a língua, a educação, os livros etc.

metodológica – composturas epistemológicas que emergiram após uma crescente colocação do homem no centro dos processos geográficos. Mas não se verá um abandono das antigas estratégias de reprodução do saber, e as escolhas de Monbeig continuam a refletir processos internos da Geografia em momento de transição, o que não obstou que a escola vidaliana buscasse se situar numa posição de liderança na comunidade internacional.

1- As ebulições políticas da Espanha e a adesão a uma ideologia socialista: o olhar sobre os problemas e soluções mundiais

O texto de Pierre Monbeig sobre a Reforma Agrária na Espanha (*‘La Réforme Agraire en Espagne’*) foi publicado originalmente em 1933 nos *Annales d’Histoire économique et sociale*. Este jovem pesquisador é igualmente engajado nas oportunidades práticas de intervenção, na economia e na questão do urbanismo, que tencionam os geógrafos à ação (ROBIC, 1996b). Assente em uma postura crítica, uma ideologia socialista, que ele irá adotar, não irá reforçar os pressupostos de uniformização do globo pela civilização?

Este impulso à ação tem tendência mais marcada no sentido da erosão dos valores literários. A sistematização das teorias e métodos permite observarem-se problemas comuns no âmbito de diferentes países. Por outro lado, a tendência à propensão à ação implicava um maior conhecimento dos embaraços nacionais particulares. Assim, a tensão para o engajamento ainda não erodiu, *neste instante*, a estratégia epistemológica a meio caminho e, ainda que na transição, contribuiu para uma tendente modelização dos métodos, no contexto da mundialização. Além disso, a ideologia que permeia a visão de mundo de Monbeig, também tem rebatimentos na compreensão específica e geral da realidade de cada país a partir da Geografia.

A vinculação de Pierre Monbeig às questões contemporâneas e às influências do contexto político é indubitável. Segundo Ferras, as agitações políticas da Espanha tiveram vívido papel nas suas escolhas (FERRAS, 1991, p. 68). Comentando a indagação de Claude Bataillon sobre porque ele escolhera a Espanha e não a Itália, Pierre Monbeig deixa transparecer a importância do critério político: “Ah! Não, não a Itália. Eu detestava

os italianos por causa de Mussolini (mas isso nos levaria muito longe) (...)” (MONBEIG in BATAILLON, 1991, p. 29)¹¹³.

O principal problema espanhol, iniciado em tempos remotos, consistia, a seus olhos, na ausência de democratização do acesso à terra. A anterioridade de seus estudos sobre o tema revela a preocupação de articulá-los em torno do problema moderno: “nós gostaríamos, utilizando os estudos fragmentados publicados nos últimos anos de um lado e de outro dos Pirineus, tentar ressaltar as causas do problema agrário, de distinguir seus diversos aspectos e de **indicar os remédios que estão sendo utilizados atualmente**”¹¹⁴ [grifos nossos] (MONBEIG, 1991a, p. 75).

Consoante Pierre George, a tese histórica de Pierre Monbeig sobre as Baleares compunha um quadro de interesses amplos, que unificava os estudos pretéritos e contemporâneos, conforme prezam os professores do Instituto de Geografia, mas que se direcionava francamente aos estudos da Geografia Humana e à propensão ao remediamento dos infortúnios da Espanha (GEORGE, 1988, p. 444).

Em 1930, a Espanha enche-se de esperança: a ditadura de Primo de Rivera chega ao fim, Alphonse XIII deixa o país e a República é instaurada em 14 de abril de 1931 (FERRAS, 1991, p. 68). Reformas estruturais do Estado são aguardadas pela população, principalmente aquelas que diziam respeito à Reforma Agrária. As opiniões de Pierre Monbeig estão profundamente implicadas pelo engajamento contra a oligarquia latifundiária.

Tanto no estudo do passado quanto no presente, a base da política econômica defendida por Monbeig é a de uma modernização do território promovida por um Estado que defenda os interesses do conjunto da nação. Um Estado nacional e popular que fosse um equalizador entre os grupos de pressão, permitindo uma ação econômica que favorecesse tanto a grande como a pequena propriedade, e que se esforçasse por equalizar a distribuição da riqueza. Essa necessidade de intervenção estatal na economia, também será observada nos seus estudos sobre o Brasil. Vê-se aqui, e desde já, um geógrafo a se encaixar em um contexto de predomínio de um espírito crítica da geografia francesa do período. Tais posturas políticas são essenciais para situar os geógrafos frente ao Estado e

¹¹³ “Ah! Non, pas l’Italie. Je détestais les Italiens à cause de Mussolini (mais cela nous entraînerait trop loin) ”.

¹¹⁴ “nous voudrions, en utilisant les études fragmentaires publiées dans les années dernières de parte et d’autres des Pyrénées, essayer de dégager les causes du problème agraire, d’en distinguer les divers aspects et d’indiquer les remèdes qui sont actuellement mis en œuvre”.

mesmo para pesar a sistematização epistemológica que esses novos espaços de competência técnica induzem.

O plano do governo espanhol é por ele detalhado: o senhor Largo Caballero, ministro do trabalho, membro do partido socialista e líder a UGT, decreta, em 7 de maio de 1931, a criação de júris mistos entre representantes de proprietários e trabalhadores. Contudo, o projeto possui uma especificidade: as terras continuarão sob a tutela do Estado, evitando “a formação de uma classe de pequenos proprietários integrais que, por descuido ou falta de capacidade técnica, poderiam ser tentados a especular sobre seus novos bens e abandoná-los” (MONBEIG, 1991a, p. 78)¹¹⁵.

No que toca este ponto, Pierre Monbeig revela seu parecer: “a lei indica **com justiça** que a cooperação e a exploração coletiva deverão ser preferenciais em relação à posse individual”¹¹⁶ [grifos nossos] (MONBEIG, 1991a, p. 78). Uma posição ideológica que não se radicaliza à abolição da propriedade, saúda a intervenção coletiva e o controle estatal, ao qual ele nomeia “um socialismo de direita, para retomar os termos de nossa topografia parlamentar, um socialismo reformista”¹¹⁷ (MONBEIG, 1991a, p. 79). Ele defende este socialismo das críticas à direita e à esquerda, relevando adesão à doutrina, ao horizonte estratégico, e ao projeto (MONBEIG, 1991a, p. 79).

E não é apenas a situação camponesa que é seu alvo de interesse. Empreendimentos hidráulicos também começam a modificar a paisagem urbana e industrial da Espanha. Trata-se de um momento de transformações intensas do conjunto do território espanhol. No tempo de Monbeig, o rio Segura ainda possuía uma parte de seu curso não atingida pela irrigação, dado que suas correntes eram demasiadamente acidentadas (MONBEIG, 1930). Em 1930, Pierre Monbeig publica o artigo “Les transformations économiques dans les ‘Huertas’ et la région entre Alicante et Murcie”, nos *Annales de Géographie*. A elevação e o transporte das águas para essas regiões se deram com emprego de grandes forças coletivas comandadas pelo Estado.

Neste transcurso modernizador, as grandes cidades também se dinamizam. Elas são celeiros de populações que atraem montanhese e camponeses (MONBEIG, 1932a,

¹¹⁵ “la constitution d’une classe de petits propriétaires intégraux, qui, par insouciance ou incapacité technique, pourraient être tenté de spéculer sur leurs nouveaux biens et de les abandonner”

¹¹⁶ “la loi **indique très justement** que la coopération et l’exploitation collective devront être préférées à la possession individuelle (...)”.

¹¹⁷ “un socialisme de droite, pour reprendre les termes de notre topographie parlementaire, un socialisme réformiste”

p. 495). O crescimento populacional das cidades é o traço mais característico da geografia urbana de amplas áreas de colonização. A concentração urbana, por outro lado, cria o mercado (MONBEIG, 1932a, p. 497). Mas a economia espanhola, no geral, apesar do desenvolvimento da siderurgia, que se direciona quase toda à exportação, continua agrícola (MONBEIG, 1934a, p. 300) revelando, no Mediterrâneo, um quadro de resistências. Monbeig foi sensível a estas sutilezas, encantado, talvez, pelas paisagens do Mediterrâneo que primeiro o seduziram.

O que ressaí desses artigos é a constatação de uma ação política organizada, seja através dos sindicatos agrários, seja através do Estado, que provoca uma mudança sem precedentes na geografia do país. As novas zonas de colonização, de condições naturais desfavoráveis, são mais dependentes do progresso técnico e da intervenção estatal. Tais espaços carecem de grandes somas de investimento em capital e menor uso da mão de obra, o que tem como consequência a liberação de contingentes para a indústria. Nesse instante, Pierre Monbeig elege um domínio temático de predileção: os espaços de colonização, onde o grande investimento técnico se faz necessário e revela com mais clareza o arbítrio da ação política na condução dos mecanismos da modernização:

Apesar disso, as huertas participam da atividade moderna: elas tendem a uma produção agrícola aperfeiçoada e especializada, graças às obras de irrigação que se constituem em um belo empreendimento técnico (...). As indústrias também evoluem; elas tendem a trabalhar para o mercado universal. Podemos dizer que esta região que se estende de Alicante a Murcie nos mostra um dos novos aspectos da economia espanhola, evoluindo cada vez mais e a cada ano, em direção a uma produção comercial.¹¹⁸ (MONBEIG, 1930, p. 606).

Em relação aos estudos parisienses, Monbeig recupera o tema das metamorfoses do mundo agrário tradicional e as consequências da entrada do capitalismo no campo, só que, desta feita, em áreas mais amplas. Ele continua a adotar os termos modelares de uma geo-história da mundialização: produção agrícola especializada, técnica, indústrias, mercado universal, comércio, meios de transporte. Não vemos aqui, portanto, nenhum recuo em relação à tendencial adoção de análises padrões. A Espanha é um espaço

¹¹⁸ “Malgré cela, les huertas participent à l’activité moderne : elles tendent à une production agricole raffinée et spécialisée, grâce à des travaux d’irrigation qui constituent une belle entreprise technique. (...) Les industries évoluent aussi ; elles tendent à travailler pour le marché universel. On peut dire que cette région qui s’étend d’Alicante à Murcie nous montre l’un des aspects nouveaux de l’économie espagnole, évoluant chaque année davantage vers la production commerciale”.

intermediário entre a França e o Brasil. É um espaço, portanto, onde se entabula o primeiro esforço de produzir generalizações nos marcos da circulação dos conceitos.

Uma confiança no poder de ação do homem, na técnica, na condução política dos Estados, tem projeções importantes sobre uma determinada concepção de geografia, onde atores e transformações estão no centro da abordagem. Há alguma continuidade em relação aos estudos anteriores? Os *pays* já foram alvo dos estudos da metropolização. As ilhas espanholas, as cidades e os espaços agrários são mirados agora sob o prisma da mundialização. Processos repetitivos, convergentes, em escalas cada vez mais amplificadas, evocam a estabilidade dos padrões científicos e com eles, a erosão relativa dos valores literários, e conduzem a um esforço de compreensão global.

2- A geografia após a crise de 1929 e a necessidade de contribuir na recuperação da economia mundial: a França na liderança do bloco latino

A repetição das preocupações geográficas em torno dos diferentes espaços que passam por processos de modernização, sinaliza que a França e a Espanha fazem parte de um mesmo discurso simbólico que se direciona à elaboração das primeiras generalizações. O engajamento intelectual e político de Monbeig encaminha a sua representação da Espanha sob o filtro dos interesses do Estado francês, mesmo que ancorado em proposições políticas de tonalidades socialistas.

Se retomarmos o quadro de uma geografia enquistada, alheia aos processos de mundialização e das mobilizações nacionais, não conseguimos explicar como os temas espanhóis desse jovem geógrafo ladeiam os esforços de construção de uma nova política externa francesa. Após a crise de 1929, numa época de surgimento de problemas comuns em âmbito mundial, o contexto econômico francês impulsiona a sociedade a resolver questões de política externa. Arrault já demonstrou como as crises são sinais elementares do processo de mundialização (2007).

Pendendo a um enfraquecimento do discurso literário, Pierre Monbeig é adepto de uma geografia que possa contribuir para tarefas práticas das nações, postura esta que marcará toda a sua carreira. Ele também define seu objeto de pesquisa em função dos

interesses econômicos da França. “*L’état actuel des migrations espagnoles*”, publicado em 1931, é o exemplo desse engajamento.

É justamente a questão demográfica que está na ordem do dia para a França, são justamente as migrações espanholas que interessam a este novo e jovem especialista. A questão demográfica francesa ocupa o centro do palco nessas artilharias geopolíticas. Depois da guerra, como inaugurar um novo ciclo de expansão da economia com baixo crescimento populacional, é a pergunta que carece de resposta aos franceses (FOHLEN, 1985, p. 81). Tendo perdido um saldo de vidas na ordem 1,4 milhões, o que representou uma extinção de 10,5 % da população ativa, frente a uma perda de 9,8 % na Alemanha, 6,2 % na Itália e 5,1 % na Inglaterra (FOHLEN, 1985, p. 81), esta difícil situação era maquiada pela chegada de estrangeiros.

É por isso que as correntes populacionais espanholas interessam a Pierre Monbeig. Efetivamente, segundo ele, tal país representa o principal fluxo migratório continental europeu para a França, alçando ao âmbito dos interesses franceses a importância do estudo econômico da Espanha. Para Monbeig, a crise da Espanha se reflete na dinâmica da economia francesa. Os mecanismos de atração da França aos trabalhadores espanhóis pressupõem o conhecimento das terras do outro lado dos Pirineus. Seu objetivo é estudar a Espanha e, conjuntamente, entender a França.

Monbeig reconhece o interesse francês na atração da população espanhola. Segundo ele, há um conflito que envolve ambas as nações: “os inspetores do Ministério do Trabalho reclamam dos esforços do governo francês por encorajar e facilitar as naturalizações” (MONBEIG, 1931, p. 201)¹¹⁹. Mas os trabalhadores espanhóis são muitas vezes maltratados pelos patrões franceses, e o governo espanhol esbraveja.

Para ambos os problemas, ele assevera que seria necessário melhorar as condições políticas e econômicas da Espanha, acrescentando que uma outra possível solução para a crise migratória seria a melhoria da recepção francesa: “convém, então, melhorar a legislação sobre a recepção do trabalhador espanhol e aprimorar sua técnica”

¹¹⁹ “les inspecteurs du Ministerio del Trabajo se plaignent des efforts du gouvernement français pour encourager et faciliter les naturalisations”.

(MONBEIG, 1931, p. 201)¹²⁰. Portanto, há aqui uma defesa por melhores condições de trabalho do operário espanhol, o que não exclui um nacionalismo francês.

Para melhorar os seus mecanismos de atração, para assegurar seus brios de grande nação, é preciso aprofundar o olhar ao conjunto das economias de suas áreas de influência. Os trabalhos de Monbeig contribuem para construir um suposto espaço de referência francês que ajude a alavancar as economias francesa e espanhola, numa ajuda mútua. Trata-se de uma abordagem que favorece a tutela francesa sob um espaço mais amplo do que as fronteiras do Hexágono, num contexto que se reformula após a primeira guerra e a crise de 1929. Na verdade, os processos de construção dos pontos de vista teóricos globais, de compreensão da mundialização, não se eximem de hegemonias e de disputas de força. Um neocolonialismo? Como quer que seja, há nessas opções uma motivação de viver no bojo de seu tempo, de participar dos debates contemporâneos, de pensar o mundo inebriado pelo charme de uma nova cultura, onde os intelectuais sejam promotores de uma cidadania e de uma ciência global, e cujos atores sejam a alma da construção das nações.

3- A participação de Pierre Monbeig e da geografia francesa na política cultural da França na década de 1930: uma Geografia à altura do controle de suas áreas de influência

Ainda que não seja um imperialismo *stricto sensu*, a diplomacia cultural francesa liga-se aos interesses econômicos e a política cultural elege o mundo latino como uma área de ávido interesse. As iniciativas de propaganda chegam a anteceder a Terceira República, com a fundação da *École française d'Athènes* em 1846. A esta fundação sucede a da *École de Rome* (1873) e da *École de Madrid* (1928) (GRAN-AYMERRICH, GRAN-AYMERRICH, 1992, p. 175). Pierre Monbeig ingressará na Escola de Madrid em 1930, a partir da necessidade de aprimorar seu espanhol e como suporte institucional às suas atividades de campo.

Avessa à sistemática propaganda política ou econômica, reticente em relação a um discurso expansionista, a Terceira República (1870-1940) abre exceção para a propaganda de caráter cultural no estrangeiro (SUPPO, 2000, p. 311-312). Nas palavras

¹²⁰ "il convient donc, pour compléter la législation, de mieux recevoir le journalier espagnol et perfectionner sa technique".

de Suppo, “a França será o primeiro país a propor como estratégia de dominação colonialista do ensino do francês [sic] a partir da criação, em 1883, da Aliança Francesa. Para tanto, será criado um ministério para coordenar tais ações, o *Ministères des Affaires Étrangères* [MAE]” (SUPPO, 2000, p. 312).

Ao ingressar em instituições sustentadas pela diplomacia cultural, Pierre Monbeig não deixou de participar da elaboração de um discurso no âmbito de uma geografia das potências, mesmo que se posicione pela Reforma Agrária espanhola, notadamente do campo de esquerda. Uma epistemologia começa a ser elaborada em contexto de “confronto”, e vai adquirindo conotações cada vez mais geopolíticas. Assim, estabelece-se a tendência à sistematização das teorias em âmbitos globais, junto com a emergência de liderança de uma cultura científica específica.

Para o contexto em que Pierre Monbeig está inserido, Suppo nos fornece uma interessante caracterização: “Em 1932, a questão da propaganda se transforma numa obsessão (...)” (SUPPO, 2000, p. 314). É justamente a Espanha um dos principais alvos da continuidade da política de propaganda francesa na década de 30. No mês de novembro de 1928, foi inaugurada a “*École française de Madrid*”, Casa Velásquez.

Já o Instituto de Estudos Hispânicos, instituição intimamente associada à Casa Velásquez, será inaugurado em 29 de maio de 1929, em Paris, com a presença de personagens que denotam a magnitude do evento para a Universidade de Paris e para o governo francês. Estavam presentes personalidades como Gaston Doumergue, presidente da República, Pierre Marraud, ministros da Instrução pública, Charléty, reitor da Universidade de Paris, Quiñones de Leon, embaixador da Espanha, Eusebio Diaz, reitor da Universidade de Barcelona, Martinenche, diretor do Instituto, entre outros. O geógrafo Emmanuel de Martonne também estava presente (UNIVERSITÉ DE PARIS, 1929, p. 263).

A julgar pelos discursos dos fundadores, a França cumpre um importante papel no desenvolvimento da cultura espanhola: através da cultura francesa encontra-se a “alma” espanhola, onde está subentendido que a França pode reunir um conjunto de transferências culturais e destacar as singularidades nacionais, devido à sua posição de centralidade da cultura mediterrânea: “O elemento imanente do gênio espanhol na cultura

ocidental **será valorizado** se conseguir afinar-se, em uma **polifonia perfeita**, com as notas vibrantes que **a França imortal faz soar no concerto da civilização latina**” (Oliveros apud UNIVERSITÉ DE PARIS, 1929, p. 268)¹²¹.

Na Casa Velásquez, Pierre Monbeig compõe um círculo de amigos hispanistas, geógrafos, artistas e historiadores. Entre eles, Pierre Vilar, que direcionará sua tese posteriormente à história. O acolhimento pela instituição possibilitava trabalhos de campo e viagens coletivas:

Foi assim, em uma Espanha conturbada, que os artistas pensionistas e os cientistas do ano letivo de 1930-1931 tomaram seus lugares: entre eles, Pierre Vilar, aluno, como Monbeig, de Albert Demangeon. Ele já fizera um estudo de reconhecimento de Barcelona, em 1927, com a ideia de pesquisar as particularidades da Catalunha, através da geografia industrial da região e do impacto econômico e social da eletrificação a partir do Ebro e de seus afluentes. Muito bem recebido por Legendre, poucos dias após os acontecimentos de Jaca, ele partiu em sua companhia, junto com o casal Monbeig e Gabrielle Berrogain, para passar o Natal em La Alberca, em Las Hurdes (DELAUNAY, 1994, p. 256)¹²².

Os artistas são os mais abundantes na turma de 1930, sendo que alguns deles se tornarão peças chave das relações franco espanholas, entre eles, Enrique Igual Ruiz e José Martínez del Cid (Casa Velásquez, 2006, p. 41.). Os pesquisadores oscilam entre sete e oito, todos os anos, segundo relata a Memória Gráfica da Casa de Velásquez. Além de Pierre Monbeig, a turma de 1930 conta com o arqueólogo Raymond Thouvenot, os historiadores Pierre Vilar (já citado) e Maurice Lombard e especialistas em literatura, tal qual Charles-Vincent Aubrun (Casa Velásquez, 2006, p. 41).

Uma fotografia tirada na ocasião da exposição dos pensionistas de 1930 retrata ainda esse círculo de convivência: os estudantes apresentam todos os anos os seus trabalhos para autoridades francesas e espanholas. A legenda da foto divulga a presença de personalidades. Da esquerda para direita temos: P. Paris, P. Monbeig, J. Sauboa, conde de las Infantas, P. Hannaux, consul geral da França, M. Legendre, M. Corbin, o

¹²¹ “L’élément immanente du génie espagnol dans la culture occidentale sera mais en valeur s’il réussit à s’accorder en une polyphonie parfaite avec les notes vibrantes qui fait entendre la France immortelle dans le concert de la civilisation latine”

¹²² “C’est donc, dans une Espagne troublée que les pensionnaires artistes et scientifiques de l’année universitaire 1930-1931 prirent place : parmi eux, Pierre Vilar, élève, comme Monbeig, d’Albert Demangeon. Il avait déjà effectué une reconnaissance studieuse à Barcelone, en 1927, en vue d’étudier les particularités catalanes, à travers la géographie industrielle de la région, ainsi que l’impact économique et social de l’électrification de l’Èbre et de ses affluents. Très bien reçu par Legendre, quelques jours après les événements de Jaca, il s’en fut, en sa compagnie, avec le ménage Monbeig et Gabrielle Berrogain, passer Noël à La Alberca, dans les Hurdes”.

embaixador da França, M. Benlliure, crítico de arte, Mle Cardona, Dr. Hutet, M. Leroux, M. del Cid, A. Chasseminche, M. e Mme Cheval, G. Caprotti (Casa Velásquez, 2006, p. 43). A fotografia da turma de 1931 não possui legenda, mas Pierre Monbeig é visto no canto direito.



Foto 6 . Os alunos da turma de 1930 da Casa Velazquez. Fonte: Casa Velásquez, 2006, p. 43 (turma de 1930).



Foto 7 . Os alunos da turma de 1931 da Casa Velazquez. Fonte: Casa Velásquez, 2006, p. 44.

Esta exposição dos trabalhos dos pensionistas aos diplomatas, que ocorre todos os anos, estreita o vínculo dos estudantes com personalidades do mundo universitário e diplomático e com um discurso oficial do elogio à unidade do mundo latino. A relação entre jovens estudantes e autoridades espanholas e francesas, como com o cônsul P. Hannaux, pode ter contribuído para a criação de uma rede de pesquisadores ligados à missão de difusão da cultura francesa no mundo.

A vinculação de Pierre Monbeig com a Espanha deu-se em um momento em que as políticas de propaganda intensificavam-se em relação a este outro país latino. Mais amplamente, a disciplina geográfica como um todo, sob liderança de Emmanuel de Martonne e Albert Demangeon, é parte ativa nas atividades do Instituto de Estudos Hispânicos, associado a Casa Velásquez.

Na lista de cursos especiais ministrados pelos professores da *Sorbonne*, Emmanuel de Martonne figura com um curso de iniciação à Geografia, com enfoque especial sobre a geografia regional da Espanha (UNIVERSITÉ DE PARIS, 1935, P. 139), além do quadro de lições especiais em que figura a participação de Pierre Monbeig, demonstrando com isso seu engajamento às atividades pedagógicas do instituto (UNIVERSIDADE DE PARIS, 1935, p. 140)¹²³

A Geografia francesa participa dos esforços diplomáticos de construir uma França à altura do controle de suas áreas de influência. Os Estados nacionais possuem os líderes de uma *paix* global, na linha do que pensavam esses intelectuais e diplomatas.

4- O papel de de Martonne, da União Geográfica Internacional e do Congresso Internacional de Paris de 1931 na internacionalização da Geografia francesa

De fato, Emmanuel de Martonne, professor de Monbeig, atuou como um “tecedor de redes internacionais” da geografia francesa, seja através de institutos como o Instituto de Estudos Hispânicos, seja através de outras organizações. Seguindo as palavras de Delfosse (2001), as missões na Alemanha (1898), nos Estados Unidos (1917) e na

¹²³ “Les cours spéciaux 1933-1934 ont été les suivants: Art : M. R. Schneider : Du nouveau sur l’art espagnol ; Histoire : M. A. Viñas : les Grandes Étapes de l’histoire d’Espagne ; la Reconquête ; Littérature : M. P. Salina : la Vie andalouse des roman contemporains ; Musique : M. H. Collet : La musique espagnole au seizième siècle ; Linguistique : M. R. Lapesa : Questions de linguistique du moyen Âge ; Géographie : M. Monbeig : Madrid ; Législation : M. d’Ardenne de Tizac: Explication de la nouvelle condition dans les Fueros d’Aragon.”

Romênia (1922) marcam um momento de virada da geografia francesa: “por certo, os geógrafos franceses podem aprender os métodos de ensino da Geografia na América, mas o que é novo, é que os geógrafos franceses podem, segundo a fórmula de de Martonne, oferecer seus serviços”¹²⁴ (DELFOSSSE, 2001, pp. 191-192).

De Martonne promove conferências de popularização da Geografia em rádios e revistas (DELFOSSSE, 2001, p. 194). Ele participa igualmente da *Association française pour l'Avancement des sciences et à l'Académie des sciences* onde empreende uma dupla estratégia de garantir o lugar da geografia no seio das disciplinas científicas e galgar espaço crescente dos geógrafos profissionais em relação aos antigos “sábios”, eruditos e amadores (DELFOSSSE, 2001, p. 196). Assim, o movimento da “modernização” das disciplinas é cada vez mais generalizado e abriga também, é claro, a geografia física, comandada por de Martonne, antiga “irmã” do naturalismo.

Nesta linha de atuação, ele cria em 1920, como vimos, a *Association de Géographes Français (AGF)*. De 1920 a 1935, ele é o seu secretário geral (DELFOSSSE, 2001, p. 196). A publicação da *Bibliografia Internacional*, por geógrafos franceses, responde a uma estratégia internacional, aproveitando-se do vácuo deixado pelos alemães após a primeira guerra: “trata-se então de aproveitar o distanciamento dos geógrafos alemães da comunidade científica internacional depois da guerra para reafirmar o lugar da escola francesa de geografia no contexto da organização da União Geográfica Internacional” (DELFOSSSE, 2001, p. 196)¹²⁵.

Similarmente, o Congresso Internacional de Geografia de Paris, ocorrido em 1931, passa por um processo de reorganização que visava a aumentar a intervenção da geografia francesa no processo de direção dessas pesquisas: “é uma sociedade de geografia local que lança os convites, enquanto que os congressos ulteriores são regidos pelas UGI”¹²⁶ (DELFOSSSE, 2001, p. 198). Nas palavras de de Martonne, vê-se já se esboçar um processo de homogeneização dos métodos no conjunto de uma geografia mundial: “esta autoridade que se exerce a partir de então, de uma maneira permanente,

¹²⁴ “certes les géographes français peuvent apprendre des méthodes d'enseignement de la géographie en Amérique, mais ce qui est nouveau, c'est que les géographes français peuvent, selon la formule de De Martonne, rendre des services”.

¹²⁵ “ Il s'agit donc de profiter de la mise à l'écart des géographes allemands de la communauté internationale après la guerre pour affirmer la place de l'école de géographie française et cela dans le contexte de l'organisation de l'Union géographique internationale”.

¹²⁶ “c'est une société de géographie locale qui lance les invitations, alors que les congrès ultérieurs sont régis par l'UGI”.

dá a possibilidade de assegurar uma unidade de método e uma continuidade de ações preciosas”¹²⁷ (citado por DELFOSSE, 2001, p. 198).

Seguidamente ao congresso, as viagens de de Martonne pelo mundo se intensificam e sua inserção na política diplomática não é periférica (DELFOSSE, 2001 p. 200). Na América Latina, sua intervenção segue a linha política da diplomacia francesa, restringindo-se a missões científicas e culturais e isto vai lhe assegurar uma influência salutar na fundação de Universidades relacionadas a este conhecimento científico:

Na América Latina, parece que a missão de E. de Martonne se limita aos domínios científico e cultural. Durante o curso dos anos 30, ele se coloca inúmeras vezes nos quadros do desenvolvimento da cooperação francesa com as universidades sul americanas e aproveita dessas missões para testar sua teoria sobre o índice de aridez. Todavia, é interessante perceber como ele organiza suas redes e como vai instalar duravelmente a influência da geografia francesa nas universidades dos países da América do Sul e em particular no Brasil¹²⁸. (DELFOSSE, 2001, p. 202).

Quando Emmanuel de Martonne torna-se secretário geral da União Geográfica Internacional, após o congresso de Paris de 1931, empreenderá uma estratégia de internacionalização que não prescinde das áreas latinas:

De outro lado, o diretor do instituto de geografia, convidado a professar uma série de palestras na Universidade de Buenos Aires, visitou, além da República Argentina, o Brasil, onde ele endereçou sua fala à Academia de Ciências e à Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, além do Chile, onde ele fez três conferências na Universidade de Santiago, e ainda, graças a um dia de permanência em Lima, em viagem a partir de Antofagasta, ele pôde fazer conhecer um pouco da geografia francesa na capital do Peru¹²⁹ (DE MARTONNE, 1934, p. 277).

Assim, a opção de Pierre Monbeig pelo tema da Espanha não se dera apenas pelo encanto que a paisagem espanhola exercia sobre ele, pelos interesses econômicos que a

¹²⁷ “cette autorité s'exerçant désormais d'une façon permanente donne la possibilité d'assurer une unité de méthode et une continuité d'actions précieuses' (De Martonne, 1925).”

¹²⁸ “En Amérique latine, il semble que la mission d'E. de Martonne se limite au domaine scientifique et culturel. Il s'y rend plusieurs fois au cours des années trente dans le cadre du développement de la coopération française avec les universités sud-américaines et profite de ces missions d'enseignement ou de conférences pour y faire du terrain et conforter sa théorie sur l'indice d'aridité. Toutefois, il est intéressant de voir comment il fait fonctionner ses réseaux et comment il va installer durablement l'influence de la géographie française dans les universités de pays d'Amérique du Sud et en particulier du Brésil”.

¹²⁹ “D'un autre côté, le directeur de l'Institut de géographie, invité à donner une série de conférences à l'Université de Buenos-Aires, a visité, outre la République Argentine, le Brésil où il a pris la parole devant l'Académie des sciences et la Société de géographie de Rio de Janeiro, le Chili où il a fait trois conférences à l'Université de Santiago, et a même, grâce à une journée de vol d'Antofagasta à Lima, pu faire connaître un peu la géographie française dans la capitale du Pérou”.

França direcionava em relação à Espanha, ou pelo estímulo da diplomacia cultural. O posicionamento da geografia francesa no campo científico como um todo, e no campo geográfico internacional, em particular, era um igual pleito da geografia vidaliana nesse momento. A geografia francesa elegera o tema dos *pays neufs* como terreno de pesquisa num espaço de concorrência científica.

Os trabalhos de Monbeig estão em linha com os processos de anexação de territórios simbólicos à Geografia francesa, com impactos geopolíticos que concorrem para a construção de generalizações da geografia. O processo de construção do global é também um processo de anexação. No contexto que estamos a traçar, isso implica, assim, construção de liderança e de hegemonia, com adoção de estratégias precisas, das epistemológicas às institucionais.

Desde o fim do século XIX e início do XX, as comunidades científicas experimentaram um internacionalismo crescente, com a multiplicação de congressos internacionais e colaboração entre as associações. Isso é instado por um novo contexto no fim da primeira guerra. A economia é mundializada. As relações bilaterais no âmbito político e cultural passam a outro patamar. O período é marcado por fissuras no campo dos discursos da ciência e da cultura, em que reproduziam interesses nacionais. Em um novo patamar de unidade e concorrência, a criação do Conselho Internacional de Pesquisas (CIR) começa a se destacar de antigas associações e criar um novo universalismo científico, mais voltado às “aplicações” das ciências. Qual é o impacto desse contexto no estatuto epistemológico da geografia?

A criação do CIR desfavorece associações de ‘sábios’, distantes da aplicação das ciências às demandas de reconstrução. Além do que, a partir da organização que lhe dá origem, a Academia de Nações Aliadas, passa a reproduzir conflitos geopolíticos no âmbito do diálogo científico internacional (ROBIC, 1996c, p. 30). Nesse contexto, a comunidade internacional de pesquisadores começa a pressionar crescentemente pela exclusão das potências centrais desses diálogos, “sob o pretexto de que os intelectuais desses países excluíram a si mesmos da comunidade científica em razão de suas posições no conflito.” (ROBIC, 1996c, p. 30)¹³⁰ e pela definição de áreas de influência.

¹³⁰ “sous le prétexte que les savants de ces pays se sont mis eux-mêmes au ban de la communauté scientifique par leurs prises de positions dans le conflit”.

O CIR incentiva a criação de uniões específicas das ciências que se apressavam a reivindicar competência em seus domínios e se diferenciavam da cooperação e colaboração das associações de sábios (ROBIC, 1996c, p. 33). Na conferência de Bruxelas, três uniões são criadas. De 1920 a 1922, outras associações nascem, sendo a União Internacional de Geografia uma delas (ROBIC, 1996c, p. 33). Tendo origem em Bruxelas em 1922 sob os auspícios da academia de ciências das nações aliadas (ROBIC, 1996c, p. 23), desde sua origem a UGI é marcada por um discurso científico que, mesmo de vocação internacional, possuía conotações hegemônicas. A construção de generalizações crescentes era uma estratégia do conjunto da Geografia, e implicava em “anexações” territoriais. Diferentemente dos congressos organizados pelas sociedades de Geografia, o 11º congresso internacional intencionava manter uma comissão internacional permanente para tratar dos assuntos geográficos em âmbito global. Segundo Robic,

Para a geografia esses são, há um século e meio (o primeiro congresso internacional aconteceu em Anvers em 1871), os lugares privilegiados senão da produção, ao menos da **negociação**, da **standardização**, da **circulação**, às vezes da **contestação**, e finalmente da **coprodução** de saberes geográficos. [grifos nossos] (ROBIC, 2013)¹³¹.

Porém, tratava-se de uma padronização de “certos” métodos, conduzidos por alguns líderes, movimento que se torna uma tendência explícita por todos os lados. Emmanuel de Martonne é eleito secretário geral da organização após o congresso de 1931 e sua eleição à presidência, em 1938, contribuiu para, conforme Robic, agravar as tensões com os alemães (ROBIC, 1996d, p. 250). Isso porque Emmanuel de Martonne fora também secretário do comitê de estudos para a conferência de Paz e é considerado como um dos inspiradores do tratado de Versalhes (ROBIC, 1996d, p. 250).

Os locais dos congressos também refletiam, de acordo com Collignon, um universalismo geográfico em contexto de conquista de hegemonia (COLLIGNON, 1996, p. 89). O processo de construção da UGI dá vazão ao processo de anexação das geografias francesas e norte americanas aos seus espaços estratégicos: “Segundo de Martonne, a utilidade específica dos congressos internacionais de geografia não deve ser apenas a de

¹³¹ “pour la géographie ce sont, depuis un siècle et demi (le premier congrès international s'est tenu à Anvers en 1871) l'un des hauts lieux sinon de la production, du moins de la négociation, de la standardisation, de la circulation, parfois de la contestation - finalement de la coproduction de savoirs géographiques”.

permitir o encontro dos colegas, mas sobretudo a de favorecer o encontro com uma região e com o terreno (...)”¹³². (COLLIGNON, 1996, pp. 107-108).

Os congressos possuíam uma vocação normativa e homogeneizadora dos espaços de pesquisa, em uníssono às tendências internacionais de aplicação das ciências, visando a estabelecer “uma linguagem única da geografia, de criar um sistema unificado de equivalências, permitindo a todos traduzir os dados locais da mesma forma, de criar, em suma, um espaço de trabalho homogêneo” (ROBIC, 2013)¹³³. É um contexto cada vez mais tendente a uma sistematização disciplinar em ordem global, com liderança precisa.

A realização destes dois momentos prova que as partes interessadas se empenham em chegar a um certo consenso. O congresso é, portanto, um desses ‘centros de concentração’ e, depois, de ‘propagação’ dos saberes para outros estudiosos, divulgadores, para o público, e também para os Estados. Afirmando pela formulação das **questões** o que é bom e útil, decidindo por **resoluções** ou **moções**, como numa convenção política, ele homogeneiza os interesses e saberes de procedência diversa. [grifos nossos] (ROBIC, 2013)¹³⁴.

Mas a partir das resoluções dos congressos, descritos por Robic, há que se ponderar o estágio de homogeneização dos métodos. A geografia francesa não é, ou ainda não é, uma geografia aplicada e nem promove a circulação de modelos estritamente formulados, mas faz circulação de *questões*, *enquetes*, *resoluções*. Nesse período visa à construção desses modelos, mas, para isso, precisa anexar novos territórios estratégicos. Até o momento, preza por sistemas de equivalência, por traduções e por espaços de homogeneização, mas não elabora modelos que estejam prontas à aplicação em outros territórios. No que tange aos trabalhos de Geografia Humana, Lucien Gallois dá vazão a uma importante preocupação que surgira como um “plano” no congresso de 1931 e que direciona as enquetes daquele momento ao estudo dos ‘*pays neufs*’.

Nos parece indispensável que as enquetes sejam dirigidas. É, ao que parece, nas discussões do congresso que se pode clarificar essas discussões. Em particular, das comunicações feitas em Paris, resulta que o estudo do *habitat* rural, como também de

¹³² “Selon de Martonne, l'utilité spécifique des congrès internationaux de géographie doit être non seulement de permettre la rencontre entre confrères, mais surtout de favoriser la rencontre avec la région et avec le terrain (...)”

¹³³ “ un langage unique de la géographie, de créer un système unifié d'équivalences permettant à tous de traduire la donnée locale de la même manière, de se créer, en somme, un espace de travail homogène”.

¹³⁴ “La réalisation de ces deux moments prouve que les parties prenantes visent à produire un certain consensus. Le congrès constitue donc l'un de ces “centres de concentration” puis de “dispersion” des savoirs vers d'autres savants, des informateurs, le public, et aussi les États. Disant par la formulation des questions ce qui est bon et utile, tranchant par des résolutions ou des motions, comme dans un congrès politique, il homogénéise des intérêts et des savoirs de provenances divers”.

muitas outras questões, deve ser perseguido no estudo dos **países novos** e nas colônias¹³⁵ [grifos nossos] (GALLOIS, 1931, p. 584).

O quanto restava do mundo a ser compreendido? Pioneiro no estudo de um país novo no seio da geografia francesa, a partir de 1907, um geógrafo vidaliano, Pierre Denis, fora beneficiário de uma bolsa de Albert Kahn para dar uma volta ao mundo e que lhe proporcionou percorrer o Brasil (VELUT, 2009, p. 198). Na conclusão de seu livro sobre a América do Sul na coleção da Geografia Universal, ao versar sobre a “unidade brasileira”, este geógrafo formulara, em 1927, a importância da **colonização das terras** como elemento de unificação dessa parte dos seus confins, em uma temática inscrita na relação dos países novos com o Velho Mundo. Lembremos que o tema da colonização das terras brasileiras já havia aparecido nas orientações pedagógicas do ministério da Instrução Pública francês, quando Pierre Monbeig era estudante. Trata-se de um tema, portanto, dominante na mentalidade da época quando se falava do Brasil:

No entanto, a população brasileira foi agitada por fortes correntes migratórias internas, que contribuíram para fundir os elementos. O envio de escravos das províncias do Nordeste para o Vale do Paraíba, entre 1865 e 1885, que relatei acima, é apenas um dos tipos dessas migrações. Encontramos outros exemplos **em todas as páginas da história do povoamento**, e os centros de atração, bem como os centros de dispersão, renovaram-se inúmeras vezes¹³⁶ [grifos nossos] (DENIS, 1927, p. 198).

Nesse momento, Pierre Denis lança a chave da “ressignificação” do Brasil nos marcos da Geografia Francesa (o que já é muito), mas sua análise não é aprofundada. Esta tradição francesa se notabilizara pelos estudos dos mares, das penínsulas da Europa, sendo ela mesma uma grande península. Falta à sua compreensão de totalidade a incorporação dos continentes em processo de colonização. Assim, não se pode jogar o processo de homogeneização dos métodos para muito adiante.

Antiga metrópole colonial, os estudos espanhóis *eram um passo necessário* à construção do discurso latino, de conotações, portanto, hegemônicas, na ordem de um

¹³⁵ “Il paraît indispensable que ces ses enquêtes soient dirigées. C’est, semble-t-il, des discussions des Congrès que la lumière peut surtout se dégager. En particulier, des communications faites à Paris, il résulte que l’étude de l’habitat rural, comme celle de beaucoup d’autres questions, doit être poursuivie dans les pays neufs et les colonies”.

¹³⁶ “Pourtant la population brésilienne a été brassée par de puissants courants de migrations intérieures, qui ont contribué à en fonder les éléments. Les envois d’esclaves des provinces du Nord-Est vers la vallée du Parahyba entre 1865 et 1885, que j’ai signalés plus haut, ne sont qu’une forme de ces migrations. On en trouve d’autres exemples à chaque page de l’histoire du peuplement, et les foyers d’attraction aussi bien que les centres d’essaimage se sont renouvelés à diverses reprises”.

discurso das potências. A compreensão dos espaços do Novo Mundo, intermediada pelos estudos dos espaços espanhóis, eram lugares estratégicos para que a circulação das enquetes redundasse na construção de teorias e modelos. Isso quer dizer que presenciamos um compasso de espera nesta fotografia que envolve o estágio da Geografia quando Pierre Monbeig fez suas escolhas. Uma certa geografia francesa esperava acumular respostas sobre as enquetes do Novo Mundo para construir suas generalizações.

Após ter apresentado um curto resumo sobre a geografia urbana de Madrid no congresso de 1931, Pierre Monbeig orienta paralelamente seus trabalhos a dois outros tipos de abordagem: de um lado, o estudo da colonização de terras novas de uma ilha espanhola sob os impulsos de forças políticas externas em pleno século XVIII; de outro, a mesma valorização de espaços urbanos e agrárias na Espanha do século XX sob os impulsos do capital. Monbeig unifica cenários do passado e do presente, unidos sob a mesma perspectiva de estudo: *a da modernização e mundialização capitalista em terreno de resistências*.

A visão crítica dos problemas espanhóis refletia ainda uma epistemologia dupla, fomentada pelo encanto sensível às paisagens do Mediterrâneo¹³⁷. Mas os processos de irradiação da geografia francesa apontavam para uma tendência à padronização das práticas, à construção de sistemas de equivalência, como ocorria nos congressos. Pierre Monbeig também está se municiando, assim, à compreensão desses processos nos espaços centrais e semi-periféricos da economia. E, ainda que resguarde complacência aos interesses do povo espanhol, não se exime da formulação de um discurso concorrencial na ordem de uma geografia das potências.

Mas para além disso, a geografia da Espanha é anexada pela geografia francesa na “invenção” de um espaço latino. Com efeito, a lei da proximidade também se impõe: pelos processos geográficos pelos quais passava a Espanha, Pierre Monbeig a considera uma espécie de país novo. No processo de formação de Monbeig, vemos que os temas se diferenciam, mas também se acumulam. As escalas geográfica e temporal variam, mas os

¹³⁷ Os geógrafos de tradição francesa são energeticamente atraídos pelo Mediterrâneo. Vidal de la Blache registrou a sua admiração pelas margens do Midi: “Sans doute la nature se montre douce et clémente dans ces parties abritées par l'écran de montagnes, qui ressemble à des corbeilles de fleurs penchées au bords de flots” (VIDAL DE LA BLACHE, citado por CLAVAL, 1988, p. 386). Jules Sion atesta o quanto a região do Sul da França era original em relação a todas as outras paisagens francesas: “ Quase não há na França região natural cuja individualidade seja tão surpreendente que nas bordas do Mediterrâneo” (SION, 1934). Essa admiração de Monbeig pela natureza mediterrânea é o que ainda vai ancorar, para nós, a vinculação a naturalismo à maneira de Vidal. Monbeig, a exemplo desses geógrafos, também tinha admiração pela região.

processos e ferramentas de análise são mantidos, ou seja, os temas da modernização, do avanço do capitalismo no campo, encontram novas escalas e espaços de análise, mas os processos são na verdade similares. É esta apetência generalizadora que passa a dar conotações à Geografia. Esta é uma apreciação diferente do que se costumou interpretar quanto ao poder explicativo da geografia regional. Cuidemos desta questão.

5- O significado da Geografia Universal entre a comunidade de geógrafos: “um panorama da história e da geografia mundiais”

Segundo Marie Claire Robic et all (2006a), o *Atlas Générale*, publicado entre 1891 e 1894, em trinta pranchas, e os primeiros números da Geografia Universal, que aparecem no mercado editorial a partir de 1927, representam grandes realizações da escola francesa de Geografia. Em tais obras, uma interpretação da ciência geográfica sobre o “panorama da história e da geografia mundiais” (ROBIC et all, 2006a, p. 148)¹³⁸ denotam grande ambição. Por que os franceses se lançam a tais empreendimentos? “(...) A geografia francesa do século XX não se definiu exclusivamente pelas contingências a que as pesquisas foram submetidas. Ela também foi fortemente impulsionada pela ambição de fornecer uma compreensão geral do mundo” (ROBIC et all, 2006a, p. 158)¹³⁹.

O que são essas contingências da pesquisa? Robic entende que a tendência da comunidade de geógrafos da França à compreensão do mundo esteve sujeita às pressões de outros campos, como a crítica sofrida por ela da comunidade de sociólogos, que lançaram os geógrafos franceses às descrições regionais minuciosas, em busca de defender-se e assegurar a sua cientificidade. Afinal, essas descrições regionais minuciosas, a que se dedicavam os geógrafos vidalianos, traziam algo de incoerente à ambição de compreensão global?

À luz desta afirmação vigorosa do princípio de unidade terrestre, o fato que a geografia francesa tenha se fundado inicialmente em pesquisas empíricas sobre pequenos espaços pode parecer paradoxal. Na verdade, o desejo de afirmar seu valor científico (e talvez a crítica dos sociólogos durkheimianos, que acusavam a geografia de se deixar levar por relações falaciosas entre os fatos) justificava o rigor prudente no que diz respeito às grandes generalizações. Embora Vidal de la Blache insistisse na unidade profunda entre

¹³⁸ “panorama de l’histoire et de la géographie mondiales”.

¹³⁹ “(...) La géographie française du XXe siècle n’a pas uniquement été définie par les contingences auxquelles la recherche était soumise. Elle a aussi été fortement tendue par l’ambition d’offrir une compréhension générale du monde”.

a Geografia regional e a Geografia geral, a abordagem fundamentalmente indutiva da disciplina até os anos 1960 deu **um certo** privilégio à primeira [grifos nossos] (ROBIC et all, 2006a, p.150)¹⁴⁰.

Mesmo que admitamos que os esforços de pesquisa tenham tendido às monografias regionais, de viés local, literário e descritivo-narrativo, do que para as metodologias mais sistemáticas e modelizadoras, não acreditamos numa oposição de métodos. Desde a sua formação, em todos os trabalhos de Monbeig estão subentendidos as dinâmicas e os fluxos globais, junto à prática da descrição minuciosa, como veremos ser nos estudos das ilhas Baleares. A decomposição dos espaços em regiões não tinha para o grupo de geógrafos que Monbeig integra, um valor absoluto. Houve sempre um espaço de referência que remetia à variação das escalas: “este dispositivo é estruturado por um princípio imperial e um forte europocentrismo que relativiza a pretensão à universalidade daquilo que se quer como um ‘espelho do mundo’ “ (ROBIC et all, 2006, p. 148)¹⁴¹. Em adição, o discurso francês não prescinde de um lugar de liderança no processo de anexação cognitiva dos espaços globais.

Para além da reafirmação do legado de Vidal, a Geografia Universal ajusta tal iniciativa a uma demanda do mercado editorial francês, ávido da leitura dessas obras desde o fim do século XIX (ROBIC et all, 2006a, p. 152). Um terceiro estímulo à produção das geografias universais, era, sendo para nós o mais importante, uma maneira de reafirmar uma reviravolta de ordem material sobre mundo (ROBIC et all, 2006a) e o modo como a geografia francesa acompanhara estes progressos.

Ainda no rastro desses objetivos, tal empresa editorial fazia emergir nos geógrafos o “desejo de fazer irradiar essa capacidade [analítica] para fora de sua comunidade” (ROBIC et all, 2006a, p. 154)¹⁴². A geografia universal, além de seu apelo editorial, continha também uma interpretação específica sobre o problema da “decomposição” do mundo em suas partes. Portanto, a coleção da Geografia Universal de Vidal de la Blache

¹⁴⁰ “En regard de cette affirmation vigoureuse du principe de l’unité terrestre, le fait que la géographie française se soit d’abord construite par des recherches empiriques menées sûres de petits espaces pourrait paraître paradoxal. En fait, la volonté d’affirmer sa valeur scientifique (et peut-être les critiques des sociologues durkheimiens, qui accusaient la géographie d’être portée à des mises en rapport fallacieux entre les faits) a justifié une rigueur prudente vis-à-vis des grandes généralisations. Même si Vidal de la Blache insistait sur l’unité profonde entre géographie régionale et géographie générale, la démarche foncièrement inductive de la discipline jusqu’aux années 1960 a donné un certain privilège à la première”.

¹⁴¹ “ce dispositif est structuré par un principe impérial et un fort européocentrisme qui relativisent la prétention à l’universalité de ce qui se veut un ‘miroir du monde”.

¹⁴² “désir de faire rayonner cette capacité [analítica] en dehors de leur communauté”

e Lucien Gallois, sendo lançado o primeiro número em 1927, dava um claro sinal à comunidade geográfica, da ambição global da geografia francesa.

Tanto em sua capacidade teórica de rever as transformações do mundo, como em sua estratégia institucional de irradiação, não é antes de 1927 que a geografia francesa reafirmava a sua compreensão sobre o renascimento da economia global e da mundialização após a primeira guerra. Mas até aqui, era mais a formulação de *projetos*, mais do que de teorias e modelos. Mais uma circulação de enquetes e de questões, do que de doutrinas. A evolução dos processos de generalização pode ser posicionada no tempo histórico.

6- A abertura da geografia universitária francesa ao mundo: uma vocação internacionalista

Se a Geografia Humana vidaliana já formulara seus projetos para a compreensão do global, ainda que não as suas doutrinas; suas enquetes, ainda que não seus modelos, qual o grau de pioneirismo de Pierre Monbeig e de sua geração no que toca a seus estudos espanhóis? O pioneirismo ou o conformismo de Monbeig pode coadjuvar para uma melhor compreensão de sua inserção neste contexto. O arcaísmo espanhol e as largas terras a colonizar foram trazidas ao público como tema de pesquisa da geografia francesa por um antecessor imediato de Pierre Monbeig na Espanha, Maurice Legendre¹⁴³, que começa suas pesquisas na Espanha em 1919 e que Pierre Monbeig encontrará oportunamente na Escola de Madrid. Legendre vai se dedicar a região dos Hurdes em sua tese de doutorado (BROC, 1997, p. 359)

Por outro lado, a evolução do método também está sujeita ao avanço dos progressos materiais. As condições de trabalho da Espanha também a aproximava de um país novo, com um terreno imperfeitamente mapeado e conhecido. A carta topográfica na escala de 1/500000 estava inacabada, com curvas de nível imperfeitas, que mal ilustravam o relevo. Mesmo que a Catalunha tenha se dotado de um serviço cartográfico em 1921, o projeto de uma nova carta na escala de 1/100 000 não evoluiu. “Em 1938, G. de Reparaz constata: ‘A Espanha é o único país da Europa que falta carta topográfica para maior parte

¹⁴³ Morto na Espanha em 1955, agrégé de História e Geografia, diretor da Casa Velasquez, Maurice Legendre foi um dos primeiros hispanistas franceses (RICARD, 1955, p. 204).

de seu território (em torno de três quartos)¹⁴⁴ (BROC, 1997, p. 362). Pierre Monbeig relata por diversas vezes a questão da ausência ou desorganização das fontes e estatísticas:

Ser pesquisador na Espanha dos anos 30, consiste primeiramente em entrar em contato com ‘o tema’ (‘campo’ seria muito restritivo) sob todas as suas formas, dos organismos comerciais aos corredores dos Ministérios passando pelas conversas nos campos. Porque o país carece cruelmente de estatísticas: ‘era muitas vezes impossível encontrar as estatísticas desejadas; a maior parte delas não existia... ‘faltam as estatísticas...’ ‘é impossível obter números sobre esta questão’ (nº1, p. 604) (...) (FERRAS, 1991, p. 68)¹⁴⁵.

A partir das dificuldades que Pierre Monbeig encontra no campo e na bibliografia geográfica e cartográfica espanholas, vê-se um pioneirismo relativo. Mas na verdade, ao escolher a Espanha, nosso geógrafo segue uma estratégia que começa a ser gestada no início do século XX no meio universitário. A internacionalização da geografia francesa é uma das prioridades dos seus mestres desde, pelo menos, a tese de doutorado de Emmanuel de Martonne, defendida em 1902. Para Dresch, de Martonne exercia uma política de internacionalização diferente de seus antecessores, valorizando trabalhos de campo em esferas internacionais:

Contrariamente a alguns de seus colegas que acreditaram poder escrever, às vezes brilhantemente, os volumes da Geografia Universal sobre países onde eles não haviam colocado os pés, ele [de Martonne] estava convencido que uma experiência direta e extensa em países variados, era preferível, e ele deu o seu melhor para permitir que um maior número [de geógrafos] pudesse fazer trabalho de campo¹⁴⁶ (DRESCH, 1973, p. 547).

Mas no período em que Monbeig se dedica à produção de sua tese, qual era a proporção entre esses trabalhos sobre espaços alhures, perto das monografias regionais francesas? No período de 1920 à década de 40, as monografias estrangeiras ficam apenas um pouco aquém das monografias metropolitanas - 24 contra 35- (o que já é muito!) e, se

¹⁴⁴ “En 1938, G. de Reparaz constate: ‘L’Espagne est le seul pays de l’Europe qui manque de carte topographique pour la plus grande partie de son territoire (les trois quarts environ)’ ”.

¹⁴⁵ “Être chercheur dans l’Espagne des années 30- Cela consiste d’abord à entrer en contact avec ‘le sujet’ (terrain serait trop restrictif) sous toutes ses formes, des organismes commerciaux aux couloirs de Ministères en passant par les conversations dans les campagnes. Car le pays manque cruellement de statistiques : ‘il a été souvent impossible de trouver les statistiques désirables ; la plupart font défaut’...’les statistiques dont défaut’...’il est impossible d’obtenir des chiffres sur cette question’ (nº1, p. 604). (...)”.

¹⁴⁶ “Contrairement à certains de ses collègues qui ont cru pouvoir écrire, parfois brillamment, des volumes de la géographie universelle sur des pays où ils n’avaient pas mis les pieds, il était persuadé qu’une expérience directe et étendue de pays variés étaient préférables et il a fait de son mieux pour permettre au plus grand nombre de faire du terrain.”

observamos os anos subsequentes, as monografias estrangeiras chegam a ultrapassar as das regiões francesas (CLOUT, 2011).

Tabela 1 Fonte: CLOUT, 2011.

	Monografias não metropolitanas			Monografias metropolitanas		
Período	1893-1913	1920-1942	1945-1969	1905-1917	1922-1945	1946-1966
Número de monografias	13	24	63	10	35	55

É na época em que as 24 teses não metropolitanas *vis-à-vis* as 35 metropolitanas foram produzidas, que Monbeig engaja-se em seus estudos espanhóis. Seu pioneirismo é relativo. Mas no Brasil, o vazio da literatura e das pesquisas conduzidas vai lançá-lo em outro mundo. Como irá conciliar sua atitude tendencial frente a problemáticas dentro de um ambiente de estranhamento e vazio? É sob o prisma de tal curiosidade que vamos encetar o próximo capítulo. Mas voltemos ao tema espanhol. Ele é ainda fonte de controvérsias quanto às temporalidades da construção da geografia francesa.

7- Duas Baleares. As consequências metodológicas do contexto de confronto. As ilhas espanholas como terreno de controvérsia sobre o papel dos fenômenos mundiais

Isto posto, fica claro que, nessa conjuntura, diversas condições simultâneas aproximam Pierre Monbeig ao mundo estrangeiro, ao mundo latino, aos países novos e à Espanha. No que toca à mobilização de uma herança formativa para elaborar um trabalho sobre uma ilha espanhola, as estratégias de posicionamento do campo geográfico francês também oferecem respostas aproximativas.

Nas palavras de Droulers: “à maneira de muitos de seus mestres e geógrafos de seu tempo, Pierre Monbeig perseguia dois objetivos: encontrar um terreno e um espaço nos quadros do ensino de geografia”¹⁴⁷ (DROULERS, 1991a, p. 36). Esses eram dois planos considerados conjuntamente, dado que o financiamento da pesquisa não era tarefa

¹⁴⁷ “À la manière de ses maîtres et des géographes de son temps Pierre Monbeig poursuivait deux objectifs: trouver un terrain et mettre en place un enseignement de la géographie”

fácil nesses tempos. Isto demonstra, por outro lado, o quanto Pierre Monbeig estava motivado em sua pesquisa sobre a Espanha:

“[...] Jean Dresch (1905-54), com quem ele mantinha uma amizade de longa data (Dresch, 1991, 51). [...] As esposas de ambos tinham sido amigas na Sorbonne. Jean Dresch lembrava-se de que tanto ele quanto Pierre Monbeig tinham famílias grandes ‘que precisavam fazer durar os recursos familiares’ e tinham feito suas pesquisas de doutorado ‘muito longe da França e dos supervisores e bibliotecas’ e passado por dificuldades na organização de seu trabalho de campo (CLOUT, 2013, p. 55)¹⁴⁸.

A opção de desenvolver uma tese sobre as ilhas Baleares também implicava movimentar as peças em jogo no interior do campo geográfico francês. Quais eram os personagens e fontes que representavam o conhecimento francês e espanhol na década de 1930? Robert Ferras fala em um vazio de discursos e fontes, mesmo que Pierre Monbeig conte por variadas vezes com o apoio do *Office Commercial Français*, alguns guias de viagem, as revistas da Câmara de Comércio de Madrid e as publicações técnica de confederações hidrográficas (FERRAS, 1991, p. 69). O maior intelectual que representava uma contribuição mais significativa do ponto de vista da Geografia Francesa era Jean Brunhes (FERRAS, 1991, p. 69).

Com efeito, no período formativo de Pierre Monbeig, este importante intelectual da Geografia francesa acabara de falecer, depois de ter desenvolvido trabalhos sobre a Espanha. Jean Brunhes consagrara sua tese à Península Ibérica (além da África do Norte) – defendida em 1902 – em que ele se dedica a estudar as *huertas* espanholas, como fará Pierre Monbeig no artigo sobre Alicante e Murcie. Além disso, Brunhes publica, em 1911, um trabalho de Geografia Humana sobre as ilhas Baleares, tema este que marca a sua carreira e reforça sua preferência à temática das ilhas (ROBIC, 1986).

Jean Brunhes era considerado um especialista na Espanha, a tomar por sua indicação para contribuir na Geografia Universal, e ocupava um cargo de bastante prestígio entre as instituições francesas, mesmo que com poucas possibilidades de formar discípulos. Dessa forma, para além do Instituto de Geografia da *Sorbonne*, uma segunda instituição desenvolvera atividades geográficas em Paris entre 1912 e 1930: vale-se dessa

¹⁴⁸ “(...) Jean Dresch (1905-94) with whom he maintained a life-long friendship (Dresch, 1991, 51) (...). The wives of both men had also been friends at the Sorbonne. Jean Dresch recalled that he and Pierre Monbeig both had large families ‘that stretched family resources’ and had undertaken their doctoral research ‘far away from France, and from supervisors and libraries’, and had experienced difficulties in organizing their work in the field”

atribuição o *Collège de France*¹⁴⁹. Dada à proximidade dos temas de Jean Brunhes com os de Pierre Monbeig, ambos com focalizações na Espanha, nas *huertas*, nos procedimentos de irrigação e nas ilhas Baleares, o transcurso de produção de distinções pertinentes torna-se manifesto no cotejo da obra desses dois personagens. Ainda mais porque estas distinções dar-se-ão em torno de uma controvérsia sobre o legado de Vidal o que vai trazer à luz as *lentas* tensões epistemológicas.

As discussões para a criação e ocupação da cadeira de Geografia Humana, que começam a aparecer oficialmente na Assembleia de 21 de janeiro de 1912 do *Collège de France*, deixa transparecer desde o início uma determinada concepção de Geografia, diversa daquela marcada pela atualização teórica promovida pelo Instituto de Geografia da *Sorbonne*. A justificativa do professor M. Flach para a criação da cadeira se baseia numa proximidade entre as produções de Jean Brunhes, Paul Vidal de la Blache e *Friedrich Ratzel*, ressaltando uma concepção naturalista da disciplina (Assembleia de 21 de janeiro de 1912, procès-verbal, 4AP381).

Algumas passagens dos cursos de Jean Brunhes no *Collège de France* ajudam a ilustrar sua concepção de ensino. A ascendência das ideias de Ratzel aparece nas declarações do próprio professor. Em 1913, primeiro ano de curso, ele se dedica à história da construção do território da Bósnia-Herzegovina assinalando que “a respeito disso, conversamos sobre as ideias de Ratzel, expusemos as de Vallaux (teorias da diferenciação), às quais se aderiu em grande parte.” (COLLÈGE DE FRANCE, 1913, p. 44)¹⁵⁰.

Por fim, em 1919, ele anuncia, frente a comunidade de geógrafos, que o coração dos cursos ministrados no *Collège de France* buscaram explicitar antigas estruturas e estabilidades evolutivas dos grupos sociais: “Se a guerra abala todos os fundamentos da estabilidade humana **que tentamos identificar e analisar** ao longo dos anos precedentes, ela mostra, por assim dizer, a humanidade nua.” [grifos nossos] (COLLÈGE DE

¹⁴⁹ O *Collège de France* fora fundado em 1530 e era constituído, a partir da Renascença, por professores reais (COLLÈGE DE FRANCE, 1912, p. 5). Desde essa época, sua orientação é voltada para manter-se à parte das Universidades, fomentando discussões teóricas de viés marcadamente desinteressado. Oferecendo cursos públicos e gratuitos, sem necessidade de exames, o “*Collège de France* est, par excellence, un établissement de sciences pures, libre et désintéressée” (COLLÈGE DE FRANCE, 1912, p. 5). “Son but est uniquement de contribuer à l’avancement des sciences et lettres en dehors de toute préoccupation scolaire ou professionnelle” (COLLÈGE DE FRANCE, 1912, p. 5).

¹⁵⁰ “on a discuté à ce propos les idées de Ratzel, on a exposé celles de Vallaux (théories de la différenciation), auxquelles on a fait en grande partie adhésion”.

FRANCE, 1919, p. 60)¹⁵¹. É de se ressaltar, ademais, que nos últimos anos do curso, entre 1928 e 1930, Jean Brunhes dedica-se à vida mediterrânea e à península ibérica, desenvolvendo este tema num momento em que Pierre Monbeig pode ter tido acesso aos seus conteúdos (COLLÈGE DE FRANCE, 1928, 1929, 1930).

Com efeito, a opinião de Pierre Monbeig sobre uma das maiores contribuições metodológicas de Jean Brunhes, ainda na ocasião da aula inaugural de Geografia Humana na Universidade de São Paulo (proferida em 1935) foi constituída, logicamente, no período de formação: “os dois grossos volumes de Jean Brunhes **estão longe de satisfazer inteiramente os especialistas** e foram escritos com a intenção de revelar aos meios cultos a existência de uma ciência nova então (...)” [grifos nossos] (MONBEIG, 1940a, p. 9).

Já observamos que Albert Demangeon e Henri Hauser tiveram importante papel na formação de Pierre Monbeig. No momento em que Monbeig elabora sua tese sobre as Baleares, aparece um outro personagem que também vai direcionar conselhos valiosos para o jovem geógrafo, mas também críticas contundentes ao discípulo **heterodoxo** de Vidal (como Jean Brunhes tornou-se conhecido): Lucien Febvre¹⁵². Este historiador, amigo de Albert Demangeon, adquiriu autoridade considerável na geografia da época¹⁵³.

Inaugurando a década de 20, o livro de Febvre, *La Terre et l'évolution humaine*, publicado em 1922, tornara-se referência incontornável para a formação dos geógrafos franceses. Nessa obra, há uma passagem sobre as ilhas, onde ele discute uma notável controvérsia metodológica em que estava envolta a geografia de Jean Brunhes e seus críticos: se tais espaços constituíam uma unidade fechada ou aberta às influências do estrangeiro. Voltamos ao tema da mundialização.

Tais reflexões provavelmente suscitaram o interesse de Monbeig. Ora, estes trechos são bastante críticos em relação à contribuição de Jean Brunhes. A primeira polémica sobre o tema é direcionada sobre ao suposto “fechamento” das ilhas aos impulsos externos: “Um geógrafo [Jean Brunhes] pensou nisso outrora” (FEBVRE,

¹⁵¹ “Si la guerre ébranle tous ces fondements de stabilité humaine que nous avons tenté de rechercher et d’analyser dans nos cours des années précédentes, elle met pour ainsi dire l’humanité à nu”.

¹⁵² Lucien Febvre fora fundador da Escola dos Annales e mestre de Fernand Braudel. Ocupou postos na Universidade de Strasbourg, na Sorbonne, entre outros.

¹⁵³ A elogiosa resenha que Albert Demangeon dedica ao *La Terre* [...] se introduz com a declaração da precocidade deste livro de método entre os geógrafos que, até o momento, não ousaram a tal empreendimento (DEMANGEON, 1923).

1970)¹⁵⁴. Lucien Febvre é levado a considerar a existência de uma “ilusão metodológica” adotada por tal geógrafo:

“(…) não estaríamos nos deparando mais uma vez com a velha ilusão que perseguimos, reencarnada, mas ainda reconhecível? Ela reaparece constantemente, **com uma variedade, uma perseverança**, uma espécie de flexibilidade insinuante que a torna particularmente perigosa. **Perguntemo-nos, mais uma vez, se não é ela que está por trás da concepção de pequenas unidades fundamentais e distintas, as ilhas?** “[grifos nossos] (FEBVRE, 1970, p. 223).

Essas considerações, deslindam, por outro lado, que o tema das ilhas é o centro de uma polêmica metodológica que vai marcar a década de 20. Lucien Febvre aprofunda tal crítica e busca a origem lógica dessas ilusões. Para ele, o entendimento da insularidade nos marcos de uma ambientação cerrada pelas fronteiras marítimas deriva de uma associação excessivamente direta das concepções das ciências biológicas e do naturalismo na Geografia Humana: “esta ideia, que os viajantes colocavam luz, das características biológicas da flora e sobretudo da fauna insulares, sugeria-se naturalmente aos geógrafos” (FEBVRE, 1970, p. 226)¹⁵⁵.

Temos, primeiramente, uma visão de fundo naturalista, com a qual Brunhes partidariza-se. Em alternativa, uma visão de fundo econômico, mais condizente com as futuras perspectivas adotadas por Albert Demangeon, e que são propugnadas por Febvre: “os economistas mostram como as costas das ilhas se prestam particularmente bem à vida marítima e ao comércio”¹⁵⁶ (FEBVRE, 1970, p. 226). Pois bem, tais querelas se definem como uma controvérsia metodológica, posto que o que está em jogo é a utilização de um importante princípio de Vidal de la Blache, o princípio da unidade da terra, em que as condições de isolamento e circulação se equilibram na composição de uma unidade regional, bem como das ligações da Geografia Humana, seja ao naturalismo, seja à economia. Vimos anteriormente, sob a própria pena de Vidal, como a condição de isolamento é também o fundamento de um paradigma naturalista.

Para Vidal, portanto, o geógrafo não pode se fechar no estudo de uma área. Ao contrário do que se consolidou na leitura das monografias regionais, o sistema de Vidal é

¹⁵⁴ “Un geographe [Jean Brunhes], naguère, l’a pensé”.

¹⁵⁵ “cette idée, les voyageurs mêmes qui mettaient en lumière les caractéristiques biologiques de la flore et surtout de la faune insulaire, la suggéraient tout naturellement aux géographes”.

¹⁵⁶ “les économistes montrèrent comment les bordures insulaires se prêtaient tout particulièrement à la vie maritime et au commerce”.

um sistema aberto e a unidade empírica fundamental é o globo: “Qualquer que seja a fração da Terra que estude, ele não pode nela se fechar. Um elemento geral se introduz em todo o estudo local “(VIDAL DE LA BLACHE, 2002 [1896], p. 135). De outra parte, o mestre de Pierre Monbeig na *Sorbonne* também possui uma concepção insular. Albert Demangeon era da mesma maneira um especialista em uma ilha: a Grã-Bretanha. Esta fora tema da sua contribuição à Geografia Universal. A Grã-Bretanha passara de estágios sucessivos de isolamento e circulação. A concepção insular de Demangeon também é uma leitura dos espaços insulares como uma unidade aberta (DEMANGEON, 1927, p. 2-3).

Esta contribuição teórica se diferencia consideravelmente da herança legada por Jean Brunhes: “aproveitando-se das vantagens de um **suposto isolamento**, obstáculo à difusão e garantia de autenticidade, ele tem a possibilidade de observar a ligação local entre quadro geográfico e organização social: **protegida do empréstimo, da imitação**” [grifos nossos] (ROBIC, 1988, p. 38)¹⁵⁷. Notável é também o fato que a crítica ao trabalho de Jean Brunhes já tivera ressonância sob a pena de Vidal no que toca a este ponto: “O campo de comparação abraçado pelo autor caracteriza-se sobretudo, deve-se dizer, pela diversidade de casos. É duvidoso que encontremos aí o que ele define ‘uma unidade real, ou melhor, uma verdadeira continuidade geográfica’” (VIDAL DE LA BLACHE apud ROBIC, 1988, p. 40)¹⁵⁸.

Incidindo sobre os mesmos temas, Pierre Monbeig procura se diferenciar da herança de Brunhes e engajar-se na consolidação da disciplina geográfica sob liderança de novos porta-vozes: Albert Demangeon, Lucien Febvre, e Emmanuel de Martonne. O falecimento do mais notável especialista da Espanha, com uma obra que fora alvo de críticas durante a década de 20, e ainda com a polêmica em aberto na década de 30, alça o tema das ilhas como um importante projeto de pesquisa. Mas o que significava essa busca por diferenciação?

Confirmando nossas hipóteses anteriores, o embasamento do caráter social da Geografia Humana está no centro do campo de lutas na década de 20. Lucien Febvre toma

¹⁵⁷ “en usant des vertus d’un isolement supposé, obstacle à la diffusion, donc garantie d’authenticité, il s’accorde la possibilité d’observation du lien local entre cadre géographique et organisation sociales : à l’abri de l’emprunt, de l’imitation”.

¹⁵⁸ “C’est surtout, il faut bien le dire, par sa diversité des cas qu’est caractérisé le champ de comparaison embrassé par l’auteur. Il est plus douteux qu’on y trouve ce qu’il appelle ‘une réelle unité ou mieux une réelle continuité géographique’”.

partido. Sua peleja insinua uma crítica à morfologia social, uma tomada de posição contra Ratzel e, finalmente, a marginalização de Jean Brunhes. Todas as vertentes mais ou menos adeptas do naturalismo. Febvre é consciente que tais filiações disseminam concepções metodológicas peculiares: ele empenha-se em solidificar o caráter ilusório do estabelecimento de leis geográficas, o fraco poder do instrumento de comparação nos quadros de um sistema aberto (condizentes a um espaço construído pela ação econômica do homem) e, por fim, enaltece a capacidade do homem de circular entre os espaços e escapar de um determinismo estreito: “isso seria, como muitos generalistas intrépidos da escola ratzeliana ou neo-ratzeliana desconhecem, esta grande e constante lei universal: o homem é um ser viajante” (FEBVRE, 1970, p. 245)¹⁵⁹.

Como estamos a salientar, a Geografia Humana intenta, nesse momento, construir seu campo e seu método próprio, e utiliza para isso todas as artilharias. Pierre Monbeig não está à frente desta batalha, mas ele se associa a seus líderes. Nessa constatação sobre a importância de abordagem de Albert Demangeon para Monbeig, acrescenta-se que Paul Claval vê em Demangeon um maior esforço de sistematização metodológica:

Albert Demangeon se aproxima mais da linha definida por Vidal de la Blache - seus estudos regionais o provam, sua tese sobre a planície da Picardia, seus trabalhos sobre as Ilhas Britânicas, a Bélgica ou os Países-Baixos. Mas ele se interessa pelos problemas da atualidade e se serve com frequência da economia para esclarecê-los. **Muito mais preocupado com explicações sistemáticas do que vários de seus contemporâneos**, ele é o mais sensível, dentre os geógrafos, ao gosto geral pelas abordagens funcionalistas - como vimos a respeito do *habitat*. [grifos nossos] (CLAVAL, 1984, p. 67)¹⁶⁰.

Próximo de Demangeon, o que Lucien Febvre critica em Brunhes é justamente sua inspiração nos modelos do naturalismo. Esta transposição de métodos confirma uma Geografia organizada em torno de causas e leis, “da mesma forma, existem leis gerais de concordância entre as condições naturais e as culturas” (BRUNHES, 1902, p. 2)¹⁶¹ (BRUNHES, 1902, p. 2), espaços experimentais dos fenômenos, “limitaremos rigorosamente nosso estudo para ter a possibilidade de ir mais além com nossa análise”

¹⁵⁹ “ce serait, comme tant de généralisateur intrépide de l'école ratzélienne où néo-ratzélienne, méconnaître cette grande loi constante et universelle: l'homme [est un] beau voyageur”

¹⁶⁰ “Albert Demangeon s'inscrit plus près de la ligne définie par Vidal de La Blache – ses études régionales le prouvent, sa thèse sur la plaine picardienne ses ouvrages sur les Îles Britanniques, la Belgique ou les Pays-Bas. Mais il s'intéresse aux problèmes du temps présent et fait volontiers appel à l'économie pour les éclairer. Plus soucieux d'explication systématique que beaucoup de ses contemporains, il est le plus sensible, parmi les géographes, à l'engouement général pour les approches fonctionnalistes – on l'a vu, à propos de l'habitat”.

¹⁶¹ “pareillement il existe des lois générales de concordance entre les conditions naturelles et les cultures”.

(BRUNHES, 1902, pp. 8-9)¹⁶², e que confere importância à comparação. É contra tudo isso que se insurge Lucien Febvre. Assim, para além dos princípios sistematizados por Vidal e valorizados por Demangeon, como o da unidade e da extensão, a vertente naturalista vai valorizar os princípios de causalidade e de comparação. Tratam-se de diversas leituras dos legados de Vidal.

[Refere-se a Jean Brunhes] De fato a abordagem geral, com sua sequência de análise, comparação, classificação, orientação do simples ao complexo, sua busca de variações concomitantes, em resumo, seu gosto pelo método, poderia ser apenas fruto de uma referência cartesiana banal. (ROBIC, 1988, p. 38)¹⁶³.

Reforçamos aqui o argumento de Marie Claire Robic, pois para ela há uma divisão no seio da Geografia Humana neste momento: “os protagonistas dessa divisão entre uma via naturalista e uma via humana são Brunhes e de Martonne”¹⁶⁴ (ROBIC, 2006c, p. 164). O fato é que Pierre Monbeig também se posiciona na escolha da abordagem ao tema das Baleares em contraposição ao que fora escrito por Jean Brunhes. O cotejo dos trabalhos de Jean Brunhes e Pierre Monbeig sobre as ilhas Baleares ajuda a esclarecer essas tomadas de posição epistemológicas. O fechamento das ilhas é visto como uma tomada de posição em torno de uma excessiva influência do naturalismo na Geografia. Albert Demangeon e Lucien Febvre, e depois, Pierre Monbeig, tomam partido por uma reformulação do legado de Vidal mais influenciada pela economia e seus atuais processos de modernização.

Assim, o que se destaca, como ponto de partida, é o fechamento da ilha para Jean Brunhes, que se expressa no caráter da distribuição da sua produção interna: esta se volta mais à alimentação da população do que à exportação (BRUNEHES, 1911, p. 179). Ele não ignora que a vida insular é cada vez mais aberta ao estrangeiro, mas quase toda sua exposição se dedica a uma vida em condições distintas, o andar de baixo da produção:

Todas essas árvores, oliveiras, figueiras e amendoeiras dão safras muito ricas: exportamos o azeite, os figos e principalmente as amêndoas.(...) Mas isso não é tudo, essas são as colheitas superiores, suspensas a alguns côvados do solo; deve-se levar em conta cultura rasteira para a alimentação, de cereais, legumes, pimentas, batatas ou favas, que no geral

¹⁶² “nous bornerons rigoureusement notre étude pour avoir le droit de pousser plus loin notre analyse”.

¹⁶³ “Certes la démarche générale, avec ses séquences analysées, comparaison, classification, son orientation du simple au complexe, sa recherche des variations concomitantes, bref son goût de la méthode, pourrait ne relever que d’une banale référence cartésienne”.

¹⁶⁴ “les protagonistes de ce partage entre une voie naturaliste et une voix humaine sont Brunhes et de Martonne”.

dão duas vezes ao ano. Uma colheita superior e duas inferiores: isso é tudo o que consegue produzir a preciosa terra destes quadrados ou retângulos desenhados pelo xadrez dos muros (BRUNHES, 1911, p. 179)¹⁶⁵.

De outro ponto de vista, a relação com o estrangeiro é tida como unidirecional. Ele fala de uma exportação da produção, mas não discorre sobre o que a vida de relações trouxe à dinâmica interna da Ilha. Assim, ele se aproveita do estudo das Baleares para ressaltar quase que exclusivamente uma dinâmica interna e arcaica da vida do Mediterrâneo: “Em ilhas de médio porte ou pequenas como as Ilhas Baleares, e fora das grandes cidades como a capital de Maiorca, reconhece-se as características distintivas da mais antiga vida mediterrânea” (BRUNHES, 1911, p. 181)¹⁶⁶.

Para Brunhes, as ilhas do Mediterrâneo exprimem a possibilidade de observar traços distintivos. “Os pescadores de Maiorca pescam atum e lagosta, mas também são, em igual medida, transportadores de porto a porto; eles constituem, desse modo, um dos elementos essenciais para a continuidade da vida mediterrânea” (BRUNHES, 1911, p. 184)¹⁶⁷. Seu raciocínio repõe as características do isolamento - cidades e portos, nas Baleares, se mantêm-se como estruturas separadas: “Com exceção de Palma, que para as Grandes Baleares e no que diz respeito a seu tamanho, permanece sendo um fato geográfico urbano enorme, anormal e solitário (64000 habitantes), cidade e porto são distintos” (BRUNHES, 1911, p. 183)¹⁶⁸.

Por conseguinte, o objetivo do trabalho de Jean Brunhes sobre as Baleares organiza-se em torno da descrição de uma vida arcaica, acantonada, em que a evolução histórica é ligada aos quadros de um gênero de vida marcado pela ligação estreita com o solo e com suas condições naturais. Ele mobiliza uma das versões do legado vidaliano, mais influenciado pelo naturalismo.

¹⁶⁵ “Tous ces arbres, oliviers, figuiers et amandiers, fournissent les récoltes de grande richesse : on exporte et l’huile, et les figues et surtout les amandes. (...). Mais ce n’est pas tout, ce sont là les récoltes de l’étage supérieur, suspendues à quelques coudées du sol ; il faut aussi compter les récoltes nourricières terre à terre de ces curieux ‘sous-bois’ de cultures, céréales, légumes, piments, pommes de terre ou fèves, qui souvent sont récoltes doubles dans l’année. Une récolte en haut et deux récoltes en bas : voilà tout ce que parvient à produire la terre précieuse de ces carrés ou rectangles dessinés par le damier des murs”.

¹⁶⁶ “Dans les îles moyennes ou petites comme les Baléares et en dehors des grandes cités comme la capitale de Majorque, on reconnaît les traits distinctifs de la plus antique vie méditerranéenne”.

¹⁶⁷ “Les pêcheurs de Majorque pêchent le thon et la langouste, mais ils sont bien à un aussi intense degré des caboteurs et des convoyeurs; ils constituent, par là, une autre de ces survivances essentielles de la vie méditerranéenne”.

¹⁶⁸ “À l’exception de Palma, qui demeure, pour la grande Baléaire et relativement à sa taille, le fait urban géographique énorme, anormal et solitaire (64000 habitants), ville et ports sont distincts”.

Principiando o artigo de 1930, “Les transformations économiques dans les ‘huertas’ et la région entre Alicante et Murcie”, Monbeig, em uma nota inicial, faz referência à obra de Jean Brunhes, ressaltando, em uma redação adversativa que, contudo: “A atividade particular das huertas de Alicante, Elche, Orihuela, Múrcia é um fato bastante conhecido; assim, gostaríamos somente de indicar **as novas tendências** da agricultura e da indústria”¹⁶⁹ [grifos nossos] (MONBEIG, 1930,, p. 597). Além disso, o primeiro tópico, versando sobre a irrigação, mais de uma vez incide sobre os mesmos temas daquele geógrafo. O objeto de análise é o mesmo abordado por Jean Brunhes, só que com disposições teóricas discordantes.

Isto posto, as descobertas se anunciam com base na indagação quanto à gênese da inserção das ilhas às tendências do mundo contemporâneo. Diversamente de Jean Brunhes, a ilha em nada é contemplada como um laboratório de traços distintivos e de relações isoladas. Um espaço de fluxos, correlações a um conjunto econômico mais vasto, precipitam a consciência da ilusão da unidade natural. Visto por esse ângulo, o título do artigo, divulgado como resultado parcial de seus trabalhos de tese, faculta pouca margem a enganos: “**Vie de relations** et spécialisatioin agricole, les Baléares au XVIIIe siècle” [grifos nossos] nos parece uma singela definição de posições:

Temos vários estudos recentes e de grande interesse sobre as Ilhas Baleares. Mas eles se referem exclusivamente à Idade Média, que foi a época mais gloriosa da região. Os soldados fundeiros de Aníbal, após a conquista cristã por Jaime I, a atividade comercial surpreendente de Maiorca a partir de 1229 até o momento em que o Mediterrâneo foi trocado pelo Atlântico, são as únicas imagens normalmente evocadas do passado do arquipélago. A partir do século XV, o porto de Palma deixou de ser visitado pelos traficantes italianos e as relações com os oásis saarianos foram abandonadas; os maiorquinos do campo se rebelaram contra a dominação financeira dos cidadãos; a ligação cada vez mais estreita do território com a potência castelhana foi acompanhada de uma legislação comercial severa e as ilhas fecharam-se em si mesmas. Hoje, o quadro mudou: nem a indústria nem o comércio da reconquista reviveram, mas a arboricultura tornou-se uma grande riqueza. Houve uma transformação completa da economia. **Foi do estrangeiro** que, direta ou indiretamente, depois de dois longos séculos confusos de lutas locais, Minorca e Maiorca receberam, durante o século XVIII, um novo impulso. [grifos nossos] (MONBEIG, 1932a, p. 538)¹⁷⁰.

¹⁶⁹ “L’activité particulière des huertas d’Alicante, Elche, Orihuela, Murcie est un faite bien connue; aussi voulons-nous seulement y indiquer les tendances nouvelles de l’agriculture et de l’industrie”.

¹⁷⁰ “Nous possédons, sur les Baléares, plusieurs études récentes, d’un vif intérêt. Mais elles portent exclusivement sur le moyen Âge qui fut là l’époque entre toutes glorieuses. Les frondeurs d’Hannibal puis, après la conquête

O destaque da interconexão da ilha com espaços mais vastos é tão importante para Pierre Monbeig que ele anuncia que uma história geográfica tem como base os fluxos e as relações horizontais e que os processos econômicos das Ilhas Baleares têm origem fundamentalmente na relação com o estrangeiro, como já assinala a citação precedente. Situar a origem dos processos geográficos locais no estrangeiro (desde o século XVIII!) é um raciocínio tão distinto em relação às observações de Jean Brunhes que temos a impressão muitas vezes de se tratar de duas ilhas diferentes. Além disso, reafirma-se, desde então, que a geografia de Monbeig é, na verdade, uma geo-história, seguindo os passos que traçara Vidal de la Blache (LIRA, 2013).

Nossa narrativa é que, nessa fase, Pierre Monbeig procura deliberadamente uma diferenciação em relação aos trabalhos de Jean Brunhes sobre a Espanha, na tentativa de dar os primeiros passos rumo à sua inserção como um novo especialista no campo. Para tanto, ele mobiliza artifícios teóricos de uma das vertentes da Geografia Humana para explicitar a diferença de projetos. Isso também terá rebatimentos teóricos: a contraposição a Jean Brunhes não era gratuita. Em realidade, tratava-se de superar uma antiga perspectiva geográfica, essa sim, fechada e ligada aos quadros naturais, avessa à compreensão da modernização.

Emmanuel de Martonne, Albert Demangeon, mas também Lucien Febvre, e outros intelectuais franceses, oferecem artilharia para esta construção de distinções, com contribuições teóricas específicas e com suportes institucionais auxiliados pela diplomacia cultural em pleno processo de expansão. O artigo de Pierre Monbeig sobre as Baleares fora publicado nos *Annales d'histoire économique et sociale*.

Mas a problemática central de Pierre Monbeig nessa nova etapa de pesquisa consiste em compreender como os *factores naturels singulares* se associam às ondas *homogeneizadoras e padronizadoras* de uma dinâmica econômica de circulação global.

chrétienne par Jaime 1er, l'étonnante activité commerciale de Majorque depuis 1229 jusqu'au moment où la Méditerranée fut abandonnée pour l'Atlantique, voilà les seules images qu'évoque, à l'ordinaire, le passé de l'archipel. À partir du XVe siècle environ, le port de Palma cessa d'être visité par les trafiquants italiens et l'on abandonne les relations avec les oasis sahariennes ; les Majorcaïns des champs se révoltèrent contre la domination financière des Citadins ; le rattachement de plus en plus étroit du territoire à la puissance castillane fut accompagné par une sévère législation commerciale et les îles se replièrent sur elles-mêmes. Aujourd'hui le tableau a changé : ni l'industrie ni le commerce de la reconquête n'ont revêtu, mais l'arboriculture est devenue la grande richesse. Il y a donc eu une complète transformation de l'économie. Ce fut de l'étranger que directement ou non, après deux longs siècles confus de luttes locales, Minorque et Majorque reçurent, au cours du XVIIIe siècle, un élan nouveau".

Nesse rastro, ele dilui as fronteiras insulares em uma região econômica mais ampla, trabalhando em uníssono ao grupo intelectual com a qual se partidarizou.

Se comparado às concepções que perpassam a obra de Jean Brunhes, seu raciocínio repõe constantemente os fenômenos da circulação global e da ação do homem como agente determinante, plenamente inserido no contexto da mundialização, mais do que os fatos naturais num quadro de relações fechadas. Mas ele não desconsidera o papel dos fatores naturais na análise.

Além disso, o raciocínio comparativo, que, como se sabe, é também um dos princípios da geografia, cede lugar a uma ciência espacial com foco sobre a unidade da terra e as relações com o estrangeiro, valorizando o princípio da extensão e o papel da ação humana, mas ele não abandona o determinismo geográfico. O problema de pesquisa de Monbeig, por fim, está inserido nas novas questões levantadas pelos geógrafos considerando o contexto geo-histórico da mundialização.

8- Geografia Humana das ilhas Baleares: a valorização dos espaços mundiais e a repetição das formas de colonização de novas terras. Uma geo-história em face da mundialização

Retomando os primeiros trabalhos de Monbeig, sobre a reforma agrária e a modernização das estruturas hidráulicas da Espanha, vê-se que sua geo-história unifica passado e presente sob a mesma perspectiva de análise: os processos de modernização no seio da mundialização, projetados do presente ao passado. Da ambição de compreender as raízes dos problemas contemporâneos, deriva a enorme importância dos fatos econômicos no seio dessa geografia histórica. Vidal de la Blache fora o primeiro formulador da geo-história, antes de Fernand Braudel. Todos os princípios da geo-história são aqui emergentes: as resistências, as etapas sucessivas, os diferentes ritmos de evolução, as temporalidades. Como a geo-história aparece no trabalho de Monbeig?

Eu acrescentaria que, desse ponto de vista, toda a ordem de relações novas [se] abre ao espírito. Pois a ação do tempo entra como coeficiente mais importante nas ações exercidas pelas causas naturais. Segundo as zonas sejam mais ou menos avançadas em sua evolução, elas atravessam uma série de mudanças que se ligam entre si por uma espécie de filiação. Umás ainda conservam traços que já foram abolidos em outras. Temos assim como se fossem exemplares vivos dos mesmos fenômenos tomados por diversos estágios.(VIDAL DE LA BLACHE, 2002, p. 146).

No texto de Monbeig, as ilhas Baleares se consolidaram no século XVIII como um espaço de disputa. Nesse mesmo século, a condução política da Ilha passa pelas mãos dos ingleses, franceses e espanhóis. Diferentes situações políticas orientam distintas formas de valorização. Contudo, a valorização e modernização desses espaços vêm de fora: “assim foi necessário o governo inglês de Kane para levar os ‘minorcains’ a dominar as condições naturais e fazer renascer a agricultura” (MONBEIG, 1932a, p. 541)¹⁷¹. Foi a obra dos ingleses, notadamente do governo de Kane, atuando entre 1712 e 1736, que “conseguiu mudar completamente o estado das coisas” (MONBEIG, 1932a, p. 539)¹⁷². Com a instalação da segurança, a derrubada da floresta avança, bem como o saneamento de águas estagnadas e a fundação de cidades age como uma “franja pioneira”:

Graças à frota inglesa, os piratas da Barbaria deixaram de ser temíveis e, com a segurança restabelecida, foi possível desbravar o perímetro de Minorca. Trabalhos de dessecação das partes baixas e pantanosas foram realizadas em torno de Maó e Kane fundou um vilarejo em Villa Nueva de San Carlos, exemplo seguido alguns anos mais tarde pelos franceses em San Luis, perto de Maó.¹⁷³ (MONBEIG, 1932a, p. 539).

A situação geográfica inicial parte da necessidade de conquistar o terreno frente a condições naturais de difícil dominação. O processo de valorização de novas terras implicou a construção de estradas, dado que estas ligam os mercados. Toda a produção local do espaço é estimulada pela economia internacional, em pleno século XVIII.

A valorização de vastas áreas é também associada, neste primeiro momento, à vinculação ao mercado de exportação. A situação marítima e comercial permite a acumulação de capital para o reinvestimento na indústria (MONBEIG, 1932a, p. 541). Todo este estado de coisas depende, para Monbeig, da vontade política. O regime de propriedade se transformou e a grande propriedade sofre aumento significativo (MONBEIG, 1932a, p. 540). É assaz surpreendente como essa conquista de novas terras é bastante próxima da posterior descrição das franjas pioneiras. A elucidação da lógica interna das dinâmicas de áreas de colonização se apresentam para Monbeig quase como um modelo. Ele poderá replicar este entendimento no Brasil?

¹⁷¹ “Ainsi il avait fallu le gouvernement de l’Anglais Kane pour amener les Minorcains à dominer les mauvaises conditions naturelles et éveiller l’agriculture”.

¹⁷² “parvient à changer du tout au tout cet état de choses”.

¹⁷³ “Grâce à la flotte anglaise, les Barbaresques cessèrent d’être redoutables et, la sécurité revenue, il fut possible de défricher le pourtour de Minorque. Des travaux de dessèchement des parties basses et marécageuses furent menés à bien au voisinage de Mahon et Kane fonda un village à Villa Nueva de San Carlos, exemple que suivirent, quelques années plus tard, les Français à San Luis, non loin de Mahon”.

A compreensão da mudança do nível de vida material de amplos setores de população está no centro de seu trabalho. Nas ilhas Baleares, essa transformação é situada por Monbeig no século XVIII. Sendo assim, o fenômeno para o qual atenta é o da valorização de novas terras em Maiorca e Minorca, revelando, sob outra perspectiva, um primeiro contato com o processo econômico que ele observará no Brasil: a valorização das terras de colonização. Monbeig está se tornando, gradativamente, um geógrafo da colonização modernizadora.

Desde quando? Desde que as transformações da primeira guerra nos territórios foram interpretadas pelos geógrafos franceses. Monbeig é um fiel estudioso segundo as orientações de seus líderes e pioneiros, Albert Demangeon e Lucien Febvre. São eles os teóricos da renovação metodológica da disciplina sob a vaga da modernização. Epistemologicamente, a conclusão do estudo de Monbeig é que o processo de valorização de cultura nos espaços modernos que se desenrola a partir do século XVIII dá-se no curso do crescimento de importância dos impulsos externos, revelando a adoção de um paradigma geó-histórico econômico, e que confere crescente gravidade ao poder da ação humana na condução dos processos, de acordo com o que propugnava Febvre e Demangeon.

Durante quase cem anos, Minorca foi ocupada pelas tropas francesas e sobretudo inglesas que marcaram profundamente a civilização local. De uma parte, o homem se esforçava por tirar partido dos fracos recursos naturais e, de outra parte, a indústria e o comércio, graças a uma situação política favorável, puderam ser exercidos em situação de segurança e liberdade. A terra de Minorca foi propriamente valorizada no século XVIII. Até então, com efeito, os camponeses, ameaçados pelas incursões dos piratas barbarescos, apenas cultivavam as terras do centro, conhecidas como 'Mitijania', deixando incultas e cobertas de pedras as terras do Norte e do Sul¹⁷⁴ (MONBEIG, 1932a, pp. 538-539).

Contudo, a sucessão do governo inglês ao governo espanhol, de forte política colonial, resulta em uma baixa comercial da ilha: “o governo de Madrid paralisou a economia da ilha”¹⁷⁵ (MONBEIG, 1932a, p. 542). Mas uma mudança da mentalidade econômica e uma abertura ao comércio transatlântico reascende um novo momento de

¹⁷⁴ “Pendant près de cent ans, Minorque fut occupée par les troupes françaises et surtout anglaises qui marquèrent profondément la civilisation locale. D’une part, l’homme s’efforça de tirer parti des faibles ressources naturelles et, d’autre part, l’industrie et le commerce, grâce à une situation politique favorable, purent s’exercer en toute sécurité et liberté. La terre de Minorque fut proprement mise en culture au XVIIIe siècle. Jusqu’alors, en effet, les paysans, menacés par les incursions des pirates barbaresques, ne cultivaient que les terres de Centre, dites ‘Mitijania’, laissant incultes et couvertes de pierre celles du Nord et du Sud”.

¹⁷⁵ “Le gouvernement de Madrid paralysa l’économie de l’île”.

trocas. Sem detalharmos tipos de políticas econômicas que representaram as diferentes situações políticas, atentamos à conclusão de Pierre Monbeig e o quanto ela difere da proposição de Jean Brunhes:

O arquipélago tinha retomado assim seu lugar no tráfego geral. Claro, não mais no quadro mediterrânico da Idade Média. Mas o exemplo é instrutivo. O agrupamento de ilhas, ainda mais do que na região continental, não se presta ao isolamento e protecionismo estrito. Enquanto o Governo castelhano foi o único a governar Maiorca, enquanto foi preciso viver na esfera estreita da Península Ibérica, as ilhas vegetaram. O século XVIII, ampliando seus horizontes, levou-as a uma nova prosperidade.(MONBEIG, 1932a, p. 548)¹⁷⁶.

Neste novo momento, ao articular fatores econômicos externos na base da explicação de uma situação regional, o raciocínio conduz para uma construção cíclica e sistêmica (observar as figuras 3 e 4). A este respeito, temos mais um claro exemplo de como o avanço do capitalismo e das relações econômicas globais tiveram impacto na metodologia da geografia. Veremos que Pierre Monbeig aplica dois tipos de raciocínio para diferentes situações das ilhas Baleares: uma primeira situação de fechamento do sistema tem como base de explicação os fatores físicos e mobiliza relações causais de tipo simples bem como de encadeamentos causais lineares e múltiplos; uma segunda situação das Baleares é levada à considerar um outro tipo de raciocínio, em que a moldagem do espaço regional é estimulada por fatores externos, em um sistema aberto, cuja base originária é a ação econômica do homem e a estruturação é cíclica.

¹⁷⁶ “Ainsi l’archipel avait repris sa place dans le trafic général. Certes ce n’était plus dans le cadre méditerranéen du Moyen Âge. Mais l’exemple est instructif. Le groupement insulaire, plus encore que la région continentale, s’accommode mal de l’isolement et d’un strict protectionnisme. Tant que le gouvernement castillan fut seul à diriger Majorque, tant qu’il fallut vivre dès l’étroite sphère de la péninsule ibérique, les îles végétèrent. Le XVIIIe siècle, en élargissant leur horizon, les orienta vers une nouvelle prospérité”.

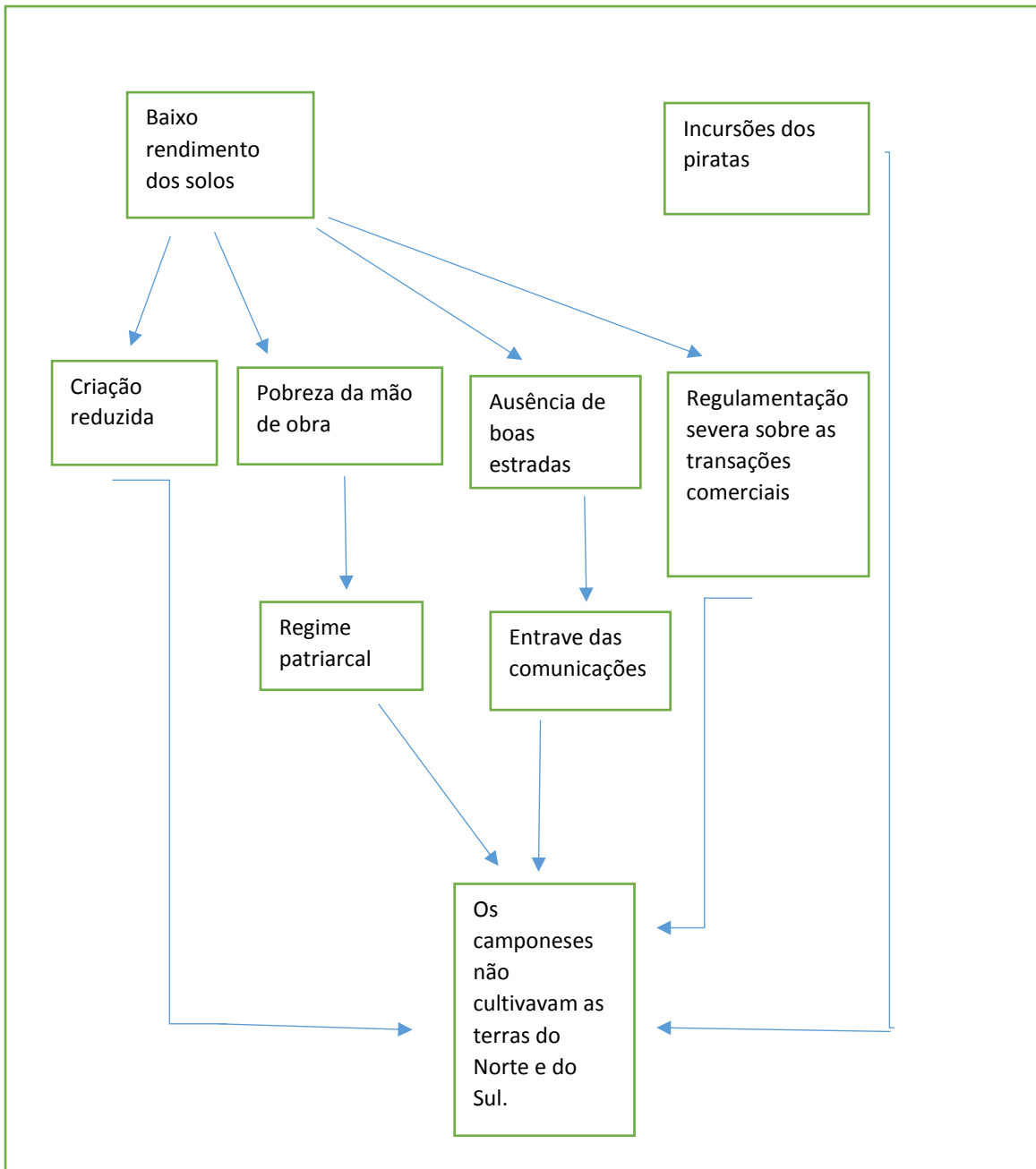


Figura 3 Exemplo de estrutura causal em Pierre Monbeig (1932) - situação histórica I. Concepção: LIRA, 2016.

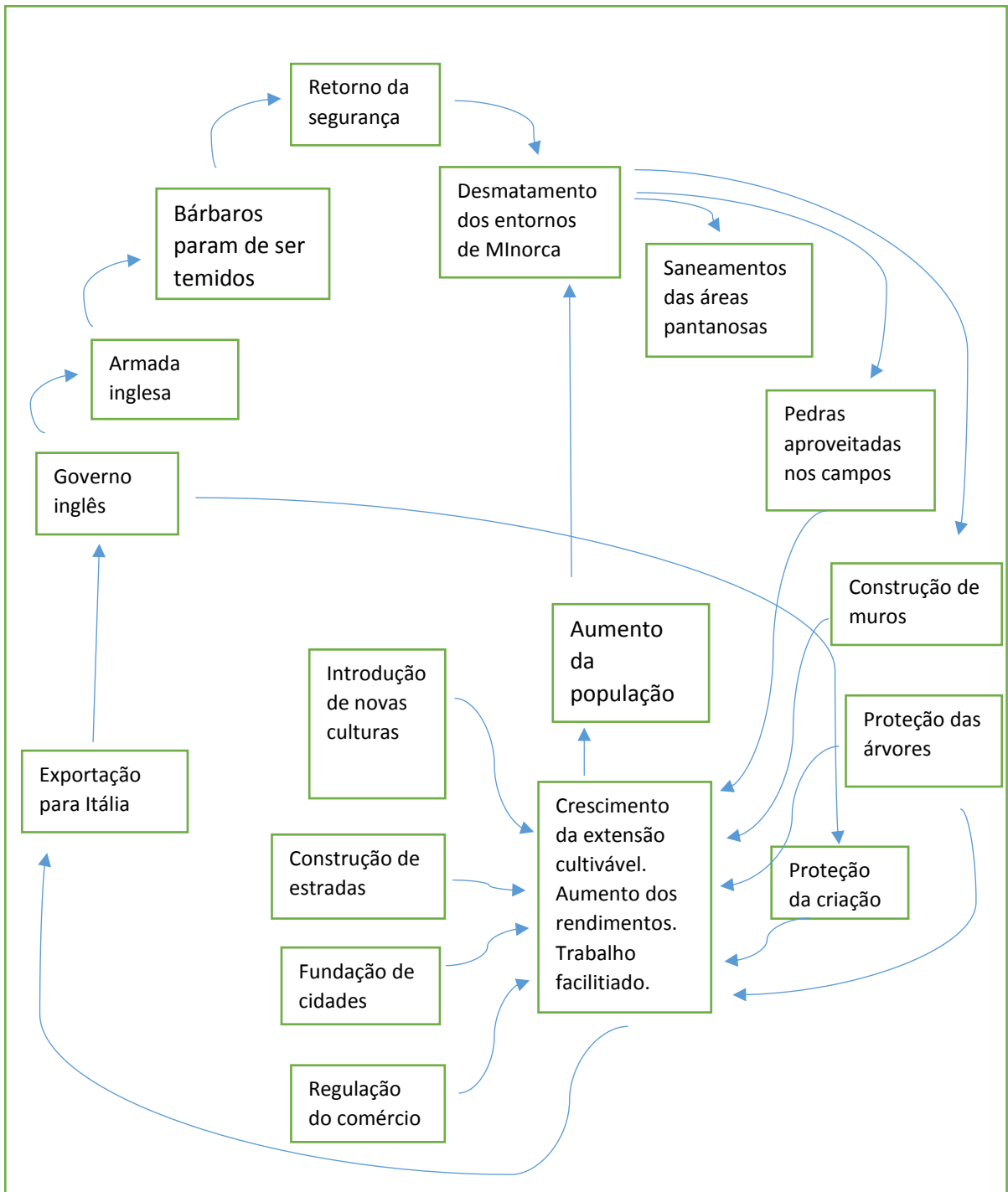


Figura 4. Exemplo de estrutura causal em Pierre Monbeig (1932)- situação histórica II. Concepção: LIRA, 2016.

Pierre Monbeig aplica, conseqüentemente, raciocínios sistêmicos para o caso das ilhas Baleares em situação de abertura e cuja base consiste na incorporação causal da influência do governo inglês. Ele aplica também raciocínios de encadeamentos causais simples para situações de fechamento da ilha, onde os fatores naturais têm maior peso. A utilização precoce de um raciocínio sistêmico era uma originalidade de Monbeig?

De acordo com Daniel Loi, as estruturas causais refletem raciocínios sincrônicos e diacrônicos (LOI, 1982, 1985) trazendo importantes chaves de leitura para a compreensão das posturas metodológicas, principalmente no que se refere a estas lógicas explicativas. O intrigante da análise de Daniel Loi é que estruturas causais mais recorrentes nas obras clássicas são aquelas organizadas em torno de encadeamentos lineares que evocam uma construção teórica predominantemente histórica, baseada numa linearidade linguística e temporal, revelando uma “tendência diacrônica da geografia francesa” (LOI, 1982, p. 19)¹⁷⁷ e que, via de regra, começa com a consideração dos fatores naturais:

É em todo caso a linearidade causal que é colocada em primeiro plano pelos geógrafos. A ideia de que temos de nos haver com “séries”, “encadeamentos” é constante desde Vidal de la Blache (...) e encontra-se particularmente associada à preocupação de remontar ao passado: a linearidade temporal se combina com a linearidade racional e linguística para fazer da cadeia causal o embasamento de explicações genéticas, sendo a estrutura explicativa mais comum¹⁷⁸ (LOI, 1982, p. 18).

No entanto, há também a estrutura sistêmica, ou sintética: “É o tipo de estrutura de estrutura [de tipo 2] da qual muito se fala, à qual se aspira, mas que não se pratica, que não se pode praticar”¹⁷⁹ (LOI, 1982, p. 20). Falando da mesma estrutura sintética:

“É em geral neste tipo que pensam os geógrafos quando eles se veem como especialistas de combinações, de conexões, de síntese, em uma geografia que é uma ‘rede’. A concepção organicista da Terra, a ideia de totalidade, da unidade terrestre,

¹⁷⁷ “tendance diachronique de la géographie française”.

¹⁷⁸ “(...) C’est en tout cas la chaîne causale qui est placée au premier plan par les géographes. Cette idée qu’on a affaire à des ‘séries’, des ‘enchaînements’ est constante depuis Vidal de la Blache (...) et se trouve pratiquement toujours associée au souci de remonter dans le passé : la linéarité temporelle se combine aux linéarités rationnelle et linguistique pour faire de la chaîne causale le support des explications génétiques et la structure explicative la plus commune”.

¹⁷⁹ “ C’est le type de structure [tipo 2] dont on parle beaucoup, auquel on aspire, mais qu’on ne pratique pas, qu’on ne peut pas pratiquer”.

central em Vidal, reforçam a convicção de que eles seguem nessa direção ” (LOI, 1982, p. 20)¹⁸⁰.

“ (...) as estruturas de tipo de natureza não causal, são, em realidade, pouco representadas na geografia clássica, ao menos até a Segunda Guerra mundial. Isto faz ressurgir uma espécie de incompatibilidade entre espaço e tempo, mais genericamente entre sincronia e diacronia, que impede uma fusão profunda de ambas, e obriga-os a explicitarem uma evolução complicada sob a forma de uma sucessão de complexos em épocas diferentes” (LOI, 1982, p. 21-22)¹⁸¹.

Esta conclusão reforça nosso argumento: a consideração do determinismo natural recorre a um método científico anterior à expansão das relações econômicas dirigidas pela mundialização e à atualização das ciências impulsionadas pela renovação. Ele evoca relações de causas e efeitos, tendência diacrônica, situações fechadas em que o homem é mais passivo do que ativo. Uma Geografia Humana sob novos líderes, e sob um novo contexto econômico, ao considerar a ação humana, vai intervir nessa balança epistemológica, vai ampliar o quadro de análise, considerar fenômenos externos, em relação diacrônica, ao passo que vai se integrar às tendências de renovação que caminham em paralelo à padronização do mundo moderno.

Esta constatação também aponta para a novidade de posturas sincrônicas mesmo no interior da Geografia desenvolvida no começo do século XX. Pierre Monbeig não foge à regra, mas ao incluir o elemento externo se contraponto à linearidade histórica, ele cria duas séries paralelas que não se fundem. O interessante é pensar que uma primeira série parte das causas naturais e uma segunda série, das causas humanas (o processo de metropolização). Para nós, isso revela, na verdade, a adesão ao projeto esboçado pelos seus mestres, à medida que a Geografia evolui no contexto do século XX.

Assim, repetimos aqui a conclusão que situa os trabalhos de Pierre Monbeig no paradigma dos espaços em cruzamentos de Ettiéne Juillard ressaltado na introdução, acrescentado que: “assim e de maneira um pouco prometeica, Juillard coloca o homem no comando, revertendo a solução proposta por J. Brunhes e, com isso, o determinismo

¹⁸⁰ “c’est en général à ce type de structure que les géographes pensent quand ils se voient comme les spécialistes des combinaisons, des connexions, du complexe, de la synthèse, dans une géographie qui est ‘réseau des liens’. La conception organiciste de la Terre, l’idée de totalité, d’unité terrestre, centrale chez Vidal, renforcent leur conviction et les entraînent dans la même direction”.

¹⁸¹ “(...) de structures du type II de nature non causales, il est vrai fort peut représenter dans la géographie classique au moins jusqu’à la seconde guerre mondiale. Cela faire ressurgir néanmoins cette sorte d’incompatibilité entre espace et temps, plus généralement entre synchronie et diachronie, qui interdit une fusion profonde des deux et oblige à montrer une évolution compliquée sous la forme d’une succession de complexes à des époques différentes”.

ambientalista que assombra as mentes de seus contemporâneos, tais como Le Lannou” (ROBIC, 2001b, p. 89)¹⁸².

Repetidamente, contudo, Monbeig não consegue ainda articular essas duas séries causais, mas não minora a relevância do determinismo geográfico. Essa articulação chegará a acontecer no exercício acadêmico das experiências de Monbeig? Suas contribuições podem representar um novo entendimento do paradigma ?

Vidal de la Blache já havia compreendido as diferentes implicações desses dois sistemas causais em face do isolamento, de um lado, e da modernização, de outro: “ Ele insistia sobre a descontinuidade entre o princípio local, ligado ao solo, e o princípio da dependência horizontal, que governa a troca econômica e a organização política”¹⁸³ (OZOUF-MARIGNIER, ROBIC, 1995, p. 4). O homem que está ligado ao gênero de vida, estabelece relações causais simples ou múltiplas entre sua cultura e o solo. O homem que se incorpora à modernização é um tipo que possui uma função econômica, inserido no processo de mundialização, suas relações geográficas de descolam da determinação do meio, são cíclicas e com maior poder de atuação. No âmbito econômico, não há o gênero de vida em estado puro, mas funções econômicas que os homens adquirem. Esta mediação no uso do conceito já aparecera nos trabalhos de Monbeig sobre a metropolização parisiense.

O homem associado ao gênero de vida é um homem que evoca narrativas geográficas, descrições particulares. O homem ligado às características da modernização está inserido em um sistema de equivalências estimulados pela circulação. Com o avanço da colonização, pelo capitalismo, a modernidade evoca epistemologias sistêmicas. Nota-se então que a epistemologia da geografia vai se modificando tendencialmente de acordo com o compasso de avanço do capitalismo na civilização moderna ocidental. Mas não se vê, ainda aqui, uma anulação de qualquer dos lados desse pêndulo epistemológico.

Do ponto de vista teórico, um dos elementos essenciais no modo de produção geográfica que aparecem nos escritos de Monbeig sobre as Baleares é o tratamento sincrônico e diacrônico das explicações da Geografia francesa levando-se em

¹⁸² “Ce faisant, de manière quelque peu prométhéenne, Julliard met l’homme aux commandes, renversant la solution de J. Brunhes et, avec elle, le déterminisme environnementaliste qui hante les consciences de ses contemporaines, tel Le Lannou”.

¹⁸³ “Il insiste sur la discontinuité entre le principe local de lié au sol et le principe de dépendance horizontale qui gouverne l’échange économique et l’organisation politique”.

consideração esses dois sistemas. Marie-Vic Ozouf Marignier vincula a ideia de que as relações horizontais no tratamento geográfico aos “*mauvais pays*” se consolidam nos anos 1920, estando Pierre Monbeig, destarte, em consonância com o seu contexto científico.

No fim dos anos de 1920, os geógrafos incluem um novo parâmetro na leitura da relação do homem e do meio nesses ‘*mauvais pays*’. Enquanto até então tendiam a privilegiar causas endógenas na valorização das regiões segundo uma visão internalista, eles visam cada vez mais uma causalidade exógena, relativa ao avanço do progresso ou de seu freio.¹⁸⁴ (OZOUF-MARIGNER, 2000b, p. 83)¹⁸⁵.

Impressionando-se com tal dinamismo, nesse momento, nosso personagem elegerá os espaços de colonização e modernização como coração do seu objeto de reflexões (e não no Brasil), tema este que não está ausente das clássicas considerações de Vidal de la Blache e Albert Demangeon. Por certo, Vidal de la Blache já estabelecera um programa de pesquisa que consistia em compreender a expansão dos gêneros de vida nos novos territórios. A origem do gênero de vida, tema do primeiro artigo publicado por Vidal, dá-se em quadros compartimentados da natureza. Uma segunda etapa, contudo, é o irradiação dos gêneros de vida **mais evoluídos** para grandes extensões continentais.

Tais gêneros de vida, porém, tendem a se confinar e a se restringir. A agricultura e a pecuária, ao contrário, não pararam de estender seus domínios, de dar lugar a variedades e a subgêneros cujas diversas ramificações penetram até as partes mais inóspitas dos continentes (VIDAL DE LA BLACHE, 2012 [1911], 2º artigo, p. 160).

Anunciando dois momentos de existência do gênero de vida, o do isolamento e o da expansão, à herança de Vidal que não está ausente no trabalho de Monbeig, e soma-se a contribuição de Demangeon para a análise dos problemas contemporâneos. O gênero de vida que se expande no interior do processo de mundialização é um gênero de vida que transita de condições particulares para outras condições, notadamente as econômicas, no bojo dos traços globais no seio da mundialização. Por outro lado, *uma teoria da colonização ressurgiu como uma importante agenda de pesquisa de Vidal de la Blache*, o que reforça que Monbeig poderá se localizar plenamente nesta tradição ao estudar o

¹⁸⁴ “À la fin des années 1920, les géographes font intervenir un nouveau paramètre dans la lecture de la relation homme-milieu dans ces mauvais pays. Alors que jusque-là ils avaient eu tendance à privilégier les causes endogènes de la mise en valeur des pays selon une vision ‘internaliste’, ils envisagent de plus en plus volontiers une causalité exogène relativement à l’accomplissement du progrès ou à frein”.

¹⁸⁵ Contudo, isso não está em dissonância com as considerações de Vidal de la Blache : “Ainsi, au fil des études, la référence est de plus en plus solvante faite aux facteurs macroéconomiques. Une notion apparaît par ailleurs, que l’on ne désigne pas encore sous l’expression d’interaction spatiale, mais qui renoue avec la conception vidalienne de la relativité de la notion de pays dans le temps et dans l’espace : c’est l’idée que la destinée d’un pays dépend des relations qu’il entretient avec ses voisins” (OZOUF-MARIGNER, 2000a, p. 84.).

Brasil. Mas isto revela também, como já salientamos, a temporalidade da Geografia Humana na construção de seus modelos.

Se Vidal de la Blache representa uma das heranças da geografia clássica francesa sobre o raciocínio de Monbeig, uma segunda camada de influências, representadas por Hauser e Febvre se desenha. Mais significativa, contudo, do que influência desses autores para Monbeig é a concepção geográfica da economia internacional formulada por Albert Demangeon. Antes de Braudel, Demangeon que lograra compreender o ritmo geográfico da demanda do mercado mundial. Esta concepção terá efeitos profundos nos estudos de Monbeig sobre a Espanha e, posteriormente, sobre o Brasil.

9- A leitura geográfica de Albert Demangeon sobre a economia internacional e o mercado mundial

A contribuição de Albert Demangeon encerra uma vantagem para Pierre Monbeig: ela promove uma atualização das sugestões de Vidal de la Blache nos marcos de uma ruptura provocada pela Primeira Guerra Mundial. Com espírito engajado, Monbeig vai se tornando progressivamente um discípulo aplicado de Demangeon. De que modo os fatores econômicos assumem centralidade na vida dos homens? Esta indagação atravessa a obra de Albert Demangeon para o período de 1920 a 1934.

As análises de Demangeon sobre a economia internacional vão contribuir para a obra de Monbeig em quatro pontos principais: a premissa da unidade global dos países inseridos nos processos de mundialização; a topografia das relações do homem com o meio e do homem como promotor de novas relações econômicas; a dinâmica geográfica das crises capitalistas; e uma concepção sobre a temporalidade da demanda dos mercados mundiais em descompasso ao ritmo de produção sazonal.

Primeiramente, utilizando um tipo de sistema geográfico aberto no âmbito dos Estados e dos mercados, ele também se fia no axioma de que a unidade fundamentalmente circunscrita é o globo. A hegemonia da Europa, desmoronada a partir da guerra, anuncia-se na sua incapacidade de colonizar outras áreas do mundo, a partir do seu enfraquecimento populacional e de recursos. A guerra implicou para o Velho Mundo a destruição da fortuna populacional e econômica que o permitia semear civilização, enquanto os EUA, perfazendo suas rotas através do canal do Panamá, pôde não apenas

desenvolver sua indústria afastado dos conflitos, como dominou novos mercados da América Latina e do Pacífico (DEMANGEON, 1975 [1920]).

Depois, sob o ponto de vista das novas condições econômicas mundiais, Demangeon passa a considerar como as condições naturais ainda exercem influência sobre as condições econômicas, concluindo pela mobilização de um tipo de raciocínio topográfico, cuja utilização é explicitada em texto que escreveu em 1927. Com efeito, ele funda uma topografia das determinações geográficas. “Podemos organizar as influências em três grandes grupos: 1º- influências das condições naturais; 2º influências das condições sociais; 3º influência da economia agrícola”¹⁸⁶ (DEMANGEON, 1927a, p. 9). Futuramente, esta topografia irá contribuir para articular o paradigma natural com o paradigma econômico. Para além de uma topografia das relações naturais e das relações econômicas, um outro aspecto das análises de Demangeon que terá bastante impacto nos trabalhos futuros de Monbeig é a leitura geográfica das crises capitalistas.

Ao analisar a nova conjuntura imposta pela crise de 1929, Albert Demangeon promove um recuo esclarecedor do papel que a agricultura continua a exercer no âmbito da economia internacional e, portanto, do papel que as condições naturais continuam a incidir sobre a vida dos homens: “E, no entanto, a agricultura constitui um elemento fundamental da economia geral. Sua produção representa um valor enorme, superior a muitos produtos industriais.”¹⁸⁷ (DEMANGEON, 1929, p. 98). É através da agricultura que o determinismo continua a atuar nos fatores econômicos.

A agricultura cumpre diversos papéis: fornecimento de mercadorias à indústria, fornecimento de mercadorias ao comércio e subsistência das populações, sejam aquelas que estão dentro ou aquelas que estão fora do mercado (DEMANGEON, 1929, p. 97). As profundezas da conjuntura de crise vivida nos anos 30 é em parte explicada pelo descompasso dos rendimentos da produção agrícola e da produção industrial. Os baixos rendimentos dos camponeses abalam a divisão internacional do trabalho e promovem uma abundância sem destino de produtos manufaturados. Mesmo que a agricultura também passasse por modernizações, o nível de vida dos camponeses não acompanha o

¹⁸⁶ “Seul l’examen des influences qui peuvent déterminer les formes de l’habitat nous permettra de les décrire et de les classer. On peut ranger ces influences en trois grands groupes: 1^o influence des conditions naturelles; 2^o influence des conditions sociales; 3^o influence de l’économie agricole”.

¹⁸⁷ “Et cependant l’agriculture constitue un élément fondamental de l’économie générale. Sa production représente une valeur énorme, supérieure à celle de bien des produits industriels”.

ritmo de produção industrial: “ela[a produção industrial] não depende dos caprichos do clima, não conhece nem os anos de sol nem os anos de chuva. A máquina funciona e produz somente de acordo com a vontade daquele que a dirige, seu trabalho é somente limitado pelas possibilidades de energia e matéria prima”¹⁸⁸ (DEMANGEON, 1932, p. 113). Liberta dos “contraintes du milieu” e regida sob a lógica do lucro, a economia industrial passa por um momento de superprodução:

Certamente nem todas as classes agrícolas do mundo têm um nível de vida tão baixo quanto o dos agricultores da Índia ou da China. Mas é em grande parte às suas dificuldades econômicas que remontam as origens da depressão industrial. A queda dos preços agrícolas repercutiu profundamente nos países industrializados: diminuiu o poder de compra de milhões de agricultores que deixavam de comprar ou compravam menos, sendo acompanhada em toda parte por um declínio na demanda por produtos industriais. (DEMANGEON, 1932, p. 5)¹⁸⁹.

A crise baseia-se no desequilíbrio provocado entre a produção natural e a produção capitalista a partir da qual alguns vastos espaços se orientam. Mas o essencial é que, nessa passagem, Demangeon repõe a importância das condições naturais como persistentes organizadoras das economias. Ao contrário do que se poderia pensar, a atualização que Demangeon promove em relação à teoria geográfica das novas relações econômicas não dispensa a consideração do peso das condições naturais. Essa reconsideração, para além do que aludimos, será o principal motor de enquadramento de Pierre Monbeig ainda sob os lastros de um paradigma natural, que está progressivamente se enfraquecendo no âmbito da Geografia Humana, junto com a influência dos valores literários do naturalismo.

Demangeon identifica, ademais, um sistema cíclico do capitalismo que aprofunda cada vez mais os sintomas da crise: para solucionar a falta de mercados, o capitalismo os cria, gerando no longo prazo uma nova crise de superprodução. É exatamente este o fenômeno posteriormente estudado por Monbeig (a entrada do Brasil no mercado mundial

¹⁸⁸ “elle ne dépend pas des caprices du climat; elle ne connaît ni les années de soleil ni les années de pluie. La machine fonctionne et rend par la seule volonté de celui qui la dirige ; son travail n’est limité que par les possibilités d’énergie et de matières premières”.

¹⁸⁹ “Assurément toutes les classes agricoles du monde n’ont pas le bas niveau de vie des paysans de l’Inde ou de la Chine. Mais c’est à leurs difficultés économiques que remontent en grande partie les origines de la dépression industrielle. La chute des prix agricoles a retenti profondément dans les pays industriels ; elle a diminué le pouvoir d’achat de millions de cultivateurs qui n’achètent plus ou achètent moins ; elle s’accompagne partout d’un fléchissement de la demande des produits industriels”.

imperialista e suas dinâmicas locais de produção), que serão regidas por formas de regulação extensivas e intensivas dessas crises¹⁹⁰:

Produtos tropicais, como café, chá, cacau, açúcar, especiarias, baunilha, também sofrem com a superprodução; mas produtos caros e bens de luxo enfrentam uma crise de subconsumo devido a que, em muitos países, certas classes sociais perderam parte de seu poder de compra. A superprodução é o resultado, para estas culturas como para muitas outras, de um aumento de superfície não pensado, de um excesso de confiança no futuro do mercado. (DEMANGEON, 1932, p. 11)¹⁹¹.

Demangeon observa dois tipos fundamentais de organização da exploração do solo: um tipo de evolução natural e um tipo moderno. A concepção metodológica de Albert Demangeon é copiosamente diferente em relação à postura de Jean Brunhes. Demangeon coaduna-se preferencialmente com os princípios valorizados pelas abordagens históricas e econômicas do modelo de Vidal. O descarte do conceito de gênero de vida não ocorre, independentemente do fato dele privilegiar a terminologia econômica. Essa postura acomoda-se, em consequência, à compreensão da importância crescente que o mercado exerce na organização da vida econômica, sem que isso signifique, por outro lado, nada mais que a evolução da civilização jogue um contingente cada vez maior para uma camada superior da vida material, mobilizando um raciocínio topográfico.

Um último aspecto da obra de Demangeon que teve e terá impacto nos futuros trabalhos de Monbeig, e que implica profundamente nas transformações metodológicas da disciplina geográfica no contexto da mundialização e internacionalização, é a formulação, no âmbito da geografia, da temporalidade do mercado mundial. Na verdade, é Pierre Monbeig quem expressa este entendimento, em um artigo publicado em 1934 com título “Les importations de fruits frais en Grande-Bretagne” (1934). É claro que ao expressar-se sobre a Grã-Bretanha, sob direção de Demangeon, a influência deste último pode-se pressupor.

¹⁹⁰ Segundo Demangeon: “Le peuplement rural et l’économie agricole ne cessent pas d’évoluer, ni de s’étendre, cédant au besoin constant qu’ont les hommes d’accroître leurs moyens de vivre. Cette poussée s’exerce vers deux directions : elle vise, ou bien à rendre plus intensive la production des terres déjà occupées, ou bien simplement à étendre leur surface.” (DEMANGEON, 1934, p. 13)”.
¹⁹¹ “les denrées tropicales, telles que le café, le thé, le cacao, le sucre, les épices, la vanille, ne souffrent pas moins de la superproduction ; mais, produits chers, marchandises de luxe, elles connaissent une crise de sous-consommation due à ce que, dans beaucoup de pays, certaines classes sociales ont perdu une partie de leur pouvoir d’achat. La superproduction résulte, pour ces cultures comme pour beaucoup d’autres, d’accroissements de surface inconsiderés, d’un excès de confiance dans l’avenir du marché”.

Tal como pensa Demangeon, Monbeig exprime o juízo de que a agricultura continua a ser comandada por forças naturais nos locais de origem. Mas a propensão da circulação imperial mercantil se esforça por anular os ritmos das estações. O mercado mundial anula os descompassos dos mercados locais ao variar os espaços em que drena seus respectivos produtos. Assim, o mercado mundial, geograficamente, mantém uma demanda e uma distribuição de produtos quase constante. Os mercados locais que estão intimamente ligados às suas propensões, são levados a anular o tempo natural das suas estações, ou o tempo natural da produtividade do solo.

Assim as laranjas espanholas surgem de novembro a junho, seguidas até abril pelos envios da Palestina; a partir de março aparecem as laranjas brasileiras e sul-africanas, que duram até o outono. A chegada de ameixas se estende ao longo do ano, com um pico em outubro e novembro. Já mencionamos a vantagem que dá aos Estados Unidos a possibilidade de enviar peras para as ilhas britânicas de janeiro a dezembro; porém essas remessas se completam no período de março a setembro por aquelas da Austrália, e de julho a outubro, pelas da Bélgica e da Itália. O hemisfério norte, com a Espanha, fornece as uvas de verão, enquanto o hemisfério Sul, com a África do Sul, as de inverno. Finalmente, todos os países se sucedem no envio de ameixas: de janeiro a abril, a África do Sul; a partir de maio, as remessas da Europa; as dos países mediterrâneos até outubro; as da Bélgica até novembro; as ameixas americanas de junho a outubro, e, por fim, as ameixas para geleia vindas da Alemanha e da Tchecoslováquia, de maio a novembro. Assim todos os países do mundo competem e, muitas vezes graças à habilidade de seus agricultores e à técnica leal de seus comerciantes, escapam do ritmo das estações. (MONBEIG, 1934, pp. 95-96)¹⁹².

Esta característica do mercado mundial teve importante impacto na organização econômica da Espanha no passado e à época. Contudo, a Espanha possui um longo passado. Mesmo que encaixada em áreas semiperiféricas na economia mundo Atlântica, no século XX, ela apresenta resistências à sua homogeneização comercial completa. Os camponeses permitem que um certo contingente populacional ainda viva sob predomínio

¹⁹² "Ainsi les oranges espagnoles parviennent de novembre à juin, soutenues jusqu'en avril par les envois de Palestine; à partir de mars apparaissent les oranges brésiliennes et sud-africaines, qui durent jusqu'à l'automne. Les arrivages de prunes s'étendent sur toute l'année, avec un maximum en octobre et novembre. Nous avons déjà signalé l'avantage qu'assure aux États-Unis la possibilité d'expédier des poires vers les îles Britanniques de janvier à décembre; cependant leurs envois sont complétés de mars à septembre par ceux d'Australie et, de juillet à octobre, par ceux de Belgique et d'Italie. L'hémisphère boréal avec l'Espagne fournit les raisins d'été, et l'hémisphère austral avec l'Afrique du Sud ceux d'hiver. Enfin, tous les pays se succèdent pour les expéditions de prunes: de janvier à avril, l'Afrique du Sud; à partir de mai commencent les arrivages d'Europe: ceux des pays méditerranéens jusqu'en octobre, ceux de Belgique jusqu'en novembre; les prunes américaines apparaissent de juin à octobre, et finalement les prunes à confiture arrivent d'Allemagne et de Tchecoslovaquie de mai à novembre. Ainsi tous les pays du monde rivalisent et, souvent, par l'habileté de leurs agriculteurs et la technique loyale de leurs commerçants, échappent au rythme des saisons".

das trocas naturais e internas, o que perturba o funcionamento do capitalismo. Este ajuste do capital, que necessitará renovar a sua demanda, terá que ocorrer em uma periferia e não no centro ou na semiperiferia. Ao perceber esta nuance, é aqui que Monbeig começa a dar os primeiros passos rumo a sua futura compreensão do Brasil.

O tema de pesquisa dos países novos, dos territórios de colonização, é uma proposição totalmente inserida em diversas camadas da realidade científica, cultural, histórica, política, econômica, geográfica e sociológica em que está imerso Pierre Monbeig, no contexto de consolidação interna e externa de uma escola que tem como objetivo compreender os territórios a partir de uma geo-história do passado e do presente, em suas temporalidades, no período da predominância dos fatores econômicos da mundialização capitalista moderna. Nenhum desses novos aspectos fugiu a Monbeig no momento de constituir o campo geográfico brasileiro, motivo pelo qual ingressaremos no estudo da circulação desses elementos com a seguinte questão: Pierre Monbeig encontrará as condições de pesquisa para replicar as experiências práticas e teóricas que deram suporte aos estudos da modernização no bojo da mundialização?

Capítulo 3

Os planos de Pierre Monbeig para o Brasil: as raízes francesas na organização da geografia brasileira (1935-1940)

“Caímos dentro de um poema surrealista!” –exclama Pierre Monbeig ao adentrar em um salão de jantar no hotel Terminus, em São Paulo, totalmente decorado com pinguins. Após terem partido do porto de Santos, percorrido os meandros da Serra Mar, ele e o antropólogo Lévi-Strauss são surpreendidos pela extravagância do ambiente. Era uma quarta feira de cinzas, o último dia do carnaval brasileiro, fato que o antropólogo logo apercebera-se. O salão cedera espaço, na noite anterior, para um baile patrocinado pela cerveja Antartica, cujas efígies na época eram representadas por pinguins! (LAPOUGE, 1984). Esta cena é ilustrativa: tratava-se de perceber o desafio que a compreensão do Brasil e a organização de uma ciência local colocavam a estes jovens franceses, após terem decidido, simplesmente, atravessar o Atlântico.

Neste capítulo, nosso propósito é de nos confrontarmos com a reconstituição dos primeiros planos de Pierre Monbeig para o Brasil. Como professor universitário, ele se colocou alguns objetivos. Como esses projetos contribuíram com a *organização da Geografia brasileira* - tarefa à qual os professores franceses foram chamados a empreender?¹⁹³ Partimos da pressuposição de que a posterior elaboração de um método geográfico de padrão global, mas sob as marcas do espaço brasileiro, é um processo histórico. Se quisermos estabelecer um marco de autonomização da geografia brasileira, isso não pode ocorrer antes de 1940.

¹⁹³ Os professores franceses foram solicitados a construir uma cultura humanística nacional. O sociólogo Florestan Fernandes, aluno ingressante na Faculdade Filosofia, Ciências e Letras, em 1941, reproduz o estado da cultura brasileira na década de 1920 e 1930, enquanto o catedrático Eduardo de Oliveira França, aluno de Geografia e História e ingressante na FFCL em 1935, não hesita numa caracterização renovadora do clima intelectual do ensino dos franceses: “Agora, para ficarmos dentro da perspectiva da década de 20 e 30. Acho que há um pouco de fantasia na reconstrução do passado. Tendemos a engrandecer a nossa literatura, a nossa filosofia, a nossa ciência. Aliás, o prof. Antônio Cândido em seu grande livro diz que nós temos uma literatura pobre, a qual devemos amar e valorizar. Toda nossa cultura é pobre. E nós temos de aprender a dar sentido a esta cultura pobre.” (FERNANDES, 1975, p. 21). “Estávamos empenhados em um programa de renovação e criação de uma Historiografia e de uma Geografia no padrão do que se professava lá fora. Sem conflitos, sem atrasos. (...) Os professores estrangeiros eram de uma extraordinária compreensão. Eles tinham - eu falo daqueles com os quais convivi como aluno- nítida ideia de que recebiam uma missão. E cumpriam plenamente essa missão”. (FRANÇA In FREITAS, 1993, pp. 183-184).

Instituições, grupos, associações, estatísticas, revistas, são as bases necessárias para a consecução das tarefas de fundação da geografia brasileira. Por exemplo, segundo Albert Demangeon, três são as etapas do método geográfico: localizar, descrever, comparar (MONBEIG, 1949, p. 492). Uma boa cartografia é mister para completar os esforços de localização, e instituições específicas são solicitadas para este fim; para acumular um fichário de descrições de todo o território, um grupo de pesquisadores, trabalhando sob os mesmos parâmetros, é igualmente imprescindível. Para comparar os trabalhos e produzir sínteses, reunir-se-á abundante material. A construção intelectual do método caminha *pari passu* com a construção e esforço de organizar a Geografia brasileira. Reunir as bases organizativas que contribuíssem com a formação dessa Geografia é um processo histórico concomitante ou preliminar à emergência de um discurso de ordem intelectual.

Igualmente importante será tecer considerações sobre a questão de como esses personagens (pensamos aqui em Monbeig e seus colegas da missão francesa), mesmo impregnados de vontade de contribuir com a afirmação da nacionalidade, lograram estabelecer uma cultura nacional com poucos conhecimentos prévios sobre o Brasil¹⁹⁴. Para solucionar este impasse, Pierre Monbeig e seus aliados franceses fizeram circular as práticas e as estratégias. Ele aderiu a um movimento de retorno à experiência formadora, à organização institucional e aos métodos franceses e, do encontro original com o terreno brasileiro, sucedeu-se a frutificação de uma cultura intelectual local apoiada em sólidas instituições.

Identificamos, a partir da análise da obra e da trajetória de Monbeig, bem como de um contexto matizado por variados estímulos e condições, que, com o objetivo de contribuir com a organização da geografia brasileira, a ação do geógrafo francês foi norteadada em função das seguintes atividades: em um primeiro momento, ele veio ao Brasil para tentar ascender na carreira universitária, aumentar seus rendimentos e continuar sua tese sobre a Espanha. Por conta de uma série de adversidades, e devido ao apego que ele

¹⁹⁴ Essas impressões se baseiam nas palavras de Antônio Cândido e de Manuel Correia de Andrade. Os professores franceses estavam interessados no Brasil: "(...) para os professores brasileiros, o chic era conhecer a Europa. Davam aulas falando sobre a França, a Inglaterra, citando línguas estrangeiras; nos puxavam para fora. Os professores estrangeiros, falando francês, nos puxavam para dentro. (...) Eu tive mestres de Sociologia como o prof. Arbousse Bastide e o prof. Roger Bastide, de Geografia Humana, como o prof. Pierre Monbeig, que levavam a gente para os temas brasileiros." (CÂNDIDO in FREITAS, 1993, p. 39-40). "O professor Pierre Monbeig é uma das maiores figuras de geografia brasileira, de vez que ele viveu no Brasil de 1935 a 1946, atuando no meio científico e universitário e estudando a realidade brasileira com uma dedicação e amor ao país, como se ele fosse desta nacionalidade" (ANDRADE, 1991, p. 53)

desenvolveu pelo novo país, reorienta seu tema de tese em direção ao avanço pioneiro nos arredores de São Paulo. Ao mesmo tempo, ele estava inserido em uma missão cultural francesa, de forma que ele toma como tarefa realizar a propaganda de sua cultura. Reunir condições de trabalho para os professores, que permitissem a criação de vínculos, liberdade intelectual e instrumentos de pesquisa, não esteve ausente nos planos de fundação de uma cultura local.

Ele tinha a intenção, de maneira similar, de contribuir com a organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e com o ensino superior de História e Geografia-tarefas que lhe foram confiadas depois da aliança da elite paulista com a diplomacia francesa. Continuar as atividades da Associação dos Geógrafos Brasileiros (fundada em 1934 por Pierre Deffontaines) e respaldar as atividades do Conselho Nacional de Geografia, foram igualmente objetivos de Pierre Monbeig. Com uma postura política de esquerda, nosso geógrafo lastreou com compromisso efetivo a edificação de uma geografia nacional com resultados voltados à construção social da nação.

De um ponto de vista teórico, Pierre Monbeig toma o ensino universitário como uma oportunidade de estimular os estudantes a lerem os clássicos, notadamente os franceses, mas não somente, e estimular a confecção de monografias regionais brasileiras. Ele adota uma organização escolar bastante próxima da que ele viveu na *Sorbonne* como estudante. Como esboço de conclusão, nós observamos que, em todos esses planos e atividades organizativas da Geografia Brasileira, ele se remete a todo momento à sua herança geográfica, que recebeu de seus professores na *Sorbonne*, com bastante fidedignidade, tanto do ponto de vista teórico, cuja discussão será retomada nos capítulos posteriores, como da adoção de estratégias institucionais que guiassem as tarefas práticas. O referencial francês é constante e nós não corroboramos com a visão de que Pierre Monbeig, ao chegar ao Brasil, tudo fundou, e que ele teria adotado uma postura radical de revisão de suas bases teóricas. Neste capítulo, são as tarefas de organização do campo geográfico local, material e institucionalmente, que serão levadas em conta como pressupostos ao posterior desenvolvimento de um discurso geográfico de cariz nacional. As discussões teóricas serão retomadas nos próximos capítulos.

1- A aventura de vir para o Brasil, aumentar os rendimentos e continuar a escrever a tese sobre as ilhas Baleares. Depois, o advento da guerra civil espanhola, o apego ao país e a reorientação do tema

As circunstâncias em que Pierre Monbeig decide vir ao Brasil são bastante curiosas. Após passar dois anos na Espanha, tendo em seguida ingressado no corpo profissional de um liceu de Caen, Pierre Monbeig recebe um convite inusitado para vir ao Brasil a partir da indicação de Henri Hauser e seu sogro, Pierre Janet, a Georges Dumas. Os três já tinham estado no Brasil. A proposta é vista por Monbeig como uma aventura, uma imersão em um país desconhecido que duraria de início 6 meses. Ele interrompe momentaneamente a tese sobre as Baleares para aceitar um convite sedutor, de conhecer o outro lado do Atlântico. Embarca apesar da mulher grávida, que teria o bebe em algumas semanas. Aceita ser professor de História, mesmo que já se reconheça plenamente como geógrafo. Em seus planos, ele voltaria à Espanha para continuar a sua tese.

Eu passei dois anos na Casa Velásquez, e comecei minha tese sobre as ilhas Baleares. E depois, eu consegui um emprego no liceu de Caen; durante as férias, eu retornava às ilhas Baleares, aos meus próprios custos, pois nessa época não havia CNRS, evidentemente. Um belo dia, na saída do liceu, minha mulher me esperava. Ela tinha recebido duas cartas, uma de Henri Hauser, e outra de meu sogro que era um camarada de Hauser. Hauser me pedia uma resposta em 48 horas para partir para o Brasil em 10 ou 15 dias, como professor de História. Na origem dessa surpreendente proposição, havia outro dos velhos senhores da Universidade naqueles tempos, o filósofo e psicólogo Georges Dumas, que era um homem de confiança dos brasileiros, que o haviam solicitado para recrutar jovens professores. George Dumas se voltou a seus amigos, cujo um deles, Hauser, fora um dos seus camaradas na École. Hauser pensou em mim e eu respondi que eu não era historiador. Apesar de tudo, ele me disse: ‘isso não tem nenhuma importância. Para ir para o Brasil, você conhece muito bem a história’. E minha mulher esperava um segundo bebê para depois de algumas semanas da data fixada para minha partida. Apesar de tudo isso, eu disse, ‘estou às suas ordens, para quando for necessário partir’. Eu não ia perder a ocasião de passar o que eu acreditava serem seis meses no Brasil. E depois, no fundo, eu tinha toda razão de responder sim, pois tudo estava acertado, e então eu parti como historiador. (MONBEIG IN BATAILLON, 1991, p. 29)¹⁹⁵.

¹⁹⁵ “J’ai passé deux ans à la Casa Velázquez, et commencé ma thèse sur les îles Baléares. Et puis, j’ai pris un poste au Lycée de Caen, pendant les vacances, je retournais aux îles Baléares, à mes frais, parce qu’il n’y avait CNRS en ce

Assim chegando ao Brasil, logo descobre que as redes de informação francesas eram no mínimo “falhas”: a proposta, na verdade, era para ficar por três anos! Mas ele aceita novamente o desafio, alegando um segundo motivo: as aulas como professor universitário seriam bem pagas. Dessa forma, indo de encontro com a falta de financiamento às pesquisas na França, ele poderia financiar seus trabalhos de campo a partir de uma poupança constituída no Brasil. Mas isso também se demonstrou planos de verão.

Quando recebi proposta do Brasil, aceitei[i], pois disseram-me que o contrato era de apenas dois anos e que seria bem pago, o que me permitiria em seguida obter uma licença de um ano para levar a termo minha tese sobre as Baleares. (MONBEIG in LAPOUGE, 1984).

Pierre Monbeig chega ao Brasil no dia 3 de março de 1935, segundo a documentação dos arquivos diplomáticos (ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE, caixa 443/1. Informations sur la mission universitaire de São Paulo [3 Mars – 20 Avril 1938]). Logo em seguida, alguns dos componentes dessa “missão francesa” (Monbeig e Maugüé chegaram no mesmo dia) assinarão os seus contratos. Imediatamente, serão lançados ao meio social do qual farão parte. Um jantar organizado pela elite paulista em homenagem a “amizade franco – brasileira” terá lugar no dia 6 de abril de 1935. Um evento em que os personagens brasileiros recebiam os novos professores e mostravam-se interessados nas suas coisas: uma reunião “seguida de conversas sobre assuntos interessantes particularmente à França. Este encontro ocorrerá a cada quinze dias e será a ocasião de manter assuntos sobre temas atuais” (ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- caixa 443/1. Informations sur la mission universitaire de São Paulo [3 Mars – 20 Avril 1938])¹⁹⁶.

temps-là, évidemment. Et un beau jour, à la sortie du Lycée, ma femme m’attendait. Elle avait reçu deux lettres, l’une d’Henri Hauser, l’autre de mon beau-père qui était un camarade d’Hauser. Hauser me demandait une réponse dans les quarante-huit heures pour partir dans les 10 ou 15 jours au Brésil, comme professeur d’Histoire. À l’origine de cette étonnante proposition, il y avait un autre des vieux messieurs de l’Université de ce temps-là, le philosophe et psychologue Georges Dumas, qui était l’homme de confiance des Brésiliens, et qui avait été chargé par eux de recruter de jeunes professeurs. Georges Dumas s’est adressé à ses amis, dont Hauser, qui était l’un de ses camarades de l’École ; Hauser a pensé à moi, j’ai répondu que je n’étais pas historien. Hauser m’a dit : ‘Ça n’a aucune espèce d’importance, pour aller au Brésil tu connais aussi bien l’Histoire qu’un autre’. Et ma femme attendait un second bébé pour quelques semaines après la date qu’on fixait comme départ. Malgré tout, j’ai dit : ‘Je suis tout à fait à vos ordres, s’il faut partir’. Je n’allais pas rater l’occasion d’aller passer ce que je croyais être six mois au Brésil. Et puis, au fond, j’ai tout à fait eu raison de répondre oui, parce que ça c’est arrangé, et je suis parti comme historien”.

¹⁹⁶ “suivi de conversations sur des sujets intéressants particulièrement la France. Cette rencontre aura lieu tous les quinze jours et sera l’occasion d’entretien sur des sujets d’actualité”.

O interesse da elite paulista pelos assuntos franceses mostra que continuar a tese sobre as Baleares não era divergente do que se esperava de um professor estrangeiro. O apreço às questões estrangeiras apresenta-se como um sinal de distinção. Muitas palestras sobre a Europa proferidas pelos professores eram noticiadas nos jornais. Por exemplo, em 28 de julho de 1935, o jornal *O Estado de São Paulo* anuncia “os programma das conferencias publicas, a terem incio amanha, sobre 'Literatura Franceza', 'Problemas Geographicos do Mundo Moderno', 'A crise do progresso' e 'Literatura italiana', a cargo dos professores Pierre Hourcade, Pierre Monbeig, Claude Lévi-Strauss e Francisco Piccolo” (*O Estado de São Paulo*, 28 de julho de 1935, p. 9). O primeiro assunto de Monbeig fora os estudos geográficos sobre o Reno. O curso terá duração de quase um mês, com repetidas divulgações por parte do jornal (*O Estado de São Paulo*, 15 de agosto de 1935, p. 5; *O Estado de São Paulo*, 27 de agosto de 1935, p. 7; *O Estado de São Paulo*, 28 de agosto de 1935, p. 5.).

Não foi, portanto, o meio intelectual brasileiro, que motivou a mudança de seu tema de tese. O estopim da necessidade de reorientá-lo esperou o começo da guerra civil espanhola para se anunciar. Os primeiros movimentos rebeldes na Espanha ocorreram em 17 e 18 de julho de 1936. De fato, “em 1936 se desencadeou a guerra civil espanhola, o que colocou fim à minha tese sobre as ilhas Baleares” (MONBEIG in BATAILLON, 1991, p. 29)¹⁹⁷. Mas existiam outros motivos para a reorientação: o apego ao Brasil. “(...) Além disso, o Brasil me havia cativado, sem dúvida – então foi sobre ele que fiz minha tese” (MONBEIG in LAPOUGE, 1984)

Pierre Monbeig fizera uma escolha que orientará toda a sua carreira. Ora, essa mudança é crucial para a organização da escola brasileira de geografia. Doravante, os estudantes de geografia estarão imersos na prática da pesquisa da geografia francesa: o ensino dos métodos franceses será conjugado à pesquisa. A geografia brasileira – institucionalizada a partir de sua imersão nos modelos geográficos franceses - ganha a possibilidade de ingressar numa rede de pesquisas universais, partilhando, a partir de então, dos mesmos códigos. Ao mesmo tempo, estará de acordo com os desígnios de fundação da Universidade de São Paulo, que articula o ensino com a pesquisa, segundo o modelo universitário escolhido. Portanto, malgrado o fato de que Pierre Monbeig fizera uma escolha relativamente ousada, de estudar o Brasil em seu tema de tese (Braudel e

¹⁹⁷ “(...) en 1936 s’est déclenchée la guerre Civile Espagnole, ce qui a mis fin à ma thèse sur les Baléares”.

Lévi-Strauss, por exemplo, ambos participantes da mesma missão francesa, não o fizeram no que diz respeito a tese), com poucos instrumentos disponíveis, ficará claro que os modelos franceses serão reafirmados a todo momento por Monbeig, no conjunto das dimensões da vida acadêmica brasileira.

2- Fortalecer a influência cultural francesa no Brasil

A participação de alunos e professores do Instituto de Geografia da *Sorbonne*, na construção da *École des Hautes Études de Madrid*, entabula-se em uma longa duração da ação cultural francesa sobre o Mediterrâneo, como também no rastro da conjuntura de conquistas de mercados exteriores após a crise de 1929. Ao lançarmos luz sobre o Brasil e a América Latina, verifica-se que esta política exterior se aprofunda e se amplia também sobre esse espaço, mas com novas estruturas institucionais. Nós já observamos no capítulo segundo como a Geografia francesa estava inebriada pela exportação de suas estratégias teóricas, mas também simbólicas e institucionais. No contexto de inserção de Pierre Monbeig no Brasil, este irradiamento é estimulado pelos chefes dessa escola.

No contexto da América Latina, o primeiro alvo de concorrência serão os Estados Unidos. Frente a este forte adversário, a França tirará proveito de uma longa história de trocas recíprocas e anteriormente dispersas com a América Latina,¹⁹⁸ mesmo que o histórico do orçamento de propaganda da França voltado para este espaço não assinala uma evidente prioridade entre os anos 20 e 40 (SUPPO, 2002). Assim mesmo, um pouco antes da primeira guerra, as “ ‘Semanas da América Latina são organizadas em 1916, 1917 e em 1918, sucessivamente em Lyon, Paris e Bordeaux e pelo ‘Comitê Parlamentar de Ação do Estrangeiro. O slogan era: ‘Repúblicas da América: filhas da Revolução Francesa ‘ (SUPPO, 2002, p. 59)¹⁹⁹. Mas a conjuntura irá acentuar o esforço diplomático. Após a crise de 1929, a França será obrigada a repensar de forma sistemática sua ação no estrangeiro.

A França fora o primeiro país a organizar uma política de propaganda cultural sistemática, notavelmente a partir de 1883, através da criação da Aliança Francesa, um organismo de difusão da língua e da cultura (SUPPO, 2002, p. 35). A educação é o veículo da afirmação cultural. Em 1910, a França presencia a criação do *Bureau des Écoles et des*

¹⁹⁸ Para aprofundar este assunto ver MATTHIEU, 1991.

¹⁹⁹ “ ‘Semaines de l'Amérique latine’ sont organisés en 1916, 1917 et en 1918, successivement à Lyon, Paris et Bordeaux par le ‘Comité parlementaire d'action à l'Étranger’. Le slogan est “ ‘Républiques de l'Amérique, filles de la Révolution Française.’ ”.

Œuvres Françaises à l'Étranger, que rompe com as políticas de iniciativas dispersas e fortalece as antigas ações (SUPPO, 2002, p. 35). Após o fim da primeira guerra, “ O MAE²⁰⁰ foi o ministério que dirigiu as operações, o que explica, ao menos em parte, que seu orçamento aumentou proporcionalmente muito mais rápido do que o de outros ministérios” (SUPPO, 2002, p. 35)²⁰¹.

De fato, a virada do século XX assinala uma conjuntura de intensificação da política diplomática e reorganização das estruturas de Estado voltadas a este fim. O *Comité France-Amérique* é fundado por Gabriel Hanotaux em 1909 (SUPPO, 2002, p. 85). Este comitê é um lugar de encontro entre as elites sul-americanas e as personalidades do mundo científico e político francês (SUPPO, 2002, p. 86). George Dumas²⁰² ocupa um posto de direção deste Comitê, ao lado de Fortunat Strowski, Paul Hazard e Henri Hauser (SUPPO, 2002, p. 87). As ações de Dumas são também voltadas às necessidades de construir alianças num contexto de guerra (SUPPO, 2000, p. 322).

Também junto a Henri Hauser, Dumas é membro do Conselho de Administração da Aliança Francesa (SUPPO, 2002, p. 89). Com outras personalidades, tornou-se similarmente um formulador das políticas culturais da França para o estrangeiro. Em 1908, é fundado o *Groupement des Universités et Grandes Écoles de France pour les relations avec l'Amérique Latine*. Seus membros participam da *Société de l'Enseignement Supérieur* (SES). O *Groupement* é subvencionado pelas Universidades Francesas, pela SOFE²⁰³ e pelo ministério da Educação Nacional, além da contribuição dos próprios membros (SUPPO, 2002, p. 95). Em 1910, Dumas será enviado ao Brasil como parte das ações do *Groupement*. Lá, ele estabelece relações com o meio intelectual de São Paulo, o que possibilitou a criação da União Escolar Franco-Paulista e a cadeira de estudos brasileiros na *Sorbonne* (que contou com conferências de Oliveira Lima, Arrojado Lisboa, Rodrigo Otavio e Silvio Romero) (SUPPO, 2002, p. 97-98). Personagem chave dessas articulações, Georges Dumas é sustentado por Jean Marx, à frente da SOFE entre

²⁰⁰ Ministère des Affaires étrangères et du Développement international.

²⁰¹ “le MAE sera le ministère qui dirigera les opérations, ce qui explique, au moins en partie, que son budget augmente proportionnellement beaucoup plus vite que celui des autres ministères.”

²⁰² “Georges Dumas a une double formation de philosophe et de médecin. Sa thèse porte sur Auguste Comte et Saint-Simon, “les deux messies positivistes”. Élève de Pierre Janet, il est professeur de psychologie à la Sorbonne et à Sainte-Anne. Il travaille sur l'expression des émotions, les hallucinations, les crises mystiques, etc. Tout en étant un spécialiste de Comte, et globalement positiviste, il était rejeté par les positivistes brésiliens. Entre 1908 et 1940, il est la cheville ouvrière de la coopération universitaire et scientifique avec le Brésil. Jean Marx est le directeur du Service des œuvres entre les deux guerres. Sous sa direction, le service jouera un rôle particulièrement dynamique dans les relations franco-brésiliennes”. (PETITJEAN, 1992, p. 359).

²⁰³ Services des Œuvres Françaises à l'Étranger.

1933 e 1940 (SUPPO, 2002, p. 76). Dumas constata que a receptividade dos brasileiros aos produtos da França é positiva, mesmo que os Partidos Católico e Germânico paulistas lhe sejam hostis na capital do estado (SUPPO, 2002, p. 116).

Petitjean averigua que a referência à latinidade está no seio do discurso do *Groupement*. Da parte francesa, Gabriel Hanouteux, veicula que “o gênio latino, no qual nos incluímos, não se opõe a nenhuma tendência nacional, e é por isso que não se deve temer, da nossa parte, nenhum perigo de hegemonia ou de absorção” (HANOUTEUX apud MATTHIEU, 1991, p. 48)²⁰⁴. Este discurso se vincula ao espírito das altas letras brasileiras, onde os membros das Academias de médicos, escritores e políticos, falavam do Brasil como a mais nova irmã latina de países como França e Itália: “é preciso também nos interrogarmos sobre a significação da referência latina no Brasil: como aliás no caso da França, qualificar o Brasil de país latino é propriamente restritivo. Mas é uma visão difundida nas elites brasileiras “ brancas no começo deste século.” (PETITJEAN, 1991, p. 858). O interesse do *Groupement* pela América Latina expressa-se também nas ações editoriais. Passando por reformulações constantes, a revista da associação era o *Bulletin de la Bibliothèque Américaine* (de 1910 até a Primeira Guerra), *Bulletin de l'Amérique Latine*, até 1922, e *Revue de l'Amérique Latine*, de 1922 a 1932 (PETITJEAN, 1996b, P. 99.).

Uma série de conferências em São Paulo e no Rio de Janeiro é organizada pela associação, com a exposição de palestras de intelectuais como Pierre Janet, Georges Dumas e Chiray, em 1922, Henri Abraham e Henri Piéron, em 1923, Emile Marchoux e Paul Janet, em 1925, contando com a presença de notáveis francófonos (PETITJEAN, 1996b, p. 106-107). Vale ressaltar a passagem de Paul Janet pelas terras americanas, uma vez que ele é o sogro de Pierre Monbeig. Em 1922, foi fundado, no Rio de Janeiro, o Instituto Franco Brasileiro de Alta Cultura. Em 1923, é inaugurada a *Société des Lycées franco-brésiliens*; a partir de 1934, cinco missões serão organizadas e destinadas à Universidade de São Paulo e posteriormente ao Distrito Federal e à Universidade de Porto Alegre (SUPPO, 2002, p. 75). A receptividade de parte da elite paulista à política francesa aparece no jornal *O Estado de São Paulo* em 6 de novembro de 1921:

Sem mercantilismo, sem prevenções convencionais, sem características de extranacionalidade que não nos conviria, o liceu é uma oferta fraterna da velha cultura

²⁰⁴ “le génie latin, duquel nous participons, ne s’oppose à aucune tendance nationale, et c’est pourquoi de notre part aucun péril d’hégémonie et d’absorption n’est à redouter”.

francesa à nascente cultura brasileira. Os jovens brasileiros lá encontrarão, sem sair de seu país, sem se desnacionalizar, sem se submeter à marca nem ao jugo de qualquer imperialismo intelectual, o que os métodos franceses de ensino podem nos dotar de melhor da disciplina educativa francesa, aprovada de longa data (apud SUPPO, 2002, p. 134)²⁰⁵.

A Seção Paulista do *Groupement* era presidida pelo professor Bettécourt-Rodrigues e contava com a participação de outros intelectuais brasileiros, como Vergueiro Steidel, Ruy de Paula Souza, Victor da Silva Freire, além de Reynaldo Pochat, Ramos de Azevedo, José Carlos de Macedo Soares, Frederico Borba, Ovidio Pires de Campos, Alves Lima, Júlio de Mesquita e Alfred Pujol” (SUPPO, 2000, p. 320). Também contará com a participação de Júlio de Mesquita Filho, que se tornará amigo de Pierre Monbeig, é um dos editores do jornal *O Estado de São Paulo* e terá importante participação na fundação da universidade paulista. Uma vez que esta diplomacia escolhe os professores como agentes da cultura, eles serão envolvidos na ocasião de trocas com tal corpo de personagens e políticos. Suppo exemplifica que a partida das primeiras missões para a Universidade de São Paulo é precedida por um jantar organizado pelo *Comité France-Amérique*, em que estavam presentes Dumas, Jean Marx, Gabriel Louis Jaray e alguns dos professores que partem: Pierre Monbeig, Lévi-Strauss, Hourcade, Maugüê e Fernand Braudel (SUPPO, 2000, p. 321).

Mas os brasileiros se tornam cada vez mais reticentes à política esporádica de encontros no âmbito da alta cultura. Eles querem professores que criem vínculos com o país. “Fernando Azevedo denuncia, em 1926, que as conferências dos professores franceses no Brasil são ‘um luxo sem consequências: a cultura deve ser desenvolvida desde a base, através de reformas do ensino secundário e, em seguida, do ensino técnico superior’” (SUPPO, 2002, p. 104)²⁰⁶. Começam-se então as negociações para a criação da Universidade de São Paulo.

Num contexto de crise das oligarquias e após a derrota do exército paulista pelas forças do governo federal, batalha que ficou conhecida no Brasil como Revolução

²⁰⁵ “Sans mercantilisme, sans préventions conventionnelles, sans caractère d'extra-nationalité qui ne nous conviendrait pas, le lycée est une offre fraternelle de la vieille culture française à la naissante culture brésilienne. Les jeunes Brésiliens y trouveront, sans sortir de leur pays, sans se dénationaliser, sans subir l'empreinte ni le joug d'aucun impérialisme intellectuel, ce que les méthodes françaises d'enseignement peuvent nous donner de meilleur à savoir la discipline éducative française, éprouvée de longue date”.

²⁰⁶ “Fernando Azevedo dénonce, en 1926, que les conférences des professeurs français au Brésil sont ‘un luxe sans conséquence : la culture doit être développée à la base, à travers les réformes de l'enseignement secondaire et, ensuite, de l'enseignement technique supérieur’”..

“Constitucionalista” de 1932, a elite paulista traçara um plano de aprofundar o irradiamento de seus objetivos políticos através da organização do ensino superior. Os partidos envolvidos na criação da Universidade de São Paulo constatam o vazio cultural da intelectualidade local no que toca à formação de espíritos científicos contrários ao “autoritarismo” do comunismo (que consideravam uma ameaça vigente e que dava suporte através dos tenentes ao governo de Getúlio Vargas) e ao próprio autoritarismo da ditadura varguista. A elite paulista avalia a importância de irradiar a influência da democracia liberal através da difusão do espírito científico, o que ia ao encontro da ideia de que a ciência poderia desempenhar uma reordenação da sociedade, segundo as formulações do positivismo.

Fernando de Azevedo, diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo prepara, em 1934, um projeto de decreto para fundar a Universidade. Ele monta uma comissão de 11 membros para ajudá-lo. O grupo era formado por Valdemar Ferreira e Vicente Rão (Faculdade de Direito), Raul Briquet e Agesilau Bittencourt (Faculdade de Medicina), André Dreyfus e Henrique Rocha Lima (Instituto de Biologia), Antonio Ferreira de Almeida Jr e Azevedo pelo Instituto de Educação e, por fim, Teodoro Ramos et Francisco Emygdio da Fonseca Telles (Escola Politécnica) (PETITJEAN, 1992, p. 360). Acrescenta-se um animador que mantinha contato com George Dumas, dirigente de *O Estado de São Paulo* e que fora participante enérgico da oposição ao governo Vargas na ocasião da Revolução de 1932: Júlio de Mesquita Filho (PETITJEAN, 1992, p. 360).

Quando George Dumas e os franceses constatam a intenção de recrutamento de professores em terrenos europeus, uma estratégia enérgica é montada para atrair a elite paulista à sua órbita. O futuro diretor da Faculdade de Filosofia, Theodoro Ramos, viaja para a Europa para observar a organização universitária, a vida acadêmica e o funcionamento dos laboratórios, entre outras preocupações. Sua primeira parada é Roma, dirigindo-se à Academia Italiana de Ciências para procurar matemáticos e físicos. Lá, ele contrata o físico Wataghin, que precisava escapar da repressão fascista, mas, por outro lado, Fantappiè, sendo militante do partido fascista desde 1921, é também contratado (PETITJEAN, 1996a, p. 263-264). O terceiro italiano contratado é Piccolo, para a cadeira de literatura italiana e o quarto é Ettore Honorato, para a geologia e mineralogia (PETITJEAN, 1996a, p. 263-264).

Temerosos de que a Itália ganhasse mais espaço, Georges Dumas não espera que Theodoro Ramos se despeça da Itália e, a 19 de março, Dumas vai ao seu encontro. “Em

22 de março ele escreve de Roma a Jean Marx dizendo que as negociações terminaram na noite anterior”. Reticente em relação aos franceses, Dumas “havia semeado a dúvida em Theodoro Ramos sobre ‘nossas capacidades de exportação universitária’“. “Havia oito cadeiras para os franceses em 1935: geografia, sociologia, história, filosofia, literatura francesa, filologia greco-latina, física-matemática, além de literatura greco-latina. A Itália terá três, o Alemanha duas (zoologia e literatura alemã) e o Inglaterra uma (literatura inglesa).” (PETITJEAN, 1996a, p. 265).

Seis contratos são assinados em 29 de abril por Theodoro Ramos, e co-assinados por Georges Dumas e Jean Marx. Robert Garric engaja-se na cadeira de literatura francesa, Émile Coornaert para a história da civilização, Paul Arbousse Bastide é contratado para a cadeira de Sociologia, Pierre Deffontaines para a Geografia, Étienne Borne para a Filosofia e Psicologia e Michel Berveiller para a literatura greco-latina (PETITJEAN, 1996a, p. 267). “Com 6 [sic] franceses, 4 italianos, 3 alemães, tratava-se, praticamente, do equilíbrio prevista um pouco antes da viagem, e as fortes pressões franco-italianas haviam sido neutralizadas”²⁰⁷ (PETITJEAN, 1992, p. 351). No segundo ano, 1935, Coornaert é substituído por Fernand Braudel, Garric por Pierre Hourcade, Borne por Maugüé, Deffontaines cede lugar a Pierre Monbeig que, “(genro de Paul Janet, um físico que fizera parte das conferências do *Groupement* no Rio em 1925, e que teve, por intermediário de sua mulher, uma boa propaganda do Brasil)” (PETITJEAN, 1992, p. 352-353); as ligações pessoais de Dumas jogaram um papel determinante na composição da missão de 1935” (PETITJEAN, 1992, p. 352-353)²⁰⁸. Lévi-Strauss é contratado para a segunda cadeira de Sociologia.

Com efeito, os intelectuais mantinham contato estreito com a diplomacia, as negociações para a fundação da Universidade de São Paulo se dão no alto escalão da política, e os professores franceses se tornarão agentes da ação cultural. O próprio Pierre Monbeig chega a defender os interesses da diplomacia. Em carta enviada em fevereiro de 1938 ao ministro dos assuntos estrangeiros e desenvolvimento internacional, Pierre Monbeig alude às dificuldades encontradas na ocasião da assinatura de um novo contrato, alegando, todavia que “a algumas semanas da retomada dos cursos, dado o interesse de

²⁰⁷ “Avec 6 français, 4 italiens, 3 Allemands, il s’agit, à peu de chose près, de l’équilibre prévu avant le voyage, et les fortes pressions franco-italiennes pour en avoir plus se sont neutralisées”.

²⁰⁸ “(gendre de Paul Janet, un physicien qui avait fait partie des conférenciers du groupement à Rio en 1925) qui a eu, par l’intermédiaire de sa femme, une bonne propagande pour le Brésil ; les liens personnels de Dumas ont joué le rôle déterminant dans la composition de la mission de 1935”.

continuar a obra de propaganda francesa no Brasil, não me é possível recusar este projeto de contrato” (ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- - caixa 443/1- Carta de Pierre Monbeig ao ministro)²⁰⁹. Mas mesmo no interior de um contexto de propaganda, Monbeig assume plenamente a tarefa de ficar ao lado dos brasileiros num momento em que estes demonstram um maior interesse pelas suas raízes, pela sua nacionalidade. Nas palavras de Pierre Monbeig, citado por Petitjean:

A criação do USP coincidiu com a emergência de um sentimento nacional no Brasil, explica Monbeig numa entrevista em 1981, um pouco como o que se passou na Europa na metade do século XIX. Essa ‘descoberta da nacionalidade’ implica um ‘grande interesse pelas raízes da sociedade brasileira, raízes históricas, geográficas e sociológicas. O fenômeno aproxima-se do papel desempenhado por Michelet com sua História da França. Vindos nos anos da década de 30, num momento em que os brasileiros se preocupam um pouco mais com eles mesmos em razão da crise econômica, os professores estrangeiros, animados por um desejo de pesquisa sobre o Brasil, contribuem, aqui em São Paulo, para uma espécie de descoberta e de tomada de consciência da realidade’. (MONBEIG apud PETITJEAN, 1996a, p. 303).

Monbeig acredita estar imbuído de uma missão científica que estava envolta na descoberta da identidade nacional. Esta leitura aproximava o Brasil, para ele, a uma conjuntura de descoberta das paisagens e narrativas históricas dos literatos, historiadores e geógrafos do fim do século XIX. Há, a partir da iniciativa de Monbeig, não somente uma estrutura de estabilidade que dava lastro à circulação do pensamento francês, como também um vínculo às estratégias dos literatos, no momento em que Monbeig queria tocar o coração dos jovens.

A vasta documentação apresentada por Suppo e outras que colhemos em complemento, aponta para a importância do sincretismo dos interesses entre a diplomacia, os professores e a elite paulista, da similaridade da conjuntura entre o Brasil e a França. O projeto de inserir o Brasil em uma rede de pesquisas internacionais favoreceu que a sua ancoragem no sistema teórico e institucional francês, pressionando pela manutenção das heranças constituídas e isso, na verdade, ajudou a descobrir o Brasil. Evocando Pierre Monbeig, fica claro que, nos primeiros anos de instalação da missão francesa, não havia oposições de interesse. Depois, Pierre Monbeig adota uma postura mais à esquerda em

²⁰⁹ “À quelques semaines de la reprise des cours, étant donné l’intérêt de continuer l’œuvre de propagande française au Brésil, il ne m’est pas possible de refuser ce projet de contrat”.

relação aos projetos que fora chamado a empreender. Monbeig incumbem-se de realizar a propaganda e, ao mesmo tempo, ensinar os brasileiros a observar, e amar, suas paisagens.

Você consegue imaginar que aventura fascinante era para um jovem francês ser de repente atirado nesta outra dimensão. E que enriquecimento, em vez de seguir uma carreira sossegada, monótona e cômoda na França, era o fato de termos de inventar e de nos envolver em confusão. Enfim, posso parecer pedante ou nacionalista, mas nós tínhamos a incumbência e responsabilidade de divulgar a cultura francesa. Eu adorava ajudar os jovens a descobrir seu próprio país, que eles pouco conheciam. Eu os ensinava a ver suas próprias paisagens, o que era emocionante. (MONBEIG in LAPOUGE, 1984).

A missão francesa acelerava o processo de compreensão das identidades brasileiras. Os brasileiros que a solicitaram tomam como projeto a urgência dessa missão civilizatória. Num país vasto e permeado por atrasos culturais, nada é fácil de se construir. Se o processo civilizatório não é atacado em toda marcha, a construção das representações coletivas não permitirá o ingresso do Brasil na vanguarda da modernidade. O vínculo de Monbeig com o Brasil permeava-se do sentido de fazer com que os brasileiros descobrissem seu próprio país a partir da inserção e atitude de um geógrafo francês. Para ele, a Geografia francesa do período era suficientemente adaptável para proporcionar uma imersão quase total nos aspectos de concretude da realidade brasileira. No caso das relações entre o Brasil e a França, não parece haver contradição, nesse momento, entre circulação global dos aportes franceses, a propaganda e as descobertas das realidades locais. Isso porque o Brasil e a França participavam da mesma aventura da exploração e colonização da modernidade latina e ocidental.

3- Desenvolver a docência e a pesquisa no Brasil em condições de trabalho julgadas adequadas

As referências francesas não se encerram na propaganda. Como os conflitos revelam as estratégias profissionais e como as condições de trabalho contribuíram para gerar condições de vinculação, pesquisa e atuação professoral dos jovens franceses no Brasil? A trajetória, as estratégias coletivas e individuais de construção de uma carreira universitária desses jovens, vinculados naquele momento ao Brasil, mas com perspectivas de voltarem à França, permite vislumbrar como cada um estabeleceu um vínculo específico com as tarefas de organização da ciência brasileira. A situação no Brasil apresenta diversos graus de transitoriedade para cada professor. Lévi-Strauss relembra

que, no Brasil, parecia estarem se jogando as peças de uma carreira universitária posterior (MASSI, 1981).

Apesar deste caráter de transitoriedade, Pierre Monbeig é um dos personagens que mais se deixou levar pelas tarefas de construção da Geografia deste país novo. Isso é perceptível tanto na reorientação de seu tema de tese, pela postura militante que nutria junto aos alunos para o melhor conhecimento de seu próprio país, pela militância junto aos alunos trabalhadores, pela decisão de liderar a Associação de Geógrafos Brasileiros, fundar o Conselho nacional de Geografia, entre outras. No entanto, ainda assim, ele mantém uma postura conservadora no que toca aos seus vínculos com o país de origem. Estava convicto de que as estratégias institucionais da geografia francesa tinham muito a contribuir com a organização do campo geográfico no Brasil.

De saída, será preciso salientar que a segunda missão francesa, da qual Pierre Monbeig é integrante, é orientada sob nova formulação política. Havia uma estratégia coletiva na qual estava inserido Pierre Monbeig. O perfil exigido para esta aventura é de professores que queiram se vincular mais fortemente ao país. Após a primeira missão, de 1934, Paul Arrousse-Bastide informa aos intelectuais e diplomatas que os brasileiros “têm horror do turismo dos que vem ao Brasil mais desejosos de conhecer o país do que de se ligar a seus homens”²¹⁰ e que a equipe vindoura tenha “um verdadeiro desejo de colonização intelectual, e de longo prazo, é o próprio futuro da Missão francesa que está em jogo”²¹¹ (ARBOURSSE BASTIDE apud SUPPO, 2002, p. 166-167).

Essa preocupação estratégica procedia por que a missão francesa possuía adversários internos e uma orientação precisa era exigida para adaptação ao novo ambiente intelectual. Se ninguém mais contesta os benefícios da Universidade de São Paulo ao seu estado, os franceses, no entanto, são acusados de terem pouco espírito prático, artistas desinteressados, muitas vezes inábeis à ação (SUPPO, 2002). Porém, aparece nos discursos que os arranjos da ação cultural em território paulista são sutis pois, para aqueles que apoiam a missão, nada melhor que ver, no Brasil, franceses, personagens que representem seu país e seu patrimônio cultural: para Arrousse-Bastide, “é a título de franceses que nós fomos chamados. Este convite testemunha uma confiança na cultura

²¹⁰ “ont horreur du touriste que vient au Brésil plus désireux de connaître le pays que de s'attacher aux hommes”

²¹¹ “un désir suffisant de véritable colonisation intellectuelle et de longue haleine c'est l'avenir même de la Mission française qui est compromis”.

francesa, os brasileiros e sobretudo os paulistas patriotas esperam de nós que nós nos interessemos pela França” (ARBOUSSE BASTIDE apud SUPPO, 2002, p. 178)²¹².

É nesse contexto de esboço de estratégias, transitoriedade e propaganda que são negociadas as condições de trabalho julgadas adequadas pelos professores franceses, vistas como necessárias para organizar o campo da ciência brasileira. As condições de trabalho da segunda missão francesa ao Brasil não eram ruins, mas os professores franceses reivindicavam melhorias. O argumento embasador é que eles queriam que suas carreiras fossem similares às carreiras francesas. Para eles, isto era essencial para desenvolver pesquisas que se dotassem de padrões globais.

De um lado, os brasileiros queriam contratos de três anos. Da parte dos franceses, eles reivindicavam que as viagens de retorno à França fossem arcadas no interior do contrato. Para os professores, as melhores condições de trabalho implicavam em manter seus *status* como intelectuais franceses em missão, a que se deviam juntar todos os privilégios de uma carreira cujas parâmetros deviam se manter no meio de origem. O próprio Pierre Monbeig utiliza o argumento da carreira para reivindicar melhor salário em carta enviada a Jean Marx em 14 de maio de 1937:

Não esconderei mais o meu desalento ao tomar conhecimento da carta endereçada ao Sr. Arbousse-Bastide. Não posso evitar de comparar a escala de salários com a tabela de antiguidade. Enquanto minha remuneração não é mais alta do que a de dois colegas agregados duas ou três promoções depois de mim, a diferença de um ano entre a Agregação de Arbousse-Bastide (1928) e a minha (1929) se traduz em uma diferença de remuneração de mil francos por mês. Eu não entendo a razão desta classificação (...) uma anomalia ainda maior se levarmos em conta, como você sabe, que o progresso em Paris é mais rápido em história do que em filosofia; meus melhores camaradas da Agregação estão em Paris há um ano ou dois; eu tenho o direito de pensar que se eu tivesse permanecido na França, eu não teria tido menos sorte do que eles e, neste caso, de todos os professores de nossa missão, exceto Braudel, cuja situação é completamente à parte, eu seria o beneficiário da melhor remuneração. (ARQUIVOS DIPLOMÁTICOS (FRANÇA) - LA COURNEUVE - caixa 443/1. Carta de Pierre Monbeig para J. Marx, São Paulo, 14 de maio. 37)²¹³.

²¹² “c'est à titre de Français que nous avons été appelés. Cet appel témoigne d'une confiance dans la culture française, les Brésiliens et surtout les Paulistes patriotes attendent de nous que nous nous intéressions à la France”.

²¹³ “Je ne vous cacherai pas davantage le découragement que j'ai eu après avoir pris connaissance de la lettre adressée à M. Arbousse-Bastide. Je ne peux m'empêcher de comparer l'échelle des traitements avec le tableau d'ancienneté. Alors que mon traitement n'est pas plus élevé que celui de mes collègues agrégés deux ou trois promotions après moi, la différence d'un an entre l'agrégation d'Arbousse Bastide (1928) et la mienne (1929), se solde par une différence de traitement de mille francs par mois. Je ne comprends pas la raison de cette classification (...) anomalie

Esta carta ainda revela que Pierre Monbeig não aceita que uma hierarquia seja estabelecida no Brasil. A posição ocupada na Universidade de São Paulo tem reflexos na construção da carreira dos professores na França. Nenhum deles permite ser tratado como “subordinado”. Assim, um outro conflito em que se envolvem os franceses e suas perspectivas profissionais diz respeito à figura do chefe da missão: um grupo formado por Pierre Monbeig, Lévi-Strauss e Fernand Braudel não aceita a titulação de Arbousse-Bastide como chefe e reivindicam que as decisões da missão sejam tomadas de forma colegiada. Consta Monbeig:

Tinha um deles que sempre gostava de se autodenominar ‘chefe da missão’ e não queríamos chefes de forma alguma. Contudo, também havia as afinidades. Gostei muito de Lévi-Strauss, que se interessava por tudo, mas principalmente pela Geologia e Geografia. E, em seguida, de Braudel, um dos historiadores que compreenderam que não se faz uma boa história sem sólidas informações geográficas. (MONBEIG in LAPOUGE, 1984).

Por trás deste debate está também a liberdade das tendências teóricas do ensino, dado que é capital para facilitar a construção organizativa e teórica da ciência brasileira sob a ótica desses professores. Sobre este ponto, o ano de 1936 se agita novamente quando Arbousse-Bastide acusa Lévi-Strauss de dar aula de etnografia ao invés do curso de Sociologia, para o qual fora contratado (SUPPO, 2002, p. 181-182). Antônio Almeida Prado, diretor da FFCL, considera que Lévi-Strauss rompe seu contrato. Este caso evidencia que havia pouca margem a viradas teóricas radicais. *A autonomia dos professores possuía limites*. De acordo com Strauss, “me fizeram vir para perpetuar a influência francesa, e a tradição Comte-Durkheim de uma parte. Eu chegava conquistado, neste momento, por uma etnologia de inspiração anglo-saxã. Isso me criou sérias dificuldades “ (STRAUSS apud SUPPO, 2002, p. 182)²¹⁴.

Antes de mais nada no Brasil, onde os padrões da Universidade esperavam de mim que contribuísse para uma sociologia durkheimiana para a qual tinham sido orientados pela tradição positivista, tão viva na América do Sul, e pela preocupação de dar uma base filosófica ao liberalismo moderador, que é a arma ideológica habitual das oligarquias contra o poder pessoal. Eu chegava em estado de insurreição aberta contra Durkheim e

d'autant plus grande que, vous ne l'ignorez pas l'avancement sur Paris est plus rapide en histoire qu'en philosophie ; les meilleurs de mes camarades d'agrégation sont à Paris depuis un an et même deux ans ; j'ai le droit de penser que si j'étais resté en France je n'aurais pas été plus malchance qu'eux, et, dans ce cas, parmi tous les professeurs de notre mission, sauf Braudel, dont la situation est toute a fait à part, je serais le bénéficiaire du meilleur traitement”.

²¹⁴ “on m'avait fait venir perpétuer l'influence française, et la tradition Comte-Durkheim d'autre part. Et j'arrivais, conquis, à ce moment, par une ethnologie d'inspiration anglosaxonnne. Cela m'a créé de sérieuses difficultés”.

contra todas as tentativas de utilizar a Sociologia para fins metafísicos (STRAUSS apud PEIXOTO, 2001, p. 502).

Mas apesar das questões teóricas estarem supostamente no centro dos problemas, Strauss avalia que sua insubordinação em relação a Arbousse também está na raiz desse certame. Arbousse pretendia posicionar Strauss como um subordinado (SUPPO, 2002, p. 183). Além disso, o caso de Lévi-Strauss catalisa ainda outra ordem de problemas: ao chegar em São Paulo, ao invés de se envolver com a alta sociedade, ele prefere outras alianças, notavelmente a companhia de Mario de Andrade, Sérgio Millet, Rubens Borba de Moraes e Paulo Duarte, do departamento de cultura da municipalidade de São Paulo, relacionando-se pouco com Júlio de Mesquita (SUPPO, 2002, p. 183). Pierre Monbeig é mais astuto. Ele é de igual maneira pouco atraído pela alta sociedade, mas abre exceção para Mesquita.

Segundo Lévi-Strauss, ‘a missão está dividida em pequenos clãs, e não se olha da mesma forma a realidade brasileira... Cada um tem seus amigos brasileiros privilegiados, e diferentes. Monbeig explica que ele conhecia pouco a alta sociedade paulista da época, que não o interessava muito. Havia muitas sociedades paulistas, com diferenças de classe muito fortes. Ele faz uma exceção para Júlio de Mesquita Filho que era, ‘mais que um ‘grã-fino’, nosso ‘anjo protetor’ (PETITJEAN, 1996a, p. 300-301).

A postura de Strauss, apoiado por Monbeig, parte da avaliação de que a diplomacia liderada por Dumas comete um erro tático. Mais importante do que uma aliança com a burguesia refinada, porém decadente, que buscava a universidade como uma distração, seriam os estudantes que buscavam ascensão social através do estudo, uma nova elite emergente (SUPPO, 2002). Para Strauss, nas palavras de Suppo, “o SOFE privilegiou exclusivamente a formação das elites urbanas em determinante das massas populares pois ele não compreendera que o século XX era um século de massas e da opinião pública” (SUPPO, 2002, p. 384-385.)

A heterogeneidade das classes na FFCL constituiu-se um pouco por acaso. Seus diretores, percebendo que a continuidade do ensino fosse talvez prejudicada do primeiro para o segundo ano por falta de público, decidiram por distribuir bolsas de estudos (PETITJEAN, 1996a). Antônio Cândido tem uma versão detalhada dos fatos:

Bem no comecinho da Faculdade, em 34, 35, inscreveram-se poucos alunos e muitos dos que se inscreveram abandonaram o curso. Quando chegou o ano seguinte, quase não havia estudantes. Então Júlio de Mesquita Filho disse ao prof. Fernando de Azevedo, de quem eu ouvi isso: ‘Veja você, não adiantava o nosso esforço, São Paulo não está à altura do

que nós queríamos, ninguém se inscreveu, ninguém se interessa, essa Faculdade vai fechar por falta de aluno'. Então Fernando de Azevedo, que era diretor do Instituto de Educação, teve uma ideia genial, dizendo mais ou menos o seguinte a Júlio de Mesquita Filho: 'Se você obtiver um decreto, eu encho a Faculdade de alunos capazes. Como? Comissionando os professores primários com os vencimentos. Eu pego os jovens professores primários que estão aí pelos grupos escolares, por escolas rurais, os bons entre eles, os que tiveram boas notas e os comissiono na Faculdade como alunos. Eles receberão o salário não para serem professores, mas para serem alunos. (CÂNDIDO in FREITAS, 1993, p. 41).

Quando isso de fato aconteceu, Braudel percebeu claramente a mudança de ambiente (PETITJEAN, 1996a). Monbeig também viu uma profunda mudança de perfil na faculdade. Esta ligação com um Brasil mais popular estabelece, para nós, um outro tipo de vínculo com o país, em que as aspirações de mais amplas camadas da sociedade são incorporadas pelos trabalhos dos professores franceses.

Soma-se a este quadro já confuso, um conflito de trabalho em que Pierre Monbeig está profundamente enredado. A elite paulista e os diretores do ensino querem duplicar a cadeira de geografia. O jovem Monbeig não pretende se ver sombreado por um possível concorrente e vai buscar apoio entre os colegas franceses, uma vez que Júlio de Mesquita acorda que o convite seja feito novamente a Deffontaines. Aqui vislumbra-se que a organização da Geografia brasileira, sob a liderança de Monbeig, estabeleceu-se sob sua mais rigorosa supervisão. Uma carta aparentemente de Arbousse-Bastide é escrita ao ministério:

Se, de uma parte, M. Deffontaines retorna a São Paulo, a situação seria muito delicada. Primeiro, porque ele não viria mais para começar, mas para continuar. Ora, Deffontaines é sobretudo um iniciador. E ainda, aqui ele encontraria M. Monbeig, que também é professor de Geografia Humana, como Deffontaines. Aqui igualmente se colocaria a questão do Departamento pois haveria dois professores da mesma especialidade. Habilmente, e prevendo dificuldades, os brasileiros, no aditivo dos contratos (documento c) precisaram, para o caso de M. Monbeig e sobre a demanda de que a independência didática das cadeiras seja completa, inseriram que a cláusula só valeria para o ano de 1936 subentendendo-se que ela não seria válida daí em diante e que seria importante que o ensino de cada especialidade fosse orientado. Como quer que seja, e mesmo com uma independência teórica, as dificuldades não deixariam de surgir (ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- caixa 443/2. Cas Deffontaines.)²¹⁵

²¹⁵ "Si d'autre part M. Deffontaines revenait à São Paulo, la situation y serait très délicate. D'abord il y viendrait non plus pour commencer, mais pour continuer. Or, Deffontaines est surtout un initiateur. Mais surtout il y trouverait M.

Monbeig também se vale das restrições orçamentárias que o diretor Antônio Almeida Prado aponta como impedimento à duplicação da cadeira. Uma disputa entre Júlio de Mesquita Filho e Antônio Prado se desenrola. Por outro lado, o objetivo último do diretor é equilibrar o número de cadeiras entre as nacionalidades (SUPPO, 2002, p. 180), o que não impede as ações de Pierre Monbeig de tentar manter a sua proeminência na sua cadeira. Mas há nuances: abrir uma segunda cadeira abriria também a possibilidade para estender a influência de outras nacionalidades (SUPPO, 2002, p. 189). Na carta de 14 de maio de 1937 à Jean Marx, Monbeig adota uma postura defensiva:

Esta manhã mesmo, o diretor da Faculdade, o Dr. Almeida Prado, me anunciou espontaneamente que ele está disposto a propor ao governo brasileiro a renovação por três anos de meu contrato, assim como o desdobramento de minha cadeira em proveito de outro professor francês. Permito-me de pensar que é necessário reprovar esta atitude do fato que, de ano e ano, o número de estudantes aumentou e que, desde um ano em meio, os estudantes e meus amigos geógrafos não cessam de manifestar sua amizade por mim, em particular, como também por manifestações públicas cujos ecos você certamente tomou conhecimento (MONBEIG, ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- Ministère des Affaires étrangères et du Développement international- caixa 443/1. Lettre de Pierre Monbeig à J.Marx, São Paulo, 14 maio. 37.)²¹⁶

Muitos personagens acabam se envolvendo nesse conflito. Mesmo Emmanuel de Martonne fora acionado. Ele também apoiava o desmembramento da cadeira. Mas Monbeig é ajudado pelas circunstâncias: os jornais cariocas anunciam de forma um tanto desagradável aos olhos dos patrões paulistas que Pierre Deffontaines irá finalmente ocupar uma cadeira de geografia no Rio de Janeiro (SUPPO, 2202). Neste caso, liberdade de atuação e monopólio do ensino são aqui confundidos, mas este dípco parece fazer parte da estratégia da elite paulista de manter os professores sob supervisão constante.

Monbeig, qui lui aussi est professeur de géographie humaine, comme Deffontaines. Ici également se poserait la question du Département puisqu'il y aurait deux professeurs d'une même spécialité. Fort habilement, et prévoyant bien des difficultés, les Brésiliens, dans l'additif des contrats (document c) ont précisé, pour le cas de M. Monbeig et sur sa demande que l'indépendance didactique des chaires soit complète, mais ont ajouté que ces clauses ne valaient que pour l'année 1936 sous-entendant que par la suite elles ne pourraient plus jouer et qu'il faudrait bien que l'enseignement de chaque spécialité fût orienté. Quoi qu'il en soit, et même avec une indépendance théorique, les difficultés ne manqueraient pas de surgir".

²¹⁶ "Ce matin même, le directeur de la Faculté, le dr. Almeida Prado, m'a spontanément annoncé qu'il était disposé à proposer au gouvernement Brésilien le renouvellement pour trois ans de mon contrat ainsi que le dédoublement de ma chaire au profit d'un autre professeur français. Je me permets de penser qu'il faut rapprocher cette attitude du fait que, d'année en année le nombre de mes étudiants a augmenté, que, depuis un an et demi, mes étudiants et mes amis géographes ont sans cesse manifesté leur amitié pour moi, en privé comme par des manifestations publiques dont vous avez certainement et les échos".

Por fim, outra controvérsia que se desenrola no ano de 1937 revela as estratégias profissionais de Pierre Monbeig. O fato é que os professores querem partir o quanto antes para França, antes do término dos exames, conflito que já se esboçara em 1935 (PETITJEAN, 1996a). O diretor da Faculdade protesta vivamente (SUPPO, 2002). Aliás, este tornou-se um problema de monta, uma vez que os contratos dos franceses chegam a ser ameaçados pela rebeldia dos jovens professores, notadamente a de Pierre Monbeig. Ele não acata as ordens e parte à França num ato de rebeldia em 1937 (PETITJEAN, 1996a). Sofre pressões para pedir demissão (PETITJEAN, 1996a) e é avisado que deve voltar ao Brasil imediatamente, sob o risco de se verem os contratos franceses anulados, o que não ocorre. Mas o contrato de 1938 é considerado uma derrota para professores franceses, num contexto em que as pressões pela “nacionalização” do ensino paulista começam a ganhar coro. O contrato de 1938, nas cláusulas que se tornaram problemáticas, tinha o conteúdo seguinte:

V- Durante as férias regulamentares de fim do anno, mas somente depois de terminados os exames finais, que não poderão iniciar-se antes do dia 16 de Novembro, nem terminar depois de 15 de Dezembro, o professor poderá ausentar-se do paiz. As despesas de viagem não serão, em hypothese alguma, custeadas ou subvencionadas pelo Governo do Estado. O regresso do professor ao paiz deve dar-se, contudo, pelo menos até o dia 15 de Fevereiro, afim de participar das bancas de exame de admissão e de segunda época.

(...)

VIII- Durante o período de aulas, não sera permitida a ausência do professor para pesquisas de qualquer natureza, fora da Capital, salvo trabalhos práticos realizados em companhia dos alunos, mediante autorização da Directoria e apresentação do respectivo relatório, que sera publicado no ‘Anuario’.

IX [está grafado XI, mas creio ser um erro]- O professor se obriga a realizar, pelos vencimentos estipulados, pelo menos seis horas de curso por semana, em aulas de 55 minutos, de acordo com distribuição estabelecida pela Directoria. Caso haja necessidade de maior numero de aula, o professor se obriga a realizala-as, sem direito a qualquer quota suplementar.

(...)

XIII- Terão tratamento igual, na Faculdade de Philosophia, Sciencias e Letras, no desempenho de suas funções, todos os professores contratados na França, qualquer que seja a sua posição, na hierarchia do ensino em seu paiz.

XIV- O professor se obriga a empregar toda a sua actividade profissional ao estudo e ao ensino das materiais de seus cursos, não podendo exercer outra profissão ou ocupação

além do magistério na Faculdade, e deve, no exercício de suas funções na Universidade, abster-se de qualquer propaganda de carácter politica ou religioso.

(ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- Ministère des Affaires étrangères et du Développement international- caixa 443/2. Lettre de M. Martin (vice cônsul no consulado da França em São Paulo, 5 de janeiro de 1938.)

Monbeig declara que não acataria algumas cláusulas do contrato, mas que, por dever patriótico, manterá seu posto no Brasil.

Paris, 02 de fevereiro de 1938

Sr. Ministro,

Tomei conhecimento dos projetos de contrato propostos pelo Sr. Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo.

Há algumas semanas da retomada das aulas, dado o interesse em continuar o trabalho de propaganda francesa no Brasil, não me é possível recusar tal projeto de contrato.

No entanto, venho informar vossa excelência que recuso qualquer obrigatoriedade de observância das cláusulas V, VIII, IX (2ª frase). Na verdade, essas cláusulas são claramente abusivas e sua aplicação me impediria de cumprir (...) a missão que tenho a honra de ver-me confiada.

Eu apreciaria que vossa excelência me informasse das medidas que serão consideradas para compensar as perdas financeiras previstas no texto do novo contrato.

Estou disposto de bom grado a embarcar em 18 de fevereiro para Alcantara (...). Infelizmente me é totalmente impossível adquirir bilhetes para mim e para minha família. (13.800 francos por pessoa, um total de aproximadamente 35.000 francos) (...).

Pierre Monbeig

(ARQUIVOS DIPLOMÁTICOS (FRANÇA) - LA COURNEUVE - caixa 443/1. Carta de Pierre Monbeig ao ministro, Paris, 2 de fevereiro de 1938)²¹⁷.

²¹⁷ "Paris, 2 février 1938

Monsieur le ministre;

J'ai pris connaissance des projets de contrat proposés par M. le directeur de la Faculté de Philosophie Sciences et Lettres de São Paulo.

À quelques semaines de la reprise des cours, étant donné l'intérêt de continuer l'œuvre de propagande française au Brésil, il ne m'est pas possible de refuser ce projet de contrat.

Quando o problema é finalmente resolvido, os professores franceses assinam uma carta conjunta em que argumentam ser possível a sua substituição por auxiliares e também que precisam manter contatos estreitos com o meio intelectual francês. Assim, eles atestam que o diretor da faculdade “demonstra alguma boa vontade em relação a nós e, especialmente, uma certa compreensão da nossa situação de professores europeus experimentando a necessidade de não permanecermos muito tempo sem ligação com o meio intelectual no qual nos formamos” (ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)-LA COURNEUVE-caixa 444- serie D, carton 170, dossie 9, Informations sur la mission universitaire de Sao Paulo (juillet, sept 1938)²¹⁸. A carta é assinada por Pierre Fromont, Pierre Monbeig, R. Bastide, Jean Maugué, Jean Gagé, Arbousse-Bastide e Alfred Bonzon. Portanto, do ponto de vista dos contatos periódicos com a França, Pierre Monbeig não faz concessão.

Para encerrar este quadro em que aparecem as vicissitudes da organização de uma ciência brasileira sob a energia reivindicativa dos franceses, e sobre as condições de trabalho que eles julgavam adequadas para sua ação no país, é será preciso abordar que a partir de 1938 o ensino liberal dos professores franceses começa a sofrer constantes ataques do diretor da FFCL, Alexandre Correia. Ele solicita aos professores um ensino tão impessoal quanto possível, que ele denomina de tipo de manual, uma vez que a orientação filosófica do diretor volta-se ao ensino orientado pelo tomismo (SUPPO, s/d, p. 204). Seu alvo é prioritariamente o ensino de filosofia.

Toutes fois je viens à vous faire savoir que je dégage toute responsabilité sur l’observance des clauses V, VIII, IX (2^a phrase). En effet ces clauses ont un caractère nettement vexatoire et lui [?] application m’empêcherait de l’accomplir (...) la mission que vous m’avez fait l’honneur de me confier.

Je vous serais reconnaissant de me faire savoir quelles mesures vous envisagez pour compenser les pertes financières qu’entraîne le texte du nouveau contrat.

Je suis bien volontiers disposé à embarquer le 18 février sur l’Alcantara (...). Malheureusement il m’est totalement impossible de faire l’acquisition de passage pour ma famille et moi-même. (13.800 francs par personne, soit un total de 35 000 francs environ) (...).

Pierre Monbeig”.

²¹⁸ “fait preuve d’une certaine bonne volonté à notre égard et surtout d’une certaine compréhension de notre situation de professeurs Européens éprouvant la nécessité de ne pas rester trop longtemps sans lien avec le milieu intellectuel où nous avons été formés”.

Os professores reagem: nenhuma concessão a um ensino que não seja pessoal. Eles recebem homenagem dos alunos em solidariedade às suas causas. “Em 17 de setembro os estudantes de filosofia tomaram a iniciativa de oferecer ao Professor Maügüe um Chá de honra. Todos os professores franceses participaram”²¹⁹. “Nesta ocasião, os estudantes afirmaram publicamente seu apreço pelo trabalho dos professores franceses e, especialmente, pelo espírito de liberdade intelectual presente na condução deste trabalho”²²⁰ (ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- caixa 444- serie D, carton 170, dossier 9, Informations sur la mission universitaire de Sao Paulo [juillet, sept 1938]).

Essas e outras situações de conflitos profissionais e intelectuais que se jogavam no Brasil demandavam estratégias coletivas dos professores franceses, mas encontravam ressonância específica na visão de cada um deles. Pierre Monbeig foi um dos que mais se vinculou ao Brasil, seja pelo tema de tese, seja pela postura política que nutria frente às classes sociais brasileiras. Contudo, as soluções pessoais para os conflitos nos quais se envolveu são o indício de uma estratégia profissional que tinha por base os padrões franceses, tanto profissional quanto teoricamente. A carreira universitária na França era um direcionador fundamental da atuação dos jovens professores. As condições de trabalho que os mantivessem com o status de intelectuais franceses em missão eram vistas como passo necessário ao desenrolar de seus trabalhos, mesmo entre aqueles que foram mais flexíveis com relação ao que o Brasil lhes podia oferecer, como é o caso de Pierre Monbeig.

4- Contribuir na organização da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras

Os professores franceses foram chamados a contribuir na organização dos cursos superiores da recém fundada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Como projeto da elite paulista, a diplomacia francesa encontrou uma maneira de conciliar sua proposta universitária com os objetivos dos brasileiros. Para compreender a concepção de Universidade; a prática de ensino desses jovens professores, bem como a noção de ciência que foram chamados a veicular; a ajuda na organização dos

²¹⁹ “Le 17 septembre les étudiants en philosophie ont pris l’initiative d’offrir au Professeur Maügüe un thé d’Honneur. Tous les professeurs français y participèrent”.

²²⁰ “À cette occasion les étudiants dirent publiquement leur attachement à l’ouvr des professeurs français et tout particulièrement à l’esprit de liberté intellectuelle dans lequel ils la poursuivent”.

cursos superiores em suas áreas sob uma dupla orientação francesa e paulista; será preciso recuar aos primórdios da articulação de Georges Dumas para fundar a Universidade de São Paulo, ao recrutamento desses professores na França e, de igual maneira, mergulhar nas vicissitudes da política paulista e brasileira.

Uma figura chave atua como articulador da fundação da USP: o jornalista Júlio de Mesquita Filho, sucessor de seu pai na direção do jornal *O Estado de São Paulo*. Referindo-se à derrocada em campo de batalha da Revolução Constitucionalista de 1932²²¹ com o triunfo das forças do governo federal, Júlio de Mesquita faz uma associação direta entre esta luta política e a fundação da USP, campo de disputas plenamente compreendido pelos jovens franceses:

Saíamos de uma crise extremamente grave, que nos custara o sangue generoso de alguns milhares de jovens e a autonomia do Estado. **Vencidos pelas armas, sabíamos perfeitamente que só pela ciência e pela perseverança no esforço voltaríamos a exercer a hegemonia que durante longas décadas desfrutáramos no seio da federação.** Paulistas até a medula, herdáramos da nossa ascendência bandeirante o gosto pelos planos arrojados e a paciência necessária à execução dos grandes empreendimentos [grifos nossos] (MESQUITA, 1969, apud LIMONGI, 1988, p. 8).

Um pouco antes de 1932, tanto os setores do governo de Getúlio Vargas, quanto os liberais paulistas, defendiam importantes reformas do Estado e tinham maneiras particulares de afrontar a oligarquia que se reproduzia no poder por meios fraudulentos. Mas os comunistas também eram alvo de rechaço pela elite paulista. Os paulistas falavam de uma educação para o povo, mas guiada por elites liberais, e não através de um estado forte que enfraquecesse a “autonomia” paulista. De outro lado, os tenentes, um dos setores mais importantes que davam sustentação ao governo Vargas, reivindicavam uma revisão do federalismo, no sentido de fortalecer o Estado central e contribuir para desenvolver os

²²¹ A Revolução Constitucionalista de 1932, cujo um dos líderes fora Júlio de Mesquita Filho, é uma guerra das forças paulistas contra as forças do governo federal de Getúlio Vargas instalado após a Revolução de 1930. Os opositores paulistas eram comandados por um setor que em parte saía das fileiras de uma oligarquia paulista decadente, em parte se baseava na ascensão de setores liberais oriundos da recente diversificação da economia paulista, bem como de intelectuais que davam sustentáculo às classes médias e alguns setores do proletariado (SALONE, 2009, p. 116). Estava em curso em São Paulo um processo de divisão da propriedade fundiária, fortalecendo-se a pequena e a média propriedades, houve um crescimento importante da agricultura mercantil, de alimentos e da pecuária, voltadas para o mercado interno. Havia, além do que, um novo surto da expansão da fronteira agrícola, dessa feita de maneira mais organizada, com a intervenção das empresas colonizadoras (LIMONGI, 1988, p. 44). Há, por certo, um crescimento industrial constante, uma acentuação do papel cultural que exerciam as escolas profissionais, com a Faculdade de Direito e de Medicina e a consolidação de um mercado editorial. Principalmente, por fim, um importante surto migratório, sendo que em 1920 quase um terço da população paulista era composta por estrangeiros ou filhos de estrangeiros (LIMONGI, 1988, p. 45). Uma das mais importantes propostas dos liberais paulistas residia no fortalecimento do papel das escolas, uma vez que em São Paulo, aos seus olhos, arriscava-se perder a identidade linguística frente a tal onda migratória (LIMONGI, 1988).

estados mais fracos (LIMONGI, 1988, p. 5-6), diminuindo as desigualdades regionais. Para os tenentes, enfraquecer os paulistas era essencial para a consecução das reformas anunciadas em todo Brasil. Havia uma disputa pela condução das transformações políticas do Brasil.

Assim, o partido democrático (PD), formado em 1926, ao qual Júlio de Mesquita irá se filiar, orientar-se-á por um programa radicalmente reformista e liberal, pelo respeito ao Estado, mesmo que mínimo, e pela transparência das instituições, com a introdução do voto secreto como uma forma de enfraquecer os métodos eleitorais dos coronéis oligarcas. Foi um dos primeiros partidos de natureza liberal a elaborar ainda que de maneira difusa, um programa para diminuir as desigualdades sociais do país (SALONE, 2009, p. 118). Mas, outras eleições fraudulentas, em 1927 e 1928, começam a convencer os militantes do PD de que a tomada de poder pelo sistema eleitoral não seria mais possível (SALONE, 2009, p. 123). Ora, Getúlio Vargas também se convencera, e, antecipadamente, tomou o governo central, num movimento que ficou conhecido como Revolução de 30. Em seguida, em 1932, as disputas entre varguistas e paulistas deram ensejo à eclosão do conflito armado, que ficou conhecido como Revolução Constitucionalista de 1932, liderada pelos liberais paulistas. Uma vez mais, o grupo de Getúlio Vargas conseguiu reprimir essa sublevação e instalar o seu programa político.

Com posturas convergentes no enfrentamento à oligarquia, os dois grupos têm concepções políticas divergentes: os paulistas – elitistas e liberais e os varguistas – centralizadores e populistas. Sob direção de Vargas, o Estado brasileiro foi totalmente reformulado (AGGIO, BARBOSA, COELHO, 2002, p. 10). Ele propôs organismos para disciplinar as atividades econômicas e políticas, dissolveu câmaras municipais, assembleias e o congresso nacional, decretou um novo código eleitoral após convocar a constituinte (AGGIO, BARBOSA, COELHO, 2002, p. 10). Inaugurou um tipo de Estado baseado no planejamento econômico e com forte investimento público em infraestrutura e nas indústrias de base. Criou conselhos, institutos e departamentos para ajudar o Estado a regular a economia, como, por exemplo, o Instituto de Açúcar e do Alcool, o Instituto Brasileiro do Café, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, entre outros (AGGIO, BARBOSA, COELHO, 2002, p. 10).

Júlio de Mesquita Filho fora exilado após a revolução constitucionalista. Mas em poucos anos, as coisas parecem convergir aos seus interesses. A Assembleia Nacional constituinte é marcada para o dia 3 de maio de 1933 (SALONE, 2009). Segundo Cardoso,

ao terminar os trabalhos constituintes, a Assembleia chegava a um acordo com Getúlio Vargas: este seria eleito indiretamente e a Assembleia não se dissolveria, sendo mantida com os mesmos membros (CARDOSO, 1982, p. 153). Isso deu margem de manobra aos paulistas.

Vargas nomeia então Armando Sales de Oliveira, pertencente ao grupo do jornal *O Estado de São Paulo*, para a interventoria paulista. Nesse mesmo ano, o presidente decreta a anistia aos revoltosos e, a 22 de novembro, Júlio de Mesquita volta ao estado (SALONE, 2009, p. 159). Começa a ganhar força um novo debate sobre como reverter o quadro político. A Universidade passa a ocupar um papel chave – aproveitando-se de uma longa militância nessa área, a luta migra para o campo da cultura.

Limongi caracteriza que, de acordo com Mesquita, “a crise do país se deve ao divórcio entre a sua elite e a classe política. Nestes termos, elites aptas a dirigir os negócios públicos existem, apenas encontram-se afastadas em função das deformações do regime político. A questão reside em encontrar os meios para que ela retorne à vida política” (LIMONGI, 1988, pp. 74-75). Era necessário formar uma elite educada de brasileiros que pudesse amalgamar o discurso nacional e que guiasse os jovens às concepções democráticas, mas pouco se falava de uma expansão massiva do ensino básico. Witter dá voz ao depoimento de Aziz Simão, sociólogo, socialista, e antigo aluno da FFCL: o problema da educação das elites divide opiniões de alunos e professores (WITTER, 1984, p. 103)

Com efeito, os paulistas estão atacando em várias frentes: uma luta política, uma luta econômica (uma vez que São Paulo é o estado mais rico da federação, o que pressiona o governo federal para o atendimento de seus interesses, como se viu na política de defesa do café²²²), mas também, a partir da USP, uma luta cultural. A comissão dos 11 que elaborou e discutiu o decreto da fundação da Universidade de São Paulo, apresenta a seguinte justificativa:

[...] pois se São Paulo tem uma missão dentro da nacionalidade - e essa ninguém pode negar - não será aqui apenas contribuir com sua riqueza para a prosperidade nacional, mas sim a de poder alargar, dentro de suas populações, como pelo País inteiro, o fermento das grandes ideias de

²²² Paul Singer explica resumidamente como foi a política de defesa do café: “O café, que já havia sido objeto de políticas de valorização antes de 1930, passou a ser protegido de diversas formas: o governo adquiria as safras invendáveis, pagando-as com a receita de um imposto sobre o café exportado; armazenava o produto, mas no final mandou destruí-lo porque as safras cresciam pela entrada em produção de novos cafezais, plantados antes da crise, o que tornava os custos do armazenamento proibitivos” (SINGER, 2001, p. 96).

civilização e inteligência. Houve um tempo em que a preocupação de São Paulo era aumentar a Pátria, em seu sentido territorial. À custa de energia bandeirante, os limites do mundo brasileiro se distenderam fechando e enfrentando as ambições do mundo Hispânico. Hoje o bandeirantismo é diverso. Deixou de justificar-se sob o aspecto de dias passados. Mas se impõe sob a forma da cultura e do saber. (apud WITTER, 1984).

O depoimento de Júlio de Mesquita Filho revela mais um elemento que aproxima sua concepção de Universidade e de ensino com fins políticos. Para ele, o estado de São Paulo perdera a guerra devido a um problema de cultura, entre outros fatores, é claro. Ora, a França já havia feito este diagnóstico na ocasião da derrota de Sedan, e Júlio de Mesquita Filho acredita se encontrar sob conjuntura semelhante. Esta avaliação conjuntural da elite paulista está em plena consonância com que pensavam os franceses, e que contribuiu para justificar a influência francesa sobre o sistema universitário brasileiro:

Ao sairmos da Revolução de 32 tínhamos a impressão perfeitamente nítida de que o destino acabava de colocar São Paulo em posição idêntica àquela em que se achava, após Iena, a Alemanha, o Japão no dia seguinte ao do bombardeio dos seus portos pela esquadra norte-americana, e a França depois de Sedan. (...) Quatro anos de estreito contato com os meios em que se moviam as figuras proeminentes de ambas as facções em luta levaram-nos à convicção de que o problema brasileiro era, antes de mais nada, um problema de cultura. Daí a fundação da nossa universidade e, conseqüentemente, a criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. (MESQUITA FILHO apud SCHWARTZMAN, 1979, p. 193-194).

Neste contexto, a Universidade de São Paulo fora concebida com o fito de ser responsável pela criação de intelectuais “desinteressados”, formados nas ciências puras, que podiam contribuir com o desenvolvimento do país através de um olhar “técnico”, alheio aos vícios políticos, de visão eminentemente científica e democrática (LIMONGI, 1988). Trata-se de uma visão de ensino bastante voltada aos interesses democráticos dos paulistas.

Começando a reforma educacional pelo topo, essa visão democrática, anticomunista, elitista e liberal, encontrou no discurso de uma ciência isenta, propugnada pelo modelo francês, e que tinha como eixo organizador uma Faculdade de Filosofia, uma capa ideológica para a ação e irradiação político dos paulistas no seu combate a Vargas e aos comunistas. Ora, colocar a Filosofia, as ciências puras e as letras na base da Universidade era fortalecer o discurso da isenção dos altos estudos: “No quadro da cultura europeia da época, com o fascismo em franca ascensão, a França representava para os

articuladores da USP uma alternativa liberal e sintonizada com a tradição cultural francesa do país, em humanidades” (SCHWARTZMAN, 1979, p. 199).

Democracia, elites intelectuais, universidade e liberalismo são os quatro pilares de uma visão elitista do processo de transformação social pelo qual deveria passar a sociedade brasileira. O depoimento de Júlio de Mesquita Filho é clarividente em como o modelo francês, de colocar o eixo nas ciências puras, era permeado por uma estratégia de reconquista de hegemonia, da mesma forma que começar a reforma educacional pelo ensino superior, representava um esforço tático de reconquista urgente de liderança:

Mas haveria ainda uma outra razão muito forte para que se fixasse a preferência no modelo francês, desdenhando a importância científica principalmente dos modelos inglês e americano, onde a ciência experimental (e não “principalista”, como a francesa e a alemã) estava dando frutos de grande importância. É que na visão dos fundadores da Universidade de São Paulo, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras reuniria de uma tacada todos os ramos da ciência numa só instituição, dando a ela um alto poder de geração e irradiação de uma nova mentalidade. Os paulistas tinham pressa. Não podiam desperdiçar nem tempo nem recursos. Júlio de Mesquita Filho tinha plena consciência disso, já bem antes da Revolução de 32. O inquérito mostrou para ele que, para fazer a Universidade, tinha de fazer uma reforma completa em todo o ensino: primário, secundário, médio e universitário. Então ele disse: 'Nós temos de fazer tudo isso. Agora, se nós começamos pelo primário, como é lógico, do primário preparar para o secundário, do secundário preparar para a universidade, nós temos de demorar uns dez ou doze anos. Vamos fazer o contrário. Vamos fazer a Universidade e, dentro da Universidade, nós fazemos um ginásio-modelo. Seria um liceu como na França. 'No ginásio, fazemos o preparo para a Universidade. E, na Universidade, fazemos o preparo para ser professor de ginásio'." (Duarte, entrevista.) E é com pressa redobrada que Mesquita pôs mãos à obra, logo após o regresso do exílio, para constituir a Universidade.” (SCHWARTZMAN, 1979, p. 200).

Georges Dumas começa a participar das articulações de um ensino superior no Brasil, com a prematura discussão de fundação de uma Faculdade de Educação, que deveria se chamar Faculdade de Filosofia, Letras e Educação, mas que não saiu do papel (LIMONGI, 1988, p. 85-86). O modelo francês encontra plena guarida na existência da Faculdade de Filosofia como eixo da Universidade. Apoiados nas visitas que fizeram repetidamente ao Instituto franco-brasileiro de Alta Cultura, os intelectuais franceses não se eximiam de defender o seu modelo. Paul Fauconnet protagoniza uma palestra na qual afirma que

Verifiquei que há em São Paulo uma magnífica Faculdade de Medicina, uma notável Faculdade de Direito e uma Escola Politécnica de renome universal. Não vi, entretanto, ensino superior de filosofia, de literatura ou de línguas. Pois bem, senhores, sem órgãos capazes de fornecer esse ensino, não se pode pensar em universidade. (...) E como vi que no campo das letras é que há maior deficiência, volto a dizer que será preciso cuidar de uma faculdade de filosofia, ciências e letras, ou órgão semelhante. (FAUCONNET apud LIMONGI, 1988, p. 116-117)

Paulo Duarte, um dos articuladores da concepção de Universidade confirma a inspiração quase total no modelo francês. Antes da comissão dos onze, toda a articulação fora feita por Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira e Paulo Duarte (SCHWARTZMAN, 1979, p. 201). Duarte fora posteriormente excluído da comissão, que irá elaborar o decreto de fundação da Universidade. Ele mesmo atribui a exclusão à sua posição de esquerda (SCHWARTZMAN, 1979, p. 203). Mas, como ativo participante dos primeiros estudos, seu depoimento é esclarecedor:

‘Nós elegemos – aí já fizemos de comum acordo – dois paradigmas, digamos assim, para a Universidade. Em primeiro lugar, tanto a formação do Julinho quanto a minha são formações francesas. Mas nós não quisemos nos restringir à nossa formação francesa. Escolhemos a Sorbonne, evidentemente, para estudar uma universidade cientificamente estruturada. E escolhemos, também, a universidade inglesa, através de Cambridge. Mandamos buscar tudo quanto fosse informação dessas universidades. Mas, na realidade, a organização francesa era superior à inglesa. (...) E a nossa organização, pode-se dizer que em 80% seguiu o modelo francês. (...) A Universidade francesa tinha como célula mater a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Algumas eram mais adiantadas no ensino. Eles então separaram a Faculdade de Filosofia e Letras, de um lado, e a Faculdade de Ciências, do outro. A França já estava assim. Mas nós não tínhamos condição ainda de fazer duas faculdades: a de filosofia de um lado, e a de ciências do outro. Fizemos, então, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, tal qual era na França antigamente. Em torno desta faculdade giravam todas as outras. (...) A estrutura inglesa, não me lembro bem. Mas posso lembrar alguma coisa: parte das ciências já estavam completamente fora da Faculdade de Filosofia, na Inglaterra. As ciências mais adiantadas, biologia por exemplo. Eles já tinham o Instituto de Biologia. Aliás, na França já tinham institutos também, fora da Universidade. Eram apenas auxiliares da universidade’ (DUARTE apud SCHWARTZMAN, 1979, p. 197-198).

George Dumas tornou-se amigo dos paulistas que articulavam a Universidade. Pode-se até dizer que eles formavam um grupo que girava em torno da redação de *O Estado de São Paulo*. Mais uma vez é Duarte que oferece o relato:

Na série de conferências de Paul Fauconnet e num artigo de George Dumas, ambos da Sorbonne, é agitada a ideia da necessidade de criação em São Paulo de uma Faculdade de Filosofia e Letras e de uma Faculdade de Ciências. Os objetivos destas instituições seriam: o de tornar o ensino vinculado à pesquisa; o de elevar o nível do curso secundário; o de formar intelectuais para o estudo desinteressado, sem visão de aplicação imediata, ou, em outros termos, o de possibilitar a criação de uma ciência original e nacional, sem a qual a sociedade nunca se tornaria independente. (CARDOSO, 1982, p. 61)

“A universidade de São Paulo foi criada por ato de Armando de Salles Oliveira, em 25 de janeiro de 1934” (WITTER, 1984, p. 23). A vocação do ensino que preconiza a elite paulista confrontada às suas reais tarefas práticas, divide os professores entre uma concepção de ciência “desinteressada” ou voltada para fins práticos. O fato é que alguns professores franceses tiveram uma postura ainda mais engajada do que a elite paulista esperava, e fizeram com que o soerguimento do debate cultural, com atualização dos alunos com o que havia de mais novo do ponto de vista científico, tivesse repercussão igualmente entre os alunos mais populares, sem perder, contudo, a vocação do modelo francês.

Na prática, portanto, alguns professores franceses adaptaram os desígnios democráticos, liberais e elitistas, suportados por uma concepção de ciência baseada na filosofia como eixo central, nos altos estudos e na neutralidade, para um quadro de interessados de viés popular, filhos de imigrantes trabalhadores, engajados na construção social de um Brasil nascente e para um quadro de utilidade e engajamento prático do ensino. Esse perfil de estudantes “desinteressados”, advindos das elites, foi motivo de crítica da parte de Fernand Braudel e Pierre Monbeig que preferiam uma solução didática voltada aos alunos que viam na ciência um objetivo prático:

Minhas primeiras aulas foram em francês, e na sala havia representantes do governador, amigos de Júlio de Mesquita Filho, o dono do jornal O Estado de S. Paulo, e diversos grã-finos que deixavam carrões estacionados na porta. Havia também intelectuais autodidatas, como Paulo Prado, um homem de enorme finesse e que possuía uma fantástica coleção de pinturas. Muitos vinham só para se distrair. (BRAUDEL apud LIMONGI, 1988, p. 188).

Sem esperar o estatuto definitivo, é evidentemente [que é] para essa direção que deve ser orientado o nosso ensino. Preparar as gerações de professores, mais que eruditos especialistas e remexedores de teorias confusas, e tratar, ao mesmo tempo, de discernir, entre os futuros educadores, aqueles que serão capazes-de realizar trabalhos científicos, de efetuar pesquisas pessoais. Ora, isso não é possível atualmente, porque os programas

não o permitem e porque os alunos não têm a formação necessária: uns excessivamente escolares; outros excessivamente grandiosos” (MONBEIG, apud LIMONGI, 1988, pp. 228-230).

Mas com o objetivo de formar elites “desinteressadas”, o regimento, a estrutura da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e sua dinâmica de funcionamento, exemplifica a importância da abordagem interdisciplinar que tem como eixo central a filosofia como agregadora das humanidades, segundo preconiza o modelo francês. Se a composição dos comissionados (bolsistas) exemplifica o material humano disponível, o regimento da Universidade reflete os princípios organizativos idealizadores. Os cursos eram livres, abertos à comunidade paulista e a qualquer pessoa que quisesse participar, mesmo que os diplomas fossem restritos aos matriculados (CÂNDIDO in FREITAS, 1993, p. 44).

Boa parte da cultura europeia (como história grega e medieval) ocupa espaços importantes nas grades e nas suas subdivisões. Sua organização reflete uma preocupação ao mesmo tempo com o ensino geral (cujos princípios gerais advém de modelos europeus) e uma ciência local, valorizadora da cultura e do conhecimento nacional (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1937, pp. 125-130). Ainda do ponto de vista do modelo francês, o curso de História e Geografia prioriza o contato com as ciências naturais e ciências literárias, além de serem ministrados juntos.

Dentre os princípios norteadores da Universidade e da Faculdade de Filosofia, Pierre Monbeig incorpora a estratégia paulista de produzir uma ciência a partir da realidade paulista. Os trabalhos de Geografia que são por ele salientados num pequeno texto em que apresenta sua orientação didática, produzido em 1935, são todos relativos à realidade do estado de São Paulo (MONBEIG, 1937, pp. 113-114). Mas ele rejeita, em alguma medida, a vulgarização de uma ciência totalmente desinteressada: “Torna-se necessário dar aos estudos da Faculdade uma finalidade prática (...)” (MONBEIG, 1937, p. 114), dando preferência a um método pedagógico voltado aos estudantes de baixa renda e cuja geografia teria um interesse prático (MONBEIG, 1937, p. 120). Mas apesar de condições muitas vezes difíceis, ele não abdica de princípios gerais norteadores dos cientistas. Tal como o curso da *Sorbonne*, o curso de Geografia era um curso que procurava iniciar os estudantes em diversas regiões do globo, que lhe permitissem comparações no âmbito de Geografia Universal (MONBEIG, 1937, p. 116).

A partir dos programas, observamos que Pierre Monbeig organiza o curso de Geografia de maneira bastante similar ao que se observa na *Sorbonne*. Num primeiro momento, o curso de Geografia Física parece preceder o curso de Geografia Humana. Pierre Monbeig não prescinde de introduzir o que ele chama de “leis gerais da geografia” (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1937): “(...) pelo ensinamento da Faculdade, os jovens adquirem o conhecimento das leis gerais da geografia; ficam conhecendo as particularidades de cada país, pois seria vão pretender estudar seu próprio país sem poder fazer comparações sugestivas” (MONBEIG, 1940a, P. 276).

O curso é organizado em aulas expositivas, trabalhos práticos, excursões e seminários, exatamente como na *Sorbonne*. Apesar de não possuímos o programa de curso de 1935 e 1936, os programas de 1937 e 1938 representam um movimento interessante: em 1937, Pierre Monbeig parece proferir um ensino clássico de geografia, a bibliografia é quase toda francesa e os conceitos de geografia humana giram em torno da questão do povoamento, distribuição da população, enquadramento regional, gênero de vida, *habitat*, tipos de construções, exploração agrária e aglomeração urbana. As referências bibliográficas são Jean Brunhes, Vidal de la Blache, Lucien Febvre, Camille Vallaux e Huntigton (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1937). O curso regional sobre a América do Sul reproduz a estrutura do livro de Pierre Denis, publicado na coleção da Geografia Universal. Há um curso especial sobre as vias de comunicação. O modelo de ensino mimetiza o método do Instituto de Geografia da *Sorbonne*, sendo complementado por exercícios práticos e excursões.

Já o programa de 1938 oferece uma mudança de perspectiva: o curso incide em sua totalidade à questão da colonização, das matérias primas e das zonas pioneiras. Privilegia-se, assim, a geografia econômica. Os estudos regionais não serão esquecidos abrangem também regiões de pioneirismo: América do Sul, África do Sul, Austrália e zonas orientais. O curso, salvo pelas zonas orientais e pela exclusão da América do Norte, segue a estrutura da obra do geógrafo americano Isaiah Bowman. Aliás, este geógrafo americano, junto com Fernand Maurette e Henri Hauser, substituem os clássicos da Geografia na bibliografia que Monbeig indica aos alunos. Ele inclui neste programa, além dos exercícios práticos e das excursões (que devem ser complementadas pela elaboração de relatórios com cartas, esboços e fotografias, por parte dos estudantes), seminários de proposição temática regional: ilhas Britânicas, Irlanda e África. A Geografia física foca-

se nas novas teorias climáticas, relação com a vegetação e a questão dos oceanos (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1938).

Para além das salas de aula, a associação do ensino à pesquisa foi um passo essencial para amarrar o vínculo de Pierre Monbeig ao Brasil. Um aluno dele, Pasquale Petrone, que se tornará professor do Departamento de Geografia da USP, relata como a prática de pesquisa foi essencial na formação do departamento: “Creio que o primeiro aspecto para o qual dever-se-ia chamar a atenção é o relativo ao fato de que, desde o início de sua existência o Departamento de Geografia, se não associou sempre, pelo menos procurou sempre associar ensino e pesquisa” (PETRONE, 1994, p. 3.). Segundo Nilo Bernardes, a prática da pesquisa empreendida por Monbeig no Brasil agiu na formação de um corpo de geógrafos, passo essencial para a formação de uma escola brasileira de geografia (BERNARDES, 1982, p. 521-522).

Enfim, será preciso ressaltar que os professores franceses participam da organização do ensino universitário no Brasil através do estímulo de doações e compras de livros de seu país de origem. Muita movimentação gira em torno da aquisição de livros, e as citações a tais eventos, envolvendo a compra e doações, são recorrentes nos documentos. A consequência mais evidente era não apenas difundir a cultura francesa, mas, principalmente, possibilitar que os alunos tivessem acesso à bibliografia indicada pelos professores. O próprio Monbeig salienta que sua bibliografia se restringe ao que está disponível. As negociações de compra de livros são feitas em várias instâncias da política²²³. Outro aluno da época, Antônio Cândido, dá voz aos desafios dessa coleta bibliográfica:

Quanto à bibliografia, o problema era de fato sério. Naquele tempo não havia bibliografia brasileira, não é como hoje que você tem livros traduzidos à vontade. O nosso curso foi feito com bibliografia estrangeira todo ele; a gente só lia em português umas poucas obras

²²³ “Par ailleurs, pour compléter, Mr. Almeida Prado, prétend qu’il ne faut pas acheter massivement des livres, parce qu’il n’a pas d’endroits pour les mettre ! (...). Mr. Prado a admis qu’on pouvait acheter 500.000 francs tout de suite. Mr. Porchat m’a assuré qu’il allait faire son possible pour réunir rapidement le Conseil Universitaire. Je ne sais ce que signifie au juste cette apparence d’opposition au gouvernement. J’ai demandé une entrevue au gouverneur et j’ai vu Mr. Mesquita. Celui-ci proteste avec véhémence contre le formalisme du recteur Porchat et la peur de ces responsabilités du directeur, Mr. Mesquita a entretenu immédiatement le gouverneur de la question”. (Arbousse-Bastide, ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- Caixa 443/1. Lettre d’Arbousse Bastide à J. Marx, 28 d’outubro de 1936). “Le 20 avril M. Souza Campos est allé à Rio appelé par le ministre de l’éducation. À l’occasion de son voyage, il rend visite à M. l’Ambassadeur de France et compte lui proposait d’intervenir personnellement auprès de M. Getúlio Vargas pour obtenir que les caisses des livres, offerts à l’Université par le Gouvernement Français soient dispensées des frais de douanes et puissent être transportées le plus tôt possible à São Paulo pour pouvoir être solennellement remises à l’Université” (ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- Caixa 443/1. Lettre de la mission (en que consta a assinatura de Monbeig) à J. Marx, 23 d’Abril de 1938).

fundamentais, de Gilberto Freire, Oliveira Vianna, Sílvio Romero; mas a bibliografia era de 70 a 80% em língua estrangeira. O que valeu muito, sobretudo um pouco mais tarde, foram as traduções espanholas do Fondo de Cultura Económica, do México, orientadas sobretudo pelos exilados espanhóis republicanos, antifascistas. E também as que vinham da Espanha e da Argentina. Graças a isto os estudantes puderam ler numa língua acessível, como o espanhol, os filósofos, sociólogos, historiadores franceses, ingleses, alemães e italianos. Isto foi a grande salvação do estudante brasileiro, porque o nosso meio cultural era muito pobre, sob este ponto de vista, embora tenha começado então um grande desenvolvimento editorial. Mas ainda era insuficiente. (CÂNDIDO in FREITAS, 1993, p. 42).

Uma rápida passagem ao programa de Monbeig contribuiu para solidificarmos o argumento sobre o profundo enraizamento da herança francesa para o conjunto do modelo universitário adotado na fundação da Faculdade de Filosofia. A USP, a Faculdade de Filosofia, e a organização do curso de Geografia da USP, foram amplamente inspiradas no modelo francês. Isso se revela empiricamente na localização da Filosofia como eixo central e um amplo diálogo com a História e com as ciências naturais, reproduzindo a estratégia da *Sorbonne* de manter os estudos literários ligados às ciências naturais. Pierre Monbeig inicia os alunos em “leis gerais” da geografia, priorizando um tipo de aprendizado metodológico. Esse aprendizado, associado às demandas práticas, não reforça os aspectos de imparcialidade e neutralidade da ciência, mas condiz com uma concepção de ciência autônoma, voltada para os valores democráticos. Os franceses radicalizaram essa imparcialidade aos mais amplos benefícios sociais da ciência, e por isso, alguns deles parecem ter se situado à esquerda dos padrões paulistas. Contudo, esta postura, para o caso de Monbeig, foi aceita e tolerada pelos padrões, o que demonstra que o ensino, apesar de tutelado, tinha um certa autonomia. Mas havia limites- vide-se o caso de Lévi-Strauss.

5- Estabelecer os pontos de partida do ensino e da pesquisa dos alunos: estimular a leitura dos clássicos da geografia e a confecção de monografias regionais brasileiras. Uma primeira postura normativa do ensino do método

Ao chegar ao Brasil, em fevereiro de 1935, o geógrafo francês profere a Aula Inaugural do curso de Geografia Humana na Universidade de São Paulo. Nesta aula, a tradição geográfica francesa é abordada com precisão no que se refere à explicitação de uma determinada definição de geografia, seus princípios e seu método, dentro de um

contexto de tarefas institucionais urgentes. A primeira tarefa anunciada se dá no âmbito de uma certa definição da Geografia: faz-se mister ler livros de grandes geógrafos, em especial, Vidal de la Blache, para compreender uma determinada significação do objeto e propósitos da Geografia no âmbito das ciências:

Li, há pouco, um pequeno trabalho, cuja bibliografia será particularmente reveladora dessa tendência que faz com que se fale de geografia sem ter sequer lido seus melhores livros. Com efeito, e nessa bibliografia se encontravam, em grande número nomes de sociólogos ilustres - quero pelo menos acreditar que o sejam – brilhavam [sic] pela ausência o de Vidal de La Blache, como se numa bibliografia sôbre a metodologia da sociologia esquecessem de mencionar a obra de Durkheim (...) (MONBEIG, 1940a, p. 11)

Em seguida, ao expor a forma como os geógrafos devem observar a realidade, ele recorre aos princípios geográficos sistematizados por Emmanuel de Martonne, tal como evocamos no primeiro capítulo. A capacidade de síntese da definição é impressionante: a geografia localiza (princípio da localização e da extensão), explica a distribuição dos fenômenos (princípio da extensão e princípio cartográfico) e procura as relações desses fenômenos entre si (princípio de causalidade). O seu corolário é o princípio da geografia geral e o da geografia comparada (MONBEIG, 1940a, p. 16).

Os princípios geográficos são apresentados junto às práticas e exercícios que se fundamentam pela valorização do concreto: ancoram-se no trabalho de campo e na descrição da paisagem: “Isto me leva a uma observação essencial, a saber, que o campo de estudos do geógrafo é a paisagem” (MONBEIG, 1940a, p. 13) e numa concepção integradora do passado e do presente: “Cabe-lhe estudar fatos mui diversos e não raro penetrar muito longe no passado” (MONBEIG, 1940a, p. 13). Por fim, a importância de representar os fenômenos espaciais em um mapa (MONBEIG, 1940a, p. 14).

Por isso prefiro abrir o tratado de de Martonne para ler esta definição, que reputo excelente ‘Ocupa-se a geografia da repartição dos fenômenos físicos, biológicos e humanos pela superfície do globo, de sua causa e das relações dos fenômenos entre si’. De Martonne acrescenta: **‘Ela (a geografia) tem um caráter não só essencialmente científico e filosófico, mas ainda descritivo e realista**, que faz a sua originalidade’. Cada termo se acha, nestas linhas, cuidadosamente pensado. [grifos nossos] (MONBEIG, 1940b, p. 11)

Na referência a de Martonne há uma síntese brilhante de como a geografia francesa repõe seu estatuto epistemológico num contexto de circulação. Ela reproduz

desígnios “científicos e filosóficos”, como também “descritivos e realistas”. Um esforço de generalização científica e filosófica articulado aos valores descritivos e realistas, aos valores literários e, igualmente, pela crescente sistematização do método e engajamento prático permeiam as entrelinhas dessa aula inaugural.

Assim, no âmbito dos procedimentos e dos métodos, Monbeig oferece lições precisas. O primeiro procedimento é o levantamento de dados, utilizando-se de uma metodologia que culminaria em explicações gerais e associações com modelos. Levantar dados, localizar, explicar e, por fim, comparar, é o método que ele aconselha a partir da incorporação da sistematização metodológica de Demangeon. A geografia comparada é a etapa última, quando o geógrafo procura explicar os fenômenos: “a todos é possível ‘ver’ a paisagem, observar-lhe a composição, apreender-lhe a beleza e mesmo compará-la a outras paisagens (...)” (MONBEIG, 1940a, p. 13).

No entanto, na etapa da “geografia comparada” e das ilações gerais, ele recomenda cautela, o que significa dizer que as considerações gerais sobre o Brasil precisam ser precedidas por uma formação teórica e pelo conhecimento empírico do país. Os resultados viriam após esta longa consolidação precedente. Assim, como ponto de partida de uma geografia brasileira, estimulada a partir do ensino, será preciso recomendar certa reserva: “Talvez ainda venhamos a renunciar às sínteses demasiadamente fáceis e empreender uma verdadeira pesquisa geográfica do Brasil, com sólidas monografias regionais” (MONBEIG, 1936d, P. 66). Um documento datado de 1940, preservado no IEB e não publicado, indica a preocupação de Monbeig em elaborar, neste momento, um manual para confecção de monografias regionais (IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG. MONBEIG, O Estudo regional na Geografia Humana. Caixa 6, doc 1. 1940).

Nesse documento, apesar da descrição da excepcionalidade das paisagens, que ele pretende descrever, vemos Monbeig adotar uma postura mais sistemática na exposição do método. Uma forma de compreensão da geografia regional francesa de traços modelares: “meio físico”, “elementos dos gêneros de vida”, “técnica agrícola”, “povoamento e economia regional”, “gêneros de vida ligadas à indústria”, “estudo geográfico das cidades”, “estudo monográfico de uma estrada de ferro” são algumas de suas evocações, o que ilustra uma concepção mais normativa da parte de Pierre Monbeig.

6- Dar continuidade às atividades da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)

A fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros por Pierre Deffontaines, em 1934, constitui-se um dos mais importantes patrimônios legados por este geógrafo à geografia que encontra Pierre Monbeig no Brasil. Associado a notáveis companheiros da ciência brasileira, Monbeig dará continuidade ao trabalho da associação. A AGB se tornará um órgão alicercedor do movimento de organização e conseqüente renovação da geografia brasileira. A associação também faz parte de um conjunto de artifícios alentado no modelo francês:

Para estabelecer esta cadeira, ele funda em São Paulo uma Associação de geógrafos brasileiros, cujos dois primeiros presidentes foram franceses (Deffontaines e depois Monbeig). Para esta realização, ele [Deffontaines] reuniu em sua casa algumas pessoas sendo que nenhuma delas era geógrafa, mas os mais notáveis francófonos locais (MONBEIG, un Hommage à Pierre Deffontaines, 1979). Ele se apóia na verdade sobre o modelo das sociedades geográficas francesas que permitiram a institucionalização da geografia na França (DELFOSSÉ, 1998)²²⁴.

Ao assumir a presidência da associação em 1935, Pierre Monbeig também deixa transparecer sua referência na *Association de Géographes Français* para conduzir as tarefas da associação brasileira. As estratégias de formação de uma escola também são circulantes:

Os agrupamentos europeus assim se constituíram; folheando a lista dos membros da Associação dos Geógrafos Franceses, deparam-se não apenas professores de geografia, mas oficiais, agrônomos, coloniais, diretores de importantes serviços públicos, homens de negócios e secretários de Câmaras de Comércio. Acolhe a Associação estudantes já experimentados: pelo ensinamento da Faculdade, os jovens adquirem o conhecimento das leis gerais da geografia; ficam conhecendo a particularidades de cada país, pois seria vão pretender estudar seu próprio país sem poder fazer comparações sugestivas (MONBEIG, 1940a, p. 276).

É indubitável que a AGB é uma das mais importantes condições para que o grupo de geógrafos ganhem um corpo de escola. Tal como a AGF, a AGB fortalecia o

²²⁴ "Pour établir cette chaire, il fonde à São Paulo une Association des géographes brésiliens, dont les deux premiers présidents furent français (Deffontaines, puis Monbeig). Pour ce faire, il réunit chez lui quelques personnes dont aucune n'était géographe, mais des notables locaux tout francophiles (MONBEIG, un hommage à Pierre Deffontaines, 1979). Il s'appuie donc sur le modèle des sociétés de géographie françaises qui avait permis l'institutionnalisation de la géographie en France".

aprofundamento especializado na disciplina, uma homogeneização dos métodos e a formação de espíritos treinados sob uma base comum. Nas palavras de Monbeig, “mais tarde, foi aparecendo cada vez mais bons geógrafos. Havíamos criado a associação dos geógrafos brasileiros, onde havia um grupo interessante, que não comportava apenas geógrafos, um geólogo, um historiador, Caio Prado Jr.” (MONBEIG in LAPOUGE, 1984). A AGB teria se devotado preferencialmente a uma aclimatação dos geógrafos franceses à realidade brasileira e à educação dos geógrafos brasileiros aos métodos franceses. E assim ela se integra e estimula a organização da geografia no Brasil e contribui por criar um corpo de geógrafos que partilham os mesmos métodos.

A ata de fundação da associação data de 17 de setembro de 1934. Inauguração que se deu na Avenida Angélica, 133, residência de Pierre Deffontaines, que se tornou seu presidente. Estavam presentes Luiz Flores de Moraes Rego (geólogo, catedrático da Escola Politécnica), Rubens Borba de Moraes, encarregado da tesouraria e Caio Prado Jr (estudante e escritor), que se tornou seu secretário (SEABRA, 2008, p. 16). A confirmação da liderança dos franceses no seio da Associação é o primeiro ponto sensível²²⁵. A solenidade do convite feito a Pierre Monbeig para liderar as atividades da AGB quando da vacância da presidência (depois da partida de Pierre Deffontaines) não dá margem a enganos. O convite feito por Caio Prado a Pierre Monbeig é uma chamada à sua liderança:

Na décima reunião (18 de março de 1935- doc. 01.02.11), pela primeira vez esteve presente o prof. Pierre Monbeig. Ele foi apresentado- e já proposto como membro- por Caio Prado Jr, como sucessor de Deffontaines na cadeira de Geografia da USP. Ao fazê-lo, disse Caio Prado que a Associação ‘[...] contava com ele para levar adiante seus trabalhos, cuja iniciativa cabe ao antecessor na Cadeira de Geografia, o prof. Deffontaines, (pois) a Associação, como fruto do ensino de Geografia inaugurado em São Paulo pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, precisa contar sempre entre seus elementos de maior destaque com o catedrático desta cadeira, a quem competia uma verdadeira obrigação inata de a orientar.’ (SEABRA, 2008, p. 29.).

Realmente, através das costumeiras atividades da entidade, distingue-se que a AGB reunia propósitos necessários para a organização da geografia brasileira sob liderança francesa: em primeiro lugar, ela servia como um espaço em que os estudantes

²²⁵ Presidentes da AGB: 1934-1935 - Pierre Deffontaines; 1935- Paul Arbousse Bastide; 1936-1947- Pierre Monbeig (e, itineramente, Aroldo de Azeedo); 1947-1948 - João Dias da Silveira; 1948-1949 - José Veríssimo da Costa Pereira (IBGE/PEDRO II); 1949-1951- idem; 1951-1952 - João Dias da Silveira; 1952-1953 - José Veríssimo da Costa Pereira. (ANTUNES, 2008, p. 83-84).

e profissionais podiam debater suas pesquisas com os professores, uma espécie de continuidade e aprofundamento dos conteúdos que eram ministrados na sala de aula. Como orientadora de pesquisas, a AGB tem papel profícuo na aclimação dos geógrafos e estudantes de geografia aos métodos encabeçados pelos professores (da Geografia, da Escola Politécnica, etc), a partir de 1935, liderados por Monbeig. Esses estudantes queriam a orientação francesa, postura assinalada por Caio Prado Jr. Não se descarta, entretanto, que a AGB tenha sido, do mesmo modo, uma mediadora da percepção desses franceses às demandas teóricas e práticas do campo geográfico brasileiro, formulação que encontra plena guarida na liderança que o geólogo Luiz Flores de Moraes Rego²²⁶ exercia no seio da entidade (ANTUNES, 2008, p. 60). Aqui se ressaí, mais uma vez, o sincretismo das intenções dos brasileiros e dos franceses. As monografias regionais que a AGB estimulava, encontravam profunda fusão de interesses dos dois grupos. Segundo Monbeig:

Enfim, uma série de monografias das atividades humanas atuais permite que nada se ignore dos recursos econômicos do país; as origens, as condições naturais, as dificuldades econômicas e as importâncias reais dos diversos ramos da agricultura, do comércio e da indústria são estudados com cuidado e os trabalhos geográficos acabam por constituir uma verdadeira 'suma', que reúne o valor científico à utilidade nacional (...). É o fim que a se propõe a Associação dos Geógrafos Brasileiros. (MONBEIG, 1940a, p. 276).

Neste movimento de renovação, a organização da biblioteca, com contribuições nacionais e estrangeiras, biblioteca esta que até hoje é um dos maiores patrimônios de periódicos geográficos do Brasil, se constituiu, de igual modo, como lugar inerente à originalidade deste processo. Além de uma evidente curadoria editorial, à constituição da biblioteca se soma a crítica que seus membros submetiam os materiais geográficos que estavam sendo produzidos dentro e fora do país. Uma carta do então secretário da AGB, Caio Prado Jr, ao então diretor da Faculdade de Filosofia, Eurípedes Simões de Paula, manifesta, em primeiro lugar, o sentimento de pioneirismo que estava impregnado nos círculos dos fundadores da entidade, no contexto de constituição da Geografia Brasileira.

²²⁶ "Moraes Rego (1896-1940), nascido no Rio de Janeiro, não lecionou Geomorfologia no curso de Geografia e História da FFCL da USP. Era professor da Escola Politécnica, onde logo foi reconhecido, por seus estudos relacionados com Geologia Econômica. Formado na Escola de Minas de Ouro Preto, tornou-se catedrático de Mineralogia, Geologia e Petrografia da Escola Politécnica da USP, no início da década de 1930, tendo, no final dos anos 1920, trabalhado no Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil. Entre 1928 e 1938, publicou inúmeros trabalhos de Geologia Econômica, resultantes de suas atividades de pesquisa. Mas, desde o fim dos anos 1910, já publicava o resultado de suas pesquisas nesse campo, concernentes a vários minérios, realizadas em muitas áreas do país (Goiás, Bahia, Sergipe, São Paulo Minas Gerais etc.). Em 1932, através do Instituto Astronômico e Geográfico de São Paulo, publicou o trabalho 'Notas sobre a Geomorfologia de São Paulo e sua Genesis', o qual, dentre outros trabalhos levou Aziz Ab'Sáber a considerá-lo o "primeiro grande nome da Geomorfologia do Estado de São Paulo" (SEABRA, 2008, p. 45-46.)

E, além disso, como a crítica ao material geográfico existente era estratégico para o movimento de remodelação da cultura geográfica brasileira.

São Paulo, 8 de novembro de 1935

Prezado colega,

A 4 do corrente, a A.G.B. realizou a reunião de encerramento dos seus trabalhos do corrente ano. A primeira reunião do próximo ano foi fixada na primeira segunda feira de fevereiro (dia 2).

No seu primeiro ano de existência, a AGB seu provas cabaes de sua vitalidade. Foram realizadas 22 reuniões, tendo sido nelas debatidas as mais variadas questões geográficas de maior interesse. Demos início a nossa publicação trimestral GEOGRAFIA, que já se acha no seu terceiro número, encontrando-se o 4º correspondente ao mês de dezembro, prestes a entrar no prelo. A revista tem tido a melhor acolhida possível, aqui e no estrangeiro, e já se pode considerar como definitivamente integrada nas publicações científicas do paiz. Cremos portanto que, sem exagero, a Associação cumpriu, senão ultrapassou as perspectivas que se lhe deparavam. Encerramos nosso primeiro ano de existência com um ativo de trabalho e resultados reais e altamente promissores para o futuro.

Cumpre-nos agora persistir. Ainda temos muito a fazer e nosso trabalho, embora tenha sido produtivo, está em começo. O terreno em que operamos ainda está quase virgem, e até o dia em que virmos no Brasil estudos e pesquisas sistemáticas e organizadas de geografia, ou seja, uma verdadeira ciência geográfica brasileira, e não apenas como até hoje, esforços isolados embora de grande valor, o caminho a percorrer é longo. E a AGB, que se propôs contribuir eficientemente para este fim, tomou a si uma grande responsabilidade, e tem de se manter à altura dela.

Para isto contamos com o apoio decidido e o esforço do prezado colega; e mais uma vez solicitamos sua colaboração, que será a que mais lhe convier: informações que nos ponham ao par de tudo quanto no Brasil se faz em matéria de geografia; comunicações sobre pesquisas científicas; artigos, críticas e notas para a revista; extensão das nossas relações culturaes, pondo-nos em contato com novos meios científicos e reunindo maior número de membros correspondentes e efetivos, etc. Em todos esses terrenos o prezado colega muito nos poderá auxiliar. E contamos firmemente com esta sua contribuição, que representa um fator indispensável para que realizemos as finalidades que temos em vista e cuja importância científica e prática o prezado colega, melhor que ninguém, saberá apreciar.

Saudações cordiais,

Caio Prado Jr.

(CAPH, Projeto Memória da FFCL/FFLCH-USP, Arquivo pessoal Eurípedes Simões de Paula, caixa 27, doc 2390 [carta de Caio Prado Jr a Eurípedes- diretor da FFCL- sobre a AGB])

Como citado na carta, a AGB uniu-se, outrossim, de uma publicação trimestral denominada “Geografia”, que teve aparição regular entre os anos de 1935 e 1936, sendo depois substituída pelo Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros, publicado em 1940 pela Revista Brasileira de Geografia (ligada ao IBGE) e depois de forma autônoma.

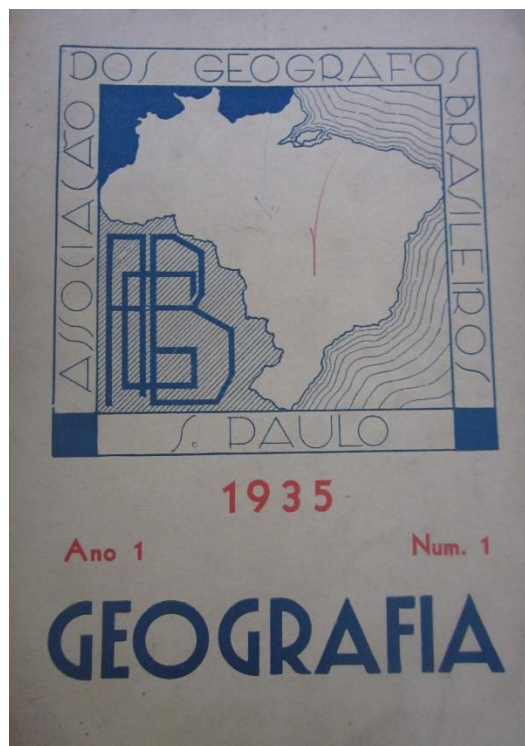


Figura 5 Capa do número de lançamento da Revista Geografia, da Associação dos Geógrafos Brasileiros- AGB. LIRA, 2016.

“GEOGRAFIA obteve do público brasileiro uma acolhida inesperada. Isto prova que a lacuna preenchida era deveras sensível. Sobretudo entre os membros do magistério secundário foi grande o sucesso. Recebemos deles grande número de cartas solicitando informações e animando-nos a persistir em nossos propósitos. Explica-se. Os professores de geografia do país não podiam deixar de sentir a falta de um órgão especializado; as revistas estrangeiras são praticamente inacessíveis a maioria deles. Faltava-lhes assim toda e qualquer informação regular sobre assuntos geográficos. Quanto ao grande público, “GEOGRAFIA” provou que já existe da parte dele um enorme interesse por assuntos técnicos desta natureza” (AGB, 1935:2).” (DEFFONTAINES, citado por ANTUNES, 2008, p. 106).

O primeiro estatuto da AGB reforça o expediente da entidade no sentido de expandir tanto quanto possível o conteúdo de suas discussões. Para os sócios residentes

fora do Estado de São Paulo, não havia contribuição financeira obrigatória, resumindo suas obrigações a acompanhar a atividade da associação (ANTUNES, 2008, p. 64). Além do mais, através do perfil dos primeiros sócios, deslinda-se que o tipo de recrutamento da AGB nos seus primeiros anos era bastante democrático, visto que a entidade era assiduamente frequentada por estudantes (SEABRA, 2008, p. 61).

Os trabalhos coletivos eram necessários para treinar o público da AGB nos métodos franceses. Eles apareceram em muitas ocasiões. As expedições de campo, como afirma Petrone, eram frequentes (PETRONE, 1994, p. 8). Eram propulsoras da liderança dos professores sobre os componentes do grupo. Nas primeiras excursões, o próprio Emmanuel de Martonne participa em uma série delas, nos três meses que passa no Brasil, a convite de Pierre Monbeig:

Assim, como exemplo, transcrevemos a relação de excursões e pesquisas registradas realizadas pela geografia da FFCL da USP alguns anos antes, isto é, 1937: ‘Foram realizadas muitas excursões de estudos. Em diversas tomaram parte os alunos; mas em outras, feitas com objetivo de pesquisas, estiveram apenas professores e assistentes. Cumpre destacar as seguintes: [...] ao Norte do Paraná [...] pelo Prof. Monbeig e na qual tomaram parte diversos alunos (junho); [...] a Campos do Jordão (agosto), [...] pelos Profs. Monbeig e de Martonne e na qual tomaram parte diversos alunos; [...] a Botucatu [...] pelos Profs. de Martonne e Monbeig (agosto); [...] ao Itatiaia, na qual tomaram parte os Profs. Monbeig, de Martonne, o assistente João Dias da Silveira e diversos alunos [...] ao litoral Norte do Estado de São Paulo (Caraguatatuba, São Sebastião, Ilha Bela), na qual tomaram parte o Prof. de Martonne e o assistente João Dias da Silveira (setembro); [...] ao Jaraguá pelo Prof. de Martonne e o assistente João Dias da Silveira (outubro); Excursão [...] no litoral Sul de São Paulo (de Santos a Itanhaém), pelo assistente João Dias da Silveira, com alunos (dezembro). Pesquisas: Graças a essas excursões, realizaram-se diversas pesquisas [...] O prof. Monbeig continuou a dirigir os estudos sobre as populações pioneiras. Enquanto o Prof. de Martonne dirigiu estudos de ordem física na Serra do Mar, Mantiqueira e Vale do Paraíba.’ (IUMATTI, SEABRA, HEIDEMANN, 2008, p. 78).



Foto 8. De Martonne no Brasil. Fonte: LÉVI-STRAUSS, 1994. De Martonne está no centro, à esquerda um geógrafo brasileiro que é supostamente João Dias da Silveira e à direita, Rebé Courtin.



Foto 9 Trabalho de campo. Fonte: LÉVI-STRAUSS, 1994. De Martonne está à esquerda. Segundo Strauss, trata-se de viagem que ocorreu em 1937. Ela começou de carro, depois a cavalo e por fim a pé, por estradas “difíceis”.

A AGB tinha um papel de organização do material, pedagógico e especializado. Foi responsável pela criação de um corpo de geógrafos que partilhavam as mesmas práticas e métodos.

7- Contribuir com a organização do Conselho Nacional de Geografia (CNG) e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Se os paulistas possuíam sua entidade nacional, a capital brasileira, neste período, também fora sede de outra entidade: o Conselho Nacional de Geografia. E neste círculo, a participação dos franceses foi igualmente importante. Na compreensão de Pierre Monbeig, o CNG era uma entidade “administrativa” enquanto a AGB era uma entidade “científica”: “Assim, em 1938, o Conselho Nacional admitiu a Associação dos Geógrafos Brasileiros entre os seus membros” (MONBEIG, 1940i, p. 282).

O CNG contou com o apoio de Pierre Monbeig e outros franceses. Emmanuel de Martonne teria pautado a constituição do CNG como uma condição ao ingresso do Brasil na União Geográfica Internacional. O CNG teria ainda um outro valor para Monbeig: a entidade fora o berço da inclusão da pesquisa Geográfica no Instituto Nacional de Estatística (INE). O censo de 1940 começara a ser preparado pela entidade desde 1938. Este senso terá um enorme impacto na pesquisa de doutorado de Monbeig. O processo de elaboração dessa enquete nacional pode de alguma maneira explicar por que a sua tese de doutoramento começara a ser redigida apenas na década de 40.

Portanto, a criação do CNG também tivera o estímulo dos franceses. Para nosso argumento, será ainda mais significativo constatar que a iniciativa francesa precedeu bastante a fundação dos conselhos e do instituto. Em 1933, Emmanuel de Martonne, em visita ao Brasil, formulara oficialmente o convite endereçado à Academia Brasileira de Ciências para promover o ingresso do Brasil na União geográfica Internacional (PENHA, 1993, p. 74). Penha trouxe à luz uma posição bastante contundente de de Martonne:

Declarou [de] Martonne nesta ocasião que, dada a riqueza e variedade das paisagens brasileiras, as atividades geográficas no Brasil ‘serão ainda mais fecundas no dia em que um Comitê Nacional de Geografia puder coordená-lo [sic] em espírito geográfico, pondo-se em contato com organizações análogas por intermédio da UGI. Os proveitos serão úteis para a ciência em geral, mas também para o próprio País, cheio de possibilidades de desenvolvimento’ (PENHA, 1993, p. 74.).

Esta citação coloca luz sobre o fato de que o processo de incorporação do Brasil era essencial para complementação dos modelos da Geografia Francesa. Um grande esforço foi empreendido para organizar as entidades. A princípio, a Academia Brasileira

de Ciências, que tinha Everardo Backheuser como ativo participante, concebeu um comitê geográfico como entidade privada. Logo se percebeu, porém, que a magnitude do território brasileiro demandava uma reunião de forças e recursos que só forças estatais podiam reuni-los (PENHA, 1993, p. 74, CAMARGO, 2009). Uma carta de Pierre Deffontaines enviada ao alto escalão do governo federal em 1936 o convida a ingressar na União Geográfica Internacional através do CNG.

‘Em outubro de 1936, entendeu o Ministro Macedo Soares que era chegado o momento da criação de uma Instituição que representasse os anseios dos eminentes geógrafos daquela época, no sentido de inserir o Brasil no contexto internacional da ciência geográfica. Neste contexto, o recebimento de uma correspondência do Prof. P. Deffontaines, para que o Brasil aderisse à União Geográfica Internacional, tornou-se um importante fator de alavancagem na criação do Conselho Nacional de Geografia – CNG (SANTOS, CASTIGLIONE, 2014).

Diretor da Revista Geografia a partir de 1936, Pierre Monbeig também se posiciona, em 1936, pela inclusão do Brasil nas redes geográficas internacionais. Esse movimento que envolve a criação do CNG é bastante significativo do ponto de vista do que estava em jogo na vinda dos geógrafos franceses ao Brasil: a formação da geografia brasileira sob esta liderança implicava na inserção do Brasil numa rede de pesquisas mundializadas. Na reunião da AGB de 19 de outubro de 1936, Pierre Monbeig expôs as diligências apresentadas ao ministro das relações exteriores, com o fito de promover o ingresso do Brasil na UGI. O comitê editorial relata os argumentos expostos por Pierre Monbeig:

Considerando a necessidade para toda ordem de disciplina científica de nos encontrarmos ao corrente dos trabalhos internacionais, tendo em conta o interesse que apresentam os inquéritos realizados em todos os países pela União Geográfica Internacional em mais de trinta Estados, a Associação dos Geógrafos Brasileiros, querendo ver o Brasil ocupar o seu lugar no movimento científico mundial, faz votos para que o Conselho Nacional de Geografia dê a sua adesão à União Geográfica Internacional e, para a rápida realização desse desejo, deposita inteira confiança na ação do Exmo. Sr. Ministro das Relações Exteriores. (AGB, 1936, p. 67).

Quando finda o governo provisório de Getúlio Vargas, com a promulgação da recém elaborada Constituição da República, em 16 de julho de 1934, este mesmo político, reconduzido ao poder por meios legais, assina em 6 de julho de 1934 a criação do Instituto Nacional de Estatística (SENRA, 2014). O instituto é criado para realizar levantamentos sistemáticos nas esferas federal, estadual e municipal, ou seja, tratava-se de um sistema

federativo de organização da estatística brasileira (SENRA, 2014). Por fim, intentava-se inserir o Brasil nos padrões de estatísticas internacionais: “a produção das estatísticas seguiria um plano anual, sempre seguindo os ‘melhores padrões que a técnica da especialidade aconselhar ou já estiverem firmados por acordos internacionais, mas respeitadas as necessidades e contingências peculiares à vida brasileira’ (parágrafo único do art. 1º [decreto que fundara o INE]).” (SENRA, 2014). O governo eleito instala uma Junta Executiva provisória, sendo o nome de Teixeira de Freitas escolhido para ocupar o cargo de Secretário-geral (SENRA, 2014). Teixeira de Freitas, em ocasião posterior, resume o estado anterior da estatística brasileira que “traziam a marca da descontinuidade, não possibilitando base segura para os estudos necessários à boa ordem administrativa e ao progresso do País “(FREITAS, apud SENRA, 2014).

Mas o INE só começará a funcionar em 1936. Na mesma época, delibera-se pela organização de um Conselho Brasileiro de Geografia (SENRA, 2014). “o novo Conselho logo é criado pelo Decreto n. 1.527, de 24 de março de 1937” (SENRA, 2014) e que será incorporado ao INE (SENRA, 2014). Por fim, “as mudanças serão, finalmente, formalizadas pelo Decreto-lei n. 218, de 26 de janeiro de 1938: o Conselho Brasileiro de Geografia passaria a ser o Conselho Nacional de Geografia (CNG) e o Instituto Nacional de Estatística (INE) a ser o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE).” (SENRA, 2014). Toda a estatística e a cartografia brasileiras são reorganizadas com preferências às escalas municipais e nacional (SANTOS, 2014). Esta iniciativa é saudada positivamente por Monbeig:

Uma das suas primeiras atividades foi consagrada à divisão administrativa do território nacional: o decreto 311, de 2 de março de 1938, regulamentou a organização geográfica dos municípios e, muito especialmente, tornou obrigatório o levantamento de mapas dos territórios municipais. (...). Os geógrafos e os sociólogos sabem quantas dificuldades decorrem da ausência de mapas municipais: muitas localizações dos fenômenos geográficos, econômicos, sociais, folclóricos são impossíveis sem cartas precisas e, como localização dos fenômenos, o estudo da sua extensão, da sua difusão são essenciais nos métodos das ciências humanas (...). (...) é a esta obra de grande importância que se dedica o Conselho Nacional de Geografia, assembleia plenária do Instituto de Estatística. Organiza uma nova edição posta em dia do Mapa do Clube de Engenharia editado em 1922 (...) (MONBEIG, 1940i, pp. 278-279).

É só a partir deste momento, portanto, que o trabalho de Monbeig e dos geógrafos brasileiros em geral contam com estatísticas e cartografia de padrão internacional e eles

tinham todo o motivo para apoiar a consolidação das entidades (MONBEIG, 1940i. p. 277-278). A padronização de um sistema de enquetes equivalentes demonstra que a tendência à sistematização do ensino, da pesquisa e do uso do método não se resume apenas à geografia francesa. As ciências como um todo estão se transformando. A fundação da Associação dos Geógrafos brasileiros e o estímulo à criação do CNG dão provas da impressionante e enérgica atuação dos franceses na organização prática e institucional da Geografia Brasileira, em uníssimo às tendências francesas e globais. Se a AGB tivera um papel pedagógico, o CNG fora importante na institucionalização e o IBGE contribuiu com levantamentos dos dados que serão incorporados nas pesquisas. Os franceses tiveram, pois, um papel chave no estímulo às entidades que poderiam fornecer dados confiáveis às suas pesquisas numa rede de trocas internacionais.

Capítulo 4

O projeto de pesquisa nas franjas pioneiras e seus espaços de referência (1935-1940): uma primeira “ressignificação” do Brasil

Se a possibilidade de entendimento do Brasil já havia sido prenunciada por intelectuais como Lucien Febvre, já está aí subjacente a alusão à emergência de um campo novo de pesquisa. Era o que a América Latina representava às ciências humanas francesas. Inserido no mundo latino e ocidental, o Brasil aparece aos olhos da França como o domínio do “vazio”, mas também do limite da civilização ocidental, do espaço que era possível compreender com as ferramentas acumuladas.

[o estudo da América Latina] É o da nossa civilização e de seus limites. Não seria necessário dedicar-lhe uma investigação profunda, quero dizer, uma pesquisa que visasse alcançar as verdadeiras realidades, para além das aparências sensíveis? Porque uma civilização não é apenas um conjunto de invenções materiais, máquinas e ferramentas mais ou menos complicadas. É um sistema de ideias, de sentimentos e de crenças. (FEBVRE, 1929, p. 277)²²⁷.

O objetivo desse capítulo é investigar se os esforços de organização da geografia brasileira permitiram consolidar, antes de 1940 (quando Pierre Monbeig publica seu primeiro livro sobre o Brasil), um ambiente de pesquisa que facilitasse a realização de trabalhos em uníssono ao que se produzia na França. Nesse sentido, gostaríamos de verificar se os primeiros questionamentos de Monbeig sobre as franjas pioneiras - surgidos a partir do contato com o terreno brasileiro – ligavam-se, sem rupturas, aos ensinamentos de uma Geografia Humana tal como ele assimilou de seus mestres.

Queremos descobrir como Pierre Monbeig construiu seu objeto de pesquisa no Brasil - em termos de *questões, conceitos e literatura* - e em concordância com os pressupostos metodológicos da Geografia Humana (ramo da disciplina ao qual ele já havia se associado na Espanha). Este ramo da disciplina dera respostas metodológicas transitórias ao contexto e às longas tensões das ciências, quanto à erosão dos valores

²²⁷ “[o estudo da América Latina] C'est celui de notre civilisation et de ses limites. Et n'y aurait-il pas lieu de lui consacrer une enquête approfondie: je veux dire une enquête qui s'efforce d'atteindre les vraies réalités, par-delà les apparences sensibles? Car une civilisation, ce n'est pas seulement un ensemble d'inventions matérielles, de machines et d'outils plus ou moins compliqués. C'est un système d'idées, de sentiments et de croyances.”

literários, ao engajamento prático crescente e à maior sistematização do ensino e do uso do método geográfico. O Brasil era um espaço de pesquisa inexplorado pelas tradições monográficas que afloraram no século XX, seja da Geografia Humana, seja da Sociologia, ou, ainda, da nova história, como anunciou Lucien Febvre. É dúvida investigativa saber se este país reunia condições para elaboração de uma investigação regional.

Para urdir esta trama de questões de pesquisa, ele começou por fazer um balanço historiográfico da geografia brasileira. Se o diagnóstico historiográfico irá detectar imensas lacunas desta geografia, doravante, ele se compromete a liderar uma disciplina com maior coesão teórica e amplamente baseada em inquéritos detalhados. Sua problemática de tese está inserida no contexto de organização da geografia brasileira.

Mirando esses objetivos, que são ao passo organizativos, mas também teóricos, Pierre Monbeig almeja traçar diversos marcos de referência e comparação para engendrar suas questões e seu projeto de pesquisa. Constatada a fragilidade da literatura brasileira, ele opta por considerar diferentes “espaços de referência”. O primeiro deles foi a Europa mediterrânea, de sorte que a recuperação de seus estudos sobre a Espanha e o Mediterrâneo foi um passo de suma relevância. Suas primeiras questões sobre o Brasil estão apoiadas em questionamentos comparados de ordem global.

Fundada essa perspectiva de análise, vemos Pierre Monbeig colocar-se questionamentos comparativos em diversas dimensões escalares, para alentar seu projeto de pesquisa. Segundo a tradição de Geografia Humana em que ele foi formado, liderada na *Sorbonne* por Albert Demangeon (e após termos constatado suas críticas à geografia de Jean Brunhes), ele diligencia-se em justapor uma Geografia Humana regional à geografia geral. A renovação anunciada era encaixada duplamente, em um escopo global e em um escopo local da produção científica, o que nos conduz a pensar na incipiente emergência de modelos e teorias no âmbito da Geografia Humana. Alguns autores não consentiriam com essas hipóteses.

Os estudos regionais provocaram uma separação entre a Geografia Geral ou Sistemática e a Geografia Regional, desestruturaram dentro dos conhecimentos e das técnicas usadas na época, a integração entre o regional e o geral (...). Esta geografia dividida, compartimentada tanto na direção horizontal como na vertical, veio empobrecer epistemológica e metodologicamente a Ciência Geográfica. (ANDRADE, 1987, p. 65).

No capítulo anterior foi apontado que o ambiente acadêmico em que circulava Monbeig não era um campo livre de forças, mas que ele logrou resguardar a sua

autonomia, auxiliado pelos aspectos de semelhança entre o projeto de ciência da elite paulista e a geografia francesa, notadamente no que diz respeito à ciência de tipo global que se almejava situar a Universidade de São Paulo. Além disso, a elite paulista convocou os intelectuais a conceber o caminho da civilização brasileira dando-lhes relativa autonomia, eles próprios lutavam por manter as teorias recentemente renovadas. Concebendo o perfil nacional e prático de que se revestiu a geografia francesa no Brasil, Monbeig aprofunda-se nos discursos que tragam algum efeito prático para realidade, no âmbito de um tipo de engajamento voltado aos interesses da “nação brasileira”.

Ao retomarmos, neste capítulo, aos esforços de circulação dos discursos simbólicos, verifica-se também uma crescente sistematização metodológica. A datar da década de 40, depois do congresso de Amsterdã, quando, no campo intelectual francês, a liderança dos discípulos de Vidal está assegurada, parece emergir um precoce esforço de construção de uma “teoria geral da colonização” que se insinua nas entrelinhas das enquetes desse Congresso e explicitamente nos textos de Monbeig. Assim, no Brasil, Pierre Monbeig não se distanciou das ferramentas adquiridas e das temporalidades de construção da metodologia da Geografia Humana francesa, tanto no que se refere à solução gradual das suas lentas tensões como à preservação da tenacidade dos valores literários na metodologia da Geografia.

Em um segundo momento de enfrentamento da problemática, Pierre Monbeig intenta estabelecer uma perspectiva comparada no âmbito do território brasileiro. Ele aspirava investigar quais eram as características diferenciais das franjas pioneiras paulistas em relação às demais regiões do Brasil. Ao buscar um enquadramento do fenômeno do avanço do capitalismo no Brasil, Pierre Monbeig intenta observar como *as heranças* dos gêneros de vida eram determinantes nas condições de mobilidade, na disponibilidade da mão de obra, na composição de um mercado e de um capitalismo nacional. Tais portas de entrada estavam mais ou menos sistematizadas nas *enquetes* que Albert Demangeon produzira como *guia* de trabalho de campo.

É nesse mundo periférico que o capitalismo produz o seu ajuste espacial, sendo o avanço da fronteira um movimento necessário à sua reprodução. Com base nesta repetição de temas e métodos, chegamos à compreensão de que a Geografia francesa não é uma ciência que prescinde nem das particularidades do avanço do capitalismo no Brasil, nem das abstrações gerais. A geografia francesa vai se tornando aos poucos uma disciplina global (com suas hierarquias e lideranças), cada vez mais consciente das suas tarefas

práticas e de seus métodos, mas em nenhum momento vai abandonar completamente os recursos literários e a descrição da excepcionalidade das paisagens, mesmo no contexto de avanço do capitalismo tardio e da conseqüente padronização das paisagens que provoca. Pierre Monbeig formulou a sua problemática de pesquisa através de questionamentos comparados em diversos espaços de referência. As questões elaboradas por Monbeig para “ressignificar” o território brasileiro no contexto da mundialização e o modo como ela opera essa variação escalar na construção de um projeto de pesquisa e de algumas precoces generalizações, é o que intencionamos demonstrar neste capítulo.

1- O diagnóstico das lacunas do pensamento geográfico brasileiro: as negações de Monbeig quanto à literatura brasileira

Quando Pierre Monbeig chegou ao Brasil, já havia, segundo Queiroz, um importante acúmulo de conhecimentos dos intelectuais brasileiros no interior e externamente à Geografia. Os problemas teóricos que os estimulavam eram a interpretação da identidade do Brasil e sua posição relativa na civilização ocidental (QUEIROZ, 1996). No Brasil, país que retardou o processo de modernização capitalista, país, portanto, de capitalismo tardio, a intelectualidade teve importante papel na direção das ações do Estado, “seja porque não haviam realizado ainda a sua unificação territorial, como a Alemanha ou a Itália, seja porque, resolvida a dimensão territorialista do Estado, faltava-lhes a integração das grandes massas ao sistema da ordem, como no contexto pós-escravista brasileiro” (LIMA, 2013, p. 45).

Nesta contextura de fatos, os projetos intelectuais eram também planos políticos. Essa “tentação” à política foi percebida por Monbeig, e sua avaliação conjuntural era de que o Brasil passava por uma ebulição intelectual na busca por sua identidade. Sérgio Miceli nos faz ingressar na década de 30 em um contexto de disputa de interpretações desses retratos dos Brasil:

A conjuntura intelectual parece imersa numa luta entre círculos de intelectuais militantes, tanto mais radicalizados quanto mais rígida a orientação confessional. Liberais, católicos, integralistas e simpatizantes de esquerda, os representantes de todos os matizes do espectro doutrinário da época estavam empenhados em construir e veicular o ‘retrato do país’ (...) (MICELI, 2001, pp. 120-125).

Essa ebulição teórica também é vista no campo da Geografia, pois, para Monteiro, “quer pelo aporte das ciências da terra, notadamente da Geologia, quer por aquele das ciências humanas, notadamente da História, chega-se ao século XX com um razoável acervo de conhecimento acumulado” (MONTEIRO, 2002, pp 5- 6). Qual é a relação dos intelectuais franceses com essa historiografia brasileira?

Para o caso das ciências sociais, Lima sustenta que os franceses tenderam a se posicionar como inovadores, fazendo tábula rasa do que existia no Brasil (LIMA, 2013). Mesmo assim, a autora é levada a aceitar a premissa investigativa que “consiste em questionar a identificação de uma descontinuidade absoluta entre a formulação de argumentos sociológicos no período anterior a 1930 e aqueles que passam a se definir posteriormente, com a institucionalização universitária das ciências sociais.” (LIMA, 2013, p. 55). Pierre Monbeig veicula uma retórica de ruptura:

Giles Lapouge- Em que estado se encontrava a geografia no Brasil quando de sua chegada? Pierre Monbeig- Quase inexistente. Bem, havia tido a influência de Deffontaines, mas de apenas um ano. Mas, é claro, havia um excelente geógrafo no Rio, Carlos Delgado de Carvalho. Ele fora soldado do Exército francês e seguiu o curso de Ciências Políticas. Publicou um livro notável sobre a geografia do Brasil meridional. Mas, à parte essas poucas exceções, bastante insatisfatória. (...). (MONBEIG in LAPOUGE, 1984).

Mesmo que a posição de Monbeig reflita essa retórica de ruptura, partilhamos da dúvida investigativa de Lima. Pierre Monbeig não fizera silêncio em relação ao que existia no Brasil, mas ele adota uma postura crítica ao dialogar com esta historiografia. Em um trabalho de 1949, com vistas a contribuir para o *Manual Bibliográfico Brasileiro*, nosso autor faz um balanço da literatura estrangeira e brasileira sobre o Brasil, numa longa duração²²⁸.

Se, de um lado, ele se vê como mais um partícipe de um movimento animado por intelectuais brasileiros na busca pelas raízes do Brasil, de outro, Pierre Monbeig tende a considerar quase tudo o que existe antes de sua chegada como “matéria prima” de uma geografia humana brasileira ainda inexistente: “os temas clássicos da geografia humana não foram ainda abordados, ou, em todo o caso, foram apenas esboçados e nem sempre por geógrafos.” (MONBEIG, 1949, p. 488)

²²⁸ Apesar de tal texto estar fora da periodização deste capítulo, não é difícil concluir que este balanço começa a se constituir desde o momento em que ele chega aqui, mesmo que publicado tardiamente.

Qual foi a parte que coube à geografia humana? Sem dúvida, beneficiou-se ela com as viagens dos etnógrafos, mas as pesquisas sobre populações indígenas, e, mais recentemente, sobre populações negras, tocam apenas pequena parte da massa do povo brasileiro; os dados geográficos são aí considerados sob ângulo especial e estas publicações vêm aumentar **a matéria-prima para estudos geográficos, sem formarem elas próprias tal estudo.** [grifos nossos] (MONBEIG, 1949, p. 479).

Partindo da crítica ou do silenciamento que lança a esta literatura, percebemos com mais clareza o projeto que ele esboçava para liderar os esforços de formação da geografia brasileira em suas especificidades institucionais, como também teóricas. O primeiro conjunto de autores sobre os quais Monbeig silencia são os geógrafos sociais e antropogeógrafos brasileiros, notadamente Silvio Romero, Roquette Pinto e Oliveira Viana. Um segundo grupo de pensadores ligados à geografia não mereceu mais do que o silêncio de Monbeig, salvo por Delgado de Carvalho: o grupo dos geopolíticos. Elyseo de Carvalho, Everardo Backeuser, Carlos Delgado de Carvalho, Mário Travassos e Francisco de Paula Cidade (MIYAMOTO, 1981, pp. 48-49) representam os primeiros escritos brasileiros nesse domínio. A influência de Ratzel nesse círculo é manifesta, o que demonstra que, também no Brasil (tal como se vira na postura de Lucien Febvre em relação a Jean Brunhes), Pierre Monbeig quer afastar um *excesso* de influência do naturalismo. Ele também fora um crítico do estado embrionário em que se encontrava a cartografia do país.

O principal motivo de dificuldade reside na situação da geografia. As consequências lamentáveis de seu **polimorfismo** são mais acentuadas aqui que em outro lugar. Os trabalhos incontestavelmente geográficos são raros, quer seja obra de geógrafos conhecidos, quer de pesquisadores com espírito geográfico. Fomos obrigados, portanto, a procurar o que nos interessava na casa do vizinho. **A maior lacuna é a ausência de uma cartografia em dia e completa** (MONBEIG, 1949, pp. 473-474).

Se Delgado de Carvalho era o que Monbeig reconhecia como o que havia de mais atualizado no campo do pensamento brasileiro, logo percebeu que o desenvolvimento de *outra* geografia francesa em terras brasileiras poderia desfrutar de reconhecimento. Existiam, por exemplo, diferenças significativas em relação à geografia propugnada por Monbeig no que toca, justamente, à relação com o trabalho de campo, mesmo pelos geógrafos de formação francesa: “Delgado não foi partícipe da fase realmente significativa da legitimação do geógrafo pelo trabalho de campo, após a metade dos anos 1930 e adiante” (BARROS, 2008, p. 327). A posição de Monbeig frente ao campo científico e literário brasileiro expressa um argumento que ele recorre insistentemente: no

seu sentido mais geral, ele tende a concluir por uma inexistência da geografia humana brasileira, já em 1936. Este foi o seu diagnóstico:

Por acaso, dispomos, através de todo o território brasileiro, de estudos bons e sérios no local, quanto aos sistemas de vida, o *habitat*, estrutura agrária ou qualquer outro problema? Longe disto, todos concordam. (...). Não seria preferível declarar encerrada a era das considerações gerais, baseada numa documentação medíocre e abrir caminho a pesquisas rigorosas, ao **inquérito regional, como o que foi realizado por Deffontaines em São Paulo?** (...) Reunamos antes de tudo **abundante fichário geográfico brasileiro**, unamos toda a nossa boa vontade numa colaboração inteligente e depois, mas **só depois, daremos um balanço**, e talvez chegaremos a uma conclusão. (...). Talvez ainda venhamos a renunciar às **sínteses demasiadamente fáceis** e empreender uma **verdadeira pesquisa geográfica do Brasil, com sólidas monografias regionais**. [grifos nossos] (MONBEIG, 1936d, pp. 63-66.)

No balanço bibliográfico de Monbeig, vê-se que as identidades das escolas geográficas são formadas, seja pelo ritmo lento, seja também por suas *inscrições negativas*. Monbeig procura construir a negatividade da antropogeografia e da geopolítica brasileira através de seu atraso teórico relativo e de uma associação extremamente direta, primeiro, com as influências de Ratzel e, depois, com a vinculação da Geografia aos interesses do Estado (ou seja, com estudos *demasiadamente* engajados). Ratifica-se que Monbeig está mais interessando em acentuar uma geografia que se volte aos interesses gerais da nação, mesmo que se possa questionar se esta é uma abstração válida, ou demasiadamente situada no paroxismo da autonomia do campo científico.

A partir do diagnóstico de Pierre Monbeig sobre o estado da geografia humana brasileira, podemos esboçar algumas considerações sobre o projeto que começa a ser gestado em suas linhas gerais: Pierre Monbeig pretende realizar um levantamento empírico mais aprofundado da realidade brasileira, embasado por uma sólida concepção geográfica. Trata-se de dar um salto qualitativo e quantitativo, tanto empírica quanto teoricamente. As palavras de Monbeig são enfáticas: “A fase do descobrimento está acabada, a do conhecimento tem agora início.” (MONBEIG, 1949, p. 474-475). Para tanto, ele adota um recorte regional do espaço paulista e o sólido horizonte teórico oferecido pela geografia vidaliana. Mas o recorte regional é, na verdade, uma estratégia de pesquisa no sentido de aprimorar e intensificar o levantamento e a produção de dados; em suas palavras, as pesquisas seriam “rigorosas”, “abundante fichário geográfico”, “sólidas monografias regionais”.

As visões gerais viriam aos poucos e posteriormente, após um longo trabalho regional sobre o Brasil. Não é à toa que ele dirigirá críticas ácidas às sínteses apressadas, fragilmente baseadas em dados empíricos. Há uma crítica recorrente à falta de sistematização expressa pela ausência de uma instituição que possa formar um grupo de pesquisadores orientados sob os mesmos princípios, daí o “polimorfismo” da geografia brasileira. Mas isso contribui para desabrochar uma postura mais sistemática de Monbeig pelo ensino e pelo uso do método geográfico, relevando que as tensões de longa duração da ciência francesa mais uma vez emergem na sua trajetória. Essa uniformização almejada só será possível com a fundação da Universidade de São Paulo, cuja cadeira de Geografia ele aceita comandar.

Quando as prateleiras de nossas bibliotecas ficarem cheias de sólidas monografias regionais, obras de geógrafos com os pés firmes no chão, será possível então cartografar seriamente as grandes unidades regionais, para fins administrativos. É a mais grave lacuna desta bibliografia, é a tarefa mais imperiosa para os geógrafos brasileiros. (MONBEIG, 1949, p. 491-492).

Na pesquisa de Monbeig, uma estratégia regional é adotada. Mas isso não implica que seu problema de pesquisa não tenha um alcance nacional, e mesmo global, de acordo com sua sustentação teórica. As escalas locais, regionais e globais estão hierarquizadas de forma a colocar questões de toda ordem no raciocínio de Monbeig. Elas fazem parte da problemática da pesquisa, que viaja no tempo e no espaço. A diferença de Monbeig frente aos intelectuais locais é a facilidade que ele tem de recorrer aos métodos globais, de comparação da problemática a outros territórios em que ela se apresenta, tecida em uma rede de questões universais. Sob a liderança de Monbeig, a geografia brasileira inicia sua emergência ao mesmo tempo que participa dos debates do mundo e não é uma geografia enquistada em uma torre de marfim.

2- O Mediterrâneo como espaço de referência em escala global

No começo do século XX a concepção integradora de Vidal começa a apresentar fissuras à medida que avança a colonização pela ação do homem. Enquanto os discípulos como Jean Brunhes valorizavam os princípios da causalidade, da comparação e da distribuição, apoiado em um determinismo geográfico e nos valores literários e naturalistas, outros discípulos, como Albert Demangeon vão valorizar o princípio da unidade, da comparação e da extensão. A Geografia Humana atualizava seus métodos na mesma medida que o homem intervinha na criação de paisagens equivalentes. Na

formulação de sua problemática, Pierre Monbeig também vai valorizar esses recursos de forma seletiva, jogando luz sobre a perspectiva escalar e de comparação. Mas esta variação escalar também fazia parte do domínio do sensível, uma vez que a Espanha e as zonas pioneiras eram realidades vivenciadas por Monbeig, de forma que nessa articulação entre o global e o local, o paradigma literário e da valorização do concreto volta a se impor, frente à tendência irrefreável da construção dos modelos e na sua utilização na resolução de tarefas práticas.

Voltando ao mestre, para desenvolver uma geografia universal sob as bases de uma geografia comparada, Vidal de la Blache teve que eleger um espaço de referência (ROBIC, 2004). Robic desenvolveu o conceito de espaço de referência ao analisar o Atlas Vidal-Lablache (1894). Este Atlas tem uma estrutura muito particular em relação aos outros que lhe antecedem (Levasseur e Reclus, notadamente) (ROBIC, 2004). No Atlas de Vidal, cada país é apresentado com uma carta de referência junto com outras pequenas cartas representando outros fenômenos. O objetivo de Vidal é estimular a *justaposição*, em variáveis escalas e sem fronteiras rígidas. Essas pequenas cartas, contudo, referem-se repetidamente a uma grande carta de referência, que no caso da Suíça, por exemplo, é representada pelo ambiente físico, pela hidrografia e pela grande divisão política. Assim, o espaço de referência é um quadro de representação particular a cada país (ROBIC, 2004).

Pierre Monbeig teria adotado, em termos de uma problemática global, o Mediterrâneo como um espaço de referência. Para Monbeig (e para elite paulista) um dos principais fenômenos a ser observado no Brasil é o processo de construção de uma civilização no limite da economia mundo mediterrânea e sua inscrição particular em redes universais. O título de uma conferência publicado em 1940 confirma esta intenção: “A paisagem, espelho da civilização”. Pierre Monbeig está inserido numa tradição de articulação entre paisagens brasileiras e a universalidade do conjunto do globo, tendo como referência o espaço mediterrânico. As articulações dos diferentes ambientes em que ele viveu, que representam o local e do global, compõem o conjunto das sensibilidades dos geógrafos às generalizações, apoiadas no domínio das suas experiências.

Destarte, o problema de pesquisa de Monbeig é marcado pelas heranças de uma certa Geografia Humana. Nesse momento de formulação da problemática, ele se apóia em uma Geografia que se vincula a Albert Demangeon. Evadindo-se de um estudo de tipo marcadamente comparado, como fez Jean Brunhes, que compara, mas baseia-se em

uma descontinuidade dos espaços. A geografia comparada de Monbeig se apóia na *extensão* dos fenômenos e na construção do problema de pesquisa, cujas hipóteses sejam testadas em um escopo global dos terrenos conhecidos. O gráfico abaixo reafirma um amplo escopo de referências que Pierre Monbeig deve ter mobilizado para construir o seu projeto de pesquisa, mas, ao fim e ao cabo, ele prefere relacionar a construção da civilização brasileira com o Mediterrâneo, mesmo que seu arquivo pessoal, que nós tivemos a possibilidade de consultar, esteja repleto de anotações sobre a África, que também poderia ter se constituído num espaço de referência em relação ao Brasil, mas esta não foi a opção de Monbeig, revelando as suas raízes francesas e suas afinidades teóricas.

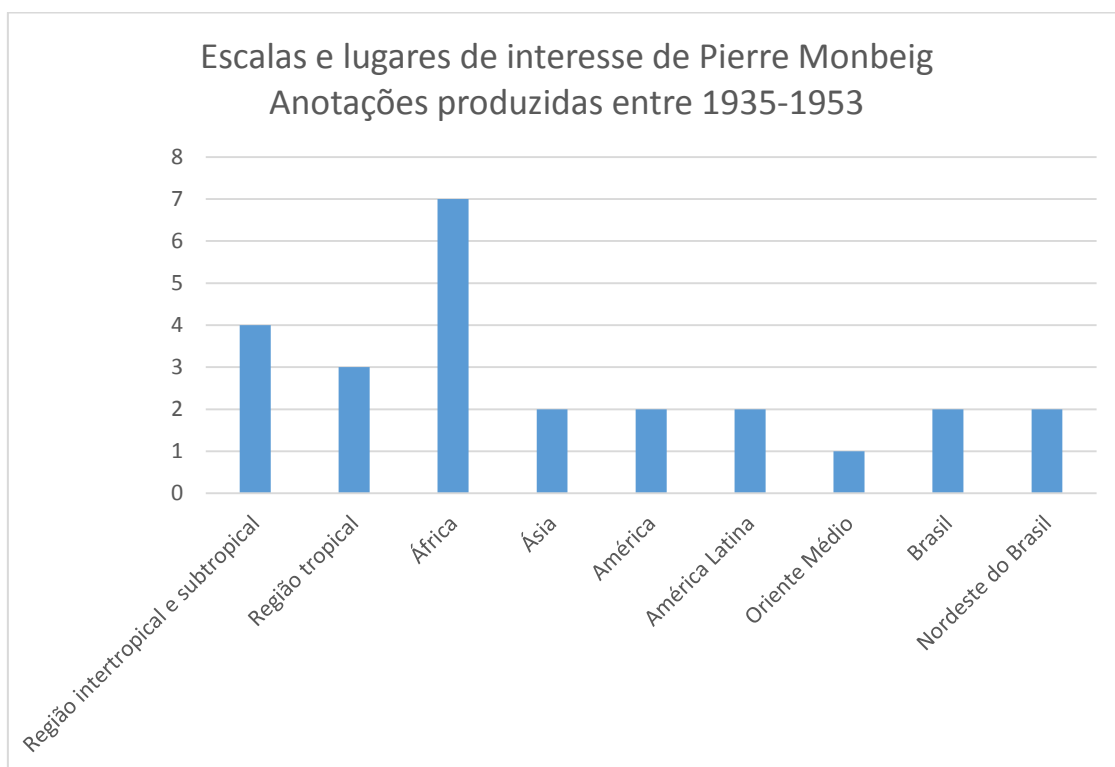


Gráfico 1. Base de dados: IEB- Instituto de Estudos Brasileiros, Fundo Pierre Monbeig. Organização: Lira, Larissa Alves de, 2016.

Mas o gráfico 1 também reafirma que o geógrafo pretende construir uma imagem sobre o mundo. Ele se interessa por todas as principais regiões extra-européias. Ele prioriza a leitura de lugares conhecidos, como o Mediterrâneo. Mas, principalmente, reafirma-se o viés comparativista dos seus estudos no interior *da continuidade* dos espaços pois, não olvidemos, o tema da colonização do Brasil *pelos* povos europeus faz parte do senso comum da ciência francesa. No escopo desses espaços de referência, ele

evoca, por exemplo, a seguinte indagação: no período atual, as sociedades dos países novos têm condições de moldar a paisagem tal como as sociedades europeias levaram séculos para o fazer? Em outros termos, é possível construir uma civilização nos trópicos no tempo breve?

O título desta conferência [A paisagem, espelho de uma civilização] parece-me assim amplamente justificado; suponho, entretanto, algumas objeções no espírito dos ouvintes: os exemplos escolhidos só têm valor para os países de onde foram tomados e é evidente que nessa Europa Ocidental onde desde milênios são **elevadas as densidades** humanas, os homens tiveram tempo para modelar a natureza e criar paisagem de civilização. Mas nas regiões onde as civilizações conservaram-se primitivas e o povoamento frágil, ou ainda nos países novos nos quais a vitória dos homens sobre a natureza data de ontem ou de hoje mesmo, em um **país novo como o Brasil, não poderia dar-se o mesmo?** [grifos nossos] (MONBEIG, 1940e, p. 244).

Pierre Monbeig toma como pressuposto uma geografia que pretenda concorrer ao desenvolvimento da sociedade brasileira em situação de colonização. Sua premissa é a da existência de referências modelares na construção civilizacional, cujo modelo é o das civilizações mediterrâneas. Lá os homens lograram conquistar uma melhor distribuição dos seus benefícios ao longo da história. A característica mais destacada desse conjunto é o seu apego à terra e às técnicas:

Foi editado há pouco na Geografia Universal, em vias de publicação e redigida pelos melhores geógrafos franceses, o volume sobre as penínsulas mediterrâneas, um dos mais felizes de uma coleção que já angariou renome mundial. Surpreende ver quanto o seu autor, o professor Jules Sion, se valeu das literaturas helênicas e latinas para mostrar a **permanência de certas técnicas e certo modo de vida no quadro natural mediterrâneo**. Mostra por exemplo como a descrição homérica do famoso escudo de Aquiles, em que eram representados os episódios do trabalho dos campos, poderia ainda ser feita em nossos dias: **mesmo arado, mesmas culturas, idênticos processos de colheita**. [grifos nossos] (MONBEIG, 1940f, p. 228).

Mas unificando espaços e povos bastante diferentes, Monbeig concebe que, no Brasil, seria preciso construir uma Geografia Humana que contribuísse para *o enraizamento da população ao solo*. Esta constatação, todavia, pode estar permeada de alguma simplicidade. A ideia de que a ciência vidaliana é uma geografia que estuda *exclusivamente* o enraizamento do homem ao solo está largamente superada. Mas não radicalizemos esta postura, tampouco. Se a Europa se formou numa confluência de hábitos culturais em compartimentos fechados, ela também se constituiu pelas trocas, sem

que se pudesse abrir mão de qualquer desses eixos de análise para compreender a sua formação territorial. A mesma indagação se coloca no Brasil: qual o equilíbrio entre a estabilidade e a circulação? Esta é uma das questões perseguidas por Monbeig.

Se a população se espalhasse igualmente por todo o Estado em geral, dando em resultado a harmonia na atividade, isso evidentemente favoreceria **o equilíbrio econômico** e social do país. A **densidade uniforme**, tanto na rede de ocupação como na cultura do solo, é garantia certa de **estabilidade e segurança** como claramente se vê pelo exemplo dos países da Europa ocidental e escandinava (nas partes cultiváveis, entenda-se) opondo-se aos da Europa meridional e central. [grifos nossos] (MONBEIG, 1940d, p. 116).

Pierre Monbeig fala em “exemplo” da Europa mediterrânea, e se imbuí de um raciocínio pautado por conexões entre o Velho e o Novo mundo, sendo que o primeiro está em processo de colonizar o segundo, por regularidades e pela equivalência desses mundos. É isto, por outro lado, um dos motivos pelo qual ele destaca a originalidade da zona pioneira do Estado de São Paulo quando a compara com outras regiões do Brasil: “É incontestável que o Estado de São Paulo oferece exemplos infinitamente mais numerosos de **apego ao solo** do que as Províncias da época colonial e dos Estados do Nordeste do Brasil, mas ainda isso não prova e não se pode seriamente falar de uma **população fixa e sedentária de camponeses**.” [grifos nossos] (MONBEIG, 1936c, p. 32). Verifiquemos nas próprias palavras de Monbeig a importância que ele confere a fixação, para evitar simplificações reducionistas.

A intenção de construir uma problemática de pesquisa que tenha como pano de fundo um espaço de referência comparativo em escala mundial, aclara-se em múltiplas ocasiões. Em 1935, ele deixa transparecer sua ambição a uma generalização num âmbito global. No discurso de Monbeig, a comparação de diferentes “zonas pioneiras” é o que conduz ao “conhecimento”, não sem antes adorná-lo de um ponto de vista descritivo. Na Geografia Humana adotada, ele descreve e compara. Esses são os pilares da construção de uma generalização no âmbito das experiências, no âmbito do sensível:

Depois dos estudos da “American Geographical Society” (2) **sobre as zonas pioneiras** australiana, canadense, manchuriana e outras, *resta estudar a faixa pioneira brasileira*. É, pois, um início de estudo neste sentido que se vai tentar aqui, não somente **descrevendo** esta própria faixa, como procurando também o que o **conhecimento** desta pode trazer para o **esclarecimento** de problemas, muitas vezes, remotíssimos, **no tempo e no espaço**. [grifos nossos] (MONBEIG, 1935, p. 221).

A conferência proferida em 15 de maio de 1937, segundo uma notícia publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, é enfática quanto ao vocabulário generalizante: “Na sala 'João Mendes', o professor Pierre Monbeig falará sobre 'Paizagens agrícolas, **o exemplo do mediterrâneo**'.” [grifos nossos] (*O Estado de São Paulo*, 15 de maio de 1937, p. 10). Na palestra sobre o “exemplo” do Mediterrâneo, Pierre Monbeig traceja um modelo do que são considerados por ele os fatores essenciais de progresso agrícola, no passado e no presente: a estabilidade das paisagens, em termos populacionais e técnicos. Mas o movimento moderno causa mudanças profundas neste retrato.

É muito mais delicado, mas também mais fascinante procurar o que nossa época pode trazer a um mundo milenar, berço de uma das mais velhas civilizações agrícolas do mundo, a bacia do Mediterrâneo. Não seria possível aí também, **nessas paisagens que parecem imutáveis** desde o tempo em que o divino ferreiro as esculpia no escudo de Aquiles, **apreender as modificações explicáveis pelas convulsões econômicas, políticas e sociais do mundo moderno?** [grifos nossos] (MONBEIG, 1940h, p. 250).

Alguns leitores de Pierre Monbeig insistiram no aspecto dinâmico de sua geografia. Contudo, Salgueiro não reputa ao dinamismo excessivo do território brasileiro uma crítica da parte de Monbeig (SALGUEIRO, 2006). Com efeito, ele descreve realmente a zona pioneira no Brasil como uma zona de mobilidade. Mas ele vê a *extrema* instabilidade como característica do atraso. Isso não contradiz as sugestões de Vidal de la Blache, para quem a circulação dos elementos culturais e econômicos teria promovido um importante salto civilizacional no Mediterrâneo (LIRA, 2013). Na verdade, é a relação desses elementos o que importa, e não a exclusão das permanências pelas circulações e vice e versa.

Para Monbeig, ancorado em sua experiência francesa, um dos mais importantes aspectos do progresso são a *densidade, a estabilidade no tratamento do solo e a circulação*. A modernização impulsionada pela circulação não é descartada. A modernização dos territórios no Mediterrâneo, simbolizada pela navegação à vapor, também age como um importante incremento num quadro estrutural de cultura estável, o que não se observa nos espaços brasileiros. Em Monbeig, não há uma exclusão dos benefícios da circulação em prol da estabilidade.

Assim, esse espaço também evoluiu com o tempo. A região do mar interior foi se incrementando progressivamente com uma maior variedade de cultura, outro aspecto que se singulariza no mundo pioneiro, marcado pela monocultura. A monocultura é

contrastante com a segurança alimentar de grandes densidades: “tais culturas representam verdadeiros seguros contra os acidentes climáticos: se a colheita dos cereais é deficiente, os frutos garantirão, em qualquer caso, um mínimo de alimento, dando elementos nutritivos que não são encontrados nos cereais.” (MONBEIG, 1940h, p. 253).

Mesmo que o mundo mediterrâneo tenha conhecido uma revolução agrícola, quando “regiões inteiras especializaram-se então em culturas de árvores: Sicília, (...), Ilha de Maiorca, (..), zona de Valencia, no levante espanhol (...), Lanquedoque francês.” (MONBEIG, 1940h, p. 255), seus elementos são marcados pela estabilidade técnica, ainda que sob uma *superestrutura* de trocas, o que é, não olvidemos, peça chave do progresso. Assim, o Mediterrâneo não escapa das características de uma agricultura moderna. Mas a vida moderna é uma camada superficial em relação à estabilidade da vida material camponesa.

O mundo mediterrâneo não conheceu uma verdadeira revolução industrial, mas agrícola. Desde o fim do século XVIII a vida agrícola seguiu outra marcha [e] **sem abandonar seus traços fundamentais** ela adquiriu características novos. Esta revolução agrícola mediterrânea pode ser estudada nas paisagens modernas das regiões mediterrâneas. [grifos nossos] (MONBEIG, 1940h, p. 254).

Literaturas atualizadas frisam a importância da circulação no pensamento de Vidal de la Blache²²⁹. Também para Monbeig, a esfera da circulação do mercado mundial tornou-se um fator eminente para os seus estudos geográficos, assentados sobre o processo de mundialização. Este mesmo mercado coloca problemas globais, que são vistos no Mediterrâneo, e também em São Paulo. As comparações florescem sobre a trama:

A superprodução do vinho, em França e na África do Norte determinou uma política do vinho, comparável em tudo à do café, tão onerosa para a coletividade, tão infrutífera para os interessados apesar de trazer algum alívio passageiro. (MONBEIG, 1940h, pp. 257-258)

Neste momento, sua concepção é marcadamente à esquerda quando ele se vê em face ao imperialismo. Todavia, é igualmente necessário assinalar que o “exemplo” mediterrâneo compreende uma civilização que tinha evoluído de uma cultura material para uma civilização moderna (ordenada pelo mercado), de baixo para cima, construindo

²²⁹ Arrault deu destaque a consideração multi-escalar que a colonização dos territórios por meio das redes de transporte representava para Vidal de Blache. Atento para a questão da circulação, em Vidal, diferentes meios de transporte determinam dimensões regionais variadas “como se correspondessem, a cada meio de transporte, uma certa escala, uma certa dimensão [...]”(ARRAULT, 2008, p. 78) .

camadas e mecanismos agrícolas que vão do camponês aos financistas e à monocultura, que ele vê como desastrosa à coletividade.

Dessa maneira, o capitalismo ainda encontra muita resistência nos países mediterrâneos. O ajuste espacial que o capitalismo deve realizar para sair das crises, como compreendeu Albert Demangeon, deve ser feito na periferia da economia mundo. Assim, Pierre Monbeig já identifica que a ordem da colonização é exatamente inversa na zona pioneira em relação ao Mediterrâneo: o estímulo do mercado mundial vem de fora e se instala sobre uma zona virgem. É a especulação que valoriza e coloca a terra na produção. O ordenamento social nasce em função do mercado, motivo pelo qual o geógrafo considera que o desafio do Brasil é o nascimento do camponês (que esboça uma aparição paulatina em São Paulo), e que está, em parte, fora desses circuitos do mercado internacional.

Além do processo de fixação do camponês à terra, o estudo da zona pioneira em meio a problemáticas comparadas, coloca outros problemas teóricos: como o global (que vem de fora e que se sintetiza na ideia de mercado mundial) se relaciona com as dinâmicas locais (o da fixação do homem ao solo), e quais são as ordenações evolutivas dos sistemas? A obra espanhola de Monbeig ainda não lograra unificar esses dois sistemas lógicos.

Se, de um lado, ele vê inversões na lógica evolutiva dos sistemas, de outro, vê padrões. Como compreender geograficamente esta dupla lógica desses fenômenos? Futuramente, Monbeig irá compreender que oposições históricas são na verdade complementares em seus ordenamentos espaciais. Lógicas históricas opostas ou em concorrência selecionam locais distintos para se espacializar. E, no espaço, elas se tornam complementares em sua contiguidade. Ele aponta numa palestra proferida em 1939, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma evolução padrão da zona pioneira se comparada à da Europa ocidental. Monbeig se escora, cada vez mais, em uma *teoria global de colonização dos espaços e em uma disposição espacial dos processos de colonização* para construir sua problemática. Ele esboça uma teoria especulativa e geral da colonização antes de 1940, ou seja, no momento de formular suas questões de pesquisa:

Geógrafos e economistas são levados a constatar que os grupos humanos, apossando-se de uma região e valorizando-a atingem-na toda uniformemente, mesmo as terras mais ingratas. A primeira fase da conquista agrícola seria marcada pelo desprezo completo de

suas vantagens geográficas: lembrarei em poucas palavras que os primeiros solos cultivados no Estado de São Paulo no período colonial são considerados como sendo os mais medíocres. Em seguida viria a verdadeira adaptação às condições geográficas: a paisagem rural 'se matiza; cada vantagem do relevo, do clima, do solo é utilizada na medida do possível. Então, somente se pode falar de domínio da natureza por parte do homem, porque a melhor maneira talvez, de dominar é adaptar-se. Nas velhas terras das margens do Mediterrâneo, o fenômeno aparece claramente, mas devo dizer, e não é apenas como fecho de uma conferência, que o compreendi plenamente em minhas viagens à novas campanhas do interior brasileiro. (MONBEIG, 1940h, p. 261-262).

Aqui, as zonas pioneiras e as regiões mediterrâneas se encontram evolutivamente, mesmo separadas por séculos de distância no tempo: uma primeira onda colonizadora fez tábula rasa das vantagens e desvantagens geográficas. Apenas uma segunda onda de colonização respeitaria melhor os matizes do meio. Isto aconteceu no Mediterrâneo. Também teria acontecido nesta ordem nas zonas pioneiras. No fundo, quais seriam as generalidades e especificidades evolutivas de um capitalismo tardio, com a sua necessidade de avançar sobre a fronteira?

Nas primeiras questões que formulou Pierre Monbeig deixa subentendido que o mundo contemporâneo vive cada vez mais situações de processos equivalentes. Ele repete as chaves de análise no mundo mediterrâneo na zona pioneira: densidade, mobilidade, mercado. Fala também em técnicas, agricultura e pecuária no domínio de um vocabulário vernacular. Mas apesar do raciocínio comparativo, muito raramente ele estabelece relações causais, e as generalizações a partir da aproximação desses dois espaços são sugestões imagéticas. Monbeig se instala numa linha de continuidade das proposições metodológicas de Vidal de la Blache e Albert Demangeon.

Ainda numa escala de análise global, algo vai se revelar bastante surpreendente. Pierre Monbeig irá reconhecer, ao chegar no Brasil, a importância do jovem intelectual Caio Prado Jr na compreensão da inserção do país novo nos jogos da economia mundial. Ao elaborar raciocínios comparativos, ele compreenderá as especificidades da zona pioneira em escala global. *Mas é ao mobilizar o princípio da extensão* que a compreensão de Caio Prado vai se mostrar primordial.

Caio Prado também fora membro da Associação de Geógrafos Brasileiros, dividindo reuniões ombro a ombro com Pierre Monbeig, mantendo forte diálogo com a geografia. Ele já tinha elogiável produção intelectual na década de 1930. Muitas das suas

ideias encontrarão ressonância nos trabalhos do geógrafo. Com efeito, Caio Prado começa seu percurso intelectual cotejando os trabalhos empíricos ou teóricos com outros intelectuais no âmbito da recém fundada Associação dos Geógrafos Brasileiros, em 1934 (IUMATTI, 2008, p. 130). Ao analisar o Boletim de Estatística Agrícola e Zootécnica (1932-1933), ele publica os resultados de seu exame e de seus trabalhos de campo no periódico da AGB, concluindo pela enorme predominância do sistema da grande propriedade fundiária na economia paulista e brasileira “**orientada no sentido** da produção de gêneros tropicais, que encontravam suas melhores condições de organização e produtividade no sistema que recebeu o nome de plantation system, isto é, a exploração em larga escala fundada no trabalho escravo.” [grifos nossos] (IUMATTI, 2008, p. 131.). Este raciocínio era a base para a formulação do conceito de “sentido da colonização”.

Ele explica a permanência da grande propriedade pela longa duração do trabalho escravo, perturbando o desenvolvimento da pequena propriedade (IUMATTI, 2008, p. 131.). Tendo desenvolvido uma parte de sua experiência intelectual através da militância no Partido Comunista, Caio Prado logo percebe que “Marx não oferecia respostas precisas sobre o uso do conceito de *plantation system*” (IUMATTI, 2008, p. 132).

Assim, alguns aspectos fundamentais desenvolvidos por Caio Prado em seu percurso para o ‘Sentido da colonização’ tomaram a forma de levantamento e pesquisa sistemática da bibliografia e documentação referentes às mais variadas épocas e países, bem como às suas relações recíprocas, trazendo consigo a necessidade do **procedimento comparativo e do restabelecimento das interligações com o sistema mundial**. Nesse sentido, o engajamento nos estudos geográficos abria a Caio Prado um caminho bastante rico, já que a **Geografia Humana lablachiana reivindicava, desde sempre, uma perspectiva tanto regional quanto comparativa** [grifos nossos] (IUMATTI, 2008, p. 134).

Apesar de brilhante, e com importantes sugestões sobre a inserção do Brasil colonial na economia mundo, Caio Prado aparece timidamente nas referências de Monbeig. Sendo este jovem militante de esquerda um ano mais velho que o geógrafo, tendo 28 anos em 1935, aluno da FFCL (sua segunda faculdade), a razão pela qual Caio Prado pouco apareça nos primeiros escritos de Monbeig, pode residir na sua juventude, ou na prioridade que este jovem intelectual marxista conferia à dimensão da política, mesmo que a formulação de um dos principais conceitos de Caio Prado, o “sentido da colonização”, já estivesse em curso.

Assim, para Iumatti, em 1935, no Programa da ALN (Aliança Nacional Libertadora), estava explícito que quase todas as principais ideias do sentido da colonização já ocupavam o centro do palco da historiografia política brasileira: Caio Prado “argumentava, em tom de denúncia, que a colonização do Brasil pelos portugueses tivera um único objetivo: ‘a produção de certos gêneros tropicais de grande procura na Europa’” (IUMATTI, 2008, p. 139). Os portugueses teriam vindo ao Brasil com o objetivo prioritário de explorar as riquezas naturais e lançar esses produtos no mercado internacional, não com o fito de construir o Brasil, mas de explorá-lo. A mão de obra escrava servia a estes objetivos, de exploração extrema de um trabalho que não se orientava a uma construção social (IUMATTI, 2008, p. 139). Vejamos o princípio do “sentido da colonização”:

Não se pode aproximar - a não ser para fixar contrastes - a história da América do Norte da dos demais países do Novo Mundo. [...] A primeira completa a economia da Europa integrando nela uma zona tropical que seu território próprio não dispunha. A segunda nada traz de novo: repete o que já existia na pátria dos colonizadores. Dessa diferença fundamental resulta a evolução tão profundamente diversa de ambos os setores da América. Econômica, social e politicamente eles se extremam. E por isso também vemos, no século XIX, o primeiro continuar na sua condição de presa cobiçada e disputada; enquanto o segundo vai formar entre os países disputantes (IUMATTI, 2008, p. p. 144).

Se a tropicalidade é a premissa geográfica do conceito de “sentido de colonização” da América do Sul, em oposição e complementariedade com a Europa, esta asserção é largamente incorporada por Monbeig:

Terminaria, pois, o capítulo Europa justamente com este pequeno lema? Não, na minha opinião, pois nas conclusões o autor deixa escapar uma frase de grandes ensinamentos: ‘bem entendido, é preciso colocar a América junto com a Europa propriamente dito, do qual ela é o prolongamento (MONBEIG, O Estado de São Paulo, 13 de nov. de 1940).

Desenvolvendo um estudo para o presente, que merece poucas menções nesses primeiros escritos, provavelmente devido à militância política e comunista de Caio Prado (pelos contratos com a FFCL, os professores franceses eram proibidos de exercer atividades políticas), não inobservemos, contudo, que Caio Prado Jr se tornou um ponto de partida fundamental para a elaboração do projeto de pesquisa de Pierre Monbeig, em que as comparações em ordem global são condicionadas pela experiência sensível do geógrafo e pelas conexões de um mundo em processo de colonização. Um mundo unificado por processos de expansão material e simbólica reproduz fenômenos

equivalentes e também originais e é a sua compreensão integrada no espaço que desafia Monbeig.

3- O apoio sobre uma teoria geral da colonização e o congresso de Amsterdã de 1938

Vimos como Pierre Monbeig se deixa conduzir por uma teoria geo-histórica de colonização para então compreender como esta teoria está associada aos processos econômicos contemporâneos. Nos espaços de colonização, distinguem-se, *teoricamente*, dois vetores que se alternam e que se combinam. Primeiramente, temos um movimento metodológico *idealmente* extensivo, dado que é conformado por espaços abertos, horizontalmente dinâmico, indiferente às características do meio e privilegiando um movimento histórico sincrônico (ele é *tendencialmente* um modelo de colonização econômica). Depois, vem um movimento metodológico *idealmente* intensivo, verticalmente dinâmico, conformado em espaços “fechados” ou constrangidos pelas características do meio, condizente com um movimento histórico diacrônico (que seria um modelo de colonização natural). Essas dinâmicas são sobrepostas em camadas, acrescentando complexidade à situação precedente. O movimento idealmente extensivo é estimulado por fatores econômicos. O movimento idealmente intensivo é estimulado pelos fatores naturais. A ordem desses fatores se altera em função dos espaços em que estes movimentos são observados.

Assim, subjacente a estas considerações deslinda-se que Pierre Monbeig florea, nas entrelinhas de seu discurso, um modelo de progresso geo-histórico e econômico. Monbeig já está se municiando de uma teoria geral da colonização. Há a constatação de que um padrão geográfico de colonização se reproduz tanto quando predomina uma evolução natural, como quando predomina uma evolução econômica. Mas a ordem e a intensidade em que esses movimentos ocorrem são fontes de originalidades. Essa teoria geral da colonização se aplicaria às franjas pioneiras e sua largada colonizadora começa pelos movimentos extensivos, quando o sistema está em situação de abertura de suas fronteiras.

No Brasil, uma primeira vaga de modernização não valoriza o sítio em função de suas qualidades ambientais intrínsecas. É pela posição de estarem ligados a uma rede de cidades e ao mercado que os sítios são valorizados. Uma dinâmica comercial emerge. Impera uma condição de grandes espaços e grandes propriedades. Com as crises

mundiais, a propriedade se divide, as redes urbanas não atingem mais os novos espaços de maneira homogênea o que vai renovar a característica do isolamento, pois essas propriedades têm menos condições de mobilidade por possuírem menos capitais. Uma dinâmica industrial emerge. Mas, aos poucos, a colonização vai produzir, novamente, através da circulação, o contato entre esses sítios. Uma nova onda colonizadora valorizará o meio em relações de maior adaptação e respeito às suas características (trata-se de um momento de isolamento relativo). Depois, novamente uma dinâmica comercial. E a circulação novamente vai colocar essas zonas em contato, o que vai distribuir os seus benefícios. Segue uma nova fase de isolamento relativo, onde uma nova dinâmica industrial emerge. Trata-se sempre de uma dialética entre o isolamento e a circulação.

Nos interstícios da circulação, ou seja, numa situação de isolamento relativo, um dado de estabilidade é a fixação dos gêneros de vida e das técnicas, e o aparecimento da pequena propriedade. Esses gêneros de vida fixos em pequenas propriedades, criam densidades, criam indústrias, criam mercados locais e dinamizam toda uma zona. Mas adquiridos os benefícios da terra, a circulação promoverá um novo salto de integração e assim sucessivamente. No caso do sistema europeu, este fechou as suas fronteiras há muito tempo, de forma que, desde pelo menos a idade medieval, a construção civilizacional europeia parte da vida material para uma vida de conexões. Em condições de isolamento relativo e valorização dos sítios, os mercados são criados *nas brechas* dessa colonização. Mas com a circulação crescente e o desenvolvimento dos meios de transporte, este conjunto espacial também vai ganhando em expansão. A evolução material desses dois espaços possuem equivalências, assim como a evolução econômica. A diferença é se esses processos históricos são centrais ou periféricos na dinâmica espacial de um dado território. Isto dependeria da força de propagação dos seus “epicentros”.

No congresso internacional de Geografia de Amsterdã, ocorrido em 1938, seus organizadores inseririam uma seção que foi denominada “geografia colonial”. Essa seção tratava basicamente dos Trópicos, “associando trópicos e colonizações” (ROBIC, 2013)²³⁰. A partir desse congresso, vê-se que este modelo que descrevemos acima ainda não circulava, mas ele estava perfeitamente subentendido. Os organizadores do congresso lançam três perguntas a seus participantes:

²³⁰ “associent tropiques et colonilastions”.

1. Possibilidade de colonização pela raça branca na zona tropical. 2. A relação entre a densidade de população e o modo de utilização (ou exploração) do solo em regiões coloniais. 3. A industrialização como condição indispensável à manutenção do nível de prosperidade das regiões tropicais de população densa.”²³¹ (ROBIC, 2013,).

Em termos mais gerais, as questões articulam três elementos essenciais do modelo de Monbeig: povoamento, valorização agrícola e industrialização. A ordem em que estas questões são expressas também sugerem um raciocínio evolutivo. Além disso, através da formulação da última questão, o congresso apresenta um passo evolutivo que não é necessário: a passagem para a industrialização. Dessa forma, não apenas há um modelo subentendido que já circula em espaços globais, como a necessidade de intervenção do homem nesses espaços para consertar os seus desajustamentos.

A geografia dos trópicos, do ponto de vista da comunidade internacional, é uma geografia da colonização. O que isso implicará no estatuto epistemológico da Geografia francesa, depois de termos visto que parte de sua legitimidade foi adquirida com a marginalização da geografia colonial? Na verdade, Pierre Monbeig está elaborando uma concepção vidaliana de colonização dos espaços periféricos. Mas nesse momento o que aparece é a formulação de suas questões, tendo como base uma teoria *geral* da colonização, que já se esboça e um engajamento dessas teorias em associação aos interesses de um Estado popular, tal como ele já esboçara nos seus escritos espanhóis.

4- Gênero de vida, mobilidade e mercado nas franjas pioneiras: um estudo comparado em escala regional²³². Pierre Monbeig contra o imperialismo

O fato de Pierre Monbeig nomear os lugares e fenômenos estudados através de conceitos (por exemplo, franja pioneira ao invés de região paulista; ou, plantadores e fazendeiros, ao invés de camponeses ou agricultores) mostra que ele está mais preocupado com o fenômeno, do que propriamente com o lugar em que ele ocorre. Já observamos que Monbeig repete os processos e as ferramentas metodológicas em escalas variadas. Saindo da metropolização parisiense, passando pela Espanha, ele chega às zonas pioneiras para continuar o estudo do processo de modernização no bojo na mundialização. Também no

²³¹ ““1. Possibilités de colonisation par la race blanche dans la zone tropicale. 2. Le rapport entre la densité de population et le mode d’utilisation (ou exploitation) du sol dans les régions coloniales. 3. L’industrialisation en tant que condition indispensable au maintien du niveau de la prospérité dans les régions tropicales à population dense”.

²³² Em algumas passagens do texto, adotamos a expressão nacional/regional pois eles formam praticamente a mesma escala. O procedimento de Monbeig consiste em fazer comparações sobre as regiões do Brasil.

âmbito do enquadramento regional, surgirão questionamentos elaborados com fundamento em raciocínios comparativos. Contudo, o começo dessas elaborações é o mapeamento dos gêneros de vida. Se a porta de entrada da problematização é o gênero de vida, ratifica-se a importância do trabalho de campo. A geografia francesa tinha poucos pré-requisitos teóricos para encetar o processo de “ressignificação”. Uma teoria geral da colonização estava relacionada com o gênero de vida (densidade, condições de mobilidade, ocupação do sítio etc).

No Brasil, o sertão seria o domínio do caboclo e da vida primitiva que mistura elementos dos gêneros de vida dos coletores indígenas (parca agricultura de queimada itinerante) e dos velhos ancestrais europeus empobrecidos. Ao adentrar na análise de casos específicos desse mapa territorial do Brasil, os critérios de análises são novamente reafirmados em seus diferentes espaços de referência, junto com uma crescente complexidade da imbricação da vida tradicional com a vida econômica.

Grosso modo, para Pierre Monbeig, o gênero de vida é um conceito de viés biocultural em que características elementares, no domínio da produção e da cultura, cristalizam-se como aspectos seletivos de especialização pelos agrupamentos humanos. Técnicas, hábitos, *habitat*, vestimentas são alguns dos elementos que definem formas básicas de vida. Tais são os gêneros de vida: coletores, pescadores, pastores, nômades, agricultores etc. Eles haviam se constituído em estado mais puros em momentos bastantes recônditos da colonização humana sobre a Terra.

Mas qual são os vínculos relacionais com os demais conceitos vidalianos em contexto de colonização? O gênero de vida tem um enorme efeito sobre a formação de densidade. Por sua vez, a formação de densidade implica uma força direta na luta do homem para dominar a natureza. Conforme o meio leve a uma especialização segundo essas formas de vida, a densidade pode mudar completamente. É Preston James que anunciará este entendimento, ao falar sobre o Brasil:

Nós voltamos, então, para nosso problema: por que há tão poucas pessoas no Brasil? A resposta não será encontrada apenas naquelas áreas em que comunidades concentradas decoram a borda leste do país. A resposta só pode ser procurada em regiões além destas. Talvez a persistência da tradição de coletar o fruto sem plantar as árvores seja, ela mesma, um reflexo de uma área ampla, da qual uma grande parte é o sertão. Por mais do que

séculos o brasileiro vem lutando para quebrar a sequência de causa e efeito (JAMES, 1950, p. 376)²³³.

Na observação das paisagens brasileiras, Pierre Monbeig ensaia dois tipos de relacionamento do gênero de vida: o primeiro com a densidade (seguindo importantes pressupostos vidalianos) e depois com a propriedade e com o mercado (no rastro de Albert Demangeon). Traçados esses relacionamentos em um raciocínio escalar e comparativo, ele elabora as suas questões. Outrossim, uma vez que o território brasileiro foi colonizado no âmbito do capitalismo, o problema da expansão dos gêneros de vida, caro a Vidal, adquire necessariamente aspectos econômicos.

Para o caso de Minas Gerais, por exemplo, Pierre Monbeig descreve sua situação geográfica como uma região intermediária entre o sertão e as fazendas paulistas. Ele mescla as características dos gêneros de vida que influenciaram a vida sertaneja com as funções econômicas dos proprietários e trabalhadores. Ele traça relações intermediárias entre a rusticidade dos habitantes e a modernização econômica. Apoiado na caracterização do gênero de vida, vemos Pierre Monbeig tender para tal transição de uma abordagem que focava em uma vida tradicional para uma abordagem econômica.

Em Minas Gerais conformaram-se tipos tradicionais como uma mistura entre *o agricultor e o operário nômade, influenciados pelo gênero de vida agricultor e coletor*. Já o Sul da Bahia era o domínio dos coronéis e dos proletários agrícolas *nômades*; em São Paulo, ao lado de *pioneiros e plantadores (agricultores itinerantes voltados para a produção do comércio)*, já se encontram alguns *proletários e industriais*. Por fim, Goiânia e o Paraná, são áreas de influência de São Paulo. A Amazônia não é objeto de reflexões nesses primeiros estudos, dado seu caráter eminentemente inexplorado para a época.

Sendo área de transição entre o sertão e o mundo moderno, o estudo dos gêneros de vida do estado de Minas Gerais vai revelar três tipos de sistemas econômicos que coexistem no Brasil: uma dimensão comandada pela vida tradicional (isolamento), uma dimensão comanda por um mercado local (processos naturais) e uma dimensão comandada pelo mercado internacional (processos econômicos). Segundo Pierre Monbeig, “pode-se distinguir três tipos de estabelecimento metalúrgico que se

²³³ “We returne, then, to our problem: why are there so few people in Brazil? The answer is not to be found only in those areas where concentrated settlement scallops the eastern border of the country. The answer must also be sought on the regions beyond. Perhaps the persistence of the tradition of collecting the fruit without planting the tree is, in itself, a reflection of large area, of which so great a part is sertão. For more than centuries the Brazilian have been struggling to break the sequence of cause and effect”.

diferenciam pela técnica e pela estrutura econômica e que coexistem no mesmo espaço.” (MONBEIG, 1936a, p. 23.).

O tipo mais antigo é também mais rudimentar: permanência de usinas de ferro no coração do Brasil do século passado, e em vias de desaparecimento. Esses antigos núcleos se aproximam das florestas e seus donos fazem pequenas comercializações nas estradas onde “podem trocar seu produto por mercadoria transportada pelas tropas que ahi transitam. Quase sempre os donos das forjas são também cultivadores” (MONBEIG, 1936a, p. 23). Sendo esse modo de organização considerado um gênero de vida, Monbeig constata um primeiro núcleo de povoamento que é a expressão do gênero de vida no interior de uma vida tradicional e do isolamento. Para ele, esse gênero de vida tropical é pobre.

Um segundo tipo, segundo ele, já conta com a utilização de mais capitais, normalmente familiares, “encontra-se um segundo tipo de estabelecimento metalúrgico – representando já uma organização bastante evoluída – com fundições, com capitais exclusivamente do país, muitas vezes obtidos na própria localidade entre membros de uma só família” (MONBEIG, 1936a, p. 23). Este segundo tipo de sistema econômico é característico de uma economia nacional, com gêneros de vida fixos que incrementam a densidade e com capitais locais. Eles são resultado dos processos naturais na teoria da colonização e representam importante salto de progresso.

Diminutamente, “o terceiro tipo é a indústria de capital estrangeiro, que existe apenas uma em Sabará. É a Companhia Belgo-Mineira (1921)” (MONBEIG, 1936a, p. 25). Tais indústrias modernas possuem um pessoal numeroso que trabalha nas matas: “(...) é um ‘povosinho’ florestal, de homens, mulheres e crianças, cerca de 5000 almas para Sabará e 1200 para Gorceix” (MONBEIG, 1936a, p. 26). Essas indústrias especulam com a baixa rede de comunicações, impedindo a democratização da terra e fazendo com que a população influenciada pelo gênero de vida nômade e pobre tenha que reproduzir o seu nomadismo, e se adapte às condições exploratórias de produção: é a falta de recursos que estimula o nomadismo.

A mão de obra de origem rural não abandonou por completo a terra: só os homens, na maioria dos casos procuram o centro industrial e daí decorre a oscilação durante o ano entre o campo e o alto forno. **Esta dualidade de gênero de vida** existe em Sabará, é mais observável porem no pessoal das minas de ouro de Nova-Lima: um ano pelo outro, 500 operários, dos 5000 a 6000 empregados nas minas e na superfície, abandonam a fábrica

no mês de setembro e vão plantar cereais (milho e feijão) indispensáveis ao sustento da família, em geral, numerosa; o retorno para a fábrica se dá em janeiro na época das chuvas que impedem o trabalho agrícola. Nova partida efectua-se no mês de maio, com volta em julho, para a colheita. **Mobilidade do operário que se nota talvez no Brasil todo, mas que, aqui, revela o quanto é novo o foco industrial.** [grifos nossos] (MONBEIG, 1936a, p. 27).

Sem apego à terra e sem vias de comunicação que favoreçam a geração de renda e um mercado local, a população esbarra com a falta de capitais e condições de meio físico desfavoráveis, tendo como consequência a reprodução das funções econômicas com características de gêneros de vida primitivos. “(...) em presença de tão consideráveis jazidas de minério, o desejo de exportação encontrou grandes dificuldades nas vias de comunicação.” (MONBEIG, 1936a, p. 29).

Na ausência de vias comunicações adequadas, não há renda e mercado local, fatores que começam a se desenhar para Monbeig como o elemento essencial de sujeição dos homens às relações globais. Seguindo orientações bastante gerais de Geografia Humana ao estilo de Demangeon, Monbeig faz uma relação entre o gênero de vida e o mercado, com base na articulação entre a vida arcaica e a modernização. Gêneros de vida fixos formam mercados locais, geram renda interna, têm mais condições de investirem na rede de comunicações e escapam das ordenações do mercado mundial, como formulara o mestre. Ele já esboça uma crítica à exploração do imperialismo e das empresas internacionais no Brasil.

Acreditando na capacidade técnica disponível para vencer esses obstáculos, é a especulação que impede o desenvolvimento de vastas zonas tropicais, uma vez que as companhias mineradoras globais ficam à espera de condições de mercado mais vantajosas para desviarem capitais do território. Elas se aproveitam das condições pouco evoluídas dos gêneros de vida. Dessa forma, os estudos dos gêneros de vida brasileiros são utilizados por Monbeig com prudência, mas sua análise está à jusante do começo de seu trabalho. Pierre Monbeig será um geógrafo da modernização capitalista dos territórios tropicais, e ele insere a observância do gênero de vida nos aspectos das funções econômicas dos homens, na etapa da formulação de seus problemas de pesquisa. Há que se atentar para o fato de que o projeto de pesquisa possui já seus antecedentes e seus resultados teóricos.

Descobre-se então um importante destaque da zona pioneira de São Paulo: lá os capitalistas nacionais foram os empreendedores das vias férreas e conseguiram em parte fixar os trabalhadores nômades em grandes e pequenas propriedades. Com meios de comunicação adequados, o processo de modernização de São Paulo tende ao nascimento de um mercado interno. Os fazendeiros de São Paulo investiram na modernização das vias de circulação do seu próprio território, criando de fato um mercado interno. Ora, para Monbeig, o rompimento do ciclo de dependência se dá com a criação de um mercado interno que possa amortizar os efeitos das crises internacionais e da especulação.

Ele retira tal formulação dos ensinamentos de Albert Demangeon. O mercado global tendia a anular o mercado interno e as suas sazonalidades, enquanto os gêneros de vida fixos ainda organizam sua vida econômica no ritmo das estações, opondo-se às demandas globais e contribuindo com a instituição do mercado na temporalidade da vida material: “(...) uma pequena parte da Nação é atualmente consumidora da indústria metalúrgica nacional e esta só se desenvolverá na proporção em que o mercado interno aumento em volume e se estenda em superfície” (MONBEIG, 1936a, p. 29).

Se em Minas a situação é mista, na Bahia, a exploração de uma mão de obra empobrecida pelos interesses do mercado internacional é ainda mais aguda. Há uma ausência quase total de vias de circulação locais, que ajudariam a solidificar o mercado interno regional (MONBEIG, 1940d, p. 157). O cacau é uma cultura eminentemente comercial que colonizou a região: “é necessário, com efeito, lembrar que, antes da introdução do cacau, não existia nem cultura nem povoamento no sul da Baía.” (MONBEIG, 1940d, p. 159) e é estimulado pelos mercados internacionais: “a guerra mundial completou as circunstâncias favoráveis ao desenvolvimento das plantações, trazendo a alta dos preços mundiais (...)” (MONBEIG, 1940g, p. 160).

A dependência aguda do capital internacional, a ausência de capitais nacionais, meios de comunicação incipientes, gêneros de vida empobrecidos pela difícil adaptação a um meio vasto, e de baixa densidade, gera uma situação de exploração grave. Paradoxalmente, o nomadismo se reproduz em condições de baixa infraestrutura de comunicação. A propriedade se concentra intensivamente (MONBEIG, 1940g, p. 180). A falta de investimento na construção do território abre espaço para as moléstias tropicais. A tirania da especulação internacional reproduz um estado de subdesenvolvimento.

Apesar disso, as moléstias tropicais não desapareceram de todo: úlceras, oftalmias, anquilostomoses, são comumente espalhadas. Este estado sanitário deficiente pode ser quase inteiramente imputado às condições de nutrição, em particular no tocante às crianças. Com efeito, a monocultura é muito mais estrita do que nas regiões cafeeiras. O cacau é um tirano, e recusa-se a perder uma polegada de solo arrancado à floresta para consagrá-lo a outras culturas; alguns fazendeiros os proíbem terminantemente. (MONBEIG, 1940g, pp. 176-177).

Destaca-se desse cenário a existência de duas paisagens típicas. Essas paisagens aparecem nas descrições de Monbeig. De um lado, uma economia francamente comercial, que não abre espaço para uma diversificação dos produtos que não sejam incorporados pelo comércio. Ainda nessa mesma paisagem, os víveres são importados e muitas pequenas lojas se distribuem ao longo de uma estrada que é o eixo dorsal, de sentido exportador. As casas são de materiais frágeis. De outro lado, é de se imaginar que uma paisagem que priorize a geração de renda, gêneros de vida fixos e o mercado interno são marcadas por uma maior variedade de produtos, pela policultura, casas com materiais mais resistentes, menos casas de comércio, estradas mais vastas e articuladas, e capitais regionais de maior alcance.

Na Bahia, a construção das vias e saneamento dependeria de vultosos capitais. Os coronéis não querem despendê-los. Monbeig tem severas restrições aos coronéis. Eles fazem o jogo do capital estrangeiro, que explora a “primitividade” dos gêneros de vida contra os interesses da nação. Monbeig intensifica um outro eixo de análise promovida pela geografia francesa: a ausência de circulação, a falta de acúmulo de capital nacional não favorecem o desenvolvimento das condições de adaptação da população. Sem capitais locais, a precariedade das condições econômicas, apoiadas em gêneros de vida tropicais, se reproduzem.

Vale notar que a formulação da problemática e das questões de Pierre Monbeig não prescindem de uma base teórica sólida, ainda que sua problematização emerja a partir da observação das paisagens, em um trabalho de campo. Assim, será possível questionar qual a literatura na qual Pierre Monbeig se apoiou para elaborar os seus inquéritos de campo. Retomemos o fato de que, em 1936, Albert Demangeon publicou os resultados de suas pesquisas entabuladas no seu Grupo de Estudos de Geografia Humana no interior do Conselho Universitário de Pesquisa Social da Universidade de Paris. Seus resultados são metodológicos: a elaboração de três questionários e três enquetes como guia de

trabalhos de campo. Seus elementos vão refletir na elaboração do trabalho de Monbeig, desde os questionamentos. Vejamos a que Demangeon orientava a observação:

A estrutura agrária impõe características frequentemente bastante originais aos domínios e às paisagens rurais. Seria necessário estudá-la sistematicamente, ainda mais porque, com frequência, ela comanda a própria economia agrícola. Tratar-se-ia de reconhecer como são constituídas as unidades agrícolas, qual é a sua consistência e solidez, o estado de parcelamento e de coesão, a repartição de suas terras em blocos compactos ou em parcelas dispersas, suas formas de fechamento; qual influência essas características da estrutura agrária puderam exercer sobre a repartição do *habitat* rural, quais são as necessidades de reorganização, de remembramento.²³⁴ (DEMANGEON, 1936, p. 512)

Ilumina-se então como Pierre Monbeig associa a análise econômica com os canônicos instrumentais de análise da Geografia francesa: as descrições dos gêneros de vida são a porta de entrada da compreensão dos processos econômicos, uma vez que a exploração do trabalho depende das condições de adaptação homem ao meio.

5- O papel da Seção de Geografia e História da USP e da AGB na formulação da problemática das franjas pioneiras em escala local. As incorporações de Monbeig da literatura brasileira e francesa desenvolvida no Brasil

Quando Pierre Monbeig chega ao Brasil, ele encontrará um “movimento geográfico” despertado por Pierre Deffontaines, que estivera presente em São Paulo desde a fundação da USP, em 1934, até 1935. Uma carta de Pierre Deffontaines descreve grande parte das atividades que ele desenvolvera no Brasil:

Isso me permitiu [refere-se à Associação dos Geógrafos Brasileiros] orientar meu ensino em direção a um **melhor conhecimento da geografia do Brasil**, nós estudamos, dessa maneira, uma **série de problemas da geografia local** e realizamos **muitas expedições** (...) nas quais o governo do Estado nos deu suporte (...). Nós fundamos por cotização uma **biblioteca geográfica particularmente francesa**; para a desenvolvê-la, o governo acaba de nos oferecer uma subvenção. (...). Nós temos uma coleção de livros geográficos. Acaba de ser publicado um livro do capitão Rondon com um prefácio escrito por mim. No ano que vem, eu retorno à França, como eu havia anunciado (...) mas eu deixo aqui uma vaga

²³⁴ “La structure agraire impose des caractères souvent fort originaux aux domaines et aux paysages ruraux. Il faudrait l’étudier systématiquement, d’autant plus que, souvent, elle commande l’économie agricole elle-même. Il s’agirait de reconnaître comment sont constitués les unités agricoles, quelle est leur consistance et leur solidité, leur état de morcellement et de cohésion, la répartition de leurs terres en bloc compactos ou en parcelles dispersées, leurs modes de clôture ; quelle influence s’est trait de la structure agraire on peut exercer sur la répartition de l’habitat rural ; quels besoins ils créent d’un réaménagement, d’un remembrement”.

muito interessante, creio eu, visto que é a única vaga de geografia de todo o país.²³⁵ [grifos nossos] (ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- caixa 443/2. Carta de Pierre Deffontaines a destinatário desconhecido. São Paulo, 15 de nov. 1934.)

Pierre Deffontaines inaugura a primeira cadeira de Geografia do Brasil, na USP. Ele também realizou expedições e criou uma biblioteca “particularmente francesa”. Esse esforço empreendido no seio da AGB, como consequência à sua atuação na Universidade, dará frutos. Os alunos da seção e a AGB tiveram um papel essencial na constituição do pensamento geográfico de Pierre Monbeig em terras brasileiras. Entre as diversas referências que podem ser atribuídas à opção de Pierre Monbeig por estudar as zonas pioneiras do estado de São Paulo, há uma em especial que deve ser arrolada: trata-se de uma discussão prévia que existia no seio da associação sobre as zonas de influência do estado de São Paulo e que começara a ser discutida na AGB um mês antes da chegada de Pierre Monbeig ao Brasil. Essa discussão aparece pela primeira vez na Ata da reunião de 4 de fevereiro de 1935, um mês antes da chegada de Monbeig, e não é de se estranhar tenha continuado a aparecer em seus debates:

Reunião de 4 de fevereiro de 1935 – 8ª reunião ordinária.

A quatro de fevereiro de 1935 realizou-se a 8ª (oitava) reunião ordinária da Associação com a presença dos srs. Moraes Rego, Paula Souza, Afonso Rocco, Dias da Silveira, Knecht, Astrogildo R. de Mello, Rubens de Moraes, Eddy Crissiuma, Couto de Barros e Caio Prado Junior.

Aberta a sessão, o sr. Moraes Rego pediu a palavra estendendo-se em considerações sobre a importância e **papel prático da Associação na expansão econômica do Est. De São Paulo e sua penetração nos Estados vizinhos seus tributários naturais: Paraná, Mato Grosso, Goiás e mesmo Triângulo Mineiro**. Tal expansão depende antes de tudo de um conhecimento preciso do terreno geográfico em que ela vai se operar; e daí o papel importante que a Associação poderá representar nela. Propõe, portanto, que os trabalhos da Associação se orientem nesse sentido, sendo organizados programas mais amplos que abranjam o estudo dessas regiões tributárias acima referidas. [grifos nossos] (IEB, USP, ACERVO CAIO PRADO JR, CPJ-AGB 001. Livro de atas).

²³⁵ “Ceci m’a permis [refere-se à Associação dos Geógrafos Brasileiros] d’orienter mon enseignement vers une meilleure connaissance de la géographie du Brésil, nous avons (...) étudié ainsi une série de problèmes de géographie locale et accomplir plusieurs expéditions (...) que le gouvernement de l’État nous a facilité (...). (...) nous avons fondé par cotisation une bibliothèque géographique particulièrement française ; pour la développer, le gouvernement vient de nous accorder une subvention. (...) nous aurons aussi une collection de livres géographiques. Déjà est paru le livre du capitaine Rondon sur Brésil central avec une préface française de moi-même. L’an prochain, je retourne donc en France, comme je l’avais annoncé (...) mais je laisse ici un poste très intéressant, je crois, puisque [il est] le seul poste de géographie pour tout le Brésil”.

Assim, a relação entre a AGB e Monbeig não é uma via de mão única, em que Pierre Monbeig anima sua produção institucional e científica. A influência também se dá em sentido contrário, estando a AGB na origem do trabalho de Pierre Monbeig no Brasil. A AGB começa a aguçar a sensibilidade de Monbeig aos problemas práticos do desenvolvimento brasileiro.

Poderíamos afirmar que a definição temática da tese de Monbeig estava envolta em uma rede de colaboradores²³⁶, estratégias de inserção no campo intelectual brasileiro, além das impressões de ordens geográficas, econômicas, demográficas e culturais. A lei da proximidade dos terrenos de pesquisa ainda se impõem neste contexto. Para compreender os elementos sobre como Pierre Monbeig definiu sua problemática de pesquisa em escala local deve-se partir, ademais, do conhecimento básico que os franceses detinham sobre o território paulista e brasileiro. Monbeig declara que a onda demográfica europeia para o Brasil é uma narrativa ensinada nos liceus franceses²³⁷. Conhecendo bastante a história econômica e demográfica, Pierre Monbeig, em seus primeiros estudos sobre a zona pioneira, identifica uma fase atual, a do povoamento paulista em terras paranaenses: a expansão da franja pioneira a partir de 1930 advém com crescimento da pequena propriedade nas áreas novas, ou seja, nos terrenos antes propícios ao café.

Para além dos discursos didáticos, a problemática da escolha do estado de São Paulo como terreno de pesquisa estava baseada na breve contribuição que Pierre

²³⁶ “Eu avistava-me muito com Júlio de Mesquita, permitia-me dizer ‘Julinho’. Ele foi o grande protetor dos franceses. Lembro-me do primeiro dia que fui à sua casa, na rua Maranhão. Obviamente, como geógrafo, sabia que as tempestades tropicais são violentas, mas naquele dia o céu deu-me uma lição das coisas. Estava com minha mulher, na casa dos anfitriões e cai a tormenta. O tempo de descer do taxi e atravessar o pequeno jardim foi suficiente para que um casal encharcado se apresentasse diante da senhora Julio de Mesquita. Julinho era realmente de uma extrema gentileza. Íamos frequentemente ao Estado. Havia no jornal um porteiro, mulato, bastante escuro, com os cabelos de um branco esplêndido. Assim que nos via, ele nos levava até o doutor Julio. Lá se conversava, porém também se trabalhava. Desejo mencionar que Julinho ajudou-me em meu trabalho, quando quis conhecer o terreno. Ele me proporcionava os meios de locomoção, recomendava-me a seus amigos fazendeiros, e uma tal recomendação abriu-me muitas portas.” (MONBEIG, in LAPOUGE, 1984).

²³⁷ Para Giavara, a história do povoamento de São Paulo permite uma periodização. Depois de 1850, a primeira expansão da fronteira demográfica é formada por elementos vindos da região sul do estado de Minas Gerais, que faz fronteira com São Paulo (GIAVARA, 2008, p. 95-96). Os mineiros eram agricultores muito simples, que vinham com suas famílias praticar uma agricultura de subsistência, de baixo capital investido. A partir de 1890, ganha a cena a política demográfica liderada por cafeicultores paulistas, que optaram pela mão de obra estrangeira como reserva de mercado. De 1900 em diante, as grandes fazendas se tornam ainda mais presentes e fazem os pequenos agricultores migrarem para regiões distantes. Depois de 1929, uma conjuntura de crise acentuou o processo de diversificação da economia paulista. O café, produto de luxo, sofreu forte retração da demanda no mercado internacional. Tudo indicava que a economia paulista e brasileira seria arrastada por uma lenta e duradoura depressão (MARTINS, 2011). Uma política econômica de tipo (prematuramente) keynesiana, foi a providência necessária que “reverteu o processo e assegurou à economia uma atenuante supletiva que anteciparia a dinamização da economia” (MARTINS, 2011, p. 67).

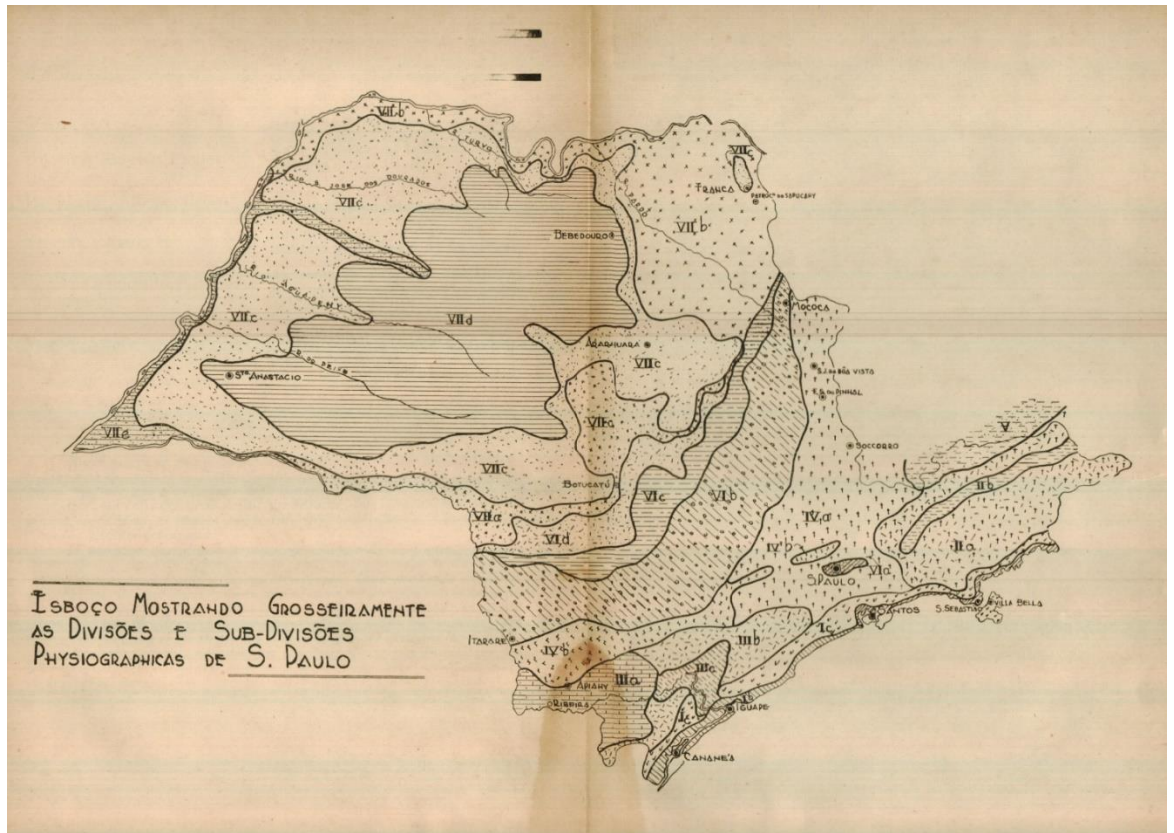
Deffontaines já dera ao estudo da região. Além de uma inclinação aos estudos de geografia humana, já anunciados na primeira elaboração do tema de tese na Espanha, Pierre Monbeig constatara a deficiência dos estudos brasileiros nesse campo.

O estudo prévio de Deffontaines sobre as zonas e paisagens paulistas, de Caio Prado Jr, sobre o tamanho da propriedade e de Luiz Flores de Moraes Rego, sobre as condições pedológicas, todos animados pelas discussões da AGB, facilitaram o trabalho de Monbeig, fatores portanto que convergem à escolha do oeste de São Paulo e do norte do Paraná como tema de tese: “A tentativa de classificação e de delimitação das regiões naturais do Estado de São Paulo, apresentada pelo Prof. Deffontaines no último número de “Geografia” é, na verdade, um convite para o trabalho.” (MONBEIG, 1935, p. 221).

De uma forma geral, São Paulo se divide, para Deffontaines, entre uma velha região a Leste e novas regiões a Oeste, que, se bem que se destaquem por razões econômicas, apoiam-se também em diferenças físicas. Na região Leste-Sul, misturam-se variados terrenos cristalinos recentes, bastante dobrados; na região Norte-Oeste são os terrenos sedimentares que predominam, relativamente monótonos em extensão (DEFFONTAINES, 1935). De um ponto de vista físico, pode-se dizer que a região a Oeste está inserida em uma depressão periférica permiana, de rochas sedimentares: “elas se estendem desde Casa Branca à fronteira do Paraná, constituindo uma espécie de larga depressão periférica, quase sem relevo, vasta campina onde os rios correm desenhando numerosos meandros divagantes” (DEFFONTAINES, 1935, p. 147). A cidade de Campinas, a Oeste, fora a primeira “boca de sertão”, por onde começou o povoamento do interior (DEFFONTAINES, 1935). Essa região é marcada com o que se tornará uma das suas principais características físicas: o aparecimento de formações diabásicas e basálticas de atividade eruptiva cuja decomposição resulta em uma terra roxa, altamente fértil (DEFFONTAINES, 1935).

Observa-se, portanto, que os fatores físicos, principalmente os geomorfológicos e pedológicos, para além das crises do mercado, são uma das causas do avanço da zona pioneira para o oeste paulista. Assim, somado à contribuição de Pierre Deffontaines sobre as zonas e paisagens do estado de São Paulo, um segundo artigo que será uma contribuição fundante ao trabalho de Pierre Monbeig foi o “Considerações preliminares sobre a genesis e a distribuição dos solos no estado de São Paulo”, de Luiz Flores de Moraes Rego (REGO, 1935). De uma maneira geral, os bons solos no Brasil são os considerados solos vermelhos, enquanto os solos mais improdutivos são considerados

solos brancos (REGO, 1935). O mapa seguinte sintetiza suas conclusões, onde os solos vermelhos são mais abundantes a oeste e os solos brancos a leste.



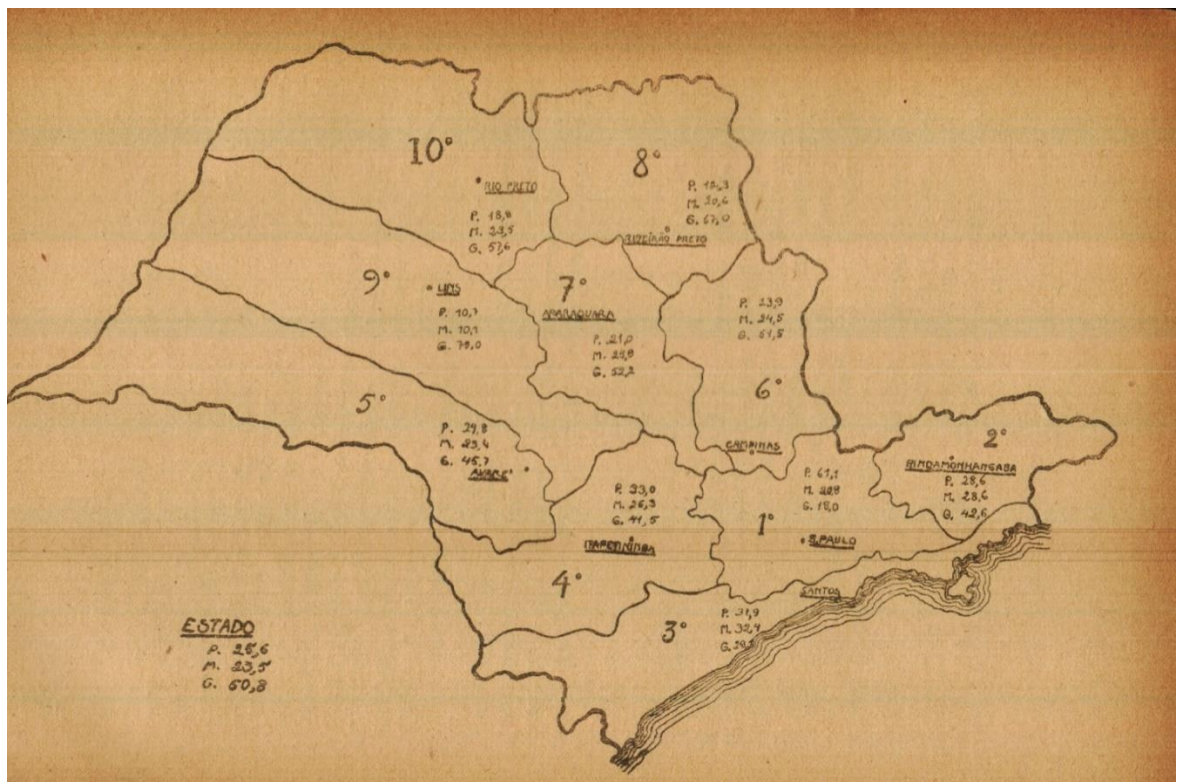
Mapa 1: Esboço mostrando grosseiramente as divisões e subdivisões de S. Paulo. Fonte: REGO, 1935.

Legenda:

- I- Litoral
 - a- Planície litorânea septentrional
 - b- Planície litorânea meridional
 - c- Encostas
- II- Valle do Paraíba
 - a- Encostas
 - b- Planície axial
- III- Vale do Ribeira
 - a- Encostas formados principalmente de calcários
 - b- Encostas de granitos e rochas metamórficas
 - c- Planícies axiais
- IV- Matta do Planalto Oriental
 - a- Regiões de rochas granitizadas
 - b- Regiões de rochas metamórficas não granitizadas
- V- Mantiqueira, elevação média acima de 950 m.
- VI- Campos de Baixo da Serra
 - a- Campos de Piratininga
 - b- Campos agrestes
 - c- Campos cerrados
 - d- Campos da Raiz da Serra
- VII- Planalto Ocidental
 - a- Escarpa
 - b- Terra roxa
 - c- Campos de Cima da Serra
 - d- Mata de espigão

e- Matas ciliares

De maneira similar, Caio Prado Jr foi importante no que toca ao levantamento do tamanho da propriedade fundiária em São Paulo e no Brasil, notadamente no artigo que pública na Revista Geografia. Tais informações são essenciais para um geógrafo ligado aos benefícios da Geografia Econômica, seguindo o exemplo de Albert Demangeon. O historiador demonstra que em apenas um distrito de São Paulo a pequena propriedade é nitidamente dominante: trata-se do 1º distrito, o da Capital. No 3º distrito, no litoral, há um equilíbrio entre a pequena e a grande propriedade. Nos 2ª e no 4º distritos, adjacentes à capital, a grande propriedade já leva ligeira vantagem e em todos os demais ela é nitidamente dominante (PRADO Jr, 1935).



Mapa 2: O tamanho da propriedade em São Paulo. Fonte: Caio Prado, 1935.

Caio Prado Jr é diligente na tentativa de explicar esse estado de coisas: “estes resultados indicam, como se vê, uma grande concentração da propriedade fundiária” (PRADO Jr, 1935, p. 58). Assim, a pequena propriedade tem história mais recente. Por quê? Em primeiro lugar, a grande propriedade predominou em São Paulo colonial, após o regime de sesmarias (PRADO JR, 1935). A colonização oficial que estimulou a pequena propriedade o fez subordinada à grande lavoura, tendo, portanto, como prioridade estabelecer um mercado de mão de obra (PRADO JR, 1935).

Ao lado da grande fazenda, principalmente nas fazendas do Leste, que sofriam forte concorrência, a pequena propriedade era uma tentativa de estabilizar o agricultor, sendo predominante nas zonas antigas (PRADO JR, 1935). No avanço pioneiro, aliás, os solos esgotados vão sendo deixados à pequena propriedade na retaguarda, enquanto nos arredores da cidade de São Paulo, com alta demanda de produtos variados, a pequena propriedade também ganha um lugar (PRADO JR, 1935). Com a crise de 29, contudo, Caio Prado verifica que um novo cenário se desenha: as grandes fazendas se desagregam em novas regiões do Oeste e, no posto mais avançado da zona pioneira, a pequena propriedade, por fim, pode ser considerada *tendencialmente* predominante na vanguarda do movimento. Por que isso acontece?

O quadro natural que Pierre Monbeig encontra em São Paulo também induz aos raciocínios comparativos. Os empréstimos civilizacionais levam o cientista a refletir sobre a marcha do progresso facilitada pelas condições naturais. Em uma palestra proferida na sede da Associação dos Geógrafos Brasileiros em 1940 ele afirma que

Paisagens rurais do Estado de São Paulo - Falando sobre o assunto, declarou inicialmente o Prof. Pierre Monbeig que nada mais iria fazer que sujeitar à crítica dos presentes algumas de suas observações feitas a respeito das paisagens rurais do nosso Estado. Começou por lembrar que a situação climática do planalto paulista (colocado na zona de contacto de três massas atmosféricas: a do Atlântico, a do centro e a do Sul) parece favorecer o aparecimento de vários tipos de paisagens rurais e explicar a tendência à policultura; o clima influirá mais do que o solo e o relêvo, **assemelhando-se a nossa situação à das regiões temperadas**. [grifos nossos] (ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, 1941).

A história demográfica e econômica de São Paulo, os dados geomorfológicos, climáticos, pedológicos, e da estrutura fundiária, tomados em conjunto induzem Pierre Monbeig a um problema de pesquisa: a qualidade dos solos explicaria a mobilidade do povoamento de leste para oeste? As crises também não implicariam este movimento? Quais fatores geográficos impelem São Paulo à conquista do interior? Por que o processo se reveste de um novo momento após a crise de 1929? Qual a importância do capital nacional na revolução de paisagens?

6- O anúncio da nova problemática de tese de Pierre Monbeig

Este complexo cenário envolve questionamentos advindos de comparações com diferentes espaços de referência, com a incorporação de literatura brasileira e estrangeira,

além do grande apoio sobre teorias, bem como sobre o trabalho de campo. Pierre Monbeig publica, no terceiro volume da Revista Geografia, de 1935, um artigo onde anuncia o seu novo tema de tese: a zona pioneira do Estado de São Paulo e as suas áreas de influência.

“Associação dos Geographos Brasileiros deu início a uma tarefa que deve levar a cabo; desejaria - neste artigo - ocupar-me mais particularmente de uma região que - se bem que pertença administrativamente ao Estado do Paraná - não deixa de ser de facto uma região de economia paulista.” (MONBEIG, 1935, p. 221).

Teoricamente, a hipótese formulada por Pierre Monbeig é que a zona pioneira de São Paulo é uma área de colonização de transição do capitalismo internacional para o capitalismo nacional e que está em curso no exato momento em que ele a observa: “O povoamento do Norte do Paraná, ainda [está] em via de gestação (...) (MONBEIG, 1935, p. 223). Assim, ele dá prioridade ao estudo das áreas cujo processo não esteja concluído, em que a dinâmica de transformação pode ser observada em movimento²³⁸.

O estudo da zona pioneira paulista, comparada aos processos colonizadores que ele observou no Mediterrâneo, são também originais. Nesta região, a colonização não lidou com resistências herdadas. Trata-se, portanto, de um espaço em que o processo capitalista de avanço de terras é observado em um estado puro. *Essa é a posição relativa do Brasil na constituição do modo de produção do saber geográfico e que será aprofundada em seus trabalhos: o Brasil é um laboratório do enquadramento regional da expansão capitalista em seus estados mais brutos.*

Tem-se, a tentação, às vezes, de considerar este esforço rudimentar do caboclo como um esboço longínquo da verdadeira colonização, porém bem longínquo para falar a verdade; particularmente no norte do Paraná não se percebe a herança transmitida aos pioneiros pelos caboclos. **A colonização moderna deve que criar tudo.** [grifos nossos] (MONBEIG, 1935, p. 223).

²³⁸ O movimento de colonização do oeste paulista e seus rebatimentos na paisagem urbana criam um sentimento de que um novo processo geográfico e sociológico pode ser observado contemporaneamente. Pierre Monbeig e Claude Lèvi Strauss oferecem um depoimento sugestivo no filme de Marccello Tessara: “No Brasil, a paisagem estava se fazendo. A primeira vez que eu fui, por exemplo, no norte do Paraná, em 1936, aliás, com o professor Lèvi-Strauss, eu vi nascer a paisagem: destruir a mata e aparecer as casas, aparecer as roças. Eu vi a elaboração de uma paisagem rural, uma paisagem urbana. Era uma lição de geografia excepcional” (MONBEIG In TESSARA, 1988). “[trabalhar na Universidade de São Paulo] Era, também, a possibilidade de encontrar em um terreno fantástico de experiências sociológicas. Porque eu não posso imaginar um laboratório sociológico mais extraordinário do que aquilo que era São Paulo por volta de 1935. Sentia-se, ainda, a presença da velha cidade colonial em todos os lugares e, ao mesmo tempo, construía-se uma casa por hora, eu me lembro. E onde, conseqüentemente, toda vida coletiva estava em completa transformação” (LÈVI-STRAUSS In TESSARA, 1988).

Para Pierre Monbeig, o processo de crescimento da região paulista culminou no crescimento da pequena propriedade, caracterizando-se como um transcurso revolucionário, que apaga as heranças das economias anteriores e constrói dinâmicas geográficas em lógicas complementares e divergentes. O *habitat* aglomerado passa a ser disperso, a paisagem encontra-se em plena revolução, a propriedade se divide, os tipos econômicos, os tamanhos da propriedade e os *habitats* se misturam (MONBEIG, 1941c, p. 184).

Pierre Monbeig possui, doravante, plenos recursos para compreender que o nascimento da pequena propriedade no norte do Paraná é um sintoma de ruptura da zona pioneira em relação aos sistemas internacionais: “quando se fala de zona ‘pioneira’, deve ter-se em vista que a zona é de polycultuta: traço distintivo da colonização actual da do ultimo seculo ou dos principios do seculo XX” (MONBEIG, 1935, p. 226). Trata-se, isto posto, de um processo histórico que, por caminhos meândricos, deságua em cenários civilizacionais, que já se observaram nas terras europeias. Numa visão bastante otimista, pode-se dizer que o capitalismo **nacional** também é construtor de uma civilização. Começa a se revelar um intelectual que pode estar migrando de convicções socialistas para convicções social-democratas, refletindo de modo crítico a instalação do capitalismo tardio em território brasileiro.

Contudo, se temos, de um lado, uma evolução geográfica de caráter “revolucionário”, de outro, o que se verifica é que as lógicas de diferentes processos geográficos são observadas no terreno. A conclusão é que o movimento de avanço da colonização nunca se dá por estímulo apenas global ou apenas local, sendo impulsionado pelas duas lógicas divergentes, cujos pontos de força são alterados pelas crises econômicas (de vetor global) e pedológicas (de vetor local), e resultam em paisagens originais, que avançam no processo civilizatório.

A pequena propriedade e a grande propriedade convivem, traçam relações de contradição e complementariedade: “O desenvolvimento de outras culturas, como cana, algodão, cereais etc é incontestável. (...). Mas, apesar de tudo, ainda o café continua a ser o soberano, e para o sitiante da zona pioneira ele é tão importante como para o grande fazendeiro.” (MONBEIG, 1936c, p. 32). Essa relação também se revela no fato de que a pequena propriedade ocupa solos deixados à margem pela ocupação cafeeira, revelando complexos históricos divergentes que, com lastros nas condições ambientais, são complementares no espaço.

Os solos terra roxa, bastante férteis, são apropriados pelos cafezais. Os solos arenosos, menos ricos, são o domínio da pequena propriedade. Para ele, essa separação da pequena propriedade no que toca aos traços físicos, é a comprovação de que a evolução econômica do estado de São Paulo possui uma inscrição geográfica, por mais avançados que sejam os processos de homogeneização da técnica moderna: “Assim, pois, a pequena propriedade ‘pioneira’ não dependeria ella da forma moderna de colonização tanto quanto da constituição biológica do terrenos?” (MONBEIG, 1935, p. 229).

O capitalismo não está livre das determinações ambientais, pois “é ainda necessario não esquecer que se trata de uma organização nova da colonização com um financiamento de typo novo: o grande emprehendimento de typo capitalita (...)” (MONBEIG, 1935, p. 229). Esta constatação é de suma importância para se compreender a inserção de Monbeig nas tensões de longa duração que tocam a geografia francesa. Mesmo quando o homem esteja no comando dos processos, homens que detêm poder político e capital, Monbeig não situa a análise desses fenômenos como sendo uma organização “racional dos espaços”. A evolução da franja pioneira paulista continua dependente de algumas condições físicas, caso contrário, ela não seria sensível às crises pedológicas.

Monbeig percebe que o crescimento da pequena propriedade se intensifica em épocas de crises do mercado externo e da produção do café para exportação. As crises do setor cafeeiro geram estímulo à diversificação da produção econômica paulista, que se tornou pioneira no processo de industrialização do Brasil, e também singular no quadro geográfico nacional:

Os progressos da produção são acompanhados de mudanças profundas na indústria brasileira. A indústria nacional, medíocre que era há muito pouco tempo, quase conseguiu substituir a importação de tecidos estrangeiros, em particular no que diz respeito a tecidos ordinários (...) ²³⁹ (MONBEIG, 1936b, p. 556).

Pode-se dizer que, segundo o raciocínio de Monbeig, há dois processos predominantes de crises: o esgotamento do solo tropical, uma crise geográfica de vetor interno da produção cafeeira, e um vetor externo, de crise do mercado internacional. Daí concluir-se que o raciocínio de Monbeig é ancorado na *evolução do solo e na evolução*

²³⁹ “Les progrès de la production s’accompagnent de changements profonds dans l’industrie brésilienne. L’industrie nationale, médiocre il y a encore peu de temps, s’est presque substituée à l’importation de tissus étrangère, en particulier pour les tissus ordinaires; (...)”.

do mercado internacional. Ele estabelece frequentemente a busca por solução do seguinte problema teórico: o estudo dos traços físicos representa condições históricas locais e endógenas, o estudo dos mercados internacionais, representam condições históricas exógenas e globais. Ou seja, como articular vetores de evolução geo-histórica local e global? O resultado *indireto* dessa contradição é a formação de mercados nacionais.

As crises (tanto as econômicas como as pedológicas) são sinais de desajustamento dos sistemas no meio ambiente em que se reproduzem (já vimos que Demangeon via um desajustamento intrínseco entre o mercado internacional e as sazonalidades). Assim, elas adquirem significação importantíssima como rupturas das relações de equilíbrio do sistema internacional. E *nas brechas* do processo de produção capitalista de tipo agro-exportador, começa a se construir *indiretamente* uma organização do complexo geográfico voltada para fixação dos gêneros de vida, para mercado interno e para as aglomerações urbanas, o que revela uma crescente complexidade da economia paulista. Este processo ainda é uma colonização moderna, instalação direta do capitalismo em terras sul-americanas: “é também uma colonização não mais de francos atiradores ou de associação familiar - mas do tipo de economia capitalista moderna.” (MONBEIG, 1935, p. 236). Mas é um capitalismo diferente, é um capitalismo doméstico.

Daqui, Pierre Monbeig não se desvia de um dos mais importantes resultados de seu projeto de pesquisa, do ponto de vista da associação entre a problemática de um processo capitalista modelar e os marcos teóricos da geografia regional: a região de tipo capitalista *nacional* possui uma disposição geográfica do *habitat* dependente da estrada, o que revela a importância das comunicações para a fixação do trabalho em um cenário de capitalismo tardio: “A faixa ‘pioneira’ não pode estabelecer-se senão com a penetração da linha férrea; pois raros foram os colonos corajosos que se abalçaram a fazer derrubadas e queimadas na mata virgem, quando a ligação com o mundo exterior não era possível senão por meio de raras picadas” (MONBEIG, 1935, p. 232-233).

Não é somente a necessidade de acesso à água que dá origem à disposição das parcelas; não são tão pouco, como na Europa, as condições do emprego de certos arados ou a sobrevivência de regimens agrários desaparecidos ou influencias ethnics; esta disposição de lotes teve por fim dar maior valor a cada um delles pelo facto de ter sahida sobre a estrada. O mappa mostra, de facto, que poucas explorações agricolas se acham afastadas a mais de trez kilometros de uma grande estrada de rodagem; além disso dispõem de caminhos para ter acesso a esta estrada. A estrada de rodagem, pois, mais do que a água, decide da constituição a estructuras agraria. (MONBEIG, 1935, p. 231).

O resultado desse processo é modernizador, mas ainda possui uma inscrição geográfica. Assim, um pouco mais tarde, ele formula um conceito que se tornará central como resultado de tese nos marcos de uma geografia regional: a “região ferroviária”²⁴⁰. A região ferroviária é o resultado da criação de um capitalismo nacional e suas redes de transporte e fixação, o que é um salto civilizatório importante. Até hoje, muitas cidades do Brasil se dispõem em função das estradas, revelando que Pierre Monbeig, desde a formulação das primeiras impressões sobre o Brasil, oferece uma importante contribuição teórica nos marcos de uma geografia regional francesa, em contato perspicaz com a realidade brasileira, inserida nas suas relações com o estrangeiro.

Uma das últimas questões que Monbeig se coloca é: este processo de formação de um mercado nacional poderá se estender por todo o Brasil? Com efeito, para ele, o Brasil era uma vasta zona pioneira, o que não apenas justifica seu trabalho, como alude a uma feliz coincidência: estudar a zona pioneira paulista, no seu movimento mais vivo, tem como potencial de análise o conjunto do território brasileiro: “Com a concentração de sua população sobre o litoral e, em contraste com os desertos demográficos de seu interior, **o Brasil é uma vasta zona pioneira (...)**” [grifos nossos] (MONBEIG, 1939, p. 7)²⁴¹.

Por fim, observa-se na formulação dos projetos de pesquisa de Monbeig que ele foi um intelectual extremamente atento às mazelas sociais das condições de trabalho do Brasil. Começa a se desenhar que, este país de difícil definição, que será conhecido no mundo por ser um país subdesenvolvido, chama os intelectuais à ação. Já não se trataria mais de uma brecha conjuntural no seio da geografia francesa, como defendeu Robic, mas um *módus operandi* do reconhecimento da intelectualidade brasileira.

Contrariamente ao grande caos da época anterior, esses são os anos [1915-1933] de uma fase de lutas organizadas; de tomadas de consciência; de clara situação ideológica da nova geração de intelectuais brasileiros. É o tempo de revolução jovem; uma instauração de modernidade. Começa a aparecer no quadro cultural do Brasil a verdadeira consciência

²⁴⁰ Parece que o insight da “região ferroviária” viera de Deffontaines, mas em tons negativos e transitórios, fora dos quadros de uma economia global: “As divisões regionais acham-se aqui ainda totalmente na infância. Na falta de melhor, adotou-se a divisão arbitrária creada pelas companhias de estradas de ferro e fala-se correntemente na zona Central, da Paulista, da Sorocabana, da Noroeste, faixas de território que cobrem regiões as mais disparatadas e eu não podem absolutamente fazer as vezes de divisões naturais” (DEFFONTAINES, 1935, p. 119).

²⁴¹ “Avec la concentration de sa population sur le littoral et, en contraste les déserts démographiques de son hinterland, le Brésil est une vaste zone pionnière (...)”.

da realidade nacional, a partir da denúncia, as primeiras, do estado de subdesenvolvimento do país (CASTRO In MARTINS, 2010, p. v).

A AGB orienta o geógrafo Pierre Monbeig ao estudo das áreas de influência econômica do Estado de São Paulo. A geografia francesa e sua vocação universal, começa a elaborar uma teoria “vidaliana” da colonização, mesmo num cenário de expansão colonial conduzida, ela mostrou-se uma ferramenta possível nesta missão científica globalizada e civilizatória, ainda que permeada por demandas práticas e por um recorte regional. Um dos elementos mais importantes da contribuição que o Brasil oferecerá à geografia francesa é a renovação do papel do intelectual, que vai tomando contornos cada vez mais práticos e engajados. Começamos a mergulhar então nos contornos brasileiros dessa constituição metodológica: o Brasil pode ser visto como um ponto avançado de uma geografia que migra progressivamente ao planejamento e à aplicação?

Capítulo 5

Como um jovem professor francês adquire legitimidade no Brasil? A crescente normatividade das proposições nos interstícios da autoridade (1937-1946)

Em 1940, uma polêmica aparecerá no plenário do 9º Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Florianópolis e patrocinado pela Sociedade de Geografia. No momento da aprovação das moções, uma indicação de separar o ensino de Geografia ao de História é anunciada no salão de debates. A proposta fora feita por um dos jovens geógrafos do Rio de Janeiro e causou rebuliços. Pierre Monbeig não abdicará de reagir²⁴².

Na hora da votação, ele pede a palavra: “Sr. Presidente, parece-me que uma das moções apresentadas pela Comissão e sobre a qual já tive oportunidade de fazer algumas críticas, resolve, com excessiva pressa, uma coisa bastante importante – a ligação entre o ensino de Geografia e História nos cursos de ensino superior do Brasil” (ANAIS DO 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1941, pp. 131-133). O presidente do congresso, o sr. Ministro Bernardino José de Sousa, aceita encaminhar a moção para reexame, mas alguns participantes se sentem contrariados. Jorge Zarur, autor da moção, se manifesta:

(...) tenho a esclarecer que a Comissão discutiu e rediscutiu o assunto. A matéria foi amplamente ventilada no seio da nossa Comissão, que chegou atrasada ao plenário, justamente porque chamou o Prof. Pierre Monbeig para ouvir sua opinião. O Prof. Pierre Monbeig manifestou seu ponto de vista, e o assunto foi, pela segunda vez, submetido à votação. A moção, de minha autoria, mereceu novamente a aprovação, e é por isso que aqui estou em sua defesa (ANAIS DO 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1941, pp. 131-133).

Mas o ministro não pretende se opor a Monbeig. Ele argumenta que, “com a devida vênia, pediria que se atendesse ao apelo do digno Prof. Pierre Monbeig, no sentido de que a Comissão reexamine o assunto. Trata-se de uma delicadíssima solicitação do

²⁴² Cabe aqui uma nota para explicar esta posição de Monbeig. Nós demonstramos, no primeiro capítulo, que a Geografia vidaliana esforçou-se por se autonomizar em relação à História. Mas é recorrente vermos os geógrafos se associarem aos benefícios do entendimento histórico. Assim, seria mais apropriado dizer que a Geografia queria se distanciar de uma certa história que dominava a disciplina a época, notadamente a política e diplomática, mas não da perspectiva histórica como um todo, ou da Nova História, que surge com o movimento dos Annales.

Presidente da 4ª Comissão²⁴³, que, estou certo, será tomada no devido apreço. (muito bem)”. Muito bem? Nada disso. Há novos contrariados.

O Sr. Francisco José Gomes de Oliveira vê um impasse. Ele sugere que um corpo de consultores fosse constituído para colaborar com a comissão (ANAIS DO 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1941, pp. 131-133). Mas o presidente torna-se progressivamente irritado: “Ilustres companheiros de Congresso: não quero acreditar que haja, em qualquer das comissões técnicas, quem quer que seja com espírito preconcebido em matéria de ciência!” (ANAIS DO 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1941, pp. 131-133), e acrescenta que:

Seria indelicadeza de minha parte, se não orientasse a digna Assembleia, proporcionando-lhe oportunidade de **atender ao pedido desse ilustre mestre**. Trata-se, apenas, de um reexame. De nova discussão pode surgir a luz. Como disse, não há aqui ideias preconcebidas. Estou certo, mesmo, de que – ou o ilustrado Prof. Jorge Zarur, do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, tais sejam as razões que mais calmamente o Prof. Pierre Monbeig apresente, ou o próprio Pierre Monbeig, diante de novos argumentos aduzidos pelo colega Prof. Jorge Zarur, - um dos dois retirará sua moção, para o fim de só aparecer uma em nossos anais. De fato, são teses inteiramente opostas, e o Congresso só poderá aprovar uma delas. É uma questão de alta importância cultural.

Devemos, portanto, atender ao apelo do Sr. Prof. Pierre Monbeig, em homenagem à sua cultura e à colaboração que traz para os nossos trabalhos (Palmas). [grifos nossos] (ANAIS DO 9º CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, 1941, pp. 131-133).

Como se vê, Pierre Monbeig vale-se do respeito à sua contribuição à geografia brasileira para obstruir uma moção duas vezes discutida em uma das comissões do congresso. A postura de Monbeig é de alguém que, no Brasil, acumulou capital simbólico para exercer normatividade em suas proposições. Efetivamente, pois, para ele, a harmonia do ensino de Geografia com o de História era fundamental.

Nesse capítulo, nossa finalidade é depreender de sua trajetória como Pierre Monbeig fundou a sua autoridade e liderança no processo de emergência de uma Geografia desenvolvida no Brasil. Como um jovem geógrafo francês conseguiu liderar um movimento geográfico, uma campanha para difundir a “geografia moderna” no Brasil? Ele e Lévi-Strauss gostavam de lembrar que vieram a este país muito jovens, que

²⁴³ Neste congresso, Pierre Monbeig é o presidente da comissão de Geografia Humana.

seus alunos eram até mais velhos do que eles próprios, os professores, e que sofriam ataques políticos de todos os lados. Eram recorrentes as “publicações de certos artigos e acusações”, denunciando as competências rasteiras dos jovens franceses e suas rebeldias. Monbeig diz que estes ataques não incomodavam, mas eles sempre voltam aos relatos:

Muitos anos se passaram para que me seja permitido evocar as críticas que, em São Paulo, receberam os professores estrangeiros, os franceses talvez mais do que os outros. Através de nós, as críticas visavam à política universitária do governo de São Paulo. À equipe francesa, reprovava-se sua juventude, o que lhes permitia duvidar de nossas capacidades. Contra Júlio de Mesquita, dirigia-se a acusação de ter entregue a Faculdade aos estrangeiros²⁴⁴ (MONBEIG [1984], in THÉRY, DROULERS, 1991, p. 230).

Se já no campo geográfico existiam tensões, no campo intelectual brasileiro existiam muitos conflitos e armadilhas que rondavam a FFCL. E, em consequência, os jovens estrangeiros que povoavam suas cadeiras. Este campo científico é um espaço de cruzamento entre diversas escolas que aqui chegaram, inúmeros retratos do Brasil são produzidos, dos intelectuais aos políticos. O geógrafo Jorge Zarur, protagonista daquela alteração no 9º Congresso, por exemplo, havia sido formado nos Estados Unidos, corrente que atinge o Brasil com força cada vez maior.

Pelos seus adversários, a Faculdade de Filosofia era acusada de não ser mais do que um artifício político da elite paulista liberal e democrática, um locus de estudos desinteressados, desligados das demandas práticas do Brasil e de São Paulo. No que toca aos franceses, eles sentiram que precisavam conquistar sua autoridade, provar sua capacidade científica, mas também técnica. A geografia francesa deveria mostrar a que viera, tanto do ponto de vista teórico como prático.

Ela [a FFCL] apareceu como uma intrusa, como uma ideia excêntrica ou uma operação política. Aos olhos dos técnicos de Direito, da Arte da Engenharia e da Medicina, parecia uma espécie de miscelânea; a faculdade, dizia-se, nada mais era do que um local de encontro de um público mundano mais interessado em belas conferências do que ávido de ciência (MONBEIG [1984], in THÉRY, DROULERS, 1991, p. 227)²⁴⁵.

²⁴⁴ “Assez d’années se sont écoulées pour qu’il me soit permis d’évoquer les critiques qui, à São Paulo, accueillirent les professeurs étrangers, les Français peut être plus [que] les autres. À travers nous, les critiques visaient la politique universitaire du gouvernement de São Paulo. À l’équipe française, on reprochait sa jeunesse qui permettait de douter de ses capacités. Contre Julio de Mesquita, on dressait l’accusation de livrer la Faculté aux étrangers”.

²⁴⁵ “Elle [FFCL] apparut comme une intruse, comme une idée farfelue ou une opération politique. Aux yeux des techniciens du Droit, de l’Art de l’ingénieur et de la médecine, elle paraissait une sorte de fourre-tout ; elle ne serait, disait-on, pas autre chose qu’un lieu de rencontre pour un public mondain plus curieux de belles conférences qu’avide de science”.

Na verdade, o ambiente científico brasileiro é um contexto em que os intelectuais são chamados à ação. No Brasil, parte da intelectualidade não valorizava estudos desinteressados. O contexto de avanço da erosão dos valores literários, do engajamento prático e da sistematização do método, aprofunda-se neste país novo. Assim, parte da autoridade adquirida por Monbeig foi conquistada em meio à imersão em tendências globais, mas também brasileiras, que passaram a se tornar cada vez mais explicitamente critérios de cientificidade.

Nós mostraremos como Pierre Monbeig será chamado a construir um discurso normativo sobre o método, e uma orientação sobre o uso prático dos estudos geográficos. As disputas políticas em torno do papel da Universidade também dividiam as opiniões. Pierre Monbeig vai escolher um lado, que, apesar de crítico, assim o fez, aceitando dar orientações pragmáticas a seu pensamento. Todavia, não se pode olvidar das gradações dessa orientação pragmática. Portanto, cabe nos questionar até onde vai a orientação prática de Monbeig. Um *engajamento patriótico*, uma *intervenção em busca do crescimento econômico* ou uma intervenção que visa à “*organização racional*” dos espaços?

Para além desse discurso, Pierre Monbeig conseguiu acomodar em São Paulo uma estrutura pedagógica, científica e institucional. Ele adotou posturas didáticas que contribuíram com uma maior sistematização do ensino do método. Ele era um líder deste ambiente de ensino. Ele formulava suas estratégias, escreveu *manuais* para aumentar a coesão da comunidade geográfica e, nesse meio, a formação dos alunos de Geografia progredia. Ele logrou gerar entre professores e alunos uma espécie de corporação coesa que já possuía conotações de uma escola. Para tanto, a estratégia mais eficiente foi criar um público para o consumo das discussões geográficas e associar o ensino à pesquisa, o que foi uma verdadeira originalidade de Pierre Monbeig.

Esta estratégia, por sua vez, implicava um jogo de sedução com seus alunos. Nas excursões, Pierre Monbeig construiu um ambiente de trocas recíprocas, onde todos participavam da aventura do conhecimento, ele inclusive, pois o Brasil e os brasileiros o motivavam. Dessa maneira, não se pode esquecer que ele detinha certo carisma no trato com seus alunos, moldado por estratégias de aproximação exitosas, mesmo que provavelmente inconscientes.

Uma postura horizontal no relacionamento produziu um espírito de grupo na geografia paulista, cujos partícipes aderiram aos métodos da geografia francesa de forma bastante fiel, mas cujos trabalhos, principalmente os trabalhos de tese de seus alunos, faziam parte de um esforço coletivo que ultrapassava a temática do próprio professor: a compreensão da transição da vida tradicional à modernização capitalista no vasto ecúmeno do espaço brasileiro.

Ele agiu igualmente como um ponto de convergência entre os diferentes grupos de geógrafos. Através da AGB, nosso cientista atuou como um articulador entre diversas comunidades geográficas. Em seguida, também auxiliado pelas atividades da AGB, tanto ele conseguiu construir um público de intelectuais de diversos campos “consumidores” dos trabalhos e das reflexões ofertadas por esta comunidade de geógrafos.

Para mais, Pierre Monbeig fazia a propaganda dos benefícios da Geografia entre a sociedade paulista através da imprensa. Essa imprensa, outrossim, fortemente arraigada nos interesses políticos e culturais da elite local, permitiu a Pierre Monbeig um espaço de divulgação, que visava a ampliar o espaço de inserção dos geógrafos na sociedade como, igualmente, seu prestígio e legitimidade, construindo um amplo leque de alianças.

Essa sua atividade abre um novo momento de relações com o Brasil. Sob o jugo da conquista de autoridade, já não se trata apenas da circulação das enquetes, questões, práticas e estratégias francesas, mas o começo de uma adaptação mais profunda da geografia francesa praticada em campos material, simbólico e intelectual brasileiros. Se ele já havia se apoiado em uma teoria geral da colonização, ele começa a elaborar dispositivos metodológicos específicos ao desvendamento do território nacional e chega a propor um modelo do ciclo urbano brasileiro no ecúmeno da modernização. A sistematização metodológica e o interesse (em certo grau) ao embasamento à ação caminham juntos no processo de consolidação da Geografia brasileira, em uníssono à consequente erosão dos valores literários. Doravante, a modelização passa a ser uma tendência crescente.

Mas nem tudo são rupturas. Ao manter a sua autonomia, Pierre Monbeig assegura a estabilidade das teorias no âmbito da circulação. Pois na base desse movimento estava o fato que ele era um representante da ciência francesa. Ele carregava atrás de si o capital simbólico de uma ciência que não cansava de crescer em importância, e que havia adotado um estatuto metodológico ímpar. A resistência desta autoridade no Brasil também se

reflete na resistência às estratégias: Pierre Monbeig não aceita que a Geografia se separe da História, antiga aliada permeada pelos seus valores literários. A autoridade de Monbeig foi exercida em termos materiais, institucionais e simbólicos.

1- A adaptação do discurso da geografia francesa ao contexto de formação do Estado brasileiro: a precoce orientação, no Brasil, dos estudos regionais às demandas do desenvolvimento e do crescimento econômico

Exercer uma liderança dependia de implementar um discurso que desse vazão às demandas intelectuais, mas também políticas, de outros indivíduos. Era um exercício de representação. A Geografia praticada por Pierre Monbeig esteve sempre atenta aos problemas do mundo contemporâneo, de forma que este engajamento não só ocorreu no Brasil, *como se aprofundou*. O discurso geográfico revestiu-se de conotações políticas, ainda que em marcos de formulações para os interesses da nação.

O engajamento às demandas práticas da realidade apareceu a Monbeig como estimulado por diversos contextos. Em escala global, pode-se dizer que, *após a segunda guerra mundial*, de acordo com uma conjectura professada por Maurice Le Lannou, ocorreria a morte do livre cambismo, e ele proclamava ainda que o mundo do pós-guerra era uma entidade única, organizada em uma divisão internacional do trabalho. Esta nova situação acarretou uma reorganização das entidades nacionais, impulsionadas a buscar um papel singular no seio dessa partilha (ARRAULT, 2007, p. 496). Assim, no pós segunda guerra, uma conjuntura planificadora se instala no seio da sociedade científica internacional. O próprio Monbeig nos auxilia na caracterização dessas circunstâncias econômicas e políticas e que ladeia a percepção de Maurice Le Lannou:

Convém lembrar que em nossa época mesmo nos países onde o liberalismo econômico e o livre empreendimento conservam seu prestígio teórico, verificou-se a necessidade de se impor uma direção geral à coletividade. (...). Deve-se isto ao fato de que por tôda parte surgiu e se impôs o problema da **organização do território da forma mais racional possível**, e de uma ocupação mais proveitosa do solo a fim de aumentar e a melhorar a produtividade. [grifos nossos] (MONBEIG, 1957e, pp. 22-23).

Monbeig imputa ao homem político, na sua condição de planejador, uma organização *racional* do território. Por outro lado, este agente de transformação fará o “possível”. Pois, para Monbeig, ele é igualmente determinado pelos reveses do

determinismo geográfico. A tendência à constituição de uma *expertise* é mais do que nunca um movimento irrefreável: “pode-se acompanhar o processo pelo qual as ciências vão paulatinamente se distanciando da literatura, e como os valores tradicionais, que se poderia denominar literários, são excluídos do cânone do saber” (LEPENIES, 1996, p. 13). Mas até que ponto esta *expertise*, no âmbito da Geografia, se desprega dos seus condicionantes geográficos? Daí em diante, o homem pode tudo comandar? São questões que estão subentendidas no texto de Monbeig.

A integração crescente do mundo pela liderança do homem se dava em torno de seu funcionamento, bem como de seus problemas. As guerras mostraram os sucessos e os malogros da sociedade técnica. O mundo dependia cada vez mais do avanço das ciências naturais, mas isso causava também algum desconforto: “Nenhum período da história foi mais penetrado pelas ciências naturais nem mais dependente delas do que o século XX. Contudo, nenhum período, desde a retratação de Galileu, se sentiu menos à vontade com elas. Este é o paradoxo que tem de enfrentar o historiador do século” (HOBSBAWN, 1995, p. 504). Assim, havia o espaço para um discurso planificador, mas também crítico.

No caso do Brasil, deve-se ressaltar, contudo, que o contexto de formação do Estado Brasileiro no interior do capitalismo tardio e após a Revolução de 30, *antecipa* a conjuntura planejadora que decorre das reconstruções de guerra na Europa. A inserção de Pierre Monbeig no contexto nacional brasileiro já foi notada por Nogueira (2013) e por Dantas (2005) acentuando que “estando no Brasil, Monbeig toma consciência dos desafios que se colocam à geografia **mais cedo** do que se permanecesse na Europa. Ele é sensível à exigência de desenvolvimento que se apresenta no Brasil do Estado Novo” [grifos nossos] (DANTAS, 2005, p. 18).

O Estado Novo é uma reorganização do Estado brasileiro, inaugurado pelo golpe de 1937. Apesar de perseguir os comunistas, Getúlio Vargas era também um antiliberal. Em 1937, logo após o golpe, Vargas declara imediatamente que seu maior objetivo era combater as discrepâncias regionais do Brasil (e os particularismos locais) para promover o desenvolvimento nacional através da ação de um Estado forte (PENHA, 1993, p. 52). Tal como pensava Monbeig, uma das formulações centrais da política econômica do governo Vargas era a criação de um mercado interno capaz de diminuir as desigualdades regionais (NOGUEIRA, 2013, p. 57-58).

Em 1938, Vargas traçara as diretrizes de uma política geográfica de Estado: reedição da Carta do Brasil ao Milionésimo (produção de bases cartográficas confiáveis para realização do censo de 1940), nova divisão administrativa cartografada, organização das estatísticas, reorganização da toponímia dos municípios, diretrizes técnicas comuns ao mapeamento (PENHA, 1993; SENRA, 2014, NOGUEIRA, 2013, p. 68). Esta diretriz ficou conhecida como a Lei Geográfica do Estado Novo (PENHA, 1993; SENRA, 2014, NOGUEIRA, 2013, p. 68).

De acordo com Cano, a política de fortalecimento do mercado interno era essencialmente geográfica: “integrar o mercado interno requeria a eliminação, se possível, de todas as barreiras existentes à livre movimentação econômica entre as regiões do país. Mais que isso, haveria que se aumentar o grau de interdependência regional através de um significativo aumento da complementaridade econômica inter-regional” (CANO, 1985, apud NOGUEIRA, 2013, p. 58).

As formulações de Monbeig estarão em consonância com as diretrizes econômicas do Estado Novo. Para ele, a criação de um mercado interno estava em acordo com a diminuição de desigualdade de renda da sociedade, em benefício do trabalhador. Outro ponto bastante coincidente entre as formulações de Monbeig e a política desenvolvimentista do governo Vargas era o estímulo à construção de estradas como equalizadora das desigualdades regionais (NOGUEIRA, 2013, p. 53).

Assim, junto à criação dos conselhos planejadores, Vargas proclamou a missão central de seu programa de governo: a Marcha para o Oeste. A marcha para Oeste seria viabilizada pela criação da Fundação Brasil Central, órgão aprovado em 1943 e que se destinava a planejar a colonização nos altos rios Araguaia, Xingu e as áreas do Brasil central e ocidental (PENHA, 1993, p. 61). Assim, a agenda de pesquisa de Monbeig, no âmbito do território paulista e nos quadros de uma estratégia regional, estava em consonância com os objetivos da política econômica e geográfica do governo Vargas²⁴⁶. A saudação da AGB à política do Estado Novo não nos se assemelha à simples retórica. Em 1º de setembro de 1942, Pierre Monbeig envia o seguinte telegrama a Vargas:

²⁴⁶ Ainda mais interessante será perceber que a marcha para Oeste do governo Vargas é entendida pelo próprio presidente como um processo ampliado de ocupação que os “bandeirantes” paulistas já haviam empreendido (LIRA NETO, 2013, p. 378). Corrobora-se a larga compreensão, já no seio da comunidade política, de que a franja pioneira paulista, no passo e no presente, é um modelo de expansão nacional. Os antigos bandeirantes (e por que não também os novos?) tornaram-se o arquétipo do desbravador e sua imagem fora apropriada pela propaganda do Estado Novo (LIRA NETO 2013, p 378).

São Paulo, 1º setembro de 1942.

Exmo. Senhor Presidente Getúlio Vargas

Palácio Catete

Rio

Temos a honra levar conhecimento Vossencia que a Associação Geógrafos Brasileiros com sede SPaulo deliberou unanimemente hipotecar irrestrita solidariedade patriótica atitude assumida governo Vossencia aguardando ordens para poder prestar serviços defesa do Brasil. Respeitosas saudações

Pierre Monbeig presidente

Aroldo de Azevedo secretario

Salvio Almeida Azevedo tesoureiro

Fonte: Arquivos da AGB-SP.

O telegrama obteve resposta do presidente.

Nogueira também notara outro elemento de vínculo do governo Vargas com o grupo liderado por Monbeig: a organização e financiamento de algumas excursões. Uma excursão ocorrera no Nordeste entre 20 de janeiro e 3 de fevereiro de 1944, composta por, além de Monbeig, Ary França, Aroldo de Azevedo, Maria Conceição Vicente de Carvalho, José Ribeiro de Araújo Filho e João Dias Silveira “ contou com o apoio financeiro do CNG e do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), autarquia federal criada por Getúlio Vargas, em 1933, para *planejar* a expansão dos canaviais, o financiamento das usinas e *organizar a produção*, funcionando como um mecanismo de regulação do mercado.” [grifos nossos] (NOGUEIRA, 2013, p. 111).

Mas os ventos desenvolvimentistas não seduzem Pierre Monbeig de um só golpe, de tal sorte que o geógrafo preserva os pormenores de sua concepção política. Em 07 de junho de 1945, o jovem geógrafo participa de uma confraternização ítalo-brasileira na cidade de São Paulo que visava congregar os antifascistas da cidade de São Paulo em prol de uma “Itália Livre” (O Estado de São Paulo, 07/06/1945, p. 8) contrapondo-se aos flertes supostamente fascistas do governo de Getúlio Vargas.

O discurso de Monbeig vai incidir *mais* no domínio *do planejamento da macro política econômica* do que na organização de uma *ação planificadora racional dos espaços*. Ele mesmo reconhece que há aqui um pioneirismo. Ele chama este movimento

internacional planejador, que incluí o Brasil, de neo-regionalismo, evocando, é claro, os aportes da geografia regional francesa. Mas ele não desemboca na convicção de uma organização “racional” dos espaços. Para ele, uma reorganização dos territórios seria fruto de uma nova conformação *regional*.

A evocação da região não é gratuita: através do estímulo ao crescimento econômico regional, ele reconhecia que os fatores naturais ainda colocavam limites à plena liberdade da ação humana. A concepção intervencionista de Monbeig busca promover o crescimento econômico, mas é, até aí, uma concepção que se pauta pela adaptação do homem no meio, como quando Henri Hauser utilizou a obra de Vidal de la Blache para pensar uma nova regionalização no após primeira guerra.

Para que este **neo-regionalismo** tivesse probabilidade de êxito, fazia-se mister, **escolher sensatamente** os ramos da produção a serem intensificados ou criados nas diferentes regiões, o que pressuporia o **perfeito conhecimento dos recursos naturais** e o **não menos perfeito conhecimento dos problemas econômicos e humanos**. Também aí a pesquisa geográfica foi chamada a colaborar, nessa obra eminentemente prática. (...). Seria injusto não me referir ao Brasil, onde se recorre aos geógrafos para a realização de inquéritos práticos. A própria criação do **Conselho Nacional de Geografia** tem por finalidade o **melhor conhecimento do país**, indispensável à sua boa administração. [grifos nossos] (MONBEIG, 1957e, p. 22.)

Assim, após a década de 20, Robic identifica que os geógrafos franceses convergiram ao debate da reorganização regional. Apesar da *precocidade* das intuições, suscitada pela experiência brasileira, Pierre Monbeig não está, por outro lado, em descompasso com o que está acontecendo na França: “O livro de Y – M Goblet sobre a formação de regiões se destaca pelos seus avanços conceituais sobre a noção de ‘rede’ e de ‘complexo’ e pelas suas distinções tipológicas entre ‘regiões de economia tradicional’ e ‘zonas de economia modernas extravertidas (...)”²⁴⁷. (ROBIC, 1996b, p. 43).

O livro de Goblet fora editado em 1942, mesmo ano, portanto, das principais reflexões de Monbeig sobre o impacto do capitalismo em terras brasileiras durante a segunda guerra. Assim, ainda que o Brasil tenha antecipado e reforçado este discurso prático no seio da atitude científica de Monbeig, é preciso notar que, ainda aqui, Pierre Monbeig não abandona suas bases formadoras. Ele conciliou seu discurso à conjuntura

²⁴⁷ “Le livre de Y – M. Goblet sur La formation des régions se détache par des avancées conceptuelles sur les notions de ‘réseau’ et de ‘complexe’ et par ses distinctions typologiques entre ‘régions’ d’économie traditionnelle et ‘zones’ d’économies modernes extraverties (...)”.

da formação do Estado Brasileiro, ao da comunidade científica francesa e dos seus companheiros de trabalho da FFCL. Por que, por outro lado, o espaço da Universidade de São Paulo era onde se encontravam copiosas forças políticas. Construir uma autoridade no domínio simbólico demandava assumir posturas políticas.

2- Uma postura política crítica sobre o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. A geografia regional podia dotar-se de um discurso crítico do qual partilhavam alguns dos pares de Monbeig

À Faculdade de Filosofia, encaminhavam-se majoritariamente os filhos de imigrantes ou os comissionados (LIMONGI, 1988). Ou seja, uma burguesia nascente e uma parte da classe trabalhadora assalariada. Já para as Faculdades de Direito e Medicina, seus espaços eram majoritariamente ocupados pelos filhos das elites tradicionais (LIMONGI, 1988). Frente a este contexto, não somente havia uma forte demanda por oferecer resultados, conquistar uma autoridade, como de dar vazão às ideias de esquerda que pululavam na FFCL.

Assim, fez-se mister não olvidar do jogo de ponderações. O desafio pessoal de Pierre Monbeig respaldou-se em reformular seus legados discursivos e as estratégias de pesquisa das monografias regionais a uma *crítica ao capitalismo especulativo e o imperialismo, de acordo com suas convicções ideológicas, dele, do Estado popular brasileiro e de seus companheiros, e do que ele entendia como sendo os interesses da nação*, através de um modelo de desenvolvimento que se tornara urgente no Brasil.

No esmiuçamento de sua posição, é possível perceber que a geografia regional francesa podia ser conciliada com uma postura crítica, social e humanista, com o projeto de desenvolvimento popular de estados de antigo passado colonial e com uma política de desenvolvimento do país. Isto dava vazão, assim, a uma demanda intelectual militante que surgia no Brasil.

Adotando uma postura em contraposição ao modelo imperialista de organização dos espaços, pois, para ele, este modelo promoveria uma padronização extrema do estoque vegetal e uma destruição dos solos tropicais (e que não encontrava resistência social ou geográfica no Brasil), a produção de monografias regionais poderia convergir ao desenvolvimento nacional em função de revelar muitas outras possibilidades do meio.

A grande lavoura é, do ponto de vista geográfico, uma forma de exploração destrutiva das riquezas naturais; é especulativa e depredadora, principalmente quando **não se sente limitada pela falta de espaço**. Ela assim o foi na cultura algodoeira do sul dos Estados Unidos, o foi e o é ainda na cultura cafeeira do Brasil. Podemos exprimir isso de maneira resumida: **houve desajustamento entre os homens e as terras. Cabe aos homens levar a cabo o reajustamento**. [grifos nossos] (MONBEIG, 1944a, p. 21).

Sua apreciação crítica ao modelo capitalista especulativo é aclarada em uma resenha à obra do geógrafo americano Carl Sauer, publicada em 1942 em português. Nas palavras de Monbeig, pode-se imputar aos geógrafos franceses a evidência de que a conquista do solo pelo homem é remotíssima (não remontaria ao neolítico?) - e promotora de uma especialização crescente do meio físico e geográfico graças aos gêneros de vida. Ao longo da história, o homem direcionou o uso da natureza em função de uma variedade estreita de habilidades herdadas (MONBEIG, 1942a).

Mas na agricultura comercial, “esta rarefação é levada tão adiante que a reconstituição integral é praticamente impossível” (MONBEIG, 1942a, p. 80). Transversalmente à padronização de vastas áreas, uma eliminação de espécies é recorrente nos países novos. A integração do Brasil **sem resistências** a um capitalismo especulativo internacional tem efeitos não apenas na paisagem como também na sustentabilidade ambiental. Já se vê um delineamento de uma política ambiental.

A terra arável se esgota pela cultura reiterada da mesma planta em cada ano, e é deixada, sem manto protetor, ao trabalho lento e obstinado das chuvas, dos ventos, da alternância de temperatura. Sistema de cultura voltado para o comércio especulativo de um produto básico, existente em todos os países jovens, enquanto que no velho mundo uma harmoniosa combinação extremamente antiga faz completar a criação e a cultura, de tal sorte que o solo não conhece esta nudez perigosa durante as estações de chuvas violentas ou de insolação dessecante. Na Europa e em algumas regiões do nordeste dos Estados Unidos, a agricultura adotou um sistema que economiza o solo e a **economia rural conserva ainda alguns dos traços da economia doméstica previdente e prudente**. Aí o capital natural permanece intacto; reforma-se sem cessar graças à alternância das culturas e à combinação cultura-criação, enquanto que nos países jovens o solo arável desaparece, deixando somente a rocha nua e inútil. **De um lado uma economia e uma técnica conservadora; de outro uma técnica brutal, saída da economia capitalista**. [grifos nossos] (MONBEIG, 1942a, p. 82).

É necessário ponderar que Pierre Monbeig reorienta suas críticas ao imperialismo, mas não ao capitalismo nacional ou doméstico. Ele está cada vez mais preocupado com

a vinculação direta do Brasil ao mercado internacional, que anulava a temporalidade da vida material, sazonal e regional, segundo havia esclarecido Albert Demangeon. Fundadas estas críticas, é neste ponto onde aparece a importância da consecução de monografias regionais. As monografias regionais seriam a caracterização de um outro quadro de possibilidades do uso do meio. Elas seriam de igual modo, auxiliares ao projeto estatal de desenvolvimento do Brasil.

Monbeig tinha uma leitura crítica e desenvolvimentista do Brasil. Para ele, as dificuldades do espaço brasileiro eram “os insetos que assolam as culturas e os organismos [ou seja, gêneros de vida empobrecidos]; as terras pobres (e as terras empobrecidas), que constituem pêso morto [solos improdutivos]; as enormes distâncias que entram ou retardam a exploração e enfraquecem o povoamento [ou seja, a ausência de infraestrutura de transporte e a vastidão e disponibilidade de terras].” (MONBEIG, 1946, p. 680). Para ele, os remédios que o Estado podia imediatamente adotar seriam o estímulo à economia interna (fixação do trabalhador, camponês ou operário), o impulso à mineração (geração de energia para a produção industrial, a urbanização e o saneamento) e a construção de uma rede de estradas modernas (articulando as distâncias e as vocações regionais).

Como se não bastasse a elaboração de um discurso crítico, o fato de que esta publicação tenha sido originada em uma palestra da AGB ilustra o caráter militante de Pierre Monbeig frente às suas convicções e frente à necessidade de construir um público que consumisse as produções geográficas. Assim, tal palestra foi divulgada pelo jornal *O Estado de São Paulo* (O Estado de São Paulo: 15 de maio de 1941, p. 6).

Este discurso crítico, tinha como pré-requisito uma autonomia teórica. Pierre Monbeig não se posiciona em descompasso com o que estava se produzindo na França ou com o clima intelectual brasileiro. Sua intenção é construir um verdadeiro espaço de trocas. Isto implicava em um impacto de sua produção acadêmica no meio científico e nas correntes intelectuais franceses e brasileiras. Do ponto de vista do alcance das suas publicações, o meio intelectual francês tem apenas ligeira vantagem em relação ao meio intelectual brasileiro, considerando os seus espaços de publicação, como se vê no gráfico.

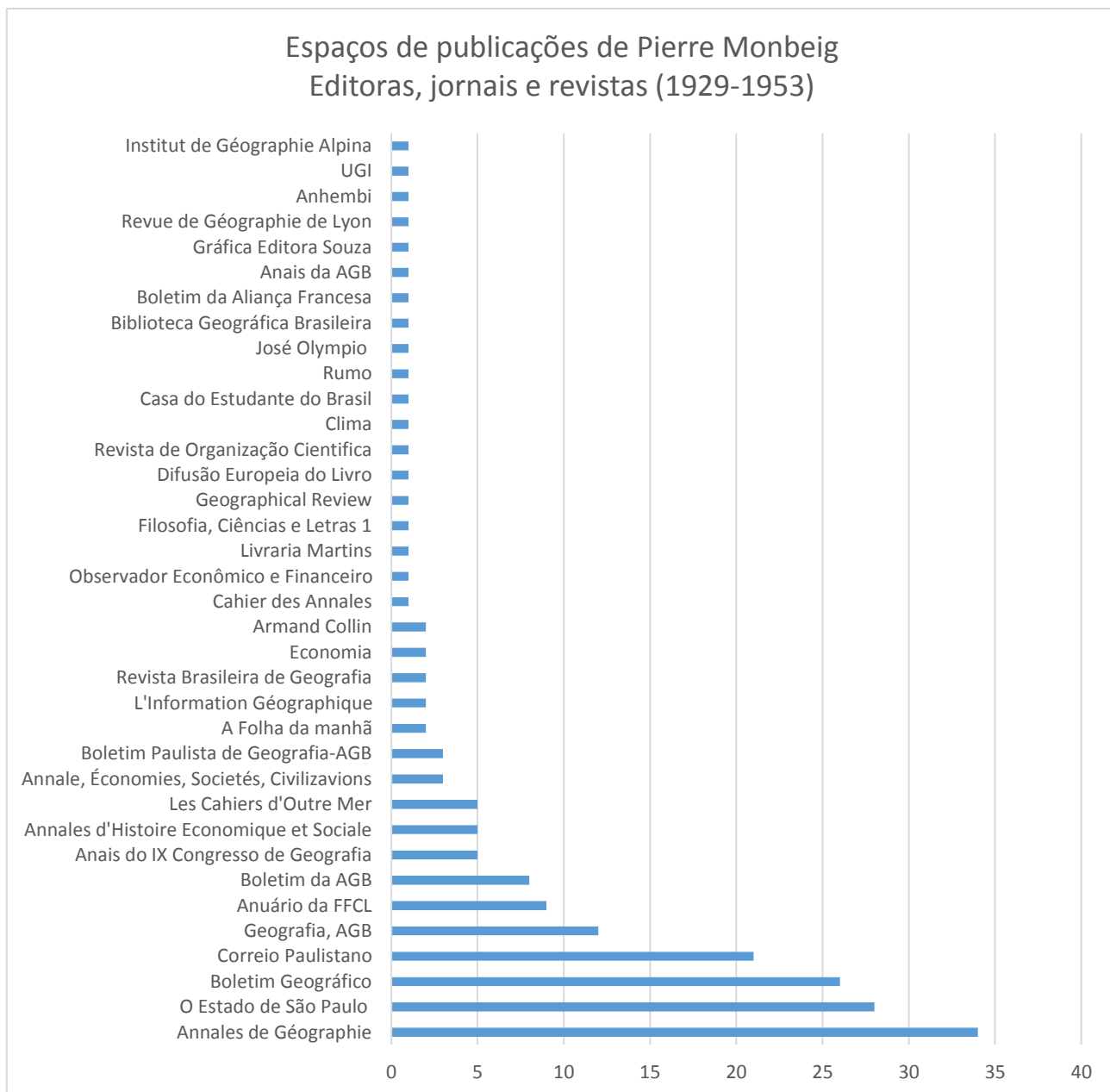


Gráfico 2. Org.: LIRA, Larissa Alves de. 2016. Fonte: SALGUEIRO (org), 2006.

O efeito da anexação cognitiva da geografia francesa ainda não produzira qualquer fissura em relação ao Brasil, mesmo que tenhamos constatado que nesse país acelerava-se (em relação ao meio intelectual francês) a constituição de uma *expertise* em prol do desenvolvimento econômico, visto que este esforço da parte dos intelectuais já se delinea a partir da década de 30 no Brasil. Por outro lado, isto nos leva a pensar que, se o Brasil, um país que passava por um processo de colonização, não fora excluído das temporalidades da construção dos modelos globais da geografia Humana francesa, a sua incorporação pode ter acelerado o processo de erosão dos valores literários, em prol de uma Geografia Humana que colocava o homem no centro da organização dos espaços e

que promovia uma crescente modelização dos processos do ensino e do uso do método geográfico.

3- Construindo alianças em diversos ambientes políticos: Pierre Monbeig, um liberal?

Não se deve deixar de observar que Pierre Monbeig construiu uma ampla rede de diálogos. Ele manteve seus contatos com a elite paulista democrática, mas não deixou de dar respostas às demandas desenvolvimentistas varguistas. Ele manteve a sua independência, conversava com Vargas, com os paulistas, com os franceses e com os comunistas (pensamos aqui em Caio Prado Jr). Em 1940, ele endereça um convite ao historiador comunista para participar de uma publicação especial da AGB sobre o estado de São Paulo:

“Poucas pessoas são capazes de tratar bem deste tema [aspectos geográficos paulistas], e creio que você, que já estudou um aspecto destes problemas da geografia urbana paulista, estaria particularmente qualificado. Sem contar que, para essa imponente publicação, eu ficaria muito feliz de ter um dos melhores animadores de nossa Associação dos Geógrafos Brasileiros. Aceitaria dar-nos sua colaboração? Você quereria voltar momentaneamente à geografia? Nós ser-lhe-emos muito reconhecidos, e agradeço-lhe profundamente” (MONBEIG apud IUMATTI, SEABRA, HEIDEMANN, 2008, p. 52-53).

Nesse sentido, acreditamos que Nogueira conclui um pouco apressadamente que as relações pessoais de Monbeig poderiam ter determinado uma posição política de ordem liberal²⁴⁸. Não acreditamos que essas relações constituem provas contundentes, pois ele tenta traçar diálogo em diversas frentes.

É verdade que ele frequentou alguns espaços da alta sociedade paulista. Em 20 de Março de 1937, ele será anunciado como um dos participantes de uma homenagem a Júlio de Mesquita Filho, quando “um grupo de intelectuais e amigos lhe oferecerá um grande banquete, que se realizará no Automóvel Club (...). Essa iniciativa visa prestar homenagem ao illustre jornalista, em sinal de reconhecimento pela sua actividade em prol da elevação do nível cultural em nosso Estado”. A reportagem não deixa de lembrar

²⁴⁸ “A intersecção entre a assimilação de certas concepções de classe e a seleção das fontes de informação utilizadas para a redação do trabalho evidencia-se igualmente quando o francês se vale de um livro lançado em comemoração ao centenário de Martinho Prado Jr. para descrever a atuação dele e de seu irmão, o conselheiro Antônio Prado, tios de Caio Prado Jr., na organização da imigração de colonos estrangeiros vindos da Itália, ação que considera uma prova da “modernidade” desses fazendeiros, que anteviram o fim da escravidão.” (NOGUEIRA, 2013, p. 140).

que a atuação do jornalista tinha também fortes conotações políticas. “De um grupo de fundadores da Liga Nacionalista receberá o sr. dr. Júlio de Mesquita Filho um pergaminho relembrando as victoriosas campanhas em que aquela Liga tomou parte e contendo os nomes de seus antigos membros, entre os quaes se contava o do distincto jornalista.” (O Estado de São Paulo, 20 de março de 1937, p. 7).

Porém, em outro evento, desta vez ocorrido em 1946, Pierre Monbeig participa de uma homenagem a Paulo Duarte, que voltava do exílio. Este intelectual, militante de esquerda, responsável pela vinda de Lévi-Strauss à Universidade de São Paulo e tendo sido, no início, membro do grupo que discutiu a formulação do projeto da USP, terá indisposições com Júlio de Mesquita Filho. Mesmo assim, Pierre Monbeig lhe presta homenagem: “Amigos e admiradores do nosso prezado companheiro de trabalho, dr. Paulo Duarte, vão oferecer-lhe, em dia, hora e local a serem oportunamente designados, um almoço por motivo de seu regresso do exílio (...)”. (O Estado de São Paulo, 22 de fevereiro de 1946, p. 2).

4- Pierre Monbeig, a Seção de Geografia, a AGB e a imprensa. Construindo a legitimidade e um público para geografia

Pierre Monbeig logrou construir no Brasil um público cada vez mais amplo que reconhecia a legitimidade da Geografia. Nas margens desse círculo de consumidores dos discursos geográficos, é preciso reforçar que ele teve uma forte atuação na imprensa paulista, principalmente no jornal *O Estado de São Paulo*, onde tinha como aliado o jornalista Júlio de Mesquita Filho. Era frequente que o jornal veiculasse as atividades da Universidade de São Paulo. O título de uma das primeiras palestras de Monbeig é ilustrativo de como o discurso geográfico queria se revestir da legitimidade de contribuir nas explicações dos problemas contemporâneos, reforçando o caráter engajado dessa disciplina. A conferência “Problemas geográficos do mundo moderno” é anunciada em 28 de julho de 1935.

Além disso, Pierre Monbeig também procurava divulgar os benefícios da metodologia geográfica francesa. Para ele, o trabalho de campo se tornou essencial no processo de ressignificar os conceitos franceses. Sem contar que, ao divulgar tais atividades, ele se reafirmava como detentor de discurso legítimo sobre a geografia no estado de São Paulo e no Brasil. Vale lembrar que o jornal *O Estado de São Paulo* também tinha uma circulação nacional:

Residindo em São Paulo há muitos mezes, tendo realizado demoradas visitas ao interior paulista, de modo a conhecer as fazendas e os fazendeiros de café, o ilustre professor aproveitou com gosto a oportunidade que lhe apresentou de conhecer igualmente os usineiros de assucar de Pernambuco e os fazendeiros de cacau da Bahia. Assim, de volta dessa viagem, trouxe interessantes observações que esplanou hontem diante dos seus ouvintes. (O Estado de São Paulo, 06 de junho de 1936, p. 6).

Logo após a divulgação dessa viagem de campo à Bahia em 06 de junho de 1936, em 27 de junho do mesmo ano, o jornal divulga outra viagem, dessa vez para Minas Gerais. A direção do jornal conferia ao geógrafo, por decisão espontânea, uma avantajada importância. Júlio de Mesquita Filho chegava mesmo a viajar em companhia de Pierre Monbeig e sua esposa. Os diálogos cordiais travados por Monbeig em muitas direções ou pessoas de variadas tendências políticas ampliavam o público interessado pela geografia, que, mantendo sua autonomia, adquiria um discurso engajado, mas desligados dos interesses partidários. Mas pode-se acrescentar também que através da proximidade com os professores franceses, Júlio de Mesquita, exercia-se uma espécie de tutela sobre eles.

Uma notícia veiculada em 02 de setembro de 1939, bastante depois, portanto, de suas primeiras andanças pelo Brasil, expõe como Pierre Monbeig, até pelo menos 1939, prefere observar o problema do desenvolvimento brasileiro de um ponto de vista bastante distanciado da política. Portanto, sem definir explicitamente as suas opções ideológicas: “A paisagem, espelho da civilização” (O Estado de São Paulo, 02 de setembro de 1939, Notícias diversas). Pierre Monbeig também realiza palestras e exposições em diversos institutos de pesquisa de São Paulo. No começo de sua permanência no Brasil, ele já realizara uma palestra sobre o Reno no interior da Faculdade de Direito. Em 1937, a Sociedade de Etnografia acolherá na sua ordem do dia (O Estado de São Paulo, 05 de agosto de 1937).

Reproduzimos abaixo diagramas dos personagens que cruzam a trajetória de Pierre Monbeig nos anos em que viveu no Brasil. Tendo Pierre Monbeig ocupado postos-chaves na FFCL e na AGB, os atores envolvidos nesta rede de relações são potenciais consumidores dos discursos geográficos brasileiros. Infelizmente, tratamos esta rede de atores de forma ainda indistinta, pois seria possível traçar, com mais aprofundamento nos arquivos, os atores mais ou menos próximos. Mas todos eles eram potenciais consumidores dos discursos geográficos²⁴⁹.

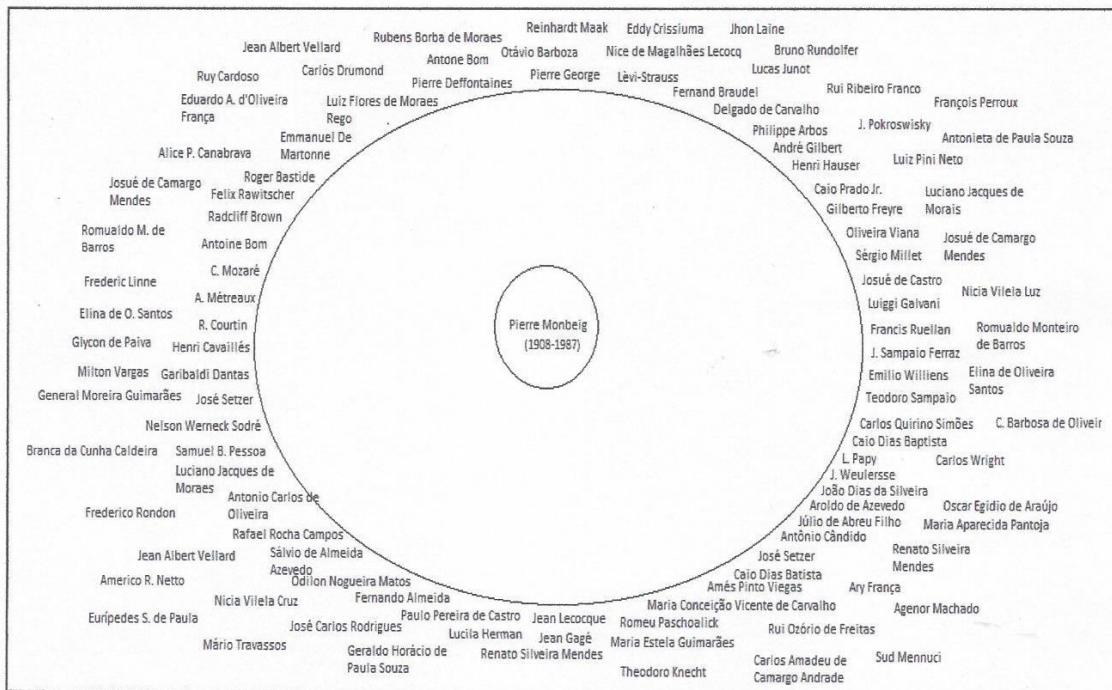


Figura 6. As trocas intelectuais de Pierre Monbeig com outros estudiosos através de convites da AGB e da FFCL. Org: Lira, 2016.

²⁴⁹ Estes diagramas podem auxiliar numa pesquisa futura que procure aprofundar o tema da difusão da Geografia francesa no Brasil, pois são eles que tiveram contato direto de Monbeig. Infelizmente, este não é um tema que podíamos esgotar nesta tese.

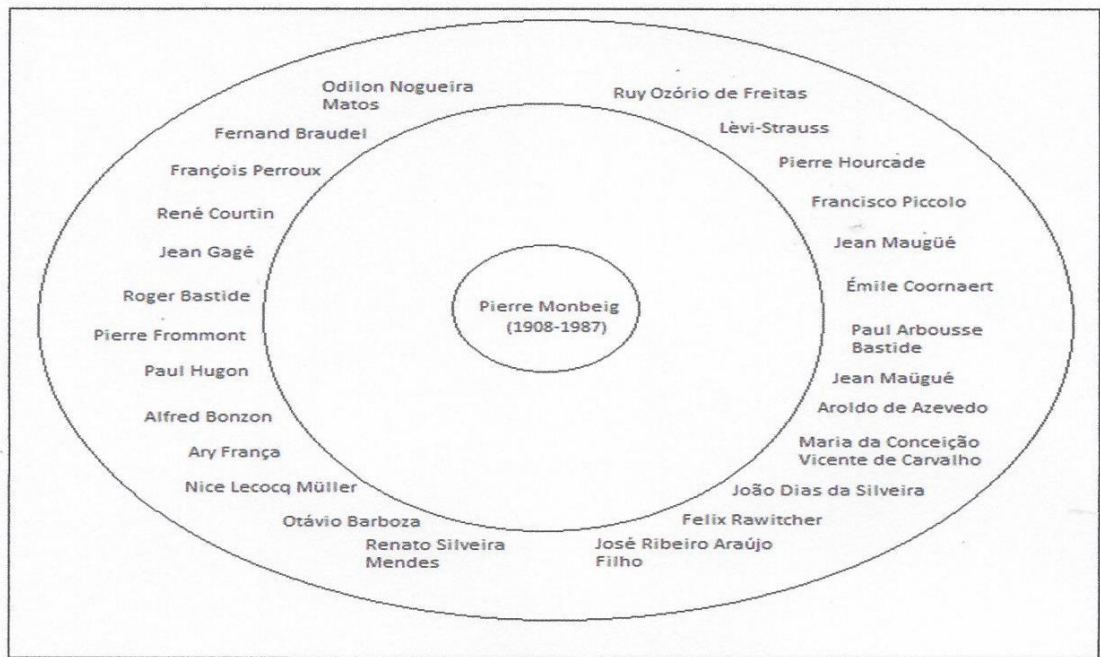


Figura 7. Os colegas de trabalho mais próximos de Pierre Monbeig. Org.: Lira, 2016.

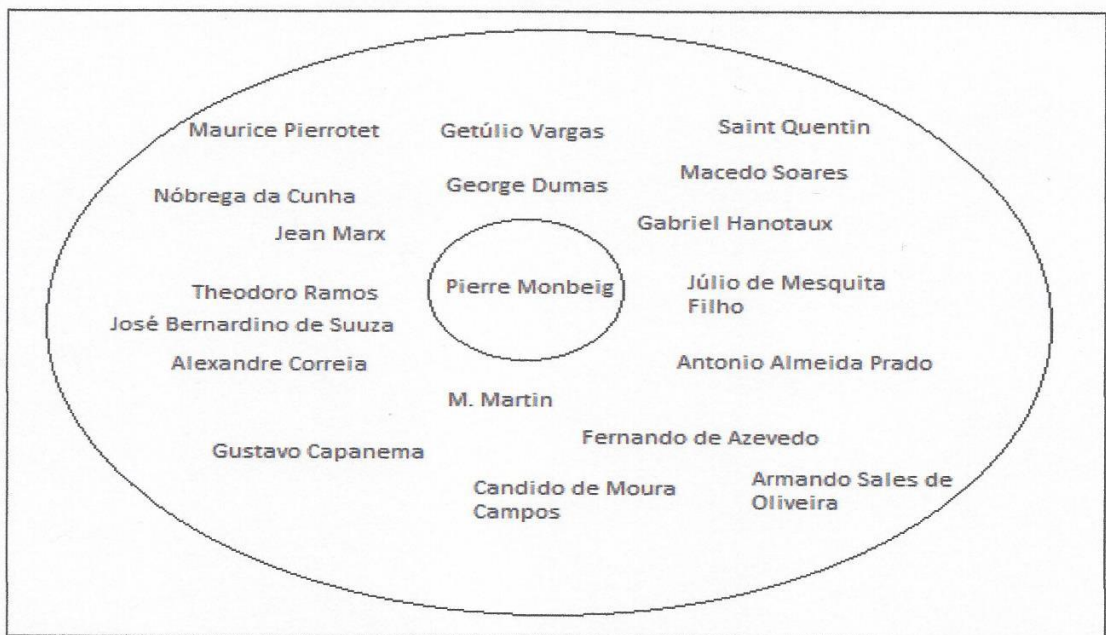


Figura 8. Os patrões e superiores de Pierre Monbeig. Org.: Lira, 2016.

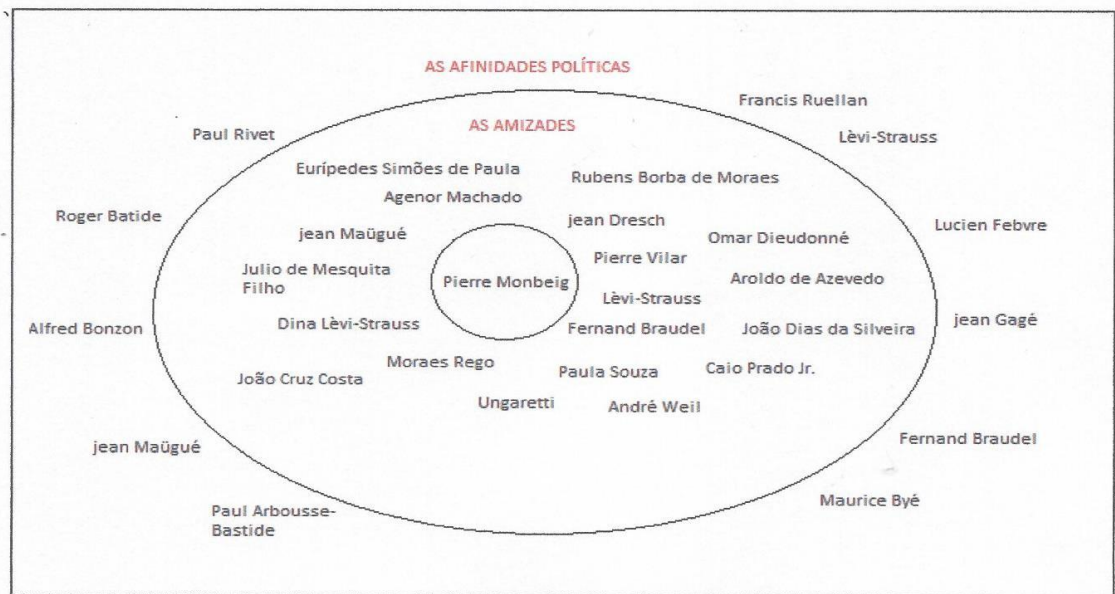


Figura 9. As amizades entre os professores e as afinidades políticas de Pierre Monbeig. Org.: Lira, 2016.

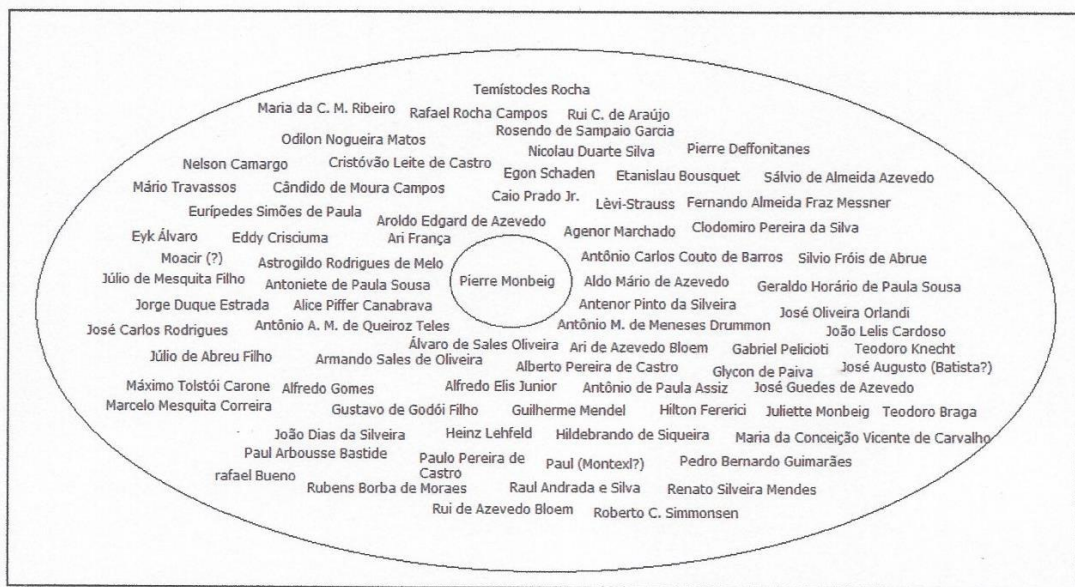


Figura 10. Os sócios da AGB entre 1935-1940. Org: Lira, 2016.

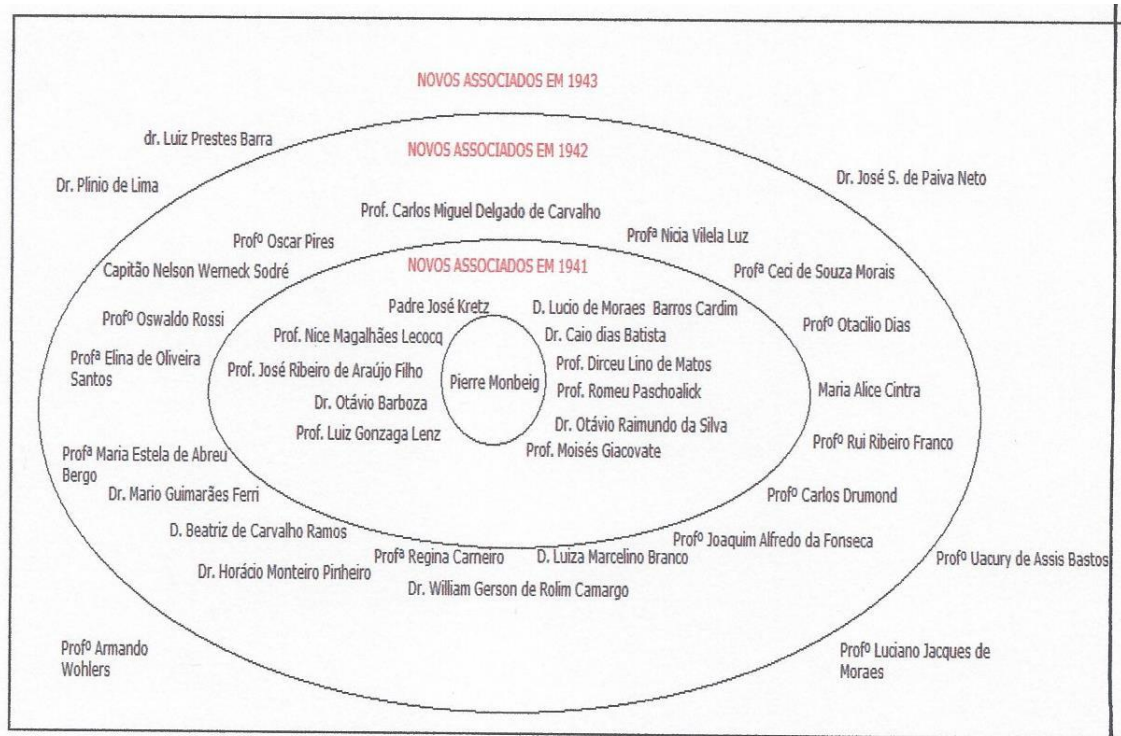


Figura 11. Os sócios da AGB entre 1941-1943. Org.: Lira, 2016.

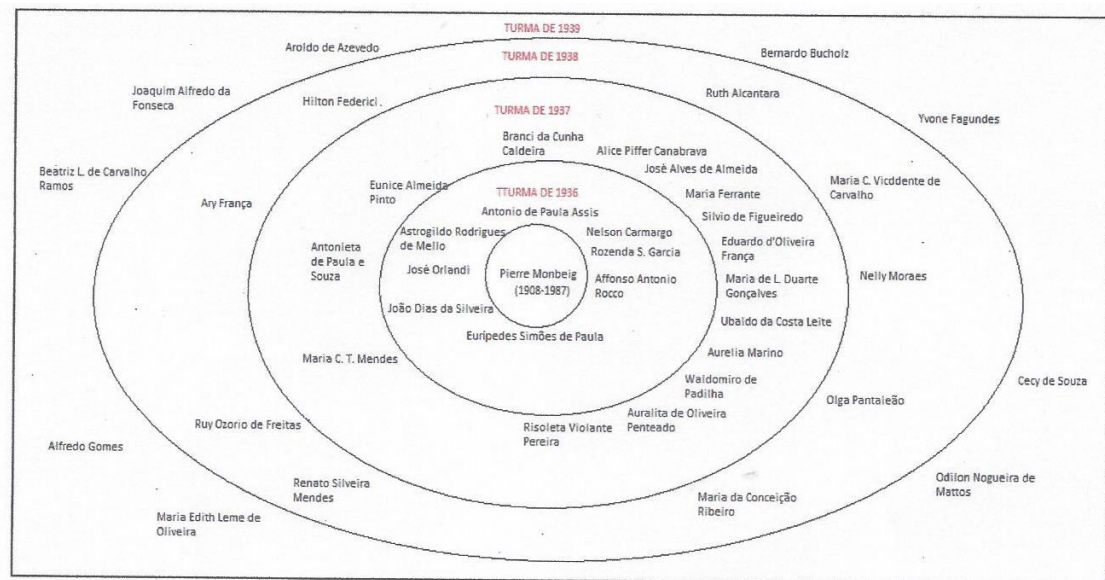


Figura 12 Os alunos de Pierre Monbeig entre 1936-1939. Org.: Lira, 2016.

“O prof. Pierre Monbeig falará hoje sobre 'O ensino da Geographia nas escolas secundárias' (...). Para as conferencias que serão públicas, são especialmente convidados os professores dos gymnasios officiaes e particulares da capital” (O Estado de São Paulo, 22 de setembro de 1936, p. 8)

Bem assim, também com o auxílio da AGB, no que se refere às questões do ensino, Pierre Monbeig toma contato com personalidades importantes do meio político. A partir de sua presidência, a AGB tem cada vez mais peso nos debates nacionais, conferindo-lhe maior legitimidade. Pierre Monbeig e seus parceiros vão elaborar propostas para a reforma educacional de 1945, encaminhando sugestões ao ministro da educação através do embaixador José Carlos Macedo de Soares. (ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Carta ao Exmº Sr. Embaixador José Carlos Macedo Soares (IBGE). São Paulo, 16 de junho de 1944, Arquivos da AGB).

5- O carisma, as amizades e a rede de relações

Deve-se assinalar, outrossim, que a constituição de um público para o consumo de discursos geográficos foi também erigida pelas relações pessoais de Pierre Monbeig. Ele teceu uma rede de amigos²⁵⁰.

Jovem que era, Pierre Monbeig claramente aderiu a uma missão de maneira muito peculiar. Por uma iniciação recíproca nos assuntos do Brasil e nos métodos franceses, por uma honestidade das relações, ele não se ajuizava como divulgador de doutrinas. Ele também queria desbravar novos horizontes. Ele trouxera bagagens teóricas sólidas, soube cultivá-las, e se esforçou para aprender o português. O esforço de compreender a língua aumentava o seu compromisso com o país e ele podia se alçar como um legítimo representante da geografia brasileira. “A comunicação, porém, nunca foi um problema para Monbeig, que falava espanhol e aprendeu rapidamente o português com os seus estudantes, especialmente durante os trabalhos de campo nos fins de semana” (SALGUEIRO, 2006c, p. 204).

²⁵⁰ Em momentos de descontração, por exemplo, ele “entendia-se muito bem com o literato Ungaretti e sua família e com os matemáticos André Weil e Omar Dieudonné” (SALGUEIRO, 2006c, p. 206), além dos estudantes que, sendo quase todos da mesma idade, tornaram-se amigos (SALGUEIRO, 2006c, p. 206). Outras personalidades tornaram-se íntimas, algumas das quais já figuram nos relatos: Rubens Borba de Moraes, Júlio “Jullinho”, além de Caio Prado Jr, “comunista (...) historiador marxista de uma inteligência brilhante” (MONBEIG In SALGUEIRO, 2006c, p. 206), o médico Geraldo de Paula Souza (SALGUEIRO, 2006c, 206). Na aula magna proferido pelo cinquentenário da Universidade de São Paulo, Monbeig cita outros personagens com quem travou laços de afetividade duradouros: Aroldo de Azevedo, João Dias da Silveira, Eurípedes Simões de Paula e João Cruz Costa (MONBEIG [1984] In THÈRY, DROULERS, 1991, p. 228).

Pierre Monbeig também admirou as paisagens brasileiras, fez amigos, viveu experiências e eles se divertiram juntos (suas paixões também não falam pelos seus vínculos?). Ele ajudou a edificar ambientes de trocas, estimulou a crítica, combateu o dogmatismo, estimulou o gosto pela ciência, a reflexão e os espaços coletivos de solidariedade científica e de aprendizado mútuo.

Para mim, a melhor escola de português foram as ‘excursões’ de Geografia. (...). Conversávamos muito durante essas viagens pelo interior. Os alunos descreviam-me a sua terra tal como a conheciam. E creio que da minha parte ajudei-os a descobrir – digo isso porque mais tarde eles disseram a mesma coisa – qual era o conteúdo das paisagens. (...). Dessa forma, os dois elementos – professor e alunos – ensinavam um ao outro, como deve ser. (MONBEIG, In MOTA, 1981, p. 255)

Nos trabalhos de campo sob o céu tropical, “o partilhar de imprevistos climáticos” e das “preocupações com as panes de automóvel nas velhas estradas do interior” são motivo de recordações divertidas (vistas à distância!), nas reminiscências de Pierre Monbeig. Ele não era o único que sentia nostalgia. Lévi-Strauss escreveu uma legenda em sua “Saudades do Brasil”: “vê-se as pernas de Martonne na passagem estreita e íngreme que dá acesso ao cume”! (LÉVI-STRAUSS, 1994).

Essa mútua simpatia foi reforçada por um desejo comum de realizar pesquisas sobre o Brasil. Por ocasião desses trabalhos, a distância entre a cátedra magistral e os bancos dos anfiteatros era totalmente abolida. **Vivíamos então uma espécie de iniciação recíproca quanto às coisas e as pessoas do Brasil.** (...) **Assim, a despeito da presença de tantos estrangeiros,** a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP tornou-se um dos **mais ativos centros de estudos brasileiros,** e de formação de multiplicadores. [grifos nossos] (MONBEIG In O Estado de São Paulo, 28 de janeiro de 1979, p. 178).

Com efeito, laços fraternos foram estabelecidos sem preconceitos de classe ou distinções. Ele tinha facilidade de trocar afeições. Tinha também o gosto pela diversão, pela vida mundana da noite paulista. Ele é sensível quanto aos espaços de sociabilidade que se desenvolvem fora das salas de aula, mas que geram laços afetivos.

Entre nós a diferença de idade era pequena, o que facilitava o diálogo. Para mim, o trabalho de campo, compartilhar os imprevistos climáticos e as preocupações com o carro na estrada velha me possibilitaram criar **laços afetivos** que não sofreram nem com o tempo nem com a distância. [grifos nossos] (MONBEIG [1984], in THÉRY, DROULERS, 1991, p. 230).

Mas por outros depoimentos, é preciso perceber que, na sala de aula, ele matinha sua autoridade. Alguns alunos tinham receio de lhe dirigirem a palavra nos corredores da FFCL.

6- Pierre Monbeig instalou uma ordem institucional: concepção e práticas de ensino no contexto de ascensão do papel dos cidadãos nas democracias

Pierre Monbeig foi o responsável pelo estabelecimento de uma verdadeira ordem institucional. Ele teve liberdade de pensar parte de sua estrutura, mas principalmente seus desígnios e seus propósitos. Ele tivera o talento de prescrever uma concepção de ensino que assentiu aos alunos uma formação coerente em métodos (voltada sobretudo aos pesquisadores) e o irradiamento dessa geografia em outras camadas sociais (como entre os professores do ensino secundário). Em primeiro lugar, o ensino geográfico universitário e secundário convergiam à formação do cidadão. Secundariamente, ele mirava o manejo de técnicas especializadas, que se desenvolveriam na consecução dos doutorados, direcionados para aqueles que se destacavam na prática da pesquisa durante o processo de licenciamento. Ele concebeu um ensino intimamente ligado à pesquisa, o que é uma novidade para época.

A este entendimento humanista do ensino estava subjacente manter-se à distância de concepções excessivamente *aplicadas* da geografia: o professor secundário de geografia seria igualmente um pesquisador, tendo as mesmas iniciações aos princípios e métodos para os quais o discurso da profissionalização pretendia, muitas vezes, ter seu monopólio. Ele se inspirava mais uma vez em Albert Demangeon. Para ambos, “a geografia é uma das formas do humanismo moderno.” (MONBEIG, 1957e, p. 29). Ainda aqui, a vocação de formar professores pela Faculdade não é um caminho que Monbeig trilha isoladamente. Muito pelo contrário, uma tendência à associação das técnicas de pesquisa à didática se veem oficializadas nas reformas universitárias pelo Brasil afora (FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS, 1953, p. 15).

Asseguradas essas tendências, nos cursos de geografia oferecidos por Monbeig na FFCL, reinou a diretriz de formação de uma escola geográfica paulista, segura de suas origens e de seus métodos; enfim, Monbeig contribuiu para a consolidação da cadeira de Geografia do Brasil e com a crescente nacionalização do currículo de Geografia da USP, através do irradiamento, pelos alunos da FFCL, dos compromissos desta tradição em

espaços institucionais que se propagariam pelo Brasil em tempos um pouco mais adiantados. Monbeig nos narra uma pequena história, esmiuçando um projeto de expansão que quase sai das entrelinhas. Estava em seus planos unificar a escola brasileira em torno da escola francesa, e, depois, paulista.

Como se pode depreender dos dados acima, ao mesmo tempo que se vai estabelecendo a colaboração do elemento nacional no ensino da Geografia na Faculdade de Filosofia, Ciências Letras, não se tem perdido de vista a necessidade de **oferecer ensino uniforme em tendências e processos**. Os três professores oriundos sempre de França, são filiados à mesma escola e **têm suas características científicas formadas sob os mesmos métodos**. Os elementos nacionais são todos antigos alunos da Faculdade, o que lhes garante grande **homogeneidade de trabalho**. Não se pode esquecer a importância de tal fato, pois graças a isso, vai se formando junto ao departamento de Geografia **um bloco** de professores e pesquisadores **bastante seguros nas suas concepções e nas interpretações que dão aos fatos e aspirações da Geografia**. [grifos nossos] (MONBEIG, 1944b, p. 346).

É Monbeig quem concebe o planejamento estratégico da formação dos estudantes de geografia da FFCL. Segundo suas palavras, seria preciso ter um ensino que se voltasse à “coerência” e à “homogeneidade dos métodos”. A liderança francesa no processo da formação dos professores está mais do que subentendida. Da França vieram os primeiros professores, já os professores nacionais, que vieram em seguida, saíram todos dos quadros da FFCL²⁵¹. Mas isso nos levaria a questionar se houve um *excesso* de autoridade francesa no processo de formação pedagógica. Esta é uma questão que não pode deixar de ser levantada após um depoimento explícito sobre o monopólio da atuação francesa na sua concepção de ensino.

Outros pesquisadores testemunharam a liderança de Monbeig no processo de corporificação da escola paulista, o que, como foi aludido, esta passou a figurar como um grupo coeso e irradiador do movimento geográfico brasileiro. O depoimento é de Aroldo

²⁵¹ A cadeira de Geografia da FFCL, que englobava geografia física e humana, fora inaugurada em 1934 por Pierre Deffontaines, logo para ele transferida, em 1935. Em 1936, João Dias da Silveira, no fim de sua graduação, foi nomeado seu assistente adjunto. De 1937 em diante, a partir de uma viagem de Emmanuel De Martonne ao Brasil, ambos congregaram os esforços e se responsabilizaram pelo ensino da geografia física, o que durou de julho até fins de outubro. “Com a volta para a França do prof. Emmanuel de Martonne, foram os cursos de Geografia Física novamente entregues ao Prof. Monbeig, auxiliado pelo assistente João Dias da Silveira”. (MONBEIG, 1944b, p.346). Assim as coisas ficaram até 1939, quando a cadeira de Geografia foi finalmente desdobrada em Geografia Humana e Geografia Física, sendo esta última entregue ao professor João Dias da Silveira. No mesmo ano, Maria da Conceição Vicente de Carvalho assume a assistência da cadeira de Geografia Humana, preservado o posto, é claro, à Pierre Monbeig. “Em maio de 1940 foi nomeado assistente extra-numerário, junto à cadeira de Geografia Humana, o sr. Renato da Silveira Mendes, licenciado igualmente em 1938”, mesmo ano de licenciamento de Maria da Conceição. (MONBEIG, 1944b, p. 346).

de Azevedo, este último, por sua vez, parceiro de Monbeig nos trâmites da institucionalização da geografia no Brasil. O depoimento de Azevedo deixa entrever, como se fosse necessário provar, que a incorporação das tendências geográficas de outras escolas se dava sob a vigilância da geografia francesa. Em um clima de coesão, o aproveitamento de contribuições estrangeiros de fora da França era mais parcial do que total:

Por isso mesmo, não há exagero em falar-se na existência de uma escola paulista de geografia, que apresenta algumas características marcantes, suficientes para individualizá-la: 1- **inspirada na orientação metodológica, a francesa**, tem procurado aproveitar **o que há de melhor** noutros países; 2- dentro dessa orientação, dedica-se ao estudo e à pesquisa de temas ou problemas diretamente ligados à **geografia brasileira**; 3- em virtude das circunstâncias que presidiram sua formação, tem dirigido suas preferências mais para o campo da Geografia Humana, embora **sem nunca desprezar o quadro natural** [grifos nossos] (AZEVEDO, Aroldo de. O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 1959.)

Que não se confunda que um ensino avesso à especialização, direcionado à formação de professores, tivesse algum prejuízo em relação aos estudos técnicos. Desde o momento de entrada na Universidade, a exigência do professor Monbeig não era menor. À dificuldade de entrada, somava-se a dificuldade das aulas. Mesmo para os alunos saídos de família com melhores condições e com boa formação, como Ruy Coelho e Antônio Cândido, o depoimento dos dois professores chega a nos arrancar risos, frente à exigência de Monbeig, esse “homenzinho terrível”!

Vivíamos uma fase da educação brasileira em que o francês era uma segunda língua. Nossos pais falavam francês. Portanto, a dificuldade não vinha tanto da língua, mas da súbita **imersão num método** e num estilo de aulas a que não estávamos habituados. Era também em francês o curso de geografia humana com o Pierre Monbeig, um homenzinho terrível, todo queimado de sol, que viajava pelo Brasil e dizia: ‘Não quero saber se são estudantes de ciências sociais ou o que quer que seja. Geografia tem que ser comigo e **vocês têm não apenas de ler coisas, como também interpretar a paisagem geograficamente**’. Antônio Cândido e eu tivemos notas baixas com Monbeig nos primeiros tempos [grifos nossos] (COELHO, Ruy. O Estado de São Paulo, 14 de outubro de 1979).

Monbeig compreendera que, numa época de ascensão das democracias, depois da derrocada dos regimes totalitários, a capacidade de expansão, decisão e mobilização dos cidadãos ganhara novas dimensões, o que, evidentemente, tem repercussões sobre o

ensino. Não eram mais apenas os capitalistas e os chefes de Estado que conduziam unilateralmente os destinos do país. Os cidadãos também se imiscuíam na política. Esta visão de mundo estava em pleno acordo com a espírito crítico da Geografia Humana que vivera na *Sorbonne* no seu período formador, mesmo contexto que ele vivenciou na FFCL, bem como com a capacidade da geografia de olhar os problemas do alto, a meio caminho das teorias de viés aplicado, exercitando, portanto, a sua autonomia teórica. E, se tal entendimento amalgamava a formação do professor à formação do cidadão, em nada ela é correspondente, convém insistir, a um rebaixamento da qualidade do curso: “Será prova de imperialismo geográfico perguntar-se se não cabe ao geógrafo a parte essencial dêsse preparo cívico?” (MONBEIG, 1957e, p. 17)

Convém que o ensino acompanhe as transformações do globo. Outrora talvez à geografia não coubesse ação tão relevante na formação do futuro cidadão, pois os problemas políticos possuíam então a importância que atualmente adquiriram as questões econômicas. Os cidadãos dos vários países não se manifestavam, como em nossos dias, por meio do voto, cujas consequências podiam influir na evolução das economias de modo tão decisivo. Para um mundo moderno convém um ensino moderno e a geografia é uma interrogação permanente do mundo.(MONBEIG, 1957e, p. 18)

Na trilha dessas orientações, constam nos programas de Geografia da FFCL, a partir de 1943, basicamente, três abordagens: geografia humana, geografia física e geografia do Brasil. O curso de geografia regional misturava-se ao curso de geografia humana e de geografia do Brasil (MONBEIG, 1944b). Então, ainda seguindo a tendência das reformas educacionais, a partir de 1943, funda-se a cadeira de geografia do Brasil. Mas na verdade, a nacionalização do currículo foi também um plano estratégico de Pierre Monbeig²⁵².

²⁵² Na apresentação da cadeira, o professor Azevedo reafirma como a herança francesa persiste em sua orientação de ensino (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 1943. São Paulo- Brasil).

7- Os manuais de Pierre Monbeig: uma atitude normativa do ensino do método geográfico e as primeiras inovações metodológicas- a seletividade do uso dos princípios geográficos, a articulação das lógicas sincrônicas ao meio natural e a precedência da situação em relação ao sítio

A construção de autoridade dependia da organização de espaços concretos de pesquisa, e também de espaços simbólicos. Na tarefa de formular os desafios estratégicos da geografia universitária e liderar o ordenamento de uma estrutura institucional, Monbeig também se dedicou à produção de manuais. A produção de manuais está ligada à carência de bibliografia especializada veiculada em português. Nesse tipo de material, o geógrafo francês faz um claro esforço didático para normatizar o ensino da geografia universitária no Brasil. Neste esforço ele se destaca dos ensinamentos de seus mestres da *Sorbonne*, que veiculavam um estudo do método “invisível”, mas, por outro lado, empreende desde já uma verdadeira adaptação dos conceitos franceses à realidade brasileira. Neste esforço adaptativo reside a força de sua autoridade sobre o campo brasileiro: a geografia desenvolvida no Brasil começa a ganhar cada vez mais especificidade metodológica, *uma teoria adequada à compreensão do Brasil*, enquanto, ao mesmo tempo, a geografia francesa constrói a universalidade de seus modelos explicativos.

Nos manuais, já se vê um primeiro labor da parte de Monbeig de adaptar, metodologicamente, a geografia ministrada no Brasil ao próprio território que se quer observar e explicar. Mas ainda não seria possível afirmar, neste contexto tão matizado, que “(...)desde sua chegada ao Brasil, Monbeig se dá conta de que o instrumental da geografia regional francesa não dará conta de explicar nosso país, e esta compreensão vai se consolidando ao longo da década de 1940” (DANTAS, 2009, p. 13).

Mesmo que haja, nesse momento, uma maior imersão na realidade do Brasil, ainda assim, a geografia francesa exercia uma espécie liderança. Talvez prova disso era que, antes de sua partida, Monbeig empreende, através da redação de manuais, um verdadeiro esforço de normatizar o ensino do método geográfico. Isso nos leva a ratificar, por outro lado, esta tendência crescente à sistematização dos métodos.

Dentre os materiais de vulgarização produzidos por Pierre Monbeig, três são importantes manuais publicados em espaços de divulgação diferentes. O “estudo geográfico das cidades”, com início de produção, aparentemente, no fim da década 30 (se confrontarmos às publicações os rascunhos e documentos); um pequeno manual de excursões é um adendo produzido a um artigo de Delgado de Carvalho na Revista de Geografia; e uma coleção chamada “Região e Geografia” é publicada em 20 artigos, no jornal *O Correio Paulistano*, entre 1944 e 1945.

Observada esta necessidade didática, não é fortuito que os manuais toquem em pontos sensíveis da Geografia francesa: a relação com a história, a descrição da paisagem (através do manual de excursões), a unidade regional (manual das monografias regionais) e as redes urbanas (estudo geográfico das cidades). Eles formam um conjunto já adaptado aos determinismos do Brasil:

O que deve ser creditado a Monbeig, com justiça, é que foi ele quem elaborou o primeiro trabalho metodológico e didático sobre o assunto no Brasil (necessidade, talvez, de sua atividade docente num país sem qualquer tradição acadêmica em geografia, reunindo num único texto proposições analíticas provenientes de várias fontes). (ABREU, 2006, p. 135).

Neste ponto, Abreu reforça uma interpretação de que a atitude normativa de Monbeig se antecipa à tendência de sistematização do método vivida mesmo na França, ou seja, a evolução da sistematização metodológica caminha numa temporalidade específica.

Do ponto de vista teórico, e levando em conta os determinismos brasileiros, há uma hierarquização das determinações, estando na base o meio físico e geográfico e, no topo, a camada da rede urbana, como observamos nos escritos de Demangeon sobre o mercado mundial. No Brasil, esta camada, que se materializa nas redes de cidades, ganha ainda mais importância, uma vez que os processos de evolução natural (como aqueles que existiram no Mediterrâneo europeu) são aqui processos periféricos da evolução capitalista.

Esta interdependência dos **estudos urbanos com os enquadramentos regionais** rompia com um suposto dualismo do Brasil rural e urbano, do Brasil arcaico e moderno e tinha muitas consequências no debate historiográfico. Notou Peixoto, por exemplo, que “a compreensão do espaço e dinâmicas urbanas para Monbeig é inseparável do exame das paisagens rurais” (PEIXOTO, 2008, p. 93) e também não escapava à compreensão

histórica. O passo era ainda mais ousado na medida que o avanço e o êxodo da zona pioneira nutria e impulsionava a metrópole urbana, em um movimento de ação e reação recíproca:

(...) a complementariedade entre o desenvolvimento da cidade tentacular e o desenvolvimento das margens pioneiras, a cidade sendo o produto de condições geográficas locais e regionais, o fruto de uma organização regional. (...). Uma rede urbana se estabelece, estruturada por vias férreas, os migrantes afluem em direção às cidades pioneiras onde se ofertam lotes a bom preço. Pierre Monbeig, com o exemplo de Marília (...) analisou de maneira precisa a origem e as modalidades de crescimento das cidades da franja pioneira cujo dinamismo repercute nas capitais.²⁵³ (DROULERS, 1991b, p. 114).

O modo como a zona pioneira se conecta com a metrópole abrirá a Monbeig a possibilidade de desenvolver uma concepção geográfica totalmente baseada em estruturas causais com vistas a compreender processos sincrônicos, o que, segundo Daniel Loi (1982), era algo raro na geografia clássica. Isto configurou mais uma evidência de como os instrumentais epistemológicos da geografia francesa foram modificados a partir da experiência brasileira. Um país de fronteiras abertas, cujo capitalismo tardio está em plena marcha, não podia ser entendido fora dos marcos do tipo de causalidade sincrônica, do princípio da comparação, da unidade da terra e da extensão.

Assim, ao mesmo tempo, sem perder os lastros do determinismo geográfico, Monbeig repõe uma valorização seletiva dos princípios geográficos da Geografia Humana (como fizera Demangeon em relação ao legado de Vidal de la Blache), em processo de crescente autonomia relativa das raízes da geografia física e do seu embasamento natural. Pois, mesmo que se vejam descrições das paisagens físicas decrescentes em importância quanto às suas *irreduzibilidades*, as *particularidades* do meio físico continuam a ser reproduzidas no raciocínio de Monbeig. Ele desacelera o processo potencial de autonomização da Geografia Humana em relação à Geografia Física.

²⁵³ "(...) la complémentarité entre le développement de la ville tentaculaire et le développement des marges pionnières, la ville était le produit des conditions géographiques locales et régionales, le fruit de l'organisation régionale. (...) Un réseau urbain se met en place, structuré par les lignes de chemin de fer, les migrants affluent vers les villes pionnières où l'on offre des lots à bon marché. Pierre Monbeig, avec l'exemple de Marília (...), analysa de façon précise l'origine et les modalités de la croissance des villes de la frange pionnière dont le dynamisme repercute celui de la capitale".

Afora que, em seus estudos, segundo Ab'Saber, Monbeig logrou incorporar a contribuição da metodologia sociológica e urbanística das escolas francesas e americanas, através da crítica aos trabalhos de Pierre Lavedan, Park e Burges, Preston James, Philippe Arbos e Pierre Deffontaines (AB'SABER, 1994, p. 228). Porém, como lembra Abreu, ele assim o fez colocando tais sugestões sobre a ótica de uma teoria regional francesa: “discutindo essas novas matrizes de análise no final do primeiro quartel do século 20, Febvre afirmou que o comando da produção de conhecimentos urbanos estava agora sob o comando da geografia francesa” (ABREU, 2006, pp. 129-130). Essa “liderança” dos estudos urbanos foi reafirmada por Monbeig quando ele reafirma que “o estudo geográfico de um organismo urbano é um dos mais típicos das concepções e do método da geografia, segundo as diretrizes que lhe traçaram Ratzel, Vidal de la Blache, Brunhes **e mais tarde os geógrafos americanos.**” [grifos nossos] (MONBEIG, [1941] 1957a, p. 34).

E o princípio geral que orientava esta historiografia urbana como um subcampo da teoria regional era a sua sobreposição e o contato *pontual* da rede urbana ao meio físico e geográfico. Os pontos de contato são istmos. Esta estreita ancoragem física abria possibilidades para que as redes urbanas sobrepujassem os *obstáculos geográficos*, dando maior capacidade de ação ao homem do século XX: “(...) a cidade seria mais um palco de exibição da superioridade da **‘vontade humana’** sobre o jugo ambiental. Cabia ao geógrafo demonstrar essa verdade. (ABREU, 2006, pp. 129-130). Esta interpretação é embasada pelas palavras de Monbeig quando ele diz que “para êle [o geógrafo], a cidade é uma forma de ato de posse do solo por um grupo humano” (MONBEIG, [1941] 1957a, p. 34).

Não é, absolutamente, com efeito, apenas o jôgo do acaso que fêz com que exatamente em **um certo ponto do solo**, nascesse e se desenvolvesse um aglomerado urbano; e o organismo urbano, na sua forma e na sua função, **só pôde desenvolver-se aproveitando certos elementos naturais** (digamos assim para usar a terminologia corrente); ou, ao contrário, foi preciso superar obstáculos postos pela natureza, mas que a técnica, posta em ação e de algum modo estimulada pelas necessidades econômicas, finalmente [os] reduziu. (MONBEIG, [1941] 1957a, p. 35).

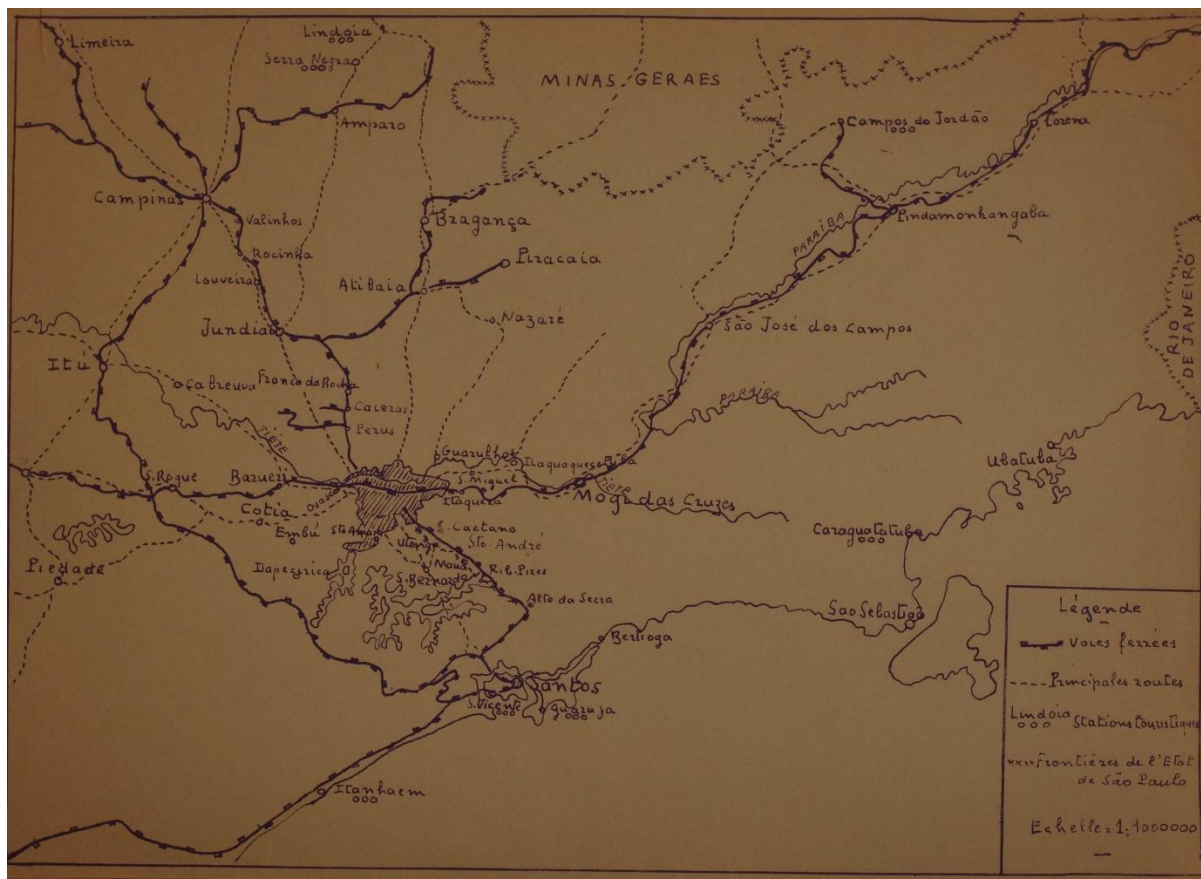
A técnica reduz os efeitos dos obstáculos geográficos, mas não os abole. A “unidade humana” na condução da construção de redes urbanas ainda se deve fazer por esforços adaptativos, mesmo quando falamos de uma ancoragem a *um certo ponto do solo*. Naquela citação, observamos Pierre Monbeig começar a rearticular o meio

geográfico e o meio natural, que, até seus trabalhos espanhóis, apareciam para ele como ordens lógicas paralelas nos estudos geográficos no bojo da mundialização. A mundialização, para Monbeig, *não* produziu uma *ruptura total* de suas lógicas econômicas com as lógicas dos processos naturais.

Partindo das premissas de que as redes urbanas têm relação pontual e estreita com a natureza, superam os obstáculos e ocorre a tomada de posse da natureza pelo homem, os primeiros elementos desse estudo desembocam na compreensão da relação entre *situação* e *sítio urbano*, seguido pelo *material humano* (densidade, distribuição, etc) que o preenchem: “Será preciso estudar, então, não somente os elementos do quadro natural, mas também a massa humana, seu volume, sua composição, sua localização no passado e no presente.” (MONBEIG, [1941] 1957a, pp. 35-36). O estudo da posição da cidade é chamado por ele de *situação*:

O estudo do quadro natural deve ser levado a efeito a partir de dois aspectos, simultaneamente: estudo da situação e estudo do local urbano. (...). Por situação da cidade entendo a posição geral da cidade em relação a um vasto conjunto regional, sobretudo topográfico, mas não exclusivamente. O estudo da situação de uma cidade consiste em considerar esta cidade no conjunto regional de que faz parte, podendo este conjunto ter uma verdadeira unidade natural, ou, ao contrário, resultar do contraste entre regiões naturalmente opostas. (MONBEIG, [1941] 1957a, pp. 39).

Sítio e situação estão intimamente relacionados. Mas a última é determinante e precedente em relação ao primeiro. Isso tem consequências metodológicas importantíssimas. Esta é uma originalidade metodológica de Monbeig, elaborada com base em seus estudos brasileiros, se aceitamos a leitura historiográfica de Maurício de Abreu, para quem, na metodologia da geografia urbana definida por Blanchard, “reinou imponentemente o conceito de sítio, com a noção de posição ocupando um nível subsidiário” (ABREU, 2006, p. 130). Mas o Brasil é um espaço aberto, sendo esta uma das suas determinações essenciais: o fator externo tem precedência sobre o fator interno, a situação tem maior importância que o sítio. Desta maneira, Pierre Monbeig promove, a partir das determinações do espaço brasileiro, uma das mais importantes inversões metodológicas baseado na historiografia francesa e na situação particular do Brasil na economia mundo.



Mapa 3 A situação de São Paulo. Carta desenhada à mão por Pierre Monbeig, conservada no Fundo Pierre Monbeig, do IEB. Caixa 9.

Localizar uma das originalidades metodológicas de Monbeig na inversão da importância da situação sobre o sítio, contrapondo-se ao modelo proposto por Blanchard, é algo controverso para Abreu. Segundo este autor, “o esquema apresentado por Monbeig nada tinha de original, já que as monografias urbanas vinham sendo elaboradas na França há quase quarenta anos e seguiam sempre o mesmo modelo, já sistematizado, aliás, por Blanchard (1922)” (ABREU, 2006, p. 135).

Em nossa leitura, ao contrário, verifica-se que a evolução dos sítios num contexto de mundialização, seguem as tendências espaciais ditadas pela situação (o vice-e-versa deve ser atenuado). Ele examina, como amostra, o caso da cidade de Casa Branca, cidade que foi alvo de um dos trabalhos do congresso de Florianópolis. De início, o núcleo central se dispunha de acordo com a disponibilidade da água, à beira d’água. Progressivamente, as construções subiram pela encosta do vale. Com o surgimento da via férrea (1875), a cidade toma o sentido dessa infraestrutura, se afastando do rio (MONBEIG, [1941] 1957a, p. 46).

Monbeig declara que é preciso diferenciar o elemento da formação e o elemento da progressão da cidade (MONBEIG, [1941] 1957a, pp. 35): “Por isso, em primeiro lugar convém analisar a 'evolução do espaço': as etapas, não mais apenas de sua formação, mas de sua progressão, o ritmo e as circunstâncias dessas etapas.” (MONBEIG, [1941] 1957a, p. 45). Os elementos de formação muitas vezes não têm as mesmas causas e consequências que os elementos de progressão. Mas são os elementos de progressão que são realmente importantes no processo de modernização do território brasileiro.

Assim, o estudo da situação tem precedência ao do sítio se quisermos compreender a formação territorial do Brasil. Uma pergunta sempre retorna: “Quais são, portanto, as relações mantidas pela cidade com as regiões dependentes (as vezes distantes) e como se realizam?” (MONBEIG, [1941] 1957a, p. 61) E a situação evolui ao longo da história. Uma mudança na rede de relações e a cidade se reformula. Assim, temos que subordinar os critérios de análise internos à cidade, a um estudo situacional e dinâmico, e no interior de um processo histórico (MONBEIG, [1941] 1957a, p. 48).

Para Abreu, o estudo de Monbeig teve uma repercussão muito impactante no Brasil. Seu trabalho sobre a metodologia da geografia urbana adquiriu significado ainda maior por ter se constituído como o “carro-chefe” de uma série de trabalhos apresentados no congresso de Florianópolis de 1940 (ABREU, 2006, p. 133). Nesse congresso, consagrou-se a existência de uma escola paulista de geografia, na liderança de uma geografia brasileira. Seguiremos abordando a produção desses alunos, como forma de medir os primeiros impactos qualitativos da autoridade política, institucional, intelectual e simbólica que este jovem geógrafo francês exerceu no Brasil.

8- O impacto do ensino de Monbeig sobre a produção intelectual de seus alunos de graduação: a sistematização pedagógica do método e a primeira modelização do ciclo regional e urbano no Brasil

Os congressos de geografia, especialmente aquele realizado em Florianópolis, em 1940, consolidaram o grupo “dos paulistas”, que apresentou uma contribuição coletiva e articulada em torno da geografia urbana do interior do estado. Já observamos como na Faculdade de Filosofia, Pierre Monbeig liderou um movimento de corporificação do grupo paulista. Os paulistas passaram a figurar entre a comunidade de geógrafos como

uma escola de corpo específico, organizados em torno de algumas ideias, mestres e seus discípulos. Mas, principalmente, a produção geográfica dos alunos de Monbeig reforça a impressão de uma atitude normativa desse geógrafo quando o que está em questão é o ensino do método geográfico francês no Brasil. Aziz Ab'Saber fala uma “nova ciência”, uma “fiscalização severa”, uma formação científica rígida, o que ajudou a consolidar a posição de liderança de um grupo, dirigido por Monbeig:

[No congresso de Florianópolis] (...) o grupo paulista, sob orientação de Pierre Monbeig, teve uma atuação científica ímpar, servindo de arautos da nova ciência e **fiscalizando com severidade** exigida a ação dos falsos profetas que, sem ter a necessária formação e **vocação científicas**, quiseram se guindar à posição de líderes. Em Florianópolis, os paulistas deram o primeiro passo na direção da Geografia Urbana moderna e fizeram, à custa de exemplos sugestivos, **a boa propaganda da geografia de campo** [grifos nossos] (AZIZ Ab'Saber, 1960, p. 75).

Ab'Saber utiliza termos como “fiscalização do método”, que caminhava paralelamente à valorização das “vocações científicas”. No longo século XX, a ciência renovada, a técnica e seus valores específicos ganham cada vez mais autonomia, como já observamos Hobsbawm definir o avanço das ciências naturais ao longo do século XX: “o problema dessas tecnologias é que se baseavam em descobertas tão distantes do mundo do cidadão comum” (HOBSBAWM, 1995, p. 507). Neste cenário, ratifica-se a leitura de Bourdieu para quem no interior do campo científico há uma disputa pela normatividade do objeto e do método como tendência constante no processo de construção da autonomia.

O novo congresso foi um momento estratégico do movimento geográfico brasileiro sob liderança de Monbeig: “É preciso criar o estado de espírito favorável à Geografia, o que poderá ser feito graças aos trabalhos do Nono Congresso Brasileiro de Geografia e do Conselho Nacional de Geografia. É indispensável tirar dessas duas organizações todos os elementos possíveis para a **propaganda da Geografia Moderna**”[grifos nossos] (MONBEIG, 1944b, pp. 346-347).

O esforço de propaganda da geografia moderna exprimia o caráter militante do jovem Monbeig no meio intelectual brasileiro. É através desse movimento dotado de simbologia pioneira que ele reforça sua condição de um mestre francês nos Trópicos. Portanto, poder-se afirmar que, mesmo após ter promovido adaptações do método geográfico francês à realidade brasileira, sua condição de professor francês, era o que lhe garantia sua posição destacada no campo. Dessa maneira, Pierre Monbeig não promoveu

uma ruptura, pois ele esteve atento às reformulações, mesmo que críticas, das suas heranças.

De um ponto de vista organizativo, aqui reside, segundo Pereira, a inovação dessa “assembleia” de geógrafos. Estaria no seu modo de funcionamento e o controle mais rigoroso, pela parte dos geógrafos “modernos”, das comunicações e publicações das teses apresentadas no evento: “Parece claro que o tom do IX Congresso foi dado pelos portadores do conhecimento geográfico de corte acadêmico, e que seu carro-chefe era a geografia humana” (PEREIRA, 2007, p. 6), cuja presidência da comissão era de Pierre Monbeig.

Eis uma primeira vitória de Pierre Monbeig: muitos dos trabalhos aprovados eram monografias urbanas de seus alunos (ABREU, 2006, p. 134). Ao miramos os estudos urbanos dos alunos de Monbeig, apresentados no 9º congresso, temos a impressão, muitas vezes, de ouvir a voz do professor nas entrelinhas desses trabalhos. Essas produções seguem tamanha sistematização que parecem ter todas seguido um roteiro comum e firmemente traçado.

A problemática dos estudos urbanos de seus alunos, além de muito bem caracterizar o método geográfico desenvolvido no Brasil, dá provas de que os pilares metodológicos fundadores de uma geografia humana brasileira sob o comando dos estudos regionais de São Paulo estão se tornando cada vez mais sólidos. O legado da liderança de Pierre Monbeig no Brasil já começa, no início da década de 1940, a dar resultados teóricos e intelectuais evidentes, o que reforçou a própria construção da autoridade que se exigia da intelectualidade francesa no Brasil.

O congresso de 1940 foi o espaço que sediou uma disputa sobre a normatividade do método no interior do campo. Este é também um processo de crescente autonomia da Geografia. Como assinalou Bourdieu, com a crescente autonomização do campo, ele reveste-se de capacidade de ditar as próprias normas. As antigas alianças com os outros setores da sociedade, como quando a geografia se definia como uma ciência mista, associada ao vocabulário vernacular, já não são mais dominantes. Dessa maneira, não é apenas o avanço da cientificidade que erode os valores literários. Também não é apenas o crescente engajamento em direção a uma ciência aplicada que caminha neste mesmo sentido. Também a crescente autonomia do campo vai erodir progressivamente os valores literários, tendendo para uma sistematização do ensino e do uso do método.

Os estudos dos alunos de Monbeig são casos urbanos cuidadosa e geograficamente escolhidos como exemplares de um *modelo* de repetição da construção do espaço geográfico brasileiro ao longo da evolução histórica desde a capital, até as franjas. Ele traça um ciclo urbano situado em enquadramentos regionais. São, portanto, estudos de casos, mais do que objetos com valor intrínseco, laboratórios das proposições teóricas e, não se hesita aqui em dizer, eles ultrapassam o domínio das franjas pioneiras.

Monbeig forma um grupo de pesquisa que abrangeu o processo de modernização do território brasileiro em diferentes regiões e, mesmo que circunstanciados aos casos paulistas, eles revelavam o processo de modernização em etapas diversas, com diferentes personagens à frente desse processo e desses sistemas econômicos (como o primitivo, o tradicional, o monocultor, o pioneiro, e a policultura) e que se interpenetravam no território. Na verdade, a própria tese de Pierre Monbeig é apenas uma parte de uma pesquisa coletiva. O objeto de Monbeig não se recorta pelo estado de São Paulo e pelo norte do Paraná, mas pelo ecúmeno da modernização em território brasileiro.

Nos anais do 9º congresso, os estudos desses alunos são apresentados como um trabalho coletivo sob a direção de Monbeig: “(...) foram, na maioria, redigidos sob nossa direção por alunos da Faculdade” (MONBEIG, 1941b, p. 546) e caracterizados como um conjunto de “monografias urbanas”. Ao destacar que os estudos mais demonstrativos, sob os quais nos debruçaremos, obedecem a uma lógica de proximidade da capital, ele revela a importância de seguir a construção do ecúmeno passo a passo, numa ampla área regional: Santo André, em primeiro lugar, cidade industrial, “filha da capital paulista”; Casa Branca e Franca, que polarizam “regiões naturais de características opostas”, mas que nem por isso fora do padrão, ambas cidades antigas (ou seja, as primeiras cidades atingidas pelo café, bem como de decadência mais prematura); Catanduva, também “cidade velha”, ou seja, constituindo-se como exemplar das primeiras vagas pioneiras, “vinte anos de existência e o ímpeto colonizador a deixou [a cidade de Catanduva] muito para trás” (MONBEIG, 1941b, p. 546); e por fim, Marília, estudada pelo próprio Monbeig, símbolo atual da marcha para Oeste: “são todas filhas do café e da estrada de ferro, até aquelas que, como Casa Branca e Franca, conheceram certo florescimento nos tempos longínquos do carro de boi” (MONBEIG, 1941b, p. 546).

Ora, tais cidades tiveram florescimento e decadência em épocas diferentes. Além de estarem inseridas em regiões naturais de componentes diversos. Mesmo assim, verifica-se um modelo de crescimento e decadência de cada cidade e da região que ela

amarra e comanda. A que se deve esta repetição? Alguns artífices, portanto: são cidades construídas a partir do impulso colonizador, são comandadas por fenômenos eminentemente econômicos e “humanos”, depois do avanço da estrada de ferro e do café. Elas repetem o fato de serem fruto da colonização do espaço por forças econômicas, que se constrói de cima para baixo, e que passam a comandar as relações com o sertão. Novamente ilumina-se a ação humana como articuladora de “homogeneização” regional (ação que vai acrescentar em peso a uma autonomização da Geografia Humana); estudando-se esses padrões, pode-se chegar a modelos. A ideia de ciclo urbano é um dos primeiros modelos tipicamente expressos na obra de Monbeig.

É o próprio Monbeig quem introduz essa modelização do ciclo urbano: o fator de fundação da cidade é um fato pretérito. O impulso modernizador, todavia, é seletivo, valoriza alguns cruzamentos (cidades) em desfavor de outros em função da situação. Como consequência à intervenção técnica há uma “ressignificação” dessa rede de relações. Com a chegada da via férrea, o florescimento das cidades se desloca para o seu ponto terminal, enquanto que aquelas que ficam na retaguarda envelhecem. Nesta condição, a cidade que é “boca do sertão” passa a significar um importante mercado entre a parte do ecúmeno industrializado e o sertão. A nova cidade serve como espaço de provisionamento entre as zonas ocupadas e as zonas afastadas, um verdadeiro mercado de convergência entre os produtos do sertão, zona ainda não atingida pela estrada de ferro, e as zonas que produzem mercadorias manufaturadas.

No começo, o *habitat* revela a intermitência do povoamento: o tecido urbano “é frouxo”, as ruas são mal construídas, os bairros desordenados, as casas construídas de material temporário. Numa fase mais avançada, o observador atenta-se a um planejamento urbanístico, casas de tijolos, pequenas indústrias, transformações dos produtos das zonas rural, função administrativa (atração e regulação da vida dos habitantes das zonas rurais). A nova cidade conta com a mão de obra do Brasil sertanejo e promove a sua redistribuição.

As primeiras colheitas que a nova cidade concentra são distribuídas e exportadas pela via férrea, e são excepcionais, mas logo o solo se esgota pelo seu próprio ciclo. Os pioneiros, os fazendeiros e os sitiantes, só conseguem renovar as suas esperanças com a ideia de avançar ainda mais sob novas terras. Mas tendo capturado o Estado, os capitalistas antecipam a ideia e começam a organizar a nova boca do sertão à distância: missões científicas, especulações, precificação da terra, planos para a via férrea. Quando

há um deslocamento do “pioneering front”, na renovação da demanda externa, a cidade perde sua condição de entreposto comercial, e, nas palavras de Monbeig, começa o período crítico: os solos esgotados tenderiam a não resistir à concorrência das novas zonas e às suas cidades correspondentes.

Mas caso a agora velha cidade tenha conseguido se solidificar aderindo a uma nova função urbana, ela tem mais chances de sobreviver: indústrias, escolas, praças bancárias podem ajudar na especialização dessa função²⁵⁴. Depois da decadência, as migrações podem seguir para as novas zonas pioneiras ou para as regiões industriais na retaguarda do processo, mais próximos da capital. Na nova zona pioneira, vê-se um recomeço do ciclo. Nas cidades, gera-se um ciclo de crescimento e industrialização.

Assim, ao redor da cidade industrial constroem-se bairros ou vilas para produção de hortaliças, não muito afastados. Ao que somos levados a concluir que o problema da construção do mercado interno no Brasil se dá após um longo ciclo de desenvolvimento regional: o trabalhador vai se fixando à terra na retaguarda do processo, ou seja, entre a metrópole e a zona pioneira, depois que sua classe fora explorada na zona pioneira, e não na vanguarda, o que, ao nosso ver, retarda o processo de desenvolvimento, além de distribuir riqueza de forma periférica e não no centro do processo. *Trata-se de um ciclo geográfico da exploração.*

Começando pela cidade mais próxima da capital, o estudo de Raul Andrade e Silva, sobre “A cidade de Santo André e a sua função industrial” discute uma problemática recorrente entre os trabalhos: brevemente, trata-se de defender que, para a agricultura, o *sítio* da cidade é muitas vezes desfavorável, enquanto a *situação* numa rede de cidades deve ser bastante vantajosa. Má qualidade do solo, alta umidade, enorme altura pluviométrica, sem reservas naturais ou de matérias primas... como uma região que ‘não se notabiliza por grandes possibilidades geográficas’, favoráveis aos estabelecimentos humanos, pôde desenvolver uma importante atividade industrial? (SILVA, 1941, p. 550).

Contudo, a situação explica o *sítio*: a cidade de Santo André é um ponto de passagem da estrada de ferro que liga a capital ao porto de Santos, e, desse ponto de vista situacional, e não de outro, ela encontra suas vantagens em um *sítio* valorizado pela

²⁵⁴ Assim como Vidal de la Blache, Pierre Monbeig também conclui que o equipamento de transportes é um fator essencial para a fixação da cidade: “Por outro lado, vemos antigos burgos, cidades mesmo, que agonizam; processos administrativos dão-lhes uma existência factícia, quando não é bastante o seu da antiga rede de comunicações para proteger formas envelhecidas das circunstâncias contra elas” (VIDAL DE BLACHE, s/d, p. 369).

situação: o relevo não levanta barreiras à circulação, o caminho é pouco ondulado, sendo então a comunicação mais viável entre o litoral e o planalto paulista (SILVA, 1941, p. 550). Essa situação é favorecida à medida que o sítio se valoriza em função da situação – ou, em outras palavras, o sítio natural se valorizando em função das construções humanas - e não a situação se valorizando em função do sítio.

Andrade não especifica as transformações do povoamento agrícola. Ele traça sua história e dá os números: o povoamento é crescente. Povoamento rápido e crescente, no Brasil, é algo notável para uma vasta zona de planaltos – é claro que seria interessante comparar. Essas quantidades são a expressão do poderio sobre o solo? (SILVA, 1941, p. 553).

Os fatores do desenvolvimento industrial são de ordem humana e não natural: a linha férrea S. Paulo Railway corta o município, a cidade depende de importar matéria prima e combustível, a mão de obra não é local, mas convergiu à cidade, assim como convergiram os investimentos e a força motriz, com a instalação da Light and Power em Cubatão, que construiu uma vasta represa em Rio Grande, a iniciativa privada e administrativa transpuseram gradualmente a cidade de São Paulo (SILVA, 1941, p. 553-555). Foi a rede de relações e concentração que fez tudo convergir: um exemplo de uma cidade antiga, que se desenvolve de acordo com este ciclo urbano, dentro de uma maior unidade regional. Tão interessante será notar que este aluno não faz tábula rasa da questão de classes, mas elas estão subordinadas à análise da situação.

Se a situação explica a inserção em ciclo urbano, as hierarquias contribuem para explicar a distribuição e organização interna da cidade. Para que não se subestime o valor das diferenciações de classe para os geógrafos dessa época, elas estão restritas às relações intra-urbanas: “Calcula-se que haja em todo o município uns 3 ou 4000 sindicalizados, ou seja, 20 a 25% do total dos operários, cuja educação sindical está apenas começando” (SILVA, 1941, p. 559). Mas esta consideração é fundamental, pois aclara-se que a proteção ao trabalhador se dá na retaguarda do processo. Pierre Monbeig e seus alunos não se eximem em compreender um “ciclo geográfico da exploração”, segundo nós denominamos.

O segundo trabalho ressaltado por Monbeig foi produzido por Maria Aparecida Pantoja e tem como título “Estudo Funcional de um centro urbano: a cidade de Casa Branca”. A aluna versa sobre uma cidade velha, umas das primeiras “bocas de sertão” das

ferrovias pioneiras. Novamente, as considerações situacionais precedem à consideração das demais chaves de análise. É a situação que valoriza o sítio – não há considerações sobre as condições propícias às lavouras (PANTOJA, 1941, p. 566).

Os primeiros ocupantes sertanejos também logo aperceberam-se dessas vantagens: a cidade, na sua origem, era caminho dos tropeiros em direção a Goiás. Com a chegada o tráfego dos tropeiros, Casa Branca ascende (PANTOJA, 1941, p. 567). Este fenômeno se repete com a chegada da ferrovia (Estrada de Ferro Mogiana) de forma que, em 1878, Casa Branca é novamente boca do sertão: “a função comercial domina novamente” (PANTOJA, 1941, p. 567). Mas com o prolongamento da estrada de ferro até Ribeirão Preto, aumenta a concorrência das cidades novas, acentuada pelo esgotamento das terras, e tem como consequência o abandono dos cafezais. Esta decadência começa em 1924 e se acentua em 1929.

Enquanto era boca do sertão, a cidade comandava uma vasta zona sertaneja que se ligava a ela através de carros de boi vindos de Minas e de Goiás: a boca do sertão é a ligação do Brasil arcaico com o Brasil moderno, ponto crucial para constituição de mercado e para drenagem de mão de obra. Em 1924, vê-se o esgotamento do solo e a intensificação da concorrência.

Após uma fase de decadência, a cidade se especializa, “um novo progresso da cidade se verifica no presente, ainda em correlação com a situação da zona rural: o incremento da criação de gado, bem como da fruticultura e do plantio de cereais” (PANTOJA, 1941, p. 568). Ocorre que os colonos estrangeiros, que trabalhavam nas zonas novas do café, ao constituírem pequeno pecúlio, investem na produção de hortaliças e cereais para escoarem para outras cidades próximas da retaguarda da franja.

Há também um surto industrial, com a criação de fábricas de laticínios além da configuração de uma função intelectual, com a criação de uma Escola Normal. Nesse longo percurso histórico, a cidade evoluiu seguindo as tendências da situação, mas também da configuração de hierarquias sociais: “em conclusão: há, dentro da cidade de Casa Branca, bairros nitidamente caracterizados que revelam uma época, quer uma classe, representada pela profissão” (PANTOJA, 1941). É interessante perceber, por outro lado, que, na fase de decadência há um retorno relativo às antigas funções. Casa Branca, já sob uma herança do progresso, especializa-se na produção de carnes, antigo motor da colonização. Prova de que, em matéria geográfica, não exista evolução que não

seja de avanços e recuos. Esse ciclo urbano, ademais, confirma a antiga teoria da colonização esboçada por Monbeig, para o qual os ciclos de colonização se renovam através de uma dialética entre adaptação mais estreita ou mais superficial, ou entre isolamento e circulação.

Um outro estudo sobre a cidade de Franca (“Franca: contribuição do estudo dos centros urbanos brasileiros”), de Maria da Conceição Martins Ribeiro, é igualmente esclarecedor sobre como, em primeiro lugar, a função da boca do sertão (o último estágio da ferrovia), é um elo entre o Brasil arcaico e moderno e, portanto, um ponto avançado de Monbeig e seus alunos sobre a historiografia brasileira do período. Tudo isso pode ser observado na paisagem, pelos tipos de veículos e pelos seus raios de alcance: “mais uma vez ela concentra o comércio entre São Paulo e os estados vizinhos de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais. Novamente os carros de boi ali se concentram, trazendo cereais e outros produtos do sertão, os quais trocam por sal e artigos manufaturados” (RIBEIRO, 1941, p. 593).

Assim como as outras cidades, segue-se à fase de decadência de Franca, a sua função industrial, causada por três principais fatores: a guerra de 1914-1918, uma nova alta do café e depois a crise. A nova alta dos preços do café gera o deslocamento para novas bocas de sertão, pois a produção do café prioriza os solos que não estão cansados, nas regiões novas. Uma nova crise na vanguarda da zona pioneira, contudo, volta a valorizar as antigas zonas novas, agora velhas, através do estímulo à indústria. A principal indústria reafirma novamente as particularidades da região que a circunda: é a do couro. Um novo retorno.

As exportações abrangem esta antiga área de influência: Mato grosso, Goiás, mas também Paraguay, Estados Unidos e até Suíça. “Hoje, essa indústria não depende de Franca” (RIBEIRO, 1941, p. 595), a matéria prima vem de várias regiões do Brasil. O mesmo ciclo urbano: “Assim, Franca evoluiu de entreposto comercial para monocultura do café, tendendo hoje para uma associação entre a policultura e a indústria” (RIBEIRO, 1941, p. 598).

Eis o ciclo urbano brasileiro, compreendido por Monbeig e seus alunos. Através de um olhar mais sistemático sobre o método, que partia do princípio da extensão e da unidade, seguia para análise das condições da situação, continuava pelo ordenamento diacrônico dos mesmos componentes do complexo e finalizava pela consideração das

condições sociais intra-regionais da cidade, Pierre Monbeig e seus alunos conseguiram delimitar tanto um *ciclo urbano em enquadramentos regionais*, como um *ciclo geográfico de exploração do trabalhador*.

Arremata-se que, após um amplo ciclo de desenvolvimento (talvez em torno de 40 anos!), finalmente, sinais de instalação do sitiante aparecem no fim do ciclo. Isso, quando o trabalhador consegue juntar algum pecúlio, porque, por outra via, o operário agrícola vai se tornar um operário industrial. Esta é também uma das conclusões do estudo de Olga Pantaleão sobre “A cidade de Catanduva” (1941) que examina, repetidamente, as importantes condições em jogo para que a cidade possa chegar a alguma maturidade: isso depende, de alguma maneira, da estabilidade do *habitat* (isso não dependeria, aliás, do tamanho do ciclo urbano?).

Os alunos de Monbeig faziam parte de seu projeto de pesquisa e sua contribuição intelectual, para além das franjas pioneiras, era suficientemente ampla para iniciar os estudos de geografia tanto na tradição da geografia francesa, quanto em sua atualização metodológica. O estudo e a sistematização do método das monografias urbanas de Monbeig tinham um amplo alcance teórico e uma possibilidade de expansão e aplicação por todo o território nacional. Assim, Monbeig não estuda São Paulo ou o Paraná, mas o *ecúmeno brasileiro da modernização*. Isto foi sentido por outros intelectuais da época.

Quanto a nós, concluíamos que esse fenômeno do impulso paulista para o Paraná tem um valor exemplar, em suma, do próprio movimento que deveria, normalmente, estudar-se pelo Brasil inteiro, isto é, a segunda conquista do nosso [país] pelo homem (LAMBERT, J. O Estado de São Paulo, 30 de setembro de 1953, p. 45).

9- A postura normativa e uma divisão de trabalho entre Pierre Monbeig e seus alunos de tese: a disposição espacial dos processos de colonização no Brasil

Continuamos neste tópico a desenvolver o argumento de que a autoridade foi também conquistada no domínio de um discurso simbólico, e que caminhou em paralelo a uma crescente postura normativa do método geográfico. Mas no caso das orientações de tese, a esta postura é acrescida uma divisão de trabalho entre Pierre Monbeig e seus alunos.

Outrossim, o estudo das teses de doutoramento dos alunos de Pierre Monbeig, orientadas por este geógrafo entre 1935 e 1946, e defendidas até esta data, confirma que

as franjas pioneiras são apenas uma das áreas englobadas no processo de construção do campo geográfico brasileiro sob liderança do geógrafo francês e seus discípulos na Universidade de São Paulo. Em realidade, ocorreu uma verdadeira partilha entre esses personagens, o que lhes impulsionou, acreditamos, à formação de uma escola. O estado de São Paulo e suas áreas de influência foram prioritariamente alvo desses estudos, vistos como um vasto espaço em processo de modernização.

Do lado da geografia francesa, isso se anunciava como uma particularidade da sua metodologia no que dizia respeito à compreensão dos condicionantes brasileiros. Ou seja, tratava-se de um método capaz de compreender os processos geográficos de um espaço continental em processo de colonização, no seu intuito de elaborar uma visão global da empiricidade do mundo.

Mas, nesse sentido, aquilo que se tornou o conjunto das inovações metodológicas de uma possível tradição brasileira, não passava, até esse momento, de uma particularidade do método francês. É por isso que somos levados a considerar que, até pelo menos 1946 (veremos que esta periodização poder-se-á se estender) a geografia francesa reinava como líder absoluta dos espaços de diálogo e das inovações teóricas da geografia produzida no Brasil. Isso corrobora com a percepção de que, até esse momento, haveria mais um campo integrado de discursos do que uma independência teórica. Esta unificação entre os dois campos, pode ser pressentida, ademais, na geografia das palestras proferidas por Monbeig, quase todas ocorridas entre o Brasil e a França.

Tabela 2: Conferências realizadas por Pierre Monbeig (1935-1953)

Título	Local	Data
<i>Le coronel de cacao: un type original de fazendeiro</i>	São Paulo	05/06/1936
<i>Paysages de France</i>	Sem local	1939
<i>São Paulo. Les problèmes d'un pays tropical</i>	Paris	1949
<i>São Paulo. Les problèmes d'un pays tropical</i>	Lyon	1950
(Sobre aglomerações urbanas)	Sem local	1950
<i>L'essor urbain dans les pays neufs</i>	Leopoldville	23/10/1950
<i>Paysages et problèmes de l'A.E.F.</i>	Lisboa	12/02/1952
<i>Questions d'agriculture tropical</i>	Lisboa	14/02/1952

Base de dados: IEB- Instituto de Estudos Brasileiros, Fundo Pierre Monbeig. Organização: Lira, Larissa Alves de, 2014.

Quatro são as teses escritas e defendidas entre 1935 e 1946, momento, portanto, em que Pierre Monbeig ainda se encontrava no Brasil: “Santos e a Geografia Humana do litoral paulista”, de Maria da Conceição Vicente de Carvalho (1944), “Estudo sobre o clima da bacia de São Paulo”, de Ary França (1945), “Estudo Geográfico dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira”, de João Dias da Silveira (1946) e “Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo”, de Nice Lecoq Müller, defendida em 1946, e publicada em 1951. Com exceção da tese de Ary França, ela mesma singular, por se tratar exclusivamente do clima de São Paulo e suas adjacências, as demais teses, em conjunto com o trabalho de Pierre Monbeig, se unificam por alguns pontos.

Em primeiro lugar, elas retratam diferentes momentos do processo de modernização de regiões do território paulista: começando pelo litoral, estudado por Vicente de Carvalho, tem-se a primeira zona de avanço das relações econômicas, ainda que não lideradas pelo café, bem como a primeira zona de decadência; em seguida, temos os contrafortes ocidentais da Mantiqueira, próximos ao Vale do Paraíba, a primeira zona cafeeira na transição do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e do estado de São Paulo, estudada por Silveira; só depois entra em cena o trabalho do próprio Pierre Monbeig sobre o avanço do café nas franjas pioneiras entre o fim do século XIX e a década de 1940; por fim, temos o encaixe da tese de Nice Lecoq Müller, sobre os sítios e os sitiantes, processo geográfico que autora apresentou espalhado em todo o território do estado de São Paulo, e que representou o fenômeno de colonização do estado após as principais crises do café.

Em segundo lugar, essas teses encontram uma unidade por representarem diferentes tipos humanos que predominam como líderes do processo geográfico que se desenvolve nessas zonas: Vicente de Carvalho coloca acento no estudo do *caiçara*, antigo caboclo do litoral; João Dias da Silveira percebe que é o *caipira* que antecede o café nessa zona dos contrafortes que vai se tornando mista; Pierre Monbeig caracteriza, como bem sabemos, os *fazendeiros e pioneiros* do oeste paulista e Nice Lecoq Müller fala-nos sobre os *sitiantes*.

Cada um desses personagens é representativo do grau de modernização, resistência e posterior decadência desses territórios. São estudos do processo de modernização focados, novamente, na transição dos gêneros de vida para os tipos econômicos. Todos os trabalhos convergem para a mesma questão: por que o oeste paulista se tornou palco do avanço do café a despeito das outras áreas? Quais são os

critérios espaciais, portanto, do avanço do capitalismo no Brasil? A introdução de Vicente de Carvalho vai nessa direção:

O litoral do Estado de São Paulo que se estende de Ubatuba a leste, até [ilegível] a oeste, descrevendo uma larga curva, é uma zona de povoamento antigo que, no entanto, apresenta hoje pequenas densidades de população. Foi nela que se iniciou a ocupação portuguesa em caráter permanente e, dadas as precárias condições em que se processou o povoamento da colônia, possuía nos primeiros séculos apreciável cabedal humano. Quais razões de permanecer reduzido o povoamento dessa zona em relação às demais regiões, sobretudo no planalto, cuja ocupação foi mais tardia? Até hoje ela é a zona de povoamento de passagem, e se considerarmos que apenas uma estreita faixa do continente está ocupada, ainda mais estranho pode parecer esse fenômeno, essa orla litorânea desocupada ou quase vazia. (CARVALHO, 1944, p. IV-V).

Para explicar esse esvaziamento demográfico, Carvalho esboça uma conclusão pautada em um determinismo inicial do meio físico, tal como Monbeig costumava a fazer. Se Pierre Monbeig recusa frequentemente a fatalidade do meio físico e biológico no processo de modernização conduzido pela vontade humana, aqui aparece que, na verdade, esta interpretação não se recusa a considerar um *determinismo inicial*.

Carvalho descreve uma região litorânea de solos aluvionais, clima úmido e quente, de chuvas torrenciais, relevo desfavorável, bastante íngreme, que separa o litoral do interior por uma imponente Serra. Este litoral é composto por duas formações bastante diferentes, com a cidade de Santos como ponto de cruzamento e transição, ambas hostis, contudo, à ocupação humana (CARVALHO, 1944, p. VI).

Uma característica física marca a sua evolução: a ausência de comunicações fáceis com o interior. Segundo Carvalho, “as dificuldades de comunicação levam os homens ao isolamento” (CARVALHO, 1944, p. 33). Obrigados a produzir o mínimo, e com alguma inclinação ao comércio, espalhou-se a cana de açúcar, a banana, o comércio de água ardente e depois o café. Depois, de lá partiram as bandeiras, que irradiou o povoamento em muitas direções. Somada à falta de comunicação, mais uma característica física se impõe ao favorecimento da decadência: não há espaço à expansão do povoamento: “Não dispondo de hinterland para abastecer-lhe o comércio, com as terras esgotadas depois de alguns anos de cultivo, com um clima depauperante a moléstias para afugentar a imigração, o litoral decaiu, as cidades estagnaram-se, reduzidas às suas próprias forças” (CARVALHO, 1944, p. 98). Neste ponto, aparece que a economia brasileira nos seus

estados primitivos também se viu formarem economias fechadas de habitação dispersa, só que em estado de pobreza, devido à tropicalidade, ao contrário do que se viu na Europa.

O gênero de vida dessa população isolada e ligada ao mar é a pesca e, complementarmente, a cultura da banana. Secundariamente, há um gênero de vida urbano que se dispõe ao longo das poucas estradas e que pratica o comércio. Pelas condições geográficas de comunicações e isolamentos, a modernização é retardatária, formando gêneros de vida mistos (CARVALHO, 1944, p. 68). Tais gêneros de vida, herdeiros, na sua temporalidade mais antiga, dos indígenas, demonstra a pouca evolução dos habitantes da costa brasileira: “(...) pode-se dizer que a pesca é uma das formas de economia mais primitivas empregadas pelo homem” (CARVALHO, 1944, p. 100). Depois, com a colonização, o litoral se estabiliza como uma rota de passagem: nada se fixa, nem um gênero de vida pode evoluir (CARVALHO, 1944, p. 82).

Pelas descrições de Carvalho, notam-se que, a partir do litoral, quatro tipos de sistemas econômicos se sucederam no Brasil: uma *economia fechada* (que Carvalho não especifica), uma *economia colonial*, uma *economia monocultora cafeeira* (mas que atinge o litoral de maneira subsidiária) e uma *economia moderna*.

A economia fechada ou tradicional é pobre, determinada pelas condições geográficas dos gêneros de vida e pela tropicalidade. A economia colonial apóia-se nessa pobreza, explorando e não desenvolvendo os gêneros de vida. A economia cafeeira é monocultora e exploratória da condição dos gêneros de vida. Por fim, uma economia moderna rompe o monopólio agroexportador e, mesmo que pautada sobre a exploração do trabalhador, carrega consigo um maior desenvolvimento dos tipos econômicos, liberados da condição do nomadismo dos gêneros de vida da região tropical.

[Sobre a economia colonial] Ainda em 1900, São Paulo e de modo geral o Brasil, estava num regime de economia colonial, exportando um único produto, e importando gêneros alimentícios e produtos manufaturados em pequenas quantidades, de acordo com o baixo poder aquisitivo da população local” (CARVALHO, 1944, p. 158).

[Sobre a economia monocultora do café] Construído para [ser] porto exportador de café, e para importação de artigos variados, em pequena quantidade, eram os armazéns de café que ocupavam a maior faixa do cais. O desenvolvimento econômico trouxe, além do aumento do tráfego de exportação, maior volume de artigos importados, que são mais variados e requerem, alguns, instalações especiais. (CARVALHO, 1944, p. 170)

[Sobre a economia moderna] [Hoje] Já se pode perceber o fim da economia colonial, que predominara até há pouco. Santos não é mais um porto ligado a uma monocultura de exportação, tendo necessidade de importar alimentos e produtos manufaturados, mas escoam-se por êle produtos variados, ao mesmo tempo que se mantêm elevadas as importações, indício de desenvolvimento econômico de seu hinterland” (CARVALHO, 1944, p. 161).

Este é um quadro de *sistemas econômicos* que predominaram no Brasil e que foi uma das principais conclusões da tese de Carvalho. Na economia colonial, há a exportação de um único produto e a importação de produtos manufaturados em grande escala, até os alimentícios. Na economia monocultora cafeeira, há um aumento do tráfego de exportação e também do volume dos artigos importados. Na economia moderna, a renda interna se estabiliza e se mantêm elevadas as importações. Todos esses sistemas podem ser observados na paisagem, através do regime agrário, os tipos de plantação e pela disposição dos núcleos nas estradas. Já a economia tradicional será compreendida por outro colega de trabalho, João Dias da Silveira.

Assim, uma segunda região, também em estado de decadência, foi estudada por João Dias Silveira. Esta segunda tese converge a problemática: por que o avanço do café se deu no oeste paulista a despeito de outras áreas? Esta segunda área tem sua colonização exatamente em sequência à da zona do litoral, caracterizando-se como uma zona mista: começando no vale do Paraíba, que se avizinha, passando pela região mineira de relativo atraso e terminando na primeira zona de colonização do café: Jundiaí e Campinas, atravessadas pelas estradas de ferro da Paulista e da Mogiana. Contudo, os motivos que a levaram à não estabilização do café na zona adjacente a Minas, desviando para Campinas, foram outros.

João Dias da Silveira, tal como Carvalho, evoca um determinismo inicial: “Na generalidade, trata-se de uma região de costas elevadas, dentro do comum de nossa topografia” (SILVEIRA, 1946, p. 9). Tal como o litoral, a zona carece de linhas de continuidade, diferente do que se verificou no planalto estudado por Monbeig (SILVEIRA, 1946, p. 10). A declividade começa muito forte a leste e vai diminuindo a oeste, em direção à zona do café. O café não suporta a alta declividade, por conta das geadas (SILVEIRA, 1946, p. 34). O café não se generalizou: “O inverno rigoroso com consequentes geadas, defendem a agricultura primitiva” (SILVEIRA, 1946, p. 64). As regiões altas possuem menor densidade por motivos físicos: “**essas duas circunstâncias**

explicam a designação com que tais encostas são conhecidas e [a] **baixa densidade demográfica nas áreas desse tipo** [grifos nossos] (SILVEIRA, 1946, pp. 39-40).

Toda a área foi colonizada por um tipo de economia antiga, com núcleos isolados e de produção local e é isto que a unifica. Contudo, com a chegada da onda cafeeira, ela confirma que a colonização se deu de maneira seletiva. No Brasil, a modernização capitalista pretende fugir da resistência dos territórios tradicionais e ela escolhe para isso os sítios que sejam istmos valorizados pela existência de hinterlands (ou seja, o sítio valorizado pela situação).

Forma-se então uma região mista, onde a invasão cafeeira escolhe seus pontos de vantagens, enquanto outros núcleos se mantêm à margem: “Houve, assim, um movimento de povoamento primitivo que persistiu por quase toda a metade do século XIX. Só então surgiram as forças de transformação da paisagem” (SILVEIRA, 1946, p. 62), quais sejam: o café, a estrada de ferro e a imigração (SILVEIRA, 1946, p. 62). Nos núcleos relegados, continua a se desenvolver uma economia que ele qualifica de “caipira” – e que nós denominamos através dos termos “economia fechada”, “vida tradicional” ou “processos naturais”. Elucida-se nessas descrições que existiram regiões no Brasil, em plena tropicalidade, que presenciaram modelos de evolução econômicas de tipo fechado:

Muitos núcleos se formaram nessa área (...) e viveram como os demais de uma atividade puramente local dentro de uma economia sem comércio externo. Quando a região ganhou maior vigor e surgiu a cultura de expansão, com interesse externo, então se estabeleceu o domínio dos centros melhor colocados, daqueles que mais satisfaziam as exigências das comunicações (SILVEIRA, 1946, p. 60).

A segunda [região, a de economia caipira, em comparação a região do café] limitada às regiões não atingidas pelo café, conserva feições características tradicionais. Fechada econômica e socialmente permaneceu policultora, mantendo associada a fauna agrícola as atividades de pecuária e as extrações da mata (SILVEIRA, 1946, p. 64).

Vê-se aqui uma organização social de gênero de vida um pouco mais avançado do que o da pesca. A zona caipira é marcada pelo domínio de grandes proprietários, mas que levam uma vida bastante primitiva. Mesmo possuindo latifúndio, as áreas cultivadas, normalmente nas várzeas aluvionais dos vales (favorecidas pelos solos fáceis), são restritas e pequenas (SILVEIRA, 1946, p. 103): “são grandes proprietários que, por tradições, por rotina ou por falta de visão e de elementos, vivem e produzem como se fossem sitiantes”. (SILVEIRA, 1946, p. 103). Distinguem-se entre os grupos rurais os

proprietários, que são patriarcas, e os auxiliares, que são os foreiros (arrendatários) e os meeiros (que são os parceiros) (SILVEIRA, 1946, p. 103-104). Todos vivem uma vida primitiva: “A economia é fechada. A população pouco compra fora. Apenas produtos industriais e uma ou outra curiosidade. Vivem de economia própria. Praticam, em proporções limitadas, muitas atividades” (SILVEIRA, 1946, p. 109).

Será interessante perceber que tal estado embrionário não se desenvolve, contudo, sem a presença de centros urbanos, ainda que eles sejam marginais. Os centros urbanos são “como dissemos numerosos, mas a maioria tem pequenas proporções. O fato, aliás, se explica pela baixa densidade demográfica” (SILVEIRA, 1946, p. 110-111). Esses núcleos embrionários, permanecem, todavia, ligados às estradas, percebidos flagrantemente por seus formatos longitudinais (SILVEIRA, 1946, p. 111).

Por aí conclui-se que em ambos os sistemas econômicos, um representado pela economia tradicional, e outro representado pela modernização cafeeira, contêm sistemas que se interpenetram nas suas brechas marginais: “O local preferido é sempre uma encosta, mas nas proximidades de várzeas. Repetem-se aqui os fenômenos observados na origem dos núcleos primitivos da zona cafeeira” (SILVEIRA, 1946, p. 112). Através deste trabalho de um aluno de Monbeig conseguimos perceber como processos aparentemente contraditórios se espriam diferentemente no espaço geográfico. Chamamos esses fenômenos de *encaixe geográfico de lógicas opostas*.

Uma evolução natural, em que o sítio cria ou valoriza a situação, que organiza a vida material *antes* da vida econômica, possui seus mercados nas margens da colonização dos espaços, em zonas de contato. No Brasil, estas lógicas têm como epicentro as cidades. Ao contrário, quando o mercado internacional se organiza antes da vida material, ou seja, quando a situação valoriza o sítio, ele está no centro da organização espacial, os espaços de enraizamento se dão em suas margens ou em suas retaguardas e o seu epicentro são as zonas pioneiras. ~~Essas vidas~~ são opostas, mas elas constroem lógicas espaciais complementares pois coloco

Zona de contato

 mesmo espaço sob critérios espaciais diversos (a vida natural e a qualidade do solo, a vida comercial e os istmos) e que podem ser complementares. Essas lógicas evolutivas opostas começam a se unificar na compreensão geográfica de Monbeig e seus alunos.

Quase ao final da tese, conclui-se pela vantagem desses sistemas arcaicos de policultura, mesmo que eles representem características econômicas com aberturas

bastante diversas ao comércio exterior. Os núcleos primitivos são mais protegidos das crises da economia mundial, exatamente como havia formulado Albert Demangeon:

Grave situação enfrentam os centros urbanos [cafeeiros]. Vivendo das fazendas, viram-se de um para outro momento sem campo de ação. O comércio diminuiu, os negócios retraíram-se e as cidades, sem função, entravam para a fase de cidades decadentes. Sem atividades não podiam permanecer os importantes aglomerados humanos que aí se desenvolveram. Ocorreram a emigração, as falências comerciais e da pequena indústria existente. Núcleos que viviam somente do comércio com as fazendas, entretantes, desapareceram completamente. Vimos vilas inteiras totalmente abandonadas. (SILVEIRA, 1946, p. 99).

Adentremos, por fim, à terceira tese de importante significação para problemática da seletividade da modernização. Esta tese, no entanto, foca-se no mundo rural do estado de São Paulo após as principais crises do café: “O ‘pivot’ dessa transformação foi o fracionamento da propriedade e o desenvolvimento da policultura” (MÜLLER, 1951 [1946], p. 13). O sitiante é o pequeno produtor policultor (MÜLLER, 1951 [1946], p.13). As áreas escolhidas variam o recorte da recomodação da agricultura após a crise em região velhas (Vale do Paraíba, Central, Campos de Jordão, Iguape e Registro) e regiões novas (São José dos Campos, Campinas, São José do Rio Preto, na Araraquarense, Nhamdihara e Fernandópolis e que ainda apresentam produção crescente de café). (MÜLLER, 1951 [1946], p. 16). Observa-se que nenhuma destas teses foca-se em regiões naturais homogêneas, nem em apenas um tipo de processo modernizador.

Segundo Müller, foi só a partir do século XX que o sitiante encontra ambiente propício ao seu aparecimento, pelos seguintes motivos: crise do café com conseqüente fracionamento da propriedade, fuga para cidade dos grandes proprietários e desenvolvimento do arrendamento, a chegada dos imigrantes com estabelecimento do sistema de parceiras e, por fim, desenvolvimento da industrialização, urbanização e, por conseqüência, do mercado interno (MÜLLER, 1951 [1946], p. 27). Depois de analisar a distribuição da pequena propriedade pelo estado, Müller esboça uma conclusão de ordem geral.

Dessa conclusão deriva que o determinismo inicial ainda não desapareceu, em pleno século XX, na distribuição da produção agrícola na zona cafeeira e policultora. Monbeig e seus alunos sempre repõem o efeito do determinismo geográfico e as lógicas modernas e naturais são opostas, mas ganham espacialidade complementar. Monbeig e

seus alunos começam a articular lógicas opostas em cujos seus estudos espanhóis ainda apareciam como duas séries paralelas. A conclusão é que os processos naturais desembocam em processos econômicos, e vice-versa, mas em temporalidades e espacialidades distintas.

Na teoria da colonização de Monbeig, o que se verifica é sempre uma retomada das terras velhas, as primeiras que entraram em decadência: “É interessante notar que a subdivisão de terra parece ter mais relação com os fatores fisiográficos nas regiões de povoamento antigo do que nas de recente” (MÜLLER, 1951 [1946], p. 52). Nestas regiões de povoamento antigo, a adaptação ao meio é mais antiga e um novo recomeço do ciclo proporciona uma nova rodada de colonização com tratamento mais minucioso em relação ao meio.

Esta nova fase de colonização e reconhecimento do meio subdivide o sitiante em algumas categorias: aquele que se volta à subsistência de sua família (“é um tipo de economia que se aproxima bastante da fechada” [(MÜLLER, 1951 [1946], p. 59)], aqueles que vivem da subsistência mas que mantêm poucos produtos para venda e “a medida que o isolamento diminui, o sitiante passe a adotar a agricultura de subsistência com um ou mais produtos de venda” (MÜLLER, 1951 [1946], p. 60), por fim, o grupo daqueles que mantêm uma atividade eminentemente comercial (MÜLLER, 1951 [1946], p. 59). O algodão é o mais importante produto comercial dos sitiantes (MÜLLER, 1951 [1946], p. 60).

Todas essas atividades vivem um momento de maior aproveitamento e compreensão dos recursos do meio, mas a conclusão é, ainda aqui, pessimista: “É uma exploração instável no tempo, pois que dura tanto quanto a moda do momento, instável no espaço, pois que os arrendatários se deslocam sempre, e instável economicamente, pois que dependem estritamente do mercado” (MÜLLER, 1951 [1946], p. 62). Ainda que se possa ponderar: “O trato mais cuidadoso da plantação e do solo prolonga a produtividade, fazendo com que só se desloquem quando os rendimentos não compensam, de todo, os tratos culturais. Segundo observamos, raramente isso se dá antes dos vinte anos, mais comumente, só depois dos trinta” (MÜLLER, 1951 [1946], p. 79).

Mas a vida dos sitiantes, participando de uma nova onda de colonização, é diferente da do fazendeiro. Com menos recursos econômicos, o sitiante envolve-se em um isolamento relativo. O espaço brasileiro foi colonizado por ferrovias que atingiam

diretamente as grandes fazendas. Com a nova fragmentação da propriedade, alguns sítios tornam-se relativamente distantes. Seu comércio se volta às cidades regionais e uma indústria regional também se desenvolve. É como se as ondas colonizadoras oscilassem entre o fechamento e a abertura do sistema.

Para Müller, o sitiante não se encaixa bem nos ciclos econômicos (MÜLLER, 1951 [1946], p.109): “as estruturas econômicas não tinham lugar para o pequeno produtor (MÜLLER, 1951 [1946], p. 109), “ele fica quase sempre à margem” (MÜLLER, 1951 [1946], p.109), tal como já havíamos observado acontecer na Espanha de Pierre Monbeig – uma inadaptação do pequeno proprietário ao pleno sistema de mercado internacional. Normalmente, ele se dedica a gêneros alimentícios, e, quando há facilidade de comunicação, pode desenvolver uma cultura comercial (MÜLLER, 1951 [1946], p. 109). Sua caracterização é muito próxima da do caipira. Indício de que o raciocínio de Monbeig e de seus alunos pende para a ideia dos movimentos intensivos e extensivos da teoria da colonização:

Toda sua vida econômica está presa a um mercado estritamente local que ele visita, quando não é muito longe, uma vez por semana. (...). Com exportação e importação reduzidas, esse sitiante, que é praticamente o resultado da ausência das vias de comunicação. (...). Seu horizonte é como que limitado pela linha das montanhas, das quais muitas vezes nunca saiu. (...). À medida que os meios de comunicação vão se tornando mais fartos ou que aparecem mercados consumidores próximos, surgem, ao lado das culturas de manutenção, produtos de venda: a simples possibilidade do comércio (...). (MÜLLER, 1951 [1946], pp. 109-110).

Müller conclui que o sitiante era marginal no sistema pioneiro, usado para desbravar a floresta. Após a crise do café, ele cresceu em importância, inaugurando um novo momento de colonização do território. O sitiante retoma algumas características do caipira, mas impregna-se também da instabilidade geográfica do pioneiro. Ele convive, por sua condição econômica, com um relativo **isolamento**, e se volta, cada vez mais, à indústria local e à uma economia regional.

Monbeig e seus alunos compreenderam o processo de colonização do território brasileiro pelo capital em suas temporalidades e em suas geograficidades. Cada momento da colonização abrange um território, um ajustamento espacial específico, um sistema econômico, um período e um personagem socialmente representativo. Trata-se de compreender, coletivamente, o espaço brasileiro com as ferramentas da geografia

francesa *pari passu* à inserção do Brasil na economia mundo Atlântica. A repetição das ferramentas, dessa forma, não é à toa. O Brasil faz parte, definitivamente, de um espaço-mundo latino, também do ponto de vista científico. Outrossim, um grupo orientado pelos mesmos objetivos e métodos anunciam a formação de uma escola.

10- O papel de Pierre Monbeig na nacionalização da geografia paulista

Além de todos os aportes materiais e simbólicos trazidos pela liderança de Monbeig no processo de formação da geografia brasileira, há que se incluir o processo de irradiação da escola paulista sobre outros territórios do Brasil. Isto foi feito com o auxílio da AGB, da qual Pierre Monbeig era o presidente.

O coletivo de geógrafos que se congregavam na AGB, cuidava de expandir a área de influência da entidade. Para começar, tiveram certa ousadia em fundar uma entidade dita nacional fora da capital do Brasil (ANTUNES, 2008), desviando-se de um discurso regionalista na formação da geografia brasileira. As atividades da seção carioca eram debatidas nas seções “nacionais”, localizadas na USP. Importantes geógrafos rendiam visitas à AGB nacional e frutificavam a troca de ideias entre esses dois importantes núcleos, um local, o outro nacional (IUMATTI, SEABRA, HEIDEMANN, 2008, p.95-96).

Pierre Monbeig também utilizou a AGB para construir uma legitimidade da disciplina geográfica entre a opinião pública paulista. Ele teve ativa participação da imprensa na divulgação das atividades da AGB, além de propagandear o caráter eminentemente público da entidade, ainda que distante de conotações partidárias:

(...) cabendo-me o ensino da geografia na Universidade de São Paulo, entrei logo em contacto com a A. G. B. e, através das colunas do jornal tentava fazê-la conhecida do público paulista, mostrando, ao mesmo tempo o valor nacional das investigações inspiradas pela geografia moderna (MONBEIG, 1940c. p. 277-278).

Pierre Monbeig trabalhou pessoalmente na expansão da AGB e na articulação dos diferentes núcleos. Seu primeiro relato refere-se à articulação das escolas paulista e carioca. Mas ele também participava igualmente de inaugurações das seções no interior do estado de São Paulo, como o núcleo de Amparo (O Estado de São Paulo, 27 de setembro de 1938, p. 7).

Em seguida, o movimento- que partiu de São Paulo – chega ao Rio de Janeiro, graças a Deffontaines e Ruellan. Seria desnecessário lhes dizer que entre os geógrafos do Rio e de São Paulo existia uma rivalidade virulenta. Gabo-me de ter ajudado a sobrepujá-la. Ruellan e eu organizamos uma excursão de trabalho à Serra do Mar, com docentes e alunos do Rio e de São Paulo. No início, as pessoas não se suportavam, mas logo depois, como uma benção, caiu uma tremenda tempestade. Ficamos molhados juntos, espirramos juntos, o grupo encontrou sua unidade e tudo transcorreu em ordem (MONBEIG in LAPOUGE, 1984).

Todos os comentaristas, muitos dos quais vivenciaram este momento, são unânimes sobre o marco de 1945 como sendo o da nacionalização da AGB e a consequente “difusão da geografia moderna”, para usar os termos do período.

O marco decisivo da vida própria da AGB, um dos fatos mais importantes desse período, é a sua reorganização em 1945 quando, criando as Secções Regionais de São Paulo e Rio de Janeiro, e a instituição de assembleias anuais (Lorena, 1946) ela inicia sua jornada de crescente expansão nacional. (...), O entusiasmo após a reformulação da AGB (1945), se desencadeará a partir da Assembleia de LORENA (1946). Sobretudo o trabalho de campo conjunto passou a motivar e a interessar cada vez mais os neófitos da geografia. (MONTEIRO, 1980, pp. 13-15).

Por que 1945? Desta data em diante, os diretores da AGB experimentam o ímpeto de reformar o seu estatuto para abranger novos grupos. Será Monbeig quem vai liderar o processo de nacionalização da entidade (cf. NOGUEIRA, 2013, p. 98). Isto é confirmado pelos documentos. Um rascunho do novo estatuto, encontrado nos arquivos da AGB, exhibe uma série de anotações e retoques à mão, além de uma pequena nota, em francês, no cabeçalho, com a caligrafia de Monbeig, em que está anotado, “discuté et approuvé à São Paulo 4 et 5 juin 1945” (Arquivos internos da AGB).

O processo de validação do novo estatuto, segundo nos descreve Antunes, corrobora, da mesma maneira, com a constatação da liderança de Monbeig. Sob sua presidência, a reforma estatutária foi marcada para o dia 4 de junho de 1945 (ANTUNES, 2008, p. 189). Após a implementação do novo estatuto, a entidade procurou reunir anualmente os geógrafos do Rio de Janeiro e de São Paulo, além de geógrafos do IBGE, em assembleias gerais (ANDRADE, 1994, p. 74-75), além de cruzar todo o território nacional.

Essas assembleias eram alimentadas pelas discussões de “sessões locais” que continuavam a funcionar em São Paulo, Rio de Janeiro e Curitiba (ANTUNES, 2008).

Nessas assembleias anuais, eram apresentadas teses e comunicações, ladeadas por relatórios de pesquisa de campo, a serem discutidos e publicados nos Anais do evento (ANDRADE, 1994, p. 74-75).

Ao mesmo tempo que tais assembleias eram itinerantes, realizavam-se trabalhos de campo sob orientação de grandes geógrafos por todo o Brasil, para onde afluíam muito interessados. Um exame de alguns pontos do estatuto de 1945 denota uma associação em um processo de expansão dirigida, uma vez que novos integrantes passavam pelo crivo da diretoria. A primeira assembleia anual depois da reforma estatutária, ocorrida em Lorena em 1946, é divulgada com pompa pelo jornal O Estado de São Paulo e no Boletim Geográfico: “Os trabalhos submetidos à Assembleia tratavam de diferentes regiões brasileiras” (MONBEIG, o Estado de São Paulo, 28/03/1946, p. 4).

De acordo com os fins propostos, os trabalhos de campo e as assembleias anuais, começaram a substituir os congressos de Geografia realizados pela Sociedade de Geografia (ABREU, 2006, p. 141). Em cada nova assembleia, eram recrutados novos sócios, à medida que iam se implantando, como nos informa Antunes, novos centros de estudos geográficos, entre universidades públicas e particulares. (ANTUNES, 2008, p. 195-196).

Depois de realizadas as atividades públicas da AGB, recrutavam-se novos organizadores para que estes encabeçassem novas seções locais. Uma estrutura militante e tentacular começa a se irradiar por todo o território brasileiro. Este processo deve ter se intensificado após o estabelecimento das assembleias gerais: “Dentro do espírito que norteou seus fundadores, deve congrega todos quantos, vivendo no Brasil, desejam ver mais bem conhecida a nossa terra e difundidas, entre nós, as diretrizes da moderna Geografia” (AGB, 1944, p. 3). A geografia brasileira sob liderança de um francês, lançava as bases para a sua irradiação em todo o território nacional.

11- Alguns impactos posteriores à liderança da geografia francesa no Brasil: a formação de uma escola antes de 1956?

Tendo como suporte o Manual Bibliográfico de Estudos brasileiros (MONBEIG, 1949), demonstra-se que a Geografia Humana foi o campo que teve o crescimento mais espetacular no Brasil, tendo saído da condição de quase inexistência de trabalhos

brasileiros antes de 1916, tanto em relação à produção nacional quanto estrangeira, para uma posição de liderança (MONBEIG, 1949).

É sabido que Pierre Monbeig é um dos principais líderes do processo de estímulo aos trabalhos de geografia humana, e, nessa tendência, ele contribuiu para uma explosão bastante significativa dos trabalhos desse ramo da geografia. Ao final da década de 40, consta nesse manual mais de 50 trabalhos de geografia humana publicados no Brasil, contra apenas uma dezena de trabalhos de geomorfologia e outra dezena de biografia (MONBEIG, 1949). A tendência da produção brasileira do período vinculada à Geografia Humana aparece também na participação dos trabalhos brasileiros nos congressos internacionais da UGI.

Segundo Marie-Claire Robic, a eleição do Brasil como um local sede do congresso, em 1952, representava a legitimação do olhar dos brasileiros sobre o seu próprio país, uma vez que a comunidade internacional “aceitava” ser guiada, em pesquisas e excursões, por estes novos ingressantes na rede universal da geografia: “a prática de excursões sob a direção de geógrafos locais supõem uma igualdade de olhares sobre um espaço e um troca confiante dos diagnósticos” (ROBIC, 2013, p. 19-20)²⁵⁵.

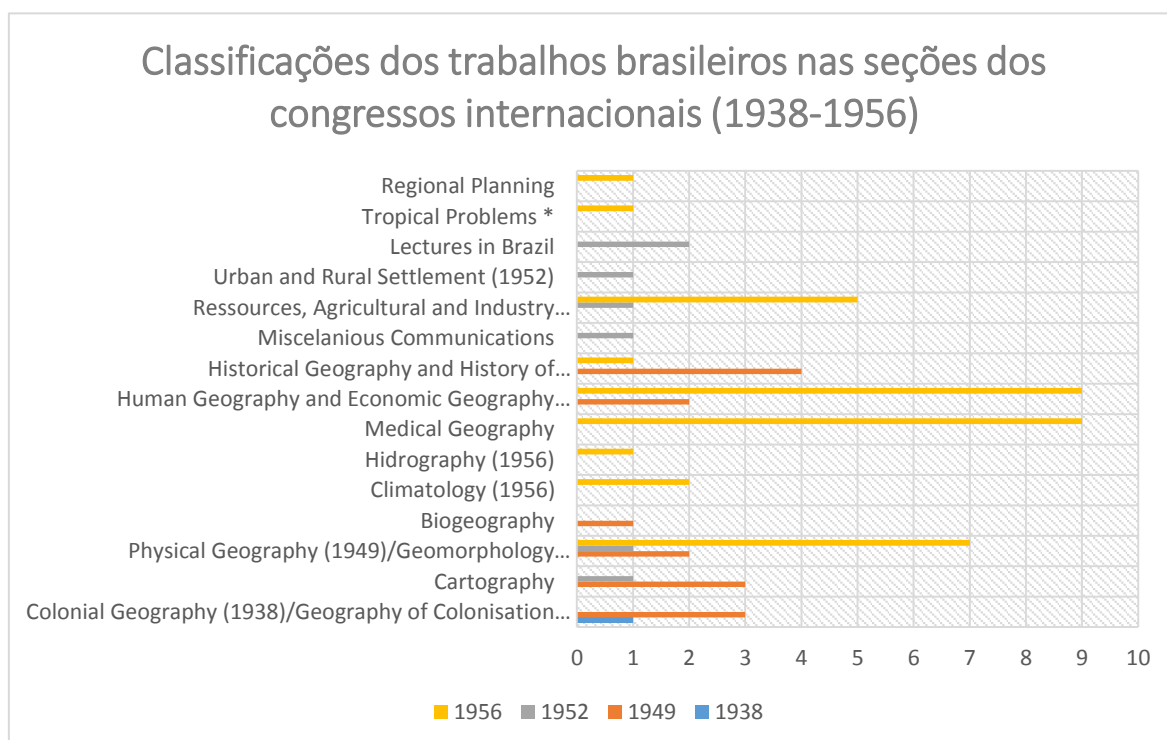


Gráfico 3. Fonte: KISH, 1979. Concep.: Lira, 2016.

²⁵⁵ “la pratique d’excursions sous la direction des géographes du pays suppose le partage du regard sur un espace et un échange confiant de diagnostics”.

Será importante reafirmar a temporalidade dos processos. A inserção do Brasil na constituição de redes e modelos teóricos globais parece ter-se dado prematuramente e não depois de sua constituição. O trabalho de Monbeig foi essencial neste processo ao elaborar uma teoria da colonização, relacioná-la ao gênero de vida e compreender os processos de espacialidade das forças em jogo na colonização. Porém, o Brasil pode representar uma necessidade de revisão da geografia francesa. Representa um espaço simbólico diferente da representação das regiões temperadas (ROBIC, 2013). Ele representa um espaço de colonização de capitalismo tardio, onde a força da ação do homem frente à natureza é soliciitada em toda a sua magnitude.

Assim, a incorporação do Brasil, e de toda uma Geografia tropical, no campo simbólico da Geografia francesa, pode ser visto como um estímulo a sua atualização, não apenas dos métodos, peleja em que está envolvido Monbeig, mas também de suas estratégias e paradigma. Robic fala de um retorno do paradigma da geografia colonial de Marcel Dubois (ROBIC, 1996b, p. 46) (com todas as nuances e especificidades desse movimento), geografia colonial e política que vimos sendo marginalizada no começo do século e que representava um outro arranjo paradigmático. Somos levados a questionar, assim, se a geografia de Monbeig rompeu com o paradigma vidaliano no seu processo de adaptação ao Brasil.

Do lado da geografia brasileira, ela se tornava cada vez mais conhecida com um corpo de geógrafos cada vez mais expressivo. Alguns diálogos entabulados nos anais dos congressos dão provas de um respeito mútuo entre os geógrafos nacionais e estrangeiros. Há um deslocamento progressivo da condução às parceiras? Acreditamos que, a partir de 1956, tanto o interesse pelo Brasil começa a crescer pelo mundo, como o próprio Monbeig parece aderir de forma mais coadjuvante a este movimento. Para Nice Lecocq Müller, 1956 separa uma fase de consolidação para uma fase de afirmação (ABREU, 2006, p. 149).

Estamos de acordo com este caminho interpretativo, mas concebemos algumas especificidades à periodização: até pelo menos 1956, a autoridade e liderança de Pierre Monbeig, logrou estabelecer uma teoria cada vez mais pertinente ao território brasileiro. Mas isso é um processo histórico que, ao ter lançado as bases para a emergência de uma tradição, não pode ter ocorrido de um só golpe, segundo uma perspectiva géo-histórica.

As conclusões de Muller são mais condizentes com a temporalidade estabelecida por uma geo-história intelectual. Pierre Monbeig lançou as bases de consolidação de uma geografia brasileira. Essas bases eram consolidadas inclusive com a elaboração de raciocínios metodológicos particulares (como a inversão da dependência da situação em relação ao sítio e a inversão do processo de colonização comandado por lógicas naturais ou econômicas), com a colocação do Brasil em uma economia mundo, uma ciência mundo, e um geografia universal. Dessa maneira, podemos claramente situar Pierre Monbeig como um autor essencial da formação do pensamento brasileiro.

Capítulo 6

O Brasil e as proposições metodológicas de Pierre Monbeig (1940-1957): uma geo-história do capitalismo periférico e a leitura geográfica do subdesenvolvimento²⁵⁶

O edifício de uma tradição brasileira de Geografia está a meio caminho de uma autoridade e liderança dos atores que representam ideias “globais” e dos atores que se limitam a descrever a singularidade dos países alheios aos modelos globais de representação. O caminho intermediário é o da nova significação dos conceitos franceses, mas, principalmente, da elaboração de novos, da emergência de novas autoridades detentoras de discursos considerados legítimos, surgidos após o confronto com realidades desconhecidas. Se Monbeig tem razão em dizer que, em matéria de ciência, ser independente não é um caminho possível, por outro lado, uma ciência brasileira vai passar por um processo de autonomização. Mas isso se deu antes de 1956?

(...) Eu acho que os professores franceses de ciências humanas contribuíram, na sua esfera bem limitada, a ajudar os brasileiros a descobrir seu país, isto é, a atenuar a dependência intelectual brasileira. Nós os ensinamos (...) a observá-lo e talvez a amá-lo mais e a compreender que eles não precisavam ter o tempo todo os olhos fixos na França, na Alemanha, na Inglaterra, nos Estados Unidos, etc... [ainda que] **ser independente, cientificamente, isto não existe...**[grifos nossos] (MONBEIG. Pierre. Entrevista com P. Petitjean e M. Paty, 1987 in SALGUEIRO, 2006c, p. 193).

Este capítulo enseja traçar um primeiro esboço da relação entre a formação espacial brasileira e as proposições metodológicas de Pierre Monbeig. Nossa hipótese é que Pierre Monbeig contribuiu com um “tipo de teoria que seria mais relevante para o

²⁵⁶ Deve-se fazer algumas ponderações ao evocar o termo “subdesenvolvimento” para este período. Ainda que já tivesse sido evocado em situações políticas, como o de Henry Truman no seu discurso de posse nos Estados Unidos, logo após a segunda guerra (1949), no domínio da ciência, sua consolidação parece ter sido um pouco mais tardia. No caso da geografia francesa, “la géographie du sous-développement n'est guère apparue - en tant que telle - dans la littérature géographique française avant les années 60, (...)” (VEYRET, 1952, p. 653). Contudo, a evocação do termo para este período, visa reforçar também que há uma espécie de antecipação da discussão dos processos de desenvolvimento na América como um todo em relação à Europa e Monbeig foi sensível a esta temporalidade. Ademais, a noção de anacronismo deve ser melhor entendida. O uso do termo no contexto desse capítulo é feito enquanto conceito e recurso analítico, visam compreender o alcance teórico das discussões do período. Não se trata aqui de atribuir sentimentos ou percepções aos atores do período, ainda que, neste caso, Pierre Monbeig chega a utilizar explicitamente o termo, como veremos. Recusar a idéia do termo enquanto conceito, ou mesmo impedir ilusões retrospectivas, seria o mesmo que interditar o uso do conceito de “feudalismo” para o período medieval, quando os atores estavam longe de pensar a lógica de seu “modo de produção”.

Brasil” e “para os países subdesenvolvidos e dependentes” para arrolar o que Florestan Fernandes considerou fundamental para o processo de autonomização intelectual (FERNANDES, 1975, p. 17).

Nosso objetivo é recompor a construção cognitiva que está subjacente ao raciocínio de Monbeig, em contato com os determinismos geográficos brasileiros. Após observarmos o processo de arquitetura da problemática, trataremos agora do *método de investigação* e seus determinantes espaciais.

A relação das teorias científicas com o contexto histórico é uma convergência reconhecidamente legítima na história da ciência. Já a relação daquelas com o meio geográfico continua a ser um empreendimento duvidoso, apesar de seu enorme potencial explicativo (LIVINGSTONE, 2004, p. 1). Assim, a evocação dos espaços nos processos de emergências das identidades científicas, implica uma transformação da concepção de ciência adotada. Apesar de se produzir nos lugares, a ciência se legitimou como um empreendimento universal.

Mesmo assim, a imprescindibilidade de um estudo aprofundado sobre o papel dos espaços na epistemologia das ciências foi apontado por Paulo César da Costa Gomes, para o caso da Geografia como um caminho legítimo de reflexividade. Uma géohistória dos saberes que se volta para a contribuição singular que o terreno brasileiro representa para o desenvolvimento das ciências sociais ainda não foi explicitada. O método geográfico passa por adaptações no contato com o terreno brasileiro? Ele se modifica em função de uma lenta evolução histórica e da circulação espacial das ciências? Estas são questões colocadas pela geo-história.

O contexto com o qual ele se defrontou [Pierre Monbeig] é uma das peças-chave para reconstituir alguns elementos que podem servir como pistas para entender parte de sua produção e **o papel da fertilidade do terreno brasileiro para o desenvolvimento das ciências sociais e a renovação dos métodos e mesmo das disciplinas acadêmicas** [grifos nossos] (GOMES, 2006, p. 224).

Da avaliação das originalidades discursivas de Monbeig emerge que as soluções originais do seu discurso teórico eram também soluções temporárias para a lenta consolidação dos equilíbrios epistemológicos que vivencia Geografia. Vê-se uma tendência irrefreável da crescente sistematização adquirida pelo discurso científico. De outro lado, a maior imersão nas demandas práticas do Estado brasileiro, e a compreensão de seus problemas no seio de uma ordem global, parece compor um cenário em que os

valores literários do discurso buscam se renovar em um momento de abalo de sua relevância. Estamos já bastante longe de referirmo-nos a uma “personalidade” do Brasil, para usar um termo típico da geografia vidaliana. Mas, por outro lado, a valorização da especificidade do terreno brasileiro vai encontrar novas formas de expressividade?

Há um silêncio consensual, ou uma defesa ainda tímida sobre a contribuição **teórica** de Pierre Monbeig às ciências sociais, ou da Geografia em relação às outras ciências humanas. Fora do campo da Geografia, Pereira de Queiroz afirma que “Pierre Monbeig seguiu empiricamente o mesmo caminho, [do de Roger Bastide, expoente da Sociologia, defende ela]; porém não avançou no terreno teórico.” (QUEIROZ, 1996, pp. 247).

Tal conclusão de que Monbeig não avançou no terreno teórico é nutrida por uma suposta ruptura precoce dos suportes da Geografia francesa à Geografia brasileira. Tornou-se mister produzirem-se rupturas ao longo da história da ciência, para conceber mitos fundadores (LEPENIES, 1996). Todavia, ao separar precocemente a Geografia encetada por Pierre Monbeig da historiografia francesa, perde-se a capacidade de medir o real peso das rupturas. O real impacto da conjuntura e dos acontecimentos só podem ser medidos na longa duração (BRAUDEL, 1992)

Num artigo publicado 2012, Vasconcelos, Hada e Martins Junior discorrem como “Pierre Monbeig, confrontando a teoria da escola regionalista francesa com a complexidade da dinâmica brasileira de ocupação rural e urbana da primeira metade do século XX, mostrou serem necessárias novas formas de se pensar a Geografia” (VASCONSELOS, HADAD, MARTINS JUNIOR, 2012). Alguns autores situam Monbeig em uma encruzilhada:

Desejamos discutir neste texto que as interpretações que Pierre Monbeig apresenta não são, de fato, verdadeiras análises de uma geografia de viés marxista desenvolvida no Brasil nos anos subsequentes. Contudo, tal análise não se encaixa nos padrões da geografia tradicional, incapaz de travar uma interação dos elementos explicativos e um tanto avessa às questões sociais (...). Pierre Monbeig, sensível ao mundo que o contornava, percebia o movimento e por esse motivo inquietava-se com a falta de instrumental teórico e analítico para capturar o real (ANDRADE, 2011. 45).

A caracterização de uma geografia “tradicional”, termo, aliás, pejorativo, não condiz nem com a nossa contextualização, qual seja, de que a geografia francesa passa neste momento por um processo de atualização que a municiará para a explicação de

realidades globais e contemporâneas, nem com os princípios da geo-história. A ruptura com “uma” geografia clássica é uma resposta simplista, caso se acredite que a construção intelectual do campo da geografia francesa no começo do século XX também tenha se dado em várias camadas e temporalidades²⁵⁷.

Seguindo a pista lançada por Salgueiro, acreditamos que a contribuição metodológica de Pierre Monbeig *ao acúmulo da geografia francesa e brasileira* foi amoldar o método geográfico francês a um espaço regional de características “abertas” e “internacionalizadas”, algo que já havia aparecido nos seus trabalhos espanhóis: “ (...) e, no caso específico de Monbeig, transformar o método clássico da monografia regional e dos estudos urbanos sob uma perspectiva mais internacionalizada” (SALGUEIRO, 2006c, p. 201). Assim, o Brasil deu ensejo à emergência de uma *geo-história do capitalismo periférico*: um método embasado na proeminência do princípio da extensão e conexão dos espaços e na compreensão das temporalidades da colonização capitalista tardia dos espaços abertos²⁵⁸.

No Brasil, esta remodelação surge nas palavras de Pierre Monbeig em uma autorreflexão, que nos é fornecida tardiamente. Além da designação que aclara o título de sua tese, “pioneiros e plantadores”, categorias econômicas, fazem face ao termo “*paysan*”, posto que aqueles são desenraizados, ao contrário destes, tais denominações são fruto da consideração dos processos geográficos entabulados em um vasto espaço, o que também corrobora que o Brasil e a França formam, nesse momento, um campo de um discurso simbólico integrado:

Todos esses povos dispõem ainda de espaço a ocupar. O norte do Canadá, por exemplo, é um pouco como a Amazônia. É inegável que há no Brasil **uma tradição pioneira que desapareceu na Europa. A Europa é um beco sem saída.** Vejam o mapa: ela está na ponta ocidental dessa enorme massa de terra que começa na China e vai-se tornando cada vez mais fina no sentido do Oeste. Os povos que habitam a Europa deslocaram-se de Leste para Oeste até chegar às margens do Atlântico. **Ficaram lá, dentro de um espaço**

²⁵⁷ Há uma geografia subterrânea de Vidal de la Blache, que já não se faz tal qual, mas ainda resiste aos novos atores, pela sua riqueza de sugestões; há a geografia econômica de Albert Demangeon, Henri Hauser e Fernand Maurette, que lançam as bases da compreensão econômica da geografia regional e atentam para os problemas do mundo contemporâneo; há a geografia física de De Martonne, que elabora uma partilha crescente do mundo, dividindo-o em “zonas”, e também uma geografia física, quase hermética, de André Choley; há a bela geografia descritiva e histórica de Jules Sion e também a geografia biológica de Max Sorre. Há, ainda, já mais próximo de Pierre Monbeig, a geografia ativa de Pierre George e Jean Dresch.

²⁵⁸ Ao concluir que Pierre Monbeig elaborou uma geo-história, fica patente que nosso trabalho também está assentado por recursos de reflexividade. Trata-se de uma geo-história dos saberes sobre uma geo-história dos espaços. Vale lembrar que a geo-história de Braudel também foi elaborada sob condicionantes de espaços abertos, como era o Mediterrâneo no século XVI.

pequeno. Foram obrigados a instalar-se, a sedentarizar-se, a cuidar bem do solo de que dispunham. No Continente americano a situação é diferente. Como a população era pequena com relação ao espaço disponível, os europeus que aqui chegaram, especialmente os espanhóis e portugueses, não tiveram necessidade de cuidar muito do solo, de tornar-se camponeses. É difícil traduzir para o português algumas palavras do vocabulário rural francês, e por isso vou usar uma delas no original mesmo. Não existe o ‘paysan’ no Brasil. O índio peruano e boliviano da encosta oriental é um ‘paysan’. No Brasil não existe ‘paysan’. Não se trata de um problema linguístico. Os primeiros agricultores, que depois se tornaram grandes proprietários de terra, tanto no sul dos Estados Unidos como na América espanhola e portuguesa, foram chamados de ‘plantadores’. O plantador nada tem a ver com o agricultor, com o ‘paysan’. **O agricultor cuida intensamente da terra, porque não tem espaço.** Vou dizer uma heresia, mas às vezes eu me pergunto se não seria melhor para o Brasil não ter tanto espaço. Não seria mais razoável e racional tornar mais densas as populações das regiões tradicionais do Brasil, nas zonas rurais, implantando uma agricultura e uma pecuária mais intensivas? [grifos nossos] (MONBEIG In MOTA, 1981, p. 261).

O nomadismo brasileiro, dos pioneiros, dos plantadores e dos trabalhadores, se explica, entre outros fatores, por que há espaço disponível. Em um dado momento, a Europa se tornou uma terra sem saída, cuja colonização veio de Leste para Oeste. Seus colonizadores tiveram que lidar com fronteiras cerradas. No Brasil, isso ainda não acontece. As fronteiras, quando não são fictícias, são muito distantes. Isto é a base do que Monbeig chama de nomadismo brasileiro, mas que nós podemos qualificar como de seu *subdesenvolvimento*, a partir de uma visão geográfica. Este é o segundo eixo de argumentação deste capítulo: partindo de uma readaptação metodológica que frutificou uma geo-história do capitalismo periférico, tais raciocínios conduziram à construção de um método que teve como resultado uma modelização geográfica do subdesenvolvimento e os pressupostos necessário à sua superação.

O esgotamento dessa questão transborda a periodização desta tese e a antecipação dos termos “subdesenvolvimento e desenvolvimento” podem parecer um anacronismo. Mas, com a fundação do IHEAL²⁵⁹, em Paris, em 1954, já não estava lançada a sorte dos projetos de desenvolvimento da parte dos franceses para os países latino americanos? E depois que a UNESCO decidira, em 1947, sediar sua conferência geral no México, a América Latina não vinha aos holofotes do mundo? (CHONCHOL, 1991, p. 179-180).

²⁵⁹ Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine.

Ou ainda, com o começo dos trabalhos da CEPAL, em 1948, no seio da Organização das Nações Unidas, não começavam os projetos de desenvolvimento para a região?

Mesmo que os marcos nos escapem²⁶⁰, não será arriscado delimitar que já antes da década de 60 há um claro desejo de fazer do planejamento dessas zonas vivas uma antecipação de projetos coordenados com vistas à construção remediadora dessas nações, cujas “veias abertas” já saltam aos olhos. Em termos de longa duração, há sensações antigas e pungentes bastante anteriores, mas também ainda presentes depois da virada do século XX. Braudel nos ensinou que entre o presente e o passado, mesmo aquele bem longínquo, há sempre um laço de continuidade (FABRA, 1989, p. 74).

1- Pierre Monbeig e a geo-história

Em termos metodológicos, para compreender o funcionamento dessa zona pioneira brasileira em desequilíbrio interno, Pierre Monbeig inverteu o método geográfico vidaliano, de uma perspectiva europeia, constrangida por fronteiras, de longa duração do sedentarismo e peninsular, para uma perspectiva americana, internacionalizada e aberta, impelida pela baixa densidade e por uma vastidão espacial. Para mais, há um jogo de estruturas e superestruturas, pois a colonização da Europa, já na maior parte de seus espaços, vem de baixo para cima, ou seja, da organização da vida material à organização da vida econômica. No Brasil, a predominância espacial é contrária. Em mais vastas áreas, a organização da vida econômica é anterior a organização da vida material. Porém, já observamos que essas lógicas historicamente opostas são complementares *na sua disposição espacial*.

Mas esta inversão não é uma conduta totalmente original. É sabido que Vidal de la Blache também foi o geógrafo da circulação, do movimento, das trocas. Por outro lado, é inegável que, no Brasil, os equilíbrios dinâmicos, espaciais e topográficos são histórica e espacialmente diferentes. Ora, o próprio Pierre Monbeig faz menção de que não se desfezera de sua referência à geografia regional francesa, reportando-se à existência de suas muitas monografias que estudam regiões abertas O modo como os geógrafos

²⁶⁰ “La géographie du sous-développement n'est guère apparue - en tant que telle - dans la littérature géographique française avant les années 60, si l'on excepte le volume de la collection “Que sais-je?” consacré par Yves Lacoste aux pays sous-développés et paru en 1959.” (VEYRET, 1952, p. 653) – isso impediria que o termo já tivesse existência antes disso?

franceses se lançaram tão acuradamente a estudos detalhados das regiões franceses proporcionou-lhes um fichário de situações geográficas bastante vasto:

É preciso, pois, considerar o caso em que o problema da fixação e da delimitação da região se coloca com maior complexidade. (...). Ainda aqui, a bibliografia geográfica francesa pode fornecer modelos interessantes: citem-se as teses de Jules Sion sobre os camponeses da Normandia oriental, de Deffontaines (os homens e seus trabalhos na região do médio Garonne), de Cavallés (a vida pastoril e agrícola nos Pirineus de Gaves, Adour e Nestes). O volume que o Prof. Gilbert consagrou a 'la Porte de Bourgone et d'Alsace' é especialmente interessante porque trata de uma zona cuja unidade reside no contato de várias regiões naturais e, por conseguinte na função histórica de via de passagem. (MONBEIG, 1945, p. 916-917).

Em síntese, será preciso defender que os estudos brasileiros de Pierre Monbeig oferecem contribuição teórica numa temporalidade concomitante e de forma integrada aos principais avanços metodológicos que as ciências sociais testemunharam no período e que também integram os avanços da geografia francesa *pari passu* à consolidação da Geografia Brasileira.

O que o Brasil oferecera a Monbeig foi uma questão posta ao geógrafo francês por Gilles Lapouge, para cuja resposta não dirigiríamos nenhuma ressalva. Ao contrário, suas consequências podem ainda ser desdobradas. Numa perspectiva ao passo histórica e econômica, *Pierre Monbeig fora responsável por elaborar uma geohistória do presente dos espaços continentais, no contexto do processo de colonização pela modernização capitalista tardia do território brasileiro:*

GL- Isto é o que o senhor acha que trouxe aos brasileiros; mas, em sentido contrário, o que o Brasil lhe deu?

PM- Descobri o espaço, e que para um geógrafo é essencial outras dimensões. Tomei consciência que a França é um país de distâncias minúsculas. **Isto é, uma mudança de escala no espaço, porém também creio que havia uma mudança de escala no tempo, principalmente para a geografia humana que pratico.** Lá compreendi a expressão Novo Mundo, e que no Brasil a mudança ocorreria a um **ritmo** que desconhecíamos na França. Sobretudo naquela época, quando a França era um país consolidado, estável, onde quase não aconteciam mudanças, enquanto no Brasil era onde havia **movimento** [grifos nossos] (MONBEIG in LAPOUGE, 1984).

Salgueiro dera pouca atenção a uma ideia que ela mesma veicula e que consideramos ser bastante original na interpretação da obra Pierre Monbeig: o fato de que

ele constrói uma geo-história do presente – e que nós especificamos, para o caso do Brasil, como sendo uma geo-história do capitalismo periférico. Em uma nota, a autora afirma:

Porém, a tese que deu origem ao livro mencionado havia sido intitulada originalmente ‘Marche du peuplement et zones pionnières de São Paulo’ (...). Aqui, o destaque da dinâmica na expressão ‘marche’ também pode ser considerado como uma inovação metodológica já que Monbeig escreve uma geo-história do presente, acompanhando de perto as realidades do mundo pioneiro (SALGUEIRO apud ROBIC, 2006b, p. 51).

Monbeig segue o caminho contrário ao do grande historiador das permanências, Fernand Braudel, cuja tese foi publicada em 1949 em sua primeira edição, e que, num período imediatamente posterior, não teve grande repercussão. Ao contrário, Fernand Braudel fora duramente criticado, enquanto a tese de Pierre Monbeig foi premiada. A tese de Monbeig, publicada em 1952, segue de perto os avanços da historiografia do período e não está a reboque dessas inovações²⁶¹.

Fernand Braudel, muito próximo de Monbeig, na verdade seguia um caminho inverso. Buscava fundamentar a história do Mediterrâneo em permanências, em movimentos muito longos, quase na imobilidade, como escreveu. A história se inscreveria de algum modo no tempo longo. A fantasia dos homens florescia sobre uma trama. Sem ignorar, bem entendido, as restrições naturais, os limites que aí se descobrem, enfim, a natureza do material sobre o qual os homens trabalhavam, Pierre Monbeig demonstrava facilmente que **a geografia era uma construção da atividade humana**, portanto da história. Como nascem fenômenos que frequentemente não são apenas inertes, mas capazes de tomar outras direções, como nasce eventualmente a longa duração, ou ao menos ‘temporalidades’ das coisas, dos homens, das representações mais longas e que **participam da atualidade** – essa foi a contribuição mais original, ou no mínimo mais explícita, que nos foi dada por esse estudo do mundo pioneiro de São Paulo. [grifos nossos] (RONCAYOLO, 2006, p. 126).

Na geo-história de Monbeig, a colonização do interior do território brasileiro tem como base um vasto espaço em processo de integração a partir do século XIX. No contexto de um capitalismo tardio, a formação do Brasil é estruturalmente influenciada pelos fenômenos externos. Sendo assim, o estudo da colonização do Brasil devia começar

²⁶¹ “En dehors de ces grandes figures, d’autres professeurs ont exercé une influence importante sur la pensée de Pierre Monbeig, tels que André Cholley, son professeur de géographie régionale à la Sorbonne, Jules Sion dont la thèse sur les paysans de Normandie a constitué un modèle d’étude de ‘la géographie en mouvement’ adressant un tableau de la région à trois moments : fin Moyen âge, XVIIIème siècle et actuel. Cette même démarche fut adoptée par Pierre Monbeig dans sa thèse ; enfin, Max Sorre pour sa conception de la géographie humaine. Il fait référence à maîtres géographes dans ses cours de géographie ainsi qu’aux travaux dès ses collègues comme Pierre George, dont il cite souvent la thèse sur les pays bas rhodaniens” (DROULERS, 1991a, pp. 35-36).

pelo que foi entendido na Europa como uma camada superior, pela análise de suas redes e do circuito de cidades. E ainda, a construção territorial do Brasil é sobremaneira determinada pela postura e atitudes dos grupos sociais e sua captura do Estado, na “quase” plena capacidade de ação que a Geografia Humana conferia ao homem no mundo atual.

A determinação externa, numa escala mais ampla, ganha, no interior da rede urbana, definição metodológica com precessão da análise da “situação” à do “sítio”, que orienta a confecção de monografias regionais urbanas, atentas à confecção de monografias regionais urbanas, atentas a construção da rede de cidades como impulsionadora do processo de produção do espaço tropical. Com efeito, o Brasil é um espaço aberto, um vasto sertão a desbravar pelas técnicas disponíveis do século XX e os fatores da estrutura econômica são espacialmente predominantes em relação aos processos naturais. Nesse viés, a história do Brasil é organizada em ciclos, pois são os ciclos da economia. Em um primeiro momento, quase tudo gira em função do mercado, fazendo tábula rasa de adaptações mais delicadas com o meio, que só vão aparecer no processo de envelhecimento dessas terras, rompendo com uma economia monocultora.

No que toca à ordenação das relações causais, será preciso dizer que, no interior do processo de modernização capitalista, a análise do território é sistêmica, buscando mostrar um desequilíbrio estrutural que se modifica segundo as conjunturas cíclicas da demanda do mercado internacional e dos deslocamentos da mão de obra, internamente a um espaço aberto. Ao sofrer intervenção constante da injeção de nova demanda por produtos primários, como causa geradora dos processos, a mão de obra se desloca em um espaço vazio, em direção a nova aglomeração.

A injeção constante de nova mão de obra na zona pioneira e a consequente formação de nova aglomeração no interior do sistema, também tem como efeito a quebra de estabilidade do mercado de trabalho e a renovação do ciclo geográfico de exploração. Essa estrutura é comandada por forças externas, que se apóia na prerrogativa da abundância de terras e de mão de obra barata de pessoas do sertão ou, quando não, de mão de obra estrangeira empobrecida. Acreditamos que Pierre Monbeig tenha elaborado um modelo geo-histórico da colonização capitalista dos espaços continentais, bem como um modelo geo-histórico do subdesenvolvimento e de sua possível superação.

Contrariamente a Braudel, ademais, Pierre Monbeig coloca os homens como condutores dos processos geográficos em pleno século XX. A geo-história é um método

adaptado aos processos de colonização, como o ocorrido no Brasil no século XX, assim como no Mediterrâneo no século XVI. Os estudos de Monbeig alçam os processos de colonização à condição central para a compreensão do capitalismo tardio. Abordamos nos tópicos posteriores os passos metodológicos dessa geo-história concebida por Monbeig.

2- As etapas do método de Pierre Monbeig

2.1. Primeira etapa. A análise da situação, a larga história territorial brasileira, a situação do Brasil na economia mundo

O primeiro passo do método de Monbeig se fundamenta na tomada de consciência da vastidão temporal e espacial do espaço e dos processos históricos que se quer aprofundar. É começar a análise pela *situação* geográfica e histórica do Brasil, através do olhar treinado pelo princípio da extensão. E é também o exercício da precedência (aos outros recursos metodológicos) do caráter aberto da situação regional brasileira. Monbeig começa o seu trabalho com esta largada: medindo o grau de abertura das fronteiras regionais através do estudo da situação. Nesse país, a abertura das fronteiras é um fenômeno de longa duração.

A história do Brasil sofre um “mal” de origem: tudo começa com a chegada dos europeus em terras virgens, ou ocupadas por civilizações que não lhes podiam fazer face. Está inserida, dessa feita, no processo de “expansão da raça branca”²⁶². Um processo que se dedicou mais a extrair riquezas do que a gerá-las, assim como explicitou Caio Prado Jr. através do conceito do sentido da colonização.

Este espetáculo ainda se observa no século XIX: “(...) a difusão da cultura cafeeira encontra-se historicamente associada à expansão das grandes potências marítimas atlânticas.” (MONBEIG, 1957a, p 161). Trata-se, em verdade, de observar que, na história do Brasil, há uma determinação precedente dos fatores sincrônicos aos fatores diacrônicos. Tudo começa e vem de fora. A geografia é um instrumental riquíssimo para análise específica desses espaços, quando se sobrevaloriza o princípio da extensão em desfavor do princípio da causalidade, como fez a Geografia Humana de Albert Demangeon. Ele escreve nas notas de uma conferência: “[a geografia] é um modo de ver essencialmente global, pois a geografia esforça-se por apanhar relações entre os fatos. A

²⁶² Este termo é utilizado por Monbeig em suas palestras. Nelas, Pierre Monbeig costumava a inserir seu trabalho brasileiro em problemáticas de ordem global. O sobrevôo sintético é recorrente. Deve-se atentar, contudo, que esta expressão, sob a pena de Monbeig é bastante pejorativa. Ele costumava a associar a “expansão da raça branca” a processos via de regra negativos, como a exploração da mão de obra barata e a destruição ambiental.

prática da geografia ensina logo que as relações entre a Terra, os fenômenos e os seres não são relações de causa e efeito, mas interações contínuas” (IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG. A geografia: um valor cultural e um instrumento moderno. Caixa 4, doc 3).

No Brasil, a sobredeterminação dos fatores externos se prolonga até o século XIX (ou mais...). Com a industrialização das metrópoles e as novas técnicas disponíveis, é possível iniciar o processo de interiorização da busca por riquezas. De forma fortuita, o Brasil encontra no café um produto do interesse crescente dos europeus: “Convém lembrar, inicialmente, que seus principais consumidores se encontram nas regiões temperadas de nível de vida elevado e onde a vida urbana aparece ligada à industrialização” (MONBEIG, 1957a, p. 155). É um acaso que este produto de consumo secundário seria dependente da demanda externa?

Ao comparar a origem do processo de valorização das terras africanas com o do Brasil, aparece, mais uma vez, como este país é visto por Monbeig como um anexo da expansão econômica atlântica. Foram as relações com a Europa, após a independência, que permitiram uma acumulação de capital em terras brasileiras, sem romper com a lógica da dependência externa (MONBEIG, 1957a, pp. 167-168). Esta constatação, aliás, remete às contribuições de Caio Prado Jr, como já aludimos.

Assim, Monbeig percebeu que é sob a marca dessa lógica de dependência que se deve começar todo o estudo geográfico do Brasil. Pois esta lógica de dependência é a expressão de dois dos mais caros dos princípios da Geografia Humana: o princípio da extensão e o princípio da comparação. O olhar geográfico de Pierre Monbeig, treinado sob o princípio da extensão, situa o Brasil num largo espaço da economia mundo, a partir de suas relações com a demanda externa, e conclui pela grande abertura das suas fronteiras regionais. Desse ponto em diante, decorre uma determinação medular do espaço brasileiro sobre o método: a análise sincrônica tem precedência a análise diacrônica e, depois, sociológica. Esta seria outra expressão da precessão da análise da situação sobre o sítio. As etapas investigativas vão se acumulando, não são contraditórias e adicionam crescente complexidade à análise.

2.2.- Segunda etapa. Um levantamento dos diversos enquadramentos regionais

Logo após a pressuposição da abertura das situações regionais brasileira, ele situa suas primeiras incursões no material empírico. Primeiro, um conhecimento das

“possibilidades” intrínsecas de um *conjunto regional*²⁶³, nos seus aspectos naturais e humanos: “[com os estudos regionais] melhor ficaremos documentados sobre as correntes humanas ou de permuta, melhor se conhecerão as possibilidades exatas de cada região (...)” (MONBEIG, Correio Paulistano, 6 de outubro de 1944). Depois, será preciso compreender as conexões, desconexões e trocas entre as diferentes regiões (naturais e humanas).

Um geógrafo não é um leitor exclusivo das unidades naturais. Existem três tipos básicos de região a serem caracterizadas: as regiões naturais e as regiões humanas, sendo esta subdividida em região geográfica e região econômica. Um enquadramento em que suas fronteiras da região física e humana coincidam é uma região geográfica, já a região econômica, por sua vez, tem um encaixe pontual e discordante sobre o meio físico, pois ela unifica duas regiões geográficas e sobrepuja os obstáculos que as separam. Por outro lado, a região econômica no Brasil, para Monbeig, é a região ferroviária. Participando do movimento de autonomização da Geografia Humana, Monbeig não abandona os determinantes naturais.

À delimitação do meio físico, segue a delimitação do meio geográfico, e, mais à frente, do meio econômico. A delimitação de regiões naturais não apresenta dificuldades suplementares. Já a delimitação da região geográfica começa com uma análise dos gêneros de vida: “delimitar primeiro um certo tipo de gênero de vida, de povoamento ou de ocupação do solo e em seguida investigar em que medida corresponde (ou não) à infraestrutura física.” Ao que ele completa que o caminho inverso também é possível. (MONBEIG, Correio Paulistano, 20 de outubro de 1944).

Contemporâneo de Monbeig, em 1947, Pierre Gourou, elabora uma pequena síntese na coleção “Colonies et empires” na qual declara que a zona tropical, onde o calor se combina com a humidade de maneira quase que permanente, constituindo um cenário de insalubridade, determina a pobreza na fertilidade dos solos, sendo, por isso, fatores limitantes para o povoamento do homem branco nessas zonas (ROBIC, 2006a, p. 156). Pierre Gourou está inserido numa longa duração das leituras negativas sobre o Trópico, como bem notara Monbeig em algumas de suas palestras. Ele irá concordar com este cenário?

²⁶³ Lembremos que as monografias regionais não estudam regiões fechadas, mas um conjunto regional.

Podemos dizer que é justamente por ter estudado a parte do Brasil mais dinâmica, a mais moderna e por ter valorizado este dinamismo, que Pierre Monbeig contribuiu a manter uma imagem positiva da tropicalidade²⁶⁴ (GOMES, DROULERS, 1996b, p. 264).

Tal como Gourou, Monbeig reafirma constantemente a ideia de um determinismo inicial. Para ele, as relações entre o homem e o meio têm origens pretéritas marcadas por um determinismo do meio sobre o homem. Contudo, na sua concepção, a história concorre a enfraquecer esta relação. Dessa forma, ele reitera constantemente que, uma coisa é a origem dos fenômenos geográficos pautados pela tropicalidade, outra coisa, é a manutenção de relações sociais ainda determinadas por relações arcaicas. Se a origem das relações sociais é marcada por um determinismo direto, é preciso quebrar uma sequência de causas e efeitos, de forma que a manutenção deste estado de coisas seja uma opção da sociedade.

Assim como entendeu Gourou, Monbeig também acredita que os gêneros de vida das regiões que estudou eram pobres no seu processo adaptativo, marcadas pelo nomadismo. Diferentemente da afirmação de Andrade de que Pierre Monbeig não utilizou o conceito de gênero de vida para analisar a zona pioneira (1994), ele reafirmou que, num mundo marcado pela mobilidade, a constatação do nomadismo não é algo menor, essa é uma das mais pesadas heranças do gênero de vida sobre a estrutura econômica. Os dados do gênero de vida devem ser levantados pois conduzem à compreensão das relações entre os homens (no plural) e os meios (também no plural) ao longo da história, do ponto de vista da *formação de densidade, do seu enraizamento e de sua flexibilidade*. Para Monbeig, os principais dados do gênero de vida são o *habitat*²⁶⁵, as casas (MONBEIG, Correio Paulistano, 23 de dezembro de 1944), os tipos de cultura e suas técnicas (MONBEIG, Correio Paulistano, 28 de janeiro de 1945), e os tipos de propriedade, “ninguém negará, portanto, a relação que existe entre as formas de propriedade e as condições geográficas” (MONBEIG, Correio Paulistano, 2 de fevereiro de 1945). Esta concepção do gênero de vida, em que se veem misturados dados do homem biológico e do homem econômico, é já uma readaptação do conceito. O homem em contato com a natureza foi caracterizado de maneira abundante pelos alunos de Monbeig (caiçaras,

²⁶⁴ “On peut dire que c’est justement pour avoir étudié la partie du Brésil la plus dynamique, la plus moderne et pour avoir mis précisément en valeur ce dynamisme, que Pierre Monbeig a contribué à entretenir une image positive de la tropicaliser”.

²⁶⁵ O enfoque sobre o *habitat* não era uma exclusividade das formulações de Brunhes. Em 1937, Albert Demangeon “era curador de uma exposição sobre a casa rural francesa no Musée d’Art Moderne e de ensaios sobre o assunto que junto a outros, marcaram época (...)” (SALGUEIRO, 2006b, p. 109).

caipiras, sitiantes etc). Já o homem econômico (no caso do capitalista, aquele que detém o capital e controla as ferrovias, construtor, portanto, de uma “região ferroviária”) é um homem relativamente livre dessas determinações e ele também se apresenta em diversos tipos (plantador, meeiro, parceiro, agricultor, capitalista, etc).

Esse levantamento de dados, ou em outras palavras, um levantamento dos diferentes enquadramentos geográficos, é seguido por uma compreensão do modo como eles se articulam em dada realidade. Essa articulação seguia a concepção de Albert Demangeon, que via uma topografia do espaço em que o meio físico, o meio geográfico e o meio econômico estavam sobrepostos.

Na perseguição de um enquadramento geográfico regional, ou seja, na intenção de articular os fatores naturais e os fatores humanos, ele reafirma esta sobreposição específica: primeiro, a geografia física, depois, a geografia agrária, por fim, uma geografia econômica e urbana, industrial, determinada pelos meios de transportes: “Depois da geografia agrária, vem a geografia da circulação” (MONBEIG, Correio Paulistano, 10 de fevereiro de 1945). Ver-se-á que os conjuntos regionais nem sempre possuem encaixes concordantes na topografia da realidade geográfica.

Quando tentar compreender como esses espaços diferenciados se articulam concretamente no terreno brasileiro, Pierre Monbeig vai perceber uma especificidade do Brasil. Aqui, grande parcela do espaço ocupado é construído por encaixes discordantes da região econômica, de cima para baixo e os processos naturais só ganham sobrevida em momentos de crise. Vidal de la Blache já acentuara a importância da precedência urbana na construção dos espaços americanos (VIDAL DE LA BLACHE, s/d).

Pierre Monbeig percebe então que, no Brasil, o estudo das trocas e da circulação, de homens e de capitais, das redes, bem como dos sistemas urbanos, estão na base da compreensão dos processos de sua colonização. Isso não o faz alterar *radicalmente* a organização de sua tese segundo os modelos das monografias regionais, ou seja, alterar o método de exposição, mas uma ordem cognitiva diversa dos fatores é plenamente consciente. Daí seu método de investigação se iniciar por uma análise da circulação dos homens e de seus capitais.

2.3.- Terceira etapa. Encontrar as interações das relações sincrônicas, das articulações e dos desequilíbrios regionais

Ao principiar por um levantamento de dados através do trabalho de campo, ao comparar os enquadramentos regionais e, depois, *logo após a compreensão dos eixos concordantes e discordantes causais entre esses enquadramentos*, Pierre Monbeig compreende à necessidade de extrair as *interações causais dessa superestrutura* que é determinante em relação aos outros enquadramentos geográficos, ou seja, submeter a análise diacrônica às relações geográficas sincrônicas. Então, ele avança para uma análise sistêmica desse conjunto regional. Essas análises pressupõem trocas, dinamismo e desequilíbrios internos entre a massa de homens e a massa de capitais.

O capital é expansivo e é a partir dele que se constroem as redes. No Brasil, logrou usufruir de técnicas demasiado primitivas para dar impulso à destruição das florestas, ocupando espaços vazios. Para isso, o capital se vale da existência de população ainda influenciada por gêneros de vida primitivos que povoam as áreas vizinhas às florestas (o sertão), aumentando a sua capacidade de exploração.

Ao constatar o extremo dinamismo da sociedade brasileira, Monbeig tentou entender o seu funcionamento antes de dar um outro passo metodológico. O encadeamento de que se revestem os processos dinâmicos é um dado essencial da especificidade dos lugares no complexo geográfico de Pierre Monbeig, quando esses processos são colocados em movimento a partir de forças externas ao território. É esta ordem que revela a especificidade dos territórios em contexto de expansão dos capitais. Assim, ele associa a análise sincrônica à análise diacrônica, tendo aquela a precedência sobre a última. Monbeig procura primeiro as razões da mobilidade..

No capitalismo tardio brasileiro, a *primeiro ator local desse encadeamento*, e que avança sobre o território, é o capital financeiro. Ele chega *antes* do pioneiro na colonização dos espaços. Ele precifica a terra. Ademais, detém informações privilegiadas sobre o traçado das ferrovias: é a captura do Estado pelas elites. O pioneiro, marcado pelo nomadismo dos gêneros de vida, chega *depois* da precificação, atraído pela ilusão das terras virgens. Ele compra a terra, derruba a floresta e estabelece seu roçado. Para tanto, contrai empréstimos com os bancos, controlados pela mesma classe de capitalistas, o que vai diminuir constantemente seus ganhos. Após o trabalho do pioneiro, ele vende a terra ao fazendeiro, sem ganhos suficientes, e é o fazendeiro que vai comprar uma terra

sabendo que será valorizada pela construção das ferroviárias, depois que a massa dos pioneiros já fez o trabalho de derrubada da floresta.

Sem condições de manter a sua produção, só resta aos pobres pioneiros a migração para novas terras. Daí deriva que o pioneiro tenha uma mentalidade aventureira, malgrado esta mentalidade ser consequência das impossibilidades ditadas pela estrutura criada pelo capital. Trata-se de tentar romper em novas terras as amarras daquilo que não conseguiu romper no primeiro sítio. É uma esperança.

A mentalidade aventureira é fruto da influência do nomadismo, de uma estrutura espacial de espaços abertos, terras disponíveis, bem como da aquiescência do Estado e da sociedade à lógica da produção exploratória, que dificulta a democratização da terra e a sedentarização dos desprovidos de capital, mesmo que essas terras, paradoxalmente, abundem.

Seria mister talvez lembrar as necessidades financeiras do sitiante e a organização do crédito agrícola para subvencionar essas necessidades. Raramente se lhe apresenta outra possibilidade além da de dirigir-se a capitalistas, cujas exigências são desastrosas. Resta ao sitiante apenas uma solução, que lhe dá ânimo: a ilusão de que mudando-se para outro lugar, deixando um sítio por outro, as coisas melhorarão. Quando se vem a saber que, em algumas regiões, que são as mais pobres e, tecnicamente, as menos evoluídas de São Paulo, tôdas as colheitas são compradas por um único negociante e todo crédito depende dêsse mesmo negociante, compreende-se melhor a situação. É um raio de luz que se projeta na paisagem. (MONBEIG, 1957a, p. 217).

A abundância da terra, o vazio demográfico, a monopolização dos benefícios da malha ferroviária, o tipo especulativo de exploração do capital e os gêneros de vida instáveis, resultam na mobilidade do pioneiro, e, de igual modo, no surgimento mentalidade que o impulsiona a reproduzir o ciclo. O capital, que já é flexível, procurando soluções para aumentar margens de lucro, é facilitado pela abundância de terras e de mão obra empobrecida. Jogando com as facilidades do avanço da franja pioneira e com gêneros de vida tropicais primitivos (normalmente nômades), ele os subjuga, novamente, ao seu movimento.

Esse mecanismo de exploração gera a superpopulação das metrópoles, com o êxodo se dando também em direção dos centros urbanos, quando da saída dos capitais para outros domínios. “Fatigado” pela consequência do uso de técnicas primitivas, com o empobrecimento dos solos, o capital concorre para dificultar a fixação. Um movimento

cíclico, uma vez mais, se renova. Observe-se que Monbeig, nesta etapa do método de investigação, procura compreender esse dinamismo e sua disposição no espaço.

Sem dúvida a industrialização, visivelmente engajada, fora favorecida pelo crescimento demográfico, mas dois fatores agiram simultaneamente: a transformação do trabalho no campo no estado de São Paulo, onde pequenos produtores e rendeiros foram **expulsos das suas terras, e a abertura de novas frentes pioneiras** no mesmo estado e no estado vizinho do Paraná. (...) Grandes contingentes de mão-de-obra foram assim liberados e disponibilizados para o crescimento urbano ou **para a migração para outras frentes pioneiras** [grifos nossos] (QUEIROZ, 1991, p. 59-60)²⁶⁶.

Logo se percebe que, no Brasil, país de fronteiras abertas à demanda do mercado mundial, este complexo é perturbado por forças externas, como bem notou Roncayolo, não chegando a um estado de equilíbrio. No topo do sistema, as forças produtivas são novamente animadas por um renovado ciclo de alta de preços internacionais do café. Na base, o esgotamento dos solos tem como artífice a técnica destrutiva dessas populações e a abundância de terras.

Há então um revigoreamento da demanda externa e o desgaste do solo, mas não só. O novo ciclo produtivo age sobre novas terras e coloca mais mão de obra nessa orquestração, aumentando o poder de atração da franja pioneira em relação a força de trabalho sertaneja e empobrecida. As populações, dessa maneira, não se estabilizam e são marcadas pelo êxodo. A reincidência constante da exploração da mão de obra, através da injeção de outros homens, gera uma instabilidade do mercado de mão de obra e é uma especificidade da leitura geográfica e sistêmica de Monbeig sobre o Brasil:

A marcha geográfica da frente dos plantadores de café está na lógica desse fenômeno, desse movimento histórico contínuo. Mas a esses tempos determinados concomitantemente pela natureza do território e pelas formas de exploração, ritmos de certa forma ‘interiores’, somam-se as flutuações da conjuntura exterior. A frente pioneira se constitui e evolui, assim, na articulação de tempos locais e de tempos do comércio internacional – articulação entre escalas deste fato. Numa linguagem mais científica, poderíamos dizer que a colonização das terras e a expansão do café constituem **um sistema aberto**, em transformação contínua, sustentada ao mesmo tempo por suas próprias características, de origem endógena (conquista do colo, povoamento e

²⁶⁶ “Sans doute l’industrialisation, visiblement engagée, avait-elle été favorisée par la croissance démographique, mais deux facteurs avaient agi concomitamment : la transformation du travail dans les campagnes que connaissait l’État de São Paulo, où les petits producteurs et les métayers étaient expulsés de leurs terres, et l’ouverture de nouveaux fronts pionniers dans ce même état et dans l’État voisin du Paraná. (...) D’importants contingents de main d’ouvrent se trouvaient donc libérés et disponibles pour la croissance urbaine ou pour la migration vers fronts pionniers”.

deslocamento das populações, atração exercida pelos lucros obtidos da fertilidade de novas terras), e pelos mercados, de dimensão mundial, fator exógeno. O sistema, assim, jamais chega a um estado de equilíbrio [grifos nossos] (RONCAYOLO, 2006, pp. 120-121).

Após a análise das causalidades da dinâmica interna das regiões, em termos de movimentação de homens e de capital, veremos que Monbeig compreende este complexo em camadas de determinações hierárquicas (uma dominação do homem sobre o homem), considerando que características de ordens econômica e sociológica ajudam a compor dinâmica cíclica. A história, então, concorre para explicar a evolução desse conjunto.

2.4.- Quarta etapa. À dimensão sincrônica segue a dimensão diacrônica: evolução, ciclos e conjunturas

Inserida em um movimento de expansão do Atlântico, esta expansão depende em parte da história interna dos centros. São os ciclos do capitalismo. Quando a economia mundial cresce, avoluma-se a demanda por produtos tropicais, e a colonização no Brasil avança em um novo ciclo de acumulação. Quando a economia se retrai, encolhe-se também a demanda por produtos tropicais, irrompendo a possibilidade para construção de outro movimento histórico interno no Brasil. Chamamos esses movimentos, que são consequência da demanda e da expansão, respectivamente, de “processos capitalistas” e “processos naturais”.

Hervé Théry foi quem lançou luz sobre a originalidade da abordagem cíclica na obra geográfica de Pierre Monbeig²⁶⁷. O Brasil leva à compreensão desses ciclos, uma vez que todo o seu dinamismo econômico, se deu, desde o século XVI, na conformação dessas variações conjunturais: “Usar como articulações essenciais as crises econômicas, era outra [ousadia]. E tentar construir toda a análise das franjas pioneiras em torno de três cortes históricos (1900, 1929, a época presente) era uma terceira ousadia: a análise geográfica – ou seja a relação com os elementos naturais aparece apenas depois, mas ela é coração do propósito.” (THÉRY, 2009, p. 51).

Para Queiroz Neto, Pierre Monbeig consegue perceber que a periodização da história econômica do Brasil se dava conforme os “ciclos” do café. Sob dependência

²⁶⁷ Em uma conversa com Paul Claval, o eminente geógrafo me informou que a análise cíclica dos processos econômicos foi essencialmente utilizada pelo economista e historiador J. Lúcio de Azevedo, no seu livro “Época dos Portugal Econômico”. A abordagem aparece no índice: 1. “A monarquia agrária”, 2. “Jornada de África”, 3. “A Índia e o ciclo da pimenta”, 4. “O primeiro ciclo do ouro”, 5. “O império do açúcar”, 6. “idade do ouro e diamantes”, 7. “No signo de Methuen”. Fomos conferir: a data da edição do livro em 1929.

externa, uma boa situação econômica no centro impele a ciclos de expansão. Esse primeiro movimento expansivo se deu ao longo da Baixada Fluminense, seguindo depois em direção ao Espírito Santo, sul de Minas e Vale do Paraíba (QUEIROZ NETO, 2009, p. 42).

Com um novo surto, o processo de expansão transpõe o planalto paulista, quando advêm as primeiras instalações em Campinas, que ainda se faz com escravos (QUEIROZ NETO, 2009, p. 42). Posteriormente, no último quartel do século XIX, e após a abolição do tráfico de escravos, os fazendeiros vão ocupar as novas zonas com imigrantes brancos do sul da Europa e investirão parte de seu capital na construção de ferrovias. Por fim, uma nova expansão serve-se de mão de obra nordestina e japonesa, desde o início do século XX (QUEIROZ NETO, 2009, pp. 42-43). Para construir tamanho empreendimento, desde o princípio, foi preciso que os fazendeiros tomassem o Estado²⁶⁸.

Quando o capitalismo se expande, há um movimento dos homens em três direções: a primeira direção é a continuidade da expansão na vanguarda da zona pioneira com a abertura de um novo ciclo de especulação e exploração. Trata-se do momento de construção da via férrea, desbravamento das florestas pelos sitiantes e expansão da grande propriedade (movimento de expansão capitalista). A outra direção, porém, se dá na retaguarda. Com espaços mais circunscritos e técnicas menos modernas, a retaguarda das zonas pioneiras recebe parte dessa mão de obra empobrecida ou itinerante. A economia, de alguma forma, se mantém pelo suporte da ferrovia. Com menos recursos, essas zonas que são chamadas de “velhas” tendem a ter a propriedade mais dividida e a produção voltada para o mercado interno e para a indústria (são os processos naturais) e também por um isolamento relativo, pois a malha ferroviária atinge preferencialmente algumas propriedades (normalmente as maiores) em desfavor de outras. Um terceiro movimento ressoa na metrópole, que se industrializa. É o processo de urbanização das grandes cidades.

Não obstante, há igualmente o momento de revolução. Quando o café entra em crise definitiva, os processos naturais são observados também na vanguarda da zona

²⁶⁸ “As grandes famílias ainda vão concorrer para a implantação do café nas Terras Roxas, os Toledo Piza em Jaú, com mais de 1 milhão de pés, os Silva Prado em Ribeirão Preto, com mais de cinco milhões de pés de café. Passam a dominar o cenário econômico e político nacional, controlando a propriedade das terras, o comércio e a exportação (as casas comissárias), construirão ainda o sistema de transporte com a implantação das estradas de ferro, iniciarão a importação do trabalhador livre. Monbeig mostra que o interesse político coletivo do Estado passa a se confundir com os interesses dessa classe social (...)” (QUEIROZ NETO, 2009, Pp. 43-46).

pioneira. Caso haja a possibilidade de manter a produtividade, há novamente outra expansão. Mas, se essa expansão já não é mais possível, ou seja, não há benefícios possíveis para ir tão longe frente à queda dos preços, então a fragmentação da propriedade se dá também na vanguarda da franja, que se integra à estabilidade e à construção de mercado da zona velha, observando-se um processo de nivelamento e sincronização mais acentuado do sistema regional em função do mercado interno.

No pensamento de Monbeig, os “Brasis” moderno e arcaico articulam-se no processo de valorização e desvalorização das terras (em que a mão de obra é cada vez mais atraída para as novas zonas), pela mentalidade bandeirante, pelo ciclo pedológico, pela alta ou queda dos preços internacionais, e pela migração do sertão e da metrópole. Na retaguarda desse processo, o envelhecimento das antigas zonas reproduz um modelo histórico mais estável, favorecido pelo que resta das linhas ferroviárias e circunscritas pela dinâmica interna; no seu ponto de origem, o planalto paulista que abriga a metrópole também se alimenta da dinâmica da zona pioneira, pois o empobrecimento do operariado da frente agrária, desprovido de terras, alimenta uma migração constante aos centros urbanos em industrialização progressiva.

Fundadas essas análises, Monbeig consegue medir a temporalidade da exploração do trabalhador no Brasil. O que isso quer dizer? O trabalhador brasileiro, assolado pelos fatores do nomadismo da força de trabalho, passa por um longo ciclo de exploração antes de conseguir fixar-se ou na pequena propriedade, ou como proletariado urbano. Este ciclo, segundo as considerações de Monbeig, dura em torno de 40 anos. Quais são as consequências dessa afirmação? Monbeig elabora uma leitura geográfica da relação de exploração do sistema capitalista no Brasil, explicando o seu atraso relativo frente a um desenvolvimento do mercado interno e dos processos naturais de colonização desse espaço.

Em síntese, a consequência mais marcante desse sistema regional são a instabilidade e circulação sincrônica da mão de obra e dos capitais. O capitalismo aproveita da má condição dos gêneros de vida da região tropical, assolados pela fome, pelas doenças, e pelo nomadismo. Usa essa mão de obra barata para a abertura da floresta e nas fazendas em momentos de bonança. Aproveita-se da condição geográfica de fronteiras abertas. Com o poder do Estado, eles conseguem especular sobre as terras vazias, através da manipulação dos traçados das ferroviárias, sem que esse processo seja percebido pelo pioneiro, que sonha com melhores condições de vida sobre terras que ele

pensa estarem relativamente disponíveis. Com baixo capital, são obrigados a vendê-las, seguindo ora para frente, ora para trás, após terem derrubado a mata. Para frente - para novas zonas e, para trás - para a metrópole, proletarizando-se.

Só quando o capitalismo entra em crise, uma brecha se abre nesse sistema. O pequeno capital encontra melhores oportunidades, o mercado interno melhora sua equalização, as regiões são mais circunscritas e a industrialização é favorecida. Pierre Monbeig modelizou e articulou esses processos regionais.

Mesmo que ele não tenha explicitado a intenção de produzir um modelo, todas as variáveis para a sua construção encontram-se no interior de sua obra. Veremos que, se no método de pesquisa, os valores de um discurso literário já não se reproduzem, no método de exposição, eles estarão ainda presentes, valorizando as características específicas das paisagens brasileiras. A citação abaixo resume essa geo-história que relaciona tempo e espaço em dois modelos complementares e divergentes de ocupação do território em função dos ciclos, articulando então a análise sincrônica, à análise diacrônica:

É fácil entender que o paradoxo é apenas aparente. A agricultura e a sociedade rural de países tropicais apresentam dois aspectos que se opõem radicalmente, pelo menos na maioria dos casos. De um lado, a agricultura de subsistência tradicional praticada por grupos humanos com técnicas arcaicas, velhas estruturas e uma economia local ou doméstica. De outro, um setor que se interessa menos pelos mercados nacionais do que pelos internacionais. Sua agricultura comercializada atrai investimentos e se beneficia com os progressos da ciência e da tecnologia agrônoma. Utiliza uma mão-de-obra operária mais do que camponesa, porém ainda ancorada às formas de pensamento tradicionais. Coexistem assim uma agricultura 'desenvolvida' e uma agricultura 'subdesenvolvida'. É precisamente essa dualidade que constitui uma das formas de subdesenvolvimento da zona intertropical, ao mesmo tempo em que é uma das causas essenciais. (IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG. Sem título. Sobre a subalimentação no mundo intertropical. Caixa 5, doc 14. SD)²⁶⁹.

²⁶⁹ "Il est facile de comprendre que le paradoxe n'est qu'apparent. L'agriculture et la société rurale des pays tropicaux présentent deux aspects qui s'opposent de façon radicale- au moins le plus souvent. C'est d'une part l'agriculture vivrière traditionnelle que pratiquent des groupes humains aux techniques archaïques, aux structures anciennes et aux économies locales, voire domestique. L'autre secteur regarde moins les débouchés nationaux que les marchés internationaux. Son agriculture commercialisée attire les investissements et bénéficie des progrès de sciences et de la technique agronomique. Il occupe une main d'œuvre ouvrière plus que paysanne mais mal dégagée des modes de penser traditionnels. Ainsi coexistent une agriculture 'développée' et une agriculture 'sous développée' C'est précisément ce dualisme qui constitue l'une des formes du sous-développement de la zone intertropicale, en même temps qu'il en est l'une des causes essentielles".

Na citação precedente, deixa-se entrever, da mesma forma, que o movimento histórico, quando vinculado a uma ambientação fechada, circunscrita ao local, desenvolve processos similares a um modelo natural.

2.5. Quinta etapa. Por fim, a análise sociológica: os modos de pensar impulsionam a colonização

Sem entrar nos pormenores, já argumentamos que Pierre Monbeig observa o século XX marcado pela possibilidade de intervenção do homem na construção dos espaços e na direção da economia: “os sucessos urbanos eram ao mesmo tempo o triunfo dos indivíduos e, em tal sentido, a geografia humana da franja pioneira é o fruto da sua estrutura social e econômica.” (MONBEIG, apud NOGUEIRA, 2013). A captura do Estado, principal agente econômico do século XX, é passo essencial para comandar esses processos.

O programa de estudos sobre a psicologia dos povos se tornará fundamental a partir dos trabalhos de Durkheim (‘Répresentations individuelles et représentations collectives’) e Halbwachs (‘Les cadres sociaux de la mémoire’). (OZOUF-MARIGNIER, 2006c, p. 62). Ao lado de psicólogos como Charles Blondel e Henri Wallon, serão eles que se tornarão inspiradores do desabrochar da história das mentalidades, produzidas por Lucien Febvre e Marc Bloch (OZOUF-MARIGNIER, 2006c, p. 62). Os fundamentos dessas histórias das mentalidades, das representações e das sensibilidades, estão em vias de elaboração na época de Monbeig. Sua impressão era que a incorporação destas abordagens em trabalhos geográficos constituía uma novidade para época:

(...) fiquei muito surpreso, quando fiz minha tese, em ouvir os colegas mais novos que eu elogiarem certos pontos do meu trabalho. Disseram-me, por exemplo, que eu tinha inovado ao dar tanta importância à evolução do preço do café, enquanto que aquilo me parecia tão óbvio: lá, era evidente. Mas ninguém na minha defesa de tese, nenhum membro do júri, disse nenhuma palavra - seja de louvor, seja de crítica - sobre as poucas páginas que eu havia consagrado à psicologia bandeirante. Eu tinha a impressão de que aquilo era uma novidade, e que eu provavelmente levaria um tapa na mão, ou então, ao contrário, que me elogiariam. (MONBEIG in BATAILLON, 1991, pp. 31-32)²⁷⁰.

²⁷⁰ “(...)j’ai été très surpris, quand j’ai fait ma thèse, d’entendre des collègues, plus jeunes que moi, m’en dire du bien sûr certains points. Par exemple, ont m’est dit que j’avais innové en attachant tellement d’importance à l’évolution du prix du café, alors que cela me paraissait tellement évident : là-bas, ça crevait les yeux. Et personne, à ma

À diferença de Braudel, a geo-história de Monbeig, sendo também uma geografia do movimento, é uma geografia que pretende contribuir com os tomadores de decisão. Trata-se, portanto, de uma metodologia já adaptada ao terreno brasileiro em que fora elaborada, uma vez que a conjuntura de emergência de um Estado popular, planejador e de ascensão da cidadania: o segundo governo de Getúlio Vargas.

Mas, ainda nesse momento, não se pode falar de uma geografia aplicada. Aziz Ab'Saber rememora que Monbeig costumava alertar os geógrafos brasileiros, não sobre uma, mas sobre várias aplicações possíveis da geografia: “Em um congresso de cientistas franceses, Pierre Monbeig defendia a ideia de que existem aplicações de ciências e não apenas um caso solista de aplicação de uma ciência” (AZIZ Ab’SABER, 1994, p. 231). Em outras palavras, tratava-se de compreender que em cada lugar havia uma aplicação possível da geografia, mas que isso só poderia se dar a partir de uma teoria geral. A compreensão geográfica da colonização de Monbeig desemboca em uma *teoria geográfica regional do desenvolvimento brasileiro*, que se direciona no sentido de valorizar todas as capacidades intrínsecas das suas regiões, e pela crença de que os indivíduos, em pleno século XX, tomaram os rumos da história, ainda que de maneira dependente e adaptativa às condições naturais.

Nesse domínio, se os espaços brasileiros são conformados segundo a vontade de certos homens, é claro que estes homens devem ter “modos de pensar” sintônicos com o processo de colonização. Marie-Vic Ozouf-Marignier lança luz: “Monbeig afirma toda a importância que atribui à consideração das ‘atitudes mentais’, julgando que elas constituem um propulsor essencial dos modos de ocupação do espaço e devem, portanto, ser objeto de pesquisas da geografia humana” (OZOUF-MARGNIER, 2006c, p. 59). Nas próprias palavras de Monbeig: “o que se pretende é que sejam associados mais freqüentemente o estudo dos modos de pensar e o dos gêneros de vida.” (MONBEIG, 1957c, p. 32).

Associar o modo de pensar ao gênero de vida é uma maneira de ver a Geografia Humana dialogar com outras ciências sociais. Na opinião de Ozouf-Marignier, Monbeig promove uma importante associação entre o meio natural e os gêneros de vida através das mentalidades. Incorporando, neste ponto, as contribuições de Jean Brunhes, Monbeig

soutenance de thèse, aucun des membres du jury, ne m’a dit une parole, soit de louange, soit de blâme, pour les quelques pages que j’avais consacrés à la psychologie Bandeirante. J’avais l’impression que c’était une nouveauté, et que j’allais probablement me faire taper sur les doigts, ou bien, qu’au contraire, on m’en dirait du bien”.

aceita que as diferentes estratégias adaptativas, em meios físicos semelhantes, podem ser explicadas a partir das heranças das atitudes mentais (OZOUF-MARIGNIER, 2006c, p. 64-65). Os indivíduos tiveram um papel crescente nos rumos da história.

A eficácia desses dons individuais e dessas influências pessoais não pode ser subestimada: ela se irradia livremente numa sociedade em que o controle administrativo e a direção política ainda permanecem nas mãos de uma minoria que frequentemente confunde seu enriquecimento com o da coletividade'. Em seguida, por um fenômeno de contágio e de entusiasmo coletivo, a especulação atrai a especulação, e um sistema de publicidade efetivado por intermédio de agentes, de jornais e de cartazes garante a ocupação do loteamento, que logo dá lugar à cidade. O impulso das cidades, portanto, é fruto de iniciativas individuais e de circunstâncias econômicas e sociais, muito mais do que de condições naturais. Assim, evitando a deriva de uma caracterologia temerária ou de biografias isoladas, Monbeig propõem à geografia 'levar a sério os atores e as situações', a fim de explicar ao mesmo tempo o processo de colonização e o desenvolvimento urbano (OZOUF-MARIGNIER, 2006c, pp. 84-85).

Se pensarmos que a obra de Monbeig é elaborada para a análise do século XX, não seria ela a dar continuidade ao programa de pesquisa estabelecido pelos Annales? Monbeig, sem negar a visão de Braudel sobre a pouca margem da ação política no século XVI, mas concebendo o seu crescente papel, não teria produzido análise complementar à do historiador, mas abordando um momento diferente da história? Não fındaríamos este tópico sem reiterar a postura crítica de Monbeig ao modo capitalista de exploração e a valorização política que confere aos atores.

Porém, Pierre Monbeig, como vimos, não concebe uma geografia aplicada (com o homem ditando regras próprias à organização do espaço), mas uma geografia inserida em seus condicionantes naturais. Não prescinde do caráter sintético da disciplina como um cruzamento entre as ciências naturais e humanas, frente à demanda dos planejadores. Em 1943, ele participa de cursos de inverno na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro (SALGUEIRO, 2006c, p. 205) em que profere algo que poderia ser considerado um manifesto, *La crise des sciences de l'homme*, contra a segregação entre as disciplinas: "As diferentes ciências do homem não estão ainda organizadas, seja no seu próprio domínio, seja nas suas relações mútuas. Isso se manifesta claramente pela excessiva fragmentação" (MONBEIG, 1943, p. 42)²⁷¹.

²⁷¹ "Les différentes sciences de l'homme ne sont pas encore organisées, soit dans le domaine propre à chacune, soit dans leurs rapports mutuels. Cela se manifeste clairement par leur excessive fragmentation (...)"

Monbeig percebe que a Geografia é ameaçada por este novo paradigma das relações científicas: “Não cabe à geografia, cujo valor essencial ainda está no fato de ser uma possibilidade de síntese entre as ciências sociais e as ciências naturais, que seja ameaçada por uma segregação abusiva, que lhe seria provavelmente funesta” (MONBEIG, 1943, p. 43.). Ele mantém seu estatuto metodológico ímpar. Mesmo que o método de investigação seja bastante modelar, o método de exposição vai continuar a ser bastante literário, ao não abolir o determinismo natural, em benefício da ação do homem. Monbeig elabora *uma teoria regional da colonização que leva em conta os condicionantes naturais*, e um *modelo* que não é apenas essencialmente *urbano* (lugar que é expressão da vontade humana), mas sim um modelo do funcionamento de todas as *áreas de modernização do capitalismo tardio brasileiro* (litoral, metrópole, cidade e zona pioneira), em que a vontade humana está limitada por algumas imposições da natureza, ainda que com graus crescentes de liberdade.

3- A contribuição metodológica de Pierre Monbeig concebida a partir dos estudos brasileiros: a geo-história do capitalismo periférico e a lógica de suas estruturas causais

Na geo-história, a geografia vem antes da história. E isto não é pouco. Vimos que Pierre Monbeig vêm elaborando, ao longo do tempo, uma teoria da colonização dos espaços, segundo uma sugestão do próprio Vidal, ao ressaltar a importância do estudo da expansão dos gêneros de vida. No que tange a esta relação entre a geografia e a economia, é interessante notar que, desde o fim do século XIX, sob a pena de Vidal de la Blache, ensaia-se construir um patamar profundo da história do homem que reconheça determinações mais lentas do que os do homem político ou do homem econômico. Vidal utiliza o termo “civilização material” (1994) para relatar essas profundezas. Max Sorre fala dos fundamentos biológicos da Geografia Humana.

Pierre Monbeig corrobora com a visão de um homem biológico na base de uma topografia da realidade. Assim, o vetor externo e o vetor interno se conjugam também em patamares, numa topografia da realidade, tal como já havia preconizado Albert Demangeon (e cuja lógica do raciocínio foi aproveitada por Monbeig):

Inicialmente, consideremos a 'região geográfica', isto é, a unidade regional onde se processou a síntese entre as condições físicas e os fenômenos humanos. Num quadro natural bem determinado desenvolve-se um complexo de atividades humanas que

apresenta uma certa harmonia com as condições do meio físico-biológico. Somente após uma necessária e longa experiência do meio se chegou a esta espécie de equilíbrio perfeito. Da pré-história às últimas décadas, pode-se acompanhar às apalpadelas, os malogros e os êxitos dos grupos que se sucederam neste quadro e que lhe completaram a conquista, depois de ter com tamanha intensidade e por tanto tempo, agido sobre meio a ponto de, de certo modo, terem-no criado de novo. (MONBEIG, 1957d, p. 142).

Para compreender os encaixes regionais e sua disposição na superfície da Terra, pensemos nas camadas de deposição que se acumulam no relevo²⁷². Não é diferente com a produção do homem sobre a superfície da Terra, pensam os franceses. Numa camada inferior, as regiões naturais, e em uma camada superior, as regiões econômicas, são encaixadas na superfície da terra de maneira discordante. No meio de ambas, uma região humana ou geográfica. Enquanto uma evolução natural se encaixa em uma região natural, precedente o meio físico na determinação do meio geográfico através de relações causais diretas, as relações são de ordem causais lineares e determinadas (reina um determinismo do meio físico ao meio geográfico). Numa camada superior, a região econômica possui um encaixo específico: ela se enraíza no meio natural nos seus pontos de fronteira, onde o homem deve ultrapassar os obstáculos e toca o solo apenas nesses pontos (que Monbeig identificará como sendo as cidades). Esta camada “sobrevoa” essas regiões naturais e geográficas e, via de regra, unifica duas unidades discordantes, possui uma dinâmica cíclica e é organizada *não em torno de relação determinadas de causa e efeito, mas em torno de interações cíclicas*. Não esqueçamos, todavia, que essas unidades econômicas se associam, da mesma maneira, com outras combinações do meio físico, os istmos e as linhas comunicação: “O estudo das vias de acesso é particularmente sedutor nos grandes vales dos principais rios, cujo papel como via de penetração através das zonas distintas é antiga e ativo” (MONBEIG, Correio Paulistano, 20 de outubro de 1944).

Esta estrutura causal topográfica não seria a ideia de um complexo geográfico?

O que caracteriza o estudo geográfico é, pois, o fato de ser constituído por conjuntos complexos, ‘combinações geográficas’, para citar a fórmula do professor Cholley. Mas tais combinações têm um substrato sólido: a Terra. E isso não quer dizer apenas a superfície acidentada do solo, mas também o subsolo, as plantas, o clima, o meio biológico. É preciso ver como e por que existe tal combinação geográfica nesse determinado ponto do globo em que se localiza. Ela ocupa uma certa parte do espaço; impõe-se ao meio natural e é ao mesmo tempo, consequência dele. Transforma-se sem

²⁷² Esta observação da realidade em camadas já fora formulada por Vidal de la Blache. Para aprofundar o tema da geo-história em Vidal ver LIRA, 2013.

cessar, pois o que vive é dinâmico: é preciso portanto ver também de que maneira esse complexo evolui e quais as causas que o movem. (...). Se, desde então, todos os conhecimentos científicos e suas aplicações técnicas progrediram bem além do que seria de se esperar, nossa inquietação cresceu terrivelmente. Guerras, revoluções, fome, desemprego, vida em campos de concentração, aniquilaram toda a tranquilidade (...). Se não duvidamos do poder sobre a natureza que nos confere a ciência, o homem torna-se o centro de nossa preocupação (MONBEIG, 1957e, p. 13).

Seu raciocínio causal, ao incorporar a análise sincrônica, traça “combinações” e “interações” no topo da hierarquia, e “causas e efeitos”, na base. Se se tem, por fim, uma concepção de história evolutiva, mobilizam-se concepções relacionais de causa e efeito: “Imediatamente, aparecerá a ideia da multiplicidade das causas tanto quanto de seus efeitos” (ALVES, FERREIRA, 2011)²⁷³. Se se trabalha com a concepção de uma história extensiva, mobiliza-se um raciocínio em avanços, recuos e equilíbrios do sistema. Essas mudanças de equilíbrios são determinadas pelos ciclos. Por fim, se há um pressuposto topográfico, mobilizam-se noções de possibilidades, interações, combinações, além de hierarquias.

Dessa maneira, Pierre Monbeig faz um triplo movimento: primeiro, ele encaixa a região econômica sob uma camada mais duradoura e, o fazendo, articula suas proposições ao acúmulo teórico da geografia clássica, cujas relações diretas entre o solo e o homem foram amplamente debatidas (lembramos do esquema do raciocínio causal linear nos primeiros estudos de Monbeig sobre a região parisiense, apresentados no primeiro capítulo). Depois, ele a sobrepõe a uma nova camada de colonização, dominada por forças econômicas e com estrutura interna cíclica, como nós aludimos. Por fim, sua inovação, em contato com o terreno brasileiro, consistiu em perceber que, no Brasil, a circulação e a região econômica estão na base da construção dos espaços de colonização do capitalismo tardio, desenvolvido no Brasil após o fim do século XIX.

Esses espaços de colonização são construídos, portanto, de cima para baixo e com base em relações cíclicas: “O papel reconhecido dos transportes na estruturação do espaço nas franjas pioneiras explica por que Pierre Monbeig reconhecia neles a primazia na formação das regiões ou esboços de regiões” (THÉRY, 1991, p. 88)²⁷⁴. Portanto, no

²⁷³ “Cabe ao geógrafo explicar esta localização, procurar-lhe as conseqüências, examinando as relações, ações e interações que unem uns aos outros os elementos constitutivos do complexo geográfico. Complexo geográfico, sim, porque se localiza e porque implica em ações recíprocas' mutáveis do meio natural e do meio humano” (MONBEIG, 1957e, p. 9).

²⁷⁴ “Le rôle reconnu aux transports dans la structuration de l'espace des franges pionnières explique que Pierre Monbeig leur reconnaisse la primauté dans la formation des régions, ou d'ébauches de régions”.

Brasil, as redes chegam antes da construção regional por contiguidade e a história é marcada pela forma cíclica. Mas as disposições espaciais são complementares, de forma que na retaguarda do ciclo de exploração, o sistema econômico, ainda constrangido por dinâmicas endógenas, desagua em processos civilizacionais, ou processos naturais, de forma retardatária.

A estrutura causal topográfica que unifica as lógicas do meio físico e do meio econômico (ou, lógicas lineares ou sistêmicas) como modelo espacial da geo-história não é uma ideia original. A originalidade foi saber sintetizar essas lógicas. A geografia vidaliana antecipara as principais contribuições de uma série de correntes atuantes no começo e meados do século XX, e teve um grande impacto na configuração das ciências sociais na França. Em relação a Monbeig, a herança vidaliana o levou a uma posição destacada frente aos principais progressos das ciências humanas²⁷⁵. A geografia não tardou a entrar no arco das inovações mais importantes das ciências sociais nas décadas de 30 e 40.

Se fizermos uma sobreposição da organização em patamares topográficos: da extensão e densidade desses patamares, das suas lógicas sincrônicas e diacrônicas e dos vetores externos e internos que os movem, deslinda-se que cada região foi medrada na combinação específica de todos esses elementos, o que conduz à percepção de diferentes combinações desse complexo geográfico. Ademais, essas combinações não são estáticas.

Desse modo, segundo Roncayolo, são os ciclos pedológicos e econômicos que alternam os vetores territoriais de diferentes espaços desse sistema regional concebido topograficamente (RONCAYOLO, 2006, pp. 120-121). As crises colocam os homens e as coisas em movimento, acentuando a característica já nômade do gênero de vida que está na base no raciocínio topográfico de Monbeig e gerando momentos de expansão e nova sincronidade. Assolado por crises, no topo do sistema (fronteira de expansão do capitalismo), o Brasil é dominado pelo movimento. Ele articula suas áreas pelo êxodo dos trabalhadores (tal como a transumância, na concepção de Braudel, unificava a montanha e a planície).

²⁷⁵ François Dosse, historiador francês em *A História em Migalhas - Dos Annales à Nova História*, defende que um dos campos principais que os Annales pretendiam sintetizar em busca da renovação da história é o da geografia vidaliana, juntamente com a economia e a sociologia de Durkheim. Segundo Dosse, a revista dos Annales, da qual Braudel fora diretor da chamada 'segunda geração' (a partir de 1956), tinha como uma das perspectivas mais importantes "fixar a escritura histórica na permanência, na longa duração, em contato com a geografia' [...]" (Dosse, 2003, p.119).

Elaboramos aqui um primeiro esboço de um modelo sistêmico da organização regional do Brasil a partir da articulação das franjas pioneiras com outras paisagens brasileiras – chamamos de *modelo regional das franjas pioneiras (ou de regiões abertas) e das áreas de modernização em capitalismo periférico*. Para nós, esta compreensão geoeconômica e géo-histórica do Brasil, antecipa, na verdade, uma interpretação geográfica do subdesenvolvimento. Esta modelização é parte de estrutura causal topográfica. Ele se reproduz no topo.

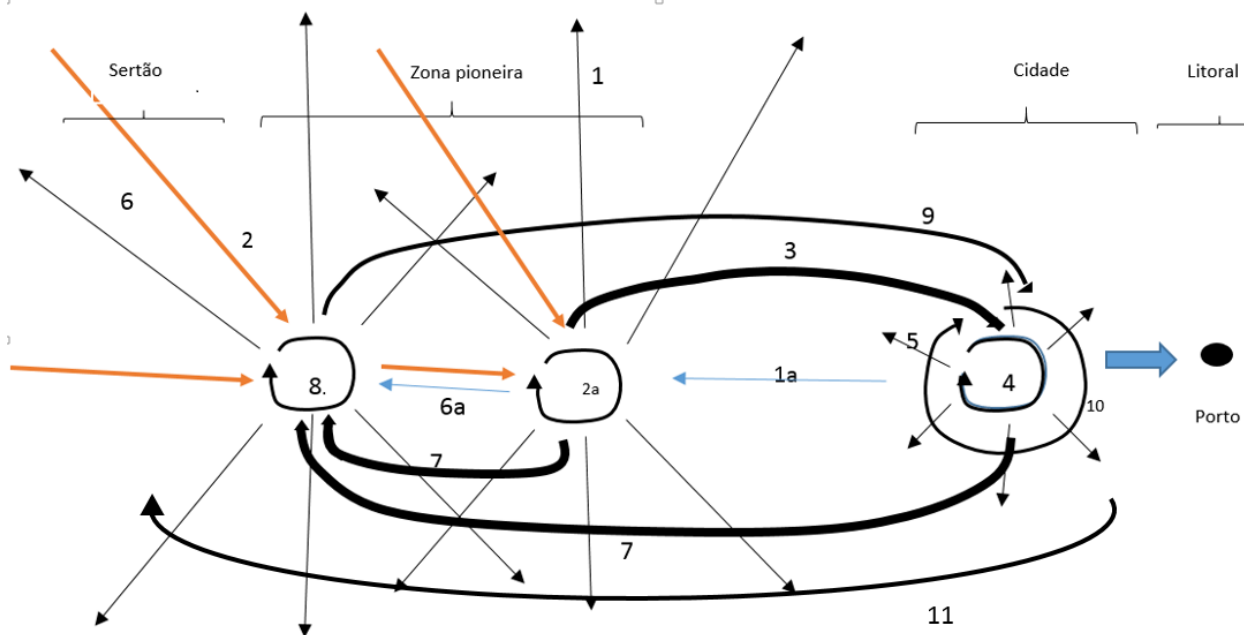


Figura 15. Estrutura causal de tipo cíclica. Figura: Esboço de estrutura causal de tipo cíclica que ocorre no topo da estrutura causal topográfica como modelo de funcionamento do sistema regional de regiões tropicais abertas, pressionadas pela demanda externa dos seus produtos – esta é, ao mesmo tempo, uma interpretação geográfica do subdesenvolvimento, por Pierre Monbeig (Concepção: Larissa A. de Lira)

Legenda: 1- Alta dos preços do café, forte de manda externa; 1a – Construção de ferrovias, fundação de uma boca do sertão/cidade; 2- Atração da mão de obra e dos produtos sertanejos pela boca do sertão, criação de um mercado; 2 a- Boca do sertão: primeiro ciclo de esgotamento dos solos; 3- Êxodo rural para a cidade (que também pode direcionar-se diretamente para a próxima boca do sertão); 4- Primeiro ciclo de crescimento da cidade e industrialização pela mão de obra migrante; 5- Demanda por produtos manufaturados no interior do sistema – consolidação de um mercado interno microrregional; 6- Nova alta dos preços do café – princípio do desequilíbrio do sistema; 6 a- Avanço da ferrovia, fundação de nova boca do sertão/cidade; 7- Êxodo rural para a nova boca do sertão – desequilíbrio do sistema: chegada de mais mão-de-obra do sertão ou estrangeira; 8- Nova boca do sertão, novo ciclo de esgotamento do solo; 9- Novo ciclo de êxodo rural; 10- Novo ciclo de crescimento da cidade/industrialização; 11- possibilidade de recomeço de um novo ciclo se a demanda externa se renovar e se houver ainda espaço. Os produtos da zona pioneira vazam do território pelo porto.

A abordagem cíclica no âmbito da Geografia Humana, com determinações do meio apenas em pontos de contato, já aparecia nos estudos de Pierre Monbeig sobre a

Espanha. Aqui, o modelo torna-se mais complexo. O que observamos nessa modelização geográfica do funcionamento regional do Brasil é que ela se constitui em ciclos dentro de ciclos, que não se fecham e que não atingem um equilíbrio sistêmico (ver seta 11). Já argumentamos que, para Daniel Loi, a geografia clássica usou de um raciocínio majoritariamente linear (LOI,1982, 1985), tendo, portanto, o raciocínio sistêmico de Monbeig, entabulado sobre as determinações do espaço brasileiro, uma provável originalidade.

Voltando ao modelo, propomos que nossa exposição siga cotejada com a figura da estrutura causal em espaços abertos. Cronologicamente, o ciclo determinante e básico é o da demanda externa, que é um ciclo econômico em escala global (seta 1). Dentro do território, essa demanda gera um ciclo de exploração de terras, mas o solo logo se esgota (ciclo 2a). Começa, então, o êxodo (seta 3) e o ciclo de crescimento da cidade (ciclo 4), o que promove uma industrialização com produtos manufaturados voltados ao mercado interno (seta 5). Mas, com a demanda externa se renovando (seta 6), e com a existência de espaços vazios, a nova boca do sertão atrai mais mão de obra (seta 2 vermelha), amplia o sistema e recomeça o seu desequilíbrio, ao injetar mais mão de obra vinda do sertão, no seu interior, renovando o ciclo geográfico de exploração.

Basicamente, o ciclo não se fecha pelos seguintes motivos: esgotamento dos solos, possibilidade de avanço sobre o espaço, renovação da demanda externa e nova onda de mão de obra empobrecida do sertão. Esse equilíbrio poderia ser atingido se o mercado interno fosse suficientemente forte para fixar o trabalhador à terra ou à grande cidade. Mas a formação do mercado interno é periférica neste sistema e as crises no Brasil (econômicas e pedológicas) são uma constante, sendo elas as geradoras do movimento.

As estradas, para Monbeig, poderiam garantir essa fixação. Explicita-se, por fim, que neste sistema de Pierre Monbeig consegue-se realizar uma interpretação do espaço brasileiro que unifica 4 tipos de regiões: o litoral, a cidade, a zona pioneira e o sertão. Para completar, esta demonstração do desequilíbrio sistêmico do território brasileiro é um primeiro esboço de um modelo de compreensão geográfica do subdesenvolvimento e há ilações de como, a partir desse modelo, o próprio subdesenvolvimento possa vir a ser superado.

Na verdade, para Monbeig, nos interstícios da exploração capitalista, desenvolve-se uma sociedade que se esforça por oferecer respostas aos obstáculos que lhe fazem face.

Na zona pioneira também se constroem fortunas civilizacionais e zonas de povoamento, além da exploração. O equipamento industrial, ligado às cidades, é o elemento mais notável desta luta. Ele significa romper com esta vinculação extrema ao mercado mundial e ao comércio exportador. Um melhor conhecimento da terra se verifica.

Riqueza efêmera, essa da franja pioneira, poderá objetar-se. Mas, lá foram construídas fortunas muito sólidas. No século passado, ensinaram elas a construção de estradas de ferro; e neste século, não deixam de concorrer para o equipamento industrial do Brasil. Portanto, o país inteiro ganha com essa riqueza. O fato de haver um grupo financeiro brasileiro adquirido, durante a guerra mundial, a empresa britânica no norte do Paraná, evidencia a ligação cada vez mais íntima entre o mundo dos negócios, o da indústria e o das empresas de colonização interna. Entre a franja pioneira e as indústrias das grandes cidades, estabelecem-se relações cada vez mais estreitas: para o Brasil, passou a hora em que toda a produção se destina ao comércio exportador; têm os produtos da terra um mercado nacional que se alarga, de ano para ano. A economia pioneira só tem a lucrar com essa evolução, pois ficará assim menos exposta às crises da economia mundial. (MONBEIG, 1984, [1952], p. 391).

Um melhor aproveitamento do meio, segundo Monbeig só irá se aprofundar quando houver um fechamento da fronteira, estabilizando a demanda externa e bloqueando o ciclo geográfico de exploração. Assim, o êxodo poderá finalmente estabilizar-se na cidade como mercado para indústria nacional. Toda a exposição de Monbeig virá a comprovar tais hipóteses. E virá, assim esperamos, também comprovar a nossa: de que o estudo de Pierre Monbeig está voltado à compreensão de uma civilização brasileira nascente, com tudo o que uma nova Geografia Humana pode dispor para compreendê-la.

O problema da conservação das riquezas naturais, e da restauração das regiões envelhecidas é agora encarado pelos meios urbanos, como pelos plantadores clarividentes. (...). Virá a desenhar-se uma espécie de retorno da marcha pioneira, por uma renovação do povoamento e uma retomada da agricultura nas velhas zonas? Não é de se rejeitar essa eventualidade. (...). **Mas tal renascimento só poderá vir depois que a marcha pioneira tenha atingido seus limites.** [grifos nossos] (MONBEIG, 1984, [1952], pp. 391-392).

Na passagem de sua obra acima, Monbeig anuncia que a teoria da colonização não será mais apenas compreendida em um sistema aberto (como observamos ele desenvolver até aqui), mas igualmente em um sistema fechado, ou seja, quando a franja pioneira atinge seus limites que impedem a continuidade da expansão geográfica.

4- Uma leitura geográfica do subdesenvolvimento brasileiro: uma geografia voltada às demandas práticas e à superação das dificuldades nacionais

Antes de entrarmos em nossas demonstrações sobre como a geografia de Pierre Monbeig produz uma leitura geográfica do subdesenvolvimento, gostaríamos de expor uma divergência de leituras. Como sustentar posições teóricas de tipo progressista em se tratando de um personagem supostamente apolítico, liberal, como sustenta parte da historiografia brasileira? (Cf. BRAY, 1983). Há um grande equívoco em associar Pierre Monbeig ao liberalismo econômico. Em primeiro lugar, as relações que Monbeig mantinha com a elite paulista, como sustenta Nogueira (2013) em nada confirmam sua postura ideológica. Ninguém que tenha amigos ou parceiros de determinada classe ou posição política pode ser reduzido à tal, ainda que acreditemos que esta elite tenha mantido alguma vigilância sobre a produção dos franceses (como se demonstrou no caso da expulsão de Lévi-Strauss da FFCL)

Além disso, quando Pierre Monbeig observa que parte da burguesia nacional esteve empenhada na modernização capitalista e territorial do Brasil, ele não o faz esquecendo o lado perverso deste movimento: a captura do Estado, a exploração da condição empobrecida do sertanejo e do imigrante, a falta de democratização da terra, o desmatamento acelerado, são por ele assinalados. Essa burguesia nacional, ilustrada e liberal, no seu afã de modernização, salvo situações que não puderam controlar (caso de Lévi-Strauss) tolerou as visões críticas dos professores no seio da FFCL, mesmo sendo os seus mantenedores.

Quando ele descreve cientificamente o processo de modernização do território brasileiro, mesmo que liderado pelos fazendeiros, ele não está elaborando uma justificativa científica aos que se consideram os arautos da modernização, afinal, o cenário é socialmente mais complexo. A análise de Monbeig revela determinações econômicas das relações sociais e é plenamente condizente com a compreensão da estratificação social nas sociedades brasileira e paulista. Reproduzimos aqui a citação em que formulações contrárias às nossas são expressas. Apesar da beleza do texto, tais observações relevam pouco intimidade com a obra de Monbeig e com a tradição francesa de geografia:

Monbeig não falava de recordações socialmente diferenciadas, mas de uma história unificada que comporta os brasileiros em geral. Em momento algum ele se interrogou sobre a presença eventual de memórias contraditórias e estratificadas mesmo em termos de uma escala reduzida, como nas áreas de frentes pioneiras. Aqui encontram-se muito nitidamente alguns dos limites cognitivos da tradição de pensamento geográfico relacionada com Vidal de la Blache, Jean Brunhes e Lucien Febvre, mestres evidentes de Pierre Monbeig: a coisificação do gênero humano como essência que se manifesta através de entidades como Nação, Região, Civilização e assim por diante. Anula-se, nesta via, as diferenças socialmente construídas. Busca-se identidades, experiências coletivas indiscriminadas, processos capazes de permitir a singularização de uma pequenina e mapeável humanidade nacional. (GONÇALVES, 1998, p. 46-47)

Ao contrário do que se veicula, o pensamento de Monbeig se torna progressivamente mais explícito em seus modelos, junto com o acréscimo de crítica ao desajustamento que o capitalismo especulativo provoca no Brasil. Assim, de outro lado, esclarecer os métodos vai se tornando também progressivamente imperioso no contexto da instalação do pensamento crítico, ao contrário do que ocorre na predominância da consciência conversadora no pensamento, como demonstrou Mercadante:

Em geral, não contém a mentalidade conservadora, por si própria, predisposição teorizante. Parte de uma pragmática de que não cumpre divagar sobre as situações em que se encontram os homens naturalmente ajustados. Dir-se-ia não haver problemas equacionado numa ordem natural das coisas, e eis a justificativa de um estado de espírito despido de inquietações. As reações conservadoras diante dos fatores imanes e situações determinadas consistiriam em atitudes habituais, e nesta situação o pensamento tranquilamente aceita o existente, como se fosse a exata ordem das coisas e do mundo (MERCADANTE, 1972, p. 217).

No Brasil, o movimento operário vem ascendendo desde a década 30, mesmo que, em 1941, a maior parte dos militantes comunistas, parte deste concerto, estejam presos e foragidos. Desde a criação do Ministério do Trabalho, em 1930, as leis sociais, nas palavras de Carone, se acumulam, todas em atendimento às necessidades legais do movimento operário. Leis sobre horas de trabalho, acidentes, salários, associações, carteira profissional, organização sindical, etc, se consolidam, até o documento produzido por Arnaldo Sussekind, Dorval de Lacerda e J. de Sagadas Vianas, dirigido ao presidente da República, que ficou conhecido como “consolidação das leis de trabalho”, publicado em 19 de abril de 1943 (CARONE, s/d, p. 555-556). De outro lado, cresce o movimento pela Democratização do país e pelo fim da ditadura do Estado Novo. A situação contestatória aumenta (CARONE, s/d, p. 111-112).

Esta abertura política brasileira faz parte de um movimento internacional pelo desenvolvimento dos países latino-americanos. Logo depois das reconstruções de guerra, o baixo desempenho das exportações latino americanas ainda calcadas em produtos primários, após o acordo de Bretton Woods, motiva uma reação em seus respectivos países. “O despreparo das economias latino-americanas para cumprir as perspectivas do novo sistema financeiro internacional do segundo pós-guerra, fosse em relação à imediata convertibilidade das moedas (...), ou à conquista do equilíbrio no comércio exterior (...)” levou as Nações Unidas a montar uma comissão para compreender os caminhos do desenvolvimento da região (DALIO, 2014, p. 28). A CEPAL (Comissão Econômica das Nações Unidas para a América Latina) foi criada em 1948, tendo Celso Furtado como um dos seus integrantes.

Mesmo que Monbeig não tenha mantido contatos ainda mais estreitos com o economista, não há dúvidas que ele encontrou Celso Furtado “nos corredores” do IHEAL – Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine. Ambos mantinham ainda contatos com intelectuais que frequentavam ambos seus círculos de afinidades, como com François Perroux. A emergência de Furtado e da CEPAL no cenário intelectual internacional é um sinal dos tempos.

Um aluno de Monbeig pôde constatar que havia um processo de fortalecimento de um espírito crítica da intelectualidade geográfica francesa que não se contradizia com a herança da geografia clássica (MAMIGONIAN, 2005, pp. 206-207). Pierre Monbeig está plenamente ciente de que os países subdesenvolvidos multiplicam seus esforços para se verem livres das heranças coloniais, lutando para desenvolver suas economias à altura da mundialização:

A geografia econômica do café reflete perfeitamente o mundo atual: dela apreendemos aquilo que subsiste ainda de uma época em que os grandes países industrializados do hemisfério norte dominavam as economias e exploravam os recursos dos países tropicais. Mas, ao mesmo tempo, esta geografia permite medir os esforços dos países subdesenvolvidos para se libertarem ao preço de mil dificuldades.” (MONBEIG, 1954, p.285)..

Os cenário internacional e nacional vivem um contexto de democratização, tanto no aspecto político quanto econômico, após as medidas anticíclicas e de reconstrução de guerra. No Brasil, o movimento de esquerda se fortalece e, na França, importantes intelectuais do círculo de Monbeig tomam partido de ações radicais. Não há como não

pensar que Monbeig também não se situe nessa transição dos discursos. Ele é um geógrafo crítico, atento aos processos sociais brasileiros e franceses, fincando suas raízes sob os terrenos seguros de uma geografia que o seduziu desde a primeira juventude.

Ao contrário do que veicula parte da historiografia, Pierre Monbeig toma para si a tarefa de compreender a condição socialmente desigual da sociedade brasileira. Para ele, o desafio do desenvolvimento brasileiro é, em primeiro lugar, *instalar infraestruturas* que permitam que toda a população possa conviver sob o domínio de uma mesma temporalidade, promovendo uma *transformação do plantador em camponês*, mais arraigado ao solo e *criando um mercado interno*. Além disso, o fortalecimento do mercado interno seria uma maneira de amortecer os reveses sofridos a partir dos ciclos econômicos internacionais. Para Monbeig, a criação do mercado doméstico se dá como consequência direta dos “processos naturais” e eles só poderão ser favorecidos com o fechamento da fronteira.

No ano de 1945, Pierre Monbeig pronunciará um ciclo de palestras promovida pelo Instituto I.D.O.R.T - Instituto de Organização Racional do Trabalho - junto a Caio Prado Jr, Aroldo de Azevedo e Alfredo Ellis Junior, denominado “O Brasil no após guerra”, onde ele discutirá, segundo o anúncio: “as condições gerais em que o advento da paz encontrará o Brasil e do que será necessário realizar desde já para que, afastados os obstáculos inevitáveis, possa o país tirar o máximo proveito das suas possibilidades” (O Estado de São Paulo, 04 de Dezembro de 1945, p. 9). A agenda da soberania e do desenvolvimento dos povos já está na ordem do dia da geografia francesa amplificada no Brasil:

Pierre Monbeig perseguia no Brasil uma via original e desenhava os contornos de uma geografia fora das contingências tradicionais da geografia colonial e menos marcada por um determinismo da tropicalidade, evoluindo em direção a uma geografia do desenvolvimento “ (DROULERS, 1991b, p. 40)²⁷⁶.

Há vários autores que nos fazem pensar que o cerne da leitura do subdesenvolvimento do Brasil é a sua relação de dependência com as conjunturas globais na longa duração, numa situação de fronteiras abertas. Sua história colonial e sua situação periférica conduz imperativamente a uma observação global. Fernando Novais chamou

²⁷⁶ “Pierre Monbeig suivait au Brésil une voie originale et dessinait les contours d'une géographie en dehors des contingences de la traditionnelle géographie coloniale et moins marquée par le déterminisme de la tropicalité, évoluant vers les questions de la géographie du développement”.

essa indissociabilidade entre metrópole e colônia de “sistema colonial” (NOVAIS, 1981) enquanto Alencastro nos conduz à demonstração de que o tipo de trabalho servil que predominou no Brasil possui suas raízes no conjunto do império colonial português (ALENCASTRO, 2000). Toda a economia brasileira se organiza com essa orientação econômica e geográfica. Até a estrutura social é condicionada (senhores de terras, escravos e grande monocultura) por essa orientação voltada para o exterior e pelo papel ocupado pelo Brasil de fornecedor de produtos primários no comércio internacional.

Caio Prado demonstra, aliás, que todas as demais atividades econômicas da colônia são subsidiárias da grande lavoura e que, sobretudo, essa condição “subserviente” é um traço de longa duração no processo de desenvolvimento do Brasil (PRADO Jr, 1989). Esse traço da economia e do território brasileiro é tão marcante que há teorias nacionais consagradas que se preocuparam em caracterizar o Brasil como um espaço de capitalismo dependente (FURTADO, 1965). Outros autores importantes do pensamento social brasileiro desenvolveram suas análises no século XX em campos disciplinares dos mais variados de forma a demonstrar que o subdesenvolvimento no Brasil se dá através de lutas políticas que não alteram o quadro de uma economia dependente (e.g. FERNANDES, 1968, 2006).

Ainda contrariamente ao que veicula parte da historiografia, Pierre Monbeig foi o responsável pela formulação de uma geo-história do capitalismo periférico a partir do Brasil. Além disso, a proposta de Monbeig incorria em uma reformulação das ferramentas cognitivas das ciências humanas, mobilizando raciocínios sincrônicos, diacrônicos e topográficos (articulando relações causais lineares, sistêmicas e cíclicas). Sincrônicos, na consideração da dependência externa e da complementariedade entre as regiões novas, velhas, litoral e a metrópole, em busca de equilíbrio. Diacrônicos, na consideração das conjunturas econômicas dos preços do café ao longo da história. Topográficos, no quesito da articulação hierarquizada entre o meio físico, geográfico e econômico, estando o homem biológico na base, e o homem sociológico e psicológico, na superestrutura, considerando a ação dos indivíduos e do Estado, no topo dessa hierarquia²⁷⁷.

²⁷⁷ O raciocínio topográfico também fora incorporado mais tarde por Fernand Braudel como uma herança da geografia francesa. Para ele, a realidade econômica pode ser organizada em diversos níveis, que ele sintetiza em três.: “Em suma, há uma hierarquia do mundo mercantil mesmo que, aliás como em qualquer outra hierarquia, os andares superiores não possam existir sem os andares inferiores que se apoiam. Não esqueçamos, enfim, que, mesmo abaixo das trocas, aquilo a que chamei de vida material, na falta de melhor expressão, constitui, durante séculos do Ancien Régime, a zona mais espessa de todas” (BRAUDEL, 1998, vol. 3, p. 8).

Quando Monbeig consegue modelar como o avanço da modernização - impulsionado por demandas internacionais ao se chocarem com as estruturas tradicionais- produz um desequilíbrio estrutural do território e que, além de tudo, retarda o processo de fixação do trabalhador e renova sua condição de exploração, além de retardar a formação de um mercado interno, através de processos naturais. Assim Monbeig esboça uma compreensão geográfica do subdesenvolvimento.

De outro lado, foi a compreensão dos determinismos iniciais do território brasileiro (e da valorização do princípio de extensão como ponto de partida) que levou Monbeig a construir uma geo-história do capitalismo periférico ou uma géo-história do presente de regiões abertas, vastas e continentais. Seus raciocínios sistêmicos comandaram a interpretação do desequilíbrio regional. Mas por outro lado, na Geografia Humana de Monbeig, mesmo numa Geo-história comandada por indivíduos, só há liberdade parcial. O homem não está livre dos condicionantes naturais. Há alguma esfera em que os valores literários se repõem? Sendo assim, como se define o paradigma geográfico adotado por Monbeig?

5.- As condições geográficas para o processo de desenvolvimento do Brasil: uma visão cada vez mais engajada

Feita esta longa exposição da geografia de Pierre Monbeig, cabe ressaltar que suas análises vão ao encontro de uma das mais importantes leituras da economia política do Brasil, produzida pela Cepal nessa mesma época, uma instituição célebre, cujos membros tentaram compreender os caminhos para a plena constituição da nação brasileira. Com concordâncias profundas, mesmo assim Pierre Monbeig se destaca dessa corrente ao assinalar que o processo de industrialização fora estimulado pelo crescimento urbano, dando feições essencialmente geográficas à análise.

A base da doutrina econômica da CEPAL reside no padrão de relações de comércio exterior entre os países do centro (industrialização) e os países da periferia (América Latina). Esse padrão, segundo o argumento, criou uma divisão internacional do trabalho que impôs aos países da periferia a especialização na produção de produtos primários para exportação para os países do centro, os quais, por sua vez, supriam de produtos manufaturados os países da periferia. Dentro dessa divisão internacional do trabalho, o padrão de crescimento dos países periféricos era 'voltado para fora', isto é, o setor exportador era predominante no processo de crescimento da renda interna com a procura externa funcionando como o 'motor do crescimento'. Nos termos da economia política da

CEPAL, o 'centro de decisão' da economia dos países periféricos ficava fora desses países, caracterizando-os como economias 'reflexas e dependentes'. A especialização na produção e exportação de produtos primários era incapaz de estimular o desenvolvimento industrial. Porém, a mudança para um novo padrão de crescimento, 'voltado para dentro', somente seria possível através da industrialização. Essa mudança, de acordo com a doutrina da CEPAL, ocorreu à medida que as economias dos países periféricos se ajustaram aos sucessivos desequilíbrios externos causados pelos choques adversos da Primeira Guerra Mundial, da Depressão da década de 1930 e da Segunda Guerra Mundial. No novo modelo de crescimento - voltado para dentro-, a variável endógena investimento industrial substitui a variável exógena procura externa como principal fonte de dinamismo e crescimento. Com essa mudança, o centro de decisão da economia dos países periféricos foi transferido para dentro desses países. Assim, a industrialização traria mudanças não apenas econômicas, mas também políticas e sociais. (SUZIGAN, 1986, p. 24).

Monbeig também não estaria plenamente consciente desses processos? Um prefácio de Luiz Gonzaga de Mello Belluzo para o livro de João Manuel Cardoso de Mello, “O capitalismo tardio”, oferece um excelente resumo das bases da contribuição da Cepal para compreensão do desenvolvimento brasileiro. O trabalho clássico do estudo cepalino foi publicado em 1949 sob o nome de *Estudio Economico da América Latina*. De acordo com este estudo, o bloqueio para constituição independente da nação brasileira residia no seu papel de quase exclusiva fornecedora de matérias primas a partir de uma divisão internacional do trabalho em que o Brasil se inseria como economia periférica.

A situação periférica do Brasil, ganhou expressão, sob a pena de Monbeig, na ideia de que o Brasil se posicionaria como uma economia anexa aos países de clima temperado, conclusão que Caio Prado Jr já teria antecipado. Do ponto de vista da Cepal, isso se exprimia no fato de que os centros de decisão da economia brasileira encontravam-se externos a ela (BELLUZO In MELLO, 1991, p. 10). Tal como Monbeig via uma saída para independência brasileira no crescimento da industrialização *urbana*, os estudiosos da Cepal asseguravam que só com a industrialização poder-se-ia converter o centro de decisão da economia nacional para o interior do próprio país.

Esta situação que tem, de um lado, economias industrializadas e, de outro, economias exportadoras de produtos primários, gerava um processo que os cepalinos chamaram de “deterioração das relações de troca” e que se explicava *pela lentidão* que o mundo industrial em países periféricos absorvia o excesso da população dedicada às atividades primárias, que, possuindo relativa abundância, tanto pela sua situação como região periférica, como pelo tipo de trabalho ao qual se dedicavam, pressionavam os

salários para baixo, enquanto no mundo metropolitano industrial, o investimento técnico crescente pressiona os preços dos produtos industriais para cima (BELLUZO In MELLO, 1991, pp. 15-16). Monbeig também notara a precariedade do trabalho na franja pioneira através da modelização das temporalidades de um ciclo geográfico de exploração, em que a fixação dos trabalhadores se retarda por que é consequência periférica da dinâmica da zona pioneira.

Quais eram, então, para os cepalinos, os gargalos do desenvolvimento e da industrialização brasileiros? Segundo Belluzo, seriam três: uma extrema associação ao mercado mundial que o tornava refém de uma demanda instável ("a industrialização periférica esbarra, ademais, no desequilíbrio entre as técnicas importadas e a relativa fragilidade da demanda" [BELLUZO in MELLO, 1991, p. 18]); uma mão de obra empobrecida, em que apenas uma parte pequena da população contava com poder aquisitivo, o que barateava os preços dos produtos primários e retardava o desenvolvimento de um mercado interno sólido; uma enorme defasagem técnica que tende a concentrar o ganho de produtividade dos produtos industriais sempre no centro e que proporciona termos desiguais de troca no âmbito da economia mundial "em outras palavras, há uma tendência à concentração dos frutos do progresso técnico nas economias centrais, e o mecanismo pelo qual isto se dá é a deterioração das relações de troca" (BELLUZO In MELLO, 1991, p. 16).

Monbeig analisou todos esses elementos, inclusive o da defasagem técnica, ao falar sobre a mecanização das fazendas. Na leitura da literatura da franja pioneira, que elaborou Raison, este autor conclui que " (...) a amplitude de terras novas disponíveis, a capacidade de dispor dessas terras, estão condicionadas pela distância tecnológica, política e econômica entre os 'autóctones' e os imigrantes" (RAISON, 1972, p. 374)²⁷⁸. Algo que também fora aparentemente lembrado por todos foi a importância da malha ferroviária como articulador do mercado regional interno, que Monbeig gostava de se referir como um estímulo a estabilidade de populações em regiões que se envelheciam. Já os cepalinos parecem não ter colocado grande acento na importância da abertura da fronteira, compreendida por Monbeig.

²⁷⁸ "(...) l'ampleur des terres neuves disponibles, la capacité de disposer de ces terres, sa fonction de l'écart technologique, politique, économique entre les " Autochtones" et les immigrants."

Mas vale lembrar, ainda, que, tal como os cepalinos, Monbeig também localizara um esboço de ruptura do dinamismo periférico, como que tendo se dado depois da primeira guerra mundial, com o crescimento acelerado da industrialização e da urbanização da cidade de São Paulo: “como foi corretamente observado por Topik (1980, p. 613): ‘percebendo que eram dependentes da importação de armas e materiais básicos tais como aço, carvão, cimento e soda cáustica, os políticos brasileiros [depois da primeira guerra] resolveram tornar o país mais auto suficiente nessas áreas’ (SUGIZAN, 1986, p. 43).

Contudo, é claro que a Cepal não ressaltou o lado geográfico deste processo, como a importância do fechamento da fronteira para o salto definitivo da industrialização urbana. O uso mais diligente da terra, da preservação do ambiente e do direcionamento do êxodo rural, entre outros elementos, ocorreria para Monbeig com o fechamento da fronteira, mesmo que por recursos governamentais de proteção da economia, e uma limitação geográfica à expansão do capitalismo internacional.

Ainda que saibamos que a Cepal via na expansão da lavoura cafeeira o primeiro dinamismo do processo de industrialização, era necessário que a balança pendesse definitivamente para a demanda urbana, caso contrário, esse processo jamais se completaria. Que não se conclua, contudo, que o processo de industrialização do Brasil é uma consequência direta ou contraditória do sistema agroexportador. Na verdade, fora necessário um amplo esforço de construção do Estado *Nacional* para que a produção industrial permitisse um salto qualitativo da economia brasileira:

Na industrialização retardatária, os obstáculos a transpor se tornariam muito mais sérios. Já não se tratava de ir aumentando, a saltos mais ou menos gradativos, as escalas de uma indústria existente, como ocorreu durante a Segunda Revolução Industrial. Ao contrário, o nascimento tardio da indústria pesada implicava numa descontinuidade tecnológica muito mais dramática, uma vez que se requeriam agora, desde o início, gigantescas economias de escala, maciço volume de investimento inicial e tecnologia altamente sofisticada, praticamente não disponível no mercado nacional, pois que controladas pelas grandes empresas oligopolistas dos países industrializados. (...). Nestas circunstâncias, o que se exige do Estado é bem claro: garantir forte proteção contra as importações concorrentes, impedir o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores, que poderia surgir com um sindicalismo independente, e realizar investimentos em infraestrutura, assegurando economias externas baratas ao capital industrial. Quer dizer, um tipo de ação político-econômica inteiramente solidário a um esquema privado de

acumulação que repousava em bases técnicas ainda estreitas. (MELLO, 1991, pp. 112-114).

Monbeig também se tornou consciente de que o processo de urbanização era uma consequência *indireta* ou periférica (para falar em termos espaciais) da expansão da monocultura cafeeira. A urbanização de São Paulo se faz com capitais nacionais e estrangeiros e se embasa, sobretudo, o crescimento da demanda de um mercado interno, e não externo. Já tivemos várias oportunidades de demonstrar que, para Monbeig, era o mercado interno que tanto fazia falta na estrutura capitalista brasileira. Em sendo assim, a marcha de expansão da fronteira agrícola, cujo epicentro era a zona pioneira, construía progressivamente as condições para inverter a preponderância do mercado externo, fortalecendo o epicentro da metrópole urbana, onde se constituía o mercado interno.

O período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de nascimento e consolidação do capital industrial. Mais do que isso, o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro gestou as **condições de sua negação**, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para que a economia brasileira pudesse responder criativamente á 'crise de 29'. De um lado, constitui-se uma agricultura mercantil de alimentos e uma indústria de bens de consumo assalariado capazes de, ao se expandirem, reproduzir ampliadamente a massa de força de trabalho, que já possuía dimensões significativas; de outro, forma-se um núcleo de indústrias leves de bens de produção (pequena indústria de aço, cimento etc) e, também, uma agricultura mercantil de matérias-primas que, ao crescerem, ensejariam a reprodução ampliada da fração do capital constante sem apelo às importações. [grifos nossos] (MELLO, 1991, p. 109).

Em franco diálogo com a obra cepalina, a síntese acima, formulada por Mello (1991) poderia muito bem ter sido inspirada na obra de Monbeig. E Monbeig ainda compreende a espacialidade desses processos. Ao elaborar com seus alunos uma teoria da colonização que possui disposição espacial específica, Monbeig teoriza que processos visto como historicamente contraditórios (Mello fala que o capital cafeeiro 'gestou as condições de sua superação') realizam-se em suas lógicas específicas em espaços diferentes, que constituem-se com epicentros distintos e concorrentes dessas lógicas específicas (a zona pioneira e a metrópole). Esses epicentros, ao se expandirem, disputam espaço em um jogo de forças. No começo, era a zona pioneira que predominava. Com o fechamento da fronteira, é a metrópole que passa a ditar as regras da dinâmica geográfica dessa vasta área de colonização. Para voltar aos termos da economia, outros importantes especialistas contemporâneos, para além da Cepal, também veem no processo de

industrialização do Brasil *que se urbaniza* um momento de inflexão do processo de construção de uma economia cuja base é voltada para dentro:

À medida que o complexo cafeeiro se desenvolve e gera um processo crescente de urbanização decorrente de atividades afins, do comércio, da indústria, etc. - o sistema reclama, também, a expansão da agricultura independente da atividade nuclear, ou seja, aquela que é feita fora da propriedade cafeeira, operando com seus próprios recursos físicos. Esta modalidade agrícola cresceu mais dinamicamente após 1900, período em que 'a expansão da cidade de São Paulo e de alguns outros núcleos urbanos paulistas se torna evidente. (CANO, 1983, p. 60-61).

Vimos que, para os fazendeiros, o controle do complexo cafeeiro era essencial num país de vastidão territorial. Para tanto, fora preciso tomar posse de quase todos os elementos do estado: a posse da terra, a propaganda, a importação de capitais estrangeiros, a condição econômica dos colonos imigrantes, o sistema ferroviário, a oferta de crédito, entre outros. Para além do fechamento da fronteira, é o trabalho assalariado o elemento, também compreendido por Monbeig, um outro fator fundamental para fazer pender a balança da organização da economia brasileira para satisfação do mercado interno:

Em síntese, o regime de trabalho livre possibilitou ao complexo cafeeiro, as seguintes e principais vantagens: a) a diminuição dos custos de produção cafeeira e o aumento de sua produtividade permitindo um uso mais intenso e extenso de equipamentos agrícolas; b) (...) aumento da renda em espécie (e também da monetária, quando existissem mercados para os excedentes agrícolas) dos colonos e implicou na diversificação agrícola do complexo; c) o regime de salários permitiu, ainda, o surgimento de uma ampla camada social com poder aquisitivo capaz de dilatar o mercado para bens de consumo corrente, ampliando, dessa forma, as oportunidades internas de inversão no complexo; d) proporcionou também o alargamento da disponibilidade de mão-de-obra para a expansão urbana-industrial (...) (CANO, 1983, p. 50).

No anseio de diminuir constantemente os custos e aumentar as margens de lucros, os cafeeiros, além de contratarem o trabalhador assalariado, querem se ver livres de mantê-los com seus próprios recursos. Ademais, caminha-se para o fortalecimento de um incipiente mercado interno, pois, progressivamente, vinculado ao desenvolvimento da cafeicultura, está a diversificação da agricultura paulista, que se expande vagarosamente à medida que se consolida o sistema do colonato²⁷⁹ (CANO, 1983, p. 60).

²⁷⁹ "Neste regime de trabalho, como se sabe, além do salário fixo e do salário variável pagos pelo fazendeiro ao colono, o proprietário ainda permitia que o colono plantasse e desenvolvesse pequenas criações, dentro da propriedade cafeeira, permitindo-lhe o plantio intercalado, nas "ruas" do cafezal, de arroz, milho e feijão, enquanto as plantas

Além disso, os fazendeiros abandonavam frequentemente as terras velhas, que eram ocupadas por personagens com menos capital, mas que começavam a se orientar cada vez mais para uma demanda a princípio restrita, a do consumo urbano: “As terras velhas eram vendidas a colonos que diversificavam a produção e se inseriam novamente numa economia de mercado.” (CANO, 1983, p. 57). Porém, como é próprio do sistema capitalista, seria preciso criar um mercado de trabalho excedente.

Não é difícil explicar o fenômeno: o café, o principal compartimento da economia paulista e também o maior empregador de força de trabalho; determinava a taxa de salários, que flutuava de acordo com seu movimento cíclico. Na expansão, ao promover um fluxo imigratório que excedia suas próprias necessidades, proporcionava um excedente de trabalhadores livres ao setor urbano. Na crise, não restava qualquer alternativa aos trabalhadores do café senão a de emigrar para as cidades, uma vez que os outros complexos exportadores eram incapazes de absorvê-los. (CANO, 1983, p. 230).

Tal como notara Monbeig, uma espécie de colonização de povoamento, com enraizamento mais efetivo no solo, vai se construindo nas brechas do sistema capitalista. O êxodo para a cidade é a expressão direta de um breve e temporário fechamento da fronteira agrícola (MELLO, 1991, p. 101). Antes disso, são as crises, como já apontamos, que tornam o processo de modernização do território brasileiro um misto entre processos econômicos e processos naturais. Na verdade, a colonização de povoamento age na brecha, nos períodos críticos, da colonização de exploração, mas que os processos naturais e econômicos, apesar de possuírem lógicas divergentes, se complementam na organização do espaço *em torno de disposições dos fenômenos centrais e dos fenômenos periféricos*. É como se as forças em jogo, entre uma colonização de povoamento, que tem o seu eixo de força na cidade, e uma colonização de exploração, que tem seu eixo de força na zona pioneira, disputassem um espaço vital, com avanços e recuos dos dois tipos de colonização, mediadas pelas crises econômicas e pedológicas.

[Depois das crises] nem todos os imigrantes que abandonam os cafezais se transformam em pequenos agricultores independentes ou deixam o país, mas, na verdade, uma parte deles emigra para os núcleos urbanos à procura de melhor ocupação, e com isso, deixam de ser produtores de alimentos, para se tornarem consumidores de alimentos, ativando assim essa demanda. (CANO, 1983, p. 61-62).

cafezeiras fossem pequenas e, muitas vezes, milho e feijão, mesmo quando o cafezal já era adulto” (CANO, 1983, p. 60).

Além disso, num momento em que o capital internacional tinha a premente necessidade de se expandir, o investimento em títulos do Tesouro brasileiro, contribuiu para fortalecer a marcha do governo em torno da melhoria dos serviços públicos, da expansão da eletricidade, do gás, dos bancos, das companhias de seguro (SILVA, 1976, p. 99), fortalecendo a urbanização e o desenvolvimento do mercado interno.

Um estudioso no tema do nascimento da indústria brasileira assegura que “o crescimento vertiginoso da eletrificação e da urbanização, elementos fundamentais para a indústria nascente, não podem ser entendidos sem que consideremos os progressos simultâneos da indústria. Ele é [o crescimento vertiginoso da eletrificação e da urbanização], ao mesmo tempo, condição e resultado dos progressos da indústria.” p. 99 (SILVA, 1976, pp. 97-99).

(...) é exatamente por volta de 1905-1907 que se dá o início daquilo que chamo de ‘grande salto quantitativo’ da indústria paulista. Entre 1907 e 1919, calculada a expansão industrial em termos nominais, a indústria de São Paulo crescerá 8,5 vezes, alterando sua participação no total da indústria brasileira, de 15,9% para 31,5% no período. A indústria do resto do país apresentaria resultados bastante inferiores, crescendo apenas 3,5 vezes e diminuindo sua participação, de 84,1 % para 68,5 %. A década de 1920 proporcionaria uma nova expansão da indústria paulista, igualmente defasada do crescimento do resto do país, consolidando, dessa forma, o processo concentrador. (CANO, 1983, p. 227).

Comparando tais conclusões com as do nosso geógrafo, parece ser justamente na década de 1920 que a agricultura paulista começa a sentir o fechamento da fronteira na franja pioneira. O café atingira seu limite geográfico. O êxodo se dirige à cidade. Será preciso intensificar os métodos, cuidar da terra, frente a uma demanda urbana, crescente e diversificada, e, principalmente, cada vez mais fortalecida. Com a proteção de Estado *nacional*, um outro produto passa a representar, como também salientou Monbeig, o processo de constituição de um novo padrão de acumulação do território brasileiro, pautado pelo crescimento urbano: o algodão. Sendo plantado no começo em áreas desprivilegiadas, o algodão vai ganhando cada vez mais espaço. Não é à toa que, frente a este contexto, Pierre Monbeig tenha notado que o algodão era cultivado, geograficamente, como um produto *em concorrência* com a plantação do café. Na verdade, ele representava um outro padrão de acumulação, voltado para dentro do país e um jogo de forças entre a zona pioneira e a metrópole paulista.

Durante o resto da década de 1930, a produção de produtos de algodão cresceu a taxas elevadas, particularmente antes de 1937 (...). Esse crescimento foi baseado em uma

utilização mais intensiva da capacidade produtiva existente, com a maioria das fábricas trabalhando horas extras (...). O produtor nacional era protegido contra a concorrência externa pelos elevados direitos de importação, e também pela desvalorização da taxa de câmbio e pelas restrições impostas ao mercado de câmbio. No fim da década a indústria de produtos de algodão estava satisfazendo inteiramente à demanda interna e também começava a exportar produtos de algodão para outros países da América do Sul. (SUGIZAN, 1986, P. 156).

Devido a esses incentivos e melhoria de qualidade (e com a ajuda trazida pela sustentação americana aos preços do algodão no mercado internacional), o cultivo do algodão teve um desenvolvimento extraordinário na década de 1930, especialmente no Estado de São Paulo, onde o seu cultivo substituiu, em parte, a agricultura cafeeira em crise (SUGIZAN, 1986, p. 323).

De um ponto de vista geográfico, Monbeig demonstrou que todas estas mudanças estavam ligadas às demandas do mercado nacional, mas, principalmente, eram subsidiárias ao fechamento da fronteira na franja pioneira: “a franja pioneira atingia seus limites quando da chegada de Pierre Monbeig: que belo tema de pesquisa para um geógrafo!” (DRESCH, 1991)²⁸⁰. O fechamento da fronteira agrícola determina uma reviravolta em favor da urbanização no momento exato em que o centro de decisão da economia brasileira volta-se para dentro, para falar nos termos da Cepal.

A não ser que os capitalistas encontrem outra forma de abrir novamente a fronteira, o Brasil poderia entrar, então, num processo de desenvolvimento, quiçá até sustentável. A fronteira aberta, com distúrbios no edifício social, com ascensões e decadências sociais em perspectiva, não permite uma estabilização social: “solidariedade [entre a cidade e a franja pioneira] com uma civilização que não pode cristalizar seus traços até que ela atinja suas fronteiras geográficas” (MONBEIG, 1953, p. 5)²⁸¹. O fechamento do espaço brasileiro coincide com seus processos de interiorização do comando da economia, com o avanço da colonização de povoamento, estimulada pela urbanização, com o crescimento da pequena propriedade, da agricultura de subsistência e mercantil, entre outros. A ciência também contribuiu para melhorar as condições de exploração do solo na zona pioneira:

²⁸⁰ “La frange pionnière atteignait ses limites à l'arrivée de Pierre Monbeig : quel beau sujet de recherche pour un géographe!”.

²⁸¹ “solidarité [entre a cidade e a franja pioneira] avec une civilisation qui n'a pas pu cristalliser ses traits qu'elle n'a pas atteint ses frontières géographiques”.

A ação do homem é nociva aos solos, tanto pela eliminação da floresta como pelo emprego cada vez maior do arado. Portanto, é lógico limitar uma e outras práticas, utilizar instrumentos simples, organizar uma espécie de rotação entre as culturas e a floresta e cultivar plantas com raízes longas, que contribuam para manter a circulação dos sais, das camadas profundas para a superfície. (...) Assim, o problema colocado pela intervenção desordenada dos homens só pode ser resolvido pela sua ação consciente e cientificamente organizada. Até agora houve descuido, mas eis que se divisa o final dos espaços ilimitados e, então, é tempo de o pioneiro ceder a vez ao agricultor. (MONBEIG, 1984, [1952], pp. 91-92).

Para Monbeig, num primeiro momento, é a urbanização que dá origem à industrialização, e não o contrário. E antes disso, quem estimulou a urbanização (indireta ou periféricamente) foi a franja pioneira (quando do fechamento temporário da fronteira, numa época de crise econômica ou pedológica). Contudo, em um dado momento, a industrialização e a vida urbana passam a inverter a balança das forças: “Uma indústria urbana nasce a partir da economia rural, que, pelas suas origens e por suas tendências, fornece à cidade forças inesperadas” (MONBEIG, 1953, p. 50)²⁸². Em um momento mais avançado, o campo passa a produzir de acordo com a demanda da indústria. O algodão, enquanto produto agrícola, é a expressão dessa transformação radical por que passa a região paulista:

No momento em que a Light começava a funcionar, as circunstâncias eram favoráveis ao nascimento da função industrial. Entre 1900 e 1906, passava-se por uma crise de superprodução de café. Parecia então essencial não ligar a economia de todo o país a uma única cultura comercial. O Governo Federal, apoiado pela opinião pública, preocupava-se em diminuir as importações, apoiando a criação de uma indústria têxtil nacional que trabalhasse com o algodão, produzido na época pelos estados do Nordeste. (MONBEIG, 1953, p. 52)²⁸³.

Enfim, será preciso ressaltar que Monbeig não vê o crescimento acelerado da urbanização sem ressalvas. Ele alerta sobre a possibilidade de um novo desequilíbrio: o esvaziamento do campo em todo o Brasil central. “Em breve, de Santos a Campinas teremos uma grande aglomeração que reúne já um terço do Estado. Os trabalhadores

²⁸² “Une industrie urbaine est née qui est bien solidaire de l'économie rurale, par ses origines et par ses tendances, et qui a fourni à la ville des forces inespérées.”

²⁸³ “Au temps où la Light se mettait à l'œuvre, les circonstances étaient favorables pour la naissance de la fonction industrielle. Entre 1900 et 1906 sévissait une crise de surproduction de café. Il parut alors indispensable de ne plus lier l'économie du pays tout entier à une seule culture commerciale. Le Gouvernement fédéral soutenu par l'opinion publique, se préoccupait de décharger les importations en soutenant la création d'une industrie textile nationale qui travaillerait le coton, alors produit par les États du Nord-Est”.

abandonam as plantações; os proprietários zonas pioneiras não hesitam em vender para emigrar para São Paulo”. (MONBEIG, 1953, p. 88-89)²⁸⁴. Se a cidade cresce em demasia, sem que a produção da zona pioneira próxima acompanhe esse crescimento, rompe-se novamente o equilíbrio regional do conjunto do Brasil.

Vendedora, a cidade de São Paulo exporta os produtos de sua indústria alimentar e sobretudo de indústrias químicas e mecânicas até os confins da bacia amazense, até o norte de Goiás onde ela se defronta com a concorrência dos produtos importados da Bahia, no estado de Minas, onde ela rivaliza com a indústria do Rio, a de Juiz de Fora e de Belo Horizonte, e para os Estado do Sul²⁸⁵ (MONBEIG, 1953, p. 86).

A cidade de São Paulo passaria então a representar para o conjunto do Brasil o que fora o mercado externo em tempos do avanço pioneiro paulista. Com o esvaziamento do campo, abrem-se novas zona pioneira em potencial, mas em uma escala mais vasta, na escala do Brasil. Essa nova zona potencial pode vir a ser um fator de desequilíbrio para as outras partes do país. A pergunta que fica, ao fim deste capítulo é: por que o Brasil não consegue encontrar sua estabilidade econômica, política e, principalmente, geográfica e regional na longa duração? Pierre Monbeig contribuiu para a formação da geografia brasileira em termos teóricos, estratégicos, institucionais, práticos e, principalmente, ofereceu-nos um método, a geo-história do capitalismo periférico, com base em raciocínios sistêmicos, que contribui a compreender o subdesenvolvimento e sua possibilidade de superação no âmago desse grande espaço continental.

A Geografia francesa precisou se renovar com a inserção do Brasil no seu espaço simbólico. Ocorreu uma passagem, por exemplo, da essencialidade da paisagem para os elementos que se coordenavam diferencialmente numa paisagem mundializada ocorreu. Uma rearticulação do ordenamento causal para uma complexa estrutura topográfica também se realizou. Uma inversão da precedência do sítio sobre a situação, da importância do processo econômico sobre o processo natural, da instabilidade intrínseca de regiões abertas foi igualmente verificada. Uma teoria dos espaços coloniais, mesmo que pautada sob embasamentos físicos, também ocorreu, bem como a compreensão de um modelo de desenvolvimento regional em espaços abertos e sua disposição espacial.

²⁸⁴ “De Santos à Campinas, bientôt ce ne sera pas vaste agglomération qui groupe déjà un tiers de là de l'État. Les travailleurs désertent les plantations; les propriétaires des zones pionnières n'hésitent pas à vendre pour émigrer à Saint-Paul”.

²⁸⁵ “Vendeur, la ville de São Paulo expédie les produits de son industrie alimentaire et surtout de ses industries chimiques et mécaniques jusqu'aux couffins du bassin amazonien, jusqu'au Nord de Goiás où elle se heurte à la concurrence des produits importés de Bahia, dans l'État de Minas où elle rivalise avec l'industrie de Rio, celle de Juiz de Fora et Belo Horizonte, et dans les États du Sud”.

Mas até este momento a escola brasileira de geografia era mais um “departamento francês de ultramar”, do que uma escola autônoma, como caracterizou Paulo Arantes. Florestan Fernandes vai se expressar através dessa imagem: “a Faculdade de Filosofia acabava sendo uma espécie de ponto menor de uma boa instituição francesa” (FERNANDES, 1975, p. 8).

Mas o momento de virada também vai ocorrer, o que vai lançar as bases para a autonomização da geografia brasileira, ao se municiar de uma teoria pertinente ao seu espaço nacional: uma geo-história. E assim, o Brasil induziu à Monbeig à formulação de uma geo-história com base em raciocínios sincrônicos. Todavia, há, ainda aqui, um campo de resistências: essa geo-história não fez tábula rasa dos condicionantes naturais. Isto não seria uma pedra angular de longa duração da constituição epistemológica da geografia francesa? Como alusões conclusivas, poderíamos afirmar que nem a geografia brasileira está formada antes de 1946 (quicá 1956) – com articuladores nacionais do discurso geográfico que dessem continuidade à pertinência de uma géo-história do Brasil -, nem a geografia vidaliana sofre alterações profundas na obra de Pierre Monbeig.

Capítulo 7

A resistência da expressividade literária e as particularidades do avanço do capitalismo no Brasil (1938- 1953)

Com a sensação crescente de que o mundo se constitui como uma civilização global, trabalhos como o do geógrafo americano Isaiah Bowman, apresentado em 1931 no congresso internacional da UGI, ratifica a regra pela exceção: apenas as zonas pioneiras fugiam da imagem de um mundo “fechado” (ROBIC, 2013, p. 14). Elas se alçam, a partir de 1931, à ordem do dia, como os últimos testemunhos do avanço da colonização de um mundo cada vez mais cerrado. Ora, na França, com a ascensão dos estudos medievalistas a datar da década de 1930, e com a forte propaganda que os *Annales d'Histoire* conferiram aos estudos destas zonas vivas, a ideia de que as zonas pioneiras se constituíam como “testemunhos” da formação de identidades e paisagens regionais, de uma sociedade cujos elementos estão decompostos, é bastante difundida, nos marcos do princípio da conexão do mundo, no tempo e no espaço.

Este mundo “fechado” está cada vez mais conectado a processos que criam equivalências de situações econômicas e sociais em ordem global. Não é à toa que as zonas pioneiras são vistas como “testemunhos”. É um testemunho do mundo sobre situações passadas (mesmo as mais distantes), ratificando que o olhar do período está mais preocupado com as regularidades do que com as características irredutíveis dos espaços. No meio intelectual, já não se fala mais de uma economia-mundo, mas de uma economia mundial. Os problemas e as soluções são globais. A epistemologia da geografia caminha *pari passu* com a conexão e padronização crescente do mundo.

Todavia, este processo de padronização, do ponto de vista da Geografia, não atingiu o seu ápice, e nem poderia. A Geografia francesa nasce a meio caminho dos marcos da irredutibilidade das situações, que evocam recursos descritivos e literários, e das teorizações para compreensão dos processos, segundo a influência das ciências naturais renovadas. Uma Geografia que parte dos valores da expressividade literária, que contribuiu com a sensibilidade das nações às suas particularidades, conseguirá repor os valores literários no interior de um espírito científico de ordem global que busca sempre, e cada vez mais, os padrões? No avanço do capitalismo sobre o mundo, este sistema

conseguirá romper o determinismo geográfico inicial que alimenta as particularidades e as irredutibilidades dos espaços na conformação dos territórios?

Este capítulo é consagrado a decompor o método de **exposição** da tese principal de Pierre Monbeig, a maneira como ele expõem os seus resultados. *Pionniers et planteurs de l'État de São Paulo*, tese principal e, *La croissance de la ville de São Paulo*, tese complementar. A tese foi iniciada em 1938²⁸⁶, finalizada em 1949²⁸⁷, ambas defendidas em 1950, publicadas em 1952 e 1953, respectivamente.

Como ele organiza a exposição do mundo pioneiro e do avanço do capitalismo em sua tese? Como ele rearranja as estruturas causais e como elas são expostas no seu interior? Como o recurso aos valores literários o faz adotar princípios metodológicos resistentes da Geografia francesa frente às suas próprias transformações e as transformações de outras ciências? Como e por que as particularidades ganham destaque em seu discurso? Essas são algumas das questões que nos acompanham.

Pierre Monbeig adota uma perspectiva teórica baseada na ideia de que a padronização crescente do mundo não rompeu com o determinismo geográfico inicial e com as irredutibilidades geográficas anteriores ao momento a partir do qual o capitalismo avança. Para ele, havia espaço para a construção de discursos nacionais, de valorização das características específicas do Brasil, da evocação das sensibilidades ao concreto, ao único, ao excepcional, da realidade brasileira.

Todavia, há aqui uma particularidade metodológica: a evocação das sensibilidades específicas aparece *menos* no método de investigação, e *sobretudo* no método de exposição. Mas esses dois conjuntos de procedimentos, unificados, apresentam resultados singulares. Nos capítulos precedentes vimos que, implícito ao método de investigação de Monbeig, está a busca por uma modelização generalista, mesmo que este método seja transformado em seu percurso. A elaboração de uma *teoria geral da colonização*, um *modelo regional das franjas pioneiras e das áreas de modernização em capitalismo*

²⁸⁶ Ele escreve no Prefácio da obra: “Em fins de 1937, Albert Demangeon aceitava o tema que eu lhe propunha: ‘As zonas pioneiras de São Paulo’. Um ano mais tarde, aprovava ele o plano que eu lhe submetia” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 17). No percurso final, Monbeig foi levado a trocar de orientador depois da morte de Albert Demangeon: “Em 1947, o Decano André Cholley consentiu em acrescentar às suas múltiplas ocupações o encargo de diretor da minha tese. Particularmente preciosas me foram sua benevolência e suas críticas. Rogo--lhe tenha a boa vontade de aqui encontrar a expressão do meu muito vivo reconhecimento.” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 17).

²⁸⁷ Esta data é também é demarcada numa nota de rodapé do Prefácio: “Junto aos leitores bem informados escusamo- nos dos erros que encontrem nesta obra, bem como do que não possa deixar de já estar ultrapassado, uma vez que sua redação foi terminada em 1949.” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 20).

tardio, a aplicação de um método que revela uma *modelização do ciclo urbano no interior de um enquadramento regional e suas especificidades* são algumas de suas buscas. Mas Pierre Monbeig em nenhum momento irá sistematizar seus modelos, salvo a defesa das suas estruturas causais (através da exposição dos benefícios do entendimento do complexo geográfico).

Ele vai diluir esta estrutura de entendimento dos modelos em narrações de ordem descritivas. O eixo da exposição não será explicar os padrões, mas situá-los como subjacentes às evocações das irredutibilidades dos espaços e das paisagens. Nem por isso a sua formulação está ausente, o que nos demonstra que as lógicas de investigação e as lógicas de exposição na Geografia de Monbeig são concebidas com base em uma complementariedade.

Dessa maneira, Pierre Monbeig em nenhum momento vai se afastar do legado discursivo da geografia francesa, pelo menos do discurso que predominou até 1940. Mesmo que seu método de investigação seja cada vez mais coeso, sistêmico e modelar, acreditamos que a organização expositiva da tese é uma espécie de recuo histórico e epistemológico às bases da geografia francesa, desde quando Vidal de la Blache chamou atenção às belezas das paisagens francesas. Por que um recuo?

Ora, em 1942, ocupando a cadeira da *Sorbonne*, uma posição, portanto, nada marginal, André Cholley, o segundo diretor de tese de Monbeig (depois da morte de Albert Demangeon em 1940), exprime as dificuldades enfrentadas por uma nova forma de ensinar a geografia aos estudantes. Dessa forma, ele ascende à posição central na hierarquia das cadeiras, um discurso completamente diferente da fraca apetência metodológica de Emmanuel de Martonne.

A principal [dificuldade] é devida ao excesso de verbalismo. Muitas vezes os estudantes só têm na cabeça as palavras, que eles empregam mal **por não definirem o sentido com precisão**. Fala-se muito de ‘peneplano’, mas não se sabe o que significa exatamente, e muito menos o mecanismo de sua elaboração. (...) **O vocabulário geográfico** parece obscuro porque o treinamento progressivo rumo à abstração é negligenciado (...). Outra dificuldade é a ignorância de muitos iniciantes a respeito da própria finalidade e do método da geografia (CHOLLEY, 1951, pp. 1-3)²⁸⁸.

²⁸⁸ “Le principal [difficultés] tient à l’abus du verbalisme. Bien souvent les élèves n’ont jamais dans la tête que des mots, qu’ils emploient mal faute d’en définir exactement le contenu. On parle volontiers de pénéplaine, mais on ignore ce que c’est exactement, et encore moins se représentent-on le mécanisme de son élaboration. (...). Le vocabulaire géographique paraît obscur parce qu’on néglige l’entraînement progressif vers l’abstraction (...). Une

Ou seja, os debates sobre as formas de expressão do saber geográfico estão no centro de uma emergente renovação epistemológica. Mas não somente os termos estão em questão. Através de um cotejamento dos sumários das monografias regionais, veremos que o domínio da organização discursiva pode se alterar em função dos espaços descritos. Veremos que Pierre Monbeig em alguns momentos adota uma organização discursiva clássica, seguindo os exemplos das teses de Albert Demangeon e Jules Sion; mas em outros momentos ele inova.

Se o método de investigação suscita o conhecimento de elementos padrões de organização dos espaços, o método de exposição, ao alterar *a ordem* dessas combinações do complexo geográfico, vai conseguir ratificar as particularidades dos fenômenos. Acreditamos que no interior da tese de Monbeig há duas ordens discursivas diferentes: a primeira é uma busca por compreender o modo como se organizam, regularmente, os elementos da franja pioneira em comparação a outros espaços de modernização (como a metropolização parisiense e o Mediterrâneo, entre outros espaços de referência), esboçando seu entendimento em uma atitude comparativa. O segundo é uma ordem discursiva superficial que coloca acento sobre as particularidades.

Tudo se passa como se este país conhecesse em setenta e cinco anos, um século no máximo, o que se levou milênios para fazer na Europa. E certamente é isso: nascimento e formação da paisagem rural, fundação e crescimento das cidades, construção duma rede de comunicações, mistura de raças, elaboração de uma mentalidade regional, tal o imenso trabalho que ainda prosseguia, aos nossos olhos. (MONBEIG, 1984, [1952] p. 23).

A rodovia criadora da região, a fundação urbana, que prospera graças à proteção de um personagem poderoso, a demarcação das terras, uma exploração a princípio desordenada dos solos e que pouco a pouco tende a organizar-se melhor, nada disso parece tão original quando se pensa na geografia das campanhas europeias. Falando da Alta Idade Média, descreve Marc Bloch, nas aglomerações, os homens que viviam chegados uns aos outros. Mas, essas aglomerações ‘eram separadas por múltiplos vazios: eram fracas os rendimentos com os sistemas de cultura, e eram necessários grandes espaços de terra arável: não passavam os campos de provisórios e breves conquistas sobre os terrenos incultos... tendendo incessantemente a natureza a sobrepor-se’. E, mais adiante, assemelha-se a uma descrição da fazenda tropical essa análise do senhorio: esta compreende duas áreas, de um lado o domínio cujos frutos o senhor recolhe diretamente; de outro, as concessões, pequenas ou médias explorações camponesas. Formaram-se tais

autre difficulté tient à l'ignorance où se trouvent beaucoup de débutants du but même et de la méthode de la géographie”.

concessões, distribuindo-se lotes pelos escravos, transformados em arrendatários, no momento em que os vastos espaços dos latifúndios tornaram-se mediocrementemente rentáveis, mediante a exploração direta. Pensa-se logo na história do colono que se o torna meeiro, quando já não é bastante lucrativa a cultura do café. **Não será a mesma evolução? Mutatis mutandis; a história não se repete.** [grifos nossos] (MONBEIG, 1984, [1952], p. 389).

Vemos nessas citações que esta ordem discursiva que busca padrões não está ausente. Mas sua conclusão coloca ao mesmo tempo uma *relativização* dessas considerações. Acreditamos que esta busca por padrões é *subterrânea* ao discurso. Essa ordem de rastreio por evoluções padrões do complexo geográfico é resultado direto do seu método de investigação, cuja utilização é cada vez mais rigorosa e sua sistematização cada vez mais explícita nos discursos. Como o capitalismo invade as terras brasileiras e as incorpora no mercado mundial, realizando o seu ajuste espacial, é o seu principal resultado investigativo.

Mas surge também uma ordem superficial do discurso, que em nada é contraditória ao do discurso subterrâneo, em que as particularidades ganham *primeiro plano*. Esta ordem discursiva é priorizada na tese de Monbeig, pois ele quer mostrar um quadro em que as particularidades dos territórios no avanço do capitalismo global possuem *um jogo de reprodução inabalável* quanto às características originais dos espaços, que se repõem ao longo da história. Isto não daria sustentáculo, ademais, a um já antigo estatuto epistemológico da geografia clássica?

Pierre Monbeig, através de seu método de exposição, vai se recolocar plenamente no interior das heranças da geografia francesa, não através de uma formatação rígida da monografia regional, que na verdade não é rígida, mas na sua *reorganização* discursiva. Ele revelou as particularidades do espaço brasileiro na exposição da ordem em que os fatores globais incidiam no território do país.

Algumas ordens de fatores repõem o discurso literário de Monbeig: primeiro, do ponto de vista narrativo, ele estará sempre preocupado com um discurso do singular, dá preferência ao vocabulário vernacular específico que surge na própria realidade do Brasil e de seus homens. Isso aparecerá nos termos escolhidos e utilizados na tese, bem como na necessidade de organizar um glossário, nas suas páginas finais, para explicar a adoção desses termos. Depois, a descrição do meio físico estabelece as bases para uma compreensão dos processos geográficos em ambientes totalmente singulares.

O terceiro ponto que repõem o *discurso* ideográfico é perceber, mesmo nos marcos da mundialização, que a *ordem* dos fatores globais, ou as combinações, como ele gostava de falar, em encontro com os fatores locais, produzem um rearranjo do complexo geográfico, ou seja, uma mudança *na ordem histórica* em que os processos de colonização ocorrem. Vimos no final do capítulo anterior que Pierre Monbeig concebia o complexo geográfico como uma *combinação* específica. Mesmo que os elementos do complexo geográfico se repitam (com os fatores da economia: especulação, tamanho da propriedade, mercado nacional, mercado internacional etc) *as interações causais* em que eles se rearranjam em determinado território é fonte de particularidades.

Toda esta postura se baseia na percepção de que a Geografia francesa é ainda uma geografia cidadã e mesmo nacionalista. Na exposição de Monbeig, mais importante do que explicar e demonstrar a existência de modelos nos marcos de uma geografia comparada, é *suscitar um sentimento nacional* frente às suas paisagens. O recurso discursivo mais importante que joga Pierre Monbeig no âmago do discurso literário é a utilização de *metáforas* para descrever o processo de conquista do território. “Franja pioneira”, segundo ele, remete, *indiretamente*, à metáfora da guerra.

Além disso, aparecem outras evocações de ordem artísticas. A descrição das paisagens brasileiras, por Pierre Monbeig, sofreu bastante impacto pela ideia de movimento, da enorme velocidade que as transformações do espaço geográfico se davam no Brasil (FERNANDES, 2011, ANDRADE, 2010). As zonas de colonização são espaços em movimento, de baixo potencial populacional e de condições físicas, geográficas e sanitárias dificultosas e incipientes. A colonização é seletiva. Pierre Monbeig se diligencia em nos demonstrar como são escolhidos os caminhos.

Para captar este movimento, Pierre Monbeig se comporta como um cineasta viajante. Além de viajar no espaço, ele viaja no tempo, e produz cenas em quatro momentos diferentes desse vasto espaço zonal, - uma primeira frente de colonização entre 1870 e 1900, uma segunda, de 1900 a 1905, depois mais uma, em 1929 e uma quarta, a do mundo pioneiro da época, que lhe era contemporâneo. Nessas quatro cenas, variam as pressões internacionais, as estratégias dos atores, os caminhos, o tipo de mão de obra, a representação do pioneiro em diferentes tipos sociais, a disposição das técnicas, a intervenção dos grandes grupos econômicas. O homem é o principal personagem deste filme: “Os homens das zonas pioneiras são animados por um espírito comum. Mas, por entre eles, deve-se discernir tipos sociais distintos, que apareceram à medida que o

movimento avançava. (...) **A originalidade do mundo pioneiro é assegurada pela coexistência de todos esses tipos.**” [grifos nossos] (MONBEIG, 1984 [1952], p. 127). Juntada essas quatro cenas, o que se vê é como um filme.

1- A adoção de um modelo expositivo singular. Uma comparação dos sumários das monografias regionais

A tese de Monbeig é subdividida, em primeiro lugar, em três livros. O livro primeiro versa sobre as “Condições Naturais e Históricas”; o segundo livro zela por expor o movimento da “marcha pioneira” e o terceiro dedica-se ao “mundo pioneiro atual”. Essa organização indica que o autor pretendia enfatizar as condições pré-existentes à marcha, as naturais e históricas; depois, ele realça o enfoque sobre o movimento, sobre o avanço dos caminhos; por fim, no terceiro livro, ao versar sobre a atualidade, ele sinaliza a importância das realidades sobreviventes atuantes no mundo atual.

Esta divisão temporal foi inspirada, segundo Droulers, na tese de Jules Sion: “Jules Sion cuja tese sobre os camponeses da Normandia constituiu um modelo de estudos da ‘geografia do movimento’, esboçando um quadro da região em três momentos: fim da Idade Média, século XVII e momento atual. Essa abordagem foi adotada por Pierre Monbeig em sua tese” (DROULERS, 1991a, Pp. 35-36)²⁸⁹. Jean Gottman traça outras filiações, enquanto Pierre Monbeig já citara a tese de André Gibert:

Alunos deste último [Albert Demangeon] M. P. Monbeig se insere na boa tradição da escola de geografia francesa, mas seu trabalho é também a primeira monografia inteiramente consagrada a uma região pioneira; ele se coloca na linha de ilustres estudos regionais inaugurados pelas teses de Demangeon sobre La Plaine picard e de Jules Sion sobre os camponeses da Normandia Oriental” (GOTTMANN, 1954, p. 902)²⁹⁰.

Hugo Clout situa a tese de Pierre Monbeig, do ponto de vista da forma, em uma transição: “Não é surpresa que ele tenha declarado que sua tese de doutorado precisaria ser diferente das que vieram antes.” (CLOUT, 2013, p. 62)²⁹¹. Nos anexos consta a Tabela

²⁸⁹ “Jules Sion dont la thèse sur les paysans de Normandie a constitué un modèle d'étude de “la géographie en mouvement” dressant un tableau de la région à trois moments : fin Moyen âge, XVIII même siècle et actuel. Cette même démarche fut adoptée par Pierre Monbeig dans sa thèse”.

²⁹⁰ “Élève de ce dernier [Albert Demangeon], M. P. Monbeig poursuit donc une bonne tradition de l'école géographique française, mais son ouvrage est aussi la première monographie entièrement consacrée à une région pionnière; il se place par là dans la lignée illustre des études régionales inaugurées par les thèses de Demangeon sur La Plaine picarde et de Jules Sion sur Les Paysans de la Normandie orientale”.

²⁹¹ “Not surprisingly, he declared that his doctoral monograph would of necessity be diferente from those that preceded it”.

4 em que os sumários das monografias que serviram de inspiração a Monbeig foram cotejados.

Nossa suposição é que a organização dos sumários das teses reflete a maneira como os geógrafos veem ordenarem-se os processos geográficos. A análise cotejada dos sumários das monografias revela algumas generalidades e especificidades da organização discursiva de Monbeig. Em primeiro lugar, nenhuma das monografias retira do meio físico à precedência sobre os outros fatores. Veremos que o meio físico, para Monbeig, é a origem da reposição das particularidades aos fenômenos gerais. Depois, alguns autores como Jules Sion e André Gibert aludem às considerações históricas antes da análise da ocupação do solo. Acreditamos que, junto a Pierre Monbeig, esses são os autores mais influenciados pela *démarche historique*.

Seguinte à análise das condições históricas aparece o que chamamos de “zona indefinida”, bloco singular no conjunto das monografias regionais e particularmente importante para Pierre Monbeig e André Gibert. Em suma, nesta parte, eles devotam-se a resumir outras características dos espaços que são precedentes à análise da ocupação rural do solo.

Para Pierre Monbeig, são os jogos econômicos globais, derivados das situações geográficas desses espaços, e a psicologia bandeirante, derivada das suas condições históricas, que permeiam os movimentos estruturais de colonização do solo, para além do movimento do meio físico, ligado ao sítio. Já André Gibert vai evocar os meios de transporte de uma região francamente industrial. Este bloco que denominamos como sendo uma “zona indefinida” é uma fonte de originalidade na organização da monografia regional.

Um quarto bloco é comum às teses de Sion, Monbeig e Gibert. Salvo pela tese de Demangeon, todas as outras seguem seus sumários com formas de ocupação do solo periodizadas, ou seja, dividem a ocupação do solo em períodos históricos. Por que elaboram esta periodização? Acreditamos que esta organização deriva da compreensão essencialmente aberta dessas unidades regionais, pois as regiões abertas estão mais sujeitas às lógicas cíclicas do espaço comandado por fatores econômicos contemporâneos. Aqui há também mais uma especificidade dessas três teses.

Por fim, segue-se com um bloco que é comum a todas monografias: uma análise da atual da ocupação do solo, que esta é organizada em: ocupação rural, indústrias,

idades e redes. É como se os espaços geográficos evoluíssem segundo esses modos de ocupação. Neste momento, vê-se que Pierre Monbeig evitou uma inversão importante: nos espaços de modernização do território, o processo de ocupação do solo começa com a instalação de uma rede de cidades, e os processos naturais são periféricos. Na ausência dessa inversão, Pierre Monbeig parece ter querido mostrar que não há oposições teóricas entre estrutura e superestrutura.

2- O glossário da versão francesa de 1952²⁹²: o apego ao vocabulário vernacular e às irredutibilidades da realidade brasileira

Acompanhar os termos de que Pierre Monbeig faz uso, e que não podem ser traduzidos *do português para o francês*, é uma maneira de nos aproximarmos das realidades descritas que são irredutíveis à realidade brasileira. Esse procedimento nos permite captar algo que o geógrafo viu de completamente original no Brasil. A análise da linguagem, para Berdoulay, é uma maneira de se colocar frente ao mundo: “(...) Mais do que a terminologia, a linguagem comum e os processos usados para traduzir a realidade apreendida revelam uma visão do mundo” (BERDOULAY, 1982, p. 575)²⁹³, enquanto Marie Claire Robic evoca o uso da linguagem numa mobilização específica do paradigma (ROBIC, 1991).

A primeira palavra que Monbeig não logra traduzir para o francês é “fazendeiros”. Em nota, ele explica ao público francês que o fazendeiro é o “possesseur” e que pode ou não ser um “planteur”. Atenta ele para uma realidade do Brasil: os fatores econômicos criam aqui matizes específicas. Ao invés de falarmos em agricultores, o que se vê no Brasil é uma cisão entre o dono e o plantador, que esvazia o significado do agricultor, e que são ambos motivados por fatores exclusivamente econômicos (MONBEIG, 1952, p. 11, nota 1).

A realidade do Brasil, fortemente circunscrita pela demanda do mercado mundial, dota-se de um vocabulário mais detalhado para se referir às consequências deste fenômeno. Outro exemplo é a palavra “lavradores”, que Pierre Monbeig não traduz para

²⁹² Ao final da edição francesa de 1952, a primeira edição, Pierre Monbeig coloca um Glossário dos termos em português que não encontram fácil tradução. Ao longo do texto, principalmente em notas, ele também dá algumas definições.

²⁹³ “(...) plus que la terminologie le langage courant et procédés utilisés pour traduire la réalité appréhendée révèlent une vision du monde”.

o francês. Em nota, ele explica que o “lavrador” é o fazendeiro que cultivava diretamente a sua própria terra, o que nem sempre é o caso (MONBEIG, 1952, p. 122, nota 2). Sente-se sempre a ausência, ao longo do texto, da palavra “*paysan*”. Ele assim define a fazenda, fazendo diferenciações aos termos do francês:

Uma propriedade rural de alguma importância. Fala-se em uma ‘fazenda de gado’ ou em uma ‘fazenda de café’. Neste caso, é bom traduzir por ‘plantation’ (‘plantação’) e não por ‘ferme’ (‘fazenda’) como se faz frequentemente: de fato, o arrendamento rural não existe nas fazendas. É ainda mais incorreto traduzir ‘fazendeiro’ por ‘fermier’: ‘plantador’ corresponde melhor à organização técnica e à realidade econômica e social (MONBEIG, 1952, p. 367)²⁹⁴.

Curioso será perceber que um fenômeno contrário também poderá ocorrer. Se a realidade brasileira exige mais termos para compreensão do fenômeno econômico, há casos em que o vocabulário francês é mais preciso, como na diferenciação entre “*colonisation*” e “*peuplement*”. Segundo Pierre Monbeig, os próprios órgãos oficiais brasileiros confundem os termos: “Ver também o Relatório... 1912, que condena formalmente a colonização oficial e confunde o povoamento das fazendas de café com a colonização” (MONBEIG, 1952, p. 143, nota 29)²⁹⁵. Nessa época, ainda não existia no Brasil, de acordo com Monbeig, uma colonização de povoamento. Tudo girava em torno de conseguir braços para lavoura. Dentro deste raciocínio, sustenta ele, não se deve confundir a palavra “colono”, em português, com “colon” (francês) por que o colono, no Brasil, é um trabalhador assalariado, cuja relação é mantida por meio de contrato com o inspetor do trabalho (MONBEIG, 1952, p. 366).

Ocasionalmente, Pierre Monbeig não pretende traduzir nomes vernaculares da história do Brasil, como “bandeiras”, região “alta” ou “baixadas”. As bandeiras, explica ele, são as “expedições que, na época colonial, partiam para explorar o interior do Brasil. Os ‘bandeirantes’ eram os membros dessas expedições” (MONBEIG, 1952, p. 11, nota 2)²⁹⁶. Segundo esta definição: “membro dessas expedições de caçadores de índios, depois de caçadores de diamantes e de ouro que, nos séculos XVII e XVIII, saíram da cidade de

²⁹⁴ “Propriété rurale de quelque importance. On parle d’une ‘fazenda de gado’ (de bétail) ou d’une ‘fazenda de café’. Dans ce cas, il est bon de traduire par ‘plantation’ et non par ‘ferme’ comme on l’a fait souvent : en effet, le fermage est inconnu dans les *fazendas*. Il est encore plus incorrect de rendre ‘fazendeiro’ par ‘fermier’ : planteur correspond beaucoup mieux à l’organisation technique et à la réalité économique et sociale”.

²⁹⁵ “Voir aussi Relatório...1912, qui condamne formellement la colonisation officielle et confond le peuplement des fazendas de café avec la colonisation”.

²⁹⁶ “expéditions qui, à l’époque coloniale, partaient explorer l’intérieur du Brésil. Les ‘bandeirantes’ étaient les membres de ces expéditions”.

São Paulo e descobriram o interior do Brasil. Cada grupo de Bandeirantes tinha seu emblema distintivo e era chamado de ‘Bandeira’” (MONBEIG, 1952, p. 365)²⁹⁷. Elas fazem parte de um movimento de exploração feita por particulares, que buscavam tornar cativos os índios e vendê-los como mão de obra. É um movimento em parte apartado das correntes econômicas do mundo moderno. Mais tarde, contudo, como se verá muitas vezes, a modernização, segundo Monbeig, não faz tábula rasa do que já havia se construído na época colonial.

Ainda para falarmos do Brasil colonial, Monbeig mantém em português a palavra “Casa Grande”, onde mora o “planteur”, e que se opõem à “senzala”, habitação dos escravos (MONBEIG, 1952, p. 160). Nota-se a ausência do termo “agricultor”, substituído por “planteur”. Mesmo no Brasil colonial, não há grandes rupturas da maneira com que se trata e se administra a terra, em relação ao Brasil moderno.

O conhecimento vernacular também nomeia paisagens geográficas. Monbeig faz questão de ressaltá-las como sendo uma medida de pertencimento. Esses nomes expressam muitas vezes um juízo de valor por parte da população. “Baixada”, por exemplo, é uma região pouco propícia ao café: “região baixa e plana, propensa a inundações. As 'baixadas' dos principais rios são temidas pelos cafeicultores, porque aí as geadas são frequentes e severas. Na costa do Brasil, uma ‘baixada’ é uma planície costeira pantanosa (...)” (MONBEIG, 1952, p. 365)²⁹⁸. O fato de encontrarmos nomes populares para designar mais vastos espaços geográficos, é um sinal de pertencimento, como já notara Gallois (cf. primeiro capítulo), e da importante noção que, das terras altas do planalto parte o processo de interiorização do país, em oposição ao litoral:

Os paulistas chamam as regiões pelos nomes das empresas ferroviárias que as servem. Os pioneiros usam nomes muitas vezes precedidos pelo adjetivo ‘Alta’. Usaremos assim esta nomenclatura popular. A Alta Sorocabana é a região situada a oeste de Assis, servida pela Cia de Estradas de Ferro de Sorocaba, entre Paranapanema e Peixe. A Alta Paulista é a região a oeste de Piratininga, entre Peixe e Aguapeí. A Noroeste é a região a oeste de Bauru; como foi criada uma nova linha entre Araçatuba e o Rio Paraná, esta região é chamada de ‘Variante’. Quanto à Alta Araraquarense, é a região de Rio Preto, servida

²⁹⁷ “membre de ces expéditions de chasseurs d’Indiens, puis de chercheurs de diamants et d’or qui, au XVIIe et au XVIIIe siècle, partirent de la ville de São Paulo et découvrirent l’intérieur du Brésil. Chaque groupe de Bandeirantes possédait sa bannière distinctive et était appelée une ‘Bandeira’”.

²⁹⁸ “région basse et plate, sujette aux inondations. Les ‘baixadas’ des fleuves et des principales rivières sont redoutées des planteurs de café car les gelées y sont fréquentes et sévères. Sur le littoral du Brésil, Uma ‘Baixada’ est une plaine côtière marécageuse (...)”.

pela Companhia de Caminhos de Ferro de Araraquara. (MONBEIG,1952, p. 13, nota 3)²⁹⁹.

O contrário também ocorre. Um sintoma de que uma falta de pertencimento do plantador ao meio que o circunda é a ausência de especificidade da nomenclatura da cobertura vegetal. Com efeito, já existem nomes próprios de alguns elementos da vegetação que são conhecidos pelos plantadores, sinais de fertilidade, ou oportunidades de comércio, como também de desconhecimento: “(...) O nome de Ipê é dado a três árvores diferentes; os mais comuns são os *Tecoma chrysostricha* Mart.; *Tecoma impetiginosa* Mart. e *Macrobolium hymenacoides* Wild. I. O jacarandá paulista é um papilionáceo, *Machoerium cillosum* vog. Faveiro: *Platypodium elegans* vog. Angico: *Piptadenia rigida*, Benth” (MONBEIG, 1952, p. 222)³⁰⁰. O mesmo acontece com o termo “terra roxa” que exprime uma variedade em realidade maior do que expressam os termos vernaculares (MONBEIG, 1952, p. 369).

Outro termo de grande importância ressaltado por Monbeig é “sertão”, revelador do desconhecimento do público francês para um fenômeno de importância maior na história do Brasil: os vazios territoriais, regiões completamente à margem do movimento econômico e da cultural global. Monbeig explica aos franceses o que significa a palavra “sertão”: “Qualquer região do Brasil quase inabitada por brancos. Os geógrafos franceses se acostumaram, na falta de um termo melhor, a traduzir muito aproximadamente por ‘bled’. O homem que adentra o sertão é um ‘sertanejo’ ou sertanista” (MONBEIG,1952, p. 16, nota 8)³⁰¹. Afastado das correntes modernizadoras, no sertão se localizam tipos com histórias totalmente singulares.

Outros termos se vinculam à realidade do sertão, como o de “boca do sertão” e “caboclo”. Boca de sertão é conhecida justamente como o limite da modernização, ela

²⁹⁹ “Les Paulistes désignent les régions par les noms de compagnies de chemins de fer qui les desservent. Les pionniers les font souvent précéder de l’adjectif ‘Alta’. Nous emploierons donc cette nomenclature populaire. L’Alta Sorocabana est la région située à l’Ouest d’Assis, desservie par la Cia de Estradas de Ferro de Sorocaba, entre le Paranapanema et le Peixe. L’Alta Paulista est la région à l’Ouest de Piratininga, entre le Peixe et l’Aguapeí. La Noroeste est la région à l’Ouest de Bauru ; comme on a tracé une nouvelle ligne doublant la première entre Araçatuba et le rio Parana, cette region est appelée ‘Variante’. Quant’à l’Alta Araraquarense, c’est la région de Rio Preto, desservie par la compagnie de Chemins de Fer d’Araraquara”.

³⁰⁰ “(...) Le nom de Ipê est donné à des arbres très différents ; les plus courants sont *Tocona chrysostricha* Mart. ; *Tocana impetiginosa* Mart. E *Macrobolium hymenacoides* Wild. I. Le jacaranda pauliste et une papillonacée, *Machoerium cillosum* vog. Faveiro : *Platypodium elegans* vog. Angico : *Piptadenia rigida*, Benth.”

³⁰¹ “toute région du Brésil à peu près inhabitée par les Blancs. Les géographes français ont pris l’habitude, faite de mieux, de le traduire très approximativement par ‘bled’. L’homme qui s’enfoncé dans le sertão est un ‘sertanejo’ ou un sertanista”.

marca uma mudança quase total na paisagem, expressa no vocabulário popular “a aglomeração ‘boca do sertão’, porta do ‘bled’, marca o fim da fila de cidades dispostas sobre o planalto. Uma boca do sertão é frequentemente, mas não necessariamente, uma estação ferroviária final “ (MONBEIG, 1952, p. 366)³⁰². De outro lado, o vocabulário vernacular brasileiro distinguiu os descendentes das antigas colonizações. Isto porque o caboclo tem um papel essencial na transmissão de técnicas destrutivas que são de alguma maneira uma continuidade do modo de exploração do Brasil colonial:

Caboclo: mestiço de índio e branco. É o caso da maior parte da população do interior do Brasil, razão pela qual a palavra, perdendo seu significado exclusivamente antropológico, [não] refere-se aos camponeses por excelência, mas ao camponês confinado numa economia local; o ‘caboclo’ não está **diretamente** envolvido no movimento pioneiro [grifos nossos] (MONBEIG, 1952, p. 366).

Monbeig procede pela manutenção dos termos em português quando se trata de fenômenos completamente singulares e que têm grande sentido em sua tese. Veja-se a frase “Fique rico!”, ao qual ele traduz em nota: “Devenez riche!” (MONBEIG, 1952, p. 110, nota 2). Dando voz aos personagens, ele parece assegurar que o fenômeno do ritmo frenético de aproveitamento do solo imposto pelo mercado mundial é, novamente, um fenômeno peculiar do Brasil: “Preston James marcou fortemente a permanência do mito do Eldorado; ele não forçou tanto a nota considerando o slogan publicitário da loteria federal ‘Fique Rico’, como sendo, em última análise, uma palavra de ordem coletiva” (MONBEIG, 1952, p. 110, nota 2)³⁰³. Outro exemplo que expressa a temporalidade do mercado é a passagem em que, em muito pouco tempo, as inscrições cartográficas “terrenos desconhecidos habitados por índios” (que ele mantém em português), para a alcunha popular de “vague vert” (onda verde - cuja tradução para o francês é oferecida em nota) (MONBEIG, 1952, p. 159).

A pressa com que tudo ocorre no Brasil também nos é apresentada por uma bonita imagem, aparentemente estranha ao público francês: “Em outubro de 1945, durante uma viagem a Presidente Prudente, vimos os sitiantes fazerem fila na frente da agência do Banco do Brasil, pois havia rumores de que o financiamento tinha sido decretado. As

³⁰² “l’agglomération ‘boca do sertão’, porte du bled, marque le terme de la file de cités établies sur les plateaux. Une ‘boca do sertão’ est fréquemment mais non pas nécessairement, une gare terminus”.

³⁰³ “Preston James a marqué très fortement la permanence du mythe de l’Eldorado; il n’a pas sensiblement forcé la note en considérant la devise publicitaire de la loterie ‘fédérale’ ‘Fique Rico’ comme étant, en fin de compte, un mot d’ordre collectif”.

primeiras chuvas tinham caído e o prefeito municipal não escondia sua preocupação.” (MONBEIG, 1952, p. 205, nota 9)³⁰⁴. Ainda sobre a vinculação ao mercado, há outras situações curiosas, como a propaganda estado-unidense: “Uma publicidade muito ativa foi então lançada em favor do milho e da mandioca. Os mais bem informados não escondiam que sua origem [dessas ideias] era norte americana, a fim de desviar os paulistas da cultura do algodão” (MONBEIG, 1952, p. 294, nota 71)³⁰⁵. A ampla utilização de termos não traduzidos do português para o francês e a organização de um glossário ao final de sua tese, sinalizam a postura de Monbeig de dar relevância às especificidades do Brasil no domínio discursivo.

3- As características físicas do meio: as possibilidades dos caminhos e do calendário agrícola

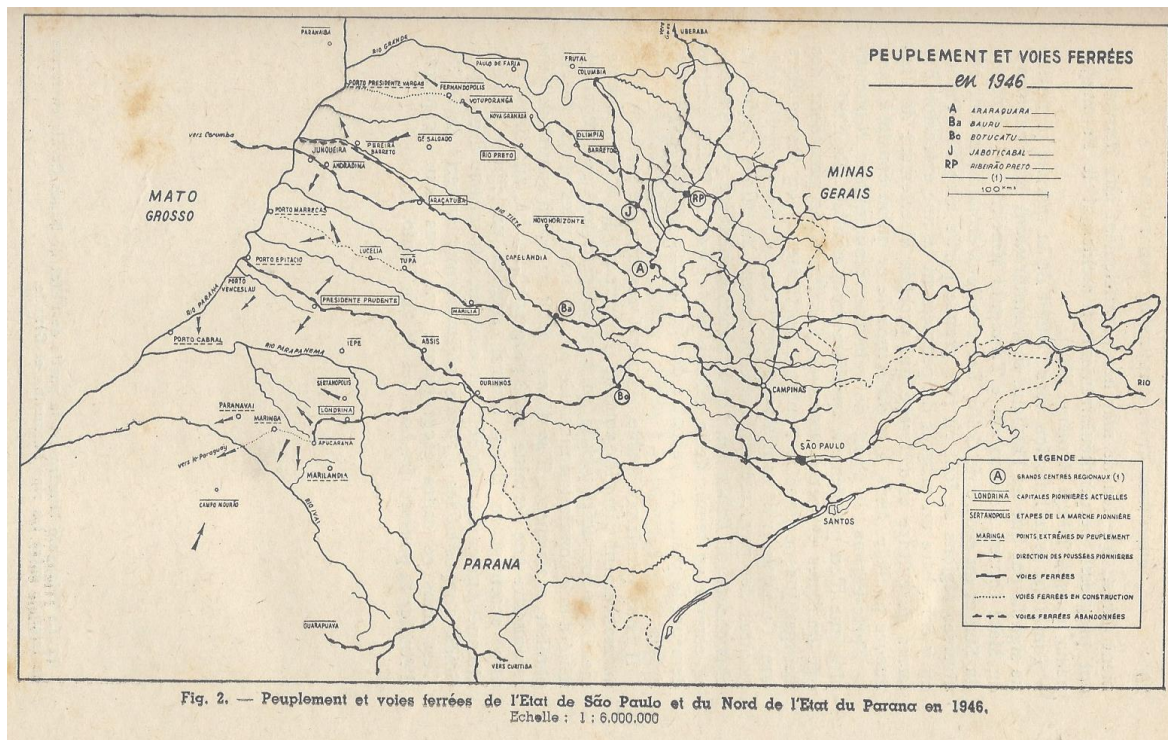
No Brasil, poucos geógrafos que se imbuíram de um discurso crítico conseguiram perceber como as descrições do meio físico se articulam em função da problemática da tese quando esta é uma monografia regional. Mas não raro, as descrições dos elementos físicos estão intimamente associadas ao que se quer explicar. No caso de Pierre Monbeig, os elementos do relevo, da geologia, do clima e da vegetação, são observados em função das *possibilidades de* que eles dispõem no traçado dos caminhos do povoamento. Dessa maneira, a descrição dos aspectos físicos na geografia regional cumpre duas funções: de um lado, ela está ligada a uma problemática, de outro, o meio físico evoca situações completamente particulares. Para Monbeig, ao mesmo tempo que o meio físico faz jus ao delineamento de uma *geografia do movimento, uma geografia dos caminhos*, de outro lado, deixa claro que a adaptação ao meio físico releva situações totalmente singulares, retomando posturas que conferem importância aos valores literários.

Desenhados os caminhos, a questão que baliza Monbeig é tentar elucidar em que os fatores físicos contribuíram para uma importante inflexão: saída do rio Grande, mais ao norte, do Tietê, por que a colonização do café flexionou para oeste, em direção ao Paraná e não para noroeste, em direção ao Mato Grosso? Esta questão também se expressa em um mapa publicado na versão francesa (1952). Ainda que o título se refira às vias

³⁰⁴ “En octobre 1945, au cours d’un voyage à Presidente Prudente, nous avons vu les sítiantes faire la queue devant la succursale de la Banque du Brésil, car le bruit avait couru que le financement avait été décrété. Les premières pluies venaient de tomber et le Préfet municipal ne dissimulait pas son inquiétude”.

³⁰⁵ “Une publicité très active fut alors lancée en faveur du maïs et du manioc. Les milieux bien informés ne cachaient pas que son origine était nord-américaine et son but de détourner les Paulistes de la culture du coton”.

férreas, Monbeig insere pequenas setas que representam o movimento de inflexão dos pioneiros. Os caminhos dos pioneiros são influenciados por condições físicas.



Mapa 4. “Peuplement et voies ferrées”. Fonte: MONBEIG, 1952, p. 19.

“Ora, essa penetração nas terras a oeste do Paranapanema revela uma modificação no andamento geral da progressão paulista. Até por volta de 1920, ela tinha sido perfeitamente fiel às linhas do relevo. Avançando em cada um dos planaltos que dividem os vales dos afluentes dos rios Grande-Paraná, os desbravadores tinham progredido para o rio que forma a fronteira noroeste de São Paulo. Na outra margem do rio, no Mato Grosso, as condições geográficas mudam totalmente: à floresta tropical dos planaltos paulistas e paranaenses, sucedem-se os campos e os cerrados; o domínio da pecuária substitui as terras de cultura. Quando os plantadores viram que se estreitava o espaço livre entre a frente pioneira e a linha rio Grande-Paraná, tomaram outra direção, não mais a de noroeste; em vez de caminhar paralelamente aos rios, prosseguiram eles perpendicularmente, transpondo o Paranapanema, em seguida o Tibaji, e até o Ivaí.” (MONBEIG, 1985 [1952], p. 29).

Além disso, o quadro físico oferece diversas possibilidades à lavoura. No Brasil, “ao invés da variedade a que está habituado, o europeu descobre espaços intermináveis, cuja uniformidade é o traço dominante.” (MONBEIG, 1985 [1952], p. 33). Neste quadro geral, São Paulo se destaca. O estado está inserido em uma zona de transição: “zona de contato e de transição, eis como aparece São Paulo quando colocado no conjunto

geográfico brasileiro” (MONBEIG, 1985 [1952], p. 33-34), daí uma série de possibilidades.

São Paulo está situado no cruzamento das “amplas unidades regionais do Brasil Central e do Brasil Meridional” (MONBEIG, 1985 [1952], p.34). Daí que se infere que, a depender da cultura, ela poderia se adaptar gradativamente, seja a noroeste, seja a oeste. Mas foi o café a cultura que ganhou impulso e isso determinou uma seletividade das possibilidades e uma colonização a oeste. Se a expansão do café é um produto ditado pelos apetites dos mercados internacionais, no território paulista, ele implica valorizações seletivas do meio físico. Serão essas zonas a oeste que serão colonizadas. Essa colonização dependeu, por outro lado, de condições físicas totalmente particulares, notadamente os espaços vazios e a presença de solos mais férteis.

Do ponto de vista do relevo, no limite entre São Paulo e Minas Gerais, as zonas paulistas - sendo uma parte das chapadas brasileiras segundo de Martonne (MONBEIG, 1984 [1952], p. 35) – não é uma zona cerrada e “não constitui sério avanço ao povoamento, principalmente no território paulista” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 35): “é aí que passa o caminho tradicional de São Paulo ao Triângulo Mineiro e às minas de Goiás” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 35). Mas também a oeste, o relevo possui aberturas. Os rios Tietê e Paranapanema entalham “passagens heroicas” no meio da depressão periférica”(MONBEIG, 1984 [1952], p. 36).

De um ponto de vista geológico e pedológico, e num quadro mais geral, o que se verifica a Leste é a enorme extensão do arenito Botucatu, cujos derrames de basalto, durante a Era secundária, alternam-se com fases de sedimentação sob o clima desértico. Conhecidos como também “trapps”, esta formação é conhecida pela sua dureza, o que remete ao nome popular de “pedra-ferro” (MONBEIG, 1984, [1952], pp. 36-38) Esses areais se reduzem em direção ao Paraná, ao contrário do que ocorre em direção à Minas Gerais e Mato Grosso (MONBEIG, 1984, [1952], pp. 39). Se as areias diminuem, a terra roxa, terra que é a decomposição do basalto, e inicialmente bastante fértil, encontra-se em maiores extensões em direção ao Paraná. A terra roxa se tornou célebre entre os fazendeiros:

Na faixa pioneira do norte do Paraná, os basaltos e a terra roxa apresentam a sua extensão máxima. Todos esses afloramentos situam-se em altitudes elevadas, entre 500 e 900 metros, afastados dos grandes cursos d'água e sem riscos de geada branca. (MONBEIG, 1984, [1952], p. 76).

Uma outra vantagem física que começa a se desenhar em direção ao oeste paulista é orientação dos “espigões” e dos vales, que conformam uma continuidade nesses planaltos. Os espigões são elevações divisores de água, onde abaixo de suas encostas conformam-se os vales. Assim, “cada um [desses planaltos], isolado entre dois vales, avança como um longo esporão denticulado, propício à instalação das estradas de rodagem e ferrovias” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 40). Sendo os vales “impraticáveis à penetração moderna” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 41), “esse relevo preparou, assim, a formação de unidades regionais, cujo quadro geográfico é o espigão, os monótonos espigões da paisagem nas zonas pioneiras.” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 42). Nessas zonas propícias às formações regionais, o café pôde se espalhar, não sem contar com outras vantagens. Segue-se então que a zona pioneira é também facilitada por uma zona de transição climática e fitogeográfica que a retira de uma situação francamente tropical.

Trata-se de uma situação totalmente particular no interior do Brasil. O capital no Brasil se situou nas zonas de transição. Ele articula territórios situados entre zonas temperadas e zonas tropicais. Assim, ele está pronto a explorar gêneros de vida empobrecidos do sertão e vendê-los a um mercado consumidor de população mais sedentária. O capital no Brasil se instala sobre o vácuo da condição de pobreza dos gêneros de vida. Sua vastidão espacial e a pobreza dos gêneros de vida permitiu que o capitalismo se instalasse, ainda que tardiamente. Por que tardiamente? Por que um capitalismo tardio? Por que o Brasil é um confirm das zonas de colonização global.

Se nos detivermos no exame dos dados de conjunto e nos valores das médias, parece certo que, embora atravessadas pelo trópico as zonas pioneiras paulistas gozam de um tipo climático tropical que não pode ser facilmente colocado sob etiqueta precisa. Sua altitude medíocre torna difícil a comparação com regiões como os planaltos da África de sudeste, cujos climas parecem ser os de maior semelhança. A pluviosidade alta e o calor relativamente moderado indicam que não estamos em face do clima quente e úmido das baixas latitudes e menos ainda, do que domina os desertos tropicais. Encontramo-nos, na realidade, nos limites do clima tropical e não em uma de suas categorias bem definidas. Climaticamente, as regiões em que prossegue a marcha do povoamento, sob o impulso de São Paulo, são áreas de contato, do que resultam condições especiais para a colonização branca e também para a instalação da agricultura. (MONBEIG, 1984 [1952], pp. 43-44).

As três massas de ar dominantes no Brasil meridional, a tropical-atlântica (Ta), a equatorial-continental (Ec) e a massa polar-atlântica (Pa) têm como ponto de encontro preferencial as latitudes vizinhas ao trópico (MONBEIG, 1984 [1952], p. 44). Sem

adentramos nos pormenores dos embates dessas massas, cumpre assinalar que justamente em direção ao Paraná que as características do clima tropical se atenuam pois “há melhor distribuição das precipitações durante o ano e redução da estação seca, já bem nítida no Paraná” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 46).

Ao contrário, nas zonas de latitudes tropicais há “acidentes do tipo descrito revelam muito bem a situação especial das regiões pioneiras paulistas das latitudes tropicais: acham-se amplamente abertas às influências continentais, no caso, equatoriais, mas não são menos expostas aos violentos golpes desencadeados pelos anticiclones móveis de origem polar” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 47), concluindo que “nas proximidades de Minas Gerais os planaltos ocidentais paulistas incluem-se na órbita dos climas do Brasil Central, enquanto que ao sul estão ligados à pluviosidade melhor distribuída do Brasil Meridional” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 48). Fora de São Paulo, a zona tropical é uma zona de maior instabilidade.

Ora, o café não teme as chuvas, muito pelo contrário, e, nem mesmo, a abundância delas (MONBEIG, 1984 [1952], pp. 52-53). Assim, o café pode melhor se adaptar às condições climáticas do sudoeste do Brasil: “A excepcional colheita de 1905-1906 foi precedida de duas estações de águas particularmente abundantes, com médias superiores a 500 mm em dezembro e janeiro, portanto bem acima das médias a longo prazo” (MONBEIG, 1984 [1952], pp. 52-53). O que o fazendeiro deseja são “chuvas ‘criadeiras’, ou seja, leves e contínuas” (MONBEIG, 1984 [1952], pp. 53), evitando, é claro, os acidentes tropicais. Em São Paulo e no Paraná, “o significado do conjunto das observações ora examinadas é de que o mesmo tipo de precipitações é encontrado em toda a área pioneira, sendo esse um dos fatores mais favoráveis para as culturas agrícolas.” (MONBEIG, 1984 [1952], pp. 54).

Neste ponto, Pierre Monbeig faz uma brilhante inflexão do raciocínio. As possibilidades da zona pioneira não se expressam apenas pelas vantagens que alguns caminhos ofereciam em desfavor de outros: o calendário sazonal da zona pioneira em direção ao Paraná também implica possibilidades de produção agrícola mais diversificada. Na tabela abaixo, produzidas a partir das considerações de Monbeig sobre o calendário agrícola, nós resumimos os pontos de complementariedade e de oposição das diferentes atividades agrícolas e suas culturas, considerando também a latitude e sazonalidade. Evidenciam-se mais complementariedades do que oposições, possibilitando um sistema de ocupação do solo mais complexo.

Em resumo, o que se observa nesta tabela, que nós organizamos com base nas informações fornecidas por Pierre Monbeig, é a reafirmação, em primeiro lugar, de chuvas mais constantes em direção ao Paraná, assim como de um período seco entre junho e agosto menos acentuado em relação a direção a Minas Gerais. As chuvas são melhor distribuídas. Além disso, entre dezembro e janeiro, o Paraná sofre menos com chuvas intensas, o que ajuda a evitar a erosão dos solos. Quanto às atividades, percebemos que o primeiro período do ano agrícola, que começa em setembro, é sobretudo dedicado ao cultivo dos cereais, enquanto os esforços dedicados ao café e ao algodão, concentram-se no primeiro semestre.

Nesse sentido, grosso modo, revela-se em São Paulo e no Paraná uma maior complementariedade entre os cereais e o café, de um lado, e uma maior oposição, no que tange ao emprego da mão de obra, entre o café e o algodão. O fato das estações serem mais bem marcadas e mais amenas no Paraná favorecem essa divisão de atividades, pois, de outro lado, o clima acentuadamente tropical perturba o calendário agrícola. Outra variável que é efeito de perturbação desse calendário é o ressecamento do clima como consequência do próprio desmatamento. À medida que o desmatamento avança, o solo sofre e o clima se resseca.

Mas até que este fenômeno tome feições preocupantes, sazonalidades melhor definidas têm como consequência também, se tudo corre bem, no melhor controle do uso da mão de obra, e menor oposição entre as culturas de cereais, normalmente alimentícias, e as de exportação, notadamente o café e o algodão. Cabe ainda acrescentar que as variações geográficas da sazonalidade também podem alterar o calendário agrícola. Se as chuvas começam antes no Paraná, este calendário esquemático se antecipa em relação às atividades de São Paulo. A imprevisibilidade do clima é um fator de desorganização da zona pioneira.

De outro lado, os acidentes climáticos e as variações geográficas da sazonalidade, principalmente entre as regiões velhas de São Paulo e as novas regiões do Paraná contribuem para mobilidade da mão de obra: “Mas observemos, de passagem, que tais acidentes podem, curiosamente, acelerar os deslocamentos humanos das velhas para as novas regiões pioneiras e que, pelas consequências econômicas, eles têm efeitos

semelhantes aos de uma crise de superprodução.” (MONBEIG, 1984, [1952], p. 70)³⁰⁶. Ao contrário da marcha para oeste (aqui ele se refere ao fenômeno de entrada nos planaltos setentrionais),

(...) o avanço recente em direção ao Estado do Paraná levou a colonização a um clima que parece mais propício, embora seja inseguro fixar limites numéricos muito rígidos. Limitemo-nos, no caso, a afirmar que o conjunto das regiões pioneiras encontra-se já nos limites das regiões que são, ao mesmo tempo, quentes e úmidas. (...) No norte do Paraná, quanto mais avança a onda do povoamento, mais favorável se torna a situação. (MONBEIG, 1984 [1952], p. 66-67).

Mas se, de um lado, o Paraná se caracteriza como uma zona mais favorável, de outro, ele se apresenta como o limite possível da zona de plantação do café: “Tudo indica que se trata de um limite à marcha do café” (MONBEIG, 1984, [1952], p. 69). Se o café gosta de chuvas, ele teme as geadas, que são particularmente importantes nos vales e nos cumes. Portanto, o café é uma plantação de vertentes. Isso favorece, aliás, complementariedades de culturas que se produzem nos baixios, como o arroz e o algodão. Mas, sendo a topografia do norte do Paraná mais movimentada do que no interior do estado de São Paulo, o café está mais exposto às geadas, inclusive pela predominância da massa Polar, à medida que se avança a sul: “o planalto de Londrina acha-se próximo do domínio de maior atividade dos ventos frios de origem polar.” (MONBEIG, 1984, [1952], p. 68-69). O norte do Paraná é uma zona de maior possibilidade, mas é também uma zona limite:

Do clima resulta o traço dominante dessas zonas pioneiras, que é o de serem região de contatos. Essa condição é, seguramente, uma grande vantagem, consistindo esta em possuírem climas sem características rígidas, o que permite maior variedade de recursos e abre amplas possibilidades agrícolas. Não será um caso único no mundo a associação que aqui se vê em larga escala, entre o café e o algodão? Pastagens intercalam-se entre essas plantações e o cultivo do trigo vem sendo ensaiado ao lado das culturas tradicionais da mandioca, do milho e do arroz. Porém essa vantagem encontra sua réplica perigosa: a incerteza das colheitas, sempre temida nas regiões quentes e úmidas, é aqui aumentada em face da mobilidade das massas de ar e da luta que elas cada ano travam entre si na atmosfera do norte do Paraná e sobre o Estado de São Paulo. (MONBEIG, 1984, [1952], p. 72).

³⁰⁶ É importante atentar aqui para o vocabulário empregado por Monbeig. As intempéries físicas são entendidas também como “crises” tais como as crises econômicas. É por isso que utilizamos frequentemente a expressão “crise pedológica” para referir-se ao raciocínio cíclico de Monbeig.

Partindo das origens do café no Rio de Janeiro e no vale do Paraíba, Monbeig segue a marcha até encontrar uma inflexão que se direciona a oeste, em direção ao interior de São Paulo, ao invés de seguir por Minas e Mato Grosso. Essas adaptações são mais efetivas no interior do Estado de São Paulo e ainda melhores no norte do Paraná, onde o café encontra, por outro lado, o seu limite, mas cuja marcha não se estanca, pois é neste momento que a metrópole chama a zona pioneira a contribuir com uma maior diversificação da cultura. Este marco é uma ruptura nos esquemas geográficos da inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho e na consumação de sua economia nacional.

Apoiados nesta exposição, vemos, em primeiro lugar, que a descrição do meio físico está totalmente articulada com a problemática da tese de Monbeig, que consiste em compreender a colonização pelo capital no Brasil. O meio físico dita os caminhos deste avanço. Além disso, é importante nos questionarmos: quais são as características do avanço do capitalismo no Brasil *quando* ele foi ditado com base nas especificidades ambientais?

Terras de amplas zonas vazias, no Brasil é possível que o capitalismo internacional produza seus ajustes. Trata-se de um sistema que resolve suas crises de forma majoritariamente extensiva. O capitalismo, no Brasil, avança sobre os espigões, que não são nem a floresta propriamente dita, nem os ambientes sertanejos. Tendo que conciliar um ajuste espacial sem a resistência camponesa, ele se instala sobre os espigões, uma espécie de istmo entre a floresta, o sertão e as zonas densas. Nesse ambiente, ele consegue ganhar mobilidade de deslocamento no terreno, ele avança sobre as florestas e pode sugar ao mesmo tempo a mão de obra do sertão. Ao desenraizar a população de seu ambiente, ele produz uma espécie de regressão do gênero de vida. A mão de obra deve recomençar o seu processo adaptativo e ela não sai de sua condição de nomadismo. Mas ele também produzirá efeitos intensivos, organizando de maneira singular os espaços e as sociedades. Nas zonas pioneiras, zonas de transição, cria estruturas de produção, prioritariamente, como também os seus mercados. Tem, dessa forma, como efeito indireto a fixação do trabalhador no campo e na cidade, depois de um enorme ciclo de exploração.

Nesse ponto, o efeito dos espaços de transição também se faz sentir: eles permitem, como efeitos indiretos, uma maior complexidade da economia, a produção de produtos que venham a repor a condição de sobrevivência de sociedades cada vez mais complexas e estratificadas. Portanto, para que haja um esforço de povoamento como consequência indireta ao esforço de exploração, é necessário que o meio físico seja fonte

de maiores possibilidades. Isto porque, por mais que o objetivo central seja a inversão de capitais, mesmo assim, é necessário igualmente criar mercados, que se viabilizam através da complexidade social e geográfica crescentes.

Assim, desenvolve-se uma paisagem em São Paulo com características totalmente singulares, a partir dessas duas lógicas de reprodução do ajuste: de um lado, o café, matéria de exportação, nas zonas pioneiras, e, de outro, nas zonas velhas, um ajuste intensivo. Com a crise de 1929, também na zona pioneira, o algodão começa a disputar os espaços com o café, inicialmente atingindo terras menos valorizadas, como mostra o mapa de Monbeig, e produz, em complemento, um ajuste intensivo, uma maior complexidade da sociedade e do mercado interno. O capital é um produto internacional, o algodão é um produto majoritariamente doméstico. A produção local é melhor adaptada ao meio físico.

Aos poucos, o algodão começa a se difundir também sobre bons solos da zona pioneira, que é acompanhado pela divisão da propriedade. O calendário agrícola do Brasil revela situações de concorrência e complementariedade. Com base nesse calendário, vê-se que o algodão e o café são complementares, mas entre o café e o algodão, e a produção de frutas e cereais, não há oposição. Mais próximo da capital, assim, são produzidos os elementos de subsistência do mercado interno. Dessa maneira, o que se verificou no Brasil é que o capitalismo pôde aqui fazer um ajuste extensivo e intensivo em seu ciclo de acumulação, que não procura mais apenas matérias primas, mas também mercados, como demonstrou Arrighi ao falar do ciclo de acumulação britânico (ARRIGHI, 1996). Assim, o mercado interno torna-se, nesse momento, uma consequência indireta da colonização para exploração e tem como resultado uma prática de povoamento e de constituição de um processo civilizatório nacional.

4- As fontes e a invisibilidade do paradigma e dos modelos

Uma visão global das fontes de Pierre Monbeig confirma a importância do modelo das monografias regionais da geografia francesa. Isto porque vislumbra-se de imediato aquilo que Robic chamou de “invisibilidade do paradigma”. Na tese de Monbeig, as referências bibliográficas a conceitos ou modelos são quase inexistentes, mas, como observamos, há um padrão de observação da paisagem que se repete: dados do meio natural, dados do meio histórico, análise sociológica, análise das mentalidades, as fotografias sobre as dinâmicas espaciais, os dados sanitários do indivíduo biológico, os

dados da propriedade, o relacionamento desses espaços com áreas mais vastas, através das cidades e das redes. A ordem em que esses fatores são articulados revelam as particularidades da colonização pelo capital no Brasil.

A primeira referência teórica aparece na página 94 da edição francesa referindo-se à importância das crises para analisar a zona pioneira de São Paulo. Esta observação apóia-se nos escritos de Pierre Denis, “Le Brésil au XXe siècle” (1928). Aliás, este autor ocupa um papel chave. Todas as suas conclusões servem a Monbeig como motivo de aprofundamento. Em seguida, na página 139, aparece a contribuição teórica dos escritos de Bowman.

Apoiando-se neste autor, Monbeig reafirma que o mundo pioneiro não é, ao contrário do que aparece, um mundo sem passado. Na zona pioneira, passado, redes e meio natural são pilares desse encontro dramático dessas forças. Em seguida, na página 290, Pierre Monbeig vai ao encontro de uma das mais importantes conclusões de sua tese, apoiando-se nas observações de Pierre Deffontaines. Para ele, apesar do viés exploratório desse capitalismo tropical, há a construção de uma civilização na zona pioneira:

Sem dúvida poderíamos concluir: um certo equilíbrio não parece reinar no mundo pioneiro? Aparentemente, a base da economia pioneira consolidou-se com o abandono da monocultura do café; o desenvolvimento de pequenas propriedades resultou num uso do solo mais completo em conjunto com uma melhor distribuição da riqueza. O futuro não é incerto para a franja pioneira quanto é para o velho país. Partindo desses poucos fatos, a conclusão resultante é otimista (MONBEIG, 1952, p. 290)³⁰⁷.

Em nota ele cita Pierre Deffontaines, através de seu livro “Geografia Humana do Brasil”. Por fim, na conclusão, aparecem referências diretas a Marc Bloch e indiretas a Bowman. Além disso, neste livro, os atores que são alvos de crítica são Elisée Reclus e Pierre Deffontaines. Sobre Elisée Reclus, Monbeig diz que ele não compreendeu completamente a ordem em que os fatores ocorrem na franja pioneira. Para aquele autor, as ferrovias precederem os habitantes. Monbeig não concorda. Nas suas palavras, “ com efeito, a sua maioria foram construídas depois que o desmatamento estava suficientemente avançado, o povoamento suficientemente numeroso, as culturas bastante

³⁰⁷ “Sans doute pourrait-on maintenant conclure: un certain équilibre ne paraît-il pas régner dans le monde pionnier? Apparemment, la base de l'économie pionnière a été consolidée par l'abandon de la monoculture caféière ; le développement de la petite exploitation a entraîné une utilisation du sol plus complète en même temps qu'une meilleure distribution des richesses. Quant à l'avenir, il n'est pas incertain pour la frange pionnière que pour les vieux pays. En partant de ces quelques faits, c'est une conclusion optimiste qui en découle”.

difundidas para que o frete fosse assegurado ³⁰⁸ (MONBEIG, 1952, p. 156). Em nota ele completa: ”contrariamente a opinião de Reclus”³⁰⁹ (...) não mais se espera a consolidação das cidades para uni-las por linhas ferroviárias: assim, nos Estados Unidos, as ferrovias precediam as habitações” (nota 9, MONBEIG, 1952, p. 256)³¹⁰.

A questão da ordem em que os fenômenos se passam no Brasil, quais são os fenômenos primeiros que estimulam os outros é um dos mais importantes raciocínios de Monbeig e acreditamos que esteja no cerne da questão do complexo geográfico. *No complexo geográfico, se há uma regularidade dos fatores, de acordo com uma epistemologia que se adapta a padronização capitalista global, há uma flexibilidade da ordem em que esses fatores ocorrem, quando se rearranjam no território brasileiro, retomando uma epistemologia que chama atenção para a singularidade dos processos geográficos locais.*

Ainda sobre a questão da invisibilidade do paradigma, quase todas as suas referências se dividem entre uma sutileza na descrição da paisagem que algum autor tenha compreendido, dados econômicos precisos, estatísticas gerais e específicas, relatos de viagens, entrevistas com os pioneiros, recolhimento de informações junto a autoridades competentes, descrição de técnicas agrícolas, periodizações históricas, notícias de jornal, história urbana. Todas as fontes lhe servem para comprovar *empiricamente* os seus argumentos. Ele praticamente não cita autores com o objetivo de se apropriar de suas conclusões interpretativas. Abundam os números, as estatísticas, as descrições da paisagem, os relatos dos atores. Prova disso é que a maioria das fontes de Monbeig é citada apenas uma vez, visto que os dados lhe interessam mais do que as interpretações.

Os atores que contribuíram diretamente para a consecução do seu trabalho, fornecendo-lhe dados, passam pelas autoridades, os companheiros da AGB e seus alunos. A abundância das fontes primárias é um dos indícios da invisibilidade do paradigma, posto que aumenta o peso das descrições, em desfavor das discussões teóricas. Ao mesmo tempo, a maioria dessas fontes primárias estavam sendo organizadas entre as décadas de 1930 e 1940, indicando que a obra de Monbeig caminhou paralelamente à

³⁰⁸ “en fait, la plupart ont été construites après que le défrichement eut été déjà suffisamment avancé, le peuplement suffisamment nombreux, les cultures assez étendues pour que l’on soit assuré du fret”.

³⁰⁹ “Contrairement à l’opinion de Reclus”.

³¹⁰ “on n’attend point que les villes s’élèvent pour les unir par des lignes de rail : ainsi naguère aux États-Unis, les voies ferrées précèdent les habitations”.

institucionalização da geografia e à organização do Estado Brasileiro³¹¹ Isto confirma o lamento constante de Monbeig de que as estatísticas ainda eram desorganizadas. Ora, o uso do modelo da monografia regional facilita o uso de dados estatísticos originais e a ausência de discussões teóricas é um sintoma bastante forte de que o domínio discursivo narrativo é predominante ao domínio da explicitação das regularidades e dos modelos. Quais são ou outros recursos de expressividade literária evocados por Monbeig?

5- A descrição das paisagens em uma geografia do movimento. Como captar a velocidade das transformações?

O que é exatamente esta “geografia do movimento”? Muitos autores divulgaram o modo como o próprio geógrafo denominou o fenômeno que ele pretendeu descrever em sua tese, sem que esta expressão fosse decomposta e elucidada: “Tão rápidas são as transformações, que tudo que se pode escrever a respeito entra logo na história. Por isso, foi o próprio movimento que eu tentei descrever e explicar (...) (MONBEIG, 1984 [1952] p. 19). Monbeig observa a realidade como se fosse um cineasta, que repete seus enquadramentos em diferentes momentos do tempo. Esta foi uma de suas estratégias discursivas. Em duas fotografias preservadas no IEB, ele retoma o mesmo enquadramento alguns anos depois da primeira foto, com a intenção de mostrar quão impressionante são as mudanças da paisagem na avenida São João.

³¹¹ São essas as fontes primárias de Monbeig: Boletim Estadual de estatística de São Paulo de 1945; Brasil (1940-1941), publicação do Ministério das Relações Exteriores, Anuário Estatístico do IBGE de 1946, publicação da Exploração Geographica e Geológica do Estado de São Paulo de 1930, informes da Sociedade Auxiliadora da Agricultura comércio e artes, quadro estatística da entrada e venda de café da Praça de Santos entre 1880 à 1935, Anuário da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo de 1905, Relatório Anual da Secretaria da Agricultura de 1906, Boletim do Serviço de Imigração e Colonização da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio de 1941, Boletins da Sociedade rural Brasileira de 1922, Boletim do D.T.I.C.; Estatística agrícola e zootécnica de 1939-1940; Anuário Estatístico do Estado de São Paulo, estatística de circulação, distribuição e consumo; Revista do Instituto do Café de 1938, Descrição Geral sobre a sociedade colonizadora do Brasil Limitada de 1939, Relatório da Comissão de Reerguimento da Lavoura cafeeira de 1947, Anuário Estatístico de 1945-1947, Secretaria da fazenda do Estado de São Paulo, de 1946, Estatística da Distribuição de Sementes de Algodão no ano agrícola de 1945-1946, compreendendo 305 municípios, da Secretaria de Agricultura, indústria e comércio do Estado de São Paulo, Anuário Estatístico, 1941-1946, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, CNG; Colheitas e mercados, 1948, publication du Secretariat d'Agriculture de São Paulo; Serviço de Profilacia da Malaria; Album illustrado da comarca de Rio Preto.



Foto 10: Avenida São João. Autor: Pierre Monbeig. Fonte: Fundo Pierre Monbeig- IEB, caixa 9



Foto 11. Avenida São João anos depois. Autor: Pierre Monbeig. Fonte: Fundo Pierre Monbeig- IEB, caixa 9

5.1. - Um recurso literário. A metáfora da franja pioneira: ordem, desordem e avanços de guerra

Em face do leitor europeu, ele chama atenção, textual e iconograficamente, para enorme velocidade em que as coisas mudam no Brasil. Isso lhe causa perplexidade

(FERNANDES, 2011). Um estranhamento também sobressai ao escolher o termo “franja pioneira” para sintetizar as paisagens das zonas novas, em franca elaboração. Ao designá-la, ele procura dar relevo ao caráter transitório desta zona, em vias de elaboração, bem como o aspecto desordeiro da paisagem. Sabe-se que a identidade geográfica passa pela “‘fisionomia’ da paisagem” (SALGUEIRO, 2006b, p. 92-93). Mas, segundo Hervé Théry, na opção pelo termo “franja”, e não “front”, reside uma recusa.

Em primeiro lugar, contrariamente ao que se lê aqui e ali, Pierre Monbeig não falava em ‘frentes pioneiras’: não tanto para evitar a metáfora militar que, como observou, vinha frequentemente à mente, mas por uma preocupação com a exatidão conceitual, para que o leitor não imaginasse uma linha contínua e para evitar ‘sugerir que a ação dos pioneiros fosse concertada, o não era o caso no passado e continua sendo uma exceção’ ([12] p. 974). Por isso ele esclareceu: “Em vez de ‘frente’, é melhor falar em ‘franja’, porque se trata raramente de uma ruptura repentina, e sim de uma progressão mais ou menos rápida passando de espaços organizados àqueles que assim se tornam” (ibid.) (THÉRY, 1991, p. 81)³¹².

Evocando a similaridade com o “front,” é esclarecedora a imagem metafórica do movimento de guerra, em que avançar ou recuar são premissas da vitória ou da derrota. Contra quem? Contra uma floresta densa e quase indomável, contra um desgaste crescente do solo: “A terminologia brasileira fixou-se no ‘oceano verde’ que se opõe aos pioneiros. A marcha destes faz-se na floresta e **contra a floresta**” [grifos nossos] (MONBEIG, 1984 [1952], p. 86-87).

Este aspecto do pensamento de Monbeig está em plena harmonia com uma das sugestões vidalianas. Para Vidal de la Blache, a civilização se constrói por lutas e choques. Em se referindo ao Mediterrâneo:

Na luta palmo a palmo que se trava contra as tempestades oceânicas para a construção dos portos, pode-se dizer que a ‘perseverança [do homem] triunfou: ele conquistou, ampliou sem cessar seu domínio, mas não sem, às vezes, sofrer os selvagens retornos de seu eterno inimigo’ (VIDAL DE LA BLACHE, 1873). (LIRA, 2013, p. 124).

³¹² “Il convient d’abord de dire que, contrairement à ce que l’on lit ici et là, Pierre Monbeig ne parlait pas de ‘fronts pionniers’: moins parce qu’il voulait éviter la métaphore militaire, dont il notait par ailleurs qu’elle revenait fréquemment à l’esprit que par souci d’exatidão, à la fois pour que le lecteur n’imagine pas une ligne continue, et pour éviter de “suggérer de la part des pionniers une action concertée, ce qui n’a pas été le cas dans le passé et demeure encore l’exception” ([12] p. 974). C’est pourquoi il précisait: “plutôt que de ‘front’, il vaut mieux parler de “frange pionnière”, car c’est rarement par une coupure brutale mais plutôt par une progression plus ou moins rapide que l’on passe des espaces organisés à ceux qui le deviennent”.

Ainda utilizando da metáfora do avanço em “front” pode-se sugerir alguma semelhança da evolução do espaço brasileiro em direção ao que se viu na Europa: “Terra sem passado, a franja pioneira *ainda* não viu a emergência do *pays*, mas, ao se dividir pelo traçado das redes ferroviárias, baseadas nas grandes linhas do relevo, pode ser o germe de uma futura região” (MONBEIG apud THÉRY, 1991, p. 88)³¹³. Monbeig acredita que é possível surgir uma civilização nas brechas do avanço do capitalismo sobre o território, principalmente se acaso ele for controlado por forças progressistas. Outra face dessa geografia do movimento, sob o comando de uma dialética entre processos naturais e processos econômicos, está na tomada de marcos temporais das crises para as principais transformações da zona pioneira (THÉRY, 1991, p. 82). As crises modificam o equilíbrio de forças nesta guerra de posição. A metáfora da guerra, dos espaços vitais, é uma importante contribuição que a geografia alemã legou à geografia francesa, e que Vidal de la Blache não descartou. E nem Pierre Monbeig.

5.2- As etapas do avanço da franja pioneira: uma narrativa “cinematográfica” com foco nos personagens

Os avanços da franja pioneira são um conjunto de “cenas” e narrativas. Assim, temos a impressão, ao ler a tese de Monbeig, que estamos vendo um filme. O movimento pioneiro é representado por diferentes personagens em diferentes fases e cenários geográficos. Monbeig diz que são os personagens que conferem características singulares à história da zona pioneira. Para Gomes et Droulers,

Em uma realidade territorial em constante mutação, Monbeig foi buscar na marca e na contribuição de cada tipo de personagem a sua estruturação [da realidade territorial] (índio, mineiro, grande plantador, coronel, grileiro, comerciante de terras, imigrantes, fazendeiro, colono e sitiante). Para compreender as mudanças ainda em marcha do espaço de São Paulo, Monbeig retoma as raízes histórias desses personagens.³¹⁴ (GOMES, DROULERS, 1996, p. 263).

Com efeito, para Pierre Monbeig, os primeiros pioneiros foram os índios:

Entrando nas matas dos planaltos ocidentais, os fazendeiros lá encontraram os índios. Eram estes de todo separados do movimento de expansão, economicamente. Todavia,

³¹³ “Terre sans passé, la frange pionnière n'a pas encore vu éclore de pays, mais elle est divisée en réseaux de chemins de fer, et cette division ferroviaire qui prend appui sur les grandes lignes du relief peut-être le germe des pays à venir”.

³¹⁴ “Dans une réalité territoriale en constante mutation, Monbeig est allé chercher l’empreinte et la contribution de chaque type de personnage dans sa structuration (Indien, mineiro, grand planteur, coronel, grileiro, marchand de terre, immigrant, fazendeiro, colono et sitiante). Pour comprendre les changements encore en marche dans l’espace de São Paulo, Monbeig revient aux racines historiques de ces personnages”.

foram eles os verdadeiros pioneiros, se nos ativermos ao sentido mais restrito da palavra, pois que foram os primeiros a queimar a mata e a aproveitar o solo (MONBEIG, 1984 [1952], p. 129).

Depois dos índios vieram os mineiros, pioneiros provenientes das Minas Gerais, que começaram o desbravamento dos sertões do Paranapanema e foram os primeiros que ocuparam os espigões para a criação do gado (MONBEIG, 1984 [1952], p. 135-136). A agricultura que eles conheciam era muito limitada, mas foi suficiente para passar, aos chamados “plantadores” a técnica das queimadas: “a técnica da agricultura de queimada que o pioneiro praticou, na fase de seu primeiro estabelecimento, foi a dos índios, que os caboclos brasileiros lhe transmitiram [aos mineiros].” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 132). Pelos índios e caboclos se cristalizam as técnicas dos gêneros de vida nômade.

A cultura do café não se solidifica sem uma mudança total na sociedade rural paulista: “assim, não se introduziu uma cultura nova, sem que se fizesse uma revolução na sociedade rural paulista” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 97). O impulso de participar do mundo moderno, em contraste com as dificuldades a serem vencidas, impregnou os paulistas de enorme espírito de empreendedorismo e audácia para vencer essas dificuldades (MONBEIG, 1984 [1952], p. 97). Surgiam novos pioneiros no cenário nacional:

A rapidez da conquista do solo (...) foi obra de uma sociedade cujas tradições, espírito e ambições já não apresentavam muita coisa em comum com as de seus antecessores. Viu-se que, por entre os mineiros tinham alguns assumido o papel preponderante, mas não o deviam senão à sua iniciativa pessoal e, por outro lado, nada os distinguiu de seus parentes e companheiros. Quando se pôs em movimento o avanço paulista, era ele, ao contrário, muito mais hierarquizado: encabeçava-o uma classe de grandes fazendeiros, que ao mesmo tempo dirigia importantes sociedades bancárias e ferroviárias, bem como detinha postos na administração pública. Emergiram dessa classe personalidades extremamente notáveis, cujo valor individual, entretanto, exprimia simplesmente, com maior força, as características comuns a todos eles. Sua obra consolidou, por muito tempo, a grande burguesia paulista. (MONBEIG, 1984 [1952], p. 139).

Ao redor de 1870, vencem-se os problemas de um só golpe. Em 1871, um grupo de fazendeiros organizava a “Associação Auxiliadora de Colonização e Emigração para a província de São Paulo” (que foi seguida, em 1886, pela montagem da ‘Sociedade Promotora da Imigração em São Paulo) (MONBEIG, 1984 [1952], p. 104): “Com espírito assim tão moderno, perfeitamente a par das realidades, enfrentaram os grandes

fazendeiros o problema da mão-de-obra.” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 101). Isso porque: “as regiões novas não eram favorecidas pela repartição geográfica dos escravos, cuja maioria se localizava nas regiões velhas (...)” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 101). Nesta época, as regiões novas atingiam Campinas, primeiro cenário da zona pioneira moderna. Um mapa de Hervé Théry exposto nos anexos ajuda a compreender a geografia da expansão do café.

Também se veem a participação dos fazendeiros em sociedades ferroviárias a partir de 1870 (MONBEIG, 1984 [1952], p. 98). Nesta mesma época, as fazendas equipavam-se com utensílios modernos, para o aperfeiçoamento no preparo dos grãos do café: máquinas de despolar, secadoras artificiais, classificadoras mecânicas e a vapor, cilindros para separação dos diversos tipos de café (MONBEIG, 1984 [1952], pp. 100-101), “o metal e o vapor triunfavam sobre a madeira e a água”³¹⁵ foi o que permitiu, aliás, a substituição da mão de obra escrava para mãos de obra assalariada. O ritmo acelerado da modernização define um tipo de fazendeiro que é um plantador, e não um agricultor: “Num momento em que não faltavam solos virgens, tinha o fazendeiro cuidados mais de industrial e negociante que de agricultor” (MONBEIG, 1984 [1952], p. 99). Toda a sociedade se transforma sob o impulso dos fazendeiros. Realmente, a descrição de Pierre Monbeig os qualifica como verdadeiros empreendedores. Nova cultura, novos personagens, outros espaços. O oeste paulista é o teatro desses novos pioneiros que formaram a aristocracia paulista:

Partindo dos municípios da depressão periférica, avançaram os grandes plantadores, seguindo as vias de penetração natural, que diante deles se abriam. Duas famílias, os Almeida Prado, de Itu, e os Toledo Piza, de Capivari, desceram o Tietê até a entrada deste na serra de Botucatu; descobriram extensa mancha de terra roxa, nas cercanias de Jaú, e nessa região iniciaram a cafeicultura. Ali tinham sido feitas as primeiras plantações, muito modestas, pelos mineiros; em 1865, comprou-as F. Paulo de Almeida Prado. Ajudado por seus irmãos e cunhados, lavradores em Tietê e Porto Feliz, aumentou as plantações e foi seguido por homens de Piracicaba, Limeira, Indaiatuba. Joaquim de Toledo Piza veio mais tarde, em 1849, e completou os desbravamentos, na zona de Jaú. Mas, não se contentando com as terras já parcialmente ocupadas, partiu, em 1891, para o sertão dos Coroados, nas nascentes do rio Feio, e o adquiriu. Acompanhado do suíço Luis Wolf, lá plantou os primeiros pés de café, nas fazendas da Faca e Bela Vista. Sem demora, tratou de equipar suas propriedades, construindo terreiros para a secagem do café, abrindo uma estrada, a partir da estação ferroviária mais próxima, a uma distância de 20 léguas, e transportando em carros de boi as máquinas para

³¹⁵ “le métal et la vapeur triomphaient du bois et de l’eau”.

despolpar café. Mais tarde, depois da construção da ferrovia de Bauru ao Mato Grosso, contribuía ele para o desenvolvimento da cidade de Pirajuí e foi o criador de Albuquerque Lins. Em 1923, possuía um milhão de pés de café. (MONBEIG, 1984 [1952], p. 139-140)

Nesta altura, Pierre Monbeig esboça uma percepção arguta. Essa trajetória heroica dos fazendeiros ilude os pequenos proprietários, também pioneiros, e que são, na verdade, os verdadeiros desbravados da floresta. Não é à toa que, até hoje, a classe média urbana, toma a grande burguesia como espelho da ascensão social. Mas em época de crise econômica, esta burguesia não faz mais do que lhe retirar oportunidades e direitos. Assim, Monbeig tem uma visão bastante crítica, afinal, ao contrário do que muitos pensam, para ele, “a marcha pioneira foi primeiramente assunto deles [pequenos proprietários]”.

Tanto na fase dos colonos, como na fase dos sitiantes, que virá em seguida, a estrutura econômica se mantém amarrada pela ilusão da possibilidade do empreendimento, criada pelo crédito e pela propaganda³¹⁶, corroborando, na modernidade, com a “mentalidade bandeirante”. Assim, parte dessa “mentalidade bandeirante” é, na verdade, uma armadilha.

Saindo de Campinas, a crise de 1900 logo envelhece esta região. Os pioneiros avançam sobre novas terras, notadamente sobre a região a oeste, pelo Paranapanema, Botucatu, Marília e Presidente Prudente (ver mapa de Hervé Théry nos anexos, 2009, p. 56). Depois da crise de 1929, eles avançam para o norte do Paraná. Esses são os cenários geográficos que servem de palco das quatro cenas em que se desenrola o avanço da zona pioneira, interrompidas pelas crises e tendo personagens e tipos sociais no centro das narrativas, tantos os empreendedores quanto os explorados.

Mas, para Monbeig, há um outro sinal que também caracteriza as novas zonas pioneiras. Lá, há, de fato, a construção de algo novo, de uma sociedade que abandona seus antigos hábitos para criar novos. A zona pioneira de São Paulo, portanto, é mais do que um cadilho de nacionalidades. Ela transforma os homens, ela os unifica em um projeto comum, ela é, portanto, um caldeirão de uma nova sociedade e o germe da criação de um sentimento regional e mesmo nacional.

³¹⁶ “L'ouvrage apporte au surplus du nouveau sûr de nombreux points, qu'il s'agisse de l'influence décisive des moyens de communication sur l'établissement des pionniers, ou surtout de l'évolution agricole de frange pionnière qui sous l'effet des crises économiques a glissé de la monoculture du café à une polyagriculture associant café, coton, culture vivrière et élevage. Les différences de régimes d'exploitation et de types d'établissements humains sont décrites avec minutie, telle l'opposition entre la grande fazenda vouée au café et le petit sitio consacré au coton.” (CHARDONNET, 1953, p. 447).

6- As imagens, a valorização da variação escalar e do concreto

A recorrência de Pierre Monbeig às imagens é também um demonstrativo da expressividade artística. As ilustrações na sua obra, como aquela da prancha 7 (foto 12), permeiam todo seu trabalho. Nesta prancha, Pierre Monbeig o ilustra com “personagens” centrais de suas narrativas: o pioneiro, o solo, as fazendas e as casas. Ele retrata um ambiente em transformação. Além disso, vemos Pierre Monbeig, através das imagens, variar as escalas (planta 1, planta 2, mapa 5).

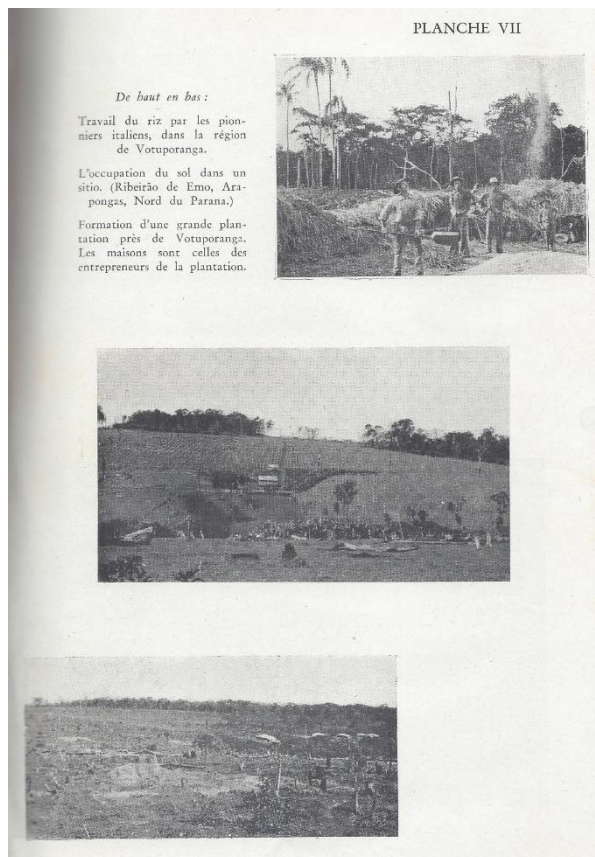
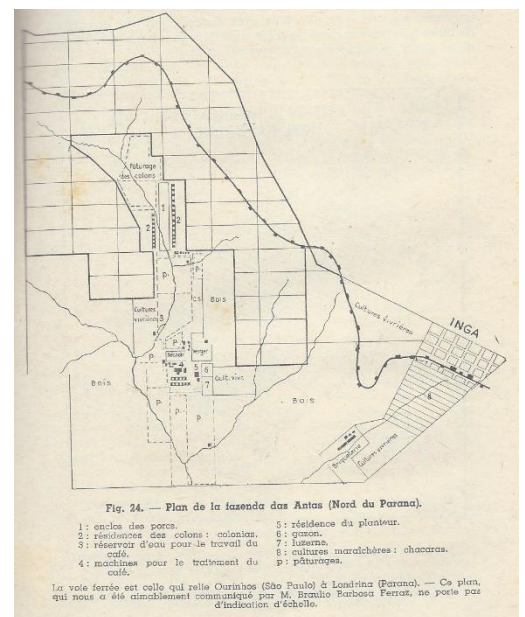
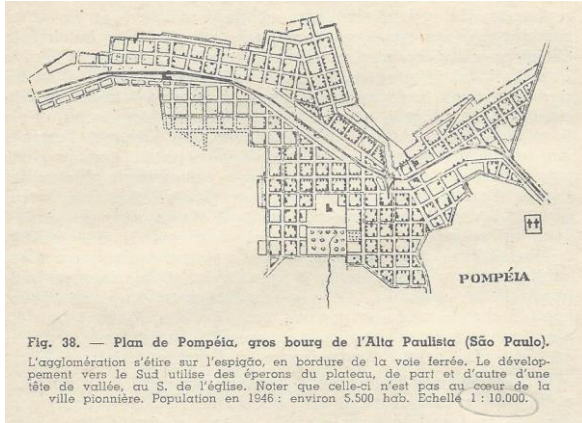


Foto 12: Planche XVII. Fonte MONBEIG, 1952.

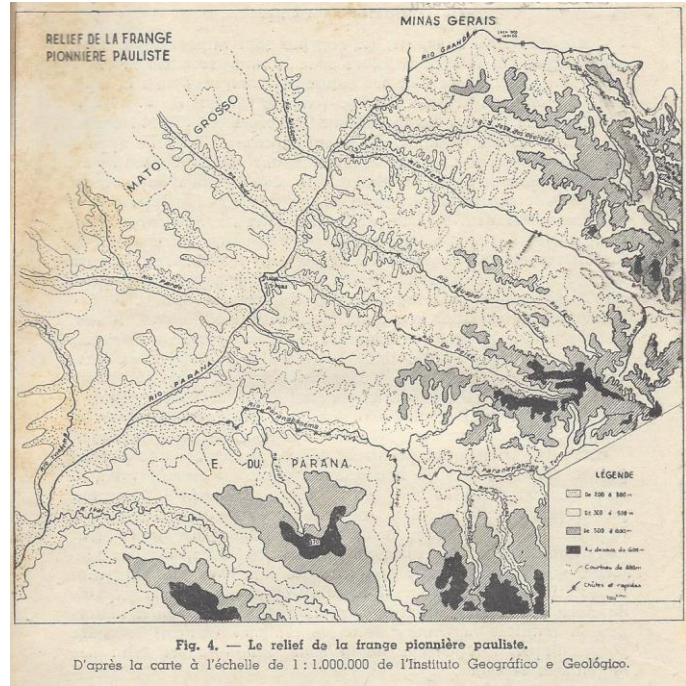


Planta 1: Fazenda de Antas. Fonte: MONBEIG, 1952.

Mapa 5: Relief de la frange pionnière paulista. Fonte : Monbeig, 1952

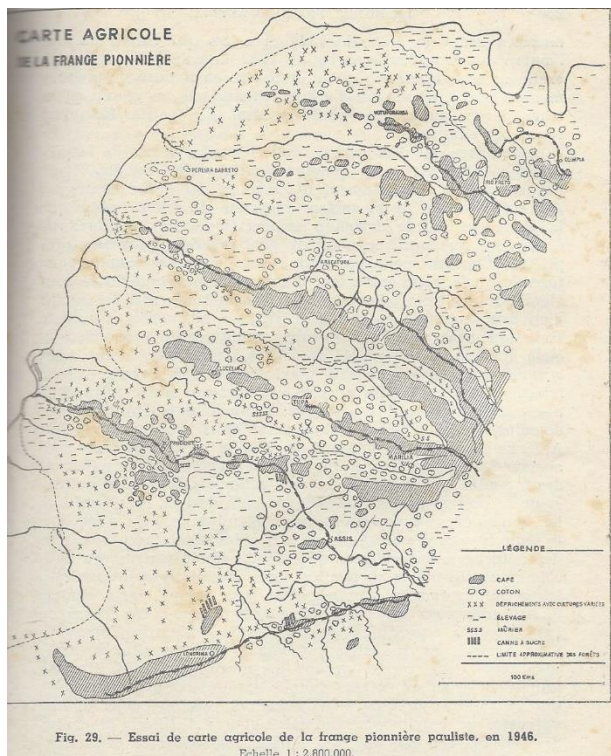


Planta 2: Pompéia. Fonte: Monbeig, 1952.



As escalas vão dos mapas, passando pela planta das cidades, até as plantas das fazendas e as fotos das casas. Ele pretende mostrar a articulação dos processos globais com os processos locais: a carta agrícola (mapa 6) reproduz a localização e o tamanho da produção voltada prioritariamente para o mercado internacional, com a distribuição das plantações de café e de algodão.

Ao mesmo tempo, a imagem é a valorização do concreto e do sensível. O leitor é chamado a se distanciar dos modelos e a enxergar paisagens concretas que evocam as suas próprias experiências como mediadoras da veracidade do discurso geográfico. É Sion quem revela que esta estratégia está profundamente implicada no método vidaliano, do qual Monbeig não se distancia:



Mapa 6. Carte agricole. Fonte: MONBEIG, 1952.

Além disso, o enquadramento do mapa franja pioneira é singular (mapa 5). Monbeig consegue extrair da carta do Instituto Geográfico e Geológico um enquadramento singular da zona pioneira, na fronteira entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Paraná. É de se notar também que a carta agrícola de Pierre Monbeig é desenhada a mão. Os símbolos do café e do algodão são detalhadamente preenchidos nas cartas.

Em todas essas produções, vemos o cientista produzir informações através dos novos enquadramentos e dos desenhos. Ele é um produtor de imagens, enquanto fotógrafo cineasta ou enquanto cartógrafo. Assim, essas imagens revelam características importantes do método de investigação e exposição de Pierre Monbeig: a expressividade artística e o apego ao concreto, para além de uma simples ilustração das narrativas.

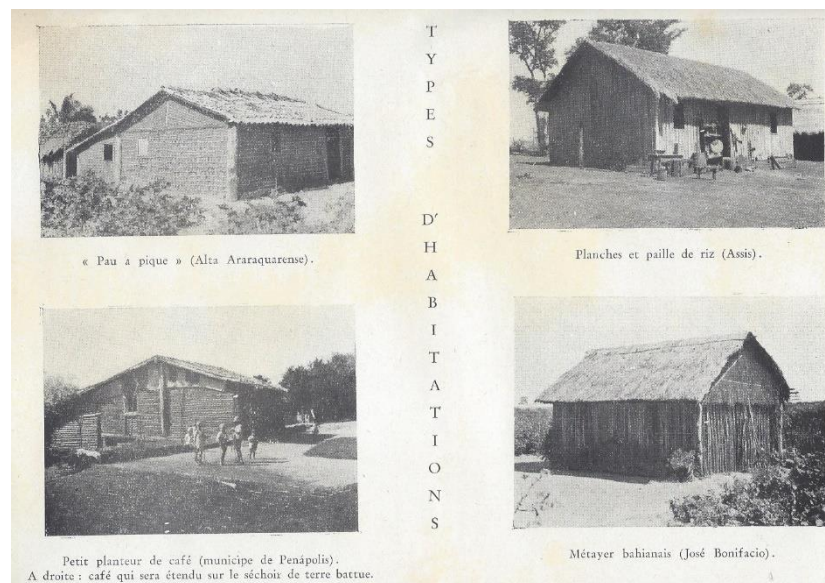
(...) ele tinha extremo cuidado tanto com seus enquadramentos quanto com a composição de suas imagens e que, por outro lado não fazia restrições ao uso dos enquadramentos (...) para os quais os geógrafos geralmente ‘torcem o nariz’ por julgarem que têm efeitos ‘subjetivantes’ – pelo próprio fato de que a incorporação de elementos de fora do

³¹⁷ “Une photographie lui donnait l’occasion d’analyser un paysage [...]. Et l’on sortait avec l’impression que l’on avait compris ce qu’il a d’essentiel dans la physionomie d’un pays et saisi comme son âme elle-même, tout en jouissant de sa beauté”.

Uma fotografia dava-lhe a oportunidade de analisar uma paisagem [...]. E saíamos com a impressão de termos entendido o essencial da fisionomia de um país e conhecido sua própria alma, ao mesmo tempo desfrutando de sua beleza” (SION apud ROBIC, 1991, p. 66)³¹⁷.

O plano das cidades, mostra como elas são dependentes da sua situação geográfica e das estradas. Por fim, o plano da fazenda a situa em pleno encaixe entre os rios e as ferrovias, mostrando, a todo momento, a necessidade de se adaptar às condições concretas do meio físico. Já as casas retratam a transitoriedade e o movimento da zona pioneira.

enquadramento impede que se esqueça, ao olhá-los, de que se trata de percepções ou de encenações voluntárias: elas remetem sempre a um sujeito observador situado no próprio terreno. (MENDIBIL, 2006, p. 243).



Fotos 13, 14, 15, 16: Types d'Habitation. Fonte: MONBEIG, 1952.

Pierre Monbeig foi um geógrafo do concreto, das sensibilidades, do visível. Ele conseguiu articular do seu método de investigação em função da compreensão do concreto. Em um “retorno” à expressividade artística, literária e a um determinismo geográfico (onde o homem não comanda todos os processos, mesmo aqueles dotados de capital), revela-se sua adesão a uma escola que nunca o deixou de seduzir. Em 1952, esta posição já se tornara cada vez mais estranha, uma vez que seu segundo diretor de tese, do alto de sua cadeira na *Sorbonne* já havia declarado, em 1942, que o ensino de geografia não se voltava mais a formação pedagógica, mas a formação técnica (CHOLLEY, 1951, p. 126).

Uma escola geográfica francesa que, desde de sua formação, nos arredores de 1870, passando pela sua expansão, circulação, até o lançamento das bases de geografia desenvolvida no Brasil, passa por um longo processo de continuidade, até pelo menos a década de 1950. No caso do Brasil, não seria antes de 1956 que iríamos ter a emergência de uma nova tradição, uma escola brasileira de geografia autônoma. Assim, a expressividade de Monbeig é um retorno. Um retorno a uma geografia que o seduziu nos primeiros anos de formação e que ele deslocou às terras brasileiras, desenvolvendo-a a partir de um espaço, o Brasil, que, palco de uma colonização em capitalismo tardio, *tinha*

tudo para desarticula-la em sua organização paradigmática, mas que ele não hesitou em preservá-la.

Considerações finais

O tripé dos lentos processos que atingiram a geografia de Pierre Monbeig em profundas camadas não podia ser fragmentado. A erosão dos valores literários, quando as ciências se distanciam da literatura para criar seus próprios critérios de cientificidade; a tentação à ação, que conduz os movimentos intelectuais para uma ciência crescentemente mais engajada, planejadora e aplicada (seja ela crítica ou não); e a progressiva sistematização metodológica, quando os cientistas tornam-se cada vez mais conscientes de seus métodos, foram movimentos que se aceleraram ao longo da primeira metade do século XX, atingiram todas as ciências em diversas temporalidades, com seus avanços e recuos e eclipsaram antigos padrões. Do nosso ponto de vista, isto ocorreu devido à crescente complexidade que o modo de produção capitalista vivencia entre fins do século XIX e início do XX (ARRIGHI, 1996). Sendo Pierre Monbeig um geógrafo da modernização em contexto de mundialização, esta trama contextual, em termos políticos, econômicos, sociais e epistemológicos, trouxe reflexos para a Geografia que ele produziu no Brasil.

No avanço desse contexto, o patamar de investimento na força de trabalho também se intensifica, os procedimentos industriais se tornam mais complexos e o Estado passa a tutelar não apenas a formação universitária (FERNANDES, 1975) como não deixa de arbitrar as relações de trabalho (SINGER, 2001). No Brasil, o Estado teve um papel chave pois a burguesia nacional toma consciência que ela não poderia liderar sozinha o processo de industrialização (FERNANDES, 1975). O Estado passa a exercer maior controle sobre a Educação, ele chama à formação de técnicos e planejadores que possam contribuir com seus projetos: “é que a carreira técnica, os empregos de alta qualificação e os cargos de direção começam a condicionar os mecanismos de mobilidade social vertical que exigiam conhecimentos técnicos” (FERNANDES, 1975, p. 31). Por tudo isso, vê-se que, nesse momento de catástrofes e revoluções, a ciência também é chamada a atuar de forma cada vez mais especializada, planejadora e técnica nos países novos, o que expõe a necessidade de um novo padrão científico. É no bojo desse novo padrão que vimos a Geografia no geral, e a geografia de Monbeig em particular, reacomodar-se em um novo universalismo, sem abrir mão de suas heranças.

Em síntese, verifica-se que a formação de uma economia mundial com exigência técnicas e políticas cada vez mais complexas teve importantes rebatimentos sobre a

epistemologia da geografia e sobre a epistemologia da geografia no Brasil. Os fenômenos econômicos modernos e a homogeneização do mundo anunciam o princípio de uma renovação epistemológica. A excepcionalidade de que são imbuídas as descrições das paisagens, o determinismo geográfico, veiculados por valores literários, cede lugar a uma geografia atenta às particularidades dos fenômenos, mas já consciente das profundas equivalências das realidades mundiais. A Geografia Humana se colocou na vanguarda dessas transições, pois ao situar o homem no centro da condução dos processos econômicos e políticos do mundo, ela cede tendencialmente à sua tentação à ação e a geografia migra, ao longo da primeira metade do século XX, de uma ciência desinteressada com alguma inculcação patriótica a uma disciplina promotora da expansão econômica dos países inseridos numa divisão internacional do trabalho. Ademais, ela sai da condição de um método e um paradigma “invisível” para dar lugar a agentes que são produtores de manuais, bem como outros que a conduzem às necessidades do ensino técnico. Este foi um lento processo que dava novos contornos à geografia na França, no seu momento de consolidação institucional e expansão cultural e diplomática. Mas no Brasil, os mesmos movimentos se verificam, mas com contornos particulares.

As transformações que a geografia de Pierre Monbeig vai sofrer em face do espaço e das conjunturas brasileiras são temporalmente específicas. Face a conjuntura e a determinismos específicos, as respostas de uma ciência em contexto de circulação são singulares. Monbeig chega no Brasil no momento de formação de um Estado Nacional, de crise das oligarquias e em contexto de colonização do capitalismo tardio, quando o centro de decisão da economia nacional migra gradativamente de fora para dentro. Face as mazelas de um país periférico numa época de catástrofes, Monbeig participa aqui de um forte movimento de constituição da nação brasileira.

De um lado, os valores literários, que ele reproduziu, o auxiliaram a ensinar os estudantes a valorizem o Brasil. Era preciso sair de um ciclo de pessimismo dos discursos da tropicalidade e do vazio cultural para valorizar o Brasil enquanto país e objeto frutífero de pesquisas em ordem global. Os valores literários vão se atenuando ao longo da produção geográfica de Monbeig, mas sofrem sempre poderosos retornos com a intenção manifesta de chamar as sensibilidades para os problemas que migram de uma compreensão da sua excepcionalidade para a compreensão de sua inserção global. Monbeig também foi extremamente sensível ao processo de formação do Estado Nacional: o problema da condução administrativa do Estado tinha rebatimentos

profundos no modo de se fazer ciência, seja do ponto de vista da geografia, seja do ponto de vista da cartografia e das estatísticas. Em um momento em que a intelectualidade brasileira é chamada à ação, uma conjuntura planificadora é precocemente estabelecida no Brasil, tendo Monbeig contribuído, no que tange à tentação à ação, *com questões, teorias e modelos geográficos* que o levaram a compreensão das origens e padrões de repetição da condição do subdesenvolvimento a partir de uma perspectiva crítica ao imperialismo. Por fim, Monbeig foi um produtor de manuais. Engajado em uma missão científica e civilizatória que atacava o atraso em toda marcha, ele teve postura bastante normativa em face do método geográfico.

Este processo de formação da Geografia Brasileira era um processo ao mesmo tempo material e simbólico. Material, no estímulo às instituições, às associações, à formação de bibliotecas, à produção cartográfica, entre outros. Simbólico no sentido que ele fora capaz de, ao longo de sua trajetória, sair de uma condição de discípulo aplicado, passando por contribuições parciais à totalidade da epistemologia francesa, a um verdadeiro giro teórico que possuía as marcas do espaço brasileiro: uma geo-história do capitalismo periférico com base em raciocínios sistêmicos e que conferia importância ao papel dos atores, é fortuna crítica que Pierre Monbeig legou à Geografia Brasileira. Monbeig pode ser considerado como mais um ator chave da formação do pensamento social brasileiro. Nós acreditamos que a geo-história com base em raciocínios sistêmicos é a filosofia da história melhor adaptada à compreensão dos processos de colonização em países periféricos no contexto de capitalismo tardio, nos marcos de uma abordagem funcionalista³¹⁸.

Assim, a Geografia Brasileira, sob a liderança de Monbeig, encontrou um discurso simbólico de fundação: a Géó-história dos países periféricos. Pierre Monbeig situou sua obra em contribuições primeiro parciais ao acúmulo teórico da geografia francesa e, ao se aprofundar no estudo do Brasil, elaborou métodos específicos, e uma teoria relevante para o estudo de países dependentes e subdesenvolvidos. Foi a geografia de Vidal e seus discípulos, notadamente Albert Demangeon, que levou Pierre Monbeig à geo-história. Foi o processo de modernização do capitalismo tardio brasileiro que levou Pierre Monbeig a completar essa geo-história, com raciocínios sistêmicos.

³¹⁸ É Silvio Bray quem classifica a abordagem de Monbeig no interior de uma abordagem funcionalista (BRAY, 1983).

Este não foi um processo rápido, e uma das nossas conclusões é que a autonomização da Geografia Brasileira em relação à Geografia Francesa só se encetará a partir de 1956, no congresso internacional da UGI no Rio de Janeiro. Este processo se dá com durações mais prolongadas, contrariamente a visões que buscam ver rupturas rápidas na história.

E deve-se notar também que o ingresso potencial do Brasil nas tramas da geografia francesa tinha um grande potencial de promover um descolamento do paradigma vidaliano rumo a uma geografia da ação, que apareceu nos seus primórdios nos escritos de Marcel Dubois. Contudo, Pierre Monbeig não foi o artífice desse deslocamento, pois ele se mostrou seduzido pelos nós essenciais da reprodução do paradigma vidaliano nos países de colonização, em termos de valores literários, de reposição do determinismo geográfico, de tentativa ao distanciamento a uma geografia aplicada e uma *relativa* invisibilidade metodológica, até a produção de sua tese, em 1952.

Pierre Monbeig não levou às últimas consequências o descolamento do paradigma, que se daria em termos de colocar o homem no centro dos processos geográficos, eliminar o determinismo natural, contribuir para a compreensão das generalidades das paisagens globais, pender a uma geografia aplicada, com pleno domínio técnico e metodológico. Assim, ele desenvolveu uma *teoria vidaliana* da colonização e diluiu suas principais originalidades teóricas em um discurso que tinha como pano de fundo a reafirmação de suas heranças.

Fontes selecionadas:

AGF, Status de l'Association de Géographes français. In: Bulletin de l'Association de géographes français, vol 1, n. 1, 1924, p. 8.

B.A., n° 1684 et 1689, t. LXXVIII, p. 713. Circulaire du 28 juillet 1904, complétée par l'arrêté du 28 juillet 1905.

Arrêté du 31 Mai 1902, B.A, n° 1522, 1902, t LXXI, p. 760.

Arbousse-Bastide, ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- Ministère des Affaires étrangères et du Développement international- caixa 443/1. Lettre de Arbousse Bastide à J.Marx, 28 de Outubro de 1936

ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- caixa 443/1. Lettre de la mission à J.Marx, 23 de Abril de 1938.

ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE, caixa 443/1. Informations sur la mission universitaire de Sao Paulo [3 Mars – 20 Avril 1938]).

ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- Ministère des Affaires étrangères et du Développement international- caixa 443/2. Cas Deffontaines.

ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- Ministère des Affaires étrangères et du Développement international- caixa 443/1. Carta de Pierre Monbeig ao ministro, Paris, 2 de fevereiro de 1938.

ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- Ministère des Affaires étrangères et du Développement international- caixa 444- serie D, carton 170, dossier 9, Informations sur la mission universitaire de Sao Paulo (juillet, sept 1938).

ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- Ministère des Affaires étrangères et du Développement international- caixa 443/2. Lettre de M. Martin (vice consul no consulado da França em São Paulo, 5 de janeiro de 1938)

ARCHIVES DIPLOMATIQUES (FRANCE)- LA COURNEUVE- Ministère des Affaires étrangères et du Développement international- caixa 443/2. Carta de Pierre Deffontaines a destinatário desconhecido. São Paulo, 15 de Nov. 1934.)

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, A União Geográfica Internacional, Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros (São Paulo), 1936.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros (São Paulo). In: Revista Brasileira de Geografia, v. 3, n. 1, 1941.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. Carta ao Exm^o Snr. Embaixador José Carlos Macedo Soares (IBGE). São Paulo, 16 de Junho de 1944, Arquivos da AGB.

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS, Dez anos de existência. In: Boletim da Associação dos geógrafos brasileiros, ano IV, n. 5, 1941.

CAPH, Projeto Memória da FFCL/FFLCH-USP, Arquivo pessoal Eurípedes Simões de Paula, caixa 27, doc 2390 [carta de Caio Prado Jr à Eurípedes- diretor da FFCL sobre a AGB]

CÁTEDRA PIERRE MONBEIG. Cartilha de Comemoração de 70 anos dos estudos de Geografia- FFLCH- USP. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, s/d.

CASA DE VÉLAZQUEZ, Memoria gráfica 1928-2008. Casa de Vélazquez, 2006.

COLLÈGE DE FRANCE, Assembléia de 21 de janeiro de 1912, procès-verbal, 4AP381.

COLLÈGE DE FRANCE. Dossie Jean Brunhes. Procès verbal de l'Assemblée de 21 janvier 1912.- GIV – h- 9. Archives.

COLLÈGE DE France. Géographie Humaine. Annuaire du Collège de France, 13eme année. Paris : Ernest Leroux, 1913.

COLLÈGE DE France. Géographie Humaine. Annuaire du Collège de France, 19eme année. Paris : Ernest Leroux, 1919

COLLÈGE DE France. Géographie Humaine. Annuaire du Collège de France, 28eme année. Paris : Ernest Leroux, 1928.

COLLÈGE DE France. Géographie Humaine. Annuaire du Collège de France, 29eme année. Paris : Ernest Leroux, 1929.

COLLÈGE DE France. Géographie Humaine. Annuaire du Collège de France, 30eme année. Paris : Ernest Leroux, 1930.

COLLÈGE DE France. Notice. Annuaire du Collège de France, 12eme année. Paris : Ernest Leroux, 1912.P381

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA, Anais do 9º congresso brasileiro de geografia, 1941.

FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS. Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras 1936. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1937.

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG. A geografia : um valor cultural e um instrumento moderno. Caixa 4, doc 3

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG. Sem titulo. Sobre a subalimentação no mundo intertropical. Caixa 5, doc 14. SD

IEB, USP, ACERVO CAIO PRADO JR, CPJ-AGB 001. Livro de atas.

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG. O Estudo regional na Geografia Humana. Caixa 6, doc 1. 1940.

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG. Carta desenhada à mão por Pierre Monbeig sobre a situação da cidade de São Paulo, IEB, caixa 9.

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG. Avenida São João. IEB, caixa 9.

IEB, FUNDO PIERRE MONBEIG, Avenida São João Anos depois, caixa 9.

O Estado de São Paulo, Universidade de São Palo, O Estado de São Paulo, São Paulo, 28 de Julho de 1935.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 de Agosto de 1935, p. 5.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 de Agosto de 1935, p. 7.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 28 de agosto de 1935, p. 5.

O Estado de São Paulo, Notícias diversas, O Estado de São Paulo, São Paulo, 06 de junho de 1936, p. 6.

O Estado de São Paulo, A sociedade. O Estado de São Paulo, São Paulo, 20 de Março de 1937, p. 7

O Estado de São Paulo, Notícia Diversas, O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 de maio de 1937.

O Estado de São Paulo, Notícias diversas, O Estado de São Paulo, São Paulo, 5 de agosto de 1937.

O Estado de São Paulo. Associação dos Geógrafos brasileiros, O Estado de São Paulo, São Paulo, 27 de setembro de 1938, p. 7.

O Estado de São Paulo, Notícias diversas, O Estado de São Paulo, São Paulo, 02 de Setembro de 1939.

O Estado de São Paulo, Associação dos geógrafos brasileiros. O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 de Maio de 1941, p. 6.

O Estado de São Paulo, A Sociedade. O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 de fevereiro de 1946, p. 2.

O Estado de São Paulo, Notícias diversas, O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 de setembro de 1936, p. 8.

O Estado de São Paulo. Confraternização Ítalo-Brasileira. O Estado de São Paulo, São Paulo, 07 de Junho de 1945, p. 8.

O Estado de São Paulo, São Paulo, 04 de Dezembro de 1945, p. 9.

O Estado de São Paulo, Obra de clarividência e paixão, Entrevista com Pierre Monbeig, São Paulo, 28 de janeiro de 1979, p. 178.

UNIVERSITÉ DE PARIS (1925-1926). Livret de l'étudiant. Paris : Presses Universitaires de France, Bureau des Renseignement Scientifique à la Sorbonne.

UNIVERSITÉ DE PARIS (1927-1928). Livret de l'étudiant. Paris : Presses Universitaires de France, Bureau des Renseignement Scientifique à la Sorbonne.

UNIVERSITÉ DE PARIS, Annales de l'Université de Paris, 10e année, n. 3, 1935.

UNIVERSITÉ DE PARIS. Inauguration de l'Institut d'études hispaniques de l'Université de Paris. *Annales de l'Université de Paris*, 4e année, n. 3, 1929.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Philosophia, Ciências e Letras. Programa de 1935, Imprensa Oficial do Estado. São Paulo, 1935.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Philosophia, Ciências e Letras. Programa de 1937, Imprensa Oficial do Estado. São Paulo, 1937.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Guia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras para 1943. São Paulo- Brasil, 1943.

Bibliografia:

AB'SÁBER, A. N. Vinte e cinco anos de Geografia em São Paulo. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 34, p. 71-82, 1960.

AB'SABER, A. Pierre Monbeig: a herança intelectual de um geógrafo. *Estudos Avançados*, São Paulo, 8, 22, 1994.

ABRANTES, V. Era preciso redescobrir o Brasil. As expedições geográficas do IBGE entre as décadas de 1940 e 1960. *Terra Brasilis* (Nova Série), n.3, 2014.

ABREU, M. A. Pierre Monbeig e os primórdios da geografia urbana no Brasil. In: SALGUEIRO, H. A (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru: Edusc, 2006, pp. 129-158.

AGGIO, Alberto; BARBOSA, Agnaldo de Sousa; COELHO, Hercília Mara Facuri. *Política e Sociedade no Brasil (1930-1964)*. São Paulo: Annablume, 2002.

ALENCASTRO, L. P. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 523 p.

ALLIX, A. Emmanuel de Martonne (1873-1955). *Revue de géographie de Lyon*, Lyon, vol. 31, n. 31-1, pp. 75-78, 1956.

ALVES, F. D; FERREIRA, E. R. História da geografia agrária brasileira: Pierre Monbeig e Leo Waibel, *Mercator*, Fortaleza, 10, pp. 87-102, 2011.

ANDRADE, M. C. A Geografia Clássica. In: ANDRADE, M. C.. *Geografia Ciência da Sociedade: Introdução à Análise do Pensamento Geográfico*. São Paulo: Atlas, 1987, cap 6, pp. 63-80.

ANDRADE, M. C. de. Pierre Monbeig e o Brasil. In: THÉRY, H. DROULERS, M. Pierre Monbeig : un géographe pionnier. Paris : IHEAL, 1991, cap 8, pp. 53-55.

ANDRADE, M. C.. Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 72, pp. 63-82, 1994.

ANDRADE, J. C. de. History of geographical thought, Monbeig Pierre, the French mission at USP and fronts. *Revista do IEB*, São Paulo, n. 52, p. 43-68, 2011.

ANDREWS, H. F. The early life of Paul Vidal de la Blache and the makings of modern geography. *Transactions of the Institute of British Geographers*, Londres, vol. II, n. 2, p. 174-182, 1986.

ANTUNES, C. da F.. A Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB)- origens, ideias e transformações: notas de uma história. 2008. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense (UFF). Departamento de Geografia, Rio de Janeiro, 2008.

ARRAULT, J.-B.. Penser à l'échelle du Monde : histoire conceptuelle de la mondialisation en géographie (fin du XIXe siècle/entre-deux-guerres). Tese de doutorado. Université Paris 1- Panthéon-Sorbonne, Defendida em 11 de Dezembro de 2007.

ARRAULT, J.-B, Une géographie inattendue: le système mondial vu par Paul Vidal de la Blache, *Espace géographique*, Paris, 1, Tome 37, p. 75-88, 2008.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX*. São Paulo: Contraponto, Unesp, 1996, 408p.

AZEVEDO, Aroldo. Geografia. O Estado de São Paulo, 25 de janeiro de 1959.

BARROS, N. C. C. de. Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte da educação liberal. *Estudos Avançados*, São Paulo, 22, 62, pp. 317-133, 2008.

BATAILLON, C. Table ronde imaginaire sur la géographie universitaire française 1930-1940. *Hérodote*, Paris, 20, pp. 116-153, 1981.

BATAILLON, C. Les années de formation. In : THÉRY, H. DROULERS, M. *Pierre Monbeig : un géographe pionnier*. Paris : IHEAL, 1991, pp. 27-34.

BERDOULAY, V. La métaphore organiciste : contribution à l'étude du langage des géographes. *Annales de Géographie*. Paris, vol. 91. n. 507, pp. 573-586, 1982.

BERNARDES, N. A influência estrangeira no desenvolvimento da Geografia no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 3, ano 44, pp. 519-527, 1982.

BLANCHARD, R. Nécrologie : M. Lucien Gallois. *Revue de géographie alpine*. Grenoble, vol 29, n. 29-3, pp. 505-512, 1941.

BOURDIEU, P. Le champ scientifique. *Actes de la recherche en sciences sociales*. Paris, vol 2, n. 2.2-3, pp. 88-104, 1976.

BOURDIEU, P. *Science de la science et la réflexivité*. Paris : Raison d'agir, 2001, 239 p.

BRAUDEL, F. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

BRAUDEL, F. A longa duração. In: BRAUDEL, F. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Perspectiva, 1992.

BRAUDEL, F.. *Civilização Material Economia e Capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 1998, 3v.

BRAUDEL, F. [1949] Geohistória (inédito). In: *Revista de História Contemporânea*. São Paulo, I, pp. 124-135, 2002.

BRAY, S. C. O pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig – análise dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 30 e 40. *Revista de Geografia* (São Paulo), vol. 2, 1983, pp. 83-90.

BROC, N. Les séductions de la nouvelle Géographie. In : CARBONELL, C.-O.; LIVET, G. (orgs). *Au berceau des annales, le milieu strasbourgeois, l'histoire en France au début du XXe siècle*. Toulouse : Presses de l'Institut d'Études politiques de Toulouse, 1983.

BROC, N. Homo geographicus : Radioscopie des géographes français de l'entre-deux-guerres (1918-1939). *Annales de Géographie*, vol 102, n. 571, 1993, pp. 225-254.

BROC, N. Les géographes français en Espagne (1920-1950). *Annales de Géographie*, Paris, t. 106, n. 596, pp. 355-372, 1997.

BRUNHES, J. *L'irrigation, ses conditions géographiques, ses modes et son organisation dans la Péninsule Ibérique et dans l'Afrique du Nord* : étude de géographie humaine. Tese de doutorado. Université de Paris. Paris : C. Naud, 1902.

BRUNHES, J. A Majorque et a Minorque. Esquisse de Géographie Humaine. *Revue des deux mondes*. Paris, t. 6, pp. 175-196, 1911.

BURGEL, G. Un 'frontalier' à la Rue d'Ulm. In: THÈRY, H; DROULERS, M.. *Pierre Monbeig :un géographe pionnier*. Paris: IHEAL, 1991, pp. 43-45.

BUTTNER, A. *Society and Milien in the french geographic tradition*. Chicago: Association of American Geographers, 1971.

CAMARGO, A. de P. R. A Revista Brasileira de Geografia e a organização do campo geográfico no Brasil (1939-1980). *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2009, pp. 23-39.

CANO, W. *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983, 319p.

CARDOSO, I. de A. R.. *A universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982, 187p.

CARONE, E.. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo: Difel, s/d, 414p.

CARRUPT, Roland. Fernand Maurette (1878-1937), de la géographie économique à l'expertise internationale. In: CLERC, Pascal; ROBIC, Marie-Claire. *Des géographes hors-les-murs? Itinéraires dans un MONde en mouvement (1900-1940)*. Paris: L'Harmattan, 2015, pp. 69-98.

CARVALHO, M. da C. V. de. Santos e a Geografia Humana do litoral paulista. Tese (doutorado). Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1944.

CASTRO, S. História da inteligência de um povo. In: MARTINS, W. *História da Inteligência brasileira*: volume 6: 1915-1933. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2010.

CHARDONNET, J. Monbeig (Pierre) - Pionniers et Planteurs de Sao Paulo. *Revue économique*, Paris, vol, 4, n. 03, pp. 446-447, 1953.

CHARLE, C. La République des Universitaires 1870-1940. Paris: Seuil, 1994.

CHESNAIS, F. A Mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996, 335p.

CHOLEY, A. *La Géographie* guide de l'étudiant. Paris: Presses Universitaires de France, 1951, 218p.

CHONCHOL, J. L'institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine. In: THÉRY, H. DROULERS, M. *Pierre Monbeig un géographe pionnier*. Paris : IHEAL, 1991, p. 179-182.

CLAVAL, P. *Géographie Humaine et économique contemporaine*. Paris : PUF, 1984.

CLAVAL, Paul. Le Géographes français e le monde méditerranéen. *Annales de Géographie*, Paris, XCVII, n. 542, p. 385- 403, 1988.

CLAVAL, P. Henri Hauser et la géographie. In : MARIN, S.-A.; SOUTOU, G-H. (dir.). *Henri Hauser (1866-1946) : Humaniste, historien, Républicain*. Paris : PUPS, 2006, pp. 41-68.

CLERC, P. La “ géographie coloniale “ en France : une catégorie à déconstruire. No prelo.

CLOUT, H. “ Professorial patronage and the formation of French geographical knowledge. A bio-bibliographical exploration of one hundred non-metropolitan regional monographs, 1893-1969 “, *Cybergeo : European Journal of Geography* [En ligne], Epistémologie, Histoire de la Géographie, Didactique, document 549, mis en ligne le 17 octobre 2011, consulté le 01 octobre 2015. URL : <http://cybergeo.revues.org/24203> ; DOI : 10.4000/cybergeo.24203

CLOUT, H. Pierre Monbeig. In : LORIMER, H ; WITHERS, W. J. [eds]. *Geographers Biobibliographical Studies*. London, New York, vol. 32, p. 54-78, 2013.

COELHO, Ruy; CÂNDIDO, Antonio. O Brasil escapa às soluções simplistas. O Estado de São Paulo, 14 de outubro de 1979.

COLLIGNON, B.. Congrès et conférences régionales. In: ROBIC, M.-C; BRIEND, A.-M.; RÖSSLER, M. *Géographes face au monde*. Paris: L'Harmattan, 1996, cap. 4, pp. 87-116.

DALIO, D. J. A política brasileira e a integração econômica latino-americana: do Pacto ABC à ALALC. 2014. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em história econômica da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

DANTAS, A. *Pierre Monbeig: um marco da geografia brasileira*. Porto Alegre: Sulina, 2005, 142p.

DANTAS, A. Monbeig e a noção de complexo geográfico. *Confins*, Paris/São Paulo, n. 7, 2009.

DAVIS, N. Z. Henri hauser : historien, citoten, pionnier. In : MARIN, S.-A. SOUTOU, G.-H.. (dirs.). *Henri Hauser (1866-1946)*. Humaniste, historien, Républicain. Paris : PUPS, 2006, cap. 1, pp. 13-23.

DE MARTONNE, E. Notes sur l'enseignement de la géographie dans les Universités allemandes. In : *Revue internationale de l'enseignement*, 1898, pp. 251-262.

DE MARTONNE. E. *Traité de géographie physique*. Tome I: Notions générales, Climat. Hydrographie. Paris: Armand Colin, 1925.

DE MARTONNE, E. Les Études de Géographie à Paris. *Annales de l'Université de Paris*. 2e année, n. 4, 1927, pp. 406-416.

DE MARTONNE, E. Les Études de Géographie à Paris. *Annales de l'Université de Paris*, 4^oannée, n. 1, 1929, pp. 52-71.

DE MARTONNE, E. Institut de Géographie. *Annales de l'Université de Paris*, 9e année, n.3, 1934.

DE MARTONNE. E. *Traité de géographie physique*. Lisboa: Cosmo, 1954.

DEFFONTAINES, P.. Regiões e paisgens do Estado de São paulo- primeiro esboço de divisão regional. *Geografia*, ano 1, n. 2, 1935, pp. 117-169.

DELAMARRE, J. -B. M. Jean Brunhes (1869-1930). *Bulletin de la Section de Géographie*. t. LXXXI. Paris: Bibliothèque Nationale, 1975, p. 49-80.

DELAUNAY, Jean-Marc. *Des Palais en Espagne*. L'École des hautes études hispaniques et la Casa de Velázquez au cœur des relations franco-espagnoles du XXe siècle (1898-1979). Madrid : Casa Velázquez, 1994, 670p.

DELFOSSÉ, C. Le rôle des institutions culturelles et des missions à l'étranger dans la circulation des idées géographiques. L'exemple de la carrière de Pierre Deffontaines (1894-1978). *Finisterra, Lisboa*, vol. 33, n.65, p. 147-158, 1998.

DELFOSSÉ, C. Emmanuel de Martonne, tisseur de réseaux internationaux de géographes. In: BAUDELLE, G.; OZOUF-MARIGNIER, M-V.; ROBIC, M.-C. *Géographes en pratiques (1870-1945) : le terrain, le livre, la cité*. Rennes: Presses Universitaires, 2001. cap. 12, pp. 189-206.

DEMANGEON, A. Introduction géographique à l'histoire. *Annales de Géographie*, Paris, t. 32, n° 176, p. 165-170, 1923.

DEMANGEON, A. Du rôle et de la valeur de la Géographie dans l'enseignement et l'éducation. *Annales de l'Université de Paris*, 1^o année, n. 1, pp. 377-389, 1926.

DEMANGEON, A. La géographie de l'habitat rural [premier article]. *Annales de Géographie*, Paris, vol. 36, n. 199, pp. 1-23, 1927a.

DEMANGEON, A. Les îles britanniques. In: VIDAL DE LA BLACHE, P. GALLOIS, L [dirs.]. *Géographie Universelle*, tomo 1. Paris: Armando Colin, 1927.

DEMANGEON, A. Les aspects actuels de l'économie internationale (Deuxième article). *Annales de Géographie*, Paris, vol. 38, n. 212, pp. 97-112, 1929.

DEMANGEON, A. Aspects nouveaux de l'économie internationale. *Annales de Géographie*, Paris, vol 41, n. 230, pp. 113-130, 1932.

DEMANGEON, A. Économie agricole et peuplement rural. *Annales de Géographie*, Paris, t. 43, n. 241, pp. 1-21, 1934.

DEMANGEON, A. Trois questionnaires et trois enquêtes de géographie humaine. *Annales de Géographie*, Paris, vol. 45, n. 257, p. 512-518, 1936.

DEMANGEON, A. [1920]. *Le déclin de l'Europe*. Paris : Guenegaud, 1975, 373p.

DEMANGEON, A. [1905]. *La Picardie et les régions voisines : Artois, Cambrésès, Beauvaisis*. Paris : Librairie Guénégaud, 1973, 496p.

DENIS, P. Amérique du Sud. In: VIDAL DE LA BLACHE, Paul ; GALLOIS, Lucien. [dirs.]. *Géographie Universelle*. Tome XV. Paris : Armand Colin, 1927.

DOSSE, François. *A história em migalhas: Dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003, 393p.

DOSSE, François. *La marché des idées : histoires des intellectuels, histoire intellectuelle*. Paris : La Découverte, 2013, 338p.

DRESCH, J. Emmanuel de Martonne, organisateur de la géographie française. *Bulletin de l'Association des Géographes français*. Paris, n. 408-409, pp. 543-549, 1973.

DRESCH, Jean. Un homme de terrain dans les Andes. In THÉRY, H. DROULERS, M. *Pierre Monbeig : un géographe pionnier*. Paris : IHEAL, 1991, pp. 47-51.

DROULERS, M. L'école française de Géographie. In: THÉRY, H. DROULERS, M. *Pierre Monbeig : un géographe pionnier*. Paris : IHEAL, 1991a, pp. 35-41.

DROULERS, M. L'étude géographique des villes. In: THÉRY, H. DROULERS, M. *Pierre Monbeig : un géographe pionnier*. Paris : IHEAL, 1991b, pp. 111-119.

FABRA, Economia política e história econômica. In : BRAUDEL, F. *Uma lição de história de Fernand Braudel*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989, cap. 19, pp. 73-79.

FEBVRE, Lucien. Amérique du Sud: un champ privilégié d'études. *Annales d'histoire économique et sociale*, Paris, 1^e année, n. 2, pp. 258-278, 1929.

FEBVRE, L. *La Terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire*. Paris, A. Michel, 1970.

FERNANDES, F. M. Pierre Monbeig e o Brasil: texto e contexto. *Revista de Geografia*, São Paulo, 1, p. 1-6, 2011.

FERNANDES, F. *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1968.

FERNANDES, F. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

FERNANDES, F. Entrevistas: sobre o trabalho teórico. *Transformação*, revista de filosofia, 2. São Paulo, FFLCH, pp. 5-86, 1975.

FERRAS, R. L'Espagne des années trente. In: THÉRY, H. DROULERS, M. *Pierre Monbeig : un géographe pionnier*. Paris : IHEAL, 1991, pp. 67-80.

FOHLEN, C. Francia 1920-1970. In: CIPOLLA, C. M. *Historia economica de Europa*, vol. 6. Economias contemporaneas. Barcelona: Ariel, 1985.

FREITAS, S. M. de. *Reminiscências*. São Paulo, Maltese, 1993, 329p.

FRIEDMAN, S. W. *Marc Bloch, sociology and geography*. Encountering changing disciplines. Cambridge: Cambridge University Press, 1996, 258p.

FURTADO, C. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1965.

GALLOIS, L. Le congrès international de géographie de Paris. *Annales de Géographie*, vol. 40, n. 228, pp. 577-590, 1931.

GEORGE, P. Pierre Monbeig (1908-1987). *Annales de Géographie*, Paris, vol. 97, n. 542, pp. 444-449, 1988.

GERARD, A. A l'origine du combat des Annales: positivisme historique et système universitaire. In : CARBONELL, C.-O ; LIVET, G.. *Au berceau des annales, le milieu strasbourgeois, l'histoire en France au début du XXe siècle*. Toulouse : Presses de l'Institut d'Études politiques de Toulouse, 1983.

GERBOD, P. Henri Hauser, enseignant. In : MARIN, S.-A. ; SOUTOU, G-H. (dirs.). *Henri Hauser (1866-1946) : Humaniste, historien, Républicain*. Paris : PUPS, cap 2, 2006, pp. 25-39.

GIBERT, A. *Porte de Bourgogne et d'Alsace*. Paris: Armand Colin, 1930.

GINSBURGER, N.. La guerre, la plus terrible des érosions. Cultures de guerre et géographes universitaires Allemagne-France-Etats-Unis (1914-1921). Tese (Doutorado). l'Université Paris-Ouest- La défense, Paris, 2010.

GOMES, P. C. da C.; DROULERS, M.. Pierre Monbeig (1908-1987) et la modernité géographique. In: CLAVAL, P.; SANGUIN, A.-L.. *La Géographie Française à l'Époque classique (1918-1968)*. Paris: l'Harmattan, 1996, pp. 259-265.

GOMES, P. C. da C. O deslocamento geográfico dos conhecimentos e de seus intérpretes – Os exemplos de Pierre Monbeig e Roger Bastide no Brasil. In: SALGUEIRO, H. A (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp. 223-232.

GONÇALVES, J. H. R. Em torno de uma releitura liberal do mitema bandeirante: Pierre Monbeig e as frentes pioneiras nos anos 30 e 40. *Revista de História Regional*, Ponta Grosse, vol 3, n. 1, pp. 37-64, 1988.

GOTTMANN, J. Monbeig (Pierre) - Pionniers et planteurs de São Paulo. *Revue française de science politique*, Année 1954, Volume 4, Numéro 4, p. 901 – 904.

GRACQ, J. *Carnets du grand chemin*. Paris : José Corti, 1992, 308p.

GRAN-AYMERICH, J.; GRAN-AYMERICH, E. La création des Écoles françaises d'Athènes, Rome et Madrid. *Communications*, 54, pp. 175-187, 1992.

HOBBSBAWM, E. *A era dos extremos. O breve XX*. São Paulo, 1995, 598p.

IUMATTI, P.; SEABRA, M. ; HEIDEMANN, H. D.. Os Primeiros anos da Associação dos Geógrafos Brasileiros: 1934-1945. In: IUMATTI, P.; SEABRA, M.; HEIDEMANN, H. D. (orgs.). *Caio Prado Jr. e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 2008.

IUMATTI, P. O percurso para o ‘sentido da colonização’ e a dinâmica da historiografia brasileira nas primeiras décadas do século XX. In: IUMATTI, P.; SEABRA, M.; HEIDEMANN, H. D.. *Caio Prado Jr e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Instituto de Estudos Brasileiros: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, cap 2, pp. 127-167.

JAMES, P. E. *Latin America*. London, Toronto, Melburne, Sydney, Wellington: Cassell and Company Ltd, 1950, 847p.

JANCSÓ, I. ; PIMENTA, J. P. G. Peças de um mosaico ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. *Revista de História das Ideias*. Coimbra, vol. 21, pp. 389-440, 2000.

KISH, G. *Bibliography of international geographical congresses: 1871-1976*. Boston: G. K. Hall, 1979, 540p.

LAMBERT, J. Estruturas do Brasil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, pág. 17, 30 de set. de 1953.

LEPENIES, W. *As três culturas*. São Paulo: 1996, 385p.

LÈVI-STRAUSS. *Saudades do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

LIMA, N. T. *Um sertão chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013, 369p.

LIMONGI, F. de M. P. Educadores e empresários culturais na construção da USP. Dissertação (Mestrado). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1988.

LIRA, L. A., “ Fernand Braudel e Vidal de La Blache : Geohistória e História da Geografia “, *Confins* [Online], 2 | 2008, posto online no dia 28 Março 2009, consultado o 23 Setembro 2016. URL : <http://confins.revues.org/2592> ; DOI : 10.4000/confins.2592.

LIRA, L. A. O primeiro esboço do método geográfico de Vidal de la Blache a partir dos estudos do Mediterrâneo. Permanências e rupturas no contexto de institucionalização da Geografia (1872-1918). Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

LIRA, L. A. de. *O Mediterrâneo de Vidal de la Blache: o primeiro esboço do método geográfico (1872-1918)*. 1. ed. São Paulo: Alameda; Fapesp, 2013, 321p.

LIRA NETO, *Getúlio: do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, 594p.

LIVINGSTONE, D.. N. *Putting Science in its Place: Geographies of Scientific Knowledge*. London, Chicago: The University of Chicago Press, 2004, 234p.

LOI, D. Sur les concepts de description, d’explication et de causalité dans la géographie classique française. *Arquivos do laboratório EHGO*, Paris 1, 1982.

LOI, D. Une étude de la causalité dans la géographie classique française : L'exemple des premières thèses régionales. *Espace géographique*, vol. 14, n. 2, Paris, pp. 121-125, 1985.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e idéia de ordem (1870-1930). In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da

C.; CORRÊA, R. L. [org]; *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, pp. 309-352.

MAMIGONIAN, A. A Geografia francesa nos meados do século XX e a contribuição de Jean Tricart. In: MAMIGONIAN, A. Memorial de Livre Docência. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MANGAZOL, C ; HAMELIN, L-E. Pierre George (1909-2006), un géant de la géographie : introduction. *Cahiers de géographie du Québec*, Québec, vol. 52, n° 146, p. 231-233, 2008.

MARTINS, J. de S. *São Paulo na primeira metade do século XX*. São Paulo: Poisis, Imprensa Oficial, 2011, 95p.

MASSI, F. P. *Estrangeiros no Brasil: a Missão Francesa na Universidade de São Paulo*. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Agosto de 1981.

MATTHIEU, G. *Une ambition sud-américaine : Politique culturelle de la France (1914-1940)*. Paris, Editions l'Harmattan, 1991, 254p.

MELLO, J. M. C.. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1991, 182p.

MENDIBIL, D. O sistema iconográfico da geografia clássica francesa e Pierre Monbeig. In: SALGUEIRO, H. A (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana: a dinâmica da transformação*. Bauru, São Paulo: Edusc, 2006, pp. 233-247.

MERCADANTE, P. *A consciência conservadora no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, 234p.

MEYNIER, A. *Histoire de la pensée géographique en France*. Paris: PUF, 1969, 224p.

MICELI, S.. Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, S. (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, pp. 91-133.

MIYAMOTO, S.. O pensamento geopolítico brasileiro (1920-1980). Dissertação (Mestrado). Departamento de Ciências Sociais (área de Ciência política) da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1981.

MONBEIG, P. Les pays d'Yveline au Sud-Ouest de Paris. *Annales de Géographie*, t. 38, n. 214, pp. 384-390, 1929.

MONBEIG, P. Les transformations économiques dans les huertas et la région entre Alicante et Murcie. *Annales de Géographie*, Paris, t. 39, n. 222, pp. 597-606, 1930.

MONBEIG, Pierre. L'état actuel des migrations espagnoles. *Annales de Géographie*, t.40, n° 224, pp. 198-201, 1931.

MONBEIG, P. Vie de relations et spécialisation agricole : les Baléares au XVIIIe siècle. *Annales d'histoire économique et sociale*, Paris, 4e année, n. 18, pp. 538-548, 1932a.

MONBEIG, P.; GUINARD, P. Madrid. *Annales de Géographie*, Paris, vol. 41, n. 233, pp. 481-499, 1932b.

MONBEIG, Pierre. Les importations de fruits frais em Grande-Bretagne. *Annales de Géographie*, t. 34, n° 241, 1934, pp. 94-96.

MONBEIG, P. Quelques aspects de l'économie espagnole. *Annales de Géographie*, Paris, t. 43, n. 243, pp. 299-306, 1934a.

MONBEIG, P.. A zona pioneira do Norte do Paraná. *Geografia*, São Paulo, ano I, n.3, pp. 221-238, 1935.

MONBEIG, P. A Indústria metalúrgica no Estado de Minas Gerais. *Geografia*, São Paulo, ano II, n. 2-3, pp. 22-30, 1936a.

MONBEIG, P. Le coton brésilien. *Annales de Géographie*, (Amérique), t. XLV, , pp. 555-556, 1936b.

MONBEIG, P. População do Estado de São Paulo. *Geografia*, São Paulo (seção críticas e notas), ano II, n. 1, pp. 30-32, 1936c.

MONBEIG, P. Questão de método. *Geografia*, São Paulo, ano II, n. 1, pp. 63-66, 1936d.

MONBEIG, Pierre. Orientação Didática. In: *Anuário da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras* (escrito em outubro de 1935), São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, pp. 113-120, 1937.

MONBEIG, P. Paisagens agrícolas, o exemplo do Mediterrâneo. In: *O Estado de São Paulo*, Notícias diversas, O Estado de São Paulo, São Paulo, 15 de Maio de 1937, p. 10.

MONBEIG, Pierre. Récentes études sur la circulation atmosphérique en Amérique du Sud. *Annales de Géographie*, t. XLVIII, 1939, pp. 440-443

MONBEIG, Pierre. Grandeza e Decadência da Ásia. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 de novembro de 1940.

MONBEIG, P. A Geografia- ciência de utilidade pública. In: MONBEIG, Pierre. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940a, cap. XX, pp. 273-276.

MONBEIG, P. Que é geografia? Aula Inaugural do Curso de Geografia Humana. In: MONBEIG, P. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Martins: 1940b, cap. 1, pp. 9-17.

MONBEIG, P. O Conselho Nacional e Geografia. In: MONBEIG, P. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940c, cap. XXI, pp. 277-284.

MONBEIG, P. Um problema permanente de S. Paulo. In: MONBEIG, P. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Martins: 1940d, cap. 8, pp. 110-119.

MONBEIG, P. A Paisagem, espelho de uma civilização. In: MONBEIG, Pierre. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940e, cap. XVII, pp. 233-248.

MONBEIG, P. Literatura e Geografia. In: MONBEIG, Pierre. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Livraria Martins, 1940f, cap. XVI, pp. 222-229.

MONBEIG, P. Colonização, povoamento e plantação de cacau no sul do Estado da Bahia. In: MONBEIG, Pierre. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Martins, 1940g, cap. 12, pp. 149-182.

MONBEIG, P. Paisagens Agrícolas: o exemplo do Mediterrâneo. In: MONBEIG, P. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo, Livraria Martins, 1940h, cap. XVIII, pp. 249-262.

MONBEIG, P. São Paulo-Goiânia. In: MONBEIG, P. *Ensaio de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: Martins: 1940i, cap. 4, pp. 73-79.

MONBEIG, P. Apresentação Geral. *Anais do nono congresso brasileiro de geografia*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do instituto brasileiro de geografia e estatística, 1941b.

MONBEIG, Pierre. Paisagens rurais do Estado de São Paulo. *Revista Brasileira de Geografia*, São Paulo, ano III, n. 1, pp. 183-184, 1941c.

MONBEIG, P. O homem e as riquezas naturais. *O Observador Econômico e Financeiro*, Rio de Janeiro, LXXIII, pp. 79-86, 1942a.

MONBEIG, P. *La crise des sciences de l'homme*. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1943.

MONBEIG, Pierre. Região e Geografia. São Paulo: *Correio Paulistano*, São Paulo, 6 de outubro de 1944.

MONBEIG, Pierre. Região e Geografia. São Paulo: *Correio Paulistano*, São Paulo, 20 de Outubro de 1944.

MONBEIG, Pierre. Região e Geografia. São Paulo: *Correio Paulistano*, 20 de Outubro de 1944.

MONBEIG, P. O homem e a terra no Brasil do após-guerra. *Economia*, São Paulo, pp. 17- 22. 25 de janeiro de 1944a.

MONBEIG, P. Seis anos de geografia na Universidade de São Paulo. *Anais do nono Congresso Brasileiro de Geografia*, vol. V, Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, pp. 346-347, 1944b.

MONBEIG, Pierre. Região e Geografia. São Paulo: *Correio Paulistano*, 28 de janeiro de 1945.

MONBEIG, Pierre. Região e Geografia. São Paulo: *Correio Paulistano*, 2 de fevereiro de 1945.

MONBEIG, Pierre. Região e Geografia. São Paulo: *Correio Paulistano*, 10 de fevereiro de 1945.

MONBEIG, P. O Brasil no após guerra. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 04 de Dezembro de 1945.

MONBEIG, P. Pesquisas geográficas. *Boletim Geográfico*, ano III, n. 31, pp. 915-919, 1945.

MONBEIG, P. Uma geografia da indústria de Mineração. *Boletim Geográfico*, São Paulo, ano IV, n. 42, p. 679-683, 1946.

MONBEIG, P. Geografia. In: MORAES, R.; B & BERRIEN, W. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949, pp. 471-555.

MONBEIG, P. *Pionniers et Planteurs de Sao Paulo*. Paris: Armand Colin, 1952, 376p.

MONBEIG, P. *La croissance de la ville de São Paulo*. Grenoble: Institut et Revue de Géographie Alpine, 1953, 90p.

MONBEIG, P. Capital e Geografia. In: MONBEIG, Pierre. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1957b, pp. 215-236.

MONBEIG, P. [1941] O Estudo Geográfico das cidades. In: MONBEIG, P. *Novos estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1957a, pp. 33-77.

MONBEIG, P. Pequeno ensaio sobre geografia econômica do café. In: MONBEIG, P. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1957b, cap. 7, pp. 154-181.

MONBEIG, P. Os modos de pensar em geografia humana. In: MONBEIG, P. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1957c, cap. 2, pp. 26-32.

MONBEIG, P. Os problemas da divisão regional em São Paulo. In: MONBEIG, Pierre. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do livro, 1957d, cap. 6, pp. 125-153.

MONBEIG, P. Papel e valor do ensino da Geografia e de sua Pesquisa. In: MONBEIG, P. *Novos estudos de Geografia Humana Brasileira*. São Paulo: DIFEL, 1957e.

MONBEIG, P. [1954]. *O Brasil*. São Paulo: Difel, 1985, 96p.

MONBEIG, P. La réforme agraire en Espagne. In: THÈRY, H. DROULERS, M. *Pierre Monbeig : un géographe pionnier*. Paris: IHEAL, 1991a, p. 74-80

MONBEIG, P. [1984]. Pour le cinquantenaire de l'Université de São Paulo. In: THÈRY, DROULERS, *Pierre Monbeig : un géographe pionnier*. Paris: IHEAL, 1991b, pp. 227-231.

MONBEIG, P. [1952]. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, POLIS, 1984, 392p.

. MONBEIG, P. Viagem à memória da USP. In: LAPOUGE, Entrevista de Pierre Monbeig a Gilles Lapouge. *Jornal da tarde*, São Paulo, 11 de fevereiro de 1984.

MONTEIRO, C. A. de F.. Uma tentativa de Periodização na Evolução da Pesquisa Geográfica no Brasil a partir de 1934 (cap 1). In: UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, *A Geografia no Brasil (1934-1977). Avaliação e Tendências*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto de Geografia, 1980, p. 9-33.

MONTEIRO, C. A. F.. A Geografia no Brasil ao longo de século XX: um panorama. *Borrador*, São Paulo, 4, Associações dos Geógrafos Brasileiros, 2002.

MORAES, A. C. R. Geografia Histórica do Brasil. Cinco Ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

MOTA, L. D. (coord.). *A história vivida*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1981.

MÜLLER, N. L. Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Boletim da FFCL*, 132, Geografia, n. 6, São Paulo, 1951.

NETO, Lira. *Getúlio: do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, 593p.

NOGUEIRA, C. E.. O lugar da fronteira na geografia de Pierre Monbeig. Tese (Doutorado). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2013.

NOIRIEL, G. (2014). Préface. In : LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. Introduction aux études historiques. Nouvelle édition [en ligne]. Lyon; ENS Éditions, 2014 (généré le 25 février 2014). Disponible sur Internet; <[http:// books.openedition.org/editions-ens/273](http://books.openedition.org/editions-ens)>. ISBN; 9782847885767.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na Crise do Sistema Colonial*. São Paulo: Hucitec, 1981.

ORAIN, O. Les ‘post-vidaliens’ et le plain-pied du monde. Pour une histoire de la géo-graphie. In : LÉVY, J. ; LUSSAULT, M. (dirs.) *Logiques de l’Espace, esprit des lieux*. Géographies à Cerisy. Paris : Belin, 2000, cap. 6, pp. 93-109.

OZOUF-MARIGNIER, M-V. “ Géographie et histoire “. In : BAILLY, A. ; FERRAS, R ; PUMAIN, D. (éds), *Encyclopédie de géographie*, Paris, 1992, p. 93-107.

OZOUF-MARIGNIER, M-V. ; ROBIC M. –C. La France au seuil des temps nouveaux. Paul Vidal de la Blache et la régionalisation. *L’information géographique*, Paris, 2, pp. 46-56, 1995.

OZOUF-MARIGNIER, M-Vi; ROBIC, M-Cl. *Un Tableau à vif... La réception du Tableau de la Géographie de la France de Paul Vidal de la Blache*. In: ROBIC, M.-C. (dir.). *Le Tableau de la Géographie de la France de Paul Vidal de la Blache*. Paris: CTHS, 2000a.

OZOUF-MARIGNIER, M.-V. Les géographes français et les ‘mauvais pays’, 1890-1930. In : BERDOULAY, V. ; SOUBEYRAN, O.. *Milieu, colonisation et développement durable*. Paris : L’Harmattan, 2000b, cap 5, pp. 73-84.

OZOUF-MARIGNIER, M.-V. Um domínio contestado: a geografia psicológica no tempo de Pierre Monbeig. In: SALGUEIRO, H. A (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006c, pp. 57-85.

OZOUF-MARIGNIER, M-V. ROBIC, M-C. Préface. In : GALLOIS, L. *Régions naturelles et noms de pays*. Étude sur la région parisienne. Paris : CTHS, 2008.

PANTOJA, M. A. Estudo funcional de um centro urbano: - a cidade de Casa Branca”. *Anais do nono congresso brasileiro de geografia*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do instituto brasileiro de geografia e estatística, 1941.

PEIXOTO, F. A. Franceses e Norte-Americanos nas Ciências Sociais Brasileiras 1930-1960. In: MICELI, S. (org). *História das Ciências Sociais no Brasil*, vol 1. São Paulo: Editora Sumaré, 2001, pp. 477-531.

PEIXOTO, F. A. Visões de São Paulo. *Revista da Biblioteca Mário de Andrade*, 64, 2008.

PENHA, E. A. A criação do IBGE no contexto de centralização política do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1993.

PEREIRA, S. N.. Sombra do Poder, tramas do saber: notas sobre o IX congresso brasileiro de geografia (1940). VII Encontro Nacional da ANPEGE (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Geografia), Anais, Niterói, 24-27 de setembro de 2007.

PETITJEAN, P. Dimensão cultural, influências ideológicas e imagens científicas Franco-Brasileiras, 1850/1940. In: PARVAUX, S.; REVEL-MOUROZ, J. (coords). *Images reciproques du Brésil et de la France. Actes du Colloque organisé dans le cadre di projet France-Brésil*. Paris: IHEAL, 1991, pp. 845-860.

PETITJEAN, P. Autour de la mission française pour la création de l’Université de São Paulo (1934). In: PETITJEAN, P.; JAMI, C.; MOULIN, A. M. *Science and Empires. Historical Studies about Scientific Development and European Expansion*. London, Dordrech, Boston: Kluwer Academic Publishers, 1992, pp. 339-362.

PETITJEAN, P. As Missões Universitárias Francesas na Criação da Universidade de São Paulo (1934-1940). IN: HAMBURGUER, A. I; DANTES, M. A. M; PATY, M.; PETITJEAN, P. *A Ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp, FAPESP, 1996a, pp. 259-330.

PETITJEAN, P. Entre Ciência e Diplomacia: a organização da influência científica francesa na América Latina, 1900-1940. IN: HAMBURGUER, A. I; DANTES, M. A. M; PATY, M.; PETITJEAN, P. *A Ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp, FAPESP, 1996b, pp. 89-120.

PETRONE, P. A História da Pesquisa no Departamento de Geografia FFLCH-USP. *Borrador*, São Paulo, 2, 1994.

PRADO Jr. C. Distribuição da propriedade rural no Estado de São Paulo. *Geografia*, ano 1, n. 1, p. 52-68, 1935.

PRADO Jr. Caio. *História e Desenvolvimento*. São Paulo : Brasiliense, 1989.

QUEIROZ, M. I P. de. La recherche géographique au Brésil . In : Théry, H. DROULERS, M. *Pierre Monbeig : un géographe pionnier*. Paris : IHEAL, 1991, pp. 57-64.

QUEIROZ, M. I P. de. O Brasil dos Cientistas Sociais não Brasileiros. In: HAMBURGUER, A. I.; DANTES, M. A. M.; PATY, M.; PETITJEAN, P.. *A Ciência nas Relações Brasil-França (1850-1950)*. São Paulo: Edusp, Fapesp, 1996, pp. 229-258.

QUEIROZ NETO, J. P. de. Pierre Monbeig, a geografia e eu. In: LEMOS, A. I. G. de. GALVANI, E. *Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig*. Buenos Aires; São Paulo: CLACSO, Expressão Popular, 2009, cap. 2, pp. 39-47.

RAISON, J.-P.. La colonisation des terres neuves intertropicales d'après les travaux français. Texte présenté à la Réunion de la Commission des Tropiques Humides Congrès de l'U.G.I. Juillet-Août 1972.p. 371-403.

RAJ, K. *Relocating Modern Science, circulation and construction of knowledge in South Asia and Europe 1650-1900*. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2007, 285p.

REGO, L. F. de M. Considerações preliminares sobre a genesis e a distribuição dos solos no estado de São Paulo. *Geografia*, São Paulo, ano 1, n. 1, 10-52, 1935.

RIBEIRO, M. da C. M. Franca. *Anais do nono congresso brasileiro de geografia*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do instituto brasileiro de geografia e estatística: 1941.

RICARD, R. Maurice Legendre (1878-1955). *Bulletin Hispanique*, Paris, vol. 57, n. 1, pp. 204-207, 1955.

ROBIC, M. C. Ile, vallee, oasis : la monographie exemplaire ? Conference regionale sur les pays méditerranéens. Groupe de travail sur l'histoire de la pensée géographique, Barcelone, août 1986.

ROBIC, M. C. Les petits mondes de l'eau : le fluide et le fixe dans la méthode de Jean Brunhes. *L'espace géographique*, Paris, n. 1, pp. 31-42, 1988.

ROBIC, M.-C.. La stratégie épistémologique du mixte : le dossier vidalien. *Espaces Temps*, Paris, vol. 47, n. 1, pp. 53-66, 1991.

ROBIC, M-C. Interroger le paysage? L'enquête de terrain, sa signification dans la géographie humaine moderne (1900-1950) In : BLANCKAERT, C. (dir.). *Le terrain des sciences humaines*. Instructions et enquêtes (XVIIIe-XXe siècle). Paris : L'Harmattan, Collection Histoires des Sciences Humaines (Colloque de la SGHSH : L'homme en questions. Questionnaires et enquêtes de terrain, Paris, 1996a.

ROBIC, M-C. Des vertus de la chaire à la tentation de le l'action. In: CLAVAL; P. SANGUIN A. L. (dir). *La Géographie française à l'époque classique (1918-1968)*. Paris: L'Harmattan, 1996b.

ROBIC, M.-C.. La naissance de l'Union Géographique Internationale. In: ROBIC, M. C.; BRIEND, A.-M.; RÖSSLER, M. *Géographes face au monde*. Paris: L'Harmattan, 1996c, cap. 1, pp. 23-39.

ROBIC, M.-C.; RÖSSLER, M.. L'UGI, enjeu des relations internationales dans la première moitié du XXe siècle. In: ROBIC, M.-C.; BRIEND, A.-M.; RÖSSLER, M.. *Géographes face au monde*. Paris: L'Harmattan, 1996d, cap. 9, pp. 241-252.

ROBIC, M.-C. Des " services " et " laboratoires " de la Sorbonne à l'Institut de géographie de la rue Saint-Jacques (1885-1930), divergences et non-convergences. In : BAUELLE, G. ; OZOUF-MARIGNIER, M.-V. ; ROBIC, M.- C.. *Géographes en pratiques (1870-1945) : le terrain, le livre, la cité*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2001a, cap. 4, pp. 81-101.

ROBIC, M. -C. Le val comme laboratoire de géographie humaine ? Les avatars du val d'Anniviers. *Revue de géographie alpine*, Grenoble, 89 (4), pp. 68-94, 2001b.

ROBIC, Marie-Claire. " Un système multi-scalaire, ses espaces de référence et ses mondes. L'Atlas Vidal-Lablache ", *Cybergeog : European Journal of Geography* [En ligne], Dossiers, Journée à l'EHESS (Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales). Echelles et territoires, Paris, France, 29 avril 2002, document 265, mis en ligne le 25 mars 2004, consulté le 13 août 2016. URL : <http://cybergeog.revues.org/3944> ; DOI : 10.4000/cybergeog.3944.

ROBIC, M. -C. L'exemplarité du Tableau de la géographie de la France de Paul Vidal de la Blache”. In: BERTHELOT, J. -M. (dir.). *Figures du texte scientifique*. Paris, PUF, 2003.

ROBIC, Marie-Claire [coord.]. Couvrir le monde. Un grand XXe siècle de géographie française. Paris: Ministère des Affaires Étrangères, 2006a, 215p .

ROBIC, M.-C. A crise dos anos 30 e a emergência de novos temas na Geografia. In: SALGUEIRO, H. A (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006b, pp. 37-55.

ROBIC, M. -C. L'école française de géographie: formatage et codification des savoirs”. In: PELUS-KAPLAN, M. -L.(dir.). *Unité et globalité de l'homme*. Des humanités aux sciences humaines. Paris: Syllepse, 2006c.

ROBIC, Marie-Claire. Connaître son Monde. Les géographes et les savoir géographique en congrès internationaux: spatialité et géographismes. Terra Brasilis (Nova Série), nº 2, 2013. Acessado em 26/12/2014.

RONCAYOLO, M.. Tempos geográficos e construção dos espaços na análise de `Pierre Monbeig. In: SALGUEIRO, H. A (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006, pp. 117-128.

SALGUEIRO, H. A (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006.

SALGUEIRO, H. A. Introdução à Segunda Parte. In: SALGUEIRO, H. A (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006b, pp. 89-115.

SALGUEIRO, H. A.. Introdução à Terceira Parte. In: SALGUEIRO, H. A (org.). *Pierre Monbeig e a Geografia Humana Brasileira: a dinâmica da transformação*. Bauru, SP: Edusc, 2006c, pp. 193-222.

SALONE, R. *Irreduzivelmente liberal: política e cultura na trajetória de Julio de Mesquita Filho*. São Paulo: Albatroz, 2009, cap. 2, pp. 97-208.

SANTOS, C. J. B.; CASTIGLIONE. L. H. G. “ A atuação do IBGE na evolução da cartografia civil no Brasil “, Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 3 | 2014, posto online

no dia 26 Agosto 2014, consultado o 29 Agosto 2016. URL : <http://terrabrasilis.revues.org/942> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.942

SCHWARTZMAN, S. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. São Paulo: Ed. Nacional; Rio de Janeiro: Financiadora de Estudos e Projetos, 1979.

SEABRA, M. Caio Prado Jr e os primeiros anos da AGB: descrição comentada e estudo introdutório de documentos diretamente relacionados à Associação dos Geógrafos Brasileiros, do Dossiê da AGB do Acervo Caio Prado Jr, do IEB-USP. In: IUMATTI, Paulo; SEABRA, Manoel; HEIDEMANN, Hanz Dieter. *Caio Prado Jr e a Associação dos Geógrafos Brasileiros*. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros: Instituto de Estudos Brasileiros: Editora da Universidade de São Paulo, 2008, cap 1, pp. 13-125.

SENRA, N. C., “ A junção do G ao E na formação do IBGE “, Terra Brasilis (Nova Série) [Online], 3 | 2014, posto online no dia 26 Agosto 2014, consultado o 29 Agosto 2016. URL : <http://terrabrasilis.revues.org/926> ; DOI : 10.4000/terrabrasilis.926

SILVA, A. A. D. da. Monbeig, paisagem e geografia estigmática. *Mercator*, Fortaleza, ano 01, n. 2, 2002.

SILVA, R. de A. e. A cidade de Santo André e sua função industrial. *Anais do nono congresso brasileiro de geografia*. Rio de Janeiro: Serviço gráfico do instituto brasileiro de geografia e estatística: 1941.

SILVA, S. Expansão Cafeeira e origens da indústria no Brasil. São Paulo: Alfa Omega, 1976, 120p.

SILVEIRA, J. D. da. Estudo geográfico dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, ciência e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1946.

SINGER, P. Evolução da Economia e Vinculação Inernacional. In: *Brasil: um século de transformações*. I. Sachs, J. Wilhelm & P. S. Pinheiro [orgs]. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pp. 78-131.

SION, Jules. *La France Méditerranéenne*. Paris: Armand Colin, 1934, 222p.

SION, Jules. *Les paysans de la Normandie Orientale*. Brionne: Gérard Monfort, 1909, 538p.

SOUBEYRAN, O. *Imaginaire, science et discipline*. Paris: L'Harmattan, 1997, 482p.

SUPPO, H R.. A Política Cultural da França no Brasil entre 1920 e 1940: o direito e o avesso das missões universitárias. *Revista de História*, São Paulo, 142-143, pp. 309-345, 2000.

SUPPO, H. R. La politique culturelle française au Brésil entre les années 1920-1950. Tese (Doutorado). Université Paris III - Sorbonne Nouvelle, Paris, 2002.

SUZIGAN, Wilson. *Indústria Brasileira. Origem e Desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986, 403p.

THÉRY, H. Les franges pionnières. In: THÉRY, H. DROULERS, M. *Pierre Monbeig : un géographe pionnier*. Paris : IHEAL, 1991, pp. 81-93.

THÉRY, H.. As franjas pioneiras, de Pierre Monbeig aos nossos dias. In: LEMOS, A. I. G., GALVANI, E. (Org.). *Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig*. 1ed., Buenos Aires e São Paulo: Clacso Expressão popular, 2009, v. , p. 49-68.

TISSIER, J. –L. Front pionnier des géographes ? . In : FOURCAULT (dir.). *Banlieu rouge, 1920-1960*. Paris : Autrement, série Mémoires, n. 18, pp. 252-263, 1992.

TISSIER, J. –L. Jean Dresch. In : JULLIARD, J. ; WINOCK, M. *Dictionnaire des intellectuels français*. Les personnes, les lieux, les moments. Paris : Seuil, 1996a.

TISSIER, J. –L. 1996b. Albert Demangeon. In : JULLIARD, J. ; WINOCK, M. *Dictionnaire des intellectuels français*. Les personnes, les lieux, les moments. Paris : Seuil, 1996b.

TISSIER, Jean-Louis. Comité d'Études et les géographes. In : JULLIARD, J. ; WINOCK, M. *Dictionnaire des intellectuels français*. Les personnes, les lieux, les moments. Paris : Seuil, 1996c.

VASCONCELOS, V. V.; HADAD, R. M.; MARTINS JUNIOR, P. P. Pierre Monbeig: da escola regionalista francesa às frentes agropecuárias brasileiras. *Ateliê Geográfico*, Goiânia, v. 6., n. 4, pp. 41-60, 2012.

VEITL, P. *L'invention d'une région : les Alpes françaises*. Grenoble : PUG, 2013.

VELUT, S. Pierre Denis e a Geografia da América do Sul. In: LEMOS, A. I. G.; GALVANI, E. [orgs.]. *Geografia, tradições e perspectivas: a presença de Pierre Monbeig*. Buenos Aires, São Paulo, CLACSO, 2009, pp. 193-212.

VEYRET, P.. Monbeig (P.). - Pionniers et Planteurs de Sao Paulo. *Revue de géographie alpine*, Grenoble, vol 40, n. 3 p. 534 – 537, 1952.

VIDAL DE LA BLACHE, P. Les grandes agglomérations humaine. Troisième article: régions méditerranéennes. *Annales de Géographie*, Paris, vol. 27, n. 147, pp. 174-187, 1918.

VIDAL DE LA BLACHE, P. [1896] O Princípio de Geografia Geral. *Geographia*. Rio de Janeiro: Ano 3, nº 6, pp.135-147, 2002.

VIDAL DE LA BLACHE, P. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Cosmo, s/d.

VIDAL DE LA BLACHE, P. Os gêneros de vida na geografia humana. Segundo artigo [1911]. In: HAESBAERT, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G.. Vidal, Vidais. Textos de Geografia Humana, Regional e Política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

VILAR, P. *La Catalogne dans l'Espagne moderne* : Recherches sur les fondements économiques des structures nationales. 3 tomes. Paris : S.E.V.P.E.N, 1962.

WITTER, J. S.. *USP/50 anos*, registro de um debate. São Paulo, EDUSP, 1984.

WOLFF, Denis. Albert Demangeon (1872-1940). De l'école communale à la chaire en Sorbonne, l'itinéraire d'un géographe moderne. Tese (Doutorado). Université de Paris I, UFR de géographie, soutenu en 4 avril 2005, 4 vols.

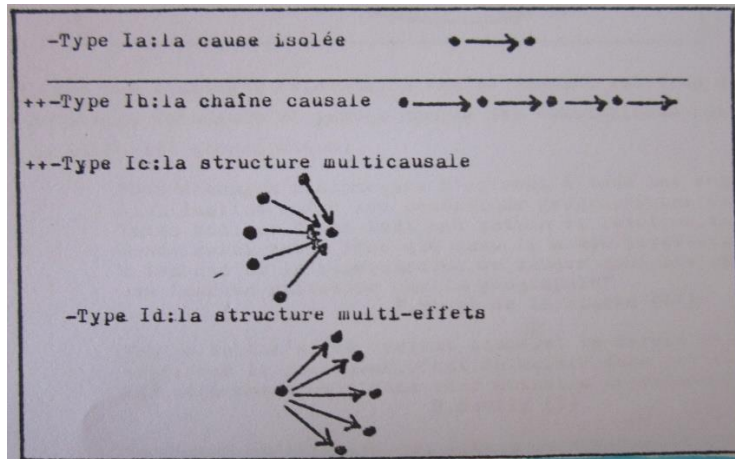
Flime citado:

TASSARA, M. G. O Brasil, os índios e, finalmente, a USP. 1985.

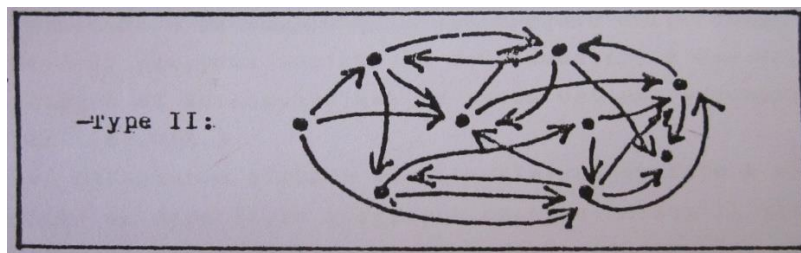
Anexos

Os tipos de estruturas causais segundo Daniel Loï (1982)

Tipo I- “les types simples”



Tipo II- “Le type idéal: l’enchèvement synthétique ”



Tipo III- “Le type réel : des graphes composites ”

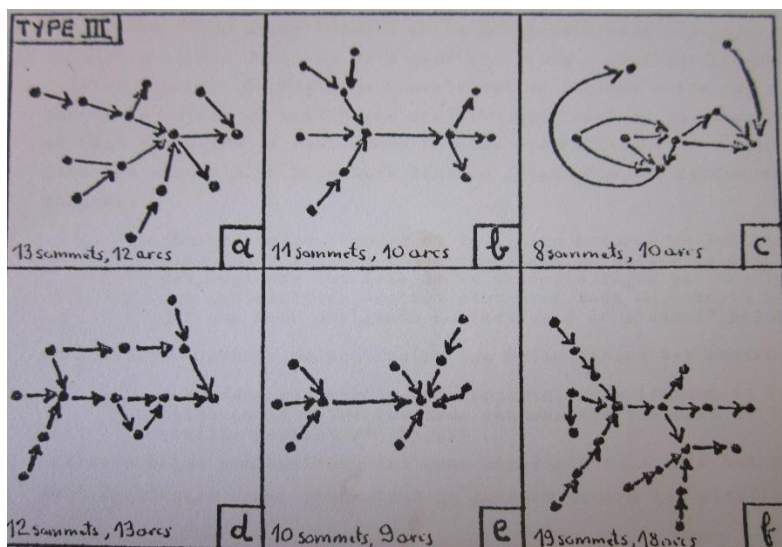


Tabela 4. Análise da ordem de exposição das monografias regionais através dos sumários.

SUMÁRIO DA TESE DE ALBERT DEMANGEON, 1973 [1905].	SUMÁRIO DA TESE DE JULES SION, 1909.	SUMÁRIO DA TESE DE PIERRE MONBEIG, 1952.	SUMÁRIO DA TESE DE ANDRÉ GIBERT, 1930
		Avant-Propos	Préface
		Introduction	
PRIMEIRO BLOCO: COMUM ÀS MONOGRAFIAS DE ALBERT DEMANGEON E JULES SION - LOCALIZAÇÃO E ENQUANDRAMENTO GEOGRÁFICO			
Albert Demangeon	Jules Sion	Pierre Monbeig	André Gibert
Chapitre 1- Excursions autour de la région de craie du nord de la France les limites d'une région géographique	Chapitre 1- La Normandie orientale		
SEGUNDO BLOCO: COMUM A TODAS AS MONOGRAFIAS - O MEIO FÍSICO			
Albert Demangon	Jules Sion	Pierre Monbeig	André Gibert
		Livre I- Conditions naturelles et historiques	Livre I- Les condition naturelles
		Première partie : Conditions Naturelles.	Première partie : Le relief/ vue d'ensemble
Chapitre 2- La structure du sol	Chapitre 2- Le milieu naturel. Le climat	Chapitre 1- Le relief Les roches Les 'espigões et les vallées	Chapitre 1 : Les Données structurales.
Chapitre 3- Les matériaux du sol. La craie.	Chapitre 3- Le milieu naturel. Le sol et les eaux.	Chapitre 2- Le climat	Chapitre II- Les actions fluviales anciennes
Chapitre 4- Les matériaux du sol. L'argile a silex, les Témoins tertiaires. Les limons		Chapitre 3- Les sols et les paysages végétaux	
Chapitre 5- Le climat			
Chapitre 6- L'hydrographie et ses conditions naturelles			Chapitre III- Le façonnement des vallées actuelles.

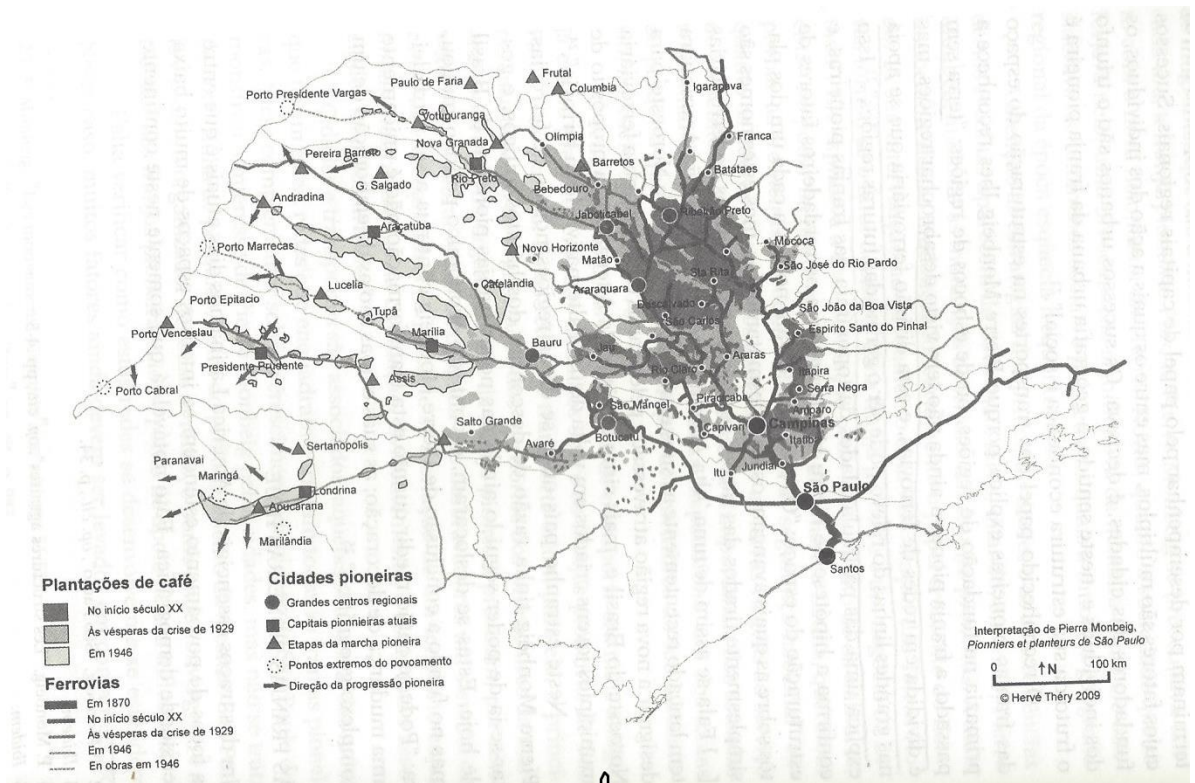
Chapitre 7- L'hydrographie et le milieu humain			Deuxième partie : Le climat, les eaux, la végétation.
Chapitre 8- la côte : les bas-champs et les estuaires			Chapitre I- Phénomènes climatiques.
			Chapitre II- Les eaux
			Chapitre III- Le Paysage végétaux.
TERCEIRO BLOCO: COMUM ÀS MONOGRAFIAS DE PIERRE MONBEIG, ANDRÉ GIBERT E JULES SION - CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS			
Albert Demangeon	Jules Sion	Pierre Monbeig	André Gibert
		Deuxième partie : conditions historiques	Livre deuxième- Les Relations
	Chapitre 4- Les origines de la population	Chapitre 1 : Le milieu historique	Chapitre 1- Les conditions successives
QUARTO BLOCO: ZONA INDEFINIDA QUE APARECE NA TESE DE PIERRE MONBEIG E ANDRÉ GIBERT. TENDENTE A ESTABELECEM AS PRÉ-CONDIÇÕES À ANÁLISE DA OCUPAÇÃO RURAL DO SOLO. PIERRE MONBEIG CONSIDERA OS FATORES ECONÔMICOS E PSICOLÓGICOS; ANDRÉ GIBERT CONSIDERA OS FATORES DA GEOGRAFIA DOS TRANSPORTES; ALBERT DEMANGOEN E JULES SION NÃO RECORREM A NENHUMA PRÉ-CONDIÇÃO A ANÁLISE DO POVOAMENTO RURAL.			
Albert de Demangeon	Jules Sion	Pierre Monbeig	André Gibert
		Chapitre 2- Le jeu des facteurs économiques	Chapitre II- L'équipement du passage

		Chapitre 3- La psychologie 'bandeirante'	Chapitre 3- Le trafic Les grandes voies commerciales
QUINTO BLOCO: COMUM ÀS MONOGRAFIAS DE JULES SION, DE PIERRE MONBEIG E DE ANDRÉ GIBERT- A OCUPAÇÃO HISTÓRICA DO SOLO.			
Albert Demangoen	Jules Sion	Pierre Monbeig	André Gibert
		Livre II-La marche pionnière	Livre troisième- La vie rurale
	Chapitre 6- L'industrie rurale au XVIII siècle	Chapitre 1- Les précurseurs	Chapitre 1- Le sol exploitable
	Chapitre 7- Les bois, les marais, les landes et les pâtures communes au XVIII siècle.		
	Chapitre 8- La technique et la production agricoles au XVIII siècle.	Chapitre 2- Les pionniers	Chapitre 2- L'exploitation agricole
	Chapitre 9 : La propriété et l'exploitation foncières au XVIII siècle		
	Chapitre 10 : La population au XVIII siècle		
			Chapitre 3- L'habitat rural

		Deuxième partie : les étapes de la marche pionnière	
		Chapitre 1- La frange pionnière vers 1900-1905	
		Chapitre 2- La frange pionnière en 1929	
		Chapitre 3- Les directions actuelles de la frange pionnière	
SEXTO BLOCO: COMUM A TODAS AS MONOGRAFIAS: ANÁLISE DAS SITUAÇÕES ATUAIS; NORMALMENTE A ORDEM SEGUE - OCUPAÇÃO RURAL, INDÚSTRIAS, CIDADES E REDES. MONBEIG SEGUE ESTA ORDEM, MAS COLOCA COMO PRÉ-CONDIÇÃO O ESTUDO DO DESMATAMENTO, DO PASTOREIO E DO ESTADO SANITÁRIO.			
Albert Demangeon	Jules Sion	Pierre Monbeig	André Gibert
		Livre III – Le monde pionnier actuel	Livre quatrième : Le succès de l'industrie
Chapitre 9- Géographie agricole. La culture	Chapitre 11- L'industrie rural contemporaine.	Chapitre 1- La terre avant le défrichement : les plan de colonisation Les fazendas Les lotissements	Chapitre 1- Les formes anciennes de l'industrie
Chapitre 10- Géographie agricole. Le bétail. Les arbres fruitiers	Chapitre 12 : L'achèvement de la conquête du sol	Chapitre 2- Le défrichement et l'exportation de la forêt	
Chapitre 11- Les industries urbaines	Chapitre 13 : la technique et la production agricoles contemporaines.		
Chapitre 12- Les industries campagnardes	Chapitre 14 : Les propriétés et les exploitations contemporaines.	Chapitre 3- Plantation et pâturages	Chapitre 2- L'évolution industrielle du XIX siècle
Chapitre 13- Relations économiques et voies de commerce	Chapitre 15 : La population actuelle		

		Chapitre 4- L'état sanitaire dans le monde pionnier	Chapitre 3- L'industrie actuelle
		Chapitre 5- Les villes de la frange pionnière	Chapitre 4- La physionomie nouvelle
		Chapitre 6- Région ou réseaux	
SÉTIMO BLOCO: COMUM ÀS MONOGRAFIAS DE ALBERT DEMANGEON E JULES SION: A HABITAÇÃO RURAL			
Albert Demangeon	Jules Sion	Pierre Monbeig	André Gibert
Chapitre 14- L'établissement humain : le champ	Chapitre 16 : L'habitation rurale.		
Chapitre 15- L'établissement humain : maison, villages, bourgs et villes			
Chapitre 16- La population			
Chapitre 17- Les divisions territoriales			
Conclusion	Conclusion	Conclusion	Conclusion
		Petit Glossaire	Liste de matériaux utilisés
		Table des figures	Table des cartes et figures
		Table des photographies	Table de planches
		Table des matières.	

A expansão do café na época de Pierre Monbeig



Fonte: THÉRY, 2009, p. 56.

Agradecimentos

Meus pais, Maria Auxiliadora e Jaime, são, sem dúvida, os meus maiores inspiradores. Desde criança, eles me fizeram viajar pelas histórias de suas vidas infantis do Nordeste do Brasil, e desde então, sempre me senti muita próxima daqueles que têm muito a comemorar por cada conquista. Essas origens não me fazem comemorar este doutorado como qualquer outro trabalho! Eles me ensinaram o prazer da busca por enriquecimento cultural e me ensinaram a pensar e, paralelamente, a viver no coração dos problemas do mundo e do Brasil. Serei eternamente grata por essa herança simbólica, política e material. Meu irmão, Leandro, ganhou crescente participação na minha vida, mostrou-me que um processo de enriquecimento intelectual não pode prescindir da alegria. Minha analista, Sheila Grinberg, merece ser aqui arrolada entre a família: foi ela uma das peças-chaves pelos meus processos aprimoramento sentimental, racional e mesmo cognitivo. Com ela descobri que a mente era também um universo cheio de desafios. Aos meus avós, eu dediquei a tese, a que se deve acrescentar que, pelas suas histórias de luta e superação, eles espantaram do meu convívio qualquer tipo de medo do enfrentamento da vida. Agradeço ao conjunto da minha família. Aos “Silva”, pela convivência despojada, aos “Lira”, pela persistência.

Meus professores da USP só fizeram aumentar minha paixão pela Geografia. Eles exerceram em mim e exercem até hoje uma espécie de fascinação: Antonio Carlos Robert de Moraes, Lincoln Secco, Armen Mamigonian, Maria Laura Silveira, Elvio Rodrigues, Mônica Arroyo, Mario de Biasi, Rita Cruz, Collangelo, Fábio Contel, Francisco Scarlato, Glória Alves, Dieter, Hervé Théry, Wagner Ribeiro, entre outros. Especialmente, André Martin, que me ajudou muito frente aos desafios institucionais. Os citados fazem alguma injustiça com os demais, que foram todos muito importantes, e com eles vivi emoções particulares ao longo da minha trajetória de estudante, mesmo que eles possivelmente não saibam dos detalhes dessas experiências. Meus professores da Escola da Vila, em especial Laércio Furquim, foram meus iniciadores nessa aventura.

Meus amigos, aqueles que fazem parte dos poucos, mas também todos aqueles com quem convivi, sou grata por terem me arrancado sorrisos ao longo dessa trajetória muitas vezes difícil: Mariana Lamego, André Santos, Luna Bocchi, Raul Zito, Marcos Lino, Breno Pedrosa, Kauê do Santos, Luanda Vanucchi, Léa Malina, Luccas Gissoni, Sandro Valeriano. Vou lembrar especialmente daqueles que foram meus companheiros de espírito e de casa: no Brasil, Helena Wakim, minha querida amiga, esta sempre presente em todos os momentos, enquanto André Michiles fazia ressoar em meu trabalho, seus filmes e suas músicas, com curtas pausas para uma pequena “dancinha”; na França, Camila Gui Rossati me ensinou sobre a leveza da vida. Devo falar também dos novos amigos, que me seduziram de um só golpe nos mares da política, da filosofia, da antropologia e dos esportes: Marcela Belém, Cátia de Almeida, Ypuan Garcia, Ruy Fausto, Nayara Peres e Francisco Quartim. Devo, é claro, citar aqueles que são na verdade parte da família: Clarissa Turra, Maristela Consentino e Misa Boito. Na França, encontrei também verdadeiros parceiros. Nós festejamos, nós rimos, nós discutimos a nossa existência: “merci beaucoup Ramecy, Trilce, Malcom, Antony, Sônia, Eduardo, Vincent. Spécialement, mon amie, Sibylle Koch, ma chère...”

Na França, meu círculo de convivência com professores e alunos (alguns dos quais se tornaram amigos) foi extremamente enriquecedor: Pascal Clerc, Denis Wolff, Elise, Sylvain, Guillhiem, Quentin, e toda equipe do laboratório EHGO, bem como dos meus colegas orientandos da prof.^a Marie-Vic. Marie Claire Robic e Marie-Vic Ozouf Marignier foram diretoras primorosas, elas contribuíram com meu processo de formação de forma profunda, além de terem me auxiliado muito no percurso de assinatura da dupla titulação. Quanto à possibilidade de ter desenvolvido esta dupla titulação, devo agradecer o esforço de toda a equipe administrativa da EHESS e da USP. A Sra. Regina, da pós-graduação da FFLCH, merece todas as minhas reverências, bem como o Prof. Zeron, do departamento de História. Sem eles (ao qual acrescento, é claro, meus orientadores na USP e na EHESS), esta tese não teria sido feita em cotutela. A ideia da dupla titulação foi de Federico Ferretti, obrigada. Agradeço também a minha banca de qualificação, Heliana Angotti Salgueiro e Carlo Eugênio Nogueira. Eles foram fundamentais para dar novas feições a este trabalho.

Reitero meus agradecimentos aos meus colegas e amigos da Rede Terra Brasilis, em especial para o Sérgio Nunes e a Perla Zusman. Acrescenta-se aqui alguns membros novos e antigos da comissão de História da Geografia da UGI: Jacobo Garcia, João Garcia, Jean-Yves Puyot, Vicent Berdoulay. Paul Claval, mesmo distante, acompanhou este trabalho em seus passos fundamentais, ao qual agradeço a sua dedicação. Por fim, mas também no começo, Manoel Fernandes de Sousa Neto, meu orientador de tese da USP, proporcionou-me amadurecimento intelectual, possibilidades institucionais e apoio. Ele foi um verdadeiro mestre, mas também um grande parceiro. Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) por ter patrocinado esta pesquisa no Brasil e no exterior.